

Edição Reformulada e Ampliada



Luiz Fernandes de Oliveira



Ricardo Cesar Rocha da Costa

SOCIOLOGIA

PARA JOVENS DO SÉCULO XXI

MANUAL DO PROFESSOR



**Volume
Único**

**SOCIOLOGIA
ENSINO MÉDIO**



IN IMPERIAL
NOVO MILÊNIO



Luiz Fernandes de Oliveira

Graduado em Sociologia pela Universidade "La Sapienza" de Roma, Itália
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ
Professor de Didática e Ensino de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEDUC da UFRRJ
Lecionou Sociologia no Ensino Médio da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC
Atuou como Professor Assistente da UERJ nos anos iniciais do Colégio de Aplicação da
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Cap-UERJ
Lecionou Sociologia no Ensino Médio da Prefeitura de Macaé-RJ

Ricardo Cesar Rocha da Costa

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, Campus São Gonçalo
Lecionou Sociologia no Ensino Médio da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC,
na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e no Ensino Médio da Prefeitura de Macaé
Pesquisador, com trabalhos realizados para a Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Saúde e Unesco

SOCIOLOGIA **PARA JOVENS DO SÉCULO XXI**

SOCIOLOGIA ENSINO MÉDIO / VOLUME ÚNICO

3ª edição
Reformulada e Ampliada



Rio de Janeiro – 2013

DIRETORIA EXECUTIVA

Susi Sertã

SUPERINTENDÊNCIA

Hamilton Tadeu dos Santos

PRODUÇÃO EDITORIAL

Nádia Megale

Susi Sertã

PESQUISA DE IMAGENS

Luiz Fernandes de Oliveira

Ricardo Costa

REVISÃO TÉCNICA

Andréa Osório

Flávio Sarandy

CAPA E ILUSTRAÇÕES

Vanderlei Sadrack

DIAGRAMAÇÃO

Wellington Lopes

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

ArtePlus Design

CARTOGRAFIA

Fernando Brame

TIRINHAS

Fernando Beck

Carlos Ruas

CHARGES

Angeli

Carlos Ruas

Dalcio

Diego Felipe

Glauco

Kayser

Laerte

Latuff

Márcio Malta (Nico)

Miguel Paiva

Novaes

Waldez

Will Leite

CONTROLE DE PROCESSOS EDITORIAIS

Iraci Lorenzon

ASSISTÊNCIA COMERCIAL

Delfina Cerqueira

EXPEDIÇÃO

Umbelino José

Copyright © Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa, 2010.
Os conteúdos apresentados nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores.

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

O48s Oliveira, Luiz Fernandes de, 1968-
3. ed. Sociologia para jovens do século XXI, Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa. – 3.ed. – Rio de Janeiro : Imperial Novo Milênio, 2013.
400p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN: 978-85-99868-98-0

1. Sociologia - Estudo e ensino (Ensino Médio). I. Costa, Ricardo Cesar Rocha da, 1960-. II. Título.

13-02139.

CDD – 301

CDU – 316

Todos os direitos reservados e protegidos por Imperial Novo Milênio Gráfica e Editora Ltda., pela Lei 9.610 de 19/02/1998. Proibida a reprodução parcial ou integral por quaisquer meios mecânicos, xerográficos, fotográficos etc., sem a permissão por escrito da editora.

Apresentação

Luiz Fernandes



Certa vez, um grande sociólogo francês, chamado Pierre Bourdieu, disse que a Sociologia é “um esporte de combate”. Como assim? Ele era um intelectual que gostava de debater suas ideias, sempre pronto para defendê-las em meio a diferentes públicos. A ideia de “esporte de combate” significava, para Bourdieu, que a Sociologia deveria fazer com que as pessoas entendessem as origens das desigualdades e das violências de diversos tipos. Mas isto não bastava: devia-se reagir, buscando uma saída.

Este livro de Sociologia está imbuído desse espírito. Abrir um diálogo com um grande público – os jovens brasileiros do século XXI – e buscar outra visão além do que chamamos de *senso comum*, ou seja, precisamos compreender e superar as ideias que se baseiam na aparência das coisas, sem uma reflexão mais apurada.

Para nós, os autores, a Sociologia tem como princípio dar conta de duas tarefas que julgamos fundamentais: problematizar as opiniões que predominam no *senso comum* e, ao mesmo tempo, *desnaturalizar* a realidade social. Isto significa que as ideias sobre a vida social dos indivíduos devem ser pensadas a partir de um estudo criterioso, com base científica. Todos nós, em geral, temos as opiniões mais diversas sobre a vida em sociedade, sobre as relações entre as pessoas, as instituições, a cultura, a economia, a política etc. Mas será que somente as opiniões das pessoas, sem um estudo minimamente criterioso, refletem a realidade das coisas, das pessoas e das instituições? Como dizia o poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht: “nada deve parecer natural”.

Este livro apresenta diversos temas, conceitos e teorias estudados e pesquisados pela Sociologia. Queremos apresentar aos jovens conteúdos que construam um saber crítico, dinâmico e problematizador das noções do *senso comum*. Crítico, porque visa à inserção consciente dos jovens no mundo à sua volta; dinâmico, por incentivar a participação política e social consciente na realidade social brasileira; e, por fim, problematizador, por questionar os discursos naturalizadores de uma realidade social marcada por profundos problemas éticos, sociais e econômicos.

Mas este livro não trabalha só com a Sociologia enquanto ciência, pois a vida em sociedade é influenciada também pela compreensão de ideias e fatos estudados por várias áreas do conhecimento. Por isso, dialogamos sempre com outras disciplinas, com o objetivo de entendermos melhor os diversos temas abordados.

Os capítulos do livro começam com a apresentação de fatos e ideias da vida cotidiana. Os conceitos sociológicos são introduzidos e aprofundados a partir de uma problematização inicial de como esses fatos e ideias são formulados no nível do *senso comum*. São também utilizadas tabelas, gráficos, mapas, ilustrações e imagens que estimulam uma reflexão crítica do estudante sobre os temas discutidos. Ao final de cada capítulo, são listadas questões que possam sintetizar e sistematizar o assunto em debate, propostas de dinâmica para o trabalho em sala de aula, propostas de pesquisas e de outras leituras de livros, uma filmografia, uma relação de sites e a indicação de letras de músicas que possam contribuir para a reflexão sobre o tema desenvolvido.

Os conteúdos do livro têm como base as principais elaborações teóricas da Sociologia contemporânea, desde os autores considerados fundadores da disciplina até os nacionais e internacionais da atualidade.

Desejamos construir com vocês, professor(a) e estudante, uma profunda e longa parceria, tendo como ponto de partida as discussões que apresentamos e propomos desenvolver neste livro, referentes às várias questões da realidade social que nos cerca e de interesse dos jovens.

Os autores

Sumário

UNIDADE 1

Sociedade e Conhecimento Sociológico

CAPÍTULO 1 - Sociologia: dialogando com você	12
Ciências Sociais e Ciências da Natureza	13
E quando alguns adultos dizem que os jovens não se interessam por essas discussões?	17
Vamos tirar algumas dúvidas? O senso comum e a Sociologia	18
Interdisciplinaridade	20
Interatividade	21
CAPÍTULO 2 - “Quem sabe faz a hora e não espera acontecer?”	
A socialização dos indivíduos	25
A Sociologia como ciência da sociedade	27
É necessário mudar o mundo	30
A sociedade está na cabeça de cada pessoa	32
Só fazemos o que faz sentido	36
A socialização e você	38
Interdisciplinaridade	40
Interatividade	41
CAPÍTULO 3 - “O que se vê mais, o jogo ou o jogador?”	
Indivíduos e Instituições Sociais	44
Definindo os termos da conversa	45
Papai, mamãe, titia e os outros	48
Meus colegas, minha turma, meus professores	49
Meu padre, meu pastor, minha mãe de santo, os adeptos	52
O político, o juiz, o funcionário e o povo	53
As empresas, as associações e o esporte	57
Interdisciplinaridade	59
Interatividade	60
CAPÍTULO 4 - “Torre de Babel”: culturas e sociedades	63
Cultura no senso comum	63
Cultura como representação da realidade	64
Cultura e o significado antropológico	66
A Babel da cultura	68
Interdisciplinaridade	70
Interatividade	71

CAPÍTULO 5 - “Sejam realistas: exijam o impossível!”

Identidades sociais e culturais	75
Identidade: o que é?	76
1968: os jovens comandam uma revolução política e social	77
Identidade no debate da Sociologia	78
Identidades sociais ontem e hoje	80
Voltando aos jovens: quais são as suas identidades?	82
Existe uma identidade brasileira?	83
Interdisciplinaridade	85
Interatividade	86

CAPÍTULO 6 - “Ser diferente é normal”: as diferenças sociais

e culturais	90
Ser diferente é normal	91
O etnocentrismo	93
As trocas e os diálogos culturais	94
Interdisciplinaridade	96
Interatividade	97

CAPÍTULO 7 - “A matrix está em toda parte...”: ideologia e visões de mundo

.....	101
O que será que anda na cabeça de nossa gente?	101
Na escola todos falam a mesma língua?	104
A matrix nossa de cada dia	106
Interdisciplinaridade	109
Interatividade	110

CAPÍTULO 8 - “Ganhava a vida com muito suor e mesmo assim não podia ser pior.” O trabalho e as desigualdades sociais na História das sociedades

.....	113
Escravidão no Século XXI?	113
Nem sempre tivemos fábricas, salários, Facebook, futebol e... ..	115
Mas eu não entendo nada de economia... ..	116
O trabalho e as desigualdades sociais através da História da humanidade	117
A organização dos homens em sociedade através da História	119
O trabalho e as desigualdades: estratificação social e mobilidade social	122
Interdisciplinaridade	127
Interatividade	128

CAPÍTULO 9 - “Tudo que é sólido se desmancha no ar”: capitalismo e barbárie	133
E a humanidade inventa o capitalismo... ..	133
Acumulando capital e revolucionando a indústria	135
Concorrência e monopólio	138
A crise: superprodução de mercadorias e imperialismo	139
Competição capitalista e barbárie humana	141
Uma alternativa ao capitalismo	141
Mas, o que é realmente o socialismo?	142
Tentaram, mas não conseguiram!	144
Interdisciplinaridade	148
Interatividade	149
CAPÍTULO 10 - “Todo mundo come no Mc Donald’s e compartilha no Facebook?” Globalização e neoliberalismo	152
O que é um mundo globalizado e neoliberal?	153
Neoliberalismo: liberdade ilimitada para os mercados e os lucros?	155
Como vão a globalização e o neoliberalismo neste século XXI?	158
Interdisciplinaridade	161
Interatividade	162
CAPÍTULO 11 - “Um novo fast food para você”: o mundo do trabalho e a educação	165
Seremos todos flexíveis, terceirizados e produtivos?	165
A crise econômica da década de 1970	166
A nova moda econômica: acumular capital de forma flexível	168
Enfim, a moda pega. E o futuro como fica?	173
Um novo <i>fast food</i> para você... ..	175
Interdisciplinaridade	177
Interatividade	178
CAPÍTULO 12 - “O mercado exclui como o gás carbônico polui”: capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental	181
Entendendo as causas do aquecimento global	182
O surgimento da Sociologia Ambiental	184
Capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental	186
Interdisciplinaridade	189
Interatividade	190

CAPÍTULO 13 - “É de papel ou é pra valer?” Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo	194
Uma breve história da cidadania	194
Direitos civis, políticos e sociais	197
Cidadania, socialismo e minorias	199
Cidadania, capitalismo e desigualdades sociais	200
A cidadania no Brasil: uma “corrida de obstáculos”	201
Direitos e cidadania sob “fogo cerrado”	203
Direitos e cidadania no Brasil de hoje	205
Interdisciplinaridade	207
Interatividade	208
CAPÍTULO 14 - “O Estado sou eu.” Estado e Democracia	211
E onde fica a democracia nesta história?	216
Afinal, o que é mesmo democracia?	218
A ascensão da democracia liberal	220
Mas, o que significa a democracia participativa?	221
O que é a democracia representativa num mundo neoliberal? A História política recente do Brasil como exemplo	223
Interdisciplinaridade	228
Interatividade.....	229
CAPÍTULO 15 - “Você tem fome de quê?” Movimentos sociais ontem e hoje	232
Definindo e caracterizando os movimentos sociais	233
Movimentos sociais e revolução socialista	234
Movimentos sociais no Brasil contemporâneo	235
O surgimento dos novos movimentos sociais	237
Movimentos sociais no século XXI	241
Interdisciplinaridade	242
Interatividade	243

UNIDADE 3 **Relações Sociais Contemporâneas**

CAPÍTULO 16 - “Na telinha da sua casa, você é cidadão?” O papel da mídia no capitalismo globalizado	248
Uma revolução que não para... ..	249
A opinião dos especialistas	250
Mudanças de hábitos e de relações sociais	254
Um grande irmão que não é de carne e osso: “Big Brother Brasil”	255

As mídias e as salas de aula no século XXI	256
A globalização e o mercado dos grandes negócios	259
Interdisciplinaridade	262
Interatividade	263

CAPÍTULO 17 - “Onde você esconde seu racismo?”

Desnaturalizando as desigualdades raciais	266
O que é realmente o racismo?	267
Uma história invisível	269
Qual é a cor do Brasil?	271
Interdisciplinaridade	281
Interatividade	282

CAPÍTULO 18 - Gênero e sexualidade no mundo de hoje

Sexo e gênero	286
Mas, o que é mesmo sexualidade?	287
Papéis de homens e papéis de mulheres: muita coisa mudou no século XX	287
O mundo é colorido?	291
Interdisciplinaridade	296
Interatividade	297

CAPÍTULO 19 - “A gente não quer só comida...” Religiosidade e juventude no século XXI

Entre o crer e o saber	301
O que tem a ver a Sociologia com a religião?	302
As religiões no Brasil	304
Coisas de brasileiro! O fenômeno do sincretismo no Brasil e no mundo	309
A sociedade, seus problemas e a religiosidade	310
Religiosidade, juventude e o novo milênio	312
Interdisciplinaridade	314
Interatividade	315

CAPÍTULO 20 - “Espaços de dor e de esperança.”

A questão urbana	318
Origem e desenvolvimento das cidades e da urbanização.....	320
A cidade contemporânea como espaço de segregação socioespacial	322
Mas, o que são mesmo as <i>favelas</i> , que insistimos em descrever?	325
As cidades dos grandes eventos	328
Caminhamos para uma cidade pós-industrial ou para uma cidade mais democrática?	
Como serão as cidades do futuro?	331

Interdisciplinaridade	333
Interatividade	334
CAPÍTULO 21 - "Chegou o caveirão! E agora?" Violência e desigualdades sociais	337
A Sociologia da Violência	339
Me pedem para comprar, mas não posso... Me pedem para trabalhar, mas não consigo... ..	342
E ainda sou culpado por tudo... ..	346
Drogas: brancos que produzem, brancos que consomem... negros que consomem e morrem... .	348
Interdisciplinaridade	356
Interatividade	357
CAPÍTULO 22 - "Ocupar, resistir, produzir." A questão da terra no Brasil	361
Questão de terra ou questão de gente?	362
Mas os trabalhadores do campo aos poucos se organizam... ..	365
Terra para quem nela trabalha: os trabalhadores sem-terra retomam a sua luta histórica... ..	366
A Sociologia e a questão da terra no Brasil	371
Interdisciplinaridade	373
Interatividade	374
PALAVRAS FINAIS	378
NOTAS	380
ÍNDICE REMISSIVO	381
REFERÊNCIAS	392

Sociedade e Conhecimento Sociológico

Por que estudar Sociologia? Por que ela é importante? De que forma o conhecimento sociológico pode contribuir para a nossa vida? Estas são apenas algumas, dentre as diversas perguntas que nos preocupamos em responder nesta primeira Unidade, que apresenta os principais conceitos e pensadores da nossa disciplina.



1 Unidade

Capítulo 1

Sociologia: dialogando com você

Um professor de Sociologia ouviu o seguinte diálogo entre dois estudantes, no primeiro dia de aula do primeiro ano do Ensino Médio:

– João, você viu as matérias desse ano?

– Vi, Fabinho. Algumas são fáceis, já conhecemos: História, Geografia, Literatura, Artes, Educação Física, Biologia...

– Então, João, vamos nos dar bem, mas tem uma aqui, que é estranha, chamada Sociologia. Você sabe o que é isso?

– Não, mas a Fafá, que está no terceiro ano, disse que isto aí estuda tudo que a gente já sabe.

– Como assim?

– Ela disse que o professor fala de violência, de racismo, de religião, de cultura e outras coisas. Mas, também que a Sociologia estuda o que já vimos em Geografia e em História, como globalização, capitalismo, estado, democracia etc.

– Então, vai ser muito fácil, João! É só a gente dar opiniões sobre as coisas da vida que o professor nos dá dez.

O professor ouviu este diálogo sem querer, pois os estudantes estavam conversando animadamente e não perceberam a sua presença. Nesse dia, ele iria dar aula exatamente na turma de João e Fabinho. E quando entrou na sala de aula, não teve dúvidas: começou um bate-papo com os estudantes sobre “as coisas da vida”. Levantando questões como: será que os desempregados são os próprios culpados por não conseguirem trabalhar? Todos os jovens têm as mesmas oportunidades para ingressar no mundo do trabalho? Qual a influência da religiosidade na sociedade? Ou será que, quando pensamos na religião que professamos, entendemos que se trata de um assunto “íntimo” – que faz parte somente de nossa vida privada? E muitas outras perguntas sobre “as coisas da vida” que fizeram com que João e Fabinho pensassem:

– Isso não vai ser fácil, não!!! A gente pensou que era tudo óbvio, mas o professor “tá” nos mostrando que a vida em sociedade precisa ser mais estudada.

E você, surpreende-se logo no início do ano letivo com esta disciplina chamada Sociologia? E se pergunta também: *que “matéria” é essa? Para que serve? Afinal, por que devemos estudar essa disciplina?*

De fato, acompanhando a curiosidade em torno do que deve significar uma disciplina chamada “Sociologia”, oferecida no Ensino

Médio, no primeiro contato com o professor uma parte dos estudantes, mesmo sem conhecer os temas e a forma como eles serão tratados, já começam a imaginá-la como uma disciplina “estranha” e que “não tem nada a ver”, mesmo avaliando que o professor pareça ser um cara “legal”.

Na verdade, essas dificuldades iniciais têm várias razões. Uma delas é o

próprio fato de vivermos numa sociedade altamente tecnologicada, em que se exige tanto ao jovem como aos adultos uma utilidade prática nos conhecimentos adquiridos em todas as disciplinas ministradas no Ensino Médio.

Ricardo Cassiano/Folhapress



Hoje, no Brasil, estuda-se Sociologia nos três anos do Ensino Médio. Na foto, estudantes do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UERJ, em 2011, desenvolvendo um trabalho em equipe.

O mundo atual, automatizado, computadorizado, em crise de emprego, exige conhecimentos práticos que nos deem agilidade, que nos ajudem a encontrar mais rápido alguma forma de “ganhar a vida”, sem “perder tempo” em divagações filosóficas ou políticas. Enfim, precisamos de conhecimentos práticos para demonstrar competência no mercado de trabalho.

Ora, quando desenvolvemos esse raciocínio, estamos fazendo, certamente, uma análise social de nosso convívio com outras pessoas e isto é uma forma de reflexão sociológica.

Mas vamos logo iniciar essa nossa longa caminhada e tratar de esclarecer

o que é a Sociologia, qual seu objeto de estudo e sua importância no Ensino Médio.

Antes de dizermos o que essa nova disciplina significa, já adiantamos que a Sociologia não é o estudo do homem e seu meio; para isso temos a Geografia. Não é o estudo da história dos homens e das sociedades; para isso temos a História propriamente dita. Essas duas disciplinas já são conhecidas pelos estudantes desde o Ensino Fundamental. Mas eis que surge a Sociologia que, de certa forma, utiliza os conhecimentos geográficos e históricos para explicar o comportamento humano em sociedade. Aliás, como veremos, a Geografia e a História se alimentam dos conhecimentos sociológicos para explicar muitos fenômenos pertinentes ao espaço geográfico e aos acontecimentos históricos.

Ciências Sociais e Ciências da Natureza

Assim como a eletricidade é um fenômeno estudado pela ciência chamada Física, como os organismos que possuem células são estudados pela Biologia e os elementos oxigênio e carbono são objetos de estudo da Química, a Sociologia estuda os *fenômenos sociais*. Ou seja, *as relações que os indivíduos estabelecem entre eles próprios, gerando normas de comportamento, atitudes, formação de grupos e elaboração de ideias sobre os mesmos grupos*. Sinteticamente, estes são os objetos de estudo da Sociologia.

Émile Durkheim, considerado “pai” da Sociologia acadêmica, afirmou que os fenômenos sociais são *sui generis*, isto é, o seu entendimento requer uma ciência específica para seu estudo. *Sui generis* é um termo do latim, que significa, literalmente, “de seu próprio gênero”, ou seja, “único em seu gênero”.

Vejam os exemplos:

Recentes estudos já comprovaram que o cigarro faz mal à saúde. Todos sabem disso, mas um professor de Química pode nos explicar que os elementos químicos encontrados no cigarro (alcatrão e nicotina) causam uma determinada reação no organismo, o que, ao final de alguns anos, pode provocar câncer de pulmão. Por sua vez, a Biologia vai explicar como esses elementos químicos deterioram os pulmões, cuja função é vital para o corpo humano.

Tudo bem! Mas por que as pessoas que sabem disso continuam fumando?

Bom, para responder a esta pergunta podemos procurar a Psicologia. Talvez afirmando que os fumantes são facilmente influenciados por outros e por alguma publicidade. Esta seria uma forma de explicação sobre o comportamento das pessoas que fumam.

Mas será somente essa a explicação? E por que se produzem maços e maços de cigarro, já que as indústrias sabem que é prejudicial à saúde? Por que o governo, por um lado, apesar das novas regras de propaganda, permite a venda de cigarros e, por outro, proíbe, por exemplo, a venda de maconha?

Certamente a Química não pode dar uma resposta, nem mesmo a Biologia. Aqui, então, entra em cena a Sociologia, que vai explicar os interesses econômicos das grandes multinacionais, cujo objetivo é o lucro – legitimado pela maioria dos governos do mundo e principal fator da existência do capitalismo. O capitalismo é um sistema econômico, social e político que é objeto de estudo da Sociologia.

Enfim, os efeitos químicos do cigarro são objetos *sui generis* da Química e as consequências orgânicas para os pulmões são objetos *sui generis* da Biologia. Entretanto, o motivo que leva pessoas, proprietários das fábricas de cigarro, a produzir o cigarro é objeto *sui generis* de estudo da Sociologia.

Portanto, nesse exemplo, podemos compreender que para se entender o uso do cigarro na sociedade é necessário entendê-lo sob o ponto de vista da Química, da Biologia e da Psicologia – assim como da Sociologia.

Este é somente um exemplo que a Sociologia nos mostra para podermos entender uma questão básica: nossa vida cotidiana é social, ou seja, não estamos sós no mundo. Estabelecemos relações com outros indivíduos e criamos regras de convivência. Algumas já existiam quando nascemos e, provavelmente, existirão depois de nosso falecimento. Concluimos, então, que o indivíduo é um produto social, isto é, o que as pessoas fazem é condicionado, muitas vezes, pela convivência com outros indivíduos e grupos de indivíduos.



Se o fumo é prejudicial à saúde, por que é tão difícil para algumas pessoas deixar de fumar?

Neste sentido, a preocupação central da Sociologia é com o ser humano e suas relações sociais, pois entende-se que os indivíduos não são isolados. Ao contrário, relacionam-se

uns com os outros e formam grupos sociais, com regras de comportamento e atitudes diversas na família, na escola, no trabalho, no lazer e em outros espaços de convivência cotidiana.

Mas estas regras de comportamento não são estáticas; pelo contrário, são bastante dinâmicas. Ou seja, na História da humanidade, homens e mulheres modificam seus comportamentos, atitudes e formas de lidar com a realidade. Exemplo disto é a existência do divórcio, recurso de que nossos avós e bisavós não podiam se utilizar quando a união matrimonial não mais satisfazia o casal.

Além disso, existem sociedades que são bem distintas da nossa e que estabelecem regras diferentes de comportamento neste mesmo período histórico em que vivemos atualmente. É o caso se compararmos formas de matrimônio encontradas nas sociedades que seguem os preceitos das religiões muçulmanas (baseadas na poligamia) com aquelas encontradas, por exemplo, no Brasil (baseadas na monogamia).

A Sociologia, além de estudar as relações sociais e os comportamentos dos indivíduos e dos grupos sociais, questiona o porquê da existência de conflitos entre estes grupos, as razões de indivíduos e grupos quando tentam quebrar as regras de funcionamento das sociedades, ou quando criam movimentos para questionar ou legitimar essas mesmas regras. Neste caso, é quando se formam os chamados *movimentos sociais* como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, o Movimento dos Sem-Teto, o Movimento Estudantil etc.

O sociólogo norte-americano Charles Wright Mills escreveu um livro, muito interessante, chamado *A imaginação sociológica*, publicado pela primeira vez em 1959. Nesse livro, com o objetivo de explicar a importância da Sociologia, Wright Mills diz que esta ciência representa

uma qualidade do espírito humano que nos ajuda a perceber o que está ocorrendo no mundo e como nos situamos neste mundo. Mas como?



Shutterstock

Charles Wright Mills, o sociólogo que elaborou o termo *imaginação sociológica*.

Bom, ele dá o exemplo simples do desemprego. Ou seja, quando, em uma cidade de milhares de habitantes, somente um indivíduo está desempregado, isto é um problema pessoal desse indivíduo. E para entender este problema, talvez tenhamos que observar o caráter dessa pessoa, suas habilidades e suas oportunidades. Porém, quando temos 15 milhões de desempregados num país de 50 milhões de trabalhadores (ou seja, pessoas em idade produtiva, que podem exercer uma ou outra profissão), isto já não é um problema de caráter ou de habilidades, mas um problema público, que tem a ver com uma estrutura e com um certo funcionamento da sociedade.

Outro exemplo que ele dá é o caso do divórcio. Num casamento, o homem e a mulher podem ter perturbações pessoais, levando-os ao divórcio. Mas, quando o número de divórcios cresce numa cidade e, de cada 1.000 casais nos primeiros quatro anos de casamento, 250 se separam, isto pode ter alguma relação com a instituição do casamento naquela determinada sociedade. Wright Mills vai dizer que a recorrência de muitos divórcios pode estar relacionada à estrutura da família enquanto instituição.

A Sociologia nos ajuda a refletir sobre nosso cotidiano. Na foto, professores reunidos no centro do Rio de Janeiro, em 2008, para iniciarem um passeio de reconhecimento e estudo sobre a influência da população negra na história da cidade.



Luiz Fernandes

Enfim, Wright Mills está nos apresentando uma questão simples e que serve para pensar nossas vidas, ou seja, aquilo que experimentamos na vida em vários e específicos ambientes cotidianos, como desemprego, separações etc, muitas vezes é influenciado pelas modificações culturais, econômicas ou outras de caráter mais geral que ocorrem nas sociedades. Por isso é que ele diz que precisamos ter consciência da ideia e da existência de uma estrutura da sociedade, das relações sociais e utilizá-las com sensibilidade, para sermos capazes de identificar as ligações entre as nossas diversas experiências da vida cotidiana. Ter

essa consciência e essa capacidade é ter uma **imaginação sociológica**.

Agora pensando: Quais são os seus problemas cotidianos? Quais são as questões que mais lhe preocupam? É claro que você já pensou nisso alguma vez. Mas, vamos tentar imaginar esses problemas e preocupações sociologicamente. Será que eles têm a ver só com o seu comportamento, com as suas atitudes ou com o seu modo de ser? Será que a Sociologia pode ajudar a pensar sobre seu cotidiano? Então, vamos viajar um pouco no mundo da Sociologia a partir de agora.



Public-domain-image.com

Manifestação pacífica contra o governo norte-americano: o acesso ao conhecimento e à informação é essencial para permitir a participação consciente e crítica.

E quando alguns adultos dizem que os jovens não se interessam por essas discussões?

Nós, autores deste livro, já ouvimos em muitas escolas brasileiras algumas afirmações de que os jovens não se interessam pela discussão da Sociologia, pois não veem sentido na “matéria” ou são atraídos por coisas mais interessantes fora da escola. Entendemos, porém, que quando muitos jovens perguntam

para que serve a Sociologia, ou quando afirmam que muitas disciplinas são “chatas”, nós precisamos compreender o que está por trás desses comentários.

Para conversarmos a respeito disso, leia, a seguir, um artigo escrito por um psicanalista italiano radicado no Brasil, Contardo Calligaris e publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 12/12/2002. Ele relata a exigência dos jovens acerca dos estudos:

Vida divertida ou vida interessante?

Uma reportagem do *The New York Times* (3 de dezembro) descrevia uma nova moda nos colégios americanos, graças à qual o ensino de Ciência está se tornando curiosamente popular.

Nos EUA, os requisitos mínimos para o diploma secundário são bastante livres. Há tempos, para quem não gosta de estudar Química, Física ou Biologia, existem matérias alternativas, como a “Ciência da Terra” ou a Ecologia. Agora é a vez da “Ciência Forense”, idealizadíssima pelos seriados televisivos, pelo cinema e pelos romances policiais. Assim, em vez de estudar leis e fórmulas, os alunos aprendem como determinar a hora da morte, considerando o estado de um cadáver (aulas práticas no necrotério). Familiarizam-se com o microscópio, examinando pelos de possíveis estupradores encontrados no corpo da vítima. Entendem o que são o esperma ou o sangue, investigando uma hipotética cena do crime.

Nas escolas em que os cursos são oferecidos, os jovens são entusiastas. Por que bancar o estraga-prazeres?

O fato é que a reportagem me deixou um mal-estar. Fiquei com a impressão de que a Química, a Física e a Biologia estivessem desistindo de ter qualquer apelo próprio. As formas estabelecidas da diversão (sobretudo a televisão e o cinema) decidiriam como e o que podemos aprender. Filosofia, História e Inglês (Português, no nosso caso) seriam vítimas do mesmo processo.

Lembrei-me de conversas recentes com um jovem estudante universitário que (com grande angústia dele e dos pais) quer largar os estudos, ao menos temporariamente. Ele queixava-se de que todos os cursos seriam chatos. “Como assim, chatos?”, perguntei. “Não são divertidos”, respondeu. Estranhei: Quem disse que um curso deve divertir? (...)

A partir dos anos 90, encontro adolescentes para quem o mundo parece tolerável apenas se puderem distrair-se dele. E os vizinhos são frequentáveis à condição de não se comprometer com eles. O que era alienação nos anos 60 tornou-se escolha de vida nos 90.

O próprio uso das drogas mudou. Nos anos 60, a maconha e os alucinógenos eram concebidos como auxílios para descer “mais fundo” no autoconhecimento ou numa pretensa comunhão mística com o mundo. Imaginávamos que drogar-se fosse uma viagem iniciática, interior ou para a Índia. O ecstasy dos anos 90, ao contrário, promete um paroxismo de distração. Serve para clube e música tecno: não fale nada e sacuda-se forte (...)

(CALLIGARIS, 2002)

Para uma parte dos adolescentes, mas não todos, viver é divertir-se, diferente do que significava para gerações anteriores de jovens. Não queremos dizer com isso que condenamos a diversão, mas que, afinal, há tempo para tudo na vida, como a distração e o lazer; assim como há necessidade de reservar parte do nosso tempo para dar conta das responsabilidades, como o estudo e, depois de formados, o trabalho. Da mesma forma, podemos acrescentar que nossa vida e nossa sociedade também merecem ser pensadas, compreendidas e, por que não, modificadas.

A inspiração e o compromisso da Sociologia são com o entendimento da realidade social. O papel da Sociologia é contribuir para que repensemos a nossa visão de mundo, deixando de lado nossas ingenuidades e preconceitos. Sua tarefa teórica é se contrapor à visão do que predomina no senso comum, que considera que o útil é o que dá prestígio, poder, fama e riqueza – julgando o conceito de utilidade pelos resultados do que a maioria das pessoas considera como “ações práticas” da vida cotidiana.

Não se deixando guiar pelo senso comum, a Sociologia nos instrumentaliza com conhecimentos para nos tornarmos conscientes de nós mesmos e das ações de homens e mulheres que desejam profundamente a liberdade e a felicidade.

Vamos tirar algumas dúvidas? O senso comum e a Sociologia

Até aqui nos preocupamos em argumentar sobre a necessidade de estudar Sociologia, pensar nosso mundo sociologicamente e sua utilidade na vida de milhões de jovens. Agora queremos ressaltar uma discussão importante neste campo de conhecimento e estudo: a diferença entre senso comum e Sociologia.

Um professor de Sociologia define senso comum como:

(...) falsas certezas e convicções equivocadas sem a base de um conhecimento racional ou de uma adequada compreensão, sendo ditas pelas pessoas a todo instante sobre as mais diversas coisas. A característica principal é a de que o senso comum baseia-se no que está aparente, na aparência das coisas, como as coisas parecem ser. Por exemplo: o Sol é menor do que a Terra e é ele que gira ao redor dela. Tendo o seu ponto de referência a própria Terra e da maneira que é realizada esta observação, o que pode parecer é que aquela seja uma afirmativa correta. Porém, só parece, pois a Astronomia, com seus cálculos matemáticos e suas considerações físicas verifica na realidade que o Sol é muitas vezes maior que a Terra, e desde Copérnico confirma-se na realidade que é a Terra que se move em torno do Sol. Da mesma forma que este simples exemplo, a Sociologia recorrentemente defronta-se com o senso comum das pessoas, desdobrando-se em imobilidades, discriminações e preconceitos.

(GIGLIO, 2000, p. 3)

O **senso comum** se caracteriza por opiniões pessoais, generalizantes. Ou seja, julgam-se coisas ou fatos específicos como se fossem coisas ou fatos universais. Enfim, falsas certezas sem fundamentação científica, como por exemplo, “todo bandido é favelado”, “todo político é corrupto”, “o povo brasileiro é preguiçoso” etc.

Mas o que é uma atitude científica em Sociologia? É a atitude de, a partir da constatação de um problema social, observar os fatos e a realidade dos indivíduos e grupos, suas relações, formular uma hipótese de explicação, pesquisar e estudar com maior profundidade o assunto e, ao final, pronunciar leis ou tendências de que um fato possa ocorrer em razão de determinados motivos.

Vamos descrever um exemplo:

Temos um problema social que se chama desemprego (é “social” porque sua origem se relaciona com a forma de organização da sociedade, atingindo vários indivíduos). A partir dessa constatação, poderíamos formular a hipótese de que a política econômica de um governo promove o desemprego. Em seguida, passamos a observar a realidade com dados estatísticos em mãos, pesquisas com desempregados para ver os motivos que levaram ao desemprego e etc. Ao final, retornamos à nossa hipótese e podemos verificar se determinadas decisões políticas governamentais tendem a provocar o desemprego em massa num país.

A mesma atitude pode ser tomada

para se pensar sobre as possíveis causas da violência. Ao contrário do senso comum, não devemos partir para generalizações ao primeiro contato com um fenômeno social. É necessário investigar as relações entre os fatos e acontecimentos e também suas raízes históricas, como, por exemplo, a questão do racismo na sociedade brasileira. Certamente, este fenômeno social tem fortes raízes na escravidão, mas principalmente nas relações que o homem branco europeu estabeleceu com os povos africanos e indígenas a partir do século XV.

Portanto, posteriormente, trabalharemos com várias teorias sociológicas, conceitos e temas que nos ajudem na nossa imaginação sociológica. Ou seja, vamos partir do senso comum sobre como são entendidos os fenômenos sociais, sobre as relações que existem entre os indivíduos e problematizar esse senso comum. E aquilo que pode nos parecer “natural” nas relações sociais pode ser “desnaturalizado”, deixando de ser visto como natural e até mesmo imutável, para ser compreendido como é, algo social; ou, como nos diz Wright Mills (1975), para compreender nosso mundo cotidiano, vamos olhar além dele.

“TEORIA DA RELATIVIDADE E RELATIVIDADE DA TEORIA”

Vitor Lara

Uma charge bastante interessante circulou na internet uns anos atrás, em 2011, assinada pelo cartunista canadense Doug Savage, que mostrava como físicos e filósofos pensam de maneira diferente. Retratava uma conversa entre eles, bebendo em um bar, travando o seguinte diálogo:

Físico: “Eu estudo a teoria da relatividade.”

Filósofo: “Eu estudo a relatividade da teoria.”

A charge e o diálogo podem servir para começarmos uma discussão que queremos propor a você, estudante de Ensino Médio.

Algumas pessoas dizem, com frequência, que confiam mais na Física, na Matemática ou nas Engenharias (Ciências da Natureza) do que nas Ciências Humanas. O motivo seria que as Ciências da Natureza são “exatas”, enquanto que nas Humanas parece que tudo é “achismo”.

Há um certo consenso de que, do ponto de vista da Epistemologia (parte da Filosofia que lida com a Teoria do Conhecimento, isto é, discute a validade lógica e a coerência de uma determinada teoria ou área do conhecimento), uma Ciência como a Física seja mais

delimitada do que a Psiquiatria, por exemplo. Michel Foucault discute isso na sua obra *A microfísica do poder**.

Mas muito se engana quem acha que nas Ciências da Natureza as questões políticas e sociais possam ser desprezadas. Há diversos exemplos, onde podemos constatar, estudando a história das Ciências em uma perspectiva sociológica, o quanto as questões sociopolíticas são importantes para determinar a estrutura de uma determinada Ciência, inclusive a ponto de suas pesquisas serem manipuladas em virtude dos interesses de empresas e grandes corporações.

E você, estudante, já havia pensado a respeito disso? O que acha de aproveitarmos essa proposta de diálogo interdisciplinar para nos aprofundarmos nessa discussão?

Vitor de Oliveira Moraes Lara é professor de Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Graduado, Mestre e Doutorando em Física pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

*FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. I - Verdade e poder. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Revendo o capítulo

- 1 – Como pode ser definida a Sociologia?
- 2 – Cite um exemplo da vida em sociedade e de como a Sociologia poderia explicá-lo através do método científico.
- 3 – Explique o significado da ideia de *imaginação sociológica* e qual seria a importância de utilizá-la?
- 4 – Diferencie senso comum e Sociologia.

Dialogando com a turma

- 1 – Discuta com seus colegas de turma os motivos de sua escolha profissional. Se ainda não escolheu uma profissão, responda: a sociedade influenciará na sua escolha ou você terá autonomia para fazer uma opção?
- 2 – Pense em alguma preocupação que você tenha no seu cotidiano e como pode utilizar a ideia de imaginação sociológica para pensar as relações entre sua preocupação e as questões da sociedade.
- 3 – Baseando-se no exemplo dado no texto sobre os conhecimentos necessários para se combater o fumo, elabore junto com seus colegas outros exemplos em que se faça necessária a análise das Ciências Naturais e da Sociologia.

Verificando o seu conhecimento

- 1 – (ENEM, 2010)

As redes sociais de relacionamento ganham força a cada dia. Uma das ferramentas que tem contribuído significativamente para que isso ocorra é o surgimento e a consolidação da blogosfera, nome dado ao conjunto de *blogs* e blogueiros que circulam pela Internet. Um *blog* é um *site* com acréscimos dos chamados artigos, ou *posts*. Estes são, em geral, organizados de forma cronológica inversa, tendo como foco a temática proposta do *blog*, podendo ser escritos por um número variável de pessoas, de acordo com a política do *blog*. Muitos *blogs* fornecem comentários ou notícias sobre um assunto em particular; outros funcionam mais como diários *on-line*. Um *blog* típico combina texto, imagens e *links* para outros *blogs*, páginas da web e mídias relacionadas a seu tema. A possibilidade de leitores deixarem comentários de forma a interagir com o autor e outros leitores é uma parte importante dos *blogs*.

O que foi visto com certa desconfiança pelos meios de comunicação virou até referência para sugestões de reportagem. A linguagem utilizada pelos blogueiros, autores e leitores de *blogs*, foge da rigidez praticada nos meios de comunicação e deixa o leitor mais próximo do assunto, além de facilitar o diálogo constante entre eles.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 21 maio 2010 (adaptado).

As redes sociais compõem uma categoria de organização social em que grupos de indivíduos utilizam a internet com objetivos comuns de comunicação e relacionamento. Nesse contexto, os chamados blogueiros:

- (A) promovem discussões sobre diversos assuntos, expondo seus pontos de vista particulares e incentivando a troca de opiniões e consolidação de grupos de interesse.
- (B) contribuem para o analfabetismo digital dos leitores de *blog*, uma vez que não se preocupam com os usos padronizados da língua.

- (C) interferem nas rotinas de encontros e comemorações e determinados segmentos, porque supervalorizam contato a distância.
- (D) definem previamente seus seguidores, de modo a evitar que as pessoas que não compactuam com as mesmas opiniões interfiram no desenvolvimento de determinados assuntos.
- (E) utilizam os blogs para exposição de mensagens particulares, sem se preocuparem em responder aos comentários recebidos, e abdicam do uso de outras ferramentas virtuais, como o correio eletrônico.

2 – Observe a ilustração a seguir e assinale depois a alternativa que apresenta correspondência e sentido entre a resposta dada pelo João-de-Barro e a definição de senso comum:

- (A) A resposta do João-de-Barro reflete a sua integração ao senso comum.
- (B) A pergunta do outro João-de-Barro revela o seu inconformismo com o senso comum.
- (C) Os dois personagens do desenho assumem na sociedade comportamentos distintos, mas ambos podem ser identificados como característicos do senso comum.



- (D) A frase “resolvi inovar” significa, no caso, a ideia de assumir como natural um comportamento que poderia ser entendido como estranho.
- (E) O desenho objetiva provocar uma reflexão sobre a padronização do nosso pensamento e do nosso comportamento, que podem significar “coisas que fazemos sem pensar”.

Pesquisando e refletindo

Livros:

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Livro introdutório ao conhecimento sociológico, de fácil leitura e compreensão, apresentando o surgimento, a formação e o desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. *O que é realidade?* 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Texto que procura discutir a relação entre o “real” e o “irreal”, provocando uma reflexão sobre o sentido da vida humana. O autor apresenta o homem como responsável pela definição do que é ou não *realidade*, mostrando que essa ideia pode se modificar de acordo com o tempo e o espaço.

Filmes:

UM LOBO NA FAMÍLIA (*Walk Like a Man*, EUA, 1987). Direção: Melvin Frank. Com Howie Mandel. 90 min.

Um grupo de exploradores encontra um rapaz que foi criado por uma família de lobos na selva. Decidem levá-lo para a cidade, mas sua adaptação à civilização provoca muitas confusões.

O NÁUFRAGO (*Cast Away*, EUA, 2000). Direção: Robert Zemeckis. Elenco: Tom Hanks, Helen Hunt, Christopher Noth. Duração: 143 min.

Funcionário da Federal Express, que viaja pelo mundo controlando os serviços da empresa, sofre um acidente de avião e fica preso em uma ilha deserta. Sozinho na ilha, ele precisa lutar por sua sobrevivência e encontrar água, comida e abrigo. Ele, que tinha uma vida bastante agitada, é obrigado a mudar de ritmo. O filme nos mostra que, mesmo isolado numa ilha deserta, nós somos seres essencialmente sociais.

A GUERRA DO FOGO (*La Guerre du Feu*, FRA, 1981) **Direção:** Jean-Jacques Annaud. 97min.

O filme se passa nos tempos pré-históricos, em torno da descoberta do fogo. A tribo Ulam vive em torno de uma fonte natural de fogo. Quando este se extingue, três membros saem em busca de uma nova chama. Depois de vários dias andando e enfrentando animais pré-históricos, eles encontram a tribo Ivakas, que descobriu como fazer fogo. Importante para discutir como os indivíduos, na sua relação com a natureza, constroem a realidade socialmente.

Conectados na internet e nas redes sociais:

(SOCIO)LIZANDO: <http://sociolizando.wordpress.com/>

Segundo o seu criador, o prof. Ricardo Festi, este é mais um Blog que serve como “um instrumento pedagógico de diálogo e reflexão das aulas de Sociologia”. O espaço foi pensado inicialmente para os seus alunos de Ensino Médio, em escolas de São Paulo, mas se coloca também como “um instrumento de diálogo e reflexão” voltado para outros professores da disciplina. Acesso: fevereiro/2013.

SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI:

<https://www.facebook.com/groups/178097368900032/>

Página do Facebook criada por professores, com ampla participação de docentes e alunos na postagem de informações diversas, vídeos e textos relacionados à disciplina, servindo também como um espaço para comentários e debates sobre questões polêmicas presentes em nossa sociedade. Acesso: fevereiro/2013.

FLORESTAN FERNANDES, O MESTRE: <http://vimeo.com/15841757>

Vídeo que retrata a vida do engraxate, garçom, professor e sociólogo Florestan Fernandes. O documentário foi dirigido por Roberto Stefanelli e produzido pela TV Câmara. Uma obra que nos faz refletir sobre o papel da Sociologia na realidade brasileira. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

SENSO COMUM – Autores e intérpretes: Bastianas.

A letra apresenta algumas crenças presentes na cultura popular brasileira, identificando-as com a definição de senso comum.

PARADIGMA – Autores: Leonardo Vieira, Doddi, Yasmin Fróes. Intérpretes: Knowhow.

Rock cuja letra, sob o ponto de vista dos jovens, questiona os paradigmas apresentados pelo mundo adulto.

Filme Destaque:

Columbia Pictures/Pete Travis



PONTO DE VISTA (*Vantage Point*, EUA, 2008).

FICHA TÉCNICA:

Direção: Pete Travis.

Elenco: Zoe Saldana, Matthew Fox, Forest Whitaker, Dennis Quaid. Duração: 90 min.

SINOPSE:

O presidente dos Estados Unidos, Ashton, participará de uma conferência mundial sobre o combate ao terrorismo em Salamanca, na Espanha. Thomas Barnes e Kent Taylor são os agentes do Serviço Secreto designados para protegê-lo durante o evento. Entretanto, logo em sua chegada o presidente é baleado, o que gera um grande tumulto. Na multidão que assiste ao atentado está Howard Lewis, um turista americano que estava gravando tudo para mostrar aos filhos quando retornasse para casa. A partir da perspectiva de diversos presentes no local antes e depois do atentado é que se pode chegar à verdade sobre o ocorrido.

Capítulo 2

“Quem sabe faz a hora e não espera acontecer?” A socialização dos indivíduos

Esta é uma pergunta inspirada numa canção – “Pra não dizer que não falei das flores” – de Geraldo Vandré, cantor e compositor brasileiro que, no final da década de 1960, contagiou jovens e adolescentes defendendo a ideia da busca por um mundo melhor.

Colocamos esta pergunta para desencadear um debate que faz parte dos estudos sociológicos desde quando a Sociologia passou a ser entendida como ciência e disciplina acadêmica nas universidades europeias, do século XIX. Trata-se da questão sobre se é o pensamento e a ação dos indivíduos

que influenciam a sociedade como um todo ou se é o contrário, ou seja, se é a sociedade que influencia e determina o pensamento e o comportamento de cada indivíduo. Este é um grande dilema e um dos grandes temas da Sociologia a respeito do comportamento humano. É a reflexão sobre a socialização dos indivíduos. Então, vamos com calma... Primeiro, vamos refletir sobre esse conceito de socialização e depois entender como alguns dos principais pensadores trataram as relações entre indivíduo e sociedade.



Almoço entre amigos – a socialização está presente em todas as nossas relações com os indivíduos.

Alyxandra Gomes Nunes

Quando falamos em **socialização dos indivíduos**, estamos sugerindo que aquilo que nós somos é o resultado de um processo que aprendemos na convivência com outros seres humanos, com base em valores, ideias, atitudes e fazeres comuns. Ou seja, seus sentimentos sobre uma criança, sua ideia sobre um assunto, seu tratamento de respeito aos idosos ou seu modo de vestir, são aprendidos através do seu contato com as gerações anteriores. Você é consciente do que faz, sente e pensa na sua relação com outras pessoas. Então imaginemos uma situação.

Quando nasce uma criança, a vida dos adultos/pais muda completamente. Suas preocupações cotidianas passam a ser compartilhadas com a existência dos filhos. Entretanto, dependendo de como a criança é fisicamente, podemos intuitivamente imaginar como ela poderá ser tratada pela família, pelos vizinhos ou pelos conhecidos e qual a expectativa desses sobre os comportamentos e atitudes que devem tomar.

Se a criança for do sexo feminino, teremos, com o passar dos anos, vários rituais específicos, roupas bem características e comportamentos e atitudes que serão esperadas – inclusive em relação ao seu desempenho profissional. Dependendo dos valores que receber dos adultos, pode ter um comportamento submisso ou, então, um comportamento de disputa ou de paridade perante os homens. Se a criança for do sexo masculino, teremos outros rituais, roupas, comportamentos e atitudes também “característicos”. Se a criança vive numa sociedade em que existem pessoas de cores de pele ou etnias distintas, dependendo de como a maioria dessa sociedade pensa, a criança, sendo negra ou branca, poderá ser tratada de uma forma diferente, com privilégios ou não. Os olhares para a cor, para os cabelos, para o

nariz ou para outros aspectos físicos poderão representar uma determinada visão de mundo, com as suas possíveis definições a respeito do caráter, da origem e da expectativa de um futuro de sucesso ou não.

Se a criança sob os nossos cuidados vive em uma sociedade dividida em classes sociais, ou seja, em que há pessoas que não compartilham a mesma condição econômica de acesso às riquezas produzidas pela sociedade e, o mais importante, em que a possibilidade de ascensão social é muito restrita, essa criança, para ter certo sucesso, dependerá em muito da condição econômica e possibilidade de acesso a esses bens.



Image Source/ Jose Pelaez

A socialização acontece desde a infância.

Podemos imaginar mais coisas como, por exemplo: e se a criança tiver alguma necessidade educacional especial? E se suas referências de vida (valores, moralidade, ética, jeito de se comportar etc.), influenciadas por nós, forem muito diferentes e até contrapostas aos futuros coleguinhas de escola da mesma idade? E se a

sua religião não for aquela da maioria das pessoas, mas outra, com costumes e rituais entendidos como “estranhos” ou “repulsivos”? E se o seu jeito de falar (sotaque) soa esquisito para seus amiguinhos? E se...?

Enfim, o que podemos observar é que todos nós somos socializados de acordo com nosso ambiente social. A

primeira fase de socialização é chamada de *socialização primária*, ou seja, aquela que acontece nas famílias. Cada vez mais, no entanto, na medida em que o pai e a mãe trabalham fora, a socialização primária pode ocorrer também nas creches, onde nós, quando crianças, passamos a maior parte do dia. Quando ingressamos nos anos iniciais do ensino fundamental ou quando tomamos contato com outros ambientes fora de nossa família, através dos colegas da rua, grupos de jovens da igreja, ou quando vemos TV, acontece a chamada *socialização secundária*. Os dois tipos de socialização condicionam nossas relações com outros indivíduos e, dependendo da forma, do ambiente social e da educação que recebemos nós adotamos ou abandonamos uma série de *papéis sociais*. **Um papel social é um comportamento esperado de um indivíduo que ocupa uma determinada posição na sociedade.** Mas quer dizer, então, que cada um de nós não tem liberdade ou margem de manobra para adotar um certo papel social? A resposta a esta questão foi e continua sendo um dos grandes debates dos teóricos da Sociologia até hoje.

Como dissemos no capítulo anterior, a imaginação sociológica significa perceber a conexão entre as

Luiz Fernandes



Na vida cotidiana, estamos sempre cumprindo diversos papéis sociais e participando do processo de socialização secundária. Na foto, encontro com estudantes em Macaé - RJ, em 2005.

histórias pessoais e as estruturas das sociedades. Se as estruturas sociais são padrões estáveis de relações entre os indivíduos, então como avaliar que os indivíduos não têm livres escolhas ou margens de manobra? Veremos à frente três autores que deram respostas diferentes a essa mesma questão mas que, no fundo, contribuíram para que a Sociologia se consolidasse como ciência, pois eles elaboraram teorias que procuraram explicar a vida social e que também nos dizem como e por que determinados fatos se relacionam.

A Sociologia como ciência da sociedade

A Sociologia é uma ciência nova, que tem pouco mais de um século de vida. Ela desenvolveu-se, como disciplina acadêmica, em um momento de intensas transformações da sociedade europeia. Vejamos o que aconteceu na Europa a partir do século XV até o século XIX.

Você já deve ter estudado em História que nesse período ocorreram grandes transformações econômicas: as trocas comerciais se expandiram, os europeus entraram em contato com outros povos, da Ásia, da África e das Américas, intitulado

como “descobrimientos” e, por meio da organização de grandes empreendimentos comerciais e agrícolas, como foi o caso da lavoura da cana-de-açúcar – mas também do tráfico de escravos e da promoção de pilhagens e saques –, obtiveram como resultado um acúmulo de riqueza inigualável até aquela época. A expansão marítima foi acompanhada por um grande desenvolvimento das ciências e o florescimento e a expansão da cultura europeia que, a partir do Renascimento, transformou o homem europeu no modelo universal de razão e humanidade.

A partir do século XVIII, com a primeira Revolução Industrial, a produção de mercadorias se expandiu, assim como o crescimento das cidades. Um grupo social em ascensão – a burguesia – tornou-se dominante, tomando o lugar da nobreza e do clero – que até então comandavam a sociedade feudal –, e na qualidade de proprietário das fábricas, das terras e

das matérias-primas, acumulou para si próprio o resultado da produção das riquezas a partir das sociedades europeias.

Paralelamente a esse processo, ocorreram grandes transformações políticas. Com o poder econômico da burguesia, os feudos medievais começaram a desaparecer e iniciou-se um processo de surgimento dos Estados Nacionais. Em 1789, aconteceu a Revolução Francesa, que, inspirada pelo Iluminismo e sob o lema da “Igualdade, Fraternidade e Liberdade”, declarou que os homens *eram todos iguais perante a Lei* e tinham direitos universais, lançando as bases políticas do que ficamos entendendo, mais tarde, como *cidadania*. Este tema será estudado, posteriormente, com mais atenção.

Para ilustrar melhor as mudanças que ocorreram nesse período, vejamos alguns quadros comparativos entre a Idade Média e o início dos chamados “Tempos Modernos”.

Em relação ao desenvolvimento econômico:

ATÉ MEADOS DO SÉCULO XV – FEUDALISMO

- A produção era restrita aos feudos.
- A principal propriedade era a terra, que pertencia ao senhor feudal.
- O servo podia usar uma parte das terras do senhor e era proprietário de alguns instrumentos de trabalho, porém estava preso a algumas obrigações feudais.
- Grande parte da produção sustentava o senhor feudal e a Igreja.
- O lugar principal para se viver era o campo.
- Classes sociais principais: senhores e servos.

DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

- Produção de excedentes com objetivos de mercado.
- A principal propriedade passou a ser o capital com objetivos de obter lucro.
- O trabalhador livre é forçado a vender sua força de trabalho sob as condições definidas pelo mercado, por não ser possuidor de meios de produção (terras, ferramentas etc).
- Produção com o objetivo de aumentar os lucros.
- Aparecimento das grandes cidades europeias.
- Classes sociais principais: burguesia e trabalhadores assalariados.

Em relação à organização política:

ATÉ MEADOS DO SÉCULO XV – FEUDALISMO

- Senhores feudais e a Igreja dominavam os servos e camponeses.
- Ausência de Estados e Nações.
- As teorias que justificavam o poder do senhor feudal e da Igreja se baseavam na “vontade de Deus”.

DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

- Surge o Estado Nacional patrocinado principalmente pela burguesia.
- Aparecimento das Nações e da figura do Estado.
- Surgem as teorias políticas que sustentavam a ideia de Estado Nacional.
- Baseadas no Iluminismo (no século XVII e, principalmente, XVIII), essas teorias políticas ganharam força e se tornaram justificativas para a existência do Estado e das Leis.

Em relação às mentalidades e conhecimentos:

ATÉ MEADOS DO SÉCULO XV – FEUDALISMO

- Teocentrismo.
- A verdade estava na Bíblia e na autoridade da Igreja.
- A religião era tudo. A realidade era explicada pela vontade de Deus.
- Qualquer mudança era contrária à vontade de Deus.
- O conhecimento significava contemplar a realidade criada por Deus.

DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

- Antropocentrismo.
- A verdade obtida pela razão e pelos métodos científicos.
- A realidade explicada a partir do que acontecia na Terra entre os homens.
- O progresso passou a ser o objetivo humano.
- O conhecimento significava transformar a natureza, dominá-la.

Mapa político da Europa



Foi no continente europeu que surgiu a Sociologia como ciência da sociedade.

A Sociologia, portanto, surgiu neste contexto de mudanças, a partir da necessidade do homem europeu em tentar explicar cientificamente o mundo, suas relações com outros homens e com outras sociedades que passou a conhecer.

Ora, como explicar que, na Europa, com toda a riqueza gerada pela Revolução Industrial, houvesse, simultaneamente, o aumento da pobreza e da miséria dos trabalhadores? Por que a Revolução Francesa clamava pela igualdade e pela fraternidade, mas o que

se via era o aumento da desigualdade social e econômica?

Por outro lado, por que nas Américas, entre os nativos, apesar das hierarquias existentes entre eles, não existiam pessoas passando fome antes da chegada dos europeus? Da mesma forma, por que na África existiam sociedades inteiramente diferentes, com costumes diferentes, deuses diferentes, tradições familiares diferentes?

Na verdade, o que estava ocorrendo também era a “libertação” dos homens europeus das explicações de origem divina em direção ao predomínio da razão humana, ou seja, tudo passava a ser explicado pelos próprios homens e não mais somente por Deus. E mais: com o desenvolvimento das técnicas e da ciência, os homens europeus começavam a dominar mais a natureza e as próprias relações entre eles. Enfim, fazia-se necessária uma explicação para todas essas mudanças, elaborando leis científicas, conceitos e teorias.

Portanto, a Sociologia surge diante das grandes mudanças que ocorreram nessa época.

Dentre as diversas teorizações que são elaboradas, três autores se destacam e são considerados, nos dias de hoje, como as grandes referências “fundadoras” desse novo campo do conhecimento científico. São eles Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. A seguir, vamos apresentar uma pequena introdução ao pensamento desses três sociólogos fundamentais, abordando um ou outro aspecto central das ideias de cada um deles. Suas teorias, de qualquer forma, nos acompanharão daqui para frente em nosso contato com a Sociologia, servindo como base para as formulações de diversos intelectuais que surgirão depois.

É necessário mudar o mundo

Karl Marx (1818-1883) nasceu na Alemanha e seu principal objeto de

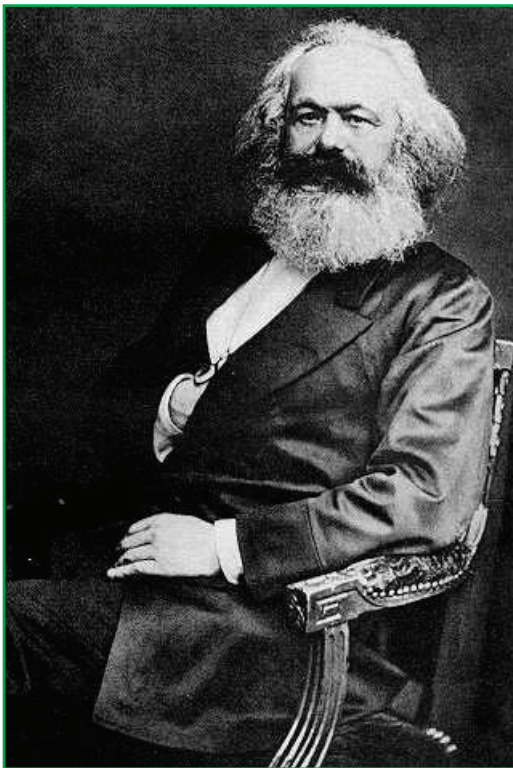
estudo foi a sociedade capitalista de sua época. Seu pensamento, porém, não tinha preocupação somente com a análise, mas com uma ação militante de organização e luta contra as injustiças existentes no capitalismo. Em um de seus escritos filosóficos afirmou que, até aquele momento, “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (cf. MARX, 1979, p. 14).

Estudioso com amplos conhecimentos em História e Economia, Marx estava interessado, portanto, em desenvolver estudos e pronunciar leis científicas com o objetivo não somente de compreender, como também de transformar a realidade. Uma das conclusões importantes de seus estudos foi de que “a história da humanidade é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 8). O que ele quis dizer com isso?

Sua análise sobre os indivíduos e a sociedade passa pela compreensão de que todos os indivíduos, através da História, se relacionam com os outros e com a natureza de uma determinada maneira. Ou seja, para analisar uma realidade social é necessário observar como o homem transforma a natureza, através do seu trabalho, e quais as formas de relações que ele estabelece com os outros indivíduos. Nesse sentido, o trabalho é entendido por Marx como a essência da existência humana.

Marx era *materialista*, não no sentido presente no senso comum, mas no entendimento de que *são os homens que constroem sua história e suas relações sociais, através da produção material de sua existência*. Em todas as sociedades, através do trabalho, os homens se relacionam com outros e, assim, juntos, constroem a sociedade. Isto ele chamou de *relações sociais de produção*. Porém, segundo Marx, essas relações têm características específicas, de acordo com a História e a sociedade

de cada época. Além disso, essas relações são estabelecidas em meio a inúmeras contradições e conflitos entre os homens.



Karl Marx (1818-1883), um dos autores clássicos da Sociologia contemporânea.

Na História da humanidade, com o aumento da produção de riquezas, ocorreu uma divisão do trabalho entre os homens: entre agricultores e pescadores, entre homens e mulheres, entre trabalho manual e intelectual, até a chegada da divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção (terras, fábricas, instrumentos de trabalho etc), ou seja, a formação das classes sociais.

Classe social, na concepção de Marx, trata-se de um conceito. Este se define a partir da própria constituição de todas as sociedades caracterizadas pela divisão do trabalho e da riqueza entre proprietários e não proprietários. Nestes casos, as duas classes sociais principais – proprietários e não proprietários – serão sempre

antagônicas e excludentes, pois seus interesses materiais, em função da própria forma de organização da sociedade, nunca poderão coincidir. A partir dessa concepção, então, é que Marx afirma que o que move a História humana – as grandes transformações – é a *luta de classes*, com uma classe proprietária dos meios de produção explorando economicamente e dominando politicamente a outra. Essa classe dominada, não proprietária dos meios de produção, é formada pelos trabalhadores, sejam eles escravos, servos ou proletários – dependendo de como as sociedades se constituíram historicamente (deve-se observar que, no caso dos escravos, além deles não serem proprietários dos meios de se produzir riquezas, eles próprios eram considerados como “propriedade” dos seus senhores). Essa classe de não proprietários, por sua vez, por ser aquela que efetivamente produz socialmente a riqueza através do seu trabalho, é exatamente a classe que, para Marx, a partir de uma tomada de consciência da sua própria condição de classe explorada (que Marx chama de *consciência de classe*), pode subverter a sua subordinação, levantar-se contra os proprietários e se apropriar da riqueza, constituindo, nesse processo, uma nova sociedade.

Essas mudanças radicais que podem ocorrer na História são conhecidas como *revoluções sociais*. Estas, na visão de Marx, significam exatamente uma mudança ocorrida em momentos de grandes crises sociais, políticas e econômicas, com conflitos abertos e violentos entre as classes antagônicas, abrindo a possibilidade de derrubada das classes dominantes pelas classes dominadas. Nesse sentido, as Revoluções Industrial e Francesa significaram a ascensão e a tomada do poder por uma determinada classe social em ascensão, a burguesia, que até então

era subordinada à nobreza e ao clero. Por este motivo, essas revoluções foram definidas por Marx como *revoluções burguesas*. Em relação ao mundo feudal pré-existente na Europa, Marx entendia que essas revoluções eram “progressistas”, pois significaram a constituição de uma sociedade moderna, capitalista, libertada das “amarras” que impediam o desenvolvimento econômico e tecnológico de sociedades que se encontravam praticamente estagnadas. Marx, no entanto, defendia que essas revoluções burguesas fossem superadas por outra revolução mais radical, na qual a classe dos não proprietários se apoderaria da produção e do poder político em mãos da burguesia. Ele se referia, nesse caso, à necessidade de que o proletariado realizasse uma *revolução socialista*.

Para Marx, portanto, o papel do indivíduo na História e na sociedade não pode ser entendido se não se levar em consideração a classe social a qual ele pertence, ou seja, a posição que o indivíduo ocupa nas relações sociais de produção. Essa análise é chamada de *Materialismo Histórico*, justamente porque, no seu entendimento, cada indivíduo pertencente a uma classe social se posiciona na sociedade de acordo com o papel que cumpre nas relações sociais de produção, através do trabalho. Em outras palavras, o indivíduo na sociedade se move de acordo com sua posição social nas relações de produção, ou seja, para entender as ações dos indivíduos é necessário observar suas histórias, inseridas numa classe social.

Marx viveu no século XIX, uma época de intensas transformações na Europa, com a eclosão e a expansão de diversas revoluções burguesas. Ele acompanhou pessoalmente essas revoluções, contribuindo sociologicamente para a sua compreensão. Ao mesmo tempo, ele considerava a situação da classe trabalhadora como injusta e que era

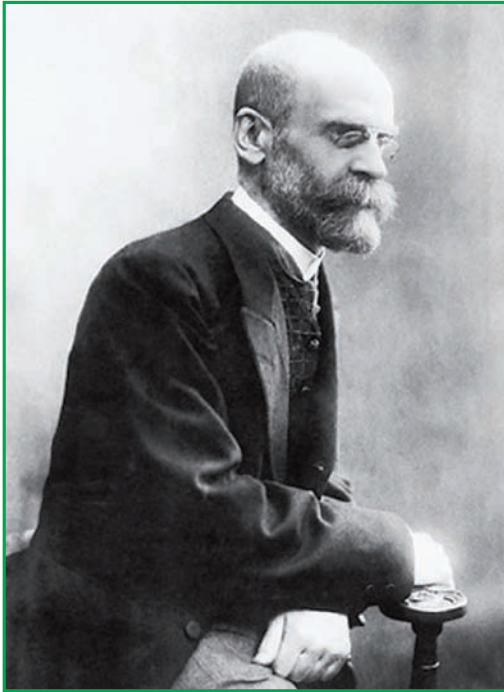
necessário modificá-la radicalmente. Assim, a partir de sua análise sobre a sociedade capitalista de sua época, Marx propõe que a classe explorada, ou a grande maioria dos indivíduos, que eram trabalhadores assalariados que não possuíam os meios de produção (fábricas, terras etc.), se organizassem em associações, sindicatos e partidos políticos. Primeiramente, o objetivo seria a formação política e tomada da sua consciência de classe, enquanto classe trabalhadora; depois, numa etapa posterior da sua organização, para transformarem a sua realidade de exploração e construir uma nova sociedade, sem a participação dos proprietários privados dos meios de produção (ou seja, industriais, comerciantes, banqueiros), mas cuja riqueza fosse apropriada coletivamente por todos os trabalhadores.

A sociedade está na cabeça de cada pessoa

Émile Durkheim (1858-1917) é considerado o pai da Sociologia acadêmica, pois foi o autor que sistematizou, definiu e aplicou a Sociologia nos espaços acadêmicos da França, no final do século XIX.

Na segunda metade do século XIX, a Europa e a França viviam grandes conflitos sociais, com a ocorrência de diversas insurreições e revoluções. Durkheim, nesse contexto, tinha uma grande preocupação com a estabilidade da ordem social. Para isso, ele precisava entender os mecanismos de funcionamento da sociedade de sua época.

Sua teoria se caracteriza por afirmar que as sociedades são regidas por uma *consciência coletiva*, expressa em *fatos sociais*. Ele quer dizer, com isso, que a sociedade está na cabeça de cada indivíduo e de todos ao mesmo tempo. É como se houvesse dois de nós dentro de nós mesmos...



Leemage/Other Images

Émile Durkheim (1858–1917), sociólogo francês, assumiu a primeira cátedra de Sociologia criada na França (Universidade de Bordéus).

Durkheim afirma que a sociedade molda o homem, seus comportamentos, atitudes, ideias e ações. Assim, temos os *atos sociais*. Estes, segundo Durkheim, são os modos de agir dos indivíduos que são introjetados na mente de cada um de nós. Ou, nas suas próprias palavras: “(...) consistem em maneiras de fazer ou de pensar, reconhecíveis pela particularidade de serem capazes de exercer sobre as consciências particulares uma influência coercitiva” (DURKHEIM, 2007, p. XXVII).

Os fatos sociais, portanto, segundo as definições apresentadas no parágrafo acima, exercem “uma influência coercitiva”, ou seja, um poder de pressão, de obrigação. Esta é uma das três características dos fatos sociais: a **coercitividade**. A segunda característica diz respeito a ideia de que, se os fatos sociais são “introjetados na mente” dos indivíduos, é porque eles estão presentes na sociedade em geral, sendo “exteriores” aos indivíduos. Temos, então, a sua segunda característica: a **exterioridade**.

Por fim, de acordo com Durkheim, o fato social “é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007, p. 13). Isto significa dizer que os fatos sociais são comuns a todos os indivíduos em uma determinada sociedade. Temos agora, então, a sua terceira característica, a **generalidade**.

Durkheim afirma, dessa forma, que quando uma pessoa nasce já encontra fatos sociais estabelecidos coletivamente, que a seguirão pela vida e que se manterão depois de sua morte.

O modo como esses fatos são representados na vida de cada um de nós, segundo Durkheim, é que definem o que ele chama de *consciência coletiva*. Esta é formada por ideias comuns a todos, que está espalhada na sociedade como um todo, constituindo uma determinada *consciência de sociedade*, que acaba por definir a nossa conduta. É a consciência coletiva que vai impor as *regras sociais* que precisarão ser obedecidas por cada indivíduo, ou seja, as normas de comportamento que regem a vida de todos.

A consciência coletiva, por sua vez, se manifesta através da cooperação entre os indivíduos. Durkheim define essa cooperação como a *divisão do trabalho social*, que vem a ser o nível de especialização das funções entre os indivíduos, em uma dada sociedade. A divisão do trabalho social, para Durkheim, está relacionada à outra definição importante, a *solidariedade*. Esta dependeria do número de especializações existente na sociedade, se subdividindo de duas formas: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

A *solidariedade mecânica* é típica daquelas sociedades nas quais a divisão do trabalho social é pouco diferenciada, se distinguindo somente em alguns papéis sociais,

em função do gênero (se homem ou mulher) ou de acordo com a idade. Na definição de Durkheim, a solidariedade mecânica é característica de sociedades tribais e feudais, onde há pouco desenvolvimento tecnológico. Nestas sociedades, a *solidariedade* não se dá em função de alguma dependência ligada ao trabalho, mas sim por causa da tradição, da religião ou de alguma forma de sentimento comum a todas as pessoas.

Já a *solidariedade orgânica* é típica das sociedades industriais, nas quais a divisão do trabalho social é diferenciada e complexa, onde os indivíduos estão juntos porque fazem coisas diferentes – são interdependentes. Nessas sociedades, a solidariedade é dada pela grande *especialização das funções* e a divisão profissional do trabalho.

Portanto, para Durkheim, estes são os dois tipos de cooperação existentes entre os indivíduos, que dependem do nível de solidariedade existente na sociedade, dividindo-se entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Na primeira há pouca divisão do trabalho social e na segunda há uma intensa divisão do trabalho social.

Assim, quando Durkheim constrói sua teoria ele está nos informando que o indivíduo é também um ser social, ou seja, ele é socializado a partir do que já existe na consciência coletiva.

O indivíduo é um ser que apresenta a sua própria personalidade. Ao mesmo tempo a sociedade vive na mente dele. Imaginem se levássemos uma pessoa do lugar onde ela vive para outra sociedade muito diferente ou mesmo para uma ilha deserta. Certamente ela levará muito da sociedade consigo. Enfim, não é apenas o indivíduo que faz parte da sociedade: esta faz parte dele como um todo.

Vejamos um exemplo bastante importante para explicitar ainda mais o que Durkheim pensava a respeito das

relações entre indivíduo e sociedade. Ele desenvolveu uma pesquisa para entender o suicídio como fenômeno social. Se para Durkheim a vida social tem a sua natureza própria, suas características próprias, sua lógica, então a vida social não é o mero somatório de indivíduos, mas sim uma ordem coletiva onde cada um se reconhece como integrante em relação ao todo. Então, Durkheim utiliza a teoria sociológica para explicar que qualquer ato individual – como é o caso, por exemplo, do suicídio – é um fato social.

Durkheim (1973b) diz que: “(...) o suicídio é toda morte que resulta mediata ou imediatamente de um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima” (p.468). Depois, ele pergunta se o suicídio será mesmo um ato somente individual. E responde assim:

É certo que podem ser analisados (os suicídios) sob um aspecto completamente diferente (...). Com efeito, se em vez de vermos neles apenas acontecimentos particulares, isolados uns dos outros e que necessitam cada um por si de um exame particular, considerarmos o conjunto dos suicídios cometidos numa determinada sociedade durante uma dada unidade de tempo, constatamos que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, uma coleção de elementos, mas que constitui por si um fato novo e *sui generis*, que possui a sua unidade e a sua individualidade, a sua natureza própria, por conseguinte, e que, além disso, tal natureza é eminentemente social.

(DURKHEIM, 1973b, p.471)

Para verificar a sua tese, Durkheim entendeu como necessária a aplicação de uma determinada metodologia de pesquisa. Comparou as taxas de suicídios entre os países da Europa ao longo de cerca de três décadas (1841 a 1872), fez análises e relações quanto à idade, sexo, horário dos suicídios, meios sociais em que se deram (religião, sociedade política, familiar, grupo profissional etc.) e acontecimentos históricos ocorridos com os países no período da pesquisa (crises, crescimento ou conflitos econômicos, políticos ou sociais), entre outras variáveis.

Diante dos dados pesquisados e das diversas tabelas estatísticas, Durkheim, já no início de sua pesquisa, destacou duas evidências: a impressionante regularidade no número de suicídios, seja de forma absoluta (total de suicídios), seja de forma relativa (quanto à taxa de suicídio por habitante) e, se comparadas a taxa de mortalidade geral com a taxa de suicídio, verificou que esta última não é só mais constante durante longos períodos de tempo, como também possui uma invariabilidade maior.

Em busca da determinação das causas produtoras do suicídio, o autor procurou relacioná-las com os diferentes meios sociais em que eles se deram. Assim, constatou que, para cada grupo social, existiria uma tendência específica para o suicídio. Este não resultaria de outra natureza senão de causas sociais sendo, portanto, um fenômeno social. Após esta constatação, Durkheim tentou primeiro apresentar as respectivas condições de existência de determinados fatos sociais, que poderiam contribuir para a ocorrência de suicídios, para, em

seguida, buscar uma classificação do fenômeno. Então, do ponto de vista dos indivíduos, foi possível distinguir três tipos de suicídios: o *anômico*, o *egoísta* e o *altruísta*.

Os três tipos, conforme concluiu Durkheim, são determinados pela forma como o indivíduo está integrado à sociedade e sua ordem social, ao grupo social do qual faz parte e suas regras.



Juca Varella/Folhapress

Nas guerras, o indivíduo se anula ao se submeter às regras que suplantam a sua razão de viver. Na foto, soldados brasileiros fazem exercícios de guerra nas margens do rio Negro (AM).

Como você poderá observar, no quadro a seguir, o suicídio anômico e o suicídio egoísta assemelham-se pelo fato de que, nesses casos, o coletivo não está atuando de maneira intensa no espírito dos indivíduos, um pela ausência de regras, o outro pela ausência de razão e significação.

Durkheim tentou demonstrar, com o seu estudo sobre o suicídio, que a sociedade influencia significativamente o pensamento e o comportamento dos indivíduos.

O **suicídio anômico** (da situação de anomia) é próprio das circunstâncias de desregulamento, quebra de harmonia. São exemplos as crises econômicas (no estudo, os casos da Prússia e da Itália) e, no meio familiar, o divórcio e a viuvez.

O **suicídio egoísta** ocorre na medida em que aumenta o grau de individualismo em relação ao coletivo, o indivíduo distancia-se do grupo e dos interesses comuns e em seu comportamento predominam os interesses particulares. São exemplos o individualismo religioso entre os protestantes (enquanto os católicos manifestavam, na época de Durkheim, ao contrário, um forte efeito integrador), e o individualismo doméstico e político (nas crises políticas nacionais ele diminui, pois o grupo adquire uma integração mais forte).

O **suicídio altruísta** está no inverso dos outros dois pois, neste caso, o indivíduo se anula ao submeter-se às regras que suplantaram a sua própria razão de viver. São exemplos os rituais em pequenas sociedades, clãs, tribos etc. e no meio militar: ele aumenta com a duração do serviço militar; a ocorrência é mais elevada entre os voluntários e os que voluntariamente se alistam de novo ao serviço; é mais elevada entre os oficiais e subalternos do que entre os soldados rasos; resulta do espírito militar e do conseqüente estado de altruísmo; é tanto mais forte quanto menor for a tendência dos povos para o suicídio egoísta; atinge o máximo de ocorrências nas tropas de elite; decresce à medida que o suicídio egoísta se desenvolve.

Só fazemos o que faz sentido

Outro autor importante para pensar nossa discussão é Max Weber (1864-1920), considerado como um dos mais complexos e eruditos entre os teóricos da Sociologia. Seus estudos têm raízes filosóficas no pensamento alemão do século XIX.



Max Weber (1864 – 1920), sociólogo e cientista político alemão, um dos fundadores clássicos da Sociologia.

Leemage/Other Images

Diferentemente de Marx e Durkheim, Weber afirma como seu pressuposto básico que a sociedade é o resultado das diversas ações entre os indivíduos, e que todos são capazes de agir livremente, de acordo com distintas alternativas à sua escolha. Vamos explicar melhor isso.

Para Weber todo indivíduo é dotado de capacidade e vontade para assumir uma posição consciente no mundo. Por outro lado, ele acreditava que, por ser a realidade humana muito diversificada, não era possível compreendê-la em sua totalidade, mas somente as inter-relações que existissem entre determinados fenômenos. Mas o que isso tem a ver com as relações entre indivíduos e sociedade?

Não é complicado. Weber diz que para compreender a sociedade é preciso entender a ação social, ou seja, uma ação que o indivíduo comete quando leva em consideração as ações dos outros indivíduos em suas atitudes e intenções.

Para ele, a ação humana tem necessariamente um sentido, portanto,

é possível compreender as ações de vários indivíduos para compreender a sociedade e sua estrutura. Assim ele também faz classificações e tipologias, como fez Durkheim.

Weber classifica a ação dos indivíduos em quatro tipos: *tradicional*, *afetivo*, *racional relacionado a valores* e *racional com relação a fins*. Para ele, todos esses tipos de ação têm uma intencionalidade. E dá um exemplo bastante simples: uma pessoa entra numa loja para comprar sapatos. Se essa pessoa compra influenciada pela moda, sua ação é do tipo **tradicional**, ou seja, baseada no que todos fazem. Mas, se ela compra porque sapatos lhe agradam e isso lhe dá prazer, sua ação é do tipo **afetivo**. Se a compra dos sapatos é baseada no fato de que um determinado modelo possa lhe dar *status* ou certo prestígio, sua ação é **racional em relação aos valores**. Por fim, se a compra é baseada no fato de que os modelos de sapatos escolhidos sejam exigidos como parte do uniforme de trabalho ou de alguma outra atividade, sua ação é do tipo **racional com relação a fins**.

Repare bem que Weber estabelece tipos de ação. Mas elas não são assim tão bem divididas. Ninguém, na prática, vai comprar um sapato pensando nos tipos de ação separadamente. Isso não acontece. Nessas ações os tipos se confundem, se encaixam uns nos outros. As razões se misturam, dependendo do sujeito e do momento.

É importante ressaltar também que, para Max Weber, esses tipos de ação nunca correspondem exatamente ao que acontece na realidade cotidiana. Eles são, na verdade, “aproximações” teóricas e “idealizadas” da realidade. Por esse motivo é que ele se refere a qualquer uma dessas definições como simplesmente um modelo que serviria de referência para a reflexão teórica – que ele chama de *tipo ideal*.

Mas, espere um pouco! Voltando a pensar nos tipos de ação e nos exemplos que citamos anteriormente: isso quer dizer que os indivíduos agem como querem e bem entendem? Weber responde que não, pois, na sua concepção, o indivíduo só age em relação ao comportamento dos outros indivíduos. É a partir disso que ele realiza uma ação e não como bem entende. Isso ele chama de *juízo de possibilidade*. Ou seja, a possibilidade da ação do indivíduo se baseia nos regulamentos que fazem sentido para vários indivíduos. Daí, Weber dizer que nas sociedades há uma condensação de expectativas recíprocas – são as regras e a ordem social que acontecem quando os indivíduos aceitam as normas como se fossem “naturais”. E quando as normas se tornam “naturais”, criam-se as ações esperadas de todos os indivíduos e grupos numa determinada sociedade. Decorrem, enfim, as leis, as instituições, o Estado e a sociedade em geral.

Para Max Weber, compreender as relações entre indivíduo e sociedade é compreender os sentidos e os significados das ações dos indivíduos, os pontos de vista dos sujeitos e as interações entre eles – assim como os significados dessas interações.

Além dessa teoria sociológica acerca da ação dos indivíduos, ele também escreveu sobre vários outros assuntos, tais como o fenômeno da burocracia nas sociedades modernas; o capitalismo e suas origens nas sociedades ocidentais; as religiões; o Estado; o poder e os tipos de dominação.

Veremos ao longo deste livro que este autor, assim como Karl Marx e Émile Durkheim, elaborou conceitos e teorias sociológicas que têm influenciado por longos anos o pensamento social, com reflexos em diversas áreas do conhecimento

acadêmico – como a História, o Direito e a Administração –, fornecendo-nos diversas pistas para interpretar alguns fenômenos importantes de nossa época.

A socialização e você

Esses três autores, Marx, Durkheim e Weber, chamados de *clássicos* no campo de estudos da Sociologia, representam algumas das principais teorizações acerca das relações entre indivíduo e sociedade. Eles são considerados “fundadores” da Sociologia como disciplina, em função da importância, da extensão e da influência das suas obras.



Valquíria Barros

Todos nós somos socializados de diversas formas, da infância à vida adulta. “Festa Junina” de Valquíria Barros, tela em arte Naïf (2012).

Agora vamos pensar juntos.

Será que essas teorizações que apresentamos contribuem para que possamos pensar sobre o nosso cotidiano? Ou, quem sabe, até mesmo para pensar a nossa sociedade como um todo? Você entendeu como se dá a *socialização dos indivíduos*? O que concluiu a esse respeito? Bom, dependendo das condições em que você se encontra, da história de sua vida, de sua cidade, do seu estado e do seu país, podemos utilizar essas teorias para fazer

aquilo que Wright Mills nos aconselha: *imaginar sociologicamente o mundo*.

Consideramos que alguns elementos dessas teorizações nos ajudam a entender nosso mundo. Vamos apresentar um exemplo: você já presenciou ou observou um conflito de terras em sua cidade ou estado? Já viu manifestações políticas de grupos de trabalhadores reivindicando aumento de salários ou melhoria das condições de trabalho? Pois, nestes casos, você poderia, dependendo de uma análise mais próxima do que estava ocorrendo, utilizar algumas das interpretações formuladas por Karl Marx. Uma interpretação possível de Marx para os exemplos citados é a de que esses conflitos sociais poderiam representar parte de uma luta de classes e que os indivíduos estão se posicionando na realidade para reivindicar direitos coletivos e transformar a realidade em que vivem.

Por outro lado, se você tem uma determinada opinião sobre um assunto como, por exemplo, que os casamentos de um homem com várias mulheres é um fato absurdo. Você pode dizer: “essa é a minha opinião; eu fui criado assim”. Certamente, neste caso Durkheim diria que o fato social chamado *casamento* impõe normas de pensamento e valores sobre os quais você não tem controle e que sua manifestação reflete o pensamento e a tradição das sociedades ocidentais, que reproduzem, em grande parte, a cultura europeia. Entretanto, se você tivesse nascido em um país ou em uma família de cultura muçulmana não acharia nada disso absurdo, pois outras normas de matrimônio fariam parte do seu processo de socialização. Talvez, ao contrário, você achasse que a monogamia é que fosse um absurdo!

Continuando a nossa imaginação sociológica, mas pensando desta vez nas formulações teóricas de Max Weber: se você e seus pais têm opiniões diferentes

sobre o fato de se ter relações sexuais antes do casamento, isto pode ser um sinal daquilo que Weber fala sobre o significado das ações dos indivíduos diante das instituições e dos outros sujeitos. Você certamente vai agir de acordo com as possibilidades, ou seja, deve levar em consideração o que os seus pais pensam e esperam de você. Não vai agir sem pensar, mas racionalmente, de acordo com as normas e as regras aceitas pela

maioria das pessoas. Porém, se as normas dominantes que dizem que “relações sexuais antes do casamento são condenáveis” estiverem, por algum motivo, sendo fortemente questionadas na sociedade brasileira? Certamente, seu juízo de possibilidade, como diria Weber, poderá levá-lo a cometer esta ação. Bom, como se vê, Weber pode lhe dar alguns instrumentos importantes para você analisar sua forma de pensar e as suas ações cotidianas.

Luiz Fernandes



Passeata de professores, no centro do Rio de Janeiro (2012), reivindicando aumento de salários. Como Marx, Durkheim e Weber analisariam esta manifestação?

Enfim, é você quem condiciona o que a sociedade pensa ou é a sociedade quem condiciona o que você pensa? Provavelmente todos esses autores têm suas razões, pois os homens criam

o mundo social em que vivem, mas, ao mesmo tempo, este mundo social continuará existindo depois de nosso falecimento, influenciando e socializando os modos de vida das gerações seguintes.

“PARA QUEM GOSTA DE CABAÇAS” – CONVERSAS SOBRE OS FAZERES, OS DIZERES E SEUS SENTIDOS

Celi Silva

Neste capítulo discutimos a socialização dos indivíduos, certo? Falamos da socialização primária e secundária. A primeira acontece predominantemente nas famílias e a segunda em diversos grupos – escola, grupos jovens, etc – na medida em que crescemos e nos desenvolvemos como indivíduos. Pois bem, mas existe uma forma de socialização que está presente nestas duas formas: as rodas de leitura. Você já participou de alguma Roda de Leitura em sua vida de estudante nas aulas de Literatura ou de Língua Portuguesa? Esperamos que sim. Mas vejamos como estas duas disciplinas podem nos ajudar a entender o conceito de socialização. Assim, tomamos a liberdade de escrever sobre o percurso de uma Roda de Leitura. Por quê? Porque os rituais em roda estão presentes no cotidiano de nossas vidas: brincadeira de roda, ciranda, roda-pagode, roda de samba, de saia, de chorinho, de chope, de capoeira, “roda mundo, roda gigante, roda moinho, roda pão.” Nas Rodas de Leitura, podemos experimentar as possibilidades de ler para o outro, ler com o outro, contar o que lemos, levar e trazer o lido e o vivido, rememorar histórias, ouvir opiniões, buscar novas ideias, concordar e divergir, enfim, produzir sentidos no “entre-nós” que a Roda favorece e tomar decisões em uma perspectiva social, na interação com o outro.

Começamos pelo conto “Para quem gosta de cabaças”, de Ecléa Bosi.* Lemos no primeiro parágrafo:

“Outro dia estava lustrando com flanela as cabacinhas que colhi. Elas são castanhas e têm as formas mais curiosas: redondas, de pescoço... Semeia-se na entrada da primavera, na mesma época das abóboras. Quando despontam, já são encantadoras no seu formato”(BOSI, 2003, p. 81).

No texto, a narradora aciona sua memória individual, enraizada na memória coletiva dos múltiplos usos populares desse instrumento, ora como um objeto útil – as cuias para beber água das fontes, os potes para guardar alimentos e trecos, ora como base para os diversos instrumentos musicais de percussão de origem africana – maracas, chocalhos, afoxés, berimbaus que dão o ritmo das celebrações religiosas e culturais afro-brasileiras. No conto, as cabaças de diferentes formas entram na história como objetos de decoração das residências no espaço urbano e recuperam sua história de longa duração, que tem início no espaço rural, com a plantação das sementes no tempo certo da primavera, prosseguindo no ato da colheita dessa “fruta oca, cheia de memória e de som” (BOSI, 2003, p. 84).

Nessa Roda de Leitura, temos um conto. E este é só um exemplo de como a Literatura pode nos ajudar a entender a socialização e como a mesma nos socializa. Contar histórias, seja em família, seja em qualquer lugar, também contribui na formação dos papéis sociais dos indivíduos. O que você acha? Pense e compartilhe suas ideias também nas aulas de Língua Portuguesa e Literatura, fazendo a Roda continuar a girar.

Celi Fonseca da Silva é professora dos anos iniciais do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Cap-UERJ. Graduada em Letras pela UFRJ e Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

*BOSI, Ecléa. *Velhos amigos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Revendo o capítulo

- 1 – O que significa *socialização*?
- 2 – Compare as teorias de Marx e Weber.
- 3 – O que Durkheim quer dizer com o conceito de *divisão do trabalho social*?
- 4 – Como Weber define *juízo de possibilidade*?

Dialogando com a turma

- 1 – Discuta com seus colegas como as teorias de Marx, Durkheim e Weber poderiam ser aplicadas ao seu cotidiano.
- 2 – Dê um exemplo em relação à socialização secundária, pensando na realidade de seu bairro ou cidade. Justifique sua resposta.
- 3 – Como você descreveria a ideia de papel social, aplicando-a aos seus professores e aos membros de sua família?

Verificando o seu conhecimento

- 1 – (ENEM, 1999)

A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

Pode-se afirmar que as conquistas no início deste século, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com:

- (A) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.
- (B) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.
- (C) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.
- (D) o crescimento do Estado, ao mesmo tempo em que diminuía a representação operária nos parlamentos.
- (E) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.

2 – Para Max Weber todo indivíduo é dotado de capacidade e vontade para assumir uma posição consciente no mundo. Weber, porém, apesar de fazer esta afirmação, levanta uma série de considerações a respeito da compreensão que os sociólogos precisam ter, ao observar e tentar entender as ações dos indivíduos na sociedade. Seguem abaixo algumas dessas considerações. Assinale a única que está incorreta, sob o ponto de vista weberiano:

- (A) Weber formulou uma teoria que representa as ações dos indivíduos exatamente como acontecem na realidade cotidiana.
- (B) Weber diz que para compreender a sociedade é preciso entender a ação social, ou seja, a ação que o indivíduo comete quando leva em consideração as ações dos outros indivíduos em suas atitudes e intenções.
- (C) Weber entende que a ação humana tem sempre, necessariamente, sentido.

- (D) Segundo a concepção de Weber, a ação do indivíduo se baseia nos regulamentos que fazem sentido para vários indivíduos.
- (E) Weber afirma que é impossível compreender a realidade humana em sua totalidade, em razão da sua complexidade e diversidade.

Pesquisando e refletindo

Livros:

BERGER, Peter. A sociedade no homem. In: *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 101-129.

O autor vai descrever e analisar, neste capítulo, como a sociedade condiciona a socialização dos indivíduos.

TELES, Maria Luiza Silveira. *Sociologia para jovens*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Pequeno livro que vai sintetizar as principais discussões que apresentamos neste capítulo. Além disso a autora aborda questões atuais das sociedades modernas.

Filmes:

A VILA (*The Village*, EUA, 2004). Direção: M. Night Shyamalan. Elenco: Bryce Dallas Howard, Joaquin Phoenix. 108 min.

Suspense. Numa aldeia tranquila e isolada na Pensilvânia, estabeleceu-se um pacto entre o povo da aldeia e as criaturas que residem na floresta circundante: o povo da cidade não entra na floresta, e as criaturas não entram na vila. O pacto permanece fiel por muitos anos, mas quando um dos seus moradores procura suprimentos médicos além da floresta, o pacto é desafiado.

MEGAMENTE (*Megamind*, EUA, 2010). Direção: Tom McGrath. Elenco (as vozes de): Will Ferrell, Brad Pitt, Tina Fey. 95min.

Filme de animação. Megamente e Metro Man são dois seres alienígenas, provenientes de dois planetas diferentes, que são enviados à Terra quando bebês, em suas respectivas naves espaciais, chegando ao mesmo tempo ao planeta. Mas, enquanto a nave de Metro Man, um ser bonito e musculoso, segundo um padrão dominante em nosso planeta, cai na casa de uma família rica e cresce sendo adorado pelas demais crianças da escola, a nave de Megamente, que é um ser azul, considerado feio por todos, cai num presídio e é socializado nesse meio. Tempos depois, enquanto Metro Man vira um super-herói, Megamente se transforma em um supervilão, até que um acontecimento muda esse cenário.

GIORDANO BRUNO (*Giordano Bruno*, ITÁLIA, 1973) Direção: Giuliano Mortaldo. Com Gian Maria Volonté. 123min.

Filósofo, astrônomo e matemático, Giordano Bruno fez várias descobertas científicas e desenvolveu sua teoria do universo infinito e da multiplicidade dos mundos, em oposição à tradição geocêntrica (a Terra como centro do universo). Biografia de um dos precursores da ciência moderna.

Conectados na internet e nas redes sociais:

REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/>
Portal mantido por um grupo de pesquisa independente. Segundo o site, publica um

“periódico quadrimestral voltado à publicação de textos, artigos, análise de filmes e músicas, resenhas e relato de experiências docentes ligados a Sociologia. A revista tem como público professores e alunos de Sociologia e Ciências Sociais”. Acesso: fevereiro/2013.

SOCIOLOGIA EM TESTE: <http://sociologiaemteste.blogspot.com.br/>

Segundo sua criadora, Duda, trata-se de um “Blog para se pensar o Ensino de Sociologia, principalmente buscando formas de trabalhar a disciplina nos currículos escolares”. A responsável pelo Blog é licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS e leciona Sociologia e Ciências Humanas nas redes municipal e estadual em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Acesso: fevereiro/2013.

SOCIOLOGIA: <http://www.sociologia.com.br/Site> onde você encontra informações, notícias, sociólogos, autores clássicos e muito mais, que dizem respeito à Sociologia. Importante espaço de pesquisa e curiosidades sobre diversos temas. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

I DON'T WANT TO GROW UP (Eu não quero crescer) – Autores e intérpretes: Ramones.

Punk-rock cuja letra pode servir como um exercício sociológico, com base em Marx e Durkheim, sobre a visão de mundo de um jovem sobre a sociedade que o cerca. Ao mesmo tempo, é possível classificar a visão particular desse indivíduo à tipologia proposta pela teoria da ação de Weber. Tente!

O ESTADO DAS COISAS – Autores: Fernanda Abreu, Matilda Novak, Alexandre Amorim (Intérprete: Fernanda Abreu)

A letra cita o indivíduo e as ideias que ele pensava que somente ele tinha, mas que depois percebe que não é bem assim...

Filme Destaque:



O NOME DA ROSA

(*Der Name Der Rose*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Jean-Jacques Annaud

Elenco: Sean Connery, Christian Slater, Helmut Qualtinger, Elya Baskin, Michael Lonsdale

130 min. (Alemanha, 1986).

SINOPSE:

Um monge franciscano e um noviço que o acompanha chegam a um remoto mosteiro no norte da Itália. William de Baskerville pretende participar de um conclave para decidir se a Igreja deve doar parte de suas riquezas, mas a atenção é desviada por vários assassinatos que acontecem no mosteiro. William de Baskerville começa a investigar o caso, que se mostra bastante intrincado, além dos mais religiosos acreditarem que é obra do demônio.

Capítulo 3

“O que se vê mais, o jogo ou o jogador?” Indivíduos e Instituições Sociais

IRLANDÊS CHAMA HENRY DE “HIPÓCRITA” POR GOL DE MÃO

O lance ilegal que foi decisivo para a classificação da França para a Copa do Mundo – uma bola conduzida com a mão pelo atacante Thierry Henry antes da assistência para o gol de Gallas, contra a Irlanda – gerou nesta quinta-feira várias críticas de torcedores e personalidades ligadas ao futebol irlandês.

Uma das mais duras foi feita pelo ex-atacante Tony Cascarino, que defendeu a Irlanda nas Copas de 1990, na Itália, e de 1994, nos Estados Unidos.

Suas declarações, publicadas nesta quinta-feira pelo jornal The Times, questionam o caráter de Henry, a quem chamou de “hipócrita”.

“Não sou um anjo, mas nunca teria feito o que ele fez. Henry pode dizer o que quiser, mas para mim não foi um lance acidental, e sim uma trapaça bem calculada. Ele colocou a mão para não perder o domínio da bola, e depois a levou claramente até seu pé direito”, afirmou (...)

Fonte: Notícia veiculada em 19 de novembro de 2009.

Site <http://bit.ly/17kOENr>
(acessado em 5 de março de 2010).

Quem gosta e acompanha futebol deve se lembrar desse escândalo. Um desrespeito às regras desse esporte, mas que valeu a participação da seleção francesa de futebol na Copa do Mundo de 2010 e a eliminação da seleção irlandesa. Violação das regras? Bom, até que provem o contrário, o juiz só viu o lance depois da partida. Mas, segundo palavras de um conhecido árbitro brasileiro: *a regra é clara*. O jogador francês Thierry Henry, num gesto que apareceu no mundo todo, sofreu as consequências por ter burlado uma regra que ele conhece, pois é um profissional de futebol.

A lembrança desse fato serve para iniciarmos uma grande discussão sociológica que diz respeito às *instituições sociais*. O episódio nos mostra algo básico que acontece em todas as sociedades, ou seja, regras, normas, padrões de conduta e o controle que eles exercem sobre os indivíduos. Os indivíduos sabem que as regras existem e, como vimos no capítulo sobre socialização, eles as aprendem desde a mais tenra idade. Pois bem, o que faz com que se cumpram as regras, as normas, as condutas e impõem certo controle sobre os indivíduos são as

Instituições Sociais. No caso de Thierry Henry, a grande repercussão do seu ato se deveu a ter burlado uma regra dentro de uma instituição que é internacional – no caso, as regras da organização mundial do futebol, representada pela FIFA – Fédération Internationale de Football Association.

E como sugere o título deste capítulo, numa partida de futebol, muitas vezes nós reparamos mais no jogador e, algumas, nas regras do jogo. Os jogadores, evidentemente, são mais visíveis do que as regras. E na sociedade, reparamos mais nos indivíduos ou mais nas instituições? Ou reparamos nos dois? Tem gente que só percebe a existência de um deles. Mas vamos à nossa conversa.

Definindo os termos da conversa

Em primeiro lugar, podemos afirmar que essa reflexão sobre as *instituições sociais* é muito importante para pensar sobre as nossas vidas e o nosso cotidiano. As instituições estão por todos os lados. Nossa convivência com os pais e irmãos se dá na **instituição família**, com suas regras de comportamento e maneiras de pensar. Da mesma forma a escola, com todas as suas normas que envolvem os critérios de avaliação de desempenho, os horários, os uniformes dos estudantes, assim como a sua convivência com professores e os outros profissionais.

Mas não para por aí. Quando vamos nos divertir com nossa família num clube, estamos participando diretamente de uma instituição, da qual somos sócios. Já alguma pessoa que seja mais religiosa certamente frequenta algum local de culto, que está representando uma instituição para fins religiosos.

Acha que parou por aí? E quando você completar 18 anos (ou já completou?) certamente terá (ou já

teve) que possuir e lidar com uma série de documentos para provar que tem certos direitos, ou seja, vai lidar com uma burocracia que pertence ao Estado, que é outra instituição presente com bastante força em nossas vidas. Enfim, até a mídia que seleciona, organiza, sistematiza e difunde informações para nós, também é uma instituição, já que se trata de uma empresa capitalista, apesar de deter uma concessão pública como meio de comunicação de massa.

Mas, não pense que as instituições fazem tudo por você, como se você vivesse num mundo “automático”, onde tudo é determinado pelas instituições sociais.



Todos os cidadãos são obrigados a lidar com a burocracia da instituição Estado.

As instituições devem ser vistas pela nossa imaginação sociológica de forma bilateral, como dizia o sociólogo americano Peter Berger (1976). O que quer dizer isso? Que elas moldam os indivíduos, com suas regras e normas impessoais, com seu controle, através de sanções ou de ameaças de sanções e, até mesmo, com o uso da violência. No futebol, se você não seguir as regras, pode ser até expulso. Na sala de aula, se você não cumprir com uma rotina de estudos e não alcançar um certo nível nas avaliações de desempenho, pode ser reprovado; se não tiver uma conduta ou uma postura adequada de estudante, pode ser repreendido pelo professor ou pela direção da escola. Em casa, se

you do not care for the harmony of the family, you can suffer some emotional consequences.

But, on the other hand, you can also help to shape or modify institutions. An example of this is when social movements contribute so that the State guarantees a right to the citizen or when a large movement of people pressures institutions so that they have another form of organization.

You know that, in function of the struggles for democracy in Brazil, only in the last twenty-five years is it that young people between 16 and 18 years old won the right to vote? You know that after each Olympic Games, the organization of the Paralympic Games takes place? An event where people with disabilities (blind, deaf or with some physical limitation) also play their Olympic Games? Well, the International Olympic Committee – a social institution – organizes the Paralympic Games, as a response to the great struggles for civil rights at the world level.



Church – a powerful social institution. In the photo, parish of São Sebastião dos Capuchinhos.

But, they can also occur changes in institutions with rigid rules, due to actions and attitudes of certain individuals. For example: the Catholic Church, a few years ago, required that its priests say mass only in Latin, which was the official language of the Roman Empire, from which many other modern languages, such as Spanish, French, Italian and Portuguese, originated. However, some priests began to realize that the masses were emptying, because many people did not understand or did not come to the mass being held in a language they did not know. Final da história: muitos padres começaram a rezar as missas nas suas línguas maternas e a autoridade máxima da igreja, o Vaticano, resolveu não mais exigir que as missas fossem realizadas em latim. Aqui, portanto, temos um exemplo explícito de que as instituições podem sofrer mudanças devido à ação dos indivíduos.

Well, understanding this, we can define *social institutions* as organs that regulate human life, which tell us in what way we should conduct ourselves, which exist in a standardized way and which obligate us to follow behaviors and attitudes desirable by society. Many times, institutions show us that there is only one way to do and think about things in the world. We can say, in other words, that institutions, when organized structures, point out the type of action that should be done in a determined time and space.

This definition makes us remember what Durkheim said – that social facts are external to us. We can realize that the same applies to institutions. They exist, independently of us; they cannot be denied and we have to learn to deal with them. They shape our actions.

e expectativas. Por isso, temos que cumprir certos *papéis sociais* e, se recusamos estes papéis, as instituições têm um número variado de recursos de controle e sanções. Essas sanções são capazes de nos isolar, nos expor ao ridículo, nos privar de algo e, em último caso, nos violentar.

Mas, como dissemos antes, a vida com as instituições não é tão automática assim. Se elas são quase impessoais e entidades acima de nós, por que muitas pessoas as aceitam e convivem plenamente com elas? Simplesmente porque quase sempre desejamos e queremos aquilo que a sociedade e algumas instituições esperam de nós. Mas também, porque o que nós somos e como nós definimos as coisas, são quase da mesma maneira que as instituições fazem ou são. Isso também pode ser entendido porque todas as instituições tiveram uma origem no tempo, em uma determinada época da História.

Os homens sempre inventaram novas formas de conduta, novas regras, novos valores e novas ideias. Contudo, na medida em que são transmitidas às novas gerações, as condutas, as regras e os valores se *crystalizam* ou

se *solidificam*, quer dizer, passam a ser percebidas como independentes dos indivíduos que as mantêm e que as desejam. É como se as instituições sociais adquirissem uma vida própria, cuja existência não é mais percebida como uma criação humana. Por isso é que é muito difícil para os indivíduos perceberem que as instituições - ou a estrutura da sociedade onde vivem - são assim porque os indivíduos, em um determinado momento, as fizeram e as reproduziram de uma certa forma. Entretanto, isto não impede que certos indivíduos modifiquem uma instituição ou a destruam e criem outras instituições. Lembra do exemplo dos padres?

Pois bem, diante deste início de conversa, o que podemos definir é que as instituições funcionam para um determinado fim, representam certas ideias, códigos, valores expressos com uma determinada linguagem, se autorreproduzem para se legitimarem, têm uma durabilidade muito maior que os grupos e os indivíduos e interagem e influenciam-se com outras instituições. Portanto, veremos agora algumas das principais instituições que existem em nossa sociedade.

Luiz Fernandes



Sede central da Universidade Federal do Paraná – UFPR, em Curitiba. Essa instituição exerce grande influência social e política em todo o estado – reconhecida pela formação qualificada de profissionais e pela extensa produção científica.

Papai, mamãe, tia e os outros...

Todos nascemos numa família. Claro, mas nem todas são iguais ou se formam da mesma maneira. Mas, a família é a primeira instituição social em que o(s) indivíduo(s), ao nascer(em), entra(m) em contato. E por ser uma instituição primordial, ela é a instituição social que mais influencia e tem impacto sobre as relações sociais. Mas, ela também sofre as influências das outras instituições sociais e da História de uma determinada sociedade. Geralmente uma família é definida a partir de laços de parentescos, convivência e necessidades mútuas dos indivíduos. Podemos dizer que estas são suas características básicas, porém, suas formas variam no tempo e no espaço. Variam, porque dependem da cultura (veremos este conceito mais adiante), ou seja, de hábitos, costumes e valores de uma determinada sociedade, dependem das relações econômicas, das relações com determinada religião e outros fatores.

Podemos dizer que um grupo de pessoas formado pelo pai, pela mãe e pelos filhos constitui uma família. Isto é o que acontece entre a maioria das pessoas no Brasil e em muitas partes do mundo, em especial nas sociedades ocidentais. Este tipo de família, encabeçada por um homem e uma mulher, é intitulada como *monogâmica*. Porém, também em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil, alguns grupos de pessoas estão inseridos em famílias que não são estruturadas desta forma. Há famílias em que sua organização é baseada somente com um pai e várias mulheres, que tem vários filhos deste mesmo pai. Existem sociedades em que ocorre o contrário, uma mulher com muitos maridos. Essa forma de organização da família é chamada de *poligamia* e

é comum, por exemplo, no primeiro caso – um homem com várias esposas – em algumas sociedades muçulmanas. Já o segundo caso – uma mulher com vários parceiros – pode ser encontrado em algumas sociedades existentes na Costa do Marfim e em Moçambique, na África.

Hoje, há um novo fenômeno, por uma série de razões, em que os filhos só contam com suas mães. Em algumas sociedades africanas, como as citadas de passagem acima, são as mulheres a principal referência para as famílias, ou seja, a identificação de uma família acontece a partir da identificação de quem são os filhos e os irmãos destas mulheres. Os pais das crianças podem até ser identificados, mas são os papéis das mulheres que identificam uma determinada família. Isto tem a ver com um estudo bastante tradicional chamado *relações de parentesco*. No caso em questão, trata-se de um sistema de parentesco *matrilinear*. Já nas sociedades em que as relações de parentesco são determinadas pela figura paterna, temos um sistema *patrilinear*. O antropólogo francês Lévi-Strauss pesquisou essas relações, na década de 1940. Para ele, o parentesco é uma estrutura formal, universal, própria dos seres humanos. Ou seja, é através das variadas formas de parentescos que as famílias se organizam (cf. LÉVI-STRAUSS, 1982). O que ele fez com estes estudos foi desnaturalizar a família ocidental, ou seja, demonstrar que o tipo de família monogâmica não é universal.

Mas, as famílias também são estruturadas e influenciadas pelas concepções religiosas, pelas condições econômicas ou pelos valores e ideias em uma determinada sociedade, no espaço e no tempo. Isto quer dizer que, dependendo da sociedade e de uma determinada religião, certas formas familiares são aceitas e outras não.



Família construída através do casamento monogâmico: na sociedade ocidental, uma instituição que é influenciada pela concepção religiosa judaico-cristã.

exemplares como as escolas, os internatos ou as universidades. Mas, para exemplificar melhor o que faz uma instituição social, resolvemos falar da escola.

Houve um tempo em que falar de educação escolar era afirmar uma perspectiva de futuro

para as novas gerações de crianças e jovens. A professora e o professor tinham seus papéis, os alunos e alunas tinham suas obrigações, os métodos tinham suas funções e as instituições de ensino tinham suas regras e normas.

A escola básica surge por volta dos séculos XVII e XVIII, junto com a chamada modernidade na Europa. Era na escola que se depositavam todas as esperanças redentoras de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e livre.

Um bom exemplo diz respeito aos casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Na nossa cultura este tipo de unidade familiar é bastante rejeitado e malvisto. A grande maioria das religiões não aceita este tipo de união matrimonial e influencia diretamente as pessoas nas suas concepções sobre o que seja uma família.

Agora, vamos pensar: que influências devem ser consideradas para que uma família seja de um jeito e não de outro? Este é um bom debate e pode motivar uma boa pesquisa sociológica.

Enfim, a família é uma instituição que socializa os indivíduos, tem certas normas, prescrevem condutas e possuem laços parentais, que podem ser nucleares, ou seja, com casais que cuidam de seus filhos, ou ampliadas, compostas também por outras pessoas, não necessariamente parentes, mas que sempre foram muito próximas. Porém, seria mais interessante falarmos de “famílias” no sentido de que suas formas são muito variadas.

Meus colegas, minha turma, meus professores...

Poderíamos falar aqui da educação em geral e suas instituições mais



Na instituição escola aprendemos regras e normas sociais.

A História revela que uma “política educacional”, em seu sentido específico, tem início no final do século XVIII e início do XIX e decorre de três visões de mundo que passaram a ser dominantes no ocidente naquele momento: a crença

no poder da **razão** e da **ciência**, o projeto liberal de igualdade de oportunidades e a luta pela consolidação dos **Estados Nacionais**.

Bem, o que estamos querendo dizer com isso?

Primeiro, quando falamos em “política educacional” estamos nos referindo a um conjunto de ações que são planejadas por instituições – como o próprio Estado, por exemplo – no sentido de construir escolas, contratar professores e organizar currículos (ou seja, os conteúdos que serão ensinados), entre outras possibilidades.

A partir dessas ações, a educação escolar recebe uma missão principal: a ilustração do povo – tarefa somente possível a partir do princípio da instrução pública com um caráter universal e iniciado pela alfabetização básica. Essa missão não significou necessariamente que os sistemas nacionais de ensino – na Europa e na América do Norte – tenham assumido proporções significativas de imediato. Pelo contrário, do final do século XVIII até meados do século seguinte, a presença da escola é muito mais intenção de um grupo de intelectuais da burguesia – a classe dominante composta por industriais, banqueiros e comerciantes – do que a realidade.

Só a partir do século XX houve um desenvolvimento significativo do processo de escolarização nas sociedades ocidentais, atingindo basicamente todas as classes sociais. Neste sentido, o que de fato estamos afirmando é que a escola moderna – tal como hoje a conhecemos – é uma **invenção histórica**, ou seja, surge com a ascensão do mundo industrial e de uma nova classe social, a burguesia. Assim, aparece uma instituição especializada – a escola – que separa o *aprender* do *fazer*.

O que estamos dizendo, com esta última frase, é que a escola, na verdade,

não é “única”, ou melhor, não é uma instituição que se organiza da mesma forma para todas as pessoas; ela não tem, de fato, um caráter “universal”. Os filhos da burguesia, por exemplo, frequentam escolas privadas, com a melhor infraestrutura possível em termos de salas de aula e seus recursos tecnológicos, com a presença de profissionais como pedagogos e psicólogos, e docentes recebendo um salário acima da média recebida pelos professores em geral. O ensino básico, nessas escolas, tem como objetivo a “formação integral” do ser humano em termos de acesso ao conhecimento geral, para somente depois, no ensino superior, assumir um caráter de especialização e formação para o exercício de uma profissão.

No caso da classe trabalhadora – tendo como exemplo o nosso país –, a escola é diferente: infraestrutura e recursos escassos, péssimas condições de trabalho e salários baixos dos profissionais de ensino e, conseqüentemente, inúmeras desistências no exercício do magistério. Nessas escolas, o número de evasões é bastante alto; há muitas dificuldades para os estudantes concluírem o ensino básico pois também precisam trabalhar enquanto estudam, contribuindo para o sustento da família. Poucos conseguem, depois, cursar uma universidade.

Ainda em relação ao Brasil, parte da classe trabalhadora tem como alternativa cursar o ensino médio e, ao mesmo tempo, aprender determinados conhecimentos especializados que lhe permitam o ingresso no mundo do trabalho em profissões técnicas, de nível médio. Trata-se das escolas pertencentes à rede profissional e tecnológica, de âmbito federal, mas também existindo em diversos estados. Neste caso, de qualquer forma, persiste um mecanismo de segregação em termos de política

educacional, pois o objetivo desta é a formação de um quadro de técnicos que se torna necessário aos projetos de desenvolvimento capitalista. Com os recursos disponíveis, em geral, e a garantia de uma relativa qualidade do ensino nessa rede de escolas, são elas que geralmente permitem a ascensão dos filhos da classe trabalhadora ao ensino superior público – o que significa, na prática, o “fracasso” da política educacional proposta pelos gestores governamentais e os diversos investimentos promovidos para a expansão dessa rede.

Voltando à discussão mais geral sobre o papel desempenhado pela instituição escola, vale a pena lembrar que ainda não completou duzentos anos a ideia de que a educação é um produto da escola, com um conjunto de pessoas especializadas na transmissão de saberes e conhecimentos – os professores.

A escola é também uma nova **instituição** porque passou a funcionar como uma “fábrica de cidadãos” (segundo determinado ponto de vista), possuindo um conjunto de valores estáveis e próprios. Estes, portanto, foram os elementos que contribuíram para uma longa estabilidade da escola. Ou seja, criaram-se regras, um tempo de aprendizagem dividido em etapas,

uma organização burocrática, um rol de conteúdos selecionados com objetivos específicos para a formação dos estudantes, sistemas de avaliação de desempenho que estabelece quem será “credenciado” com determinado título (quem receberá o certificado ou o diploma), e etc. Em outras palavras, a forma de organização dessa instituição deu à escola um papel fundamental de seleção daqueles que serão “incluídos” ou “excluídos” da sociedade como um todo, além de uma determinada escolha de conteúdos que incidirão sobre a formação cultural e política dos estudantes.

Vamos pensar mais sobre a instituição *escola*: quando a criança, ou o jovem, entra na escola, o que se discute são as várias questões internas, que não existem em outros espaços. No espaço escolar existe um **cotidiano específico**. Ali, jovens e crianças se transformam em estudantes. Mas, não somente eles. Os adultos, dependendo da função profissional que ocupam, se transformam em **professores, funcionários** ou **gestores** da escola. Essas pessoas ocupam espaços na escola e se relacionam de forma específica. Existem regras também específicas e formas de relacionamento entre as pessoas, que devem obedecer a essas regras.

Nalayne Mendonça Pinto



A escola como instituição social é um espaço de educação criado no século XIX na Europa. Na foto, uma aula de Sociologia no município de Seropédica – RJ.

Mas, nesse espaço escolar existem **relações cotidianas** que acontecem de uma forma **territorial, social, cultural e existencial**. O que queremos dizer com isso?

Queremos dizer que apesar das regras existentes, das funções que cada um ocupa na escola – o professor leciona, o funcionário administrativo cuida da papelada, o diretor responde por tudo na escola, os alunos aprendem as lições etc. –, existe um cotidiano de funcionamento que é muito influenciado pelas **histórias de vida** de cada um dos **agentes socializadores**.

A forma **territorial** segrega a educação num espaço próprio, corredores, pátios e sala de aula. A forma **social e cultural** é aquela que estabelece regras e formas de funcionamento, que é muito influenciada por ideias como hierarquia, solidariedade, comportamentos adequados, divisão de tarefas etc. E a forma **existencial**, porque na escola, passamos boa parte de nossas vidas, portanto, ser professor, ser diretor ou ser estudante, define o nosso ser por alguns anos de vida.

Neste sentido, falar de cotidiano escolar é entender que esse não é simplesmente constituído num mundo à parte, fora da sociedade. Por mais que queiramos que a escola nos ensine matérias e conteúdos, é no cotidiano da escola que aprendemos muito mais coisas que os conteúdos das disciplinas. Enfim, quando alguém (criança / jovem / adulto) entra na escola, encontra **outra forma de socialização**, outras regras de convivência e outras pessoas com as quais se relaciona. Esse cotidiano não é frio e sem vida, mas repleto de várias histórias, desejos e angústias. E isso vale também para professores e os outros profissionais da Educação.

Meu padre, meu pastor, minha mãe de santo, os adeptos...

Mais adiante falaremos da religião como uma preocupação sociológica e mais especificamente como a expressão da religiosidade dos indivíduos e grupos, pois é um tema de muita importância na História da humanidade. Entendemos por *religiosidade* uma qualidade do indivíduo que é caracterizada pela disposição ou tendência do mesmo para seguir uma religião ou a integrar-se ao sagrado. Outra coisa é a *instituição social* que se organiza a partir de uma religião. Enquanto instituição social, ela apresenta uma simbologia que invoca reverências ou temeridades às coisas sagradas e tem seus fiéis ou seguidores. Ela possui rituais, ou seja, práticas, gestos, atos, palavras que têm um significado sacro. Por exemplo: podemos acender uma vela para iluminar nossa casa quando falta energia elétrica; mas, quando acendemos uma vela em reverência a um deus ou deuses ou forças espirituais, este gesto se realiza enquanto ato sagrado. Na maioria das religiões, há também uma prescrição de condutas, quer dizer, em função de uma determinada crença, você é obrigado a se comportar, agir ou pensar de determinada forma.

Todas as religiões têm suas comunidades de fiéis, mas essas comunidades são extremamente variadas. Na Sociologia, tivemos dois teóricos que tentaram classificar as religiões enquanto instituições – Max Weber e Ernst Troeltsch. Eles fizeram uma distinção entre **Igrejas** e **seitas**. Quando nos referimos à instituição Igreja, neste caso, estamos falando da comunidade de fiéis citada acima – e não aos prédios, também nomeados como “igrejas” ou templos. Nesse sentido, a Igreja é definida por esses autores como um agrupamento bem maior do que as seitas.

As Igrejas possuem uma estrutura burocrática, com hierarquias e dogmas bem definidos e, por isso, uma coesão institucional bem estruturada. Segundo Troeltsch (1987), as Igrejas se orientam visando à conversão de todos e tendem a se ajustar aos valores da sociedade existente, acomodando-se às demais instituições.

Já as seitas – ainda de acordo com Ernst Troeltsch – criam comunidades próprias, têm poucos funcionários e seus membros participam em condições de relativa igualdade, ou seja, há pouca hierarquia. Mas, além disso, têm como características atitudes bem demarcadas de austeridade ética e de separação em relação à sociedade em geral, com uma visão de afastamento e de desconfiança em relação ao mundo secular, seus valores e suas instituições (cf. TROELTSCH, 1987).

Estes conceitos são bastante úteis para interpretar certas religiões como instituições sociais, principalmente aquelas ligadas às tradições judaico-cristãs. Porém, se fizermos um estudo mais aprofundado das instituições religiosas que existem no Brasil, nem todas podem ser classificadas como igrejas, seitas, denominações ou cultos.

Há opiniões de senso comum em que se costuma dizer que o candomblé, o espiritismo e a umbanda são seitas. Entretanto, se observarmos a História do Brasil, veremos que estas manifestações religiosas são bem estáveis e permanentes. Os primeiros terreiros de candomblé datam da década de 1830, na Bahia. O espiritismo chega ao Brasil no final do século XIX e se mantém como instituição até os dias de hoje. A umbanda surge nos primeiros anos do

Antônio Gaudério/Folhapress



Índios da comunidade Trucá fazendo cerimônia religiosa do toré, na ilha de Assunção, em Cabrobó (PE). Poderíamos classificar essa cerimônia como uma Instituição?

século XX, no Rio de Janeiro, e está presente em todo o Brasil atualmente. É claro que estas religiões não têm uma organização centralizada, como a Igreja católica. No entanto, elas apresentam hierarquias e rituais permanentes e a participação de seus membros nos cultos acontece de forma bastante coesa.

No capítulo sobre religiosidade, discutiremos um pouco mais sobre as religiões existentes no Brasil. Porém, o que estamos destacando aqui é a sua importância para a Sociologia, enquanto uma instituição social que molda os indivíduos e tem finalidades próprias, mas que também interfere em outras esferas da vida em sociedade.

O político, o juiz, o funcionário e o povo...

Foi dito no início do capítulo que, quando você completa 18 anos, certamente terá que possuir e lidar com uma série de documentos. Desde quando você nasceu, na verdade, pois seus pais tiraram a sua certidão de nascimento, registrada em cartório. Quer dizer, você saiu da maternidade com *status* de cidadão, ou seja, como um indivíduo que é membro de um Estado, com determinados deveres e direitos políticos. Assim,

podemos dizer que a nossa sociedade é organizada também a partir de uma instituição chamada Estado. Todos nós fazemos parte do Estado; somos todos cidadãos, com determinados direitos e deveres. E mais, todas as instituições sociais – a família, a escola, a religião, as empresas, os clubes etc. – estão, de alguma forma, inseridas e são reconhecidas, legalizadas ou registradas no Estado. O que não quer dizer que estas instituições dependam do Estado para existir. Algumas são somente reconhecidas e outras devem obrigações ao Estado. Mas, o que diferencia o Estado das outras instituições é o seu caráter universal dentro de uma determinada sociedade, isto é, todos os indivíduos, independentemente de pertencerem ou não a outra instituição, são membros do Estado. Entretanto, pelo seu caráter universal e público, as ações que os indivíduos realizam, em nome do Estado, devem ser também de caráter público, sem discriminar ninguém ou nenhuma outra instituição. Mas vamos ver resumidamente este tema, já que teremos um capítulo à parte sobre o tema do Estado.

Em tese, o **bem público** constitui a própria razão de ser dos Estados. Mas, o que vem a ser “bem público”? O bem público não se confunde com o bem deste ou daquele indivíduo ou grupo. Também não é algo abstrato, indefinido, resultante da soma do bem de todas as pessoas que compõem o Estado. O bem público compreende um conjunto de ações políticas e instituições específicas que podem contribuir para que os homens atinjam mais plena e facilmente certo padrão de qualidade de vida. Dessa forma, podemos entender os bens públicos como *materiais* (prédios públicos, como escolas e

postos de saúde, mas também as praças, as ruas e etc.) e *imateriais* (como são as leis, os direitos, os serviços públicos etc.). Dentre tais ações e instituições, que são tarefas do Estado, destacamos: garantir a produção e distribuição de produtos e serviços essenciais à sobrevivência da população (como, por exemplo, a energia elétrica, a água potável e os serviços de saúde pública); promover o desenvolvimento econômico, social, político e cultural (através, por exemplo, da rede de escolas públicas e os seus conteúdos curriculares); garantir os direitos e exigir deveres de seus cidadãos, além de julgar possíveis conflitos de interesses entre pessoas, grupos ou instituições (como é o objetivo da legislação, em geral, e como devem ser as funções dos poderes públicos). A lista seria muito mais ampla. Entretanto, limitamos a esses exemplos, para ilustrar a ideia de *bem público*.

Para a realização desses objetivos públicos, geralmente, os Estados modernos se organizam através da distribuição de poderes em três esferas, o **Legislativo**, o **Executivo** e o **Judiciário**, para o exercício das funções de elaborar leis, administrar o interesse público obedecendo às leis e estabelecer a justiça no convívio social. Estas esferas são independentes umas das outras, mas, teoricamente, harmônicas entre si. Surgiram a partir da teoria da tripartição dos poderes, que se tornou característica do Estado moderno. O principal autor desta teoria foi um filósofo francês chamado Montesquieu, que viveu ao longo da primeira metade do século XVIII e se tornou um dos expoentes do Iluminismo. Vejamos como a instituição chamada *Estado* se organiza no Brasil:

O Poder Legislativo – é constituído por um conjunto de representantes do povo, eleitos pelos cidadãos que têm direito ao voto (maiores de 18 anos, em geral – sendo optativo para jovens acima de 16 anos de idade). Ao nível federal, é formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que constituem o Congresso Nacional. Os deputados federais são eleitos para seus mandatos políticos a cada quatro anos e os senadores, a cada oito anos. Nos estados são formadas as Assembleias Legislativas, com os deputados estaduais eleitos a cada quatro anos. Já nos municípios temos as Câmaras de Vereadores, onde os representantes são eleitos também a cada quatro anos. As principais funções do Legislativo são: legislar, isto é, elaborar ou receber, discutir e aprimorar (ou rejeitar) os projetos de leis; fiscalizar o Executivo no desempenho de suas funções e, em alguns casos – como aconteceu no Congresso Nacional em 1991 e no Distrito Federal em 2010 –, julgar os chefes do Executivo, quando acusados de crime.

O Poder Executivo – ao Poder Executivo compete a direção do Estado, segundo as leis emanadas do Legislativo. Cabe-lhe, entre outras coisas, no caso do presidente da República, cuidar de qualquer assunto que tenha interesse nacional (em nível estadual, os governadores cuidam dos assuntos dos estados; e em nível municipal, os prefeitos se responsabilizam pelos assuntos do município); manter a ordem interna e a soberania externa; administrar todos os setores da vida pública; criar e extinguir órgãos ou cargos administrativos; nomear ou demitir funcionários; arrecadar e administrar os recursos econômicos necessários ao funcionamento da máquina governamental e à promoção do bem público, tais como educação, saúde, assistência social etc.

O Poder Judiciário – ao Judiciário compete aplicar a lei e, teoricamente, segundo as normas legais estabelecidas pelo Direito, “fazer reinar a Justiça” no relacionamento dos indivíduos entre si e com o Estado, bem como as relações entre as instituições. Sua estrutura é composta por juízes e promotores. Na esfera nacional estes são nomeados pelo Executivo e aprovados pelo Legislativo. Nas esferas estaduais, a grande maioria entra por concursos públicos. São eles que desempenham os papéis de garantidores da lei quando há conflitos de interesses entre pessoas, grupos e instituições. Para desempenhar corretamente sua função, o Judiciário não pode estar submetido a nenhum dos outros poderes. No Estado brasileiro, procura-se garantir ao juiz o máximo de estabilidade no cargo e plena liberdade para interpretar a lei e ditar suas sentenças, sem receio de represálias, arbitrariedades ou pressões. O órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro é o Supremo Tribunal Federal – STF. Suas deliberações, sobre diversos temas, significam sempre a “última decisão”, não cabendo, praticamente, qualquer tipo de recurso do ponto de vista jurídico.

Para um funcionamento regular desses poderes, em todas as suas instâncias, e que acaba envolvendo todos os cidadãos brasileiros, há uma relação que intitulamos como “burocrática”, ou seja, que envolve uma determinada “rotina” ou “procedimento legal”, garantido através de uma série de regras que, teoricamente, precisam ser as mesmas para toda a população. Fazem parte dessas rotinas ou procedimentos,

por exemplo, tirarmos qualquer tipo de documento oficial, tais como certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor etc. Quando fazemos isto, em algum momento das nossas vidas, estamos estabelecendo, de alguma forma, uma relação com o Estado e seus poderes constituídos.

O sociólogo Max Weber foi um estudioso dessa relação burocrática na sociedade e no Estado. Segundo ele, a

Reunião do Poder Executivo brasileiro, composto por ministros e a presidente da República.



Sérgio Lima/Folhapress

burocracia, nos tempos modernos, é um aspecto central da racionalização das instituições e das sociedades, afetando dimensões como a cultura, a educação, as ciências etc. Ou seja, o fenômeno da burocracia foi se desenvolvendo muito, ao ponto de permitir que os indivíduos tomassem decisões direcionadas racionalmente, deixando de lado procedimentos e decisões baseadas em costumes tradicionais e determinadas crenças. Para Weber, portanto, a burocracia é uma solução inevitável numa sociedade ou instituição que vai se tornando cada vez mais complexa. Para ele, a complexidade das relações sociais provoca um avanço de sistemas de gerenciamento e controle impessoais. A partir de um *tipo ideal* de conceito de burocracia – *ideal* enquanto conceito formulado por Weber, ou seja, não no sentido “que se deseja”, mas no sentido de se estabelecer uma referência teórica para se comparar

as diversas instituições –, Weber afirmou que as instituições em geral – e, particularmente, o Estado – têm as seguintes características:

- uma hierarquia bem definida de autoridade;
- funcionários que trabalham em tempo integral e recebem salários;
- regras escritas que regulam as condutas de funcionários em todos os níveis da organização;
- uma separação entre as tarefas dos funcionários e suas vidas privadas;
- utilização de recursos financeiros que não são de propriedade dos indivíduos.

Atendimento de pessoas no DETRAN de São Paulo: a burocracia está presente no cotidiano das pessoas.



Mateus Bruxel/Folhapress



Ministro do Supremo Tribunal, Joaquim Barbosa.
Um dos representantes do órgão máximo do
Poder Judiciário brasileiro, (2012).

Deve-se registrar que a **burocracia** estudada por Weber e tratada neste livro, definida de acordo com estas características e identificada com um corpo de funcionários e instituições pertencentes ao Estado, não deve ser confundida com a ideia de **burocracia** que se faz cada vez mais presente no *sensu comum*, entendida de forma negativa e caracterizada por um funcionamento moroso e ineficiente por parte das instituições públicas em geral. Essa última ideia é repetida como uma forma de se apresentar críticas ao Estado de maneira generalizada, entendendo-o quase como um “sinônimo” dessa definição negativa de burocracia... Muitas vezes, essa visão acrítica é tão acentuada, que não se percebe que definições de “morosidade” e “ineficiência” podem ser também vinculadas a ações da iniciativa privada, como se vê cotidianamente em nossas relações com os bancos, com os serviços de telefonia, com as empresas que são concessionárias dos transportes públicos e etc.

Para terminarmos esta seção – retomando as características arroladas por Weber e anotadas acima –, podemos dizer que o Estado é uma típica instituição burocrática. Mas, isto vale também, de certa forma, para as outras instituições. O que você acha? Veremos em outro capítulo que há estudiosos que têm outra visão sobre o Estado. Mas, isso é uma discussão para depois...

As empresas, as associações e o esporte

Depois de estudar todas essas instituições sociais, suas características e finalidades, quais seriam as outras instituições sociais presentes em nossas vidas?

Podemos listar algumas: os clubes recreativos que frequentamos, as empresas onde as pessoas trabalham, os bancos em que os nossos pais recebem o seu salário e onde acabam abrindo suas contas-correntes, as associações de moradores, os sindicatos de trabalhadores, os clubes de futebol e de outras modalidades de esporte etc. Todas elas, como vimos, têm algumas características que as definem como *instituição social*.

Seria interessante, inclusive, estudar suas formas de organização no tempo e no espaço. Por exemplo: a maioria das instituições de nossa sociedade funciona em lugares especialmente planejados. Até uma cidade pode ser planejada em função das instituições, como foi o caso da construção da cidade de Brasília, fundada, segundo os políticos da época, para que o Estado Federal pudesse se organizar melhor e ter maior proximidade com todos os estados da federação, já que estaria situada no Planalto Central do país.

A arquitetura, o vestuário das pessoas, o espaço de alocação de determinadas coisas, geralmente são organizadas em função das específicas finalidades da instituição. Por exemplo:



Patrícia Santos/Folhapress

A arquitetura, os horários e as relações entre as pessoas fazem dos presídios um tipo bem específico de instituição. Rebelião de presos no presídio Carandiru, São Paulo, em 19/02/2001.

a arquitetura de um hospital e as vestimentas de seus funcionários são muito diversas das de uma escola. Os horários e o controle do tempo são diferentes entre uma fábrica e um presídio. Um clube de futebol tem certos aspectos diferentes daqueles de uma universidade. Enfim, seria interessante fazermos uma pesquisa sobre as instituições, seus espaços, seus controles do tempo e as formas de relações que as pessoas realizam nesses espaços. O que você acha? É uma boa oportunidade para exercitarmos nossa imaginação sociológica, tentando responder à pergunta feita no título deste capítulo e verificar se as pessoas compreendem as instituições sociais: afinal, *o que se vê mais, o jogo ou o jogador?*

“PAI SOTURNO, MULHER SUBMISSA, FILHOS ATERRADOS” – SERÁ QUE AINDA “SOMOS OS MESMOS E VIVEMOS COMO OS NOSSOS PAIS”?

Mônica Lins

Artigo XI. Relações e vínculos familiares

1. A família é a unidade natural básica da sociedade e deve ser respeitada e protegida pelo Estado. Em consequência, o Estado reconhecerá e respeitará as diversas formas indígenas de família, casamento, nome de família e filiação.

(Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Organização dos Estados Americanos.)*

O título e a epígrafe deste texto tratam os aspectos da instituição família em diferentes épocas de **nossa história**. Paulo Prado, em um livro considerado clássico,** caracteriza o poder patriarcal na sociedade colonial brasileira através da conhecida frase “Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”. Nos anos de 1970, Belchior escreveu o verso “somos os mesmos e vivemos como os nossos pais” na letra de uma música que representou um sentimento da juventude da época. Nessa ocasião, ainda era recente o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, que derrubou a tutela legal do marido sobre a mulher e a Lei do Divórcio, de 1977, que veio a provocar mudanças comportamentais na sociedade brasileira. Mas é só na Constituição de 1988 que o pátrio poder foi abolido e estabeleceu-se a paridade entre homens e mulheres em relação aos cuidados com os filhos.

Na atualidade, os indígenas têm dupla nacionalidade garantida por convenções internacionais que protegem os povos tradicionais dos Estados. No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 passou a reconhecer a multiétnica e a assegurar o respeito às diferenças culturais, religiosas e sociais. A educação escolarizada oferecida aos indígenas em território brasileiro deve ter processo de ensino próprio e ser bilíngue. Os seus territórios originários deveriam ser demarcados e entendidos como espaço de subsistência de reprodução física a material. Todas essas garantias institucionais não impedem que, constantemente, nos cheguem notícias de desrespeito a esses direitos e de exposição dos povos indígenas a um alto grau de vulnerabilidade social fruto do passado colonial da sociedade brasileira.

As instituições sociais são tomadas por historicidade, a família, a escola e a Igreja passaram por transformações importantes. O modelo de família patriarcal, que perdura até hoje, foi apresentado por importantes pesquisadores como o único existente na sociedade colonial. Entretanto, ele coexistiu com outras

estruturas familiares. Os povos indígenas e africanos, que compuseram a nossa formação enquanto povo, nem sempre respeitaram as ordens da Igreja ou da Coroa portuguesa e mantiveram as suas tradições. No modelo a ser seguido, as mulheres casadas eram as do espaço doméstico, esposas e mães, prendadas e submissas. O pátrio poder emanava do matrimônio, que também garantia prestígio social ao marido que tivesse uma família constituída de acordo com o modelo do patriarcado.

Os discursos normatizadores da família do período colonial estavam centrados em padrões de comportamento. Os portugueses precisavam povoar e empreender as atividades econômicas em nosso território e, pensando nessa demanda, trouxeram as moças portuguesas para casar, mas também se casavam ou se amasiavam com as índias. Posteriormente, chegaram as africanas vítimas do tráfico de escravos que serviam aos seus senhores, tornavam-se mães de crianças que nasciam como propriedade, ou como bastardas de escravocratas. O concubinato entre portugueses e mulheres indígenas e africanas indicava elementos para a condição feminina fora dos padrões prescritos como certos por parte da sociedade de origem europeia que ditava as regras de poder.

A religião era oficial, o patriarcado era o modelo de família ideal e a escola ensinava uns poucos a “ler, escrever e contar” e interditava a entrada na escola dos filhos da maioria dessas mulheres. Isto ajuda a entender porque, em 1900, a nossa população era composta por cerca de 75% de analfabetos. O tempo passou e podemos dizer que percepções e princípios em torno dos papéis das instituições ainda estão em disputa na sociedade. Vivemos rupturas e continuidades, mas o fato é que não “somos os mesmos”.

Mônica Regina Ferreira Lins é professora dos anos iniciais do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CAP-UERJ. Graduada em História pela UERJ e Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ.

* Disponível em [*http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/oeaindio.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/oeaindio.htm) Acesso: março de 2013.

** PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Revendo o capítulo

- 1 – Como pode ser definida uma instituição social?
- 2 – Que tipo de sanções uma instituição social pode aplicar caso os indivíduos não cumpram certas normas? Dê um exemplo.
- 3 – Quais são as características da burocracia numa instituição, segundo Max Weber?
- 4 – Por que podemos dizer que as instituições sociais apresentam formas distintas de organização no tempo e no espaço? Esta característica pode ser entendida como “geral”, ou seja, encontrada em qualquer instituição?

Dialogando com a turma

- 1 – Você acha que os indivíduos podem mudar as instituições? Por quê?
- 2 – Se você participa de alguma instituição religiosa, você poderia classificá-la como seita ou igreja ou nenhuma dessas duas opções? Por quê?
- 3 – Quais são as normas e regras fundamentais existentes em sua escola e que a caracterizam como uma instituição social?

Verificando o seu conhecimento

1 – (ENEM, 2011)

O brasileiro tem noção clara dos comportamentos éticos e morais adequados, mas vive sob o espectro da corrupção, revela pesquisa. Se o país fosse resultado dos padrões morais que as pessoas dizem aprovar, pareceria mais com a Escandinávia do que com Bruzundanga (corrompida nação fictícia de Lima Barreto).

O distanciamento entre “reconhecer” e “cumprir” efetivamente o que é moral constitui uma ambiguidade inerente ao humano, porque as normas morais são:

- (A) decorrentes da vontade divina e, por esse motivo, utópicas.
- (B) parâmetros idealizados, cujo cumprimento é destituído de obrigação.
- (C) amplas e vão além da capacidade de o indivíduo conseguir cumpri-las integralmente.
- (D) criadas pelo homem, que concede a si mesmo a lei à qual deve se submeter.
- (E) cumpridas por aqueles que se dedicam inteiramente a observar as normas jurídicas.

2 – (ENEM, 2010)

Um fenômeno importante que vem ocorrendo nas últimas décadas é o baixo crescimento populacional na Europa, principalmente em alguns países como Alemanha e Áustria, onde houve uma brusca queda da taxa de natalidade. Esse fenômeno é especialmente preocupante pelo fato de a maioria desses países já ter chegado a um índice inferior ao “nível de renovação da população”, estimado em 2,1 filhos por mulher. A diminuição da natalidade europeia tem várias causas, algumas de caráter demográfico, outras de caráter cultural e socioeconômico.

As tendências populacionais nesses países estão relacionadas a uma transformação:

- (A) na estrutura familiar dessas sociedades, impactada por mudanças nos projetos de vida das novas gerações.
- (B) no comportamento das mulheres mais jovens, que têm imposto seus planos de maternidade aos homens.
- (C) no número de casamentos, que cresceu nos últimos anos, reforçando a estrutura familiar tradicional.
- (D) no fornecimento de pensões de aposentadoria, em queda diante de uma população de maioria jovem.
- (E) na taxa de mortalidade infantil europeia, em contínua ascensão, decorrente de pandemias na primeira infância.

Pesquisando e refletindo

Livros:

BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

O autor nos mostra que a educação pode ocorrer onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estrutura sociais de transferência de saber de uma geração a outra. O desenvolvimento cultural da humanidade levou o homem a transmitir conhecimento, criando instituições e situações sociais de ensinar-aprender-ensinar.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.

Livro que discute sobre a solidariedade e cooperação, tendo como ponto de partida o estudo de diferentes sociedades e comunidades e como elas se relacionam com as instituições. Procura responder a uma velha pergunta da Sociologia: de que modo as instituições interferem nos pensamentos das pessoas?

Filmes:

INIMIGO DE ESTADO (*Enemy of the State*, EUA, 1998). Diretor: Tony Scott. Elenco: Will Smith, Gene Hackman, Jon Voight, Regina King. 128 min.

O filme tem como ponto de partida o assassinato do congressista Phillip Hammersley por um órgão do governo, logo após ele ter se declarado radicalmente contra uma lei que, em nome da segurança nacional, permitiria que houvesse uma total invasão de privacidade e monitoramento dos cidadãos por parte do Estado.

CARANDIRU (Brasil, 2003). Direção: Hector Babenco. Elenco: Luiz Carlos Vasconcelos, Milton Gonçalves, Aílton Graça, Maria Luísa Mendonça. 148 min.

Um médico (Luiz Carlos Vasconcelos) se oferece para trabalhar no maior presídio da América Latina, o Carandiru (SP). Lá ele convive com a realidade atrás das grades, que inclui violência, superlotação das celas e instalações precárias. Porém, apesar de todos os problemas, o médico logo percebe que os prisioneiros não são figuras demoníacas, existindo dentro da prisão solidariedade, organização e uma grande vontade de viver.

BICHO DE SETE CABEÇAS (Brasil, 2001). Direção: Laís Bodanzky. Elenco: Rodrigo Santoro, Cássia Kiss, Daniela Nefussi e Othon Bastos. 74 min.

O filme relata o drama de um adolescente que é internado em um hospital psiquiátrico por seu pai, que o julga e o rejeita pelo seu vício em maconha. Entre internações e tentativas de se reintegrar à sociedade, o adolescente passa por diversas situações, convivendo com preconceitos, inseguranças, medos e as sequelas dos intensos e absurdos tratamentos utilizados no hospital psiquiátrico. O filme nos traz uma oportunidade de discussão sobre o poder das instituições em nossas vidas.

Conectados na internet e nas redes sociais:

SOCIOLOGIA APLICADA AO ALUNO – “INSTITUIÇÕES SOCIAIS”:

<http://estudossociologicos.blogspot.com.br/2009/08/instituicoes-sociais.html>

Blog organizado pela professora de Sociologia Marília Quentel Corrêa, de Joinville, SC. Além da síntese sobre “Instituições sociais”, destacada aqui, a página conta com outros textos que podem contribuir para a pesquisa e a leitura dos estudantes de ensino médio. Acesso: fevereiro/2013.

INSTITUTO VERITAS - CANTINHO DA EDUCAÇÃO - A obra de Paulo Freire:

<http://institutoveritas2010.blogspot.com.br/2011/04/livros-do-paulo-freire.html>

O brasileiro Paulo Freire (1921-1997) é considerado como um dos maiores pensadores da história da Educação, tendo se destacado pela elaboração e aplicação de um método de alfabetização de adultos reconhecido mundialmente e adotado em diversos países. Uma das características da obra de Freire é a sua crítica à instituição escola. Nesse sentido, além de outras contribuições, elaborou a ideia de “educação bancária” para se referir criticamente ao modelo tradicional de prática pedagógica, que consistia numa transmissão passiva de conteúdos pelo professor, entendido como aquele que supostamente sempre sabia de tudo, para o aluno, visto como aquele que nunca sabia de nada. Assim, era como se o professor fosse preenchendo a suposta “cabeça vazia” de seus alunos com o seu conhecimento acadêmico, depositando conteúdos da mesma forma como se deposita dinheiro num banco.

Além do site citado, você pode pesquisar sobre a vasta obra de Paulo Freire em outros sites da Internet. Acesso: fevereiro/2013

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO – “INSTITUIÇÕES SOCIAIS”:

<http://lucianapauladasilvadeoliveira.blogspot.com.br/2011/01/instituicoes-sociais.html>

Outro Blog organizado voltado para a Sociologia no Ensino Médio que apresenta uma síntese sobre “Instituições sociais”, entre outros temas. Vale conferir. Esta página é de responsabilidade da professora Luciana Paula da Silva de Oliveira. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

ANOTHER BRICK IN THE WALL (Outro Tijolo na Parede). Autor: Roger Waters. Intérpretes: Pink Floyd.

Crítica radical à instituição escola: “Não precisamos de nenhuma educação, não precisamos de controle mental (...): Professores, deixem as crianças em paz!”

PROTEÇÃO – Autores e intérpretes: Plebe Rude.

As forças policiais são instituições sociais organizadas para nos proteger? Para proteger o Estado? Para segurança de quem? Eis as questões colocadas pela música.

Filme Destaque:



SOCIEDADE DOS POETAS MORTOS (*Dead Poets' Society*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Peter Weir

Elenco: Robin Williams, Ethan Hawke

129 min. (EUA, 1989).

SINOPSE:

Em 1959, na tradicional escola preparatória, Welton Academy, um ex-aluno (Robin Williams) se torna o novo professor de literatura, mas logo seus métodos de incentivar os alunos a pensarem por si mesmos cria um choque com a ortodoxa direção do colégio, principalmente quando ele fala aos seus alunos sobre a “Sociedade dos Poetas Mortos”.

Capítulo 4

“Torre de Babel”: culturas e sociedades

Hoje em dia temos contato, através da internet, com vários sites, blogs, redes sociais etc. Em fevereiro de 2010 foi veiculada em um site a seguinte mensagem, com um pedido de ajuda ao final:

FAMÍLIA DO NAMORADO, SEM CULTURA. AJUDA?

Gente, a família do meu namorado é sem cultura, para não dizer outra coisa. Não gosto da família dele, mas ele não sabe, nem ir em lugares onde o chamam, porque me sinto deslocada. Eu gosto de gente com educação, que saibam falar e comer direito, sem aquelas piadinhas que agente (sic.) dá risada por educação. Agora me chamaram para uma festinha que vai ter. O pior é que não curto esse pessoal, na verdade odeio. Acho eles sem educação demais, até o modo de falar. O que eu faço?

Fonte: <http://bit.ly/14gf4di>

Cultura no senso comum

Da mesma forma que na mensagem citada, quem já não ouviu pelas ruas a frase “Fulano não tem cultura, ele é um ignorante quando se trata de discutir coisas sérias”?

Esse é um dos modos, no senso comum, de se definir a ideia ou conceito de **cultura**. Quando utilizamos essa forma de definição, estamos nos referindo a pessoas que não tiveram acesso a determinadas informações e saberes durante a sua vida – saberes que podemos julgar como mais “sofisticados”. Assim, estamos nos referindo e criticando o tipo de educação que essas pessoas receberam durante a sua vida – ou, colocando a questão de outra forma, estamos afirmando que essas pessoas “não tiveram educação”. Este tipo de avaliação sobre aquelas pessoas que julgamos como “sem cultura” leva em

conta, evidentemente, o que podemos chamar de falta de acesso à educação formal, ou seja, por ter frequentado pouco a escola, essas pessoas possuem poucas leituras e, conseqüentemente, além de falar o português de forma “errada”, têm uma capacidade menor de compreender certas situações ou dados da realidade em que vive.

Sob esta ótica, cultura se torna um termo para classificar os indivíduos, as pessoas com as mesmas afinidades e até grupos inteiros, de forma generalizante. Um exemplo disso seria uma pessoa nascida em São Paulo ou no Rio de Janeiro se referir aos nordestinos como pessoas que “não têm cultura” ou que “são todos analfabetos”. Neste sentido, então, a ideia de cultura, no senso comum, estaria sendo usada para discriminar indivíduos e grupos, servindo como instrumento de um

Ao se usar o termo “sem cultura” no senso comum – no sentido da falta de acesso a informações e saberes “s sofisticados” – pode-se cair no erro de considerar que os povos indígenas no Brasil “não têm cultura”. Na foto, garotos da comunidade Assurini participantes dos Jogos dos Povos Indígenas, em Paragominas – PA.



Janduar Simões/Folhapress

juízo e uma possível ação preconceituosa. Citamos aqui como exemplo de alvo de discriminação e preconceito os brasileiros que nasceram na região Nordeste e que migraram para o Sul em busca de trabalho, sendo vistos quase como “estrangeiros dentro de seu próprio país”. Mas poderíamos nos referir a outras pessoas que, dependendo do contexto, também podem ser vistas por alguns de forma preconceituosa, como os pobres, os moradores de favelas, os negros, os índios, os ciganos, as mulheres etc.

Mas será mesmo que a palavra cultura pode ser usada somente neste sentido preconceituoso? Bem, vamos responder a esta pergunta conhecendo outras duas formas de definir o conceito de cultura.

Cultura como representação da realidade

Cultura é um termo de origem latina e que tem ligação com o verbo “cultivar”, no sentido de ser um meio de se buscar o crescimento – daí, por exemplo, a palavra *agricultura*. Essa ideia de se “buscar o crescimento” em termos de formação intelectual do homem, desejada como a mais ampla que se pudesse alcançar, foi utilizada de maneira usual a partir do Iluminismo,

na Europa do século XVIII. “*Cultura* compreendia, então, tudo aquilo que um indivíduo deveria adquirir para se tornar uma pessoa moral e intelectual, no sentido mais pleno possível” (SIMÕES; GIUMBELLI, 2010, p. 188). E então, você percebeu como essa ideia, reproduzida até os dias de hoje, pode ser relacionada com o significado que o senso comum atribui à cultura? Pois é, podemos dizer que isso explica alguma coisa... Daí, afirmarmos que alguns “têm mais cultura” do que outros, em razão do seu acesso a essa “formação intelectual mais ampla”, que pode incluir não somente a educação formal, adquirida nas escolas, como também, como um aperfeiçoamento posterior desse saber – e acessível a um número bem menor de pessoas –, o gosto “refinado” pelas artes plásticas, pela literatura, pela música clássica.



Acervo do Projeto Portinari

“Chorinho”, Portinari. Rio de Janeiro, 1942. Série Os Músicos. Obra executada para decorar a sede da Rádio Tupi do Rio de Janeiro, RJ.

Voltando mais ainda no tempo histórico, podemos dizer que o ato do ser humano de transformar a natureza pode ser entendido como uma primeira definição de *cultura*. Afinal, os homens e as mulheres são diferentes dos animais, pois eles são “inventores do mundo”. Isto significa dizer que os seres humanos são os únicos que não se submeteram totalmente à natureza, mas sim a transformam. Cultura, portanto, pode ser definida por oposição à natureza. Trata-se da intervenção que o homem fez – utilizando sua capacidade intelectual, sua criatividade – no mundo natural que se encontrava ao seu redor. Esse longo processo de adaptação do meio ambiente original para um ambiente que podemos chamar de “cultural”, em função da intervenção humana, teve início há cerca de quinze milhões de anos. Desde então, segundo o antropólogo Denys Cucho, os instintos humanos foram sendo “substituídos” de forma progressiva pela cultura. Discorrendo a respeito, ele escreveu que a cultura permitiu ao ser humano “não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, a suas necessidades e seus projetos” (CUCHE, 1999, p. 10). Nosso mundo, portanto, é resultado desse processo; é resultado – podemos dizer – da cultura.

Assim, o ser humano, ao contrário dos animais, não vive de acordo com seus instintos, mas sim a partir da sua capacidade de pensar a realidade que o cerca e de construir significados. Estes são realizações culturais, que se transformam em *símbolos*. Os símbolos são representações dos homens sobre a sua realidade, e não estão presentes em todas as sociedades da mesma forma, variando de acordo com o tempo histórico e com o espaço físico e geográfico.

Vamos imaginar, a título de exemplo, como seriam duas necessidades básicas de homens e mulheres com a mediação da cultura: a alimentação e o ato sexual para reprodução.

Em nossa sociedade comemos qualquer coisa, mesmo que seja considerada nutritiva? Na sociedade em que vivemos as formigas são comidas? Por que em determinadas sociedades ingere-se carne de porco e em outras há restrições até de ordem religiosa?

Apesar da carne de porco e das formigas poderem ser considerados como alimentos, pelo fato de serem comprovados cientificamente como nutritivos, dependendo do entendimento de algumas sociedades, eles não são comestíveis. Por quê? Simplesmente porque cada comida tem um significado cultural para uma determinada sociedade. Até mesmo a forma como se come. Por exemplo: enquanto no Brasil nós misturamos várias comidas num mesmo prato, na Itália a maioria dos seus habitantes separa as comidas na hora do almoço e do jantar: primeiro as verduras, depois uma massa e em seguida uma carne.

Em uma de suas obras, o sociólogo alemão Norbert Elias (1994) relata que, na Idade Média, os franceses comiam com as mãos um cabrito inteiro sobre a mesa, arrotavam e cuspiam os ossos no chão. Séculos depois, esse hábito alimentar mudou. Passaram a utilizar talheres e desapareceram certos hábitos, como o de levar à mesa um animal inteiro, o arrote etc.

Thomas Serfatá



A forma como se come é um ato tipicamente cultural. Na foto, amigos de nacionalidades diversas compartilham prato de comida à moda árabe (comer com as mãos e no chão). Porém, um deles optou por usar a colher.

No que diz respeito ao ato sexual, podemos observar que, em algumas situações, o contato físico inicial entre um homem e uma mulher é muito diferente em diversas sociedades. Por exemplo: durante a Segunda Guerra Mundial, os soldados americanos, estacionados em Londres, entraram em choque com os costumes das prostitutas locais, que não se deixavam beijar na boca por considerar esta atitude nojenta antes do ato sexual.

Só para ficarmos nestes dois exemplos sobre dois atos básicos do ser humano, o alimentar e o sexual, percebemos que eles não são iguais para todas as sociedades, pois dependendo da forma como são os costumes, há um determinado significado e uma maneira específica de representar a ação dos indivíduos.

Essa é outra forma de definir cultura, ou seja, como uma **representação da realidade** ou da ação dos indivíduos. Um gesto muito simples como o beijo pode ilustrar isso.

Quando um brasileiro (estamos falando do sexo masculino) encontra um conterrâneo amigo (também do sexo masculino) ambos se abraçam ou dão um aperto de mão. A troca de beijos no rosto entre homens brasileiros é mais comum entre pais e filhos, ou, em sinal de respeito, beija-se a mão do padre ou do pai de santo. Os italianos beijam-se no rosto, porém, é usual os amigos russos se beijarem na boca. Ou seja, nas diferentes sociedades há diversas formas de representar um gesto de amizade, e um ato desse tipo tem o seu significado. Certamente, o ato de beijar na boca entre os homens no Brasil tem o significado de uma relação homossexual – entendimento que não acontece, necessariamente, na Rússia.

A representação da realidade acontece muitas vezes por meio dos símbolos. O termo **símbolo** tem sua origem no grego (*symbolon*), que designa um elemento representativo que está no lugar de algo que tanto pode ser um objeto

como um conceito ou ideia. O símbolo é um elemento essencial na comunicação e nas culturas, e é difundido no cotidiano pelas mais variadas formas da realidade e do saber humanos. Alguns símbolos são reconhecidos internacionalmente e outros, só em um determinado grupo ou contexto religioso, cultural etc...

A representação de cada símbolo pode aparecer como um resultado natural das relações sociais ou pode ser de comum acordo. Poderíamos citar vários exemplos de símbolos, tais como a cruz para a Igreja católica, com a sua representação do significado da crucificação de Jesus Cristo, ou a aliança de casamento, representando a união do casal. Para continuarmos na instituição casamento, o vestido branco de noiva como representação da pureza etc.

Podemos resumir símbolo como alguma coisa que representa algo para alguém, e ele será um dos elementos centrais das culturas. Por meio dos símbolos, os indivíduos representam a realidade em que vivem e formam a sua cultura, cultivam e inventam formas de se relacionar uns com os outros, formam uma visão sobre o mundo. Portanto, diferentemente do senso comum, a cultura como forma de representar a realidade existe em todos os lugares e indivíduos, não havendo, portanto, pessoas que **têm** e pessoas que **não têm** cultura. Todos nós temos uma cultura, que se expressa em símbolos – as formas de se vestir, as formas de falar, as formas religiosas, as formas artísticas etc.

Cultura e o significado antropológico

Há outra forma de definir cultura: o **sentido antropológico**. Nessa forma, cultura é um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado.

A Antropologia é o estudo das culturas humanas em suas diversidades históricas e geográficas. O que isso quer dizer?

De forma semelhante à Sociologia, sua “irmã”, a Antropologia é uma Ciência Social que nasceu no século XIX, como um projeto de ciência que consistia em reconhecer, conhecer e compreender a diversidade das manifestações culturais dos povos no tempo e no espaço.

A Antropologia nos permitiu descobrir que aquilo que pensávamos ser natural em nós mesmos é, na verdade, cultural, ou seja, ficamos perplexos e conscientes de que o menor de nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de natural, como vimos no exemplo do beijo e dos hábitos alimentares.

Enfim, a Antropologia nos diz que o conhecimento de nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento de outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única.

O que podemos dizer sobre qualquer indivíduo e sociedade é sua aptidão quase infinita em inventar modos de vida e formas de organização social extremamente diversas. Ou seja, as formas do andar, dormir, nos encontrar, nos emocionar, comemorar, e tantas mais, existem em todas as sociedades, mas os modos pelos quais essas manifestações ocorrem dependem da cultura criada e estabelecida por determinada sociedade.

Na Antropologia, o conceito de cultura já passou por várias definições ao longo dos anos. Dentre elas, definições que afirmavam que a cultura é um complexo de conhecimentos; que cada cultura é única; que é um meio de adaptação do homem na natureza; que vai além da herança genética; que a cultura é um meio para o funcionamento da sociedade; que a cultura é um sistema simbólico etc.

Para entendermos melhor o significado antropológico de cultura, vamos nos reportar ao antropólogo brasileiro Roberto DaMatta que elaborou

Marcos Serra



O modo tradicional de se vestir dos indígenas andinos é parte da sua cultura específica.

uma síntese de algumas dessas definições. Segundo ele, cultura “é um mapa, um receituário, um código, através do qual, as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas” (DaMatta, 1986, p. 123). Em outras palavras, a cultura é o “cimento” que dá unidade a certo grupo de pessoas que divide os mesmos usos e costumes, os mesmos valores. Deste ponto de vista, portanto, podemos dizer que tudo o que faz parte do mundo humano é cultura.

Você pode perceber que cultura é um tema complexo e que nem todos os estudiosos, na história da Ciência Social, concordam quanto à sua definição. Segundo o professor brasileiro Everardo Guimarães Rocha (1988), existem cerca de cento e cinquenta definições de cultura.

Luiz Fernandes



Assim como nesta apresentação de um grupo de dança gaúcho, as simbologias estão presentes em todas as culturas humanas.

Concretamente, podemos falar de *culturas*, ao invés de *cultura*, no singular. Assim, referimo-nos a uma cultura indígena, com seus modos de vestir, dormir, caminhar, se relacionar etc., como a uma cultura chinesa, japonesa, francesa, cigana, nordestina... Enfim, quando estudamos e identificamos traços de comportamentos, personalidades, simbologias comuns, atitudes comuns em determinados grupos, comunidades ou nações, podemos dizer que há uma cultura específica desses indivíduos que compõem grupos, comunidades ou nações.

Definir cultura é compreender também as variadas formas que governam os grupos humanos às suas relações de poder, aos diferentes modos de organizar a sociedade, de se apropriar dos recursos naturais, de inventar, significar e expressar a realidade humana.

RESUMINDO:

- No decorrer da História, os instintos originais do homem foram secundarizados pela cultura.
- A cultura é produzida pelo homem em qualquer meio geográfico.
- A cultura permitiu que o homem se adaptasse ao meio, como também que este se adaptasse ao próprio homem e suas necessidades.
- A herança cultural prevalece sobre a herança genética do homem, pois este aprende hábitos e costumes através da sua cultura.
- A cultura é acumulada socialmente a partir da experiência histórica vivida pelas gerações anteriores.
- A cultura estabelece regras

que determinam como o mundo pode e deve ser classificado.

- A cultura condiciona o comportamento humano e pode servir como justificativa para todas as suas ações.
- A cultura dá unidade a grupos de pessoas que compartilham os seus usos, costumes e valores.
- Uma cultura se modifica (e modifica) no contato com outra cultura.

A Babel da cultura

Vimos várias formas de se definir cultura. Entretanto, o maior interesse da Sociologia está nas definições de cultura como *representação* da realidade humana e no seu *sentido antropológico*, pois são essas definições que nos permitem fazer uma interpretação sociológica das distintas sociedades, assim como permitem contribuir para a compreensão dos processos de mudanças sociais existentes.

A cultura como representação da realidade e no sentido antropológico nos faz lembrar que as sociedades são *multiculturais*, ou seja, existem várias culturas no interior de uma mesma sociedade. A relação entre essas diversas culturas pode ser de aceitação, de tolerância ou de conflito. O que vai determinar a maneira como se dá a relação entre essas culturas distintas tem a ver com a história de cada sociedade ou a forma como uma determinada “cultura dominante” se impôs (ou foi imposta) diante das demais culturas.

A Torre de Babel, segundo a narrativa bíblica apresentada pelo Livro de Gênesis (11:1-9), foi uma torre que começou a ser construída pelos homens, através da qual

eles pretendiam chegar ao Céu. Segundo a narrativa, Deus interpretou este projeto humano como uma ameaça, no futuro, ao seu poder, pois os homens poderiam tentar ocupar o seu próprio lugar e suas atribuições enquanto Deus. Assim, como os homens falavam uma mesma língua, Deus interrompeu a construção da torre e dispersou todos os homens em diferentes partes do mundo, confundindo a sua linguagem de tal forma que eles não conseguiram mais se comunicar entre si, com cada um passando a falar uma língua diferente. Esta história é apenas uma das várias narrativas de cunho religioso e mítico existentes em diversas culturas, relacionadas às explicações sobre a criação do mundo e dos homens e são utilizadas para explicar a existência, no planeta, de muitas línguas e culturas diferentes. No caso, a Torre de Babel é a explicação apresentada pela tradição judaico-cristã e prevalece nas sociedades ocidentais.



Torre de Babel (c.1563), por Pieter Brueghel.

Existe um provérbio nagô-iorubá – uma sociedade africana milenar localizada na Nigéria –, que afirma que “os dedos não são iguais”, mas, como pertencem a uma mesma mão, precisam viver juntos, lado a lado. Esse provérbio pode ser interpretado, dentre outras leituras possíveis, para afirmar que, apesar das suas diferenças, todos os seres humanos precisam se respeitar e

saber conviver entre si. É bom ressaltar que nesse provérbio não há conotação de “desigualdade”, mas sim quanto à “diferença” – apesar dos tamanhos diferentes de cada dedo.

Tanto o Livro de Gênesis quanto o provérbio africano se relacionam com os estudos desenvolvidos pela Antropologia voltados para a compreensão da diversidade das culturas, suas distintas razões e suas diferentes manifestações.

Compreender que nossas sociedades são multiculturais é afirmar que a diversidade do gênero humano se constitui numa questão fundamental de convivência entre todas as culturas, apesar das suas diferenças. Esta diversidade é um dado da realidade humana. E, para nos situar no mundo, é necessário ter a consciência de que existe uma *Babel cultural*, de que os dedos não são iguais, que os homens são diferentes e que encontram, com base na sua cultura, diversas formas de lidar com a realidade.

Por fim, voltando à historinha contada no início do capítulo sobre a suposta família do namorado, que “é sem cultura”. O que você responderia para a moça agora?



Muitos símbolos, muitas culturas: a multiplicidade das culturas que precisam ser compreendidas em suas diferentes manifestações.

Conversando com a Matemática

VAMOS ENTENDER MELHOR AS CULTURAS ATRAVÉS DA MATEMÁTICA OU DAS MATEMÁTICAS?

Marcio Vianna

Você gosta de estudar Matemática na escola? E no seu dia a dia, você usa a Matemática? De qual você mais gosta, da Matemática da escola ou da Matemática que você usa no seu cotidiano.

Pois bem, a Matemática que estudamos hoje na escola é o resultado de mais de quatro mil anos de sua construção, que teve origem na Babilônia, no Egito, na Índia, etc., e que se consolidou na Grécia Antiga e foi amplamente difundida na Europa e, conseqüentemente, pelo mundo afora. Há quem diga que essa Matemática é uma “linguagem universal”. Mas será que só existe essa forma de Matemática? Você por acaso já viu um pedreiro analfabeto usar técnicas na sua profissão onde há a presença de conhecimentos matemáticos, mesmo sem nunca ter frequentado a escola formal? Pois é, eles frequentaram a “escola da vida” e aprenderam essas técnicas pelo saber-fazer, construídas e difundidas entre os seus pares ou pelos seus antepassados. Você já percebeu como os indígenas constroem cabanas, barcos e ocas com precisão matemática de “dar inveja” a qualquer engenheiro civil? Essas técnicas, impregnadas de matemáticas, são transmitidas de pai para filho e não são aprendidas na escola formal.

Esses saberes populares são estudados pela *Etnomatemática*, que é uma forma de investigar o conjunto de artes ou técnicas (tica) e de explicar, de conhecer, de entender e de lidar (matema) com o ambiente social, cultural e natural desenvolvido nas distintas culturas (etno). Entendeu? *Etno + matema + tica* é como o pesquisador brasileiro Ubiratan D’Ambrósio* denominou os estudos das matemáticas nas diversas culturas pelo mundo.

Diversos pesquisadores imbuídos dessa ideia buscaram, ao redor do mundo, perceber essas

matemáticas nos povos que ainda não tiveram (ou que tiveram pouco) contato com a matemática que conhecemos e aprendemos nas escolas. Estudos com povos indígenas no Brasil tiveram essa repercussão, assim como as técnicas populares de medição da terra pelos trabalhadores rurais, as rendeiras no nordeste, entre muitas outras culturas que foram pesquisadas no cenário do nosso país. Fora do “território tupiniquim”, estudos apresentaram outra forma de linguagem matemática pelos povos Maori na Nova Zelândia, assim como as geometrias nas técnicas de construção de cestas de palha e nos jogos desenvolvidos pelos povos africanos, entre diversos outros exemplos. É impressionante como esses povos desenvolvem matemáticas mesmo sem perceber e, ao agregar todos os saberes populares aos mais eruditos, valorizando cada saber, cada técnica, a matemática não será somente UMA matemática.

Como vimos, não é somente a Sociologia que aborda o conceito de cultura. Podemos ver que as matemáticas nos ajudam a dar soluções para as diversas questões de nossas vidas, entre elas, as formas de medir, classificar e construir objetos no cotidiano. Sendo assim, as matemáticas são muito influenciadas pelas formas culturais criadas por homens e mulheres.

Marcio de Albuquerque Vianna é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduado em Matemática pela Universidade Castelo Branco (RJ) e Mestre em Educação Matemática pela Universidade Santa Úrsula (RJ).

*D’AMBRÓSIO, Ubiratan. *Etnomatemática*. Arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Ática, 1990.

Reverendo o capítulo

- 1 – Defina cultura de acordo com o senso comum.
- 2 – O que significa cultura no sentido antropológico?
- 3 – O que significa a afirmação “nossa sociedade é multicultural”?
- 4 – Explique a importância da definição de cultura pela Sociologia, comparando-a com a definição do senso comum.

Dialogando com a turma

- 1 – Você já presenciou alguma situação em que as pessoas definiam cultura no senso comum? Descreva-a para seus colegas de turma.
- 2 – Neste capítulo apresentamos como exemplo o beijo, que se manifesta de forma diferenciada em diversas sociedades. Dê outro exemplo de gestos que são diferentes e discuta com seus colegas as possibilidades de significados para esses gestos.
- 3 – Faça uma pesquisa sobre os diferentes significados e formas de casamento existentes em diversas culturas.

Verificando o seu conhecimento

1- (ENEM, 2001)

Os textos referem-se à integração do índio à chamada civilização brasileira.

- I - “Mais uma vez, nós, os povos indígenas, somos vítimas de um pensamento que separa e que tenta nos eliminar cultural, social e até fisicamente. A justificativa é a de que somos apenas 250 mil pessoas e o Brasil não pode suportar esse ônus. (...) É preciso congelar essas ideias colonizadoras, porque elas são irreais e hipócritas e também genocidas. (...) Nós, índios, queremos falar, mas queremos ser escutados na nossa língua, nos nossos costumes.”

Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal Articulador dos Direitos Indígenas na ONU e fundador das Nações Indígenas, *Folha de S. Paulo*, 31 de agosto de 1994.

- II - “O Brasil não terá índios no final do século XXI (...) E por que isso? Pela razão muito simples que consiste no fato de o índio brasileiro não ser distinto das demais comunidades primitivas que existiram no mundo. A história não é outra coisa senão um processo civilizatório, que conduz o homem, por conta própria ou por difusão da cultura, a passar do paleolítico ao neolítico e do neolítico a um estágio civilizatório.”

Hélio Jaguaribe, cientista político, *Folha de S. Paulo*, 2 de setembro de 1994.

Pode-se afirmar, segundo os textos, que:

- (A) tanto Terena quanto Jaguaribe propõem ideias inadequadas, pois o primeiro deseja a aculturação feita pela “civilização branca”, e o segundo, o confinamento de tribos.
- (B) Terena quer transformar o Brasil numa terra só de índios, pois pretende mudar até mesmo a língua do país, enquanto a ideia de Jaguaribe é anticonstitucional, pois fere o direito à identidade cultural dos índios.
- (C) Terena compreende que a melhor solução é que os brancos aprendam a língua tupi para entender melhor o que dizem os índios. Jaguaribe é de opinião que, até o final do século XXI, seja feita uma limpeza étnica no Brasil.

- (D) Terena defende que a sociedade brasileira deve respeitar a cultura dos índios e Jaguaribe acredita na inevitabilidade do processo de aculturação dos índios e de sua incorporação à sociedade brasileira.
- (E) Terena propõe que a integração indígena deve ser lenta, gradativa e progressiva, e Jaguaribe propõe que essa integração resulte de decisão autônoma das comunidades indígenas.

2 – (ENEM, 2010)

Não é raro ouvirmos falar que o Brasil é o país das danças ou um país dançante. Essa nossa “fama” é bem pertinente, se levarmos em consideração a diversidade de manifestações rítmicas e expressivas existentes de Norte a Sul. Sem contar a imensa repercussão de nível internacional de algumas delas. Danças trazidas pelos africanos escravizados, danças relativas aos mais diversos rituais, danças trazidas pelos migrantes etc. Algumas preservam suas características e pouco se transformaram com o passar do tempo, como o forró, o maxixe, o xote, o frevo. Outras foram criadas e são recriadas a cada instante: inúmeras influências são incorporadas, e as danças transformam-se, multiplicam-se. Nos centros urbanos, existem danças como o funk, o hip hop, as danças de rua e de salão.

É preciso deixar claro que não há jeito certo ou errado de dançar. Todos podem dançar, independentemente de biótipo, etnia ou habilidade, respeitando-se as diferenciações de ritmos e estilos individuais.

GASPARI, T. C. *Dança e educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008 (adaptado).

Com base no texto, verifica-se que a dança, presente em todas as épocas, espaços geográficos e culturais é uma:

- (A) prática corporal que conserva inalteradas suas formas, independentemente das influências culturais da sociedade.
- (B) forma de expressão corporal baseada em gestos padronizados e realizada por quem tem habilidade para dançar.
- (C) manifestação rítmica e expressiva voltada para as apresentações artísticas, sem que haja preocupação com a linguagem corporal.
- (D) prática que traduz os costumes de determinado povo ou região e está restrita a este.
- (E) representação das manifestações, expressões, comunicações e características culturais de um povo.

Pesquisando e refletindo

Livros:

DaMATTA, Roberto. Você tem Cultura? In: *Explorações: Ensaios de Sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

Pequeno artigo em que o autor, de forma clara e objetiva, discute o conceito e as diversas interpretações que se dá à cultura na sociedade brasileira.

SANTOS, José Luiz. *O que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

Livro de rápida leitura que aborda a cultura e as diversas escolas antropológicas que, durante os séculos XIX e XX, tentaram definir o seu conceito.

Filmes:

NÓS QUE AQUI ESTAMOS POR VÓS ESPERAMOS (Brasil, 1999). Direção: Marcelo Masagão. 73Min.

O filme conduz o olhar pelos contrastes do século, pelos artistas, pensadores e indivíduos anônimos que construíram sua riqueza, e pelos personagens sombrios que reproduziram sua miséria. As únicas cenas captadas pelo diretor são realizadas em um cemitério, cuja inscrição do pórtico dá nome ao filme e encerra sua essência: a mortalidade como condição esquecida nos desvãos da história.

A MISSÃO (*The Mission*, Inglaterra, 1986). Direção: Roland Joffé. Elenco: Robert De Niro, Jeremy Irons. 125 min.

O filme conta a destruição das missões dos jesuítas no Paraguai e o massacre dos indígenas, feitos pelos colonizadores ibéricos no século XVII.

NARRADORES DE JAVÉ (Brasil, 2003). Direção: Eliane Caffé. Elenco: José Dumont, Matheus Nachtergaele, Gero Camilo, Néelson Dantas. 100 min.

A pequena cidade de Javé será submersa pelas águas de uma represa. Seus moradores não serão indenizados e não foram sequer notificados porque não possuem registros nem documentos das terras. Inconformados, descobrem que o local poderia ser preservado se tivesse um patrimônio histórico de valor comprovado em “documento científico”. Decidem então escrever a história da cidade – mas poucos sabem ler e só um morador, o carteiro, sabe escrever.

Conectados na internet e nas redes sociais:

COMUNIDADE VIRTUAL DE ANTROPOLOGIA: <http://www.antropologia.com.br/>
Coordenado por Fernando Cesar de Araújo, Renata Apgaua e Benjamin Luiz Franklin, o site se propõe a ser um canal de divulgação de divulgação da produção dos antropólogos, contribuindo também “para a visibilidade das manifestações culturais e dos diversos grupos sociais”. Acesso: fevereiro/2013.

SUA PESQUISA – Seção “Música e Cultura”: <http://bit.ly/1aoPsj7>

Página que apresenta um leque bem variado de opções de pesquisa no campo da cultura, apresentando temas tais como o cinema brasileiro, festas juninas, mitologia grega, lendas e mitos do Brasil, literatura oral e de cordel, a história do rock, e informações sobre as culturas chinesa, indiana, italiana e etc. Acesso: fevereiro/2013.

Relação de MUSEUS DO MUNDO na WEB: <http://bit.ly/10xdun6>

Links para acesso a visitas virtuais a diversos museus espalhados pelo mundo como, por exemplo, o Louvre (Paris), o British Museum (Londres), o Hermitage (São Petersburgo/Rússia) e museus brasileiros, como o Museu de Arte Moderna (São Paulo) e o Museu Imperial (Rio de Janeiro). A visita a esses museus representa principalmente o contato com a chamada “alta cultura”, representada pelas grandes obras clássicas da pintura. Mas, vez por outra, alguns desses museus – e outros não citados – oferecem contato com obras que representam “culturas alternativas”, até algum tempo atrás não reconhecidas nesses círculos. Vale a pesquisa nesse sentido, com destaque para o excelente acervo do Museu Afro Brasil, localizado em São Paulo. Vejam em <http://bit.ly/bboNY2>. Acessos: fevereiro/2013.

Músicas:

A CULTURA – Autores: Rappin’ Hood, Sabotage. Intérprete: Sabotage.

Depois das reflexões apresentadas neste capítulo, será que alguém ainda acha que RAP não é cultura? Segundo Sabotage, “Rap é compromisso”, cuja proposta somente “a periferia (é) que domina”. Confira.

BYE, BYE, BRASIL – Autores: Roberto Menescal e Chico Buarque. Intérprete: Chico Buarque.

A nação indígena dos Parintins, uma marca de calça jeans e o grupo pop Bee Gees rimam com a ideia de cultura? Sim, segundo Chico.

Filme Destaque:

Haut Et Court/Laurent Cantet



ENTRE OS MUROS DA ESCOLA

(*Entre les Murs*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Laurent Cantet

Elenco: François Bégaudeau, Nassim Amrabt, Laura Baquela, Cherif Bounaïdja Rachedi, Juliette Demaille.

128 min. (França, 2007).

SINOPSE:

Professor de língua francesa em uma escola de Ensino Médio, localizada na periferia de Paris, busca apoio dos colegas na difícil tarefa de fazer com que os alunos aprendam algum conteúdo ao longo do ano letivo. Mas ele precisa lidar com uma questão de choque cultural entre a cultura oficial, representada pela escola, e as culturas diferentes dos seus jovens alunos imigrantes.

Capítulo 5

“Sejam realistas: exijam o impossível!” Identidades sociais e culturais

Public-domain-image.com



Geração Emo: Será que ser jovem hoje é mais fácil ou mais difícil do que na época dos nossos pais?

Acho que os jovens têm mais medo do futuro. Hoje é mais difícil ser jovem que antigamente.

(Daniel Cohn-Bendit, in: Um legado de perguntas sem respostas, *O Globo*, Caderno Especial 1968, 11/05/08, p. 2)

A afirmação acima, proferida por um dos principais líderes estudantis das manifestações históricas que ocorreram na França, em 1968 – de onde também extraímos a frase-título deste capítulo –, revela uma avaliação sobre uma possível diferença entre o *ser jovem* nos dias de hoje, no século XXI, e o *ser jovem* há mais de quarenta anos. Na verdade, podemos e devemos perguntar até que ponto é isso mesmo: será que *ser jovem*

hoje é mais difícil do que antigamente? Por quê? O que significa *ser jovem* no Brasil, nos dias atuais? Será que as respostas a estas perguntas seriam as mesmas em qualquer parte do país, como, por exemplo, nas capitais ou no interior, na Região Sul ou nos estados do Nordeste?

Refletir sobre essas questões é um dos temas da Sociologia, ao qual damos o título de **Identidade**.

Identidade: o que é?

Quando falamos em *identidade*, lembramos logo do Registro Geral (RG), um documento em que aparece a nossa foto, acompanhada do nosso nome completo, da nossa assinatura, dos nomes dos nossos pais, do estado em que nascemos, da data de nascimento, entre outras informações. Quando registramos esses dados em algum órgão do governo, recebemos a carteirinha com um determinado número – pronto: estamos devidamente *identificados*, representados por um único número, que não pode ter nenhum outro igual!

O que significa o documento de identidade?

Em uma visão difundida pelo senso comum, significa que, a partir desse momento – o recebimento da carteira –, podemos ser reconhecidos como membros da sociedade, como um indivíduo singular (que não tem igual), como um *sujeito* participante da vida social, com suas características específicas: nome, número, cor da pele (que aparece na fotografia), sexo, idade, naturalidade. Podemos dizer que o RG, na verdade, é o *nosso* primeiro documento, pois a Certidão de Nascimento, que é expedida pelo Cartório ao nascermos, é um documento dos nossos pais, que afirma e declara ao mundo a nossa existência, reconhecendo-nos como seus filhos.

Nada mais óbvio do que tudo que escrevemos até aqui, não é verdade? Mas, para a Sociologia, falar em *identidade* é muito mais complexo do que podemos imaginar.

Em primeiro lugar, podemos dizer que os dados estampados no RG revelam diversos *pertencimentos* desse indivíduo que nós somos: pertencemos a um país, a um estado, a uma família, a uma determinada geração. Revelam também características físicas, tais

como o sexo e a cor da pele. Mas, será que “revelam” tudo a nosso respeito? É claro que não.

A nossa identidade formal, anunciada pelos dados, é apenas a nossa estampa, uma “casca” que esconde as nossas ideias, as nossas emoções, os nossos gostos, as nossas crenças, as motivações que temos e as aspirações que buscamos na vida. Todos estes e outros elementos é que formam de fato a nossa *identidade*, que nos transformam em *sujeitos*, pertencentes a uma determinada época e lugar, inseridos em um tipo específico de sociedade, construída a partir de uma determinada História.



Alan Marques/Folhapress

Mulheres gaúchas que foram alfabetizadas queimam suas carteiras de identidades para analfabetos. Esta atitude mostra que a nossa identidade é muito mais do que um simples documento.

Se entendemos esta questão dessa forma, podemos dizer, portanto, que *ser jovem* não é a mesma coisa hoje e há mais de quarenta anos, aqui no Brasil ou na França, assim como, de forma mais ampla e mais diferenciada, entre as sociedades ocidentais e uma sociedade em Bali (na Indonésia) ou uma comunidade indígena do Xingu.

Para entender melhor o que estamos falando, vamos tomar como exemplo os acontecimentos que abalaram o mundo em 1968, nos quais a juventude teve um papel de liderança, de marcante protagonismo.

1968: os jovens comandam uma revolução política e social

Em 1968, os jovens estudantes franceses tomaram as ruas de Paris com palavras de ordem e frases de impacto, tais como:

“Sejam realistas:
exijam o impossível!”

“É proibido proibir.”
“Abaixo a sociedade de consumo!”

“A economia está ferida.
Pois que morra!”

“Parem o mundo que
eu quero descer!”

“Antes de escrever, aprenda a
pensar.”

“A barricada fecha a rua,
mas abre o caminho.”

Esse ano, na verdade, foi o momento culminante de uma série de mudanças que vinham ocorrendo nas sociedades ocidentais, desde o final da década de 1950. Essas mudanças, de caráter social, político e cultural, foram comandadas por jovens: eles eram os principais líderes da Revolução Cubana, como Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos. Eram os atores que representavam personagens desafiadores e rebeldes, que pilotavam suas motos e carros em alta velocidade, como Marlon Brando e James Dean; eram os músicos que transformaram o rock em um fenômeno mundial, como Elvis Presley, Chuck Berry e Bill Halley and His Comets.

Influenciada por esses acontecimentos, a década de 1960 assistiu ao surgimento e ao sucesso dos Beatles e seus cabelos compridos; à permanente rebeldia dos Rolling Stones; à invenção da minissaia; ao uso das drogas como forma de libertação do pensamento,

da imaginação e da criatividade; e à disseminação do sexo livre, com a descoberta da pílula anticoncepcional.



Joseph Epstein / BBC-Brasil

Grafite do americano Mr Brainwash com imagem dos Beatles que ocupa uma parede no bairro de Holborn - Londres (Inglaterra).

Ser jovem passou a significar, nesse contexto, a afirmação da luta por uma liberdade plena, contra a “carece” das gerações mais velhas (os pais e os avós) e contra todas as formas de opressão política, desde a sociedade de consumo ocidental, representada pelos Estados Unidos, até as ditaduras socialistas, representadas pela União Soviética. Assim, a luta pelo “amor livre” associava-se às manifestações contra a Guerra do Vietnã e contra o alistamento militar; a luta pela revolução socialista era combinada com a resistência à invasão soviética da Tchecoslováquia, que pôs fim às reformas políticas conhecidas como a Primavera de Praga (proveitem para pesquisar a respeito).

As manifestações estudantis que ocorreram em Paris se espalharam pelo mundo, atingindo cerca de cinquenta países, entre os quais Itália, Polônia e Iugoslávia. Cidades como Madri, Valência, Nova York, Santiago, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro tiveram suas ruas tomadas.

As bandeiras de luta eram semelhantes, mas também distintas.

Enquanto em Nova York a luta pela liberdade não poderia ser dissociada da luta contra a guerra, aqui no Brasil a luta pela liberdade significava posicionar-se contra a ditadura civil-militar que se instaurara no país em 1964.

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o assassinato de um estudante secundarista, Edson Luís, ocorrida em março de 1968, provocou diversas manifestações pelo país, culminando com a histórica passeata dos Cem Mil, na Cinelândia. Na avaliação do sociólogo Paulo Sérgio do Carmo: “Diferentemente do movimento francês, que lutava por causas mais ‘abstratas’, contra o capitalismo, o consumo e a alienação, no Brasil, a luta se dava contra uma ditadura feroz e com muita disposição para reprimir” (CARMO, 2003, p. 86).

Independentemente do resultado concreto dessas manifestações – no Brasil, por exemplo, a ditadura não foi derrubada, mas se tornou ainda mais violenta nos anos seguintes, promovendo perseguições, exílio, torturas e assassinatos de seus opositores –, todo esse mundo, em permanente ebulição, sempre sob o comando da juventude, nunca mais seria o mesmo.

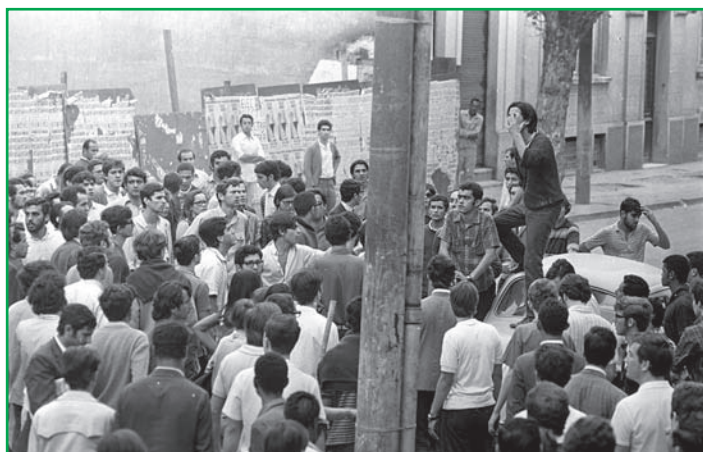
A crítica à sociedade de consumo teve como uma de suas consequências o

surgimento do movimento ecológico e a denúncia da destruição do meio ambiente como contrapartida do chamado “progresso” e do desenvolvimento econômico e a busca do lucro a qualquer custo. O enfrentamento das diversas formas de opressão permitiu a denúncia do machismo e dos falsos moralismos, até então vigentes, levando à redefinição do papel da mulher na sociedade, que passou a ter uma presença cada vez mais fortalecida no mercado de trabalho, e a luta pela superação de todas as formas de discriminação sexual. Essas lutas, que prosseguem até os dias atuais, tiveram um acentuado impulso nesse período. Elas significaram, também, uma mudança nas concepções sobre as identidades das pessoas, não só dos jovens, como dos membros da sociedade em geral.

Identidade no debate da Sociologia

Entretanto, o debate sociológico sobre o tema da identidade não é novo. Desde muito tempo, alguns sociólogos já discutiam os significados do termo “identidade”. Vejamos dois pensadores que se dedicaram a esse tema: George Herbert Mead e Erving Goffman.

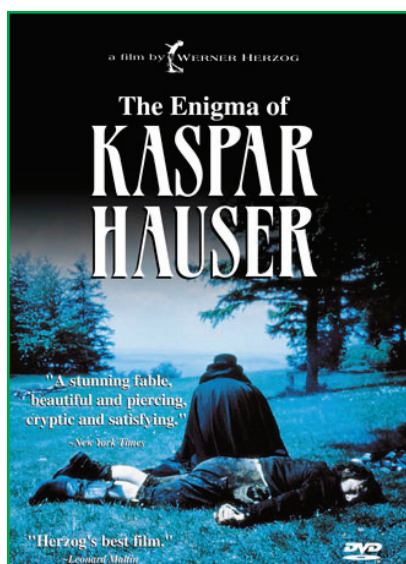
O sociólogo americano George Herbert Mead (1863-1931) dizia que nós somos o que somos porque adquirimos ao longo da vida alguns traços característicos de nosso “self”, por meio das interações sociais que estabelecemos com outros indivíduos. Numa tradução mais difundida, o termo em inglês “self” poderia ser entendido como “si mesmo”. Para Mead, entretanto, a ideia era concebida como uma referência à existência de um *self* social, ou seja, significava que o indivíduo organiza uma série de atitudes sobre o meio social em que vive e tem condições de adotar, é a consciência que um sujeito tem de si mesmo. Mas, ele afirmava também que esta consciência só é possível se o



Acervo Última Hora/Folhapress

Em 1968, lutar por liberdade no Brasil significava o enfrentamento do poder da ditadura militar pelos estudantes.

indivíduo estabelecer contatos sociais, não é uma coisa que nasce com ele ou é um fator biológico ou genético. Vocês já viram ou ouviram falar do filme *O enigma de Kaspar Hauser*, produzido pelo diretor Werner Herzog (vejam na seção Interatividade), que relata um caso real de um menino alemão, passado em 1820, que teve o seu primeiro contato com humanos na adolescência e que só aprendeu a falar após esse contato com outras pessoas? Pois bem, se pensasse neste exemplo, George Mead nos diria que o caso ilustra como o *self* é impossível de ser concebido fora de um intercâmbio simbólico com outras pessoas.



Filmverlag der Autoren / Werner Herzog

O filme “O enigma de Kaspar Hauser” mostra a vida de um adolescente que começa a ter uma identidade social após ter vivido desde o nascimento num porão, isolado do mundo.

O “self”, para George Mead, apresenta duas características: o “eu” e o “mim”. O *eu* refere-se ao sujeito que age e o *mim* refere-se a como nos vemos através dos olhos de outras pessoas. Está complicado? Vamos ver um exemplo: quando vamos a uma festa sempre nos vestimos de forma adequada ao ambiente, pois sabemos que as pessoas podem nos julgar pela forma como nos apresentamos. Pois bem, se nos sentimos confortáveis e

elegantes com uma determinada roupa é porque gostamos de estar de um jeito e também porque sabemos que outras pessoas podem gostar. Mead diz, portanto, que “o ‘eu’ é a reação do organismo às atitudes dos outros; e o ‘mim’ é a série de atitudes organizadas dos outros que alguém adota”. (MEAD, 1973, p. 202)

Outro sociólogo importante que se debruçou sobre o tema da *identidade* foi o canadense Erving Goffman (1922–1982). No seu livro *A representação do eu na vida cotidiana*, Goffman sustenta a ideia de que a vida social do indivíduo, por consequência sua identidade, pode ser entendida como representação teatral. Como ele argumenta isso? Vamos ler com atenção.

A ação de um indivíduo em relação a outros não tem somente uma finalidade instrumental, ou seja, não tem somente um objetivo de fazer algo, mas também é condicionado pelo modo como este sujeito quer aparecer diante dos outros. Goffman afirma que quando um indivíduo está diante de outro, ele tem muitas razões para tentar controlar as impressões que os outros têm dele e da situação específica dessa relação. Ou seja, podemos dizer que, para Goffman, o indivíduo e sua identidade são produtos de uma cena que é representada durante uma determinada situação. Vejamos o que ele mesmo escreve sobre isso:

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem. (...) A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada.

(GOFFMAN, 1975, p.11)

Em outro trecho, ele também explica:

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é. Consequentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar.

(GOFFMAN, 1975, p.21)

Como se vê, a ideia de identidade de Goffman é muito parecida com a de George Mead. Em ambas, segundo eles, pode-se afirmar que os indivíduos assumem diversas identidades, dependendo de uma determinada situação social em que estes mesmos indivíduos se encontram.

Identidades sociais ontem e hoje

Como vimos, a Sociologia tem vários autores que discutem e refletem sobre o conceito de identidade. Agora vamos destacar outro autor que escreveu um pequeno livro sobre o assunto: um teórico jamaicano, mas radicado no Reino Unido, chamado Stuart Hall.

Quando falamos em identidade, estamos falando em papéis distintos assumidos pelo indivíduo enquanto *sujeito histórico*, pertencente a uma determinada sociedade. Stuart Hall (2004) destaca um determinado indivíduo genérico, membro da sociedade ocidental, ou seja, as sociedades europeias e as sociedades colonizadas pelos europeus nas Américas. Nesse sentido, esse

sociólogo apresenta três ideias muito diferentes sobre as identidades que se constituíram historicamente no Ocidente, como veremos a seguir.

Uma primeira identidade do sujeito, segundo Hall, teve origem no Iluminismo, com base *numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, de consciência e de ação* (2004, p. 10).

Como estudamos nas aulas de História, essa ideia estava associada à afirmação da centralidade do homem (antropocentrismo), em oposição às concepções que vinham da Idade Média, que afirmavam a total centralidade de Deus e o poder inquestionável da Igreja. Um primeiro momento de nascimento desse “novo indivíduo” foi o Renascimento do século XVI, com o seu Humanismo. Este se consolida no século XVIII, com o Iluminismo. A razão humana, finalmente, se sobrepunha definitivamente à fé cega, que impedia o desenvolvimento da ciência e do capitalismo.

A segunda identidade que surgiu historicamente, de acordo com Stuart Hall, foi baseada na noção de um **sujeito sociológico**, que coincidiu com a ascensão da sociedade moderna, associada ao capitalismo, no século XIX. Devemos entender esse sujeito sociológico como um indivíduo que não tinha a autonomia e a autossuficiência do sujeito iluminista, mas sim como um sujeito que se relacionava integralmente com a sociedade em que vivia, interagindo permanentemente com ela.

No século XIX, com a consolidação do capitalismo a partir da Inglaterra e as suas consequências para o restante da humanidade, o “sujeito sociológico” que assume o poder apresenta, então, a sua “carteira de identidade”: ele era branco, europeu, anglo-saxão, do sexo masculino, cristão. Todas as outras identidades, dentro da mesma sociedade,

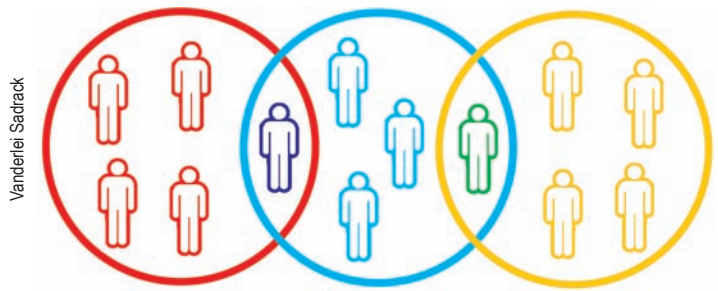
e principalmente em outras partes do mundo, deveriam, necessariamente, estar subordinadas a ele.

Por fim, segundo Hall, a identidade apontada acima, que teve origem na Era Moderna, começou a ser totalmente “desmontada” no século XX, principalmente a partir das mudanças que ocorreram na década de 1960, citadas anteriormente. Trata-se, agora, de um **sujeito pós-moderno**, no qual coexistem diversas identidades simultâneas e até contraditórias, todas de caráter cultural.

Deve-se observar que este “novo sujeito” é também produto das mudanças constantes que caracterizavam a Era Moderna, desde o século XIX, tal qual descreveram Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto Comunista*: “(...) As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, (...)” (1998, p. 11).

O que pode ser apresentado como “novidade” – como defende Stuart Hall – é o ritmo e a profundidade dessas mudanças, aceleradas desde os anos 1970, em comparação com as sociedades modernas que foram se consolidando no mundo ocidental a partir do século XIX, após a Revolução Francesa.

O sujeito pós-moderno, segundo essa concepção, não teria um “centro”, ou melhor, teria este “deslocado”, desarticulado, perdido a estabilidade. Explicando: o sujeito moderno ou sociológico do século XIX é um indivíduo que tem uma identidade única, centrada na sua nacionalidade (o país onde nasceu) e nas suas características físicas (cor da pele, sexo, por exemplo). É a partir dessas definições que esse sujeito se situa e se relaciona com a sociedade. Já o sujeito pós-moderno apresentaria **múltiplas identidades**, sem que uma determinada se impusesse às demais.



O sujeito pós-moderno apresentaria múltiplas identidades, sem que uma determinada se impusesse às demais.

Um exemplo dessa “multiplicação de identidades”, apresentado por Stuart Hall, foi o episódio da indicação de um novo juiz para a Suprema Corte norte-americana, pelo então presidente George Bush (pai de George W. Bush), em 1991. Como presidente eleito pelo Partido Republicano, Bush desejava indicar um juiz conservador, que defendesse determinados interesses. Daí, segundo Hall, ele promoveu um “jogo das identidades”: indicou para o cargo Clarence Thomas, um juiz negro de posições conservadoras. Assim, ele teria o apoio dos seus eleitores brancos que, apesar da possibilidade de ter preconceitos contra um juiz negro, veriam Thomas com outros olhos, em razão das suas ideias conservadoras, e dos seus eleitores negros que aplaudiriam a indicação de Thomas. Durante o processo de escolha do juiz, no entanto, Clarence Thomas foi acusado de assédio sexual por uma ex-colega, Anita Hill, que era negra. O tal “jogo de identidades” ocorreu novamente em torno do escândalo provocado pelo caso: alguns homens negros apoiaram Thomas, com base na cor da sua pele; outros se opuseram a ele, por causa do assédio sexual. As mulheres negras se dividiram: algumas apoiaram Thomas e outras, a mulher agredida. Os homens e as mulheres brancas conservadoras, antifeministas, apoiaram Thomas; os mais liberais, que

condenavam o sexismo, não (cf. HALL, 2004, p. 18-21).

Dentre outras consequências desse “jogo”, ficou claro por que a identidade do sujeito ficou “descentrada”, na visão de Hall? Exatamente porque não existiria, no caso descrito, uma identidade única, que conduzisse as demais. A identidade do juiz citado seria “deslocada” de acordo com os distintos pontos de vista presentes na sociedade, de como ele era visto por homens ou mulheres, brancos ou negros, conservadores ou liberais, machistas ou feministas.

Voltando aos jovens: quais são as suas identidades?

Começamos este capítulo refletindo sobre uma determinada juventude que viveu nos anos de 1960. Mas e os jovens de hoje no Brasil? Podemos dizer que eles têm *uma* identidade? Ou será que eles têm *várias* identidades?

O sociólogo brasileiro e professor da Universidade Federal de Minas Gerais Juarez Dayrell parte da ideia de uma “condição juvenil” atual, abordando tudo o que pode ser entendido como culturas, demandas e necessidades da juventude. Ou seja, segundo Dayrell, precisamos entender as manifestações cotidianas e seus símbolos como *a amostra* de uma maneira de ser jovem. O que este sociólogo destaca é que uma parcela da juventude, que predominantemente no Brasil frequenta as escolas públicas, é pobre e vive nas periferias das grandes cidades.

Para Juarez Dayrell – num artigo que escreveu juntamente com Juliana Reis –, a juventude é uma definição que é socialmente construída, sendo marcada por variadas condições sociais, culturais, de gênero e geográficas, ou seja, há jovens de diversas classes, etnias, religiões, com determinados valores, dentre outros aspectos. Além de serem marcados pela diversidade, as

identidades da juventude são dinâmicas, ou seja, transformam-se de acordo com o tempo. (DAYRELL; REIS, 2007)

A categoria de “condição juvenil”, segundo Dayrell e Reis, “refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc.” (DAYRELL; REIS, 2007, p. 4). Assim, a *condição juvenil*, no Brasil, manifestou-se em variadas dimensões.

A primeira delas é a dimensão do trabalho. Este é um desafio cotidiano para muitos jovens e, para muitos, é a garantia da própria sobrevivência, na qual eles buscam uma gratificação imediata e um possível projeto de futuro. Para muitos jovens, ser jovem é viver o trabalho, para garantirem um mínimo de recursos financeiros para se divertir, namorar ou consumir.

A segunda dimensão é a cultural. Ou seja, “eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida” (DAYRELL; REIS, 2007, p. 5). Na vida dos jovens, aquilo que chamamos de *simbólico*, em nossas relações sociais, tem sido cada vez mais utilizado por milhões de jovens brasileiros como uma maneira de se comunicarem e de se posicionarem diante da sociedade e até de si mesmos.

A terceira é uma dimensão que pode ser chamada de *sociabilidade*. De acordo com muitos estudos sociológicos brasileiros, há uma importância grande nesta dimensão quando pensamos sobre as identidades dos jovens, pois, entre seus pares, amigos e colegas, no lazer, na diversão, nas escolas ou no trabalho,



A chamada “condição juvenil” se expressa de diferentes formas. Na foto à esquerda, integrantes do trio cubano de Hip-Hop “Orishas”. No sentido horário: Yutel, Roldan e Ruzzo. Na foto à direita, jovens da Cidade Tiradentes (Zona Leste de São Paulo-SP) que produzem e vendem camisetas grafitadas.

“a turma de amigos é uma referência na trajetória da juventude: é com quem fazem os programas, ‘trocam ideias’, buscam formas de se afirmar diante do mundo adulto, criando um ‘eu’ e um ‘nós’ distintivo” (DAYRELL; REIS, 2007, p. 6).

Esses autores falam sobre outras dimensões não menos importantes, tais como os espaços que são construídos como lugares “só de jovens” e a dimensão da “transição para a vida adulta”. Esta significa, nas palavras desses autores, que

Em síntese, pode-se dizer que a vida dos jovens é um momento de transição, apresentando-se como um constante *vai e vem* entre os prazeres da juventude e a vida rígida das obrigações adultas.

E você? O que acha disso tudo? Podemos dizer que os jovens têm muitas identidades ou podemos afirmar que existe uma definição única de ser jovem? Discuta com seus amigos e colegas.

Existe uma identidade brasileira?

Agora, vamos conversar um pouco sobre a ideia de identidade no Brasil. Você acha que, diante de tudo que levantamos até agora, poderíamos falar na existência, de alguma forma, de uma determinada “identidade brasileira”?

Poderíamos dizer que sim, até determinado ponto, se considerarmos uma série de características culturais que se fazem presentes nas manifestações da maioria da população como, por exemplo, nas suas tradições religiosas ou nas suas opções esportivas (como é o caso do futebol). Deve-se perceber, porém, que, assim como em outros países, essas tradições são todas elas construídas ou “inventadas”, em um determinado momento da nossa História. Como assim? O que estamos querendo dizer com isso?

a vida constitui-se no movimento, em um trânsito constante entre os espaços e tempos institucionais, da obrigação, da norma e da prescrição, e aqueles intersticiais, nos quais predomina a sociabilidade, os ritos e símbolos próprios, o prazer. É nesse trânsito, marcado pela transitoriedade, que vão se delineando as trajetórias para a vida adulta. É nesse movimento que se fazem, construindo modos próprios de ser jovem. Podemos dizer que, no Brasil, o princípio da incerteza domina a vida dos jovens, que vivem verdadeiras encruzilhadas de vida, nas quais as transições tendem a ser zigzagueantes, sem rumo fixo ou pré-determinado.

(DAYRELL; REIS, 2007, p. 8)

Pegando como exemplo o futebol, se resolvermos fazer uma pesquisa sobre a história do futebol no Brasil, descobriremos que ele foi trazido para o nosso país por ingleses, entre o finalzinho do século XIX e o início do século XX. Naquela época, tomando como exemplo a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, o esporte mais popular eram as regatas – as corridas de embarcações (canoas) pilotadas por remadores, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Somente com a passagem de algumas décadas é que o futebol acabou virando o esporte mais popular do Rio e também do Brasil. Se pensarmos em outros países, como é o caso dos EUA, o futebol (chamado de *soccer*), apesar de sua origem inglesa (*football*), até hoje não é o esporte mais popular.



Rudy Trindade/Folhapress

Você acredita que, no Brasil, no início do século XX, o remo era um esporte mais popular que o futebol? Na foto, torcida do Botafogo, no estádio do Maracanã.

Outras identidades culturais são construídas e desconstruídas, de acordo com a época histórica, de acordo com os interesses políticos. Na década de 1930, por exemplo, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre formulou a ideia de que o Brasil seria um modelo de “democracia racial” para todo o mundo, em que brancos e negros viveriam harmoniosamente, inexistindo a prática do racismo. A partir da década de 1950, no entanto, outros sociólogos, entre os quais os paulistas Florestan Fernandes e Octavio Ianni, demonstraram, através de diversas pesquisas patrocinadas pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – que essa ideia de Freyre não passava de um *mito*, sem qualquer sustentação na dura realidade vivenciada pelos afrodescendentes brasileiros.

Por fim, num país que apresenta extremos de desigualdade social e de concentração de renda, como é o nosso, não se pode falar na existência de uma determinada *identidade cultural* que “unifique” a maioria dos indivíduos, seus habitantes. Podemos, sim, dizer que existem identidades de classe social ou de grupos sociais específicos. Assim, os jovens estudantes de uma escola pública no interior de Pernambuco apresentam características bem distintas dos jovens estudantes de uma escola privada frequentada pela burguesia paulistana. Poderíamos falar em “identidades jovens” semelhantes nestes dois casos? Mesmo considerando o poder e a expansão cada vez maior da internet nos dias atuais? Está aí um bom tema para iniciarmos o debate.

OS MUITOS PASSEIOS PELOS “BOSQUES DA FICÇÃO”

Leila Medeiros de Menezes

Você deve se perguntar, algumas vezes, o quê e o porquê de estudar e ler Literatura. Aquela Literatura enquanto disciplina escolar.

Tomando emprestada a frase de impacto, usada pelos jovens militantes no ano de 1968, nas ruas de Paris – “A barricada fecha a rua, mas abre o caminho” – ousou dizer que a Literatura também abre caminhos que nos levam, como diz Umberto Eco (2006)*, a tantos “bosques da ficção”.

Convidamos você a ousar também muitos caminhos e caminhadas pela Literatura. Poderíamos, aqui, trabalhar com vários períodos da História do nosso país, onde a Literatura assumiu papel de denúncia, de resistência, oferecendo-nos momentos de reflexão a respeito do nosso envolvimento enquanto seres individuais e coletivos.

Para dialogar com o conceito de identidade deste capítulo, assumiremos a História do tempo presente como motivo para as nossas reflexões e discussões. Tanto na prosa quanto na poesia, ela se faz presente, engajada. Definiremos os chamados “anos de chumbo” – 1968 a 1978 – como momento privilegiado de reflexão. O período foi assim denominado por marcar um momento bastante cruel da História brasileira recente, onde nos porões da Ditadura muitas arbitrariedades foram cometidas em nome da Segurança Nacional. Queremos juntar os estilhaços para buscarmos recompor a memória recente a cerca da censura política.

Segundo Veronese, “a primeira função da arte é política, é chocar, uma vez que é instrumento para provocar reflexão entre as pessoas” (2000, p. 2)**. Dentre as várias formas de resistência a arte tornou-se, sem dúvida, um grande instrumento catalisador do pensamento nacional. Ao “chocar” os poderes constituídos, sua possibilidade de reflexão tornou-se uma arma explosiva.

No diálogo entre poesia e música, exemplificaremos com poemas-canção¹ de Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, o Gonzaguinha. Ele assumiu a palavra poética como denunciante da palavra política e social para colocar-se na contramão do sistema vigente. Sua produção musical oscilou entre as coisas do coração, a

exaltação da vida – canções atemporais – e a denúncia das arbitrariedades do regime, marcadas por “um tempo onde lutar por seu direito [era] um defeito que [matava]” – canções datadas. Gonzaguinha foi, sem dúvida, um verdadeiro ator do político.

Gonzaguinha teve a plena consciência do que representava naquele momento, deixando seu coração e sua razão explodirem com o “peito fervendo ao grau de uma fornalha” (PINHEIRO, 1976, p. 42)***, equilibrando a quantidade exata do sonho com a matéria que dava forma à poesia; dessa forma, partilhava com seus possíveis interlocutores sofrimentos, indignações que marcaram o período em tela.

Ocupando-se da palavra, o poeta-compositor Gonzaguinha deixou explodir sua indignação e se fez plenamente ativo, atualizado, engajado, respondendo, assim, aos questionamentos de uma juventude que, segundo seus versos, na composição *Não dá mais pra segurar*, de 1979 – que acabou por ficar mais conhecida por um de seus versos, “explode coração” – ansiava por ver “o sol desvirginando a madrugada”. Gonzaguinha sempre se identificou com os anseios e as lutas de uma grande parcela da população brasileira que vive à margem do acesso e da produção dos bens sociais e culturais. Nunca esqueceu das suas verdadeiras raízes.

Então, já que discutimos as identidades dos jovens, que tal agora, com seu professor de Literatura, mergulhar nos poemas-canção de Gonzaguinha para entendermos melhor os jovens de ontem e de hoje?

Leila Medeiros de Menezes é professora dos anos iniciais do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CAP-UERJ. Graduada em Letras – Português – Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Mestre em História Política pela UERJ.

*ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

** VERONESE, Antonio. O manifesto de Veronese. In: *Jornal do Brasil*, Caderno B, 27/07/2000, p.2.

***PINHEIRO, Paulo César. Batalha. In: _____. *Canto brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

[1] Estamos chamando de poemas-canção a relação íntima entre poesia e música.

Reverendo o capítulo

- 1 – De que forma a Sociologia discute o tema *identidade*?
- 2 – O que dizem sobre o conceito de identidade os pensadores George Mead e Erving Goffman?
- 3 – Sintetize as três concepções de identidade formuladas pelo sociólogo Stuart Hall.
- 4 – Quais são as dimensões do ser jovem no Brasil, segundo o sociólogo Juarez Dayrell?

Dialogando com a turma

- 1 – Pesquise, em equipe, sobre alguns acontecimentos históricos relacionados no texto, apresentando-os para a turma. Sugestões: (a) Guerra do Vietnã; (b) Revolução Cubana; (c) O surgimento do rock e a importância dos Beatles; (d) Primavera de Praga; (e) Ditadura civil-militar no Brasil; (f) Maio de 1968, na França; (g) Passeata dos Cem Mil.
- 2 – O texto cita o uso de drogas e a liberação sexual como acontecimentos que marcaram a década de 1960. Hoje, podemos dizer que tanto um quanto o outro assumiram significados bem diferentes. Pesquise a respeito e debata a sua opinião com a turma.
- 3 – Entreviste, na sua família, uma pessoa que tenha sido jovem na década de 1960 e anote a opinião dela a respeito dos acontecimentos, sob o ponto de vista de alguém que presenciou ou viveu intensamente aquela época. Compare a sua entrevista com as de seus colegas e, em conjunto, relatem as diferentes visões encontradas.

Verificando o seu conhecimento

1 – (ENEM, 2011)

Em geral, os tupinambás ficam bem admirados ao ver os franceses e os outros dos países longínquos terem tanto trabalho para buscar o seu arbotã, isto é, pau-brasil. Houve uma vez um ancião da tribo que me fez esta pergunta: “Por que vindes vós outros, mairs e pêros (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?”

O viajante francês Jean de Loy (1534-1611) reproduz um diálogo travado, em 1557, com um ancião tupinambá o qual demonstra uma diferença entre a sociedade europeia e a indígena no sentido:

- (A) do destino dado ao produto do trabalho nos seus sistemas culturais.
- (B) da preocupação com a preservação dos recursos ambientais.
- (C) do interesse de ambas em uma exploração comercial mais lucrativa do pau-brasil.
- (D) da curiosidade, reverência e abertura cultural recíprocas.
- (E) da preocupação com o armazenamento de madeira para os períodos de inverno.

2 – (ENEM, 2011)

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do Dia da Consciência Negra.

A referida lei representa um avanço não só para a educação nacional, mas também para a sociedade brasileira, porque:

- (A) legitima o ensino das ciências humanas nas escolas.
- (B) divulga conhecimentos para a população afro-brasileira.
- (C) reforça a concepção etnocêntrica sobre a África e sua cultura.
- (D) garante aos afrodescendentes a igualdade no acesso à educação.
- (E) impulsiona o reconhecimento da pluralidade étnico-racial do país.

Pesquisando e refletindo

Livros:

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Livro que conta a história de uma geração de jovens que sonhavam em mudar o mundo. Inspirados pelos ideais e pela figura carismática de Che Guevara, foram esses jovens que estavam à frente do movimento feminista e em defesa da liberdade sexual, em prol dos Direitos Civis nos EUA, do movimento contra a Guerra do Vietnã, entre tantas outras lutas.

FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. 4. edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

Excelente livro para discutir aspectos da identidade nacional brasileira. O autor relata como o futebol, esporte inventado pelos ingleses, foi modificado através dos negros brasileiros, e como virou uma marca nacional de identidade.

Filmes:

SEM DESTINO (*Easy Rider*, EUA, 1969). Direção: Dennis Hopper. Elenco: Peter Fonda, Dennis Hopper, Jack Nicholson. 95 min.

Dois membros da contracultura hippie no final dos anos 1960 saem de Los Angeles e atravessam o país de motocicleta até Nova Orleans. Na viagem, enfrentam o preconceito contra o espírito de liberdade que eles encarnavam.

O ENIGMA DE KASPAR HAUSER (*Jeder für sich und Gott gegen alle*, Alemanha, 1974). Direção: Werner Herzog. Elenco: Helmut Döring, Bruno S., Walter Ladengast. 110 min.

Baseado em fato real ocorrido na Alemanha de 1820, o adolescente Kaspar Hauser aparece em uma cidade, após ter vivido desde o nascimento em um porão, sem qualquer contato humano. É acolhido na casa de um professor, que inicia a sua socialização. Vencedor da Grande Prêmio do Júri em Cannes.

FORREST GUMP – O CONTADOR DE HISTÓRIAS (*Forrest Gump*, EUA, 1994).

Direção: Robert Zemeckis. Elenco: Tom Hanks, Gary Sinise, Sally Field. 141 min. Viagem pela história dos EUA através do personagem Forrest Gump, com destaque para os acontecimentos das décadas de 1950 e 1960, como a Guerra do Vietnã, os assassinatos de John Kennedy e de Martin Luther King e o surgimento do movimento hippie.

Conectados na internet e nas redes sociais:

“O POVO BRASILEIRO”:

http://video.filetube.com/da_video/darcy+ribeiro+o+povo+brasileiro

Documentário baseado no livro do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997), no qual ele apresenta sua visão sobre a formação do povo brasileiro e suas identidades. O endereço do site apresenta algumas partes do documentário. Acessando a página do YouTube ou do Google, e digitando: “O povo brasileiro, Darcy Ribeiro” você encontrará também as outras partes, vários sites que hospedam esse documentário, além de resenhas do livro, comentários de outros autores e o próprio livro do autor na íntegra. Acesso: fevereiro/2013.

INFOJOVEM – “DIVERSIDADE”: <http://bit.ly/11NTRcl>

Página hospedada no site Infojovem, um portal de informação juvenil ancorado em estudos e pesquisas relacionados às informações juvenis no Brasil, América Latina e o mundo, realizados pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Universidade da Juventude. Nesta página, você encontrará uma reflexão sobre identidade e juventude. Acesso: fevereiro/2013.

“IDENTIDADE CULTURAL”: <http://glo.bo/17pKHUc>

Vídeo em que professores e músicos, entre eles o cantor e compositor Gilberto Gil, falam sobre o conceito de identidade cultural. Para buscar estas entrevistas digite também no Google: “its TV: Identidade Cultural”. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

NÃO É SÉRIO – Autores e intérpretes: Charlie Brown Jr. Participação de Negra Li.

Você acha que o jovem é levado a sério em nosso país? Será que ele é sempre visto como o “culpado” de tudo? O que será que ele tem a dizer? A letra da música proporciona uma boa discussão a respeito.

MY GENERATION (Minha Geração) – Autor: Pete Townshend. Intérpretes: The Who.

Rock que virou um hino representativo da juventude da década de 1960, ficando marcado pela frase “I hope I die before I get old” – ou, em tradução livre, “tomara que eu morra antes de ficar velho”. Como curiosidade, vale registrar que a banda The Who ainda hoje é escutada por diversos jovens da atual geração, com suas músicas sendo regravadas por grupos mais novos e servindo de tema para seriados da TV norte-americana – ou seja, exatamente como afirma a letra da outra música brasileira “Como nossos pais”.

Filme Destaque:

Film Four / Walter Salles



DIÁRIOS DE MOTOCICLETA (*The Motorcycle Diaries*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Walter Salles

Elenco: Gabriel Garcia Bernal, Rodrigo de La Serna.

128 min. (EUA, 2004).

SINOPSE:

Reconstituição da viagem do jovem médico Ernesto Che Guevara pela América Latina, acompanhado do seu amigo Alberto Granado, quando ele toma contato com a dura realidade de miséria do continente e decide transformar-se em um revolucionário.

A viagem é realizada em uma moto, que acaba quebrando após oito meses. Eles então passam a seguir viagem através de caronas e caminhadas, sempre conhecendo novos lugares.

Capítulo 6

“Ser diferente é normal”: as diferenças sociais e culturais



Getty Images

Somos iguais ou somos diferentes?

Somos todos iguais ou somos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo que a resposta se abrigava, segura de si, no primeiro termo (...). Já faz um quarto de século, porém, que a resposta se deslocou. A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se em ritmo acelerado e perturbador a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de fato, porquanto temos cores diferentes na pele e nos olhos, temos sexo e gênero diferentes além de preferências sexuais diferentes, somos diferentes de origem familiar e regional, nas tradições e nas lealdades, temos deuses diferentes, diferentes hábitos e gostos, diferentes estilos ou falta de estilo; em suma, somos portadores de pertencas culturais diferentes. Mas somos também diferentes de direito. É o chamado “direito à diferença”, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. *The right to be different!*, é como se diz em inglês o direito à diferença. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos. Motiva-nos muito mais, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros.

Antônio Flávio Pierucci em *Ciladas da Diferença* (1999, p.7)

Você concorda com o texto acima?
Nós, hoje, desejamos mais o direito
de ser diferente do que o direito a

igualdade? Está confuso?

Então, vamos ver essa notícia veiculada
na internet em 18 de março de 2010:

CASAL BRITÂNICO É PRESO POR SE BEIJAR E CONSUMIR ÁLCOOL EM DUBAI

Um casal britânico – um homem que mora e trabalha em Dubai e uma turista – foram presos em novembro do ano passado na cidade dos Emirados Árabes Unidos por se beijarem em público e consumirem álcool. Soltos após pagar fiança, eles irão à uma corte em 4 de abril.

De acordo com a rede de TV americana CNN, o casal – cuja identidade não foi revelada – jantava ao lado de amigos no restaurante *Bob's Easy Diner*, próximo da praia Jumeirah, quando uma mulher que estava no local com a família ligou para a polícia.

É o terceiro caso envolvendo cidadãos britânicos presos em Dubai em menos de dois anos. Em janeiro deste ano, um casal britânico de namorados foi detido por ter relações sexuais fora do casamento. No final de 2008, outro casal britânico foi condenado a três meses de prisão depois de ter sido considerado culpado por fazer sexo na praia.

Segundo estrangeiros que vivem em Dubai, autoridades locais parecem estar agindo de forma cada vez mais rígida em relação a situações de choque das diferentes culturas.

Fonte: <http://bit.ly/19lcikw> Acessado em 21/03/2010

Pois bem, há situações em que não basta reivindicar o direito à igualdade, mas sim reivindicar o reconhecimento da cultura e das formas de ser do outro ou de outra sociedade ou grupos sociais. Neste capítulo, vamos estudar um tema que, além de interferir nas relações sociais, é um dos mais importantes para entendermos melhor a nossa sociedade: **as diferenças sociais e culturais.**

Ser diferente é normal

Vimos no capítulo sobre cultura que nossas sociedades são multiculturais, ou seja, temos a presença de diferentes grupos culturais numa mesma sociedade, estejamos nos referindo à cidade ou à nação. Entretanto, ter a consciência dessa realidade nos faz ficar atentos a fatos concretos que dizem respeito aos diversos interesses de grupos e pessoas.

Queremos dizer com isso que quando uma pessoa ou grupo considera normal ou natural uma situação ou ideia, muitas vezes essa normalidade ou naturalidade se expressa como relação de poder, desigualdade ou opressão.

Para a Sociologia, falar em sociedade não significa descrevê-la simplesmente de forma homogênea. Quando fazemos uma análise das sociedades, identificamos de imediato a existência de desigualdades sociais e diferenças entre grupos e pessoas. As desigualdades são fabricadas pelas relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Geralmente, as classes ou camadas superiores das sociedades são as mesmas, tanto sob o ponto de vista cultural ou político. O que estamos querendo dizer é que as classes sociais ou camadas superiores das sociedades são as mesmas em termos de manutenção do poder político e dos privilégios sociais e econômicos, reproduzindo sua dominação através da cultura e da disseminação de certa visão de mundo. Porém, devemos chamar a atenção para

O direito à diferença também significa não aceitar ser tratado com inferioridade na sociedade comandada pelos “homens brancos”. Na foto, índios protestando contra a opressão dos brancos.



Diego Felipe

não confundirmos *desigualdade social* com *diferenças sociais e culturais* dos indivíduos, grupos e sociedades.

As desigualdades sociais são definidas a partir das condições sociais e econômicas de determinados grupos. Isto é, há grupos que possuem mais riquezas do que outros e maior acesso a determinados serviços, gerando uma sociedade desigual, na qual poucos possuem muitas riquezas e bens materiais e muitos possuem pouca ou nenhuma riqueza material.

A diferença social e cultural, por outro lado, significa que os indivíduos ou grupos são apenas diferentes e não superiores e inferiores. O indivíduo originário do continente africano é diferente do chinês ou do europeu; a mulher é diferente do homem; o homossexual é diferente do heterossexual; o adepto ao candomblé cultua uma religião diferente da do evangélico; as pessoas com deficiências são diferentes daqueles que não possuem necessidades educacionais especiais, e assim por diante. Essas características dos seres humanos não significam superioridade ou inferioridade de uns sobre outros.

Nas sociedades onde existem muitas diferenças sociais e culturais – como é o caso da nossa –, estas podem se transformar em fatores de desigualdades. Isto quer dizer que os “outros”, que muitas vezes não são considerados “normais”, aparecem como “entidades ameaçadoras”. Daí, surgirem comportamentos e atitudes de discriminação, preconceitos, racismos, machismos, homofobia etc. Na forma física, afetiva e ideológica, os que se consideram “normais”, evitam contatos e criam seus próprios mundos, excluindo os que são considerados como “diferentes”. Por isso, a consciência do caráter multicultural de uma sociedade não leva necessariamente ao desenvolvimento de uma relação social de trocas e relações entre as culturas – o chamado *interculturalismo*.



Carlos Rivas

Em 2007, no enredo e na letra do samba-enredo da Escola de Samba Império Serrano, do Rio de Janeiro, cantava-se: *Quem nasceu diferente, e venceu preconceito, a gente tem que admirar*. Este samba fala dos portadores de necessidades especiais, porém podemos ampliar esta ideia de que todas as diferenças são normais. Entretanto, se ser diferente é normal, lidar com a diferença é difícil em função das relações de poder entre as pessoas e grupos. Vamos ver qual a razão e como isto acontece nas sociedades.

O etnocentrismo

Por que as diferenças sociais e culturais são, para muitas pessoas, sinônimo de desigualdades? No senso comum, por exemplo, o nordestino na maioria das vezes é associado ao analfabetismo, à ignorância etc. Negros e índios são associados a marginais ou selvagens. Mulheres são consideradas inferiores. Homossexuais, pessoas que apresentam anomalias “mentais” e “morais”.

Podemos dizer que essas ideias representam *visões etnocêntricas* de



Image Source/Shannon Fagan

Todos somos diferentes, temos escolhas e características biológicas e sociais diferentes. Reconhecer estas diferenças não deveria significar desigualdades em direitos ou de alguma forma de discriminação.

mundo. Mas, o que significa mesmo o termo “etnocentrismo”?

Bem, etimologicamente, “etno” deriva do grego “ethnos” e se refere a etnia, raça, povo, clã. Assim, “etnocentrismo” significa considerar a sua etnia como o centro ou o eixo de tudo, a base que serve de referência ou o ponto de vista de onde se deve olhar e avaliar o mundo ao redor. Estendendo essa definição, podemos entender o *etnocentrismo* como uma tendência a considerar apenas os valores da própria cultura ao analisar as demais. Isto significa dizer que as visões de um determinado grupo – política, econômica e socialmente dominante em uma dada sociedade – são considerados como o centro e a referência de tudo. Tudo – inclusive outros grupos e indivíduos – é pensado e sentido através dos valores, modelos e definições segundo o grupo dominante, que seria a própria “representação” da existência humana.

Quando duas culturas se encontram, pode ocorrer um *choque cultural*, ou seja, de repente surge um “outro”, ou o grupo “diferente” que, quase sempre, não age como o grupo dominante – ou, quando age, é considerado estranho. Enfim, esse “diferente” é ameaçador porque pode ferir

(afetar de alguma forma) a nossa *identidade cultural*. Então, se pertencemos ao grupo que apresenta os padrões culturais considerados como “corretos”, “naturais”, não aceitamos que outro grupo tenha hábitos que julgamos “estranhos”. Assim o grupo do “eu” faz da *sua visão a única possível* – ou, mais discretamente, “a melhor”, “a natural”, “a superior”, “a certa”.

Carlos Rivas



Em poucas situações, a atitude etnocêntrica passa por um julgamento simples do valor da cultura do outro, nos termos da nossa própria cultura, sem consequências mais sérias. Mas, na maioria das vezes, a História da humanidade é repleta de exemplos onde o etnocentrismo implica um julgamento do outro, na sua forma mais violenta. Por exemplo, julgar um povo – como os indígenas ou os africanos – de primitivo ou bárbaro, pode significar, socialmente e politicamente, como “algo a ser destruído” ou como empecilho ao “desenvolvimento econômico” das nações.

O etnocentrismo formula representações e imagens distorcidas sobre aquele que entendemos como “diferente” de nós, sendo representações sempre manipuláveis como bem entendemos. Além disso, no fundo, transforma a diferença pura e simples num juízo de valor, perigosamente prejudicial à humanidade.

Etnocentrismo – termo criado em 1906 pelo sociólogo americano William Graham Sumner (1840-1910) –, portanto, é a base explicativa sociológica e antropológica dos preconceitos, discriminações, racismos, homofobia, sexismo e estereótipos sobre os mais variados grupos, considerados diferentes em comparação a um determinado padrão.

Esclarecido isso, podemos refletir sobre a nossa própria história: como sabemos, nossas sociedades ocidentais americanas são herdeiras diretas da tradição europeia, branca e cristã, que foi trazida pelos colonizadores e que predominou sobre outras culturas que existiam anteriormente nas Américas.

Sabendo disso, perguntamos: como se deu esse processo de conquista, não somente sob o ponto de vista social e cultural, mas sob a perspectiva da visão de mundo desses colonizadores europeus? Será que o desejo de riqueza não veio aliado a uma crença num estilo de vida que excluiu as diferenças sociais e culturais?

Se pensarmos em termos de História do Brasil, podemos verificar que nossa formação nacional foi marcada pela eliminação física do “diferente” (indígenas) ou por sua escravização (africanos). Da mesma forma, foi forjada uma verdadeira negação do “outro”, também no que diz respeito aos seus pensamentos, suas ideias e seus mais variados comportamentos.



Um exemplo de visão etnocêntrica: em pleno século XXI, filmes ainda exibem a África e seus povos como selvagens e primitivos.

Por exemplo, até algum tempo atrás, na maioria dos livros didáticos de História, encontrávamos a ideia distorcida de que os índios andavam nus, à época da chegada dos portugueses. Ora, esse “escândalo exótico” esconde, na verdade, a nossa noção particular do que deve ser uma roupa e o que, no corpo, deve-se mostrar ou esconder.

A mesma ideia se expressa quando se diz que os povos indígenas cultuam deuses em formas de espíritos ancestrais, animais, árvores etc., ou seja, eles eram animistas, com superstições sem sentido. Aqui se esconde a visão de que só os ocidentais é que têm o deus ou deuses certos e os “selvagens” não. Perguntamos: o que diriam muitos indígenas na Amazônia se soubessem que nossas indústrias madeiras derrubam milhões de árvores para fazer papel, e que grande parte desse papel é jogado no lixo? E mais: o que diriam eles, sabendo que a derrubada de árvores provoca um desequilíbrio ecológico ameaçador para a própria existência humana? Deste ponto de vista, não seríamos nós os “selvagens”, fazendo coisas sem sentido?

As trocas e os diálogos culturais

A notícia sobre o casal que se beijou em Dubai demonstra que mais do que reivindicar um direito de igualdade, é necessário lutar pelo reconhecimento das diferenças. Se a diferença é normal, é necessário lutar para a garantia daquilo que chamamos de *interculturalidade* ou *relações sociais interculturais*.

Relação intercultural significa a valorização, a interação e a comunicação recíprocas entre os diferentes sujeitos e grupos culturais. A interculturalidade é a ideia que tem por base *o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social*. É tentar promover relações de diálogo e relações igualitárias

entre pessoas e grupos que pertencem a culturas diferentes, sem perder de vista a crítica às relações desiguais de poder entre grupos e pessoas.

Nas palavras de Catherine Walsh, pedagoga americana e professora da Universidade Andina Simon Bolívar, no Equador, a **interculturalidade** é:

Um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade; um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença; um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados; uma tarefa social e política que interpela ao conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade; e uma meta a alcançar.

(WALSH, 2001, p.10-11)

Na sociedade brasileira ainda há muita dificuldade em reconhecer e promover o diálogo e a troca entre diferentes grupos, pois ainda ocorrem muitos casos de violência contra os homossexuais, atitudes e comportamentos de rejeição a pessoas com deficiências, violência contra as mulheres e negros etc. O simples fato de ser diferente, sob diversos aspectos, dificulta que certos indivíduos tenham acesso a bens, a oportunidades de trabalho e até mesmo de frequentarem certos espaços.

Nestas poucas palavras, você consegue perceber que a *interculturalidade* pode ser o oposto do *etnocentrismo*?

Alan Marques/Folhapress



Índios e brancos juntos: como exercer o interculturalismo? Na foto, índios pataxós comemoram a condenação dos jovens acusados pela morte do índio Galdino Jesus dos Santos e saúdam o promotor pela sua atuação no caso.

O que diferencia o ser humano dos outros seres é sua capacidade de dar respostas aos diversos desafios que a realidade impõe. Mas, essa preocupação com a realidade e esse agir no mundo não se dão de maneira isolada. É na relação entre homens e mulheres e destes e destas com o mundo que uma nova realidade se constrói e novos homens e mulheres se fazem. Criando cultura. Fazendo história. E essas culturas e histórias sempre se relacionam entre si. Por isso, as diferenças sociais e culturais, que são os aspectos mais humanos que existem entre as pessoas e as sociedades, podem se expressar através do etnocentrismo ou das relações interculturais.

Fechamos esta reflexão com um chamado do sociólogo Boaventura de Sousa Santos para refletirmos sobre as diferenças culturais e as desigualdades sociais: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (1995, p.7).



Vanderlei Sadrack

Conversando com a Educação Física

EDUCAÇÃO FÍSICA: DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES FÍSICAS OU O CONHECIMENTO DA “CULTURA CORPORAL DO MOVIMENTO”?

Adriana Penna

Desde a sua inserção nas primeiras formações sociais, o ser humano buscou na natureza os meios para a sua sobrevivência. Para se constituir como tal, o Homem sempre precisou transformar a natureza para a satisfação de suas necessidades, criando padrões de movimento, de pensamento e de ação condicionados às circunstâncias impostas por cada período histórico. Já neste ponto, então, podemos afirmar que os seres humanos não nasceram andando, correndo, pulando, nadando etc., de forma natural e mecânica. Ao contrário, as atividades humanas se constituem pelas condições criadas por relações sociais determinadas historicamente.

Deste modo, a relação Homem/natureza compõe uma unidade que é mantida sob uma relação de dependência e de conflito. Verifica-se assim a permanente criação e recriação da natureza e da humanidade no processo histórico de constituição das sociedades e de sua cultura. De acordo com Karl Marx (1818-1883), esta integração Homem/natureza compreende uma relação exclusivamente humana denominada “trabalho”. Esta é a atividade criadora e fundante do ser social.

Pode-se perceber então que o ser humano é, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade na qual está inserido e de sua cultura. No entanto, submetido às condições do mundo capitalista, grande parte da humanidade passou de sujeito da história à simples peça desta engrenagem social que aliena o homem e a natureza, simultaneamente. O mundo do trabalho capitalista – ou seja, as condições de emprego criadas pelo modo de produção capitalista – passou a dominar tanto o meio ambiente, quanto a vida do trabalhador, utilizando a natureza e o ser humano com se fossem peças descartáveis. Por este motivo, estratégias são constantemente criadas, submetendo o tempo, os movimentos e os pensamentos do trabalhador às demandas de manutenção da sociabilidade capitalista.

Com base nas considerações acima, convidamos você a pensar sobre a Educação Física como uma prática social e pedagógica e que, como tal, deve privilegiar na escola conteúdos, temas e atividades que integram a “cultura corporal do movimento”, tais como as danças, as lutas, os esportes, os jogos etc. Tais conteúdos têm a propriedade de promover o entendimento do corpo físico e do corpo social, integrando-os à totalidade das relações sociais e explicando a expressão da sua cultura.

Nesta perspectiva, buscamos explicar de forma histórica a objetividade do corpo e de seus movimentos. Entendida sob esta perspectiva, a Educação Física se contrapõe àquela visão que ainda hoje a vincula à concepção técnica, tendo relação direta com o desenvolvimento de aptidões físicas e com a preparação do futuro trabalhador para o mundo do trabalho alienado. Tal concepção tem criado no espaço escolar uma ideia de Educação Física como mera execução de exercícios físicos desconectados de uma reflexão sobre o fazer corporal e sua função na sociedade.

E então, o que você acha a respeito do que escrevemos? Até que ponto a prática da Educação Física em nossas escolas não significa a imposição de um determinado padrão cultural relativo ao “corpo em movimento”, de acordo com certa definição de “normalidade” presente na sociedade, e, juntamente com isso, a exclusão do diferente, daquele que não se encaixa em um determinado padrão estético? Pense a respeito.

Adriana Machado Penna é professora de Educação Física da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro e do curso de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá. Graduada em Educação Física pela UFRJ, Mestre em Educação pela UFF e Doutora em Serviço Social pela UERJ.

Revendo o capítulo

- 1 – Diferencie os termos *desigualdade social* e *diferenças sociais e culturais*.
- 2 – Por que “ser diferente pode ser normal”?
- 3– O que significa *etnocentrismo*?
- 4– O que significa *interculturalidade*?

Dialogando com a turma

- 1 – Faça uma pesquisa sobre músicas que fazem referência às diferenças culturais existentes no Brasil. Apresente o resultado do seu trabalho para a turma.
- 2 – Cite um exemplo de relações interculturais positivas. Explique a sua escolha.
- 3 – Você já presenciou algum comportamento etnocêntrico de algum grupo social na sua escola ou na sua cidade? Conte para a turma a respeito e explique por que considerou que esse fato revelava uma prática baseada no etnocentrismo.
- 4 – Como você interpretaria a frase do sociólogo Boaventura de Souza Santos: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Verificando o seu conhecimento

- 1 – (ENEM, 2002)



De acordo com a história em quadrinhos protagonizada por Hagar e seu filho Hamlet, pode-se afirmar que a postura de Hagar:

- (A) valoriza a existência da diversidade social e de culturas, e as várias representações e explicações desse universo.
- (B) desvaloriza a existência da diversidade social e as várias culturas, e determina uma única explicação para esse universo.
- (C) valoriza a possibilidade de explicar as sociedades e as culturas a partir de várias visões de mundo.
- (D) valoriza a pluralidade cultural e social ao aproximar a visão de mundo de navegantes e não-navegantes.
- (E) desvaloriza a pluralidade cultural e social, ao considerar o mundo habitado apenas pelos navegantes.

Chegança

Sou Pataxó,
Sou Xavante e Carriri,
Ianomâni, sou Tupi
Sou Pancaruru,
Carijó, Tupinajé,
Sou Potiguar, sou Caeté
Ful-ni-ô Tupinambá.

Eu atraquei num porto seguro,
Céu azul, paz e ar puro...
Botei as pernas pro ar.
Logo sonhei que estava no paraíso
Onde nem era preciso dormir para sonhar.

Mas de repente me acordei com a surpresa:
Uma esquadra portuguesa veio na praia
atracar.
De grande-nau,
Um branco de barba escura,
Vestindo uma armadura me apontou para
me pegar.
E assustado dei um pulo da rede,
Pressenti a fome, a sede,
Eu pensei: “vão me acabar”.
Levantei-me de Borduna já na mão.
Aí, senti no coração,
O Brasil vai começar.

NÓBREGA, A; FREIRE, W. CD
Pernambuco falando para o mundo, 1998.

A letra da canção apresenta um tema recorrente da história da colonização brasileira, as relações de poder entre os portugueses e povos nativos, e representa uma crítica à ideia presente no mito:

- (A) da democracia racial, originado das relações cordiais estabelecidas entre portugueses e nativos no período anterior ao início da colonização brasileira.
- (B) da cordialidade brasileira, advinda da forma como os povos nativos se associaram economicamente aos portugueses, participando dos negócios coloniais açucareiros.
- (C) do brasileiro receptivo, oriundo da facilidade com que os nativos brasileiros aceitaram as regras impostas pelo colonizador, o que garantiu o sucesso da colonização.
- (D) da natural miscigenação, resultante da forma como a metrópole incentivou a união entre colonos, ex-escravos e nativos para estabelecer o povoamento da colônia.
- (E) do encontro, que identifica a colonização portuguesa como pacífica em função das relações de troca estabelecidas nos primeiros contatos entre portugueses e nativos.

Pesquisando e refletindo

Livros:

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

O livro indicado é uma referência importante e de leitura bastante acessível a respeito do seu tema. Foi editado para a coleção “Primeiros Passos”, voltada exatamente para os jovens que começaram a se interessar pelos estudos sociológicos e antropológicos.

UNESCO. *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*. XXXI Conferência Geral. Paris, 2001.

Documento que apresenta os resultados da Conferência da UNESCO sobre o tema da Diversidade, trazendo várias conclusões importantes, além de recomendações de políticas que deveriam ser aplicadas pelos países membros da Organização das Nações Unidas – ONU.

Filmes:

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS (*The Gods Must Be Crazy*, Botsuana/África do Sul, 1980). Direção: Jamie Uys. 108 min. Elenco: Marius Weyers, Sandra Prinsloo, Nixau, Louw Verwey e Michael Thys.

Uma comédia que trata do choque entre culturas a partir da queda de uma garrafa de Coca-Cola numa tribo de nativos africanos.

DERSU UZALA (*Dersu Uzala*, Japão/URSS, 1975). Direção: Akira Kurosawa. Elenco: Maksim Munzuk, Yuri Solomin e Svetlana Danilchenko. 141 min.

A amizade inabalável de dois homens aparentemente diferentes entre si, um humilde caçador e um militar que mapeia regiões inóspitas da URSS, e os ensinamentos que este absorve sobre a natureza, através do experiente nativo.

PRECIOSA, UMA HISTÓRIA DE ESPERANÇA (*Precious: Based on the Novel "Push" by Sapphire*, EUA, 2009). Direção: Lee Daniels. Elenco: Gabourey Sidibe, Mo'Nique, Rodney Jackson, Paula Patton, Mariah Carey. 110 min.

Claireece "Preciosa" Jones é uma adolescente de 16 anos que vive no Harlem, bairro de Nova York, e sofre uma série de privações durante sua juventude. Violentada pelo pai e abusada pela mãe, ela cresce sem qualquer tipo de amor. O fato de ser negra, pobre e gorda também não a ajuda nem um pouco. Além disto, Preciosa tem um filho portador de síndrome de Down. Quando engravida pela segunda vez, Preciosa é suspensa da escola, mas, com a ajuda de uma amiga, consegue se matricular numa escola alternativa.

Conectados na internet e nas redes sociais:

TRILHAS DE CONHECIMENTOS - O Ensino Superior de Indígenas no Brasil: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/index.htm>

Portal vinculado ao Projeto "Trilhas de Conhecimentos", coordenado pelo antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima, da UFRJ (Museu Nacional). Tem como objetivo principal "dar suporte ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas no Brasil, através de sua formação no ensino superior." A página conta com vários links interessantes a respeito da cultura indígena. Acesso: fevereiro/2013.

DIVERSIDADE HUMANA – Projeto GhENTE – FIOCRUZ: <http://www.ghente.org/ciencia/diversidade/index.htm>

Segundo o site, "o Projeto Ghente é um espaço de informação e de debate social, que reúne pensadores das ciências biológicas, sociais e humanas para discutir as implicações das modernas biotecnologias na área da saúde. Interagem instituições de pesquisa e de ensino, organizações governamentais e não governamentais, legislativo e a sociedade". A página específica que estamos indicando foi organizada pela pesquisadora da ENSP/FIOCRUZ Cibele Verani e apresenta reflexões e referências bibliográficas importantes sobre o tema DIVERSIDADE, abordando-o sob as óticas das diversidades humana, biológica e cultural. Acesso: fevereiro2013.

CULTURA E ETNOCENTRISMO

<http://jovensnahistoria.blogspot.com.br/2010/09/cultura-e-etnocentrismo.html>

Blog de História que apresenta dois vídeos: um sobre o conceito de etnocentrismo e outro sobre o conceito de cultura no sentido antropológico. Acesso: abril 2013.

Músicas:

GENI E O ZEPELIM – Autor e intérprete: Chico Buarque.

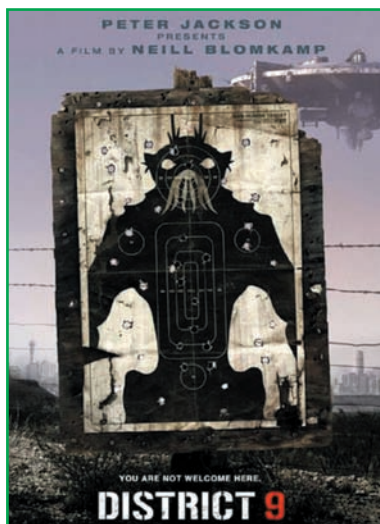
Geni era “diferente” e repudiada pelos habitantes da cidade. Até o dia em que ela se torna a única capaz de salvar todos da morte e a cidade da destruição. Vejam como essa história termina.

SER DIFERENTE É NORMAL: O IMPÉRIO SERRANO FAZ A DIFERENÇA NO CARNAVAL – Autores: Arlindo Cruz, Mauriçã, Aloísio Machado, Carlos Senna, João Bosco. Intérpretes: Nêgo e G. R. E. S. Império Serrano – Samba-enredo do Carnaval do Rio de Janeiro, 2007.

A letra do samba pergunta “diferença social para quê?”. E responde: “tá na cara que a beleza está nos olhos de quem vê”.

Filme Destaque:

TriStar Pictures/ Neill Blomkamp



DISTRITO 9

(*District 9*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Neill Blomkamp.

Elenco: Sharlto Copley, Jason Cope, Nathalie Boltz.

108 min. (EUA, Nova Zelândia, 2009).

SINOPSE:

Com o enguiço da sua nave, extraterrestres se refugiam numa favela de Johannesburgo, na África do Sul, o Distrito 9. Ao serem descobertos, provocam a reação do governo, que contrata uma empresa que tenta controlar os alienígenas e mantê-los em campos de concentração. Ficção científica como pano de fundo para discussão das diferenças e de temas como *apartheid*, segregação, repressão e xenofobia.

Capítulo 7

“A matrix está em toda parte...”: ideologia e visões de mundo

O que será que anda na cabeça de nossa gente?

Nossa vida cotidiana é recheada de ideias, valores, concepções sobre determinados temas e fatos, e estes orientam nossas atitudes e comportamentos.

Vejam os exemplos tirados das páginas de alguns jornais e revistas de grande circulação nacional, nos quais se publicam frases de e sobre pessoas famosas, e às quais retornaremos ao final deste capítulo:

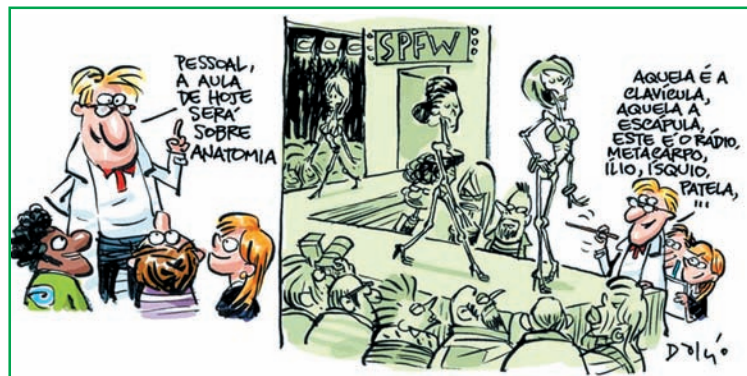
“Por que as pessoas entram na faculdade? Para arrumar um emprego. Eu já tenho um trabalho.” (Avril Lavigne, cantora pop canadense, explicando por que não quer fazer graduação, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* em 12 de setembro de 2005.)

“Cazuza usou drogas, traficou e é considerado um rebelde, um poeta sensível, um artista, um super-herói. Se ele fosse pretinho e morasse no morro, seria um bandido e teria sido preso.” (Siro Darlan, Juiz da 1ª Vara da Infância do Rio de Janeiro. *Revista Época* em 19 de julho de 2004).

“Você é muito burra. Tinha de ser mulher”. (Luís Fabiano, jogador do São Paulo, para a juíza Silva Regina, que o expulsou no jogo contra o Corinthians. *Revista Época* em 10 de novembro de 2003).

“Mussolini nunca mandou matar ninguém. Mandava as pessoas passar férias no exílio”. (Silvio Berlusconi, ex-primeiro-ministro da Itália, ao descrever o ditador fascista Benito Mussolini. *Revista Época* em 15 de setembro de 2003).

“Ela é tão magra que nunca arranjaria marido aqui na tribo.” (Índio do Xingu, sobre Gisele Bündchen, que visitou a tribo com o namorado, Leonardo DiCaprio. *Revista Época* em 06 de setembro de 2004.)



Dalcio Machado

Estas e outras centenas de frases, que podemos ler toda semana em diversos veículos de comunicação, vêm carregadas de ideias sobre a sociedade, a realidade do mundo e as relações sociais entre os indivíduos. O que eles dizem pode estar na própria frase ou por trás dela. Podem ser metáforas, expressar preconceitos, valores ou um conjunto de ideias sobre determinado assunto. O que vamos estudar aqui é justamente esse conjunto de ideias que chamamos de **ideologia**.

Marilena Chauí assim define a ideologia:

É um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo, de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador (...) (1980, p. 113).

É claro que, além desta, encontramos ao longo da história da Sociologia mais algumas definições de ideologia.

O conceito de ideologia foi, literalmente, inventado por um filósofo francês chamado Destutt de Tracy, que escreveu, em 1801, o livro *Elementos da Ideologia*. É um tratado enorme que, hoje, quase ninguém mais lê. Segundo este filósofo, a ideologia seria o *estudo científico das ideias* e as ideias são o resultado da interação de um indivíduo com seu meio ambiente.

Alguns anos depois, em 1812, Tracy e seus seguidores entraram em conflito com Napoleão, que os chamou de “ideólogos”, no sentido bem pejorativo da palavra, ou seja, como pessoas que fazem abstração da realidade e que vivem especulando sobre o mundo. Como Napoleão era a pessoa mais importante na França daquela época, este sentido da ideologia ficou bastante popular.



Coleção Châteaude Malmaison, Rueil- Malmaison, França.

Napoleão Bonaparte, no século XIX, se referiu a um grupo de filósofos franceses como “ideólogos”, ou seja, pessoas que viviam especulando sobre o mundo. Quadro: Napoleão atravessando os Alpes (c.1800) de Jacques Louis David.

Em 1846, Karl Marx dá outro sentido para o termo ideologia. Para ele – e Friedrich Engels, com quem escreveu a respeito desse tema –, falar em ideologia significa se referir às “falsas representações” que os homens apresentam sobre o mundo que os cerca. Dizendo ainda de outra forma, Marx e Engels afirmaram que, diante da tentativa dos homens de explicar a realidade, é necessário considerar as formas de conhecimento ilusório que levam ao mascaramento dos conflitos sociais (cf. MARX; ENGELS, 1979). Segundo Marx e Engels, portanto, a ideologia adquire um sentido como instrumento de dominação de uma classe social sobre outra ou de um grupo social sobre outro. Ideologia seria também *uma falsa consciência da realidade*.

Um dos seguidores das ideias de Marx, o revolucionário russo Vladimir Ilitch Uliânov, o Lênin, deu outro sentido para o termo ideologia. Segundo ele, ideologia era qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada

aos interesses das classes sociais, ou seja, cada classe social teria a sua própria ideologia (cf. LÊNIN, 2006).

Assim, como podemos ver, ao longo do tempo, a palavra vai mudando de sentido.

Nos anos de 1920, outro significado surge para o termo, segundo a reflexão do filósofo italiano Antonio Gramsci. Ele tinha uma concepção bastante interessante quando dizia que as ideologias “(...) organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” (GRAMSCI, 1989, p. 62-63).



Segundo Antonio Gramsci (1891 – 1937), o conceito de ideologia significa também uma concepção de mundo.

Para Gramsci, o conceito de ideologia significa também uma *concepção de mundo* manifestando-se implicitamente na Arte, no Direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida. E, de acordo com o pensador italiano, tal conceito tem por função conservar a unidade de toda a sociedade e dos grupos.

Por fim, o sociólogo alemão Karl Mannheim apresentou um novo sentido para o termo ideologia com a sua obra *Ideologia e utopia*, publicada em 1929.

Mannheim, primeiro, fez uma distinção entre os termos *ideologia* e *utopia*. **Ideologia** seria um conjunto de concepções, ideias e teorias que orientam os indivíduos para estabilizar, legitimar ou reproduzir a ordem das relações sociais dos homens. Ou seja, todas aquelas ideias, concepções ou teorias que têm um caráter de conservação da realidade social. **Utopia** seria o contrário, ou seja, ideias, concepções ou teorias que aspiram à construção de outra realidade social, que ainda não existe. Mas, Mannheim traz outra classificação para o termo ideologia: a *ideologia total* e a *ideologia estrita*. *Ideologia total* seria o conjunto de formas de pensar, estilos de pensamento, pontos de vista, que representam interesses de grupos ou classes. A *ideologia estrita* é a forma conservadora que a ideologia total pode se tornar (cf. MANNHEIM, 1976).



Vamos utilizar uma interpretação da filósofa brasileira, Marilena Chauí (1980), para explicar, em outras palavras, o conceito de ideologia e ver como ele pode ser um instrumento de imaginação sociológica. Através de algumas características da ideologia como fenômeno social e do estudo de exemplos concretos, podemos descrever sua importância para entendermos melhor, em nossa vida cotidiana, como a ideologia opera e funciona.

No quadro a seguir, temos uma breve síntese da ideologia. Converse com seus colegas e com o(a) professor(a) e tente encontrar outros exemplos de acordo com as características da primeira coluna.

IDEOLOGIA

Característica	O que faz	Exemplo
Prescrição de normas	Orienta as ações humanas. Modela os interesses humanos. Diz o que se deve fazer, pensar ou expressar.	A ideia de monogamia, nas sociedades ocidentais, faz com que homens e mulheres a considerem como a única forma possível de relação existente no mundo.
Representação da realidade	Dá sentido à realidade humana. Utiliza-se de símbolos e da criação mental.	O conceito pátria ou o sentimento patriótico.
Generalização do particular	Trata o específico como exemplo de um fenômeno geral.	Todos os alunos de uma turma são iguais.
Inversão da realidade	Esconde as reais causas de um fenômeno.	O MST não luta pela reforma agrária, mas sim invade terras produtivas.
Naturalização das ações humanas	Torna normal e natural aquilo que é histórico e contingente.	A desigualdade entre os homens e mulheres é normal. Por isso estas podem ser tratadas de forma inferiorizada.
Reificação da realidade	As coisas aparecem com vida própria, ou seja, coisas inertes ganham aspectos naturais, não construídas pelos homens.	Os salários não expressam relações desiguais de trabalho.

Na escola todos falam a mesma língua?

No mundo da escola existem pensamentos e sentimentos que, sem percebermos, podem ser caracterizados como ideológicos. Eles podem ser expressos por professores, alunos, funcionários, responsáveis e por diretores ou mesmo podem ser trazidos de fora da escola por esses “atores”.

Vejamos alguns pensamentos e frases recorrentes no cotidiano da escola:

“A melhor prova de que Deus é homem é que se ele fosse mulher não faria a Terra, o Sol, o Universo... Ficaria apenas sentado dando palpites.”

“A função do professor é ensinar, a do aluno é aprender, e só.”

“Professor não pode falar de política em sala de aula.”

“A escola dá oportunidades a todos os alunos de aprenderem as coisas da vida.”

Todas essas frases expressam pensamentos e ideias disseminadas não só na escola, mas em toda a sociedade. Essas frases, como vimos nas características da ideologia, *prescrevem normas, representam a realidade e generalizam o particular; além de inverter a realidade, naturalizar e ocultar os fatos.*

Na frase, por exemplo, *A melhor prova de que Deus é homem é que se ele fosse mulher não faria a Terra, o Sol, o Universo... Ficaria apenas sentado dando palpites* – tenta-se naturalizar e generalizar uma determinada condição de inferioridade da mulher.

Prescrever normas é elaborar, repetir e manter a ordem “normal” das coisas. Por isso, dizer que *A função do professor é ensinar e a do aluno é aprender, e só,* é ignorar que o docente, além de ensinar, pode sim fazer política, reivindicar melhores condições de trabalho. Da

mesma forma, o estudante também tem o direito de lutar por melhores condições para o seu aprendizado na escola, ou seja, assim como o professor, ele também pode falar e fazer política. Isto pode significar, necessariamente, se organizar e lutar por melhorias na infraestrutura do espaço escolar, que envolvem desde a exigência de que as carteiras não estejam quebradas, que o telhado não tenha goteiras e que seja oferecida uma refeição de qualidade, até salas de aula refrigeradas, bibliotecas com um bom acervo, computadores com acesso a internet, distribuição de livros didáticos, etc. Não fazer isso – como prescreve a frase citada – é, sim, legitimar, na escola, as condições de desigualdades presentes na sociedade como um todo.

No último pensamento – *A escola dá oportunidades a todos os alunos de aprenderem sobre as coisas da vida* –, tenta-se ocultar o fato de que a escola, com sua suposta aura democrática, de se apresentar como “igual para todos”, pode contribuir para reproduzir as desigualdades sociais presentes na sociedade. Como isso ocorre? Vejamos.

Alunos com condições diversas de acesso à cultura, ao lazer, aos meios de comunicação têm tendência a obter mais informações e maior formação fora da escola e um desempenho melhor nas aulas. Por exemplo, se um aluno tem como recurso extraclasse apenas a televisão, enquanto outro tem a oportunidade de frequentar museus, bibliotecas, teatros, comprar mais revistas, viajar para diversos lugares etc., é natural que este último assimile mais os conteúdos das aulas de Português, Literatura, História, Geografia, Filosofia e Sociologia, do que o primeiro, que apenas vê a televisão. Neste sentido, quando a instituição escolar trata todos igualmente – ou melhor, quando usa um padrão de linguagem e ensino que está

mais próximo daquele que tem maior acesso aos diversos bens culturais – ela acaba por reproduzir ainda mais o aprofundamento das desigualdades.

Ricardo Costa



Aula-debate – A escola dá oportunidades a todos os alunos de aprenderem sobre as coisas da vida?

A reflexão apresentada no parágrafo anterior é uma das conclusões de um importante sociólogo que se dedicou, entre outros temas, a estudar a educação na sociedade capitalista. O francês Pierre Bourdieu (1930–2002) elaborou o conceito de *capital cultural* para explicar a desigualdade de desempenho entre os estudantes, de acordo com a sua classe social de origem. Em relação ao papel da escola no sentido da manutenção e aprofundamento das desigualdades, Bourdieu, em parceria com o pensador, Jean-Claude Passeron, escreveu em 1970 uma obra que se tornou referência nos estudos da Sociologia sobre a educação, intitulada *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1975). Nela, Bourdieu e Passeron, ao analisar o sistema educacional francês, demonstraram sociologicamente o papel assumido pela escola no sentido de reproduzir ideologicamente as desigualdades sociais existentes, cumprindo com o seu papel *conservador* da ordem vigente.

Mas, mesmo sem ter fugido do assunto, voltemos ao foco central da nossa exposição, o conceito de ideologia. Vocês devem concordar que a ideologia, assim estudada, pode ser tornar de fácil compreensão. Na verdade, porém, apesar dela estar presente no nosso cotidiano o tempo inteiro, não é percebida dessa forma como estamos apresentando pela grande maioria das pessoas. O que tentamos fazer aqui – uma reflexão sobre como os homens elaboram ideias sobre este mundo e sobre suas relações com outros homens – não é percebido com facilidade no senso comum. Por este motivo, vamos continuar este nosso esforço de reflexão para mostrar a importância do estudo da ideologia, mas agora recorrendo a um filme bastante interessante e que se tornou uma referência no gênero da ficção científica.

A matrix nossa de cada dia

Na virada do século, a trilogia inaugurada com o filme **The Matrix** fez muito sucesso entre os jovens. Vamos aproveitar a história do primeiro filme para explicar e exemplificar um pouco mais a questão da ideologia no nosso cotidiano.

Num dos diálogos de *Matrix*, Morpheus questiona Neo: – Você já teve um sonho, Neo, em que você estava tão

certo de que era real? E se você fosse incapaz de acordar desse sonho? Como saberia a diferença entre o mundo do sonho e o real?

A série *Matrix*, repleta de superefetos especiais, é uma magnífica aventura cibernética em que a Terra é totalmente dominada por máquinas dotadas de inteligência artificial, que passam a ter controle sobre a humanidade. Os homens e todo o mundo não passam de um *software*, um programa de computador, uma mera ilusão.

Em outro diálogo entre Morpheus e Neo, este procura a verdade:

Neo: – O que é Matrix?

Morpheus: – Você quer saber o que é Matrix? Matrix está em toda parte [...] é o mundo que acredita ser real para que não se perceba a verdade.

Neo: – Que verdade?

Morpheus: – Que você é um escravo, Neo. Como todo mundo, você nasceu em cativo. Nasceu em uma prisão que não pode ver, cheirar ou tocar. Uma prisão para a sua mente.

Depois de estudar o conceito de ideologia, podemos afirmar que vivemos numa *matrix*? Será que vivemos numa ilusão, como diria Marx? Que tudo é um faz de conta? E que essa ilusão nos aparece como real? Além disso, será que existe alguém que controla a *matrix* e tem em mãos a programação de nossas vidas?



Warner Bros. Pictures/ Andy and Lana Wachowski

“Você já teve um sonho em que você estava tão certo de que era real?” (Cena do filme Matrix).

Quando nascemos, recebemos ideias já pré-concebidas pelos nossos pais, pela escola, pelas instituições religiosas etc. É quase impossível contestar certas ideias ou conjunto de ideias. Se fizermos uma analogia de *Matrix* com a ideologia, veremos que há muitas semelhanças. Mas, vamos devagar!

Muitas vezes, em nossa vida, achamos que os pobres são burros e ignorantes. Que as mulheres são menos inteligentes. Que os negros são inferiores e vieram de um continente atrasado chamado África. E que os jovens que estão cursando o Ensino Médio, certamente, vão conseguir um emprego fazendo um excelente curso técnico ou, dependendo da sua condição financeira, seguir diretamente para a faculdade. Ao final, se não encontrarmos ninguém que conteste essas ideias, estaremos crentes de que todas essas afirmações são verdades absolutas.

Nós também temos nossa matrix: ela está aqui, como diz Morpheus, está em toda parte, é o mundo que acredita ser real para que não se perceba a verdade.

Não existe uma grande realidade virtual, nem uma máquina que nos controla, mas ideias que nos fazem pensar que o mundo “é assim” e “sempre será assim”. Ou seja, se existem desempregados é porque “esses não são capazes”, se existe violência é porque certos “indivíduos são malvados”, se existem políticos corruptos, “todos são corruptos”, o mundo é feito de indivíduos de “sucesso” que devem dominar “os fracassados”... Enfim, não existe alternativa e é melhor se adaptar ao mundo do que tentar modificá-lo.

Vamos avançar um pouco mais em nossa analogia. Diferentemente do filme, o que existe em nossa realidade são ideias ou ideologias que servem de justificção dos interesses de determinados grupos ou classes sociais. Mas o que significa isso?

Por exemplo, certamente os que disseminam a ideia de que o mundo sempre foi assim e sempre será se beneficiam da exploração e de sua condição de superioridade na sociedade (banqueiros, donos de terras, empresários etc). Não interessa a eles mudar o mundo e fazer com que todos estejam bem. Para que essa realidade não seja questionada – e, quem sabe, modificada, suas ideias precisam ser representadas como sendo as ideias de todos.

Jefferson Coppola/Folhapress



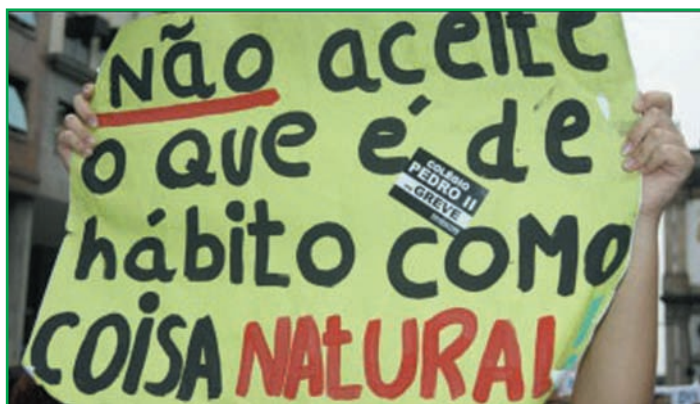
“Matrix é o mundo que acredita ser real para que não se perceba a verdade.” Será que vivemos em um mundo de faz-de-conta?

Outro exemplo: pensar que os negros e as mulheres são inferiores, certamente beneficia, respectivamente, indivíduos brancos do sexo masculino a terem vantagens materiais e espirituais sobre os primeiros, mesmo que esses também tenham como características serem *homens* negros ou mulheres *brancas*. Essas ideias, se não forem contestadas, como na cidade de Zion, um dos cenários do filme, certamente farão com que negros e mulheres se sintam inferiores, assumindo também atitudes racistas e machistas.

Por outro lado, a ideologia da cidade de Zion pode ser considerada

como aquilo que dizia Mannheim, ou seja, o povo que se libertou da Matrix possui formas de pensar e pontos de vista diferentes da própria Matrix. Essas formas de pensar desse povo, retratado no filme, representavam seus interesses de liberdade e igualdade. A cidade de Zion e a ideologia de seus habitantes seriam, na visão de Mannheim, mas também na de Gramsci, uma visão de mundo em que os seres humanos se posicionam e lutam por um determinado ideal.

A Sociologia, portanto, através do conceito de ideologia, pode contribuir para que *desnaturalizemos* nossas visões de mundo. Isto significa perceber que nem sempre nos damos conta de que aquilo que parece natural pode representar, na verdade, a posição de um determinado grupo ou classe social, com os seus interesses específicos. Faz-se necessário desvendar a câmara oculta, a *matrix*, identificar e refletir criticamente sobre os pensamentos e ideias que estão presentes no mundo à nossa volta, perceber que tipo de discurso se está fazendo e quem o está expressando,



Cartaz da passeata de professores do Rio de Janeiro (2012).

além de tentar perceber quais são seus reais interesses. Ou seja, pensar que nem tudo é óbvio, nem tudo pode ser “normal”, mas que a vida em sociedade requer um exercício sociológico para não sermos manipulados, dominados e submetidos às vontades dos outros, involuntariamente.

Portanto, voltando às frases iniciais do capítulo, que foram expressas por personalidades no Brasil e na Itália, perguntamos agora: nós podemos dizer que são frases ideológicas? Quando uma cantora famosa limita a concepção de educação à obtenção de um emprego, desqualificando a importância de se fazer um curso superior, ela não está, mesmo sem atentar para isso, “orientando” nesse sentido os que a admiram e a seguem? Ela não está “defendendo” uma determinada visão de mundo? Quando o primeiro-ministro italiano “minimiza” os assassinatos cometidos sob a ordem de um chefe político do passado ele não promove uma inversão da realidade – e, ao mesmo tempo, apresenta como “normal” atrocidades reconhecidas historicamente e cometidas por um regime político identificado com o personagem citado? Que tipo de “(re)leitura sobre a história” ele tinha a intenção de fazer? Com que objetivo? Será que sua “reinterpretação” intencionava provocar nos cidadãos do país um posicionamento em relação a alguma situação política mais atual, de acordo com questões que se debatiam naquele momento? Pense nas outras frases que citamos como exemplo na abertura deste capítulo e reflita a respeito.

Conversando com a Língua Portuguesa

“GOSTO DE SENTIR MINHA LÍNGUA ROÇAR A LÍNGUA DE LUIZ DE CAMÕES...”¹

Leila Medeiros de Menezes

“A Língua Portuguesa é muito difícil” – é uma fala recorrente. Uma reflexão inicial se faz necessária: desde que nascemos, ouvimos, aprendemos a falar o Português. Comunicamo-nos nesta língua. Experimentamos a língua em todo o seu potencial. Brincamos com ela sem medo algum. Somos “competentes” para manipulá-la.

A escritora Clarice Lispector “adotou” a língua portuguesa como sua segunda língua. Ucraniana de nascença, fez a seguinte declaração de amor:

“(…) amo a língua portuguesa. Ela é um verdadeiro desafio para quem escreve. Sobretudo para quem escreve tirando das coisas e das pessoas a primeira capa de superficialismo. (...) Eu gosto de manejá-la.” (1999, p. 100).*

Há que se perguntar, então, onde se origina a tal da dificuldade. O primeiro ponto que nos ocorre levantar é o da formalidade com que se reveste nosso ingresso no Ensino Fundamental. Tudo passa a ser muito “sério”. Perde-se, na maioria das vezes, o fundo mágico, encantador, lúdico da experimentação da língua. Não nos é mais permitido “roçar nossa língua na língua de Luiz de Camões”, como fazem todas as crianças quando começam a falar. A experimentação dá lugar ao erro, ao lápis vermelho, à censura. O caráter polissêmico da Língua se perde no mundo de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos e advérbios.

A análise do discurso nos mostra que qualquer formação discursiva sempre irá evocar o outro sentido que não se evidenciou no nível do enunciado, ou seja, da concretude do texto. Portanto, para além do enunciado existe um “mundo” que precisa ser explorado, basta que usemos penetrar no “reino surdo das palavras” (Carlos Drummond de Andrade), pois lá você encontrará o que espera ser escrito. E assim, podemos entender um pouco mais sobre a ideologia. Ou não?

Acreditamos que se aprende a língua exercitando-a de maneira plena, isto implica falar e produzir textos como “escritores”. Tarefa que não pode ser episódica. Precisa fazer parte do nosso cotidiano. Língua é pátria,

é identidade, é apropriação, é comunicação... é também ideologia, visão de mundo, como vimos neste capítulo. Por que não?

Estudar a gramática pela gramática não nos faz competentes para manipular a Língua, apropriando-nos dela como leitores e escritores, muito pelo contrário, nos faz temerosos quando temos que assumir o desafio da escrita. Não estamos aqui desmerecendo a importância da Gramática Normativa, mas não podemos abrir mão da Gramática do Texto, da “Gramática da Vida”.

O escritor Luiz Fernando Veríssimo em *O gigolô das palavras*, declara que

“(…) a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios.” (2010, p.144).**

Ele finaliza sua crônica, de forma bastante irônica: “A gramática precisa apanhar todo dia para saber quem é que manda.” (Idem)

Assumindo a identidade de falantes da Língua Portuguesa, experimentem, como nos fala Drummond em *Procura da Poesia*, a tirar as palavras do estado de dicionário***. Façam-se escritores, procurando escrever em língua escrita.

Leila Medeiros de Menezes é professora dos anos iniciais do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –CAP-UERJ. Graduada em Letras – Português – Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Mestre em História Política pela UERJ.

*LISPECTOR, Clarice. Declaração de amor. In: _____. *A descoberta do mundo*. São Paulo: Rocco, 1999.

**VERÍSSIMO, Luiz Fernando. O gigolô das palavras. In: _____. *Mais comédias para ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

***ANDRADE, Carlos Drummond de. Procura da Poesia. In: _____. *A Rosa do Povo*. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 12.

¹ Verso inicial da música *Língua*, composição de Caetano Veloso.

Revendo o capítulo

- 1 – Defina o conceito de *ideologia*.
- 2 – Compare as definições de ideologia apresentadas por Marx, Lênin, Mannheim e Gramsci.
- 3 – Como a ideologia se manifesta em sua escola? Dê exemplos.
- 4 – Por que podemos afirmar que existe uma “Matrix nossa de cada dia”?

Dialogando com a turma

- 1 – Investigue com seus colegas as manifestações da ideologia existentes no cotidiano escolar, discutindo o porquê de cada uma delas.
- 2 – Podemos afirmar que o preceito constitucional que afirma que “todos são iguais perante a lei” trata-se de uma afirmação ideológica? Por quê?
- 3 – Debata com os seus colegas sobre a importância do estudo da ideologia, procurando perceber de que forma ela afeta a sua vida.

Verificando o seu conhecimento

1 - (ENEM, 2009)

Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal.

A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se:

- (A) pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.
- (B) pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
- (C) pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
- (D) pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
- (E) pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

2 - (ENEM, 2009)

Na democracia estado-unidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito.

Na tradição política dos EUA, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é:

- (A) submeter o indivíduo à proteção do governo.
- (B) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.
- (C) estimular a formação de propriedades comunais.
- (D) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.
- (E) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

Pesquisando e refletindo

Livros:

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

Livro introdutório ao tema, apresentado com uma linguagem simples e envolvente para os jovens.

MOORE, Michael. *Stupid White Men: uma nação de idiotas*. São Paulo: Francis, 2003. Michael Moore é um crítico impiedoso da visão de mundo e das políticas norte-americanas. Neste “livro-provocação”, ele revela a ignorância da maioria do povo norte-americano em relação ao mundo, apresentando-o como um povo “ao redor do seu umbigo”.

Filmes:

A NOITE DOS DESESPERADOS (*They Shoot Horses, Don't They?*, EUA, 1969). Direção: Sidney Pollack. Com Bruce Dern. 120 min.

Urna visão crítica da sociedade e seus métodos de iludir o cidadão, através de uma maratona de danças, na época da Depressão Americana.

ANA E OS LOBOS (*Ana y los lobos*, ESPANHA, 1973). Direção: Carlos Saura. Com Geraldine Chaplin. 96 min.

Alegoria sobre os três lobos – Exército, Igreja e Família –, sustentáculos do fascismo espanhol na época de Franco.

FAHRENHEIT 451 (*Fahrenheit 451*, França/Reino Unido, 1967). Direção: François Truffaut. Elenco: Oskar Werner, Julie Christie, Cyril Cusack. 112 min.

Ficção científica inspirada pelo livro de mesmo nome, escrito pelo norte-americano Ray Bradbury e publicado pela primeira vez em 1953. A história se passa em um Estado totalitário do futuro em que qualquer crítica é proibida e, por este motivo, por representarem uma ameaça, os livros – qualquer impresso – são proibidos e banidos de circulação. Até que um bombeiro começa a questionar essa realidade, quando vê uma mulher preferir ser queimada em meio aos livros que escondia, ao invés de permanecer viva.

Conectados na internet e nas redes sociais:

SUA PESQUISA – IDEOLOGIA: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/ideologia.htm

Além de apresentar uma definição sobre o tema, o site oferece alguns links que remetem para outras páginas, com apresentações do que pode ser intitulado como “ideologias políticas”: o fascismo, o capitalismo, o comunismo e o anarquismo. Acesso: fevereiro/2013.

BRASIL ESCOLA – IDEOLOGIA: <http://www.brasilecola.com/filosofia/ideologia.htm>

Site voltado para a pesquisa escolar. Apresenta diversas definições para o conceito de “ideologia”. Acesso: abril/2013.

IDEOLOGIA: TERMO TEM VÁRIOS SIGNIFICADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

<http://bit.ly/11DZJkO>

Página do portal UOL educação – pesquisa escolar, que apresenta um texto sobre o significado do conceito de ideologia nas Ciências Sociais. Acessando também o Youtube

e digitando “ideologia”, você também encontrará vários vídeos para debater com seus colegas e com o professor sobre o tema estudado no capítulo. Fica a sugestão. Acesso: abril/2013.

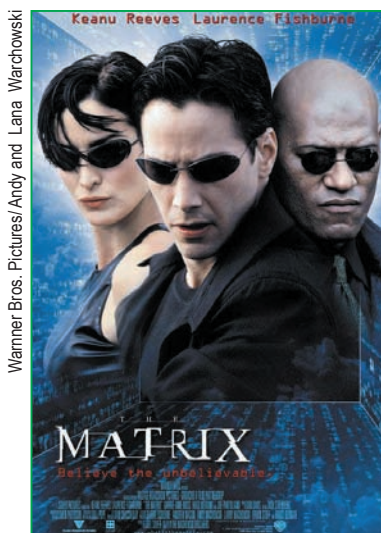
Músicas:

IDEOLOGIA – Autores: Frejat e Cazusa. Intérpretes: Cazusa e Barão Vermelho
São bem conhecidas a música e a frase “ideologia, eu quero uma para viver!”. Agora que estudamos essa matéria, seria interessante relermos a letra da música, procurando identificar a visão de mundo de Cazusa com as distintas definições de ideologia.

COTIDIANO – Autor e intérprete: Chico Buarque

O exercício sugerido para a música anterior vale também para a letra deste clássico da MPB – Música Popular Brasileira.

Filme Destaque:



MATRIX (The Matrix)

FICHA TÉCNICA:

Direção: The Wachowski Brothers.

Elenco: Keanu Reeves, Laurence Fishburne, Carrie-Anne Moss.

136 min. (EUA, 1999).

SINOPSE:

Ficção científica recheada de efeitos visuais – Um analista de sistemas (Keanu Reeves) que vende programas clandestinos descobre que a realidade em que vive não passa de uma ilusão, de sofisticada aparência virtual, produzida por computadores que controlam o planeta. O filme deu início a uma trilogia, complementada em 2003 com duas sequências, **MATRIX RELOADED** e **MATRIX REVOLUTIONS**.

Capítulo 8

“Ganhava a vida com muito suor e mesmo assim não podia ser pior.” O trabalho e as desigualdades sociais na História das sociedades

Bernardo Gutiérrez/Folhapress



Trabalhadores rurais alvos de operação da Polícia Federal que investiga denúncias de trabalho escravo, em Tucuruí, PA.

Escavidão no Século XXI?

Uma reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 06 de outubro de 2002, assinada por Fátima Fernandes e Claudia Rolli, apresentou um dado surpreendente e assustador: a Comissão Especial para o Combate ao Trabalho Escravo, vinculada ao Ministério da Justiça, anunciou que, somente neste século XXI, o número de trabalhadores descobertos em condição de escavidão chegara a 10 mil, concentrados no Norte e no Nordeste. A matéria apontava para a ocorrência de inúmeras denúncias de trabalho escravo, quase a totalidade em fazendas. Somente no Pará, foram registrados 75 casos em 2002, envolvendo mais de 3.000 trabalhadores,

segundo dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, ligada à Igreja católica.

As práticas de manutenção do “trabalho forçado”, ou de trabalhadores reduzidos à condição de escavidão, são “justificadas”, segundo a reportagem, pelo desemprego elevado, pela falta de punição para quem escraviza (que, na maioria das vezes, mantém relações bem próximas com políticos locais e influentes – quando não são os próprios), e pelas péssimas condições de trabalho das equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho, com pouco pessoal, falta de verba, ausência de apoio policial, atuando sob forte pressão política e ameaças de morte, feitas por grandes pecuaristas.

No caso citado do estado do Pará, grande parte dos trabalhadores escravos é utilizada na derrubada de florestas, para posterior criação de pastos para o gado.

Sem alternativas de emprego, os trabalhadores são recrutados nas cidades mais pobres do interior, principalmente do Nordeste, através de um carro de som comandado por “gatos” – como são chamados os empreiteiros que trabalham para os fazendeiros. Segundo a reportagem, os empreiteiros “oferecem R\$ 400,00 de abono e, como os trabalhadores estão na miséria, acabam aceitando a oferta sem entender que já saem de lá com dívidas de passagem”, além de outras dívidas que vão contraindo no trabalho, por consumir os produtos colocados à venda pelos fazendeiros.

Após 2002, as notícias são de que houve aumento na fiscalização que é feita através do GERTRAF – Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, que reúne sete ministérios, sob a coordenação do Ministério do Trabalho. Este fato – o aumento na fiscalização – é que teria provocado um aumento alarmante do número de casos que são divulgados a cada ano, segundo afirmam os estudiosos. Só para se ter uma ideia, a OIT – Organização Internacional do Trabalho – estimava que, apesar das ações do GERTRAF, ainda existiam no Brasil, em 2008, entre 25 mil e 40 mil trabalhadores escravos.

O diretor de cinema suíço Stéphane Brasey, que filmou o documentário-denúncia *A Lenda da Terra Dourada*, sobre a prática do trabalho escravo no Pará, recolheu depoimentos de trabalhadores e fazendeiros. Estes últimos, contra todas as leis trabalhistas e contra os direitos humanos, reclamavam: “O problema é ainda termos que pagar 13º salário, férias remuneradas e licença-maternidade; por isso o Brasil continua

um país de Terceiro Mundo” (*Repórter Brasil*, 17/06/2008).¹

© Angeli – Folha de S. Paulo 10.04.2007



Segundo outra reportagem, a agricultura canavieira, produtora de açúcar e álcool, liderou em 2008 o ranking de denúncias de trabalho escravo, segundo a CPT, com 36% do total das denúncias apuradas, o que significava, nesse ano, um total recorde de 280 casos registrados (*Folha Online*, 29/04/2009).² No caso desse setor da economia, as denúncias não atingem somente o Norte e o Nordeste do Brasil, onde persiste a maior incidência de trabalho escravo, mas também a região Sudeste, com essa prática podendo ser encontrada nas usinas do interior de São Paulo e de Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro. Estas “recrutavam” trabalhadores no Vale do Jequitinhonha, a região mais pobre do estado de Minas Gerais.

Como vocês puderam observar, a história relatada acima, infelizmente, ainda faz parte da realidade atual do nosso país. Vocês sabiam? Tinham essa informação? Seria possível imaginar que, ainda hoje, trabalhadores estão sendo submetidos a trabalhos forçados, como se ainda vivêssemos na época da escravidão? Por que será que isso acontece?

Esse tipo de violência que nos causa indignação, no entanto, já foi um dia considerada como “natural”... Por quê?

Nem sempre tivemos fábricas, salários, Facebook, futebol e...

Desde as eras mais remotas – aquelas as quais aprendemos nos livros didáticos a identificar como “pré-história” –, os seres humanos precisaram enfrentar os diferentes meios físicos da natureza na sua luta pela própria sobrevivência. Esse conflito entre o homem e a natureza, através dos tempos, deu origem a diversas e distintas formas de organização e cultura dos seres humanos entre si.

O contato entre os homens estabeleceu regras de convívio e fez surgir diferentes agrupamentos, identificados por características comuns entre os membros do grupo, tais como, por exemplo, uma determinada crença sobrenatural ou a solidariedade necessária à caça de um animal selvagem de grande porte. São esses pequenos grupos que vão estabelecer o surgimento, mais tarde, de coletividades maiores e mais complexas que podemos chamar de **sociedades humanas**.

Ao longo da História, diversos tipos de sociedades se formaram e também desapareceram. As diferentes sociedades humanas, entretanto, podem ser classificadas de acordo com a presença de algumas características comuns. Estas podem ser sintetizadas através do conceito teórico de **modo de produção**, ou seja, a maneira como a sociedade é organizada como um todo para garantir a sua própria sobrevivência e a sua continuidade (= a sua reprodução).

O conceito de modo de produção engloba três níveis diferentes:

O nível econômico: a forma pela qual a sociedade se organiza para produzir os seus bens materiais.

O nível jurídico-político: o estabelecimento de normas e a sua transformação em leis que devem ser obedecidas por todos os seus membros, com a consequente criação de instituições que garantam o seu cumprimento.

O nível ideológico: a invenção de tradições, costumes e ideias que devem ser entendidas como “naturais” e que, por isso, devem ser seguidas por todos aqueles que pertençam a uma determinada coletividade. Representa a forma pela qual aquela sociedade vê e analisa o mundo.

Entre os diversos tipos de sociedades que marcaram a História da humanidade, vamos destacar, neste capítulo, alguns aspectos de quatro distintos modos de produção: o *primitivo*, o *asiático*, o *escravista* e o *feudal*. Antes, porém, vamos procurar compreender alguns conceitos básicos que ajudam a explicar essas diferentes maneiras que o homem encontrou para se organizar coletivamente.

Tarso Sarraf/Folhapress



Como as sociedades se organizam para produzir os seus bens materiais? Na foto, trabalhadores no mercado Ver-o-Peso, Belém (PA).

Neste capítulo, o nosso principal objetivo é o de esclarecer conceitos referentes ao chamado *nível econômico* dos modos de produção. Os níveis *jurídico-político* e *ideológico*, que nos preocupamos apenas em definir, serão tratados com maior profundidade em outros capítulos deste livro.

Mas eu não entendo nada de economia...

Quando se fala em **economia**, a maioria das pessoas – e principalmente os jovens – geralmente “torce o nariz”. E nem poderia ser de outra forma, já que nos habituamos a escutar nos telejornais termos aparentemente incompreensíveis, tais como *inflação*, *juros*, *déficit*, com destaque para notícias importantes, como a “*queda do índice da Bolsa de Valores*” ou ainda “*a mais recente alta do dólar*”...

Será a economia tão complicada e assustadora como a maioria das pessoas pensa?



Image Source/Shannon Fagan

Na verdade, entender *economia* é muito mais simples do que parece.

Podemos defini-la como a *forma pela qual o conjunto de indivíduos existentes em uma sociedade participa da produção, da distribuição e do consumo de seus bens e serviços*.

Quando falamos em **bens** estamos nos referindo a qualquer *coisa* ou *matéria* produzida pelo homem: automóveis, roupas, calçados, gêneros alimentícios, cadernos, cadeiras etc.

Serviços referem-se a atividades desenvolvidas pelo homem, tão diversas como uma aula de Sociologia ou de Matemática, uma consulta médica, o atendimento ao público num estabelecimento bancário ou no posto do INSS, e assim por diante.

Bens e serviços são desenvolvidos pelo homem a partir da sua capacidade física e intelectual, a qual chamamos de **força de trabalho**.

É através do trabalho que o homem transforma e domina a natureza,

contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida (a construção de uma hidrelétrica ou de uma ponte sobre um rio) ou até mesmo para a sua destruição (a poluição atmosférica provocada por uma fábrica ou a invenção da bomba atômica).

Todas as vezes em que os *elementos da natureza* são apropriados economicamente pelo homem, eles se transformam em *recursos naturais*. Assim podemos chamar as árvores (*matéria bruta*) que são cortadas em toras de madeira (*matéria-prima*) para a fabricação de móveis (*produto final*).

Instrumento de produção é qualquer bem utilizado pelo homem na transformação da matéria-prima e produção de outros bens e serviços. Definimos dessa forma as ferramentas de trabalho, as máquinas e os equipamentos (*instrumentos de produção diretos*), assim como o local de trabalho e a energia elétrica que utilizamos (*instrumentos de produção indiretos*).

Como se pode perceber, tanto as matérias-primas como os instrumentos de produção citados acima formam o conjunto de “meios materiais” necessários à produção de qualquer tipo de bens ou de serviços. A esses meios materiais damos o nome de **meios de produção**.

Uma característica que vai distinguir os diversos tipos de sociedades que se constituíram historicamente é, exatamente, a forma pela qual o homem, através do trabalho, utilizou os meios de produção que lhe estavam, então, disponíveis. A essa associação entre o trabalho humano e os meios de produção damos o nome de **forças produtivas**. Cada sociedade, portanto, apresenta o seu conjunto de forças produtivas.

Por fim, um último conceito, que define *a forma pela qual os diversos homens ou agrupamentos se relacionam*

entre si em todo o processo de produção material existente na sociedade: as relações de produção.

As **relações de produção**, como veremos a seguir, é que vão condicionar, juntamente com as forças produtivas, a organização e o funcionamento da sociedade como um todo, estabelecendo as distinções entre os diferentes modos de produção que caracterizaram a humanidade.

O trabalho e as desigualdades sociais através da História da humanidade

É importante ressaltar que, nas diferentes sociedades humanas, ao mesmo tempo em que todos os indivíduos procuravam lutar pela sua própria sobrevivência, alguns grupos sociais conseguiam se destacar e impor a sua vontade e os seus interesses sobre o restante da coletividade.

Assim, dependendo do tipo de organização material que se impunha historicamente em cada sociedade, esses grupos sociais *dominantes* poderiam ser identificados como compostos majoritariamente por donos de terras, por chefes militares ou por sacerdotes. É claro que este tipo de “dominação” entre grupos sociais diferenciados dentro de uma mesma sociedade não acontecia, por exemplo, entre os povos indígenas encontrados pelos portugueses por ocasião da descoberta do Brasil. Mas, se pensarmos na grande maioria dos diversos tipos de sociedade que encontramos ao longo da História da humanidade, identifica-se essa característica de apropriação do poder por determinados grupos, como estamos destacando.

Uma característica importante é que havia quase sempre uma coincidência de interesses entre o **poder político**, ou seja, aqueles que governavam a

sociedade, determinando as leis que deveriam ser obedecidas por todos, e o **poder econômico**, isto é, aqueles grupos sociais que acabavam acumulando privilégios do ponto de vista material, em relação ao restante da sociedade.

Acervo Projeto Portinari



Pintura de Portinari: “Colheita de café”, (1951).

Quando falamos em grupos sociais **dominantes** e os identificamos com aqueles que detinham algum tipo de poder, fosse ele militar, econômico ou religioso, fica subentendida a existência de grupos sociais **dominados**, ou seja, aqueles que se submetiam ao poder do primeiro grupo. Podemos destacar algumas características importantes, que aconteciam em quase todas as formas assumidas pelos modos de produção na História da humanidade.

Os grupos sociais *dominantes* são compostos quase sempre por uma parcela minoritária da população, que se destaca exatamente por exercer algum tipo de poder sobre a maioria. Por isso podemos chamá-los de *elites*. O sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto, no início do século XX, classificou-as como *elites governantes*, em oposição às *massas não governantes* (cf. RODRIGUES, 1984).

Outro italiano, Gaetano Mosca, já afirmara um pouco antes que, em todas as sociedades, existiam *duas classes de pessoas – uma classe que governa e uma classe que é governada*. Mosca e Pareto, juntamente com outros pensadores, como o inglês Robert Michels, são os responsáveis por aquela que ficou conhecida na Sociologia e na Ciência Política como a **teoria das elites**.

Karl Marx, porém, desde o século XIX, demonstrara que, na origem da divisão das sociedades em *classes sociais antagônicas (dominantes X dominados)*, havia um elemento comum: a *propriedade privada dos meios de produção*. Ou seja, a existência de uma classe social que se apoderava, em um determinado momento, das terras férteis ou das riquezas minerais existentes.

O *poder*, a *autoridade* e a *riqueza* dessas classes dominantes poderiam ser mantidos através da *força* – daí a necessidade da constituição de forças policiais ou de poderosos exércitos, responsáveis pela “manutenção da ordem pública” – ou através do *convencimento* – para o qual foram fundamentais a criação de *leis* e de uma ideia de *justiça*, assim como a submissão a uma “vontade divina”, determinada por uma *religião*. Dessa forma, as classes dominadas aceitavam e até defendiam a “superioridade” dos seus chefes, entendidos como mais “capazes”, mais “fortes”, mais “inteligentes” ou simplesmente “escolhidos” ou “ungidos” por um ser sobrenatural, um “deus” criador de tudo e de todos, responsável pelo estabelecimento de uma dada “ordem” (ou o *status quo*), sem a qual a sociedade não poderia sobreviver... Esse tipo de dominação é que está diretamente relacionado aos níveis *jurídico-políticos* e *ideológicos*, característicos dos diversos tipos de sociedades que se constituíram ao longo da História da humanidade.

Segundo um dos principais sociólogos do século XX, o alemão

Max Weber, a afirmação do *poder* e da *autoridade* em uma determinada sociedade é identificada com uma importante instituição: o *Estado*. Como o Estado e as suas instituições componentes (governo, polícia, justiça etc.) são reconhecidos por toda a população como responsáveis pela manutenção da “ordem”, detêm a *legitimidade* do monopólio do uso da força, impondo a vontade de um determinado grupo sobre a vontade de todos os outros indivíduos. Entenderam? O que Weber quis dizer quando se referiu a essa ideia de *legitimidade* e *monopólio*, por parte do Estado, em relação ao uso da força na sociedade, significa a existência de um reconhecimento geral – ou seja, por parte de todos –, de que este é o papel que o Estado tem que cumprir, em determinadas situações de “crise” ou de “violência”. Esse reconhecimento assume um caráter legal, ou melhor, está respaldado nas *leis*, reconhecidas pela população, já que são elaboradas pelos seus representantes políticos. Todos são obrigados a cumprir as leis – teoricamente, em benefício da “boa convivência” e da “harmonia” entre todos.

Outro autor, Friedrich Engels (2005), o principal parceiro de Karl Marx em muitas obras, afirmou que o Estado é um produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento, apesar da sua composição por classes sociais que têm interesses antagônicos e que, portanto, deveriam se apresentar permanentemente em situação de conflito.

Segundo Engels:

... para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos

limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e se distanciando cada vez mais, é o Estado.

(ENGELS, 2005, p. 191)



AKG-Imagens/LatinStock

Friedrich Engels (1820-1895), teórico revolucionário alemão, principal colaborador de Karl Marx com o qual fundou o marxismo.

Assim, partindo dessas primeiras reflexões, vamos conversar brevemente sobre a forma como distintas sociedades se organizaram através da História da humanidade, procurando perceber e entender algumas características que podemos definir como comuns a uma grande parte delas. Vocês poderão reparar que essa organização dos homens se dá principalmente em torno do *trabalho*, ou seja, a forma pela qual os homens reproduzem a sua própria existência como um todo.

A organização dos homens em sociedade através da História

a) Sociedades tribais, “primitivas” ou “sociedades sem Estado”

As primeiras formas de organização social dos seres humanos se caracterizaram quando deixaram de ser *nômades* e se tornaram *sedentários*, isto é, fixaram-se em um lugar para cultivar a terra e praticar o pastoreio.

Nesse tipo de sociedade, os homens trabalhavam coletivamente, repartindo

entre si o resultado da pesca, da caça e da coleta de frutos e de raízes. Não existia nenhuma forma de *propriedade privada* e as relações de produção eram caracterizadas pela ajuda mútua entre todos os membros da coletividade.

Não existia o Estado e a sociedade não era dividida em classes sociais, mas nessas comunidades tem origem a especialização de funções: uns caçam, outros plantam, uns fabricam cestos, outros dominam os ritos religiosos...



Janduari Simões/Folhapress

Nas comunidades indígenas brasileiras não existe a divisão de classes sociais. Na maioria delas, uns caçam, outros pescam, outros plantam e outros dominam os ritos religiosos. Na foto, índios Kayapó jogam o Ronkrã, tradicional esporte entre eles, onde duas equipes, batem com um bastão (Akêt) em um coco usado como bola (Paragominas, PA).

Apesar da utilização, por diversos autores, do termo “primitivo” em relação a essas sociedades, devemos chamar a atenção para algumas questões importantes:

- Não devemos considerá-las como “atrasadas” em relação a outras formas de organização social. Essa ideia conduziria à adoção de uma “teoria evolucionista”, como se um certo tipo de sociedade pudesse suceder a outro tipo através da História – o que não corresponde à realidade, já que, até hoje, esse modo de produção pode ser encontrado em povos ou nações em regiões tão distantes e distintas como a América, a África e a Oceania.

- Irata-se, na verdade, de sociedades extremamente *complexas*, principalmente do ponto de vista da sua *cultura* – o que foi demonstrado amplamente por inúmeras pesquisas efetuadas no campo da Antropologia. O antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977), inclusive, popularizou nas Ciências Sociais – em um texto publicado em 1974 – o termo *sociedade contra o Estado* que ele elaborou a partir das diversas pesquisas que desenvolveu na América Latina, na década de 1960 e início dos anos 1970 (cf. CLASTRES, 2003). Outro antropólogo, o norte-americano Marshall Sahlins, pesquisando em sociedades que habitavam ilhas do Pacífico Ocidental, também formulou outro termo que contribuiu para entendê-las porque, segundo ele, essas seriam as *sociedades de abundância* (cf. SAHLINS, 1976).

- Dentro desta forma de classificação que aqui adotamos encontram-se sociedades completamente distintas entre si sob o aspecto cultural, o que se reflete na sua forma de organização social. Assim, queremos registrar que a ideia de “sociedades tribais, primitivas ou sem Estado” está sendo utilizada apenas para destacar principalmente os elementos *econômicos* comuns que estão presentes nessas diferentes sociedades.

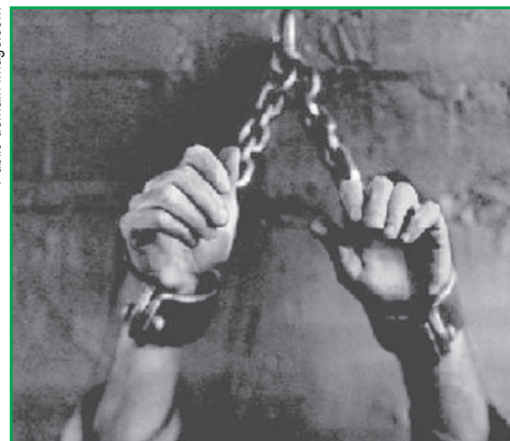
b) Sociedades escravistas

Vamos recordar o texto de abertura deste capítulo, extraído de reportagens publicadas pela imprensa brasileira e da internet: afirmar que existem trabalhadores submetidos à escravidão significa dizer que há seres humanos obrigados a executar trabalhos forçados, sem receber nada em troca. Homens e mulheres que são tratados como “coisas”, “objetos”.

Hoje, ficamos indignados como essa situação absurda. Mas você já parou para pensar que há pouco mais de 120 anos a *escravidão* era considerada legal no nosso país? Que durante quase quatro séculos, milhões de africanos foram arrancados da sua terra para trabalhar na lavoura e na mineração do

outro lado do Oceano Atlântico? Será que este fato, relativamente recente, ainda não se reflete de alguma forma na sociedade brasileira atual?

Public-domain-image.com



Muitos povos foram submetidos à escravidão.

O modo de produção escravista caracterizou a maioria das sociedades da Antiguidade, nas quais o Estado passou a existir para garantir a dominação social, política e econômica de um pequeno grupo sobre a maioria da população e sobre outros povos. Esses *outros* povos é que, derrotados nas guerras, eram submetidos à escravidão, tornando-se responsáveis, através do seu trabalho, pela produção da riqueza que era desfrutada pela classe dominante – formada principalmente pelos proprietários de terras e grandes comerciantes. Foi o caso da cidade-Estado de Atenas, na Grécia Antiga, onde o trabalho dos escravos permitiu o desenvolvimento político e cultural da *pólis*, governada por uma minoria de “cidadãos” proprietários, e do Império Romano, em que a riqueza dos “patricios” somente se tornou possível graças ao imenso contingente de escravos existente.

c) Sociedades “orientais” ou “asiáticas”

As sociedades denominadas como “orientais” ou “asiáticas” também

existiram na Antiguidade, predominando na região da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates (onde atualmente se encontra o Iraque), na China e na Índia. Mas, apesar do uso dos termos “asiático” ou “oriental”, esse tipo de organização socioeconômica também prevaleceu em algumas regiões de outros continentes, como a África (no Egito antigo) e a América (entre os astecas, no atual México, e os incas, na região dos Andes).

Diferentemente das sociedades escravistas, nas sociedades de tipo “oriental” as terras pertenciam ao Estado, não sendo propriedade privada das classes sociais dominantes. Porém, o Estado era encarnado na pessoa do imperador, fosse ele o inca americano ou o faraó egípcio. Em torno dele, formavam-se os grupos privilegiados – nobres, sacerdotes, funcionários e guerreiros que se apropriavam e consumiam totalmente o *excedente* produzido por escravos e camponeses. Entenderam? Vamos explicar melhor essa questão do “excedente”: diferentemente das sociedades tribais ou as ditas “primitivas”, em que todos trabalhavam para garantir o seu próprio sustento – o que não gerava “excedentes” na produção. Nesta e em outros tipos de sociedades que apresentamos aqui, o trabalho era a função que deveria ser exercida por uma classe social majoritária numericamente – neste caso específico, formada por escravos e camponeses –, que, dessa forma, sustentava o Estado e aqueles que não trabalhavam na produção, mas exerciam outras funções – como era o caso dos nobres, sacerdotes e guerreiros.

Essa produção de excedente em benefício do Estado é que proporcionou a constituição de grandes exércitos e de obras monumentais, tais como pirâmides, templos, canais de irrigação...

d) Sociedades feudais ou estamentais

Característico do Japão até o século XVIII e da Europa ocidental durante toda a Idade Média, o modo de produção feudal ou *feudalismo* era baseado em *relações servis de produção* (senhores feudais X servos) e na propriedade do senhor sobre a terra.

Diferentemente do escravo, o servo poderia trabalhar uma parte da terra do senhor em seu próprio benefício, mas era obrigado a pagar diversos impostos ao senhor feudal e a obedecer as leis que eles estabeleciam. No caso da Europa ocidental, o maior poder político e econômico na Idade Média era exercido pela Igreja católica, proprietária da maior parte das terras.

Marco Nel Cimatil/Folhapress



A Igreja era a instituição mais poderosa da Europa medieval. Na foto, fachada de uma igreja medieval em Edimburgo – Escócia.

Durante a Idade Moderna, com a formação dos grandes Estados nacionais europeus, desenvolveu-se uma fase de *transição*, ou seja, um determinado momento da História daquelas sociedades na qual conviviam

lado a lado diversas características do feudalismo e novas relações de produção, desenvolvidas por uma classe social em ascensão – a burguesia –, formada por grandes comerciantes que enriqueceram principalmente a partir das Grandes Navegações. Esse momento de transição do feudalismo para o capitalismo foi bastante diferenciado em cada sociedade europeia, não apresentando um único padrão, pois as diferenças dependiam da história de cada sociedade específica, da força política, econômica e militar dos senhores feudais, e do ritmo de desenvolvimento das formas de produção capitalistas – como, por exemplo, o comércio e a nascente indústria –, assim como a força econômica e política que adquiria gradativamente a nova classe burguesa.

O conflito entre a velha aristocracia feudal e os interesses burgueses deu origem às revoluções inglesas do século XVII e à Revolução Francesa do século XVIII (a partir de 1789). Esta última é considerada como o grande marco da História do Ocidente, já que pôs fim à *sociedade estamental*, inaugurando a Idade Contemporânea e a hegemonia do modo de produção **capitalista**.

O trabalho e as desigualdades: estratificação social e mobilidade social

Agora que você já está entendendo um pouco mais sobre como as sociedades se organizam em nível econômico, vamos ver outros dois conceitos que envolvem esta reflexão sobre o trabalho nas sociedades humanas: **estratificação social** e **mobilidade social**.

Mas, antes de vermos estes dois conceitos, é preciso entender que, se o trabalho é uma discussão importante para compreender as relações sociais, ao longo da História das sociedades ocorreram mudanças em relação à concepção sobre o ato de trabalhar.

Nas sociedades europeias antigas, principalmente na Grécia Clássica, o trabalho manual era visto pelas elites como algo penoso e detestável. Era algo que cabia apenas àquelas pessoas consideradas inferiores e que se encontravam nas camadas mais baixas da sociedade, ou seja, os escravos.

Nas sociedades feudais da Europa medieval, o trabalho era considerado um ato sem valor, pois, segundo a visão dominante, propagada pela Igreja católica, o trabalho manual era uma maldição, por ser um dos frutos do pecado original dos homens. A origem latina do termo trabalho (*tripallium* = instrumento de tortura) representa qual era o sentido deste ato humano.

Porém, com as grandes mudanças sociais ocorridas na Europa, a partir do século XV, a concepção sobre o ato de trabalhar foi mudando. Foi o sociólogo Max Weber que, ao estudar sobre as origens do capitalismo, revelou que a Reforma protestante contribuiu para a mudança na concepção de trabalho, influenciando, anos mais tarde, a própria concepção da Igreja católica. Na visão do segmento protestante analisado por Weber, o trabalho passa a não ser mais fruto do pecado original, mas um fundamento da vida humana interpretado como uma virtude diante de Deus e um dos “caminhos para a salvação”. Com o surgimento do capitalismo, Weber afirmou que a Reforma protestante contribuiu para que o trabalho e as profissões fossem encarados como uma vocação, se contrapondo à preguiça e à ociosidade. Realmente, se pensarmos neste sentido, veremos que a visão sobre o trabalho passou a ser uma das principais preocupações dos pensadores iluministas (lembram-se das aulas de História?), que caracterizavam o trabalho (manual e intelectual), as técnicas, a ciência e a mecânica como importantes atos humanos que ajudam a transformar a natureza.



Thales Stadler/ABC/Imagem/Folhapress

As relações entre o trabalho e os trabalhadores nem sempre foram pensadas pelas sociedades da mesma forma como hoje, no capitalismo.

Pois bem, se a concepção de trabalho mudou ao longo da História, podemos dizer também que a reflexão sobre o trabalho envolve duas questões importantes para analisarmos determinadas sociedades. A primeira é a questão da estratificação social.

Estratificação social é o modo como as diversas sociedades estão organizadas em “estratos” ou “camadas” sociais. Em outras palavras, a forma como os indivíduos estão localizados numa determinada “posição” em uma sociedade – ou ainda os elementos de pertencimento a um dado “grupo social”. Esses elementos podem se basear em critérios econômicos, políticos, sociais e culturais. Para diversos sociólogos, existiriam diferenças marcantes entre os “sistemas de classes” modernos, como entende Marx e, por exemplo, os “sistemas de castas”, encontrados em sociedades organizadas sob outra forma.

Vimos, anteriormente, a visão de Karl Marx sobre as classes sociais. Mas existem também outras definições para o que Marx intitulou como *divisões em classes*, que podem ser entendidas também como outras formas de classificação, existentes nos distintos tipos de sociedades. A Sociologia denomina essas divisões de *estratificação social*.

Retomemos Max Weber para exemplificar o que estamos dizendo: diferentemente de Marx, ele dizia que as sociedades são divididas também em *grupos de status*, além de uma *multiplicidade* de divisões de classes sociais. Os grupos de *status* diferenciam-se entre si pelo prestígio ou pela honra que gozam na sociedade, baseados num “estilo de vida” reconhecido pelos demais indivíduos. Estes interagem em termos de *status*, como iguais entre eles – como é o caso da nobreza. Mas, para Weber, os critérios de estratificação não precisariam ser econômicos, descaracterizando uma situação de classe. Segundo ele, estes sistemas – de classe e de *status* – são formas independentes de estratificação social.

Outro tipo de estratificação existente em algumas sociedades seriam as chamadas *castas sociais*. O termo deriva do latim *castus*, que significa “puro”, tendo sido utilizado primeiramente pelos portugueses, ao se referirem à estratificação social que encontraram na Índia e em outras regiões hinduístas localizadas no Sul da Ásia, no século XV. O sistema de castas está presente ainda hoje no hinduísmo, inclusive fora da Índia, por conta da diáspora de comunidades hindus.

Luiz Fernandes



Você saberia qual a posição desse indivíduo na sociedade?

As castas caracterizam essencialmente uma organização social baseada em um grupo hereditário, endógamo, pertencente a uma ocupação tradicional e classificado numa escala de pureza religiosa, participante do ritual hindu. As diversas pesquisas antropológicas realizadas na Índia – com destaque para os trabalhos do francês Louis Dumont – anotaram diferentes tipos de linhagens existentes nas castas, variando de acordo com a região, cada uma delas apresentando uma hierarquia específica (cf. DUMONT, 1992). A divisão em castas passa por modificações nas regiões mais modernas da Índia, penetradas pelo capitalismo. Durante o século XX, Ambedkar (1891-1956), um advogado oriundo de uma família de “intocáveis”, procurou mobilizar os *dalit* (= oprimidos) e conseguiu aprovar a Constituição indiana de 1950, que não reconhece a existência de castas, mas apenas de cidadãos iguais. Por causa da característica discriminatória desse sistema, Ambedkar defendia que os indianos abandonassem o hinduísmo,

trocando-o pelo budismo. Mas, neste século XXI, apesar de todas as leis que condenam a discriminação e o preconceito – inclusive com a adoção de políticas de ação afirmativa em benefício dos *dalit* – ainda cerca de 1/7 da enorme população da Índia carrega o estigma de “intocável”.

Por fim, outro sistema de estratificação reconhecido e classificado pelos estudiosos foi a *sociedade estamental*, característica do feudalismo, da Europa medieval. Os estamentos formam um sistema de estratificação social baseado em hierarquias econômicas e de prestígio, que dividia a sociedade em nobreza, alto clero, comerciantes, artesãos, camponeses livres, baixo clero e servos. Assim como o sistema de castas, o pertencimento a um determinado estamento apresentava caráter hereditário. Discutindo sobre essa forma de estratificação, Max Weber mostrou que, nessas sociedades, o poder e prestígio do estamento condicionam certos monopólios de produção, consumo ou uso de certos bens, como também em relação a certas atividades e cargos que representavam o exercício do poder político, e a permissão para contrair matrimônio.

Após conhecermos um pouco esses sistemas de estratificação, veremos um conceito, intimamente relacionado, conhecido como *mobilidade social*. O que será que essa tal mobilidade tem a ver com isso?

Entretanto, observem que, nas outras sociedades estratificadas que utilizamos como exemplo neste capítulo – considerando a extrema rigidez do sistema de castas tradicional ou do sistema de estamentos que existia na sociedade feudal –, a mobilidade social pode ser entendida como *inexistente*, por ser dada apenas pela hereditariedade (lembrem-se do exemplo que citamos do advogado indiano Ambedkar...).



Marina Della Valle/Folhapress

Na Índia, onde a população majoritariamente cultua o hinduísmo, a principal forma de *estratificação social* são as chamadas *castas sociais*. Na foto, hindus tomam banho no rio Ganges, em Varanasi, Índia.

Mobilidade social significa a possibilidade que um indivíduo tem de mudar de posição social, de *status* ou de poder dentro da sociedade. Mesmo numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais, como é o caso do capitalismo, pode ocorrer de um indivíduo mudar de posição social, seja por herança, seja pela sorte (acertar na loteria, por exemplo), pelos estudos, pelo matrimônio ou pelo fracasso nos negócios, com a perda dos seus bens.

No sistema de classes capitalista, existem dois tipos de mobilidade social: a *mobilidade social vertical* e a *mobilidade social horizontal*. A primeira ocorre quando os indivíduos mudam sua posição social de forma ascendente ou descendente, isto é, quando os indivíduos, por exemplo, ganham heranças ou acertam na loteria, ou ainda quando adquirem *status* e prestígio, sua mobilidade social é ascendente. Nas diversas sociedades capitalistas, reconhece-se a *educação* escolar como a forma mais frequente de mobilidade social vertical ascendente. A mobilidade social descendente é exatamente o oposto do que descrevemos aqui.

Já a mobilidade social horizontal ocorre, por exemplo, através do deslocamento geográfico – no caso do Brasil, por exemplo, quando o migrante nordestino busca uma melhor condição de vida na região Sudeste, situação clássica em nosso país durante muitas décadas do século XX, quando ocorreram as políticas de desenvolvimento industrial voltadas para os grandes centros urbanos, como as capitais dos estados mas, principalmente, as principais cidades do Sudeste. Esses casos, apesar de característicos de

mobilidade social horizontal, acabam por representar também, muitas vezes, uma mobilidade social vertical, pois as condições de vida dos migrantes que trocam a vida rural pela vida na cidade implicam, necessariamente, no aumento da sua renda financeira em relação à realidade em que viviam antes. Na cidade, por sua vez, apesar do maior custo de vida, aumentam também as suas possibilidades de acesso à escola formal, assim como a cursos de inserção no mercado de trabalho e de qualificação profissional, fazendo com que esse indivíduo possa “subir um ou mais degraus” em relação às condições de vida que ele tinha até então. Quando essas mudanças ocorrem entre as gerações de uma mesma família, os estudiosos sobre o tema descrevem esse tipo de fenômeno sociológico como mobilidade social intergeracional.

Apesar da mobilidade social ser uma característica das sociedades capitalistas em geral, ela não se manifesta da mesma forma nas diversas sociedades existentes. Se compararmos, por exemplo, os índices de mobilidade do Brasil com os de países europeus – mesmo considerando as diferenças existentes entre estes – percebe-se claramente como o enorme nível de desigualdade social existente aqui influencia de forma direta as chances de mobilidade social. A socióloga Celi Scalon, com base em dados apurados pelo IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, demonstrou, por exemplo, que em nosso país as chances do filho de um trabalhador não qualificado – como um porteiro de edifício – conseguir se formar e trabalhar como um profissional qualificado – como um médico – é 133 vezes menor que o filho deste trabalhador qualificado seguir os passos do seu pai. Por outro lado, se o filho do trabalhador não qualificado citado anteriormente

for do sexo feminino, suas chances diminuem ainda mais. Da mesma forma, se esse mesmo indivíduo for negro (cf. SCALON, 1999). Dessa forma, podemos dizer que a categoria de mobilidade social deve ser analisada em conjunto com uma série de outros aspectos, tais como as citadas diferenças envolvendo as questões de gênero, aquelas que se relacionam com o racismo presente na sociedade brasileira (voltaremos a estes temas em outro momento).

Costa Films/Fábio Barreto, Marcelo Santiago



Lula, de operário a presidente da República. Neste caso, houve mobilidade social? Ela existiria para todos?

Enfim, podemos observar que todas as sociedades são estratificadas de diferentes maneiras e que estas têm uma profunda relação com as desigualdades sociais, porque estão relacionadas à divisão social do trabalho e à distribuição do poder. A ideia de mobilidade social, nesse sentido, deve ser entendida como sendo restrita, presente apenas e parcialmente no sistema de classes, característico das sociedades capitalistas.

Agora, diante das questões que apresentamos neste capítulo, pense nas pessoas e nas famílias que você conhece e reflita: você reconhece a existência de mobilidade social na sociedade brasileira? Como ela acontece? Ocorre com frequência? De que forma? A partir da dedicação aos estudos e ao trabalho? Pensem a respeito não somente dos indivíduos e famílias que vocês conhecem, como também das possibilidades que você vislumbra em seu futuro em termos de mobilidade social.

DÁ PRA VIVER DE ARTE?

Rafael Kuwer

Já que falamos neste capítulo de trabalho, vamos então conversar sobre arte e trabalho.

Desde a pré-história, o homem sente a necessidade de se expressar esteticamente. Seja pintando animais nas cavernas (provavelmente acreditando numa forma mágica de dominar o predador e transformá-lo em presa). Seja usando colares com dentes de animais que ele matou (uma medalha por sua força e destreza). Seja criando cestos, tapetes, armas etc. (se preocupando com a beleza desses instrumentos que lhes eram úteis, logo não precisariam ser bonitos). Estes seres humanos não estavam ainda fazendo arte nem artesanato. Estavam simplesmente cumprindo com suas obrigações e necessidades dentro do grupo, onde todos tinham que trabalhar.

O artesanato contempla o belo, depende da técnica, de habilidades manuais e, com a formação das sociedades, da geração garantida e imediata de dinheiro. A arte contemporânea não tem prioritariamente essas preocupações, logo ela não consegue ser compreendida como uma das necessidades mais básicas do ser humano. Consequentemente, a sociedade enxerga o artesão como trabalhador e muitas vezes, artista. E o artista, muitas vezes, como desocupado, e até transgressor. É o caso dos grafiteiros (não raramente iguais a pichadores) que, a duras penas, conquistaram o mercado artístico e também outras paredes: as das galerias de arte. Mas aí, cabe a pergunta: grafiteiro é um trabalhador?

Geralmente, essa resposta só é positiva quando ele fica rico e famoso. Tais comparações não têm a função de eleger como um ofício mais nobre a arte ou o artesanato, nem impossibilitar um artesão de ser chamado de artista, nem tanto o de garantir que qualquer um que se aventure pelo universo das artes seja um artista de fato. Uma situação preocupante que descreve bem isso, é quando você apresenta alguma habilidade para desenho, por exemplo, e já é convencido de que é um artista.

Voltemos à questão inicial deste texto. Pensando pela ótica dos nossos indígenas, por exemplo, que há milhares de anos produzem seus adornos, armas etc., todos eles úteis e bonitos, que tinham e têm uma função dentro da sua tribo. Logo, eles são:

Artesãos: pela sua habilidade e técnica. Mas, nos dias de hoje, pela história de injustiças sociais de que foram vítimas, necessitam da venda imediata para geração de renda;

Trabalhadores: pois contribuem para a história e satisfação pessoal e do seu grupo;

Artistas: em função do conjunto da obra ao longo de milhares de anos, seu trabalho é reconhecido como arte, registrando uma sabedoria milenar através da geometria, das cores e da beleza.

O importante nisso tudo é saber que artista pode viver de arte, artesão pode ser artista e ambos devem exercer seus ofícios como um plano de vida. Além de pintura, desenho e outras artes, que apavoram os pais, por apresentarem pouca garantia de “futuro” para os filhos, existem profissões com grande oferta de empregos, como ilustração, design, estilismo e cinema. Não importa. Transforme-o em trabalho.

Você deve estar se perguntando: mas o que é arte, exatamente? Se descobrir, me conta?

Rafael Kuwer é professor de Artes do município de Angra dos Reis – RJ. Bacharel em Gravura pela Escola de Belas Artes da UFRJ, Licenciado pela Uni-Bennett e Pós-graduado em Gestão e Produção Cultural pela Universidade Estácio de Sá.

Reverendo o capítulo

- 1 – Compare as diversas sociedades no que diz respeito às relações de produção.
- 2 – Quais são as diferenças existentes entre as sociedades “orientais” e escravistas?
- 3 – O que significa *estratificação social*?
- 4 – O que significa *mobilidade social*? E como ela pode ser classificada no sistema de classes?

Dialogando com a turma

- 1 – É uma condição natural da humanidade a divisão entre ricos e pobres? Por quê?
- 2 – Debata com seus colegas sobre se o fato de existirem classes sociais dominantes e dominadas, ao longo da História da humanidade, ajudou no desenvolvimento das tecnologias e no progresso da humanidade.
- 3 – Qual a sua opinião sobre a concepção de trabalho como virtude? Você avalia que a maioria das pessoas que você conhece pensa no trabalho dessa forma? Por quê?
- 4 – Discuta com seus colegas e faça uma pesquisa sobre os tipos de mobilidade social existentes na cidade onde você reside. A partir do resultado da pesquisa, elabore um texto expondo as suas conclusões.

Verificando o seu conhecimento

1 - (ENEM, 2009)

Os Yanomami constituem uma sociedade indígena do norte da Amazônia e formam um amplo conjunto linguístico e cultural. Para os Yanomami, *urihi*, a “terrafloresta”, não é um mero cenário inerte, objeto de exploração econômica, e sim uma entidade viva, animada por uma dinâmica de trocas entre os diversos seres que a povoam. A floresta possui um sopro vital, *wixia*, que é muito longo. Se não a desmatarmos, ela não morrerá. Ela não se decompõe, isto é, não se desfaz. É graças ao seu sopro úmido que as plantas crescem. A floresta não está morta, pois, se fosse assim, as florestas não teriam folhas. Tampouco se veria água. Segundo os Yanomami, se os brancos os fizerem desaparecer para desmatá-la e morar no seu lugar, ficarão pobres e acabarão tendo fome e sede.

ALBERT, B. Yanomami, o espírito da floresta. **Almanaque Brasil Socioambiental**. São Paulo: ISA, 2007 (adaptado).

De acordo com o texto, os Yanomami acreditam que:

- (A) a floresta não possui organismos decompositores.
- (B) o potencial econômico da floresta deve ser explorado.
- (C) o homem branco convive harmonicamente com *urihi*.
- (D) as folhas e a água são menos importantes para a floresta que seu sopro vital.
- (E) *Wixia* é a capacidade que tem a floresta de se sustentar por meio de processos vitais.

2 – (ENEM, 2009)

Entre 2004 e 2008, pelo menos 8 mil brasileiros foram libertados de fazendas onde trabalhavam como se fossem escravos. O governo criou uma lista em que ficaram expostos os nomes dos fazendeiros flagrados pela fiscalização. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões que mais sofrem com a fraqueza do poder público, o bloqueio dos canais de financiamento agrícola para tais fazendeiros tem sido a principal arma de combate a esse problema, mas os

governos ainda sofrem com a falta de informações, provocada pelas distâncias e pelo poder intimidador dos proprietários. Organizações não governamentais e grupos como a Pastoral da Terra têm agido corajosamente, acionando as autoridades públicas e ministrando aulas sobre direitos sociais e trabalhistas.

“Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo”. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 17 mar. 2009 (adaptado).
Nos lugares mencionados no texto, o papel dos grupos de defesa dos direitos humanos tem sido fundamental, porque eles:

- (A) negociam com os fazendeiros o reajuste dos honorários e a redução da carga horária de trabalho.
- (B) defendem os direitos dos consumidores junto aos armazéns e mercados das fazendas e carvoarias.
- (C) substituem as autoridades policiais e jurídicas na resolução dos conflitos entre patrões e empregados.
- (D) encaminham denúncias ao Ministério Público e promovem ações de conscientização dos trabalhadores.
- (E) fortalecem a administração pública ao ministrarem aulas aos seus servidores.

Pesquisando e refletindo

Livros:

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
Livro de leitura agradável que explica a história pelo estudo da teoria econômica e ao mesmo tempo faz o contrário, isto é, explica a economia através do estudo da História.

PINSKI, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Atual, 1990. (Coleção Discutindo a História).

Este livro descreve de forma clara e objetiva as características das primeiras organizações sociais e sociedades humanas na história.

Filmes:

A NÓS, A LIBERDADE (*À Nous la Liberté*, França, 1931). Direção: René Clair. Elenco: Henri Marchand, Raymond Cordy, Rolla France. 104 min.

O filme faz um paralelo entre o trabalho forçado numa prisão e numa fábrica.

EVOLUÇÃO (*Evolution*, Canadá, 1971). Direção: Michael Mills. 10 min.

Desenho animado. Trata do processo evolutivo do homem. Vencedor de nove prêmios internacionais. [Ver em http://www.nfb.ca/film/evolution_en. Acesso em janeiro de 2013].

A LENDA DA TERRA DOURADA (*La légende de la terre dorée*, Suíça, 2007). Direção: Stéphane Brasey. 54 min.

Documentário-denúncia que aborda as condições de vida de centenas de migrantes que chegam ao Estado do Pará. Na região, conhecida como a mais violenta do Brasil, no que se refere a questões agrárias, eles são aprisionados em grandes fazendas de gado e tratados como escravos. O filme recolhe depoimentos de trabalhadores e de fazendeiros da região.

Conectados na internet e nas redes sociais:

“MANGUE SOCIOLÓGICO”:

<http://manguevirtual.blogspot.com.br/2010/08/estratificacao-social.html>

Interessante Blog, contendo uma página que descreve e explica os conceitos de estratificação social e mobilidade social. Fazendo referência a sociólogos e autores estudados neste capítulo, traz também um pequeno vídeo sobre mobilidade social. Acesso: fevereiro/2013.

ECONOMIA INDÍGENA:

<http://www.tedxamazonia.com.br/tedtalk/andre-baniwa>

Neste site, André Baniwa, um índio Baniwa que mora na região amazônica, dá uma palestra sobre as formas de viver e produzir das comunidades Baniwa. Interessante vídeo para discutir os diversos modos que as sociedades se organizam e trabalham. Acesso: fevereiro/2013.

LIVRO DIGITAL “O ÍNDIO BRASILEIRO: O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL DE HOJE”:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>

Publicação do Ministério da Educação, em parceria com a UNESCO e com a UFRJ/Museu Nacional (Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006), a obra apresenta informações e dados sobre quem são e quantos são os índios no Brasil, sua história de resistência e sua cultura, a situação da educação e da saúde dos diversos povos, além das características das economias indígenas. Organizado pelo antropólogo Gersem dos Santos Luciano, índio Baniwa, mestre e doutor pela Universidade de Brasília (UnB) e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

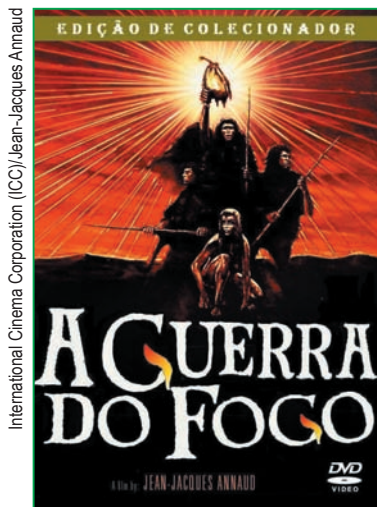
O PEQUENO BURGUESES – Autor e intérprete: Martinho da Vila.

Um dos primeiros sucessos de um sambista clássico do Rio de Janeiro, cuja letra apresenta uma história que se relaciona com a discussão sobre *mobilidade social*. Vale a audição e o debate com os colegas.

CANOA, CANOA – Autores: Nelson Ângelo e Fernando Brant. Intérprete: Milton Nascimento.

A música faz uma homenagem a um dos povos indígenas brasileiros ameaçados de extinção, os avás-canoeiros – conhecidos como a “tribo invisível”, pela sua capacidade de se esconder nas árvores. Habitantes da região do rio Araguaia, em Goiás, eles foram praticamente dizimados por um massacre na década de 1960. Em 2013, essa etnia contava com apenas sete sobreviventes. Escute a música e aproveite para pesquisar sobre a história dos avás-canoeiros, suas tradições e suas esperanças.

Filme Destaque:



A GUERRA DO FOGO

(*La Guerre Du Feu*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Jean-Jacques Annaud.

Elenco: Everett McGill, Rae Dawn Chong, Ron Perlman, Nameer El Kadi.

97 min. (França, Canadá 1981)

SINOPSE:

O filme se passa nos tempos pré-históricos, em torno da descoberta do fogo. A tribo Ulam vive em torno de uma fonte natural de fogo. Quando este fogo se extingue, três membros saem em busca de uma nova chama. Depois de vários dias andando e enfrentando animais pré-históricos, eles encontram a tribo Ivakas, que descobriu como fazer fogo.

Trabalho, Política e Sociedade

A ideia principal dos capítulos que compõem esta Unidade é realizar o debate sobre as grandes questões do mundo contemporâneo, as quais consideramos como fundamentais para que os estudantes iniciem uma reflexão mais aprofundada sobre os processos e dinâmicas econômicas, sociais e políticas que envolvem as sociedades em geral.



Unidade 2

Capítulo 9

“Tudo que é sólido se desmancha no ar”: capitalismo e barbárie

Os EUA representaram, no século XX, o maior exemplo vitorioso do desenvolvimento social e econômico proporcionado pelo capitalismo. Na foto, tirada na década de 1930, em New York, trabalhadores da construção civil pendurados em uma viga de aço durante o horário de almoço, no alto – 69º andar – do futuro Rockefeller Center (um dos prédios a ser chamado, na época, de “arranha-céus”).



Charles C. Ebbets. New York Herald Tribune, Folhapress

A História da humanidade foi marcada pela existência de diversos tipos de sociedades, cada uma delas com características bem distintas. Vamos destacar, neste capítulo, alguns aspectos do modo de produção capitalista, que neste século XXI domina quase praticamente todo o nosso planeta.

E a humanidade inventa o capitalismo...

Os homens, ao longo da História, ao se organizarem em sociedade, estabeleceram formas diferentes de produzir os bens necessários à sua sobrevivência. Pois bem, um desses modos de produção, vigente na grande maioria das sociedades existentes hoje em dia, inclusive no Brasil, é chamado de **capitalismo**. O que significa? Por que este nome? Como surgiu?

Vamos procurar entender o capitalismo e, assim, compreender a importância do seu estudo, através da resposta a esta última pergunta.

Como se viajássemos na “máquina do tempo”, vamos estacioná-la na Europa, durante a Idade Média, entre os séculos IV a XIV (do ano 301 até, aproximadamente, o ano 1400). O modo de produção existente então era conhecido pelo nome de **feudalismo**.

Uma das características da sociedade feudal era a sua falta de mobilidade social, ou seja, aquele mundo, regido pela Igreja católica, reproduzia, segundo essa instituição, “a vontade de Deus”: se uma pessoa nascesse em uma família pertencente à “nobreza” teria, o que costumamos denominar por “sangue azul”, segundo o dito popular, sendo transformada

em herdeira das terras em torno do castelo e “ungida” pelo Criador como destinatária de toda a riqueza produzida e dos impostos e taxas pagos pelos que necessitassem atravessar as terras do feudo. Mas se nascesse “servo”, seria um “plebeu”, nada mais lhe restando do que trabalhar, resignadamente, para o seu senhor durante toda a vida, tornando-se um “abençoado merecedor do reino de Deus” quando viesse a falecer. Este mundo, organizado dessa forma, de “cima para baixo” – ou “de Deus para os homens” –, não poderia sequer ser questionado, quanto mais modificado.

Grandes mudanças, porém, começaram a ocorrer em toda a Europa durante esse período, independentemente da vontade daqueles que detinham o poder e a riqueza. Foram mudanças que aconteceram lentamente, de forma gradativa, praticamente imperceptíveis para quem vivia naquela época.

Entre as diversas mudanças, podemos destacar como muito importante o surgimento de novos grupos sociais: comerciantes, artesãos e camponeses livres. Estes últimos haviam surgido a partir da cessão a grupos de servos, mediante pagamento de taxas e estabelecimento de outros compromissos de obediência, de terras

consideradas inférteis ou improdutivas, principalmente em regiões pantanosas. Deve-se registrar que, na Europa do século XII, eram cultiváveis apenas a metade das terras francesas, um terço da atual Alemanha e um quinto da Inglaterra (HUBERMAN, 2010).

Já o grupo social composto pelos comerciantes havia surgido nos entroncamentos das diversas rotas comerciais existentes na Europa, que formavam grandes “feiras” onde eram negociados os valiosos produtos originários do Oriente, com destaque para as chamadas especiarias. Essas feiras acabaram se transformando em verdadeiras cidades fortificadas, inicialmente chamadas de burgos – daí o nome *burgueses*, pelo qual aqueles comerciantes passaram a ser conhecidos.

Pois bem, como destacamos acima, qual era o modo de produção existente na Europa naquela época? Feudalismo, certo? Mas se você entendeu o funcionamento do feudalismo, pode imaginar que esses novos grupos sociais “não tinham nada a ver” com o antigo sistema social, político e econômico – os camponeses livres – porque, apesar de minoritários, haviam se colocado à margem da servidão feudal e – os artesãos – porque trabalhavam por conta própria nas cidades, aproveitando-se também do renascimento comercial.

Quanto aos burgueses, deve-se destacar que o seu rápido enriquecimento acabou por gerar mudanças profundas naquela velha ordem, onde não havia lugar e reconhecimento para essa nova classe social. As mudanças abrangiam desde contestações à filosofia da Igreja católica, que condenava como pecado a obtenção de lucros, os juros e a usura – aspectos de um conjunto de mudanças que resultou na Reforma Protestante –, como também ao poder acumulado pela nobreza feudal.



Luiz Fernandes

A cidade de Assis (Itália), um típico burgo medieval.

Neste caso, a burguesia ascendente tratou de reforçar e centralizar o poder na pessoa do rei, numa aliança que fez nascer as chamadas Monarquias Nacionais e que possibilitou as grandes navegações, capitaneadas por Portugal e Espanha. Assim, no meio da ordem feudal, estava sendo gestado, aos poucos, um novo sistema social e econômico, o capitalismo. Com o tempo, ia desmoronando a velha sociedade estamental, como viria depois a ocorrer definitivamente com as revoluções inglesas do século XVII e a Revolução Francesa de 1789.

Acumulando capital e revolucionando a indústria

O capitalismo se tornou o modo de produção dominante a partir da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra. Entretanto, para o capitalismo vigorar como tal fazia-se necessária uma fase anterior de “acumulação de capital”. Vamos entender melhor isso.

Para alguém iniciar um negócio, uma empresa, hoje, é necessário obter capital. A mesma coisa ocorria com os burgueses da época. Então, para entender melhor como surgiu o capitalismo, seu principal estudioso, Karl Marx, se debruçou em pesquisas sobre o que ocorreu na Inglaterra em seu período pré-capitalista. Em sua análise, Marx denominou esse processo como **acumulação primitiva de capital**. Mas, afinal, o que Marx descobriu em seus estudos? Simples: como as relações de produção pré-capitalistas existentes na Inglaterra eram predominantemente agrícolas, a única forma de se transformar essas relações em capitalistas era através da apropriação da terra pela burguesia, com a total expulsão dos camponeses que lá viviam. E foi exatamente isso o que ocorreu: os camponeses foram

expropriados, separados da sua terra, e não lhes restou nada mais que não fosse a venda da sua força de trabalho. Se antes os camponeses eram proprietários, agora eram trabalhadores assalariados. E foram esses trabalhadores que serviram de mão de obra para as indústrias que surgiam, principalmente, mas também para a penetração das relações capitalistas no próprio campo, onde os ex-proprietários foram empregados depois, ironicamente, como assalariados... Segundo Marx, esse foi o “segredo” da acumulação primitiva de capital: transformar radicalmente (revolucionar), à força, as relações de produção até então existentes no campo (cf. BOTTOMORE, 2001, p. 2).

Você talvez pergunte se em toda a Europa o capitalismo surgiu da mesma forma. Bem, este foi o caso analisado por Karl Marx. Mas, e depois, como aconteceu a expansão do modo de produção capitalista? Podemos responder que, de fato, as mudanças ocorreram de formas diferenciadas, em tempos distintos, de acordo com uma série de variáveis. Alguns estudiosos sobre o tema, por exemplo, chamam a atenção para o papel decisivo desempenhado nas cidades europeias pelo comércio, pelas trocas de mercadorias (BOTTOMORE, 2001, p. 3). De qualquer forma – considerando como elemento principal do processo de acumulação primitiva de capital – a análise de Marx a respeito da expropriação da terra, com todas as mudanças radicais e violentas que ela proporcionou, podemos dizer que o capital prosseguiu em seu processo de acumulação com a multiplicação dos centros comerciais existentes nas cidades (*burgos*), mas também, de uma forma extremamente relevante e mais decisiva, através da expansão do chamado “capital mercantil”, com a apropriação da riqueza existente em outras terras do planeta, através das grandes navegações

e “descobrimientos”. Assim, o processo de acumulação de capital foi se desenvolvendo através do financiamento de corsários e piratas (sim, aqueles que vemos nos filmes e desenhos animados), do tráfico de escravos (principalmente os africanos), com o empréstimo de dinheiro a juros por intermédio da organização de instituições bancárias (no mesmo sentido dos chamados agiotas atuais), com o pagamento de salários miseráveis aos artesãos empregados nas manufaturas e, evidentemente, vencendo guerras, comerciando e impondo tratados a países fracos.

Depois da indústria, o comércio passou a ser a atividade mais importante da burguesia inglesa – exatamente como forma de transportar e comercializar os seus produtos industriais. Os comerciantes ingleses e seus navios estavam por toda parte do mundo. Quanto maior a atividade comercial, maior era a concorrência. Cada mercador inglês queria abater seus concorrentes e, para vencer os competidores, era preciso oferecer produtos mais baratos. Então, como baixar cada vez mais os custos da produção?

A resposta estava no uso de máquinas. Desse modo, foi a pressão do mercado que levou a burguesia inglesa a aprimorar suas máquinas e a instalar mais indústrias.

Mas, o capital depende do trabalho. Ou seja, a burguesia necessitava de operários para instalar suas indústrias e fazê-las operar. Para encontrá-los, era necessário ir ao campo, onde estava a mão de obra.

O aparecimento do capitalismo estimulou os fazendeiros a investir capital na produção agrária. Para desenvolver as áreas de cultivo, ocuparam terras onde habitavam os camponeses e forçaram as famílias a ficar em pequenos territórios



Acervo do Museu de Ciência de Londres

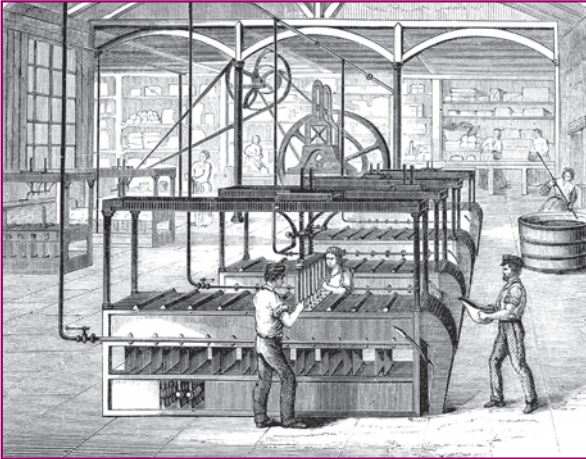
O surgimento da indústria alterou profundamente a paisagem europeia, obrigando os trabalhadores a abandonar os campos e migrar para as cidades.

Tela de Philippe-Jacques de Loutherbourg, “Coalbrookdale, à noite” (1801).

cercados. Como eram milhares, imaginem o que aconteceu. Os terrenos eram tão pequenos que os camponeses quase não tinham como continuar a viver ali. A saída foi buscar trabalho e moradia em outro lugar. Assim, as cercas expulsaram as pessoas do campo. Conclusão, depois de perder as terras, não podendo trabalhar mais nelas, restou ir para onde? Adivinhou quem respondeu “para as cidades”. Para não morrer de fome, eles aceitavam trabalhar por horas e horas nas fábricas, recebendo salários miseráveis.

O desenvolvimento industrial arruinou os artesãos, já que os sapatos e os tecidos eram confeccionados mais rapidamente e de uma maneira mais barata numa fábrica do que nas oficinas dos artesãos, sapateiros ou tecelões. Por tabela, os artesãos também tiveram de buscar emprego de operários nas fábricas. Havia, então, uma multidão de homens e mulheres que não conseguiam mais viver por conta própria. Agora, era pegar ou largar. Era trabalhar para um patrão em troca de um salário – formouse, assim, uma nova classe social chamada **proletariado**.

No século XIX, a Revolução Industrial alcançou outros países



Trabalhadores e máquinas numa fábrica de velas.
Gravura de 1870, de autoria de Ralf Hettler.

européus como França, Alemanha, Itália (norte) e Rússia. Nos Estados Unidos, as primeiras indústrias foram instaladas no final do século XVIII, mas o seu desenvolvimento se deu na segunda metade do século XIX.

Assim, o capitalismo inicia-se de forma triunfante, trazendo grandes transformações para a humanidade. As grandes potências mundiais da época eram todas capitalistas. Fábricas, terras, matérias-primas, comércio, bancos, máquinas, tudo pertencia aos capitalistas que manipulavam o capital com um único objetivo: obter lucro, ganhar dinheiro.

A Revolução Industrial trouxe seu símbolo máximo: a *máquina a vapor*. Era o sinal dos novos tempos: barcos a vapor, trens a vapor, ferros de passar roupa a vapor, banhos a vapor etc. Começou, então, a produção em massa, e o desejo do lucro tornou-se um ideal a ser seguido. As pequenas oficinas tornaram-se grandes fábricas, apareceram as chaminés, construíram-se pontes, túneis, minas... Enfim, o capitalismo colocou tudo a seu serviço. Ou, como diziam Marx e Engels em 1848: “tudo

O trem a vapor foi um dos símbolos – e um dos motores – da Revolução Industrial.

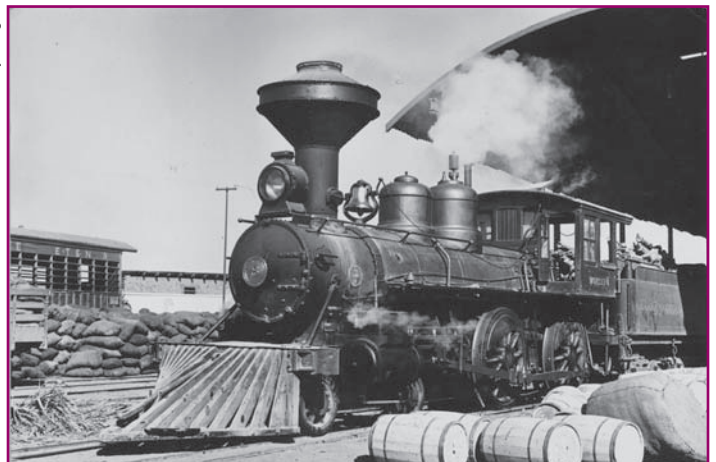
que era sólido se desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11).

Mas nem tudo era progresso. A situação daqueles que construíam tudo – os operários – era cada dia pior. Não havia leis trabalhistas que os protegessem, eram proibidos de organizar sindicatos, não tinham aposentadoria, não recebiam horas extras, não tinham assistência social. Educação para os filhos dos operários? Nem pensar!

O regime de trabalho das fábricas na Europa era o pior possível para os trabalhadores. Mas quem eram esses operários? Crianças, mulheres grávidas etc., que trabalhavam de 12 a 18 horas por dia. Então, você deve perguntar: se os operários faziam tudo, por que o Estado e os políticos da época nada faziam para melhorar essa situação?

Ora, o Estado era capitalista. Os políticos representavam os capitalistas, os juízes faziam leis para proteger o capital, a polícia tinha a função de fazer cumprir essas leis. Os trabalhadores não sabiam, de início, como reagir. Mas, na sua revolta inconsciente, com medo, eles identificavam nas máquinas o grande inimigo público, e tratavam de destruí-las.

Porém, os capitalistas reagiram. Em 1812, o parlamento inglês aprovou uma lei condenando à pena de morte





Wikimedia Commons

A exploração da mão de obra infantil era uma prática constante do processo de acumulação de riquezas proporcionado pela Revolução Industrial. Menina trabalhadora em indústria de algodão, fotografada entre máquinas de fiação. Newberry, Carolina do Sul, Estados Unidos da América, 1908.

reivindicações de melhores salários e a diminuição da jornada de trabalho, o aumento da produção e os lucros. E mais: diziam que leis que beneficiavam os trabalhadores prejudicariam o bom andamento dos mercados, dos negócios e do livre-comércio, isto é, da concorrência.

Mas, apesar de toda essa pressão dos capitalistas, os sindicatos sobreviviam e cresciam.

Concorrência e monopólio

O que caracteriza o modo de produção capitalista são as relações assalariadas de produção (trabalho assalariado). Tais relações baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia.

A burguesia possui as fábricas, os meios de transporte, as terras, os bancos etc. O trabalhador não é obrigado a ficar sempre na mesma terra ou na mesma fábrica; ele é livre para se empregar na propriedade do capitalista que o aceitar. Como não são proprietários dos meios de produção, os trabalhadores são obrigados a trabalhar para os proprietários do capital.

Como vemos, no capitalismo há duas classes principais: a **burguesia** e os trabalhadores assalariados (ou **proletariado**). Se o capitalismo é movido pelo desejo de lucro, para aumentar os seus lucros, os capitalistas procuram aumentar a produção através do aperfeiçoamento técnico, da exigência de maior produtividade dos operários, de uma maior racionalização do processo de produção.

Deve-se registrar que a ascensão do poder político e econômico da burguesia, descrito na seção anterior, foi acompanhada pela formulação de um conjunto de ideias que justificaram essa nova sociedade que estava surgindo nesse processo tão violento de mudanças. Como essas teorias se contrapunham ao Estado moderno absolutista, com um poder autoritário e centralizado por uma monarquia, e que controlava rigidamente a atividade econômica (mercantilismo), as “palavras de ordem” empunhadas pela burguesia nesse momento da História destacavam, com muita força, ideais como a *igualdade* e, em especial, a *liberdade*. Esses ideais se transformaram em princípios que deveriam ser seguidos por todos os indivíduos, em toda a sociedade, tanto na política quanto na economia.

Na política, o grande marco desse processo de mudanças foi a Revolução Francesa, em 1789, que teve como um de seus resultados a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que afirmava que “todos eram iguais perante a lei”. A Revolução Francesa consagrou o lema *igualdade, liberdade e fraternidade*.

E como se daria a relação entre a política e a economia, segundo esses pontos de vista? Ora, como contraposição ao mercantilismo como uma política de intervenção direta do Estado na atividade econômica, os defensores desses princípios, como

Adam Smith (1723 – 1790) e David Ricardo (1772 – 1823), diziam que as principais funções do governo deveriam ser limitadas a somente três: proteger a propriedade, não interferir no lucro e preservar a paz.



Esses economistas eram chamados de liberais e suas teorias, de **liberalismo**.

O liberalismo, de uma maneira geral, foi o nome dado ao conjunto de ideias que se contrapunha ao absolutismo vigente na Europa. Essas teorias surgiram ao longo dos séculos XVII e XVIII e serviram de suporte às revoluções capitalistas que ocorreram desde então, assim como à luta pela independência dos Estados Unidos da América. A ascensão da burguesia ao poder, portanto, foi acompanhada por elaborações teóricas em defesa da liberdade individual, sob o ponto de vista econômico e político – como servem de exemplo as frases citadas de Smith e Ricardo.

Desde a Revolução Industrial, os capitalistas continuavam à procura da expansão de seus negócios e a busca por lucros cada vez maiores. Com as revoluções que ocorreram em vários outros países da Europa e nos Estados

Unidos, o capitalismo prosperava cada vez mais.

Em meados do século XIX, as indústrias iniciaram uma fase de grande concorrência e, para disputar os mercados, elas começaram a diminuir os preços. Essa concorrência se transformou numa “prova de resistência” para diversos capitalistas. Vamos explicar!

Para abaixar os preços, era necessário aumentar a produção e colocá-la no mercado. Com isto, era necessário ampliar o mercado. E, para não falir, os pequenos capitalistas precisavam continuar produzindo como os grandes. Mas, para produzir, precisavam de dinheiro. Porém, o dinheiro estava nos bancos, que se aliavam aos grandes capitalistas. Assim, faliram

muitos pequenos empresários.

Na lógica capitalista, portanto, sobreviviam somente os “mais fortes”. As companhias de ferro, carvão etc, ligadas aos bancos, estabeleciam o *monopólio*. Ou seja, definiam o grupo de empresas que dominaria o mercado, controlando a quantidade de bens à disposição dos consumidores e, sem concorrência, estabelecendo os preços. Instalado a partir do final do século XIX, o *capitalismo monopolista* resiste até hoje.

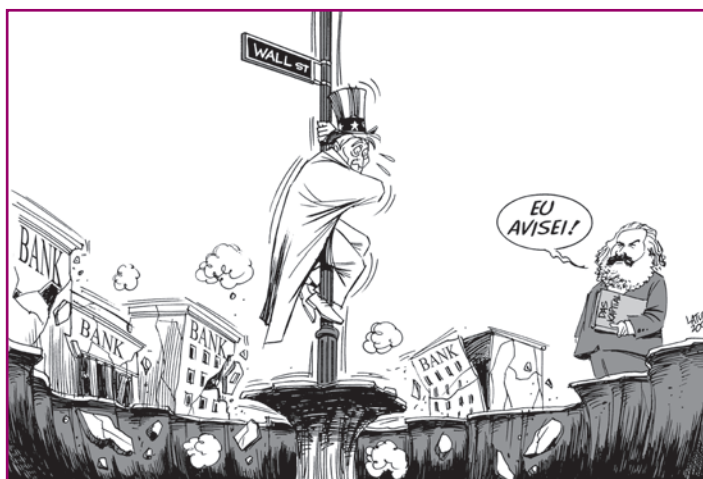
A partir daí, o capitalismo dá passos gigantescos, produzindo, com suas indústrias, uma quantidade cada vez maior de mercadorias.

A crise: superprodução de mercadorias e imperialismo

A situação das economias capitalistas se tornou dramática no século XIX,

pois o mercado ficou “inundado” de mercadorias. Esse processo foi nomeado pelos economistas como uma “crise de superprodução”, ou seja, muitas mercadorias e poucos consumidores, resultando, daí, uma crise econômica.

Para Karl Marx, o capitalismo era irracional. Ele tentou provar que a concorrência entre empresas acabaria mergulhando a economia capitalista num terrível caos. Para ele, volta e meia haveria terríveis crises econômicas, com falências, desempregos, aumento da miséria e da violência. O capitalismo se tornaria cada vez mais ineficiente, desperdiçando recursos, causando miséria e insegurança. Pois se, por um lado, com a crise de superprodução, as indústrias demitiam operários para baixar custos e prejuízos, por outro, piorava mais a situação dos operários que, na prática, eram os consumidores das mercadorias. É isto que Marx chama de irracionalidade econômica do capitalismo, já que não se produz mercadoria como *valor de uso*, mas como *valor de troca*. Isto significa dizer que, se não houver gente (consumidores) para comprar as mercadorias, estas perdem o seu valor.



No final do século XIX, os representantes do capital, preocupados com a falta de mercado nos seus próprios países, partiram para novos espaços

geográficos para tentar resolver a crise. Encontraram como uma das soluções a colonização da África e da Ásia. As empresas capitalistas e as nações europeias fizeram a partilha do continente africano em colônias para conseguir mão de obra e matéria-prima baratas. Dessa época até hoje, a história de muitos países latino-americanos, africanos e asiáticos é a de submissão aos interesses do capitalismo monopolista da Europa e dos Estados Unidos. Essa situação de submissão política e econômica, provocada pelos interesses capitalistas, passou a ser conhecida desde então sob o nome de *imperialismo*.

Segundo Lênin, o imperialismo é o capitalismo na sua maturidade (cf. LÊNIN, 1982). O capitalismo monopolista estende ao resto do mundo seu domínio econômico e, por tabela, militar.

A título de exemplo, veja o que dizia o general Smedley Butler, que passou trinta e três anos e quatro meses no Corpo de Fuzileiros Navais como agente de segurança do capital americano:

Desde segundo-tenente até general, passei a maior parte do tempo servindo de guarda-costas para Wall Street e seus banqueiros.

Assim, ajudei a transformar o México num lugar seguro para os interesses petrolíferos americanos em 1914.

Ajudei a fazer de Cuba e Haiti lugares decentes para que os rapazes do City Bank pudessem recolher seus lucros em paz.

Ajudei a purificar a Nicarágua para que os irmãos Brown pudessem instalar seus bancos, entre 1909 e 1912. Limpei o terreno na República Dominicana para os interesses açucareiros norte-americanos, em 1916.

Na China em 1917, colaborei para que a Standard Oil fizesse seu trabalho. Eu tinha, como

diriam os rapazes do gatilho, uma boa quadrilha.

Fui recompensado com honrarias e promoções. Voltando, agora, os olhos ao passado, acho que poderia dar umas boas sugestões a Al Capone.

(citado por NOVAES; RODRIGUES, 2008, p. 108)

Competição capitalista e barbárie humana

Como vimos, o modo de produção capitalista funciona sob certas condições: concentração da propriedade privada dos meios de produção nas mãos da burguesia; uma mão de obra destituída de qualquer propriedade, a não ser sua própria força de trabalho; a livre-concorrência entre as empresas e, por fim, um conjunto de leis e ideias que garantam seu funcionamento.

A livre-concorrência e as ideias que a justificam, influenciam quase todas as relações sociais entre os indivíduos na sociedade em que vivemos e, por sua vez, criam, e estão criando até hoje, relações sociais e com a natureza que podemos denominar de *barbárie*.

Barbárie significa, aqui, industrialização do homicídio, exterminação em massa graças às tecnologias científicas de ponta, impessoalidade do massacre. Populações inteiras – homens, mulheres, crianças e idosos – são “eliminados” nesse processo. Gestão burocrática, administrativa, eficaz, planejada, “racional” (em termos instrumentais) dos atos bárbaros; ideologia legitimadora do tipo moderno: “biológica”, “higiénica”, “científica” (e não religiosa ou tradicionalista); destruição indiscriminada da natureza, como as queimadas na Amazônia, a poluição do ar e da água – prejudicando e colocando em risco a vida na Terra – e todos os crimes contra

a humanidade, genocídios e massacres do século XX e XXI.

O porquê disso tudo? Simples. O capital não tem fronteira, pois a indústria madeireira não está preocupada com os riscos ambientais ao cortar as árvores na Amazônia, a indústria petrolífera pouco se importa com a poluição. Enfim, o que interessa é vender e lucrar e não o bem-estar dos indivíduos. Ou melhor, desde que o indivíduo tenha dinheiro para comprar coisas, o resto não interessa.

É sob a lógica dos lucros que se promovem guerras, produção de armas etc. Milton Santos (2002), um geógrafo brasileiro, afirma que existe sob a sociedade capitalista uma ausência de compaixão e, ainda, que a competitividade tem a guerra como norma, é uma competitividade em estado puro. Há, a todo custo, que vencer o

Jorge Aradujo/Folhapress



O domínio imperial dos EUA representado por um grupo teatral.

outro, esmagando-o, para tomar seu lugar, gerando comportamentos que justificam todo desrespeito às pessoas. Aliás, nos lançando um desafio intelectual, um pensador norte-americano, Noam Chomsky (1999), no título de uma das suas obras, pergunta o que devemos escolher: *o lucro ou as pessoas*? Mas, enfim, existirá uma alternativa de vida além do capitalismo?

Uma alternativa ao capitalismo

Desde o século XIX, quase todos os dias aparecem nos jornais, nas revistas, na boca dos políticos e por todo lado alguma frase, pensamento ou ideias so-

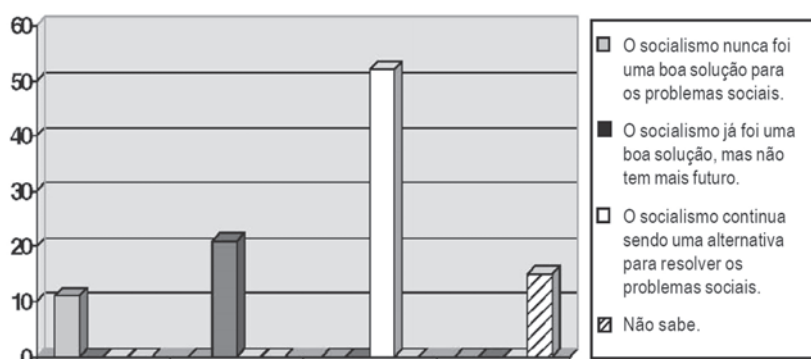
bre socialismo, comunismo etc. Podemos citar como exemplo a declaração feita por um jogador de futebol, o sérvio Pe-tkovic, que participou, em 2009, do time campeão brasileiro pelo Flamengo. Entrevistado, em um programa matinal de TV, em fevereiro de 2010, sobre como tinha sido a infância e a juventude na antiga Iugoslávia, ele respondeu o seguinte: “Quando nasci não tinha dificuldade nenhuma. Era um país maravilhoso, vivíamos um regime socialista. Todo mundo bem, todos tinham salário, todos tinham emprego. Problemas aconteceram depois dos anos 80.”

Depois de 1980, como veremos no final deste capítulo, uma série de acontecimentos pôs fim à experiência socialista da URSS e dos países do Leste Europeu e Balcãs – como foi o caso da Iugoslávia, terra natal desse jogador.

Continuando nosso comentário sobre a percepção que muitos têm a respeito do socialismo, numa pesquisa sobre juventude, publicada pela Fundação Perseu Abramo, em 2005, apurou-se que 52% de jovens entre 15 e 24 anos de idade, acreditam que o socialismo continua sendo uma alternativa para resolver os problemas sociais. Vejamos o gráfico que expressa essa opinião:

Pergunta: Pensando em solução de problemas sociais, qual das seguintes frases se aproxima mais do que você pensa sobre o socialismo?

Opinião da juventude sobre o socialismo (estimulada e única, em %)



Fonte: BRANCO; ABRAMO, 2005, p. 407. Créditos: Gráfico elaborado pelos autores.

Mas, o que é realmente o socialismo?

Vimos, anteriormente, que a situação dos trabalhadores no início do desenvolvimento capitalista na Europa era a pior possível.

Nessa situação, surgiram contestações à ordem vigente, crítica ao capitalismo e propostas de nova organização da sociedade. Não existiam somente as ideias dominantes do liberalismo e do capitalismo reinante.

Na década de 1830, apareceram pensadores ingleses e franceses que eram chamados de socialistas. Eles acreditavam que a economia não deveria beneficiar poucos indivíduos (a burguesia), mas toda a sociedade. Em vez da competição do mercado, propunham a cooperação. Os socialistas pensavam que as mudanças podiam ser planejadas e que se deveria arquitetar uma nova sociedade, mais justa, mais harmônica, mais racional. Os primeiros foram Robert Owen e Charles Fourier.

Porém, os socialistas que mais influenciaram as gerações de futuros críticos do capitalismo foram os pensadores alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1829-1895). Foram os fundadores do Socialismo Científico, hoje chamado de marxismo. Suas ideias partiam das seguintes perguntas: *Por que existem os problemas sociais? De que modo é possível superá-los?* Ao contrário de outros pensadores da época, eles acreditavam que os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo.

Marx e Engels achavam que somente o estudo científico da sociedade poderia responder a essas questões. Segundo eles, Robert Owen e Charles Fourier eram socialistas utópicos, porque acreditavam

que o mundo poderia mudar pela boa vontade da burguesia, pelo exemplo de pequenas comunidades ou pelas pessoas entusiasmadas por livros que descreviam belamente a sociedade futura. Marx e Engels ridicularizaram essas esperanças. Para eles, havia uma única força social capaz de transformar o mundo: o proletariado.

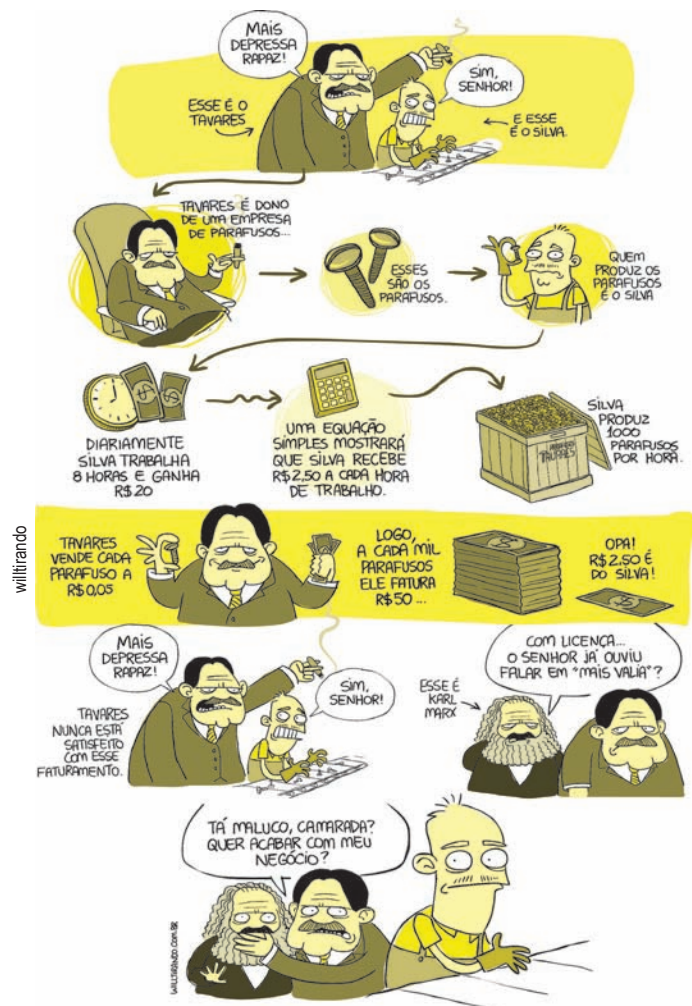
De fato, os socialistas utópicos esperavam, por exemplo, que algum empresário doasse dinheiro para construir uma comunidade livre de exploração e opressão de uma classe sobre outra. Entretanto, tais pensadores contribuíram muito, com suas ideias, para despertar a consciência crítica a respeito do mundo capitalista que estava se formando.

Para os fundadores do marxismo, o proletariado, por conta própria, tinha força para construir uma nova sociedade. Em 1848, declararam que a emancipação da classe trabalhadora é obra da própria classe trabalhadora. A partir daí, ocorre uma inversão de valores. Durante séculos, houve indivíduos preocupados com a pobreza e a opressão, que sempre olharam os trabalhadores como “infelizes” que precisavam de alguém para protegê-los. Porém, Marx tinha a certeza de que os únicos que podiam fazer algo pelos trabalhadores eram eles mesmos. Na sua obra mais famosa, *O Capital*, de 1867, demonstrou com dados econômicos que o capitalismo era um sistema injusto e irracional. Injusto porque só haveria um meio de a burguesia lucrar: explorando a força de trabalho do proletariado. Ou seja, não existem bons e maus patrões. No capitalismo, os patrões são obrigados a explorar seus empregados. Caso contrário, não teriam lucro e iriam à falência. Portanto, a exploração é inevitável. A única forma de acabar com a exploração seria eliminando o capitalismo.

Como se pode perceber, a partir do que foi dito, a burguesia e o prole-

tariado, que são as classes sociais fundamentais do capitalismo, são totalmente antagônicas. Isto significa dizer que a burguesia, que é numericamente uma minoria, somente pode existir em função da existência e da submissão da maioria, o proletariado.

No capitalismo, os meios de produção estão nas mãos da burguesia. Logo, para não morrerem de fome, os trabalhadores precisam se submeter a ela. Recebem um salário e, em troca, sua capacidade de trabalhar fica à disposição de um patrão, que procura explorá-la ao máximo. Desse modo, o valor do trabalho realizado pelo operário acaba sendo maior do que o salário que recebe. Mas tudo que o proletariado produz além do valor do seu salário fica com o patrão. Essa é a origem de seu lucro. Marx chama essa diferença de **mais-valia**.



Como vimos, para Marx, o capitalismo também era irracional, devido à concorrência generalizada entre as empresas, resultando em crises econômicas violentas. Então, no momento em que a crise capitalista estivesse acontecendo, o proletariado deveria estar organizado para assumir o poder político e construir uma nova sociedade.

Para Marx, o capitalismo era injusto e irracional porque estava baseado na propriedade privada dos meios de produção. Para solucionar este problema, Marx afirmava que o capitalismo precisava ser destruído a fim de que os trabalhadores se tornassem donos de todos os meios de produção. Ou seja, o proletariado deveria expropriar a burguesia e fundar uma sociedade socialista. Nessa nova sociedade, terras, bancos, minas e fábricas pertenceriam a todos aqueles que produzissem e trabalhassem. Tudo seria de todos e os frutos do trabalho coletivo distribuídos de acordo com a produção de cada um. Dessa forma, ninguém exploraria ninguém.

Marx e Engels concluem, portanto, que a história de todas as sociedades existentes é a história das lutas de classes. Esta se tornou uma das frases clássicas do *Manifesto do Partido Comunista*, redigido pelos dois em 1848. Este antagonismo entre as classes sociais encontra a sua maior radicalidade exatamente no capitalismo – sistema em que o proletariado não teria nada a perder, como afirma o *Manifesto*, a não ser as suas correntes.

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos,

estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.

Nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares, encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos. Na Roma antiga, temos patrícios, guerreiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, membros de corporações, artesãos e servos; além disso, em quase todas essas classes, novas subdivisões.

A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época — a época da burguesia — caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado.

(MARX; ENGELS, 1998, p. 8)

Baseados nessas análises, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram vários movimentos de trabalhadores que lutaram contra o sistema capitalista e promoveram uma série de revoltas, insurreições e revoluções.

Tentaram, mas não conseguiram!

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels afirmavam também que o proletariado precisava construir o seu partido para tomar o poder político e derrubar o capitalismo e a burguesia.

Não podemos, aqui, confundir *comunismo* e *socialismo*. Para Marx, socialismo seria a primeira etapa de construção de uma nova sociedade, em que os operários, depois de derrubarem a burguesia, instalariam um novo Estado, chamado de Estado Operário.

Com o desenvolvimento desse Estado, baseado na ampliação da participação dos produtores de riqueza nas decisões econômicas e políticas da sociedade, aos poucos, os indivíduos perceberiam que o Estado não seria mais necessário, evoluindo para uma sociedade comunista, em que todos deveriam desfrutar de todas as riquezas produzidas, extinguindo definitivamente as desigualdades e a exploração do homem pelo homem.

Mas é somente em 1917, com a Revolução Russa, que estas ideias socialistas tomam corpo, através do Partido Bolchevique, liderado por Lênin, Trotsky, Stalin e outros comunistas russos.

A Rússia dos primeiros anos do século XX, governada pelos tzares (imperadores), era um dos países mais pobres e opressores do mundo. Em novembro de 1917, operários e camponeses, guiados por Lênin e pelo Partido Bolchevique, fizeram uma revolução. Foi a primeira tentativa na História de se construir uma sociedade socialista.

Vladimir Lênin (1870-1924), o grande líder da Revolução Russa, em 1917, num de seus mais famosos livros – *O Estado e a Revolução* –, escreveu que o socialismo só poderia ser realmente válido com um regime democrático, em que o poder fosse exercido pelos próprios trabalhadores. Afirmava que o Estado, após a revolução vitoriosa, se extinguiria paulatinamente, conforme defendia Marx.

O Partido Bolchevique, na Rússia revolucionária, incumbia aos soviets (comitês de soldados, camponeses e

operários), em caráter transitório, o exercício do poder de Estado, baseado na ampla democracia e participação operária e camponesa nas decisões econômicas do país. Isso até que se chegasse ao autogoverno dos trabalhadores – o comunismo – com o fim do Estado e de todas as formas de opressão. Outra ideia fundamental de Marx e Lênin era que esse processo de mudanças revolucionárias deveria ser internacional e não restrito a um país ou grupos de países.

Public-domain-image.com



A estrela vermelha é um dos símbolos da Revolução Russa de 1917.

De fato, nos primeiros seis anos da Revolução Russa, os soviets cumpriram um papel muito importante no desenvolvimento econômico e social russo, controlando o Estado e melhorando as condições de vida do povo.

Porém, logo que tomaram o poder, os bolcheviques passaram por várias dificuldades: estavam isolados no mundo e enfrentavam, simultaneamente, uma guerra civil promovida pela burguesia para retomar o poder, e a apatia dos trabalhadores já cansados de tantas guerras e fome. Convém lembrar, ainda, que, nessa época, a Rússia estava envolvida com a Primeira Guerra Mundial.

A partir de 1922, a revolução socialista iniciada na Rússia se dissemina – com a devida “contribuição” do exército russo – para as repúblicas

vizinhas, constituindo a partir de então a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS.



Lênin, líder da Revolução Russa.

Em 1924, Lênin morre. Mas, antes de falecer, ele se preocupou com o que chamava de deformação burocrática do socialismo. Muitos operários e camponeses, líderes da revolução, tinham morrido na guerra civil ou haviam entrado para o Partido Bolchevique e se acomodado demais. Lênin estava preocupado porque as organizações dos operários (os soviets) tinham perdido a autonomia e os funcionários do partido estavam acumulando muitos poderes. Principalmente o chefe dos burocratas, Stalin, considerado rude e agressivo.

Após a morte de Lênin, houve uma disputa de poder entre os dois mais importantes dirigentes russos, Leon Trotsky (1879-1940) e Josef Stalin (1878-1953). Trotsky defendia a expansão da Revolução a outros países, pois achava que a restrição do socialismo a um único país, com o conseqüente isolamento da URSS, levaria, de forma inevitável, ao fracasso da Revolução. Essa teoria foi intitulada por ele como “revolução permanente”. Já Stalin defendia a tese que a URSS era um país enorme, cheio de recursos naturais, com uma população grande, e que, por isso, seria possível

construir o socialismo somente na URSS, para depois expandi-lo a outros países. Esta ideia foi chamada de “socialismo num só país”.

O fato é que Stalin estava acumulando muitos poderes, e tamanha foi sua potência que, dentro do Partido, as ideias de Trotsky foram derrotadas e, pouco tempo depois, foi obrigado a abandonar o país, em 1927.

Stalin, então, tornou-se senhor todo poderoso da URSS, um verdadeiro ditador socialista. Quase um “czar comunista”. Durante seu governo, milhares de comunistas foram presos e fuzilados. Stalin teve pleno poder até o dia de sua morte, em 1953. E exerceu esse poder como ditador.

Como vimos, de acordo com a teoria de Marx, Engels e Lênin, na sociedade socialista o Estado se dissolveria aos poucos. Os trabalhadores administrariam as empresas e a economia. Democraticamente, a própria sociedade se autogovernaria. Lênin acreditava que os soviets teriam cada vez mais poder para decidir no lugar do Estado. Porém, nada disso aconteceu na antiga URSS.

No tempo de Stalin, o Estado inchou e passou a engolir tudo, decidir tudo, e os soviets perderam o poder. A URSS era uma ditadura em que Stalin e o Partido tomavam todas as decisões. Quem criticasse o poder ia para a prisão na Sibéria (onde as temperaturas chegavam a dez graus abaixo de zero). A imprensa era única e pertencia ao Partido, os livros escolares só divulgavam as ideias do Partido e dos dirigentes do estado. O governo soviético se autoprotomava a “ditadura do proletariado”, inspirado nos ideais marxistas. Mas, como o proletariado podia cada vez menos dar palpites, melhor seria dizer a “ditadura da burocracia”.

Esse último termo – ditadura da burocracia – era a grande crítica de Trotsky ao regime soviético. Esse

revolucionário russo afirmava que os princípios escritos por Marx, Engels e Lênin jamais foram praticados, pois a realidade do país era completamente diferente das ideias originais deles. Para Trotsky, o que existia na URSS, era uma ditadura da burocracia do Partido Comunista ou, como dizia Lênin, uma degeneração burocrática da Revolução Socialista de 1917. As conquistas econômicas da Revolução se mantinham, o que fez a URSS se tornar uma grande potência mundial, porém, a “democracia operária” fora abortada pelos burocratas do Partido Comunista.

Outras revoluções seguiram o mesmo rumo da soviética, ao longo do século XX: a da China, a do Leste Europeu, a do Vietnã e a de Cuba. Nesta última, podemos encontrar até mais elementos de democracia. Entretanto, existe um partido único, uma imprensa única e não há eleições para o poder central, apesar da grande popularidade de Fidel Castro até hoje.

O mais curioso nessa história foi que, em nome do socialismo, das ideias de Marx e do comunismo, o regime soviético reprimiu opositores, assassinou líderes comunistas e falsificou a história da Revolução Russa. Todas as barbaridades realizadas contra o povo soviético – a falta de liberdade, o partido único, a censura, a repressão, o Estado acima

das pessoas ... – eram feitas em nome dos princípios comunistas e dos ideais de Marx e do marxismo. A burguesia dos países capitalistas se aproveitou disso e denominou de socialismo real, “regime comunista”, “ideias marxistas”, tudo aquilo que acontecia na URSS. Em resumo, podemos afirmar que o ideal socialista, de acordo com as ideias de Marx, nunca existiu.

Como você deve ter estudado de forma mais aprofundada o socialismo e o comunismo nas aulas de História e/ou de Geografia (ou vai estudar ainda), no final da década de 1980 e começo da década de 1990 começaram a ocorrer profundas mudanças políticas e econômicas na URSS e nos países do Leste Europeu. Em quase todos caíram os governos do Partido Comunista e foram feitas reformas para tornar mais democrático o sistema político, com eleição direta para os principais cargos. Também a economia passou por profundas alterações, com a diminuição do controle do Estado, a reativação dos mecanismos de mercado e com o restabelecimento da propriedade privada e do capitalismo.

Nesse contexto, surge a ideia, propagandeada pela burguesia dos países capitalistas, de que o fim dos regimes políticos da URSS e do Leste Europeu significaram a falência das ideias marxistas, socialistas e comunistas como alternativa ao capitalismo, e que o capitalismo seria o regime econômico definitivo no futuro da humanidade. Neste contexto, devemos perguntar: existe uma crise das ideias de Marx (ou do marxismo, ou do socialismo) ou falta uma alternativa para o capitalismo?

As ideias socialistas continuam presentes entre a população cubana. Foto: Praça da Revolução, Havana (Cuba).

Guilherme Tosetto/Folhapress



EVOLUÇÃO DO DESENHO DOS OBJETOS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA BAUHAUS

Dione Lins & Ricardo Pereira

A arte não é algo isolado das demais atividades humanas. Ela está presente nos inúmeros artefatos que fazem parte do nosso dia a dia. Muitas coisas que hoje observamos nos museus, ontem faziam parte do cotidiano do ser humano. Ou seja, temos um convívio diário com objetos que, na sua maioria, não são considerados objetos artísticos – que foram feitos em série nas indústrias e estão agora disponíveis para o consumo de toda a sociedade.

Então, cabe perguntar: se tudo o que nos cerca, se tudo o que as pessoas fabricam fosse arte, fosse “belo”, a nossa vida seria outra? Como seriam as nossas vidas se tudo que se fabricasse fosse ARTE?

Foi a isso que respondeu, em 1919, na Alemanha, a fundação da Bauhaus*, uma escola de artes diferente de todas que havia até então – arquitetura, pintura, fabricação de objetos, de cartazes, de tecidos, etc. Foram fundadores ou mestres na Bauhaus muitos arquitetos e pintores hoje bastante conhecidos: Gropius, Paul Klee, Wassily Kandinsky, dentre outros. Estes fizeram profundas transformações nos modos de projetar casas e de fazer pintura e, ao mesmo tempo, se preocupavam com o formato de todos os objetos do nosso cotidiano, porque entendiam que essas questões poderiam influenciar na criação de outra sociedade, em que o trabalho coletivo predominasse, onde a divisão de classes sociais desaparecesse, bem como a distância entre “artista” e “artesão”, e onde surgisse um “novo homem”.

Os objetos produzidos por esses artistas e artesãos, mestres e aprendizes da Bauhaus colocavam claramente em questão o “belo” estabelecido e o processo de fabricação da arte, ou que envolviam a arte. Foram, na época, usados evidentemente por poucas pessoas e certamente não pelo conjunto de trabalhadores daquela sociedade. Hoje, são peças de museus. Mas, muito dos talheres, dos pratos, das luminárias, das cadeiras e mesas que adquirimos em lojas de departamento são herdeiros diretos, para não dizer cópias, desses primeiros objetos de arte com que um grupo de artistas pretendia ajudar a transformar o cotidiano, a vida e a sociedade.

Os objetivos traçados pelos criadores da Bauhaus não foram alcançados e a indústria moderna se apropriou do conceito de funcionalidade dos objetos depois de sua refundação pelo artista Lászlo Moholy-Nagy, em Chicago, em 1937, a qual ficou conhecida como New-Bauhaus.

Dione Souza Lins e Luís Ricardo Pereira de Azevedo são professores de Artes. Dione leciona na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro e é licenciada em Educação Artística – Artes Plásticas, pela UFRJ. Ricardo é professor da Rede Estadual e da Rede Municipal do Rio, e licenciado em Educação Artística – História da Arte, pela UERJ. Ambos são Especialistas em Ensino da Arte pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.

* Instituição artística fundada em Weimar (Alemanha), pelo arquiteto Walter Gropius, transferindo-se para Dessaul, em 1925, e para Berlim, em 1932, onde foi fechada com o advento do nazismo, em 1933. Escola de Arquitetura, Decoração e Design, seu propósito era promover a fusão de todos os aspectos das Artes. (MARCONDES, Luiz Fernando. *Dicionário de termos artísticos*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1998).

Reverendo o capítulo

- 1– Quais as principais características do capitalismo?
- 2 – De acordo com o texto, quais as consequências das crises econômicas no capitalismo?
- 3 – Descreva as críticas de Marx ao capitalismo.
- 4 – Como Marx e Lênin entendiam o socialismo?

Dialogando com a turma

- 1 – Na sua opinião, o capitalismo promove o progresso da humanidade? Por quê?
- 2 – Na sua opinião, o socialismo foi ou não foi implantado em algum país?
- 3 – Alguns estudiosos pensam que o socialismo é impossível de ser implantado no Brasil. Qual a sua opinião? Por quê?

Verificando o seu conhecimento

1 - (ENEM, 2010)

O movimento operário ofereceu uma nova resposta ao grito do homem miserável no princípio do século XIX. A resposta foi a consciência de classe e a ambição de classe. Os pobres então se organizavam em uma classe específica, a classe operária, diferente da classe dos patrões (ou capitalistas). A Revolução Francesa lhes deu confiança; a Revolução Industrial trouxe a necessidade da mobilização permanente.

No texto, analisa-se o impacto das Revoluções Francesa e Industrial para a organização da classe operária. Enquanto a “confiança” dada pela Revolução Francesa era originária do significado da vitória revolucionária sobre as classes dominantes, a “necessidade da mobilização permanente”, trazida pela Revolução Industrial, decorria da compreensão de que:

- (A) a competitividade do trabalho industrial exigia permanente esforço de qualificação para o enfrentamento do desemprego.
- (B) a completa transformação da economia capitalista seria fundamental para a emancipação dos operários.
- (C) a introdução das máquinas no processo produtivo diminuía as possibilidades de ganho material dos operários.
- (D) o progresso tecnológico geraria a distribuição de riquezas para aqueles que estivessem adaptados aos novos tempos industriais.
- (E) a melhoria das condições de vida dos operários seria conquistada com manifestações coletivas em favor dos direitos trabalhistas.

2 – (ENEM, 1999)

A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

Pode-se afirmar que as conquistas no início deste século, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com:

- (A) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.
- (B) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.
- (C) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.
- (D) o crescimento do Estado, ao mesmo tempo em que diminuía a representação operária nos parlamentos.
- (E) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.

Pesquisando e refletindo

Livros:

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

De forma clara, este livro reflete o que é o capitalismo a partir de vários autores. Além de analisar o desenvolvimento e as crises do sistema no âmbito internacional, mostra também como o capitalismo se desenvolveu no Brasil.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

Neste livro se faz uma reflexão sobre o comunismo como o movimento político que surge com a Revolução Russa e que se espalhou por muitos países. No capítulo final o livro descreve o desenvolvimento do movimento comunista no Brasil.

Filmes:

ILHA DAS FLORES (Brasil, 1989). Direção: Jorge Furtado. Elenco: Júlia Barth, Paulo José e Ciça Reckziegel. 12 min.

Crítica bem-humorada aos valores da sociedade capitalista moderna.

AREVOLUÇÃO DOS BICHOS (*Animal Farm*, EUA, 1999). Direção: John Stephenson. 90 min.

Sátira sobre a Revolução Russa e seus desdobramentos. Narra o levante dos animais de uma fazenda, revoltados contra os maus-tratos por parte dos donos. Baseado no livro com o mesmo título, de George Orwell.

ADEUS, LENIN! (*Good-bye, Lenin!* Alemanha, 2003). Direção: Wolfgang Becker. Elenco: Daniel Brühl, Katrin Sass, Maria Simon. 121 min.

Comédia. Na Alemanha Oriental, em 1989, mãe presencia o filho protestar contra o regime político e ser preso pela polícia. Ela sofre um ataque cardíaco e entra em coma. Alguns meses depois, ela recobra a consciência, mas o mundo passou por uma série de mudanças.

Conectados na internet e nas redes sociais:

FOLHA DE S. PAULO – ILUSTRADA – Entrevista com Eric Hobsbawm
<http://bit.ly/17HSXmk>

Página do jornal *Folha de São Paulo* que traz uma entrevista realizada em 10 de abril de 2009 com o historiador Eric Hobsbawm (nascido na Alexandria, então pertencente ao Egito, em 1917, mas radicado no Reino Unido, onde faleceu em 2012, em Londres).

Nessa entrevista, o historiador reflete sobre o capitalismo e o socialismo, e as perspectivas para o futuro.

ARGUMENTOS PARA O CAPITALISMO

<http://bit.ly/11N1w6Y>

Artigo que defende o sistema capitalista. Nas palavras do autor do texto: no capitalismo “as pessoas gostam de ter liberdade quanto a escolher o que comprar ou fazer.” Um texto interessante para comparar os prós e contras do capitalismo.

SOCIALISMO: <http://socialismo.org.br/>

Site da Fundação Lauro Campos. Neste você vai encontrar diversos textos e temas relacionados à luta socialista no Brasil e no Mundo.

Músicas:

CAPITALISMO – Autores e intérpretes: Ratos de Porão.

A letra é bem direta ao caracterizar os males do capitalismo. Fica a discussão: você concorda?

REVOLUTION – Autores: John Lennon & Paul McCartney. Intérpretes: The Beatles.

Em plena efervescência dos movimentos jovens de 1968, os Beatles – a banda de maior sucesso da época – tomam posição a respeito do clamor por mudanças. Escute a música e leia a tradução da letra.

Filme Destaque:

Gaumont / Julie Gavras



A CULPA É DO FIDEL

(La Faute à Fidel)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Julie Gavras

Elenco: Nina Kervel-Bey, Julie Depardieu, Stefano Accorsi, Benjamin Feuillet, Martine Chevallier

99 min. (França/Itália, 2006)

SINOPSE:

Anna tem nove anos, mora em Paris e leva uma vida tranquila. Em 1970, a prisão e morte do seu tio espanhol, um militante comunista convicto, muda completamente a vida da sua família. Com isso, aos poucos, a menina adquire uma nova compreensão do mundo.

Capítulo 10

“Todo mundo come no Mc Donald’s e compartilha no Facebook?” Globalização e neoliberalismo

Em 1848, na Europa, as pessoas não sabiam o que era globalização. O mundo à sua volta, na visão da maioria, estava bem confuso, com

revoluções e guerras acontecendo, algumas nações ainda se formando. Leia o texto de Marx e Engels escrito naquele ano:

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte todas as relações sociais. (...)

A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele **a burguesia a conquistar todo o globo terrestre**. Ela precisa estabelecer-se, explorar e **criar vínculos em todos os lugares**.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São substituídas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Ao invés das necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional autossuficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual.

Os produtos intelectuais das nações passam a ser de domínio geral. A estreiteza e o isolamento nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura mundial.

Com a rápida melhora dos instrumentos de produção e das **comunicações**, a burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela **derruba todas as muralhas da China** e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, a se tornar burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança.

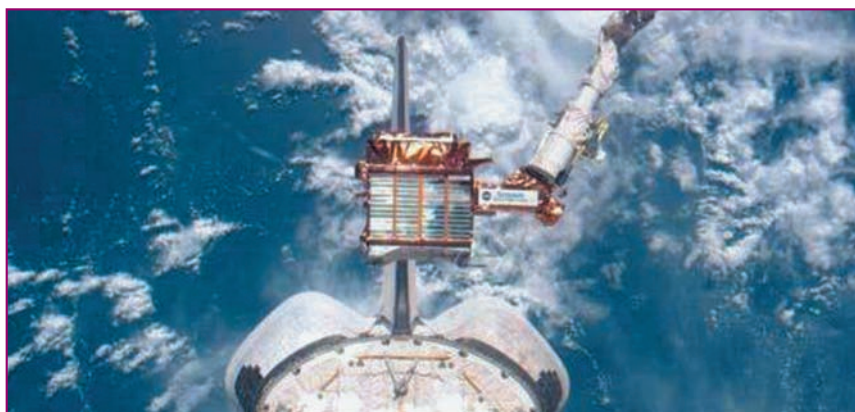
A burguesia submeteu o campo à cidade. **Criou cidades enormes, aumentou prodigiosamente a população urbana em comparação com a rural** e, dessa forma, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida do campo. Assim como colocou o campo sob o domínio da cidade, também pôs os povos bárbaros e semibárbaros na dependência dos civilizados, as nações agrárias sob o jugo das burguesas, o Oriente sob o Ocidente.

(MARX; ENGELS, 1998, p. 11-12 – os grifos não constam do original)

Reparou que destacamos em negrito algumas frases? Pois é, na época em que Marx e Engels escreveram esse texto (1848), o mundo não era como o nosso hoje, em que marcas famosas, por exemplo, invadem todo o globo, imprimem um caráter cosmopolita à sua produção e consumo, empregam matérias-primas de muitos lugares ou entram na China e contribuem para fortalecer e crescer grandes centros urbanos. Calma! Karl Marx não era

um bruxo e nem fazia exercícios de futurologia. Mas, a partir de sua análise sobre a lógica de funcionamento do capitalismo, ele acreditava em algumas tendências de desenvolvimento desse sistema econômico que, como veremos neste capítulo, desembocou naquilo que chamamos hoje de globalização, sob o ponto de vista econômico, social, cultural e político. Neste último aspecto, temos também o chamado neoliberalismo.

Public-domain-image.com



Na globalização atual, os satélites artificiais revolucionaram a comunicação em todo o planeta.

O que é um mundo globalizado e neoliberal?

A palavra *globalização* tem sido frequentemente utilizada para definir a imensa interligação comercial e cultural que vem ocorrendo de forma acelerada entre os diversos países do planeta, determinada principalmente pela “terceira revolução tecnológica”: processamento, difusão e transmissão de informações e, inclusive, de bilhões de dólares em poucos segundos. Portanto, podemos entender que a globalização teria se iniciado no começo dos anos 1980, quando a tecnologia de informática associou-se à de telecomunicações.

Mas, antes de continuarmos a desenvolver este tema, vamos refletir sobre alguns dados estatísticos, publicados por um jornal diário brasileiro, exatamente na época em que a mídia ressaltava, o tempo todo, os

benefícios da globalização. Por causa disso, as informações a seguir deixam de ser até surpreendentes.

- Em 1960, os estratos mais ricos da população mundial ganhavam 30 vezes mais que os estratos mais pobres. Em 1994, os primeiros 20% mais ricos acumulavam uma renda 78 vezes superior aos 20% mais pobres, abocanhando 86% de tudo o que foi produzido no mundo.
- O patrimônio conjunto dos 447 bilionários existentes no mundo em 1994 equivalia à renda somada da metade mais pobre da população mundial (cerca de 2,8 bilhões de pessoas).
- Desde o fim da II Guerra Mundial, em 1945, o comércio mundial cresceu 12 vezes, chegando a US\$ 4 trilhões por ano na década de 1990. Mas com 10% da população do planeta, os países mais pobres detêm apenas 0,3% do comércio mundial. Esse percentual equivale à metade do que detinham há 20 anos.

- Nesse mesmo período, o preço dos produtos agrícolas (a principal exportação dos países mais pobres) caiu 45%. Mas os países ricos gastaram US\$ 182 bilhões em subsídios à agricultura (a metade de tudo o que colheram). Se esses subsídios fossem diminuídos em 30%, os países ditos “em desenvolvimento” ganhariam US\$ 45 bilhões por ano.
- Um terço dos habitantes desses países em desenvolvimento (1,3 bilhão de pessoas) vive com menos de US\$ 1 por dia.
- Mais de 90% dos investimentos estrangeiros são efetuados nos EUA, Europa, Japão e oito províncias da China – que, juntos, reúnem um total de 30% da população mundial.
- Das 100 maiores economias do mundo, 50 são megaempresas. A General Motors, por exemplo, possui faturamento superior ao PIB (Produto Interno Bruto) de países como Turquia, Dinamarca e África do Sul.

(cf. *Folha de São Paulo*: Caderno Especial Globalização, 02 de novembro de 1997)

Você prestou bastante atenção nas informações que acabou de ler? Conseguiu identificar o porquê dos meios de comunicação sempre apresentarem a globalização como positiva para toda a população? Neste capítulo, pretendemos debater exatamente de que forma todos esses dados estatísticos – que representam o período de auge da globalização, nos anos de 1990 – nos ajudam a entender esse fenômeno.

Bem, além da ideia de uma interligação acelerada dos mercados nacionais, proporcionada pela Terceira Revolução Tecnológica, a chamada *globalização* também pode ser identificada com a queda das barreiras comerciais entre os países, provocada pela OMC – Organização Mundial do Comércio.

Esta última ideia aproxima-se daquela que é defendida pelo professor Paul Singer, da USP – Universidade de São Paulo. Para ele, a atual globalização:

(...) resulta da superação de barreiras à circulação internacional de mercadorias e de capitais. Trata-se de uma expansão dos mercados, antes contidos em fronteiras nacionais ou dentro de blocos regionais de comércio. Essa abertura dos mercados pode resultar de avanços técnicos no transporte e na comunicação e/ou de mudanças institucionais que consistem, em geral, na remoção de barreiras políticas ao intercâmbio. (SINGER, 1997, p. 2)

Refletindo sobre esta definição apresentada pelo professor Singer, podemos dizer que a globalização somente pôde ocorrer com o fim de obstáculos legais e territoriais à expansão do comércio, associado à descoberta de novas tecnologias. Se pensarmos dessa forma, podemos inserir na “pré-história” da globalização os grandes descobrimentos que inauguraram a Era Moderna, na Europa, possibilitados pela adoção da bússola e do astrolábio, aliada aos seus progressos na navegação à vela. É claro que essas mudanças somente puderam ocorrer a partir da unificação de reinos europeus, iniciada com Portugal (século XIV) e Espanha (século XV), que resultou na eliminação das barreiras que dificultavam o comércio entre os feudos.

Em 1780, a Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, trouxe como produtos: a ferrovia, a navegação a vapor e o telégrafo (revoluções no transporte e nas comunicações).

Já a Segunda Revolução Industrial – ocorrida na segunda metade do século XIX e caracterizada pela expansão da industrialização para outros países capitalistas como EUA, Alemanha e

Japão – foi marcada por uma violenta expansão colonialista em busca de novos mercados e de fontes de matérias-primas, resultando, por exemplo, na partilha do território africano. Essa expansão capitalista ficou conhecida com o nome de Imperialismo e foi a principal causa para a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

De fato, em todas essas fases da História, nós tivemos interesses que foram favorecidos e outros que foram contrariados, resultando em diferentes lutas políticas. Mas o que de fato acabou ocorrendo durante todo esse período – desde as navegações iniciadas no século XV – foi a expansão do capitalismo, em suas diferentes formas, para além da sua fronteira europeia original. A continuidade dessa expansão até os dias atuais, na forma de um capitalismo financeiro, é que passou a receber o nome de globalização – fenômeno que também é chamado por alguns estudiosos, como François Chesnais (1998), de *mundialização financeira*.

© Angeli – Folha de S. Paulo 28.02.2005



Além desse caráter financeiro, a atual expansão capitalista é global porque atingiu uma série de países que anteriormente se definiam como pertencentes ao modo de produção socialista. Portanto, à queda do Muro de Berlim, em 1989, e à dissolução

da URSS, em 1991, aliou-se a rapidez das comunicações provocada pelos avanços da informática para dar a “cara” dessa globalização que vemos acontecer nos dias de hoje.

Percebendo a globalização como mais uma etapa do modo de produção capitalista, é que podemos entender os dados listados no quadro anteriormente apresentado. Michel Chossudovsky (1999) inventou inclusive uma nova expressão: a *globalização da pobreza*. Ele é bastante claro ao definir a globalização como sendo o resultado da ação das principais instituições financeiras internacionais – como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – sobre, principalmente, os países do Terceiro Mundo e do Leste Europeu, forçando-os, em função do peso adquirido pelas suas dívidas externas, a aderir a um programa de “reformas” (ou “ajustes”) que se alimenta da destruição do meio ambiente, que gera *apartheid* social, estimula o racismo e os conflitos étnicos e ataca os direitos conquistados pelas mulheres nas últimas décadas.

Neoliberalismo: liberdade ilimitada para os mercados e os lucros?

Chamamos de *neoliberalismo* a ideologia que serve de suporte à expansão da atual globalização capitalista. Esse “novo liberalismo” é caracterizado por alguns elementos inspirados no liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, tais como:

- **Maior liberdade de comércio entre as nações (fim de barreiras alfandegárias).**
- **Redução do aparato do Estado e da sua intervenção na atividade econômica (política orientada para as privatizações de empresas estatais).**

- Redução da autonomia e da soberania política e econômica dos países periféricos em favor dos países capitalistas centrais, das suas instituições políticas (como a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte) e econômicas (FMI, BIRD, OMC), das grandes corporações multinacionais/transnacionais e do capital financeiro internacional.

Kayser



As duas primeiras características do neoliberalismo são decisões políticas tomadas por governos capitalistas extremamente conservadores, visando a resolver a crise econômica

que atingiu o mundo nos anos 1970, agravada pela alta dos preços do petróleo, provocada pelos constantes conflitos no Oriente Médio, entre Israel e os países árabes. Essas políticas de redução de custos se opunham ao chamado Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*), como eram caracterizados os países europeus que apresentavam excelentes padrões de vida, com a população assistida pelo Estado nas suas

necessidades básicas de saúde, educação e emprego.

As políticas neoliberais começaram a ser implementadas primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos governos ultraconservadores de Margareth Thatcher (a partir de 1979) e de Ronald Reagan (a partir de 1980), espalhando-se rapidamente para os principais países capitalistas europeus e, nas décadas seguintes, para os países da periferia (Terceiro Mundo) e do Leste Europeu.

Mil novecentos e oitenta e nove foi um ano que serviu de marco para a consolidação das reformas econômicas com a marca neoliberal. Em um encontro, em Washington (EUA), que reuniu ministros da Fazenda de diversos países e economistas e cientistas políticos vinculados ao FMI, ao Banco Mundial e a algumas universidades, foram traçadas as metas a serem alcançadas por todos os governos dos países capitalistas nos anos seguintes. Essas metas, sistematizadas pelo futuro economista-chefe do Banco Mundial, John Williamson, e rotuladas depois como o Consenso de Washington, seriam basicamente as mesmas políticas que já vinham sendo implementadas em diversos países capitalistas centrais e periféricos:

1 . Limitação das despesas do Estado, estimulando o fim de todos os subsídios à agricultura ou à indústria. Isto significa que o Estado deve gastar menos, deixando de financiar, com empréstimos, a produção agrícola e industrial. Mas “gastar menos” também subentende – não está escrito, mas ocorreu na prática – diminuir os investimentos em saúde, educação e outras políticas sociais.

2 . Liberalização do mercado financeiro. Ou seja, liberdade para investidores de ações apostarem onde quiserem, em qualquer país.



Iotti

3 . Liberalização do comércio, eliminando aos poucos as taxas alfandegárias. Na prática, a importação e a exportação de produtos e mercadorias ficariam cada vez mais isentas de impostos e burocracia.



4 . Favorecimento do investimento estrangeiro. Com isto, toda e qualquer empresa estrangeira estaria livre para investir em qualquer país, sem restrições burocráticas.

5 . Privatização das empresas estatais. Com esta medida, empresas petrolíferas, de fornecimento de energia elétrica, de abastecimento de água, correios, universidades públicas deveriam ser vendidas (como muitas foram no Brasil e no Chile) para empresas privadas. Assim, na visão dos neoliberais, o Estado não teria mais despesas com elas em termos de investimentos e salários e benefícios de funcionários públicos. Por outro lado, as riquezas geradas por essas empresas não poderiam mais beneficiar a população, pois seriam apropriadas pelos empresários.

6 . Introdução da concorrência nos diversos setores da economia. Ou seja, em todos os setores da economia, sem distinção, teríamos empresas competindo no mercado – esta regra valeria, inclusive, para hospitais e escolas.

7 . Garantia legal do direito de propriedade, com respeito às “patentes”. Por exemplo: se uma empresa biotecnológica de ponta, americana ou japonesa, do setor, pesquisando ervas medicinais na Amazônia, encontrar um determinado produto e registrá-lo (patenteá-lo) como “descoberta” sua (mesmo que seja uma erva medicinal cultivada e utilizada há séculos pelos povos indígenas locais), passa a ter exclusividade de produção e direito a receber pagamento pela sua utilização por terceiros.

8 . Reforma do sistema tributário. Proposta que significa na prática que os governantes e os deputados e senadores devem criar leis para diminuir os impostos, principalmente dos empresários.

9 . Reforma trabalhista. Significa propor que, para diminuir os custos da produção e as despesas dos empresários, o Estado deve se preocupar em acabar como os direitos trabalhistas, tais como, por exemplo, 13º salário, auxílio-férias, o FGTS etc.

O caminho para o qual apontam todas essas reformas é a “desregulação” da economia, ou seja, a ideia de se diminuir ou de até eliminar todos os obstáculos que ainda oferecessem qualquer resistência à chamada livre-concorrência. Na prática, significa dizer que o Estado não deveria mais interferir na economia (no livre-mercado), investindo no crescimento econômico do país. Tratava-se, na verdade, da construção de um mundo “paradisiaco” para aqueles que vivem

das rendas do capital, como se pode perceber facilmente nas observações que anotamos acima.

O termo *consenso* – utilizado para identificar esse conjunto de políticas propostas por aqueles que se reuniram em Washington – significa dizer que, teoricamente, todos concordavam com essas políticas, vistas como “boas”, “racionais”, “lógicas”. Seriam a “única alternativa possível” para governos honestos e bem administrados. Deriva

daí o surgimento da expressão *ditadura do pensamento único*, formulada por alguns críticos a essas políticas – o chamado dissenso. Aos países que estivessem “atrasados” em relação a esses itens (como era o caso do Brasil em 1989), restaria apenas a tarefa urgente de se “fazer o dever de casa”.

A dominação ideológica do neoliberalismo foi tão forte que, mesmo a chegada ao poder, principalmente no final da década de 1990, de partidos mais progressistas, antes defensores das políticas de distribuição de renda – características do Estado de Bem-estar Social – não significou a retomada do crescimento econômico, a ampliação dos direitos dos trabalhadores e a geração de novos empregos.

Vejamos o caso da Inglaterra: apesar da derrota eleitoral dos políticos conservadores vinculados ao partido da “dama de ferro” Thatcher, na década de 1990, o novo primeiro-ministro, Tony Blair, representante do Partido Trabalhista Britânico (o *Labour Party*, considerado até então como um partido “de esquerda”, legítimo defensor da social-democracia do *Welfare State*), não só deu continuidade como aprofundou as políticas neoliberais implementadas pelo Partido Conservador. Seu alinhamento com os grandes interesses do capitalismo internacional ficou ainda mais claro com o seu apoio incondicional à invasão militar do Iraque e à deposição de Saddam Hussein, em 2003, com base num pretexto forjado: a necessidade de destruição das armas químicas que o ditador escondia. Revelada a mentira em alguns meses, restou como a única justificativa – esta, sim, comprovada – a ocupação dos riquíssimos campos petrolíferos do país.

Como vão a globalização e o neoliberalismo neste século XXI?

A nova realidade social estabelecida pelas mudanças econômicas e pelas

políticas inspiradas no pensamento neoliberal fez surgir o que alguns autores chamam de uma nova pobreza urbana e uma nova exclusão social (cf. WANDERLEY, 1999; REIS, 2002; POCHMANN e AMORIM, 2004). Entretanto, deve-se ressaltar que a ideia de exclusão social trata-se de uma característica que sempre acompanhou o capital, desde os seus tempos mais remotos. Nesse seu novo formato, a exclusão social se configura, enquanto uma característica que não pode ser separada do processo de acumulação capitalista, com a produção em massa de “seres descartáveis” da vida em sociedade. Indivíduos que, segundo Virgínia Fontes, são:

(...) inteiramente desnecessários ao universo da produção econômica. Para eles, aparentemente, não há mais possibilidade de integração ou reintegração no mundo do trabalho e da alta tecnologia. Neste sentido, os novos excluídos parecem seres descartáveis.

(FONTES, 1999, p. 117)

Dados mais recentes sobre a globalização, divulgados pelo Banco Mundial, confirmam a afirmação da professora Fontes, demonstrando que, em 2001, de 6 bilhões de habitantes, quase a metade (2,8 bilhões) vivia com menos de dois dólares/dia, enquanto a quinta parte (1,2 bilhão) vivia com menos de um dólar/dia (cf. BANCO MUNDIAL, 2001). Todos os dados quantitativos sobre a economia global comprovam, sem equívocos, que o atual processo de produção do capital está aumentando a desigualdade e a concentração de renda. Segundo estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 2006, mais da metade da riqueza mundial está nas mãos



Os ataques ao World Trade Center, em Manhattan, Nova York, em 11 de setembro de 2001, podem ser entendidos como parte da barbárie que se espalha pelo planeta neste século XXI.

de apenas 2% dos adultos do planeta, enquanto os 50% mais pobres têm só 1%, com 90% da riqueza concentrada pela população dos países mais ricos (*O Globo*, 06/12/06, p. 31).

Hoje, pode-se tranquilamente usar o termo barbárie como uma referência ao capitalismo do século XXI. Segundo Marildo Menegat, vivemos numa época em que se destaca a natureza cruel das relações sociais, assim como a forte impressão da devastação que vai lentamente transformando as formas das relações humanas e os indivíduos (MENEGAT, 2003, p.19). Eric Hobsbawm assinala, na qualidade de um dos maiores historiadores contemporâneos, que o capitalismo vem perdendo o seu caráter civilizador que havia assumido após as duas Grandes Guerras Mundiais, que trouxeram consequências devastadoras no século XX (HOBSBAWM, 2007, p. 141). Ressalta ainda que a barbárie, na verdade, não diminuiu em intensidade, pois, após o período assinalado, contabilizaram-se, ainda nesse mesmo século, as atrocidades cometidas por regimes militares na América Latina e no Mediterrâneo, com a disseminação da prática (oficial) da tortura física; as guerras religiosas inspiradas por ideias fundamentalistas; confrontos indiretos

entre as superpotências mundiais, como foram os casos da Coreia, do Vietnã e do Afeganistão; atos terroristas de origens distintas etc. (cf. HOBSBAWM, 2007, p. 121-137).

Assim, trazendo as exemplificações para este novo milênio, pode-se enumerar a observação do atual estado de barbárie em diversos fatos recentes, como nos conflitos entre o Ocidente “civilizado” e o “fundamentalismo islâmico”, tanto nos atentados terroristas em Nova York, Londres e Madrid quanto nos genocídios praticados pelas ações militares dos EUA e de Israel no Afeganistão, no Iraque, na Palestina e no Líbano; nas guerras apresentadas pela mídia como motivadas por processos de “limpeza étnica”, ocorridas na África e nos Balcãs, inclusive, em 2008; no aumento exponencial do número de famílias vivendo “abaixo da linha de pobreza” em todo o planeta, desde os latinos e negros, vítimas do furacão Katrina, em Nova Orleans – como exemplo dos 37 milhões de miseráveis existentes hoje nos EUA (*O Globo*, 30/08/06, p. 31) –, aos moradores dos subúrbios franceses e descendentes de imigrantes, na Europa, até grandes contingentes populacionais de países do antigo Terceiro Mundo, na África, na Ásia e na América Latina.

No caso do Brasil e dos países do antigo Terceiro Mundo, a barbárie pode ser identificada com a aparente ausência de soluções visíveis para problemas, tais como o aumento explosivo do desemprego crônico, da informalidade, da favelização e da violência urbana – todos eles, de alguma forma, intimamente relacionados.

Em relação às políticas neoliberais, citadas anteriormente, ocorreu uma grave crise econômica que se espalhou a partir dos Estados Unidos, a maior potência capitalista do planeta. Essa crise foi identificada pela grande

imprensa em julho de 2007 e teve o seu pico em setembro de 2008: uma série de “especulações” provocou a “quebra” do mercado de imóveis, arrastando diversas empresas financeiras, principalmente bancos, seguradoras e imobiliárias. Qual foi a atitude do governo do presidente americano Barack Obama, recém-eleito naquele momento? Simplesmente, interferiu no mercado financeiro através de um plano de socorro aos bancos e outras firmas, com valores que chegaram ao montante de 8 trilhões de dólares (CHESNAIS, 2009, p. 4, nota 12).



Latuff

Assim como nos EUA, a crise foi amenizada pelo mundo globalizado através de uma série de intervenções dos Estados nas suas economias, evitando a quebra geral que se anunciava – fato ocorrido inclusive no Brasil. Com essas medidas políticas, estava decretado, pelos seus próprios defensores, o fim do neoliberalismo. Dessa forma, o neoliberalismo revelou-se o que sempre tentou esconder: mais um mito, uma ideia utilizada pelos grandes empresários capitalistas e disseminada pela sua grande mídia para encobrir seus verdadeiros interesses, como a necessidade de aumentar mais e mais os seus já altíssimos lucros.

Mas, infelizmente, quem paga pela crise não são os capitalistas, salvos pela generosa “mão visível” dos governos, mas sempre os trabalhadores. Como alertou o economista francês François Chesnais: dezenas de milhões de trabalhadores serão lançados ao

desemprego e centenas de milhões de pessoas consideradas “pobres” verão que a sua pobreza se acentua (CHESNAIS, 2009, p. 14). A previsão do professor Chesnais foi confirmada pela Organização das Nações Unidas – ONU – em fevereiro de 2010. Segundo estudo da instituição, divulgado em um fórum que tinha como objetivo debater os problemas sociais da América Latina, a crise econômica de 2007-2008, nesta parte do continente, produziu mais 9 milhões de pobres e 2,5 milhões de desempregados (cf. CEPAL, 2010, p. 74).

Então, se voltarmos aos dados que descrevemos no início do capítulo, podemos perceber que o fenômeno da globalização não é tão óbvio quanto nos tenta mostrar a grande mídia.

Agora, para terminar nossas reflexões, vamos pensar no que nós comemos em nosso dia a dia. Junto com o seu professor, pesquise sobre os alimentos que você come e quais são as empresas que os produzem. Depois veja se o que vamos dizer agora se confirma. Ou seja, se você entrar num supermercado, corre o risco de comprar pelo menos um produto das dez maiores empresas (aliás, empresas gigantescas) que dominam o mercado mundial.

A sua comida está globalizada! Ah! Mas, você pode tentar escapar comprando uma goiabada feita artesanalmente. Sim, mas se você imaginar que essa goiabada poderá ficar ainda mais deliciosa se acompanhada com biscoitos, certamente estará comprando um produto de uma dessas empresas.

A TECNOLOGIA NUCLEAR E OS CONFLITOS DO SÉCULO XX. ALGUMA COISA MUDOU COM A “ERA DA GLOBALIZAÇÃO”?

Thiago Lobo

O século XX ficou marcado pelo grande avanço científico e tecnológico e também pelos grandes conflitos e guerras que assolaram a humanidade.

Na década de 1940, a corrida armamentista foi responsável pelo desenvolvimento de novos mecanismos bélicos, dentre eles, o mais destrutivo já criado pelo homem, a bomba atômica. Durante a Segunda Guerra Mundial, as bombas denominadas “Little Boy” e “Fat Man” foram lançadas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, ocasionando a morte de milhares de pessoas direta e indiretamente, devido à radiação.

A energia nuclear também passou a ser utilizada nos reatores das usinas nucleares, onde átomos são divididos (fissionados) e geram uma grande quantidade de energia que é utilizada para aquecer a água que circula no interior do reator, impulsionando, desta forma, as turbinas geradoras de energia como numa grande máquina a vapor.

Em muitos países, a energia nuclear é utilizada para complementar outras energias consideradas mais poluentes, como carvão e gás natural, e representa cerca de 15% de toda a energia produzida mundialmente.

O combustível utilizado tanto para a bomba atômica como para o reator nuclear é, em geral, o urânio 235, um isótopo instável do seu irmão mais comum, o urânio 238. A reação nuclear que representa a fissão do urânio pode ser representada pela equação:



onde o átomo de urânio é bombardeado por um nêutron energético (partícula de carga nula que constitui os núcleos atômicos), sendo dividido em dois novos átomos, gerando então a liberação de dois nêutrons e uma grande quantidade de energia. Os nêutrons gerados

bombardeiam os átomos de urânio vizinhos, gerando assim uma reação autossustentável denominada “reação em cadeia”. A soma das massas do lado direito da equação é menor que a massa do átomo de urânio original. Esta diferença de massa é transformada em energia através da famosa equação de Einstein “ $E=mc^2$ ”, onde c é a velocidade da luz no vácuo ($c=300.000$ km/s).

Apesar de ser considerada energia limpa, a energia nuclear oferece riscos à humanidade. Em abril de 1986, na Ucrânia, a explosão de um reator nuclear na usina de Chernobyl produziu uma nuvem radioativa que se propagou para além das fronteiras do país, ocasionando mortes por envenenamento radioativo e, posteriormente, um aumento expressivo no número de casos de câncer de tireoide. Destaque também para o recente acidente nuclear ocorrido em março de 2011, no Japão, onde um terremoto de 9 graus na escala Richter produziu um tsunami que atingiu a usina nuclear Fukushima Daiichi, provocando um vazamento radioativo.

A Segunda Guerra Mundial foi responsável por alavancar a tecnologia nuclear. As aplicações são vastas e vão desde a Medicina até a área energética, mas infelizmente o uso para fins bélicos ainda é uma realidade nos dias de hoje, confirmando que, como em qualquer tecnologia, existem sempre as vantagens e desvantagens da sua utilização. Portanto, resta à humanidade fazer uma análise criteriosa, pesando riscos e benefícios dessa poderosa fonte de energia.

Thiago Lobo Fonseca é professor de Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Graduado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Mestre e Doutor em Física pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Revedo o capítulo

- 1 – Defina *globalização* e *neoliberalismo*.
- 2 – O que significa “globalização da pobreza”, segundo Michel Chossudovsky?
- 3 – Quais as consequências do neoliberalismo para os Estados nacionais?
- 4 – Cite e explique uma das políticas elaboradas no Consenso de Washington.

Dialogando com a turma

- 1 – Dê um exemplo de uma das consequências das políticas neoliberais na sociedade e na vida cotidiana dos indivíduos no Brasil e, em seguida, discuta com seus colegas a respeito.
- 2 – Você acha que esta globalização que vivemos hoje é inevitável? Justifique sua resposta.
- 3 – Pesquise e discuta a crise capitalista que ocorreu entre 2007-2009, identificando suas principais causas e suas consequências para a maioria da população mundial.

Verificando o seu conhecimento

(ENEM, 1998, com adaptações)

Você está fazendo uma pesquisa sobre a globalização e lê a seguinte passagem, em um livro:

A sociedade global

As pessoas se alimentam, se vestem, moram, se comunicam, se divertem, por meio de bens e serviços mundiais, utilizando mercadorias produzidas pelo capitalismo mundial, globalizado.

Suponhamos que você vá com seus amigos comer Big Mac e tomar Coca-Cola no Mc Donald’s. Em seguida, assiste a um filme de Steven Spielberg e volta para casa num ônibus de marca Mercedes. Ao chegar em casa, liga seu aparelho de TV Philips para ver o videoclip de Michael Jackson e, em seguida, deve ouvir um CD do grupo Simply Red, gravado pela BMG Ariola Discos em seu equipamento AIWA.

Veja quantas empresas transnacionais estiveram presentes nesse seu curto programa de algumas horas.

Adap. PRAXEDES et all, 1997. O Mercosul. São Paulo: Ática, 1997.

- 1 - Com base no texto e em seus conhecimentos, marque a resposta correta.
(A) O capitalismo globalizado está eliminando as particularidades culturais dos povos da Terra.
(B) A cultura, transmitida por empresas transnacionais, tornou-se um fenômeno criador das novas nações.
(C) A globalização do capitalismo neutralizou o surgimento de movimentos nacionalistas de forte cunho cultural e divisionista.
(D) O capitalismo globalizado atinge apenas a Europa e a América do Norte.
(E) Empresas transnacionais pertencem a países de uma mesma cultura.

2 - A leitura do texto ajuda você a compreender que:

- I. a globalização é um processo ideal para garantir o acesso a bens e serviços para toda a população.
- II. a globalização é um fenômeno econômico e, ao mesmo tempo, cultural.
- III. a globalização favorece a manutenção da diversidade de costumes.
- IV. filmes, programas de TV e música são mercadorias como quaisquer outras.
- V. as sedes das empresas transnacionais mencionadas são os EUA, Europa Ocidental e Japão.

Destas afirmativas estão corretas:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

Pesquisando e refletindo

Livros:

BRIGAGÃO, Clóvis; RODRIGUES, Gilberto. *Globalização a olho nu: o mundo conectado*. São Paulo: Moderna, 1998. (Coleção Polêmica).

Nesse livro você será convidado a perceber as profundas transformações políticas, econômicas, comunicacionais, culturais, ambientais etc. que a globalização está operando no planeta. Questões essenciais de nossa época – como os fluxos de comércio e de finanças, os direitos humanos, a democracia, as migrações e o combate ao crime organizado – são analisadas na perspectiva global. Um ótimo livro para conversar e debater nas aulas de geografia.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Para discutir sobre neoliberalismo, nesse livro você pode ter algumas respostas a essas perguntas: Como se construiu o mito das privatizações? Quais os grupos beneficiados? Por que o Brasil ficou mais pobre depois delas? Um dramático balanço – fartamente documentado – dos resultados que a política de privatização deixou para o país na área social e econômica. Indicado para o Prêmio Jabuti 2000.

Filmes:

O SENHOR DA GUERRA (*Lord of War*, EUA, 2005). Direção: Andrew Niccol. Elenco: Nicolas Cage, Bridget Moynahan, Jared Leto, Shake Tukhmany, Jean-Pierre Nshanian. 122 min.

Yuri Orlov (Nicolas Cage) é filho de imigrantes ucranianos e que, ainda criança, vai para os Estados Unidos. Seduzido pelo poder e pela riqueza da sociedade norte-americana, o ambicioso Orlov decide ascender economicamente à margem da sociedade, seguindo uma vocação que lhe parece natural: o contrabando de armas.

CAPITALISMO: UMA HISTÓRIA DE AMOR (*Capitalism: a love story*. EUA, 2009). Direção: Michael Moore. 127 min.

Documentário que apresenta uma análise de como o capitalismo corrompeu os ideais de liberdade previstos na Constituição dos Estados Unidos, visando gerar lucros cada vez maiores para um grupo seletivo da sociedade, enquanto que a maioria perde cada vez mais direitos.

A DAMA DE FERRO (*The Iron Lady*, Reino Unido, 2011). Direção: Phyllida Lloyd. Elenco: Meryl Streep, Jim Broadbent, Susan Brown. Duração: 105 min.

O filme mostra a trajetória política e pessoal de Margaret Thatcher, que foi a Primeira-Ministra britânica entre 1979 e 1990 - período em que teve uma série de decisões políticas importantes em suas mãos. O filme mostra, com o recurso de *flashbacks*, as ações da chamada Dama de Ferro durante os 17 dias que antecederam o conflito da guerra das Malvinas, em 1982. O Governo Thatcher correspondeu ao momento histórico em que o neoliberalismo começou a ganhar força no mundo.

Conectados na internet e nas redes sociais:

Pesquisar CHARGES DA GLOBALIZAÇÃO:
<https://www.google.com.br/>

Entrar no site de buscas Google e acessar “Google Imagens”. Digite a frase “charges da globalização” que aparecerão dezenas de charges e tirinhas sobre o tema da globalização. Com o auxílio dos recursos da escola, sugerimos a impressão de charges selecionadas e a organização de um debate sobre o tema, que pode envolver não somente o professor de Sociologia, como também os professores de Artes, Língua Portuguesa, Geografia e História. Acesso: fevereiro/2013.

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO:

<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/globneo.html>

O atual IFSP – Instituto Federal de São Paulo chamava-se anteriormente – antes da reforma promovida pelo MEC no ensino profissional e tecnológico brasileiro, em 2008 – CEFET São Paulo. Apesar da mudança que ocorreu na instituição, um grupo de professores manteve a página citada neste link, com diversos textos e artigos sobre a globalização e o neoliberalismo. Peça orientação a seu professor para escolher alguns textos e debater com a sua turma. Acesso: fevereiro/2013.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>

Site de um movimento mundial que surgiu em 2001, reunindo vários outros movimentos sociais e entidades envolvidas com a luta por direitos humanos, cujo lema é “Um outro mundo é possível”. Uma boa oportunidade para ter acesso a informações e dados sobre a globalização que não aparecem na grande mídia. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

PELA INTERNET – Autor e intérprete: Gilberto Gil

Pegue a “infomaré” sugerida pelo compositor e navegue pela internet, de Taipé a Calcutá, de Helsinque a Milão. Repare que um ou outro termo utilizado na letra da música já se encontra até ultrapassado (a música é de 1997), tal é o ritmo das mudanças tecnológicas que vivemos hoje.

NEOLIBERALISMO É PIOR AINDA ANTES DA PRIMEIRA REFEIÇÃO DO DIA – Autores e intérpretes: Againe

Segundo a letra, vivemos em “um novo mundo fora de alcance”. Mas, fique tranquilo, pois você é uma pessoa especial.

Filme Destaque:

Dog Eat Dogfilms/ Michael Moore



SICKO: S.O.S. SAÚDE

(*Sicko*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Michael Moore

Elenco: Michael Moore , Reggie Cervantes , John Graham, William Maher , Linda Peeno

113 min. (EUA, 2007)

SINOPSE:

O polêmico documentarista norte-americano Michael Moore nos apresenta uma das faces mais cruéis do capitalismo em seu país, que se reflete nas condições oferecidas à população pelo seu deficiente sistema de saúde – situação agravada na chamada era neoliberal. Para “ganhar a vida” nos EUA não se pode ficar doente...

Capítulo 11

“Um novo *fast food* para você”: o mundo do trabalho e a educação

Seremos todos flexíveis, terceirizados e produtivos?

Em reportagem na revista *Carta Capital*, de 7 de junho de 2000, mostraram-se as profundas alterações nas relações de trabalho. Com o título *Novos tempos: fim de carreira*, a reportagem descreve a situação de um trabalhador inglês chamado Huser que, depois de onze meses trabalhando, em Londres, no departamento de vendas e marketing da bolsa de valores da Suíça, como diretor, foi dispensado e passou a executar várias tarefas para sobreviver, tais como pintor de paredes e marceneiro.

A reportagem queria demonstrar que está ocorrendo uma verdadeira revolução no mundo do trabalho, com a extinção de várias carreiras profissionais, decorrente do crescimento do trabalho de meio período, da redução

dos contratos longos, da proliferação de pequenas empresas e dos chamados *freelancers* e da substituição da mão de obra (qualificada ou não) pelas novas tecnologias. É a tese do “fim de carreira”, ou seja, cresce a cada dia o número de pessoas que não têm compromissos com nenhuma profissão ou vocação.

No início de 2003, no bairro de Madureira, Rio de Janeiro, foi visto, por um professor de Sociologia, um cartaz bastante curioso de um camelô: “Patrão nunca mais: vende-se máquina de pizza”. Além da criativa propaganda do trabalhador informal de rua (camelô), a frase reflete os novos tempos: como os empregos estão escassos, é necessário “se virar” e ser o seu próprio patrão, não dependendo de mais ninguém. Isto revela também o aumento do trabalho precário, flexível e sem perspectiva de futuro.

Getty Images



Uma revolução tecnológica e gerencial que vem ocorrendo no mundo capitalista substituiu o trabalho mecanizado e em série que marcou o início do século XX.

Outro sinal dos novos tempos no mundo do trabalho é o discurso oficial das escolas técnicas no Brasil. Os estudantes entram nessas escolas banhados da ideia de que, fazendo qualquer curso profissionalizante, estarão prontos para se tornar “empregáveis”, pois seria a qualidade dos cursos que determinaria a possibilidade de conseguir um lugar no mercado de trabalho, quando, ao final de três ou quatro anos, pudessem demonstrar suas habilidades e competências. Em outras palavras, a educação não é mais destinada à qualificação integral para a cidadania e para o mundo do trabalho.



Ricardo Costa

Os estudantes brasileiros se matriculam nas escolas técnicas para adquirirem habilidades e competências que os tornem “empregáveis”.

Depois de analisar o fenômeno da globalização, vamos estudar as grandes transformações no mundo do trabalho, no contexto da globalização e do neoliberalismo, suas consequências para

os trabalhadores e para os capitalistas e, também, possibilitar uma reflexão aos estudantes a respeito de suas possibilidades de inserção num mercado de trabalho reestruturado, precário, flexível e diante de uma realidade na qual não existe somente o desemprego, mas também o chamado *desemprego estrutural*.

Vimos, anteriormente, que o desenvolvimento do capitalismo sempre revela sua essência produtora de crises econômicas. Segundo Léo Huberman (1986), essas crises não são caracterizadas pela escassez de mercadorias ou riquezas, mas pela superabundância.

Para manter uma alta taxa de lucro, o capitalismo necessita explorar a força de trabalho, diminuindo os salários ou aumentando a produção. Com a redução do poder aquisitivo dos trabalhadores ou o aumento da produção de mercadorias, instala-se a superprodução, decorrendo, daí, uma queda na taxa de lucro dos capitalistas, pois faltará mercado (ou seja, consumidores) para que eles vendam os seus produtos e acumulem ainda mais capital... Por causa dessa contradição, entre outras, é que se pode dizer que não existe capitalismo sem crise.

A crise econômica da década de 1970

No início dos anos 1970, o capitalismo viveu mais uma crise, que já apre-

FRANK E ERNEST



Thaves

sentara seus primeiros sinais na década anterior. A recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, destruídos pela II Guerra Mundial, tinha se completado, o mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar. Entretanto, a queda da produção e das taxas de lucro influenciou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação.

Cabe aqui uma breve explicação: quando se fala em problema fiscal na economia – uma linguagem que aparece sempre nos telejornais brasileiros –, estamos nos referindo aos gastos públicos – despesas que o governo precisa assumir para apresentar políticas em benefício da população. Para efetuar esses gastos, os governos arrecadam dinheiro, através de diversos impostos e taxas, recolhidos da população e das empresas. O “problema fiscal” surge quando as despesas começam a crescer, sem acompanhamento equivalente da arrecadação.

O aumento nas taxas de inflação, na maioria dos países europeus, se originou dos compromissos assumidos pelo Estado de Bem-estar Social, tanto para conceder aos trabalhadores melhores condições de vida quanto para implementar as políticas de infraestrutura de expansão ao capitalismo.

Diminuindo a produção, o Estado arrecada menos. Arrecadando menos, faz-se necessário imprimir moedas para manter os compromissos do Estado (programas de assistência, seguridade social, direitos de pensões etc.), gerando a estagflação (estagnação econômica com inflação, isto é, com rápida elevação dos preços).

Além da crise monetária, houve a crise do petróleo, originada pela decisão dos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de aumentar o preço do produto e do embargo árabe às exportações para o Ocidente durante a guerra com Israel, em 1973. Neste sentido, para manter as taxas de lucro, os capitalistas precisaram investir em máquinas e tecnologias. Por sua vez, a inflação elevou a taxa de juros, ou seja, o dinheiro para investimento ficou mais caro, prejudicando, igualmente, a manutenção do lucro.

Qual era a solução para sair desse beco sem saída? A resposta veio das teorias neoliberais de Friederick Von Hayek e Milton Friedman e também, dos engenheiros Eiji Toyoda e Taiichi Ohno. Enquanto Hayek e Friedman afirmavam, desde a década de 1940, que se deveria substituir o Estado intervencionista por um Estado mínimo, que se resumiria a privatizações, desinvestimento ou flexibilização nos setores

Cláudio Gonçalves/Folhapress



Com a alta do preço dos alimentos, supermercados atraem consumidores com promoções. Movimento em supermercado na cidade de Toledo (PR).

públicos (educação, saúde, assistência social), Toyota e Ohno preconizavam que a empresa capitalista deveria flexibilizar, enxugar a produção e a mão de obra, terceirizar e produzir de acordo com a demanda do mercado.

Como foi visto anteriormente, o neoliberalismo representou a saída política dos capitalistas à crise instalada a partir dos anos 1970. Ou seja, um modo de encontrar mais mercados e aumentar suas taxas de lucro. Entretanto, foi também nas teorias dos engenheiros japoneses, denominada de toyotismo, que se encontrou uma solução para aumentar as taxas de lucro. A produção e acumulação de capital flexível (como veremos logo adiante), implementada nos últimos quarenta anos, modificou profundamente as relações de trabalho, dos empresários e do Estado com os trabalhadores, gerando novas formas de relações sociais.

A nova moda econômica: acumular capital de forma flexível

Desde o início do século XX, a produção capitalista se estruturava em torno do chamado fordismo/taylorismo, isto é, a produção era verticalizada, devendo a empresa dominar todas as áreas de sua atividade econômica, desde a exploração de matéria-prima até o

transporte das mercadorias. Assim, a empresa era tanto melhor quanto maior.

Além disso, no modo de organização do trabalho, o trabalhador desempenhava uma única tarefa, de forma repetitiva e especializada. O pagamento de salários era *pro rata*, ou seja, os benefícios salariais eram distribuídos para todos os empregados de forma igualitária. O controle de qualidade das mercadorias era feito *ex post*, isto é, por um setor responsável pelo controle após a produção de mercadorias.

A produção era padronizada, em série, em grandes lotes – como a de automóveis –, e pressupunha a ampliação do mercado consumidor, além de concentrar um número expressivo de trabalhadores numa única região ou empresa, para diminuir os custos de produção.

Como dizíamos, a partir dos anos 1960, mas principalmente na década 1970, este modelo fordista de produção começou a entrar em crise, pois, com os mercados esgotados devido à superprodução e com a consequente diminuição da lucratividade, fazia-se necessário encontrar uma forma de cortar os custos e ampliar as taxas de lucro.

A solução veio do Japão, onde a Toyota adotava, desde a década de 1950, um modelo de produção flexível que, mais tarde, acrescido do avanço das tecnologias de computação e da robótica, possibilitou uma verdadeira revolução e uma reestruturação nas formas de gestão do trabalho. Por consequência, permitiu o incremento das taxas de lucro com a superexploração da força de trabalho.

A produção de mercadorias passou a organizar-se de forma horizontal, transformando-

Empresários japoneses, a partir da década de 1950, revolucionaram o mundo do trabalho com a proposta de flexibilização da produção de acordo com a demanda do mercado.



Karime Xavier/Folhapress

se em processos de subcontratação e terceirização de atividade. Pode-se afirmar que este último é um processo definitivo de extinção de partes da empresa, para reduzir custos. Através da terceirização, parte da empresa é desativada, uma vez que certas atividades são assumidas por outra empresa que se forma ou que já existe com tal fim. O setor objeto da terceirização pode ser produtivo ou não, ou seja, pode produzir bens materiais ou serviços.

A produção não é mais padronizada, mas, sim, realizada em pequenos lotes e com grande variedade de produtos. Isto é, estes são mais requintados, adaptando-se aos gostos variáveis do mercado. No toyotismo, por medida de redução de custos e de aumento de lucro, não há grandes estoques. Este fato é viabilizado pela informatização e pela melhoria dos meios de comunicação e transporte, possibilitando que os fornecedores entreguem as peças necessárias à produção na hora certa (*just in time*).

No modo de organização do trabalho, o toyotismo representa a polivalência do trabalhador, que passa a desempenhar múltiplas tarefas. Contudo, as múltiplas tarefas também são repetitivas, tanto que há autores que concebem o toyotismo como um

modelo pós-fordista. Um trabalhador na linha de produção da Toyota é obrigado a fazer vinte movimentos a cada dezoito segundos, ou seja, um total de 20.600 movimentos por dia. Isto se constitui numa intensificação ainda maior do trabalho, pois o operário atua com várias máquinas.

O pagamento de salários no toyotismo é feito de forma pessoal, por um sistema detalhado de bonificações e prêmios por produção. O caráter pessoal do pagamento caracteriza-se pela avaliação do trabalhador, pois a remuneração leva em conta a produtividade, impondo aos trabalhadores, divididos em grupos, uma fiscalização recíproca. Para obter alta produtividade e para que possam fazer o controle de qualidade dos produtos durante a produção, os empregados são submetidos a longos treinamentos, enfatizando-se a corresponsabilidade do trabalhador com a empresa.

O controle de qualidade é feito imediatamente, durante a própria produção, evitando a identificação de erros pós-produção. Esta medida decorre de políticas produtivas de “controle de qualidade total” (CQT), transferindo para os próprios empregados-produtores tal tarefa.

Rodrigo Paiva/Folhapress



Depois que as máquinas dominaram muitos setores da produção industrial, aumentou o fenômeno do desemprego estrutural. Na foto, robôs na linha de produção da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP). Há 40 anos esta imagem estaria bem diferente.

Os trabalhadores são dispostos em grupos – os chamados *círculos de controle de qualidade* (CCQ) – e treinados continuamente, desempenhando o líder o papel de “engenheiro de produção”. Isto porque a produção, no toyotismo, é voltada para a demanda do mercado. Assim, não se produz mais conforme a capacidade produtiva da empresa, porém conforme a capacidade aquisitiva do mercado.

Além destas características, vemos ainda o aumento da robotização e da automação no processo produtivo capitalista contemporâneo. Isto vem gerando o crescimento do chamado **desemprego estrutural**. Isto é, o desaparecimento do mercado de trabalho de profissões ou funções. Um exemplo disso é o desaparecimento da função de torneiro-mecânico – profissão de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil (2003-2010). As grandes empresas que a utilizavam, hoje possuem robôs e máquinas computadorizadas que fazem o mesmo serviço.

Os caixas eletrônicos e os *self-services* também fazem parte desse processo de automação que exclui definitivamente milhares de trabalhadores do mercado. Por isso é que mencionamos o conceito de desemprego estrutural, pois faz parte, hoje, da essência do capitalismo.

As consequências dessa reestruturação produtiva ficam explícitas a olho nu:

Atualmente, o que importa para os capitalistas é produzir mercadorias com o menor número possível de operários e com maior produtividade.

Alógica dominante, hoje, no mercado de trabalho é a presença massiva de empresas terceirizadas ou subcontratadas,

- na medida em que parte das mercadorias é produzida por fábricas diferentes, há uma diminuição do contingente de trabalhadores, processo esse possibilitado pela subcontratação e pela terceirização;
- há uma intensificação da exploração do trabalho devido à polivalência e à multifuncionalidade do trabalhador;
- há um aumento da competitividade entre os trabalhadores empregados, pois agora eles recebem de acordo com sua produtividade;
- com a intensa automação e com a robotização, contingentes cada vez maiores de trabalhadores não encontram mais empregos em suas antigas profissões.

cujos trabalhadores recebem salários mais baixos em empregos que não oferecem as mesmas garantias apresentadas pelas empresas tradicionais. Exemplo disso é o fato de se priorizar a contratação de pessoas por tempo determinado, com formas de assalariamento precário, como prestadores de serviços, autônomos, terceirizados etc. Ou seja, para aumentar suas taxas de lucro, o capitalista necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial (ou *part-time*) e terceirizado (cf., em especial, ANTUNES, 1997, p. 41-47).

Aliado a esta reestruturação, o neoliberalismo reformula os direitos do trabalhador, tentando cortar todas as suas garantias jurídicas e regulamentações (como aviso prévio, estabilidade, salário-desemprego, FGTS, 13º salário, férias etc.). Isto possibilita ainda mais a precarização, a terceirização e o enxugamento das empresas.

O trabalhador que as empresas querem hoje é aquele considerado versátil, capaz de se adaptar às normas da empresa. É o trabalhador denominado polivalente, multifuncional, apto a desenvolver as mais diversas atividades. Entretanto,

é o **desemprego estrutural** que marca o novo século no mundo do trabalho. Segundo Bernardo Joffily:

Vejamos alguns dados produzidos pelo desemprego estrutural durante a década de 1990:

A marca de todo o novo sistema é a exclusão. A força de trabalho é fatiada como um salame. No topo ficam os empregados das grandes empresas; depois a 'fatia' do trabalho precário e parcial, o setor informal; e na ponta do salame ficam os desempregados, muitos dos quais nunca arrumarão trabalho, pois caíram no 'desemprego estrutural'.

É isto que o professor de Massachusetts (MIT) Noam Chomsky chama 'difusão do modelo social terceiro-mundista'. A central sindical alemã DGB calcula que, em dez anos, 25% dos trabalhadores alemães serão periféricos nas empresas de subcontratação; 50% estarão desempregados ou realizando trabalhos ocasionais; sobrarão 25% de trabalhadores qualificados em grandes empresas.

(JOFFILY, 1993, p. 19)

TABELA 1

Número estimado de empregados no setor financeiro no Brasil* 1989 -1996								
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Janeiro	811.892	825.558	748.949	696.874	681.614	670.117	632.761	568.786
Abril	810.958	821.843	734.806	693.684	678.085	664.452	622.060	555.232
Julho	816.143	778.699	723.279	689.244	676.549	657.233	592.280	528.182
Outubro	818.580	763.105	708.751	686.376	676.369	646.236	581.758	518.714
Novembro	822.688	758.466	703.729	684.171	673.438	641.302	577.436	513.861
Dezembro	824.316	753.636	700.217	682.304	671.740	637.647	571.582	497.108

Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4.923/65).Elaboração: Dieese-Seeb/Rio. *Bancos comerciais, de investimento etc.

Tabela reproduzida, com adaptações, de SANTOS, 2007, p. 8-9.

TABELA 2

A dança dos índices de desemprego nos Sete Grandes				
	1980	1985	1990	1993*
E. Unidos	7,0%	7,1%	5,4%	7%
Japão	2,0%	2,6%	2,1%	2,5%
Alemanha**	2,9%	7,2%	5,1%	8,2%
França	6,3%	10,2%	9,0%	11,5%
Itália	7,5%	9,6%	9,9%	10,6%
Inglaterra	6,4%	11,2%	6,9%	10,4%
Canadá	7,4%	10,4%	8,1%	11,3%

Tabela reproduzida de JOFFILY, 1993, p. 18.

TABELA 3

Evolução do emprego nas trezentas maiores empresas de supermercado – Brasil									
Ano	1987	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1996/87
Nº empregados	323.936	308.012	273.921	267.667	282.129	278.550	273.929	254.193	
Varição (%)		- 4,9	- 11,1	- 2,3	5,4	- 1,3	- 1,7	- 7,2	- 21,5
Nº empregados/loja	65,5	76,2	77,2	77,8	82,3	88,7	89,5	82,0	
Varição (%)		16,4	1,3	0,8	5,7	7,8	0,9	- 8,4	25,3
Empregados/100 m ²	7,9	7,3	6,9	6,8	7,2	7,2	7,0	6,8	
Varição (%)		- 7,2	- 5,0	- 1,6	5,1	0,4	- 2,5	- 3,4	- 13,8

Tabela reproduzida de DIEESE, 1997, p. 1.

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – órgão de assessoria fundado em 1955 por grandes sindicatos de trabalhadores brasileiros – ainda não atualizou estes dados, porém, estatísticas mais recentes da Organização Internacional do Trabalho demonstram que, em 2003, 8.640.000 (oito milhões, seiscentos e quarenta mil) de pessoas economicamente ativas estavam desempregadas. Nesse ano, o número de desempregados no Brasil correspondia a 9,7% da população economicamente ativa – ou seja, aqueles com idade e condições de exercer qualquer atividade profissional.

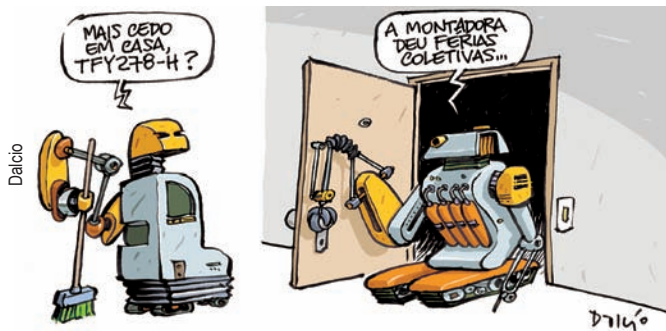
A tendência que estamos vendo neste novo século é que empresas e indústrias têm como metas diminuir os custos, principalmente no que diz respeito aos postos de trabalho, e esta tendência se acentuou no capitalismo globalizado e com as novas formas de organização do trabalho. Extinguindo diversas profissões e postos de trabalho, o que observamos, portanto, é a alta concentração de trabalhadores no mercado irregular, ilegal, clandestino ou não formal. No caso do Brasil, o chamado “mercado informal” abriga cerca de 55% da população economicamente ativa, concentrando-se nas maiores cidades.

O avanço da robotização e da tecnologia no Brasil é tão veloz quanto nos demais países. O aumento da produtividade, com a utilização das máquinas, incentiva as demissões em massa. A indústria e o setor rural, assim como o comércio e o setor de serviços estão precisando cada vez menos de trabalhadores. O comércio e o setor de serviços, que são aqueles que mais crescem nas cidades, não são capazes de absorver toda a mão de obra que existe à sua disposição, e isto traz como consequência o aumento das contratações precárias, terceirizadas e sem carteira de trabalho assinada, práticas estimuladas pela

Com a reestruturação produtiva que ocorreu nos bancos, você tem ideia de quantos postos de trabalho foram extintos?



Luiz Fernandes



adoção do pensamento neoliberal pela maioria dos governos dos países capitalistas. Segundo o IBGE, em março de 2006 existiam cerca de 2.890.000 (dois milhões e oitocentos e noventa mil) de pessoas trabalhando sem carteira assinada, num universo de 22.242.00 (vinte e dois milhões e duzentos e quarenta e dois mil) de pessoas pesquisadas nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Uma pesquisa publicada pelo DIEESE em 2011, revelou que há um crescente processo de terceirização no Brasil. Segundo a mesma, o número de trabalhadores terceirizados no Brasil chega a 10 milhões de pessoas, o que representa cerca de 25,5% do mercado de trabalho formal. Os dados da pesquisa do DIEESE revelam, também, que os terceirizados receberam um salário 27,1% menor que os contratados diretamente, e trabalham 43 horas em média, diante das 40 horas dos efetivos das empresas.

Esses dados, segundo a professora do Departamento de Sociologia da USP, Paula Marcelino, confirmam a ideia que descrevemos neste capítulo, ou seja, “a terceirização ou a subcontratação é uma das estratégias para recuperação da taxa de lucro. Esse mecanismo transforma em custos variáveis o que antes eram custos fixos, ou seja, a empresa principal deixa de ser responsável por um grande contingente de trabalhadores”. (ZINET, 2012, p. 16)

Enfim, a moda pega. E o futuro como fica?

Gaudêncio Frigotto (1998) afirma que a palavra **racionalização** resume o simbolismo do mundo empresarial do final do século XX e início do novo milênio. Para aumentar suas taxas de lucro é necessário racionalizar a produção, o que significa enxugar os quadros, tirar o excesso de gordura, arrumar a casa, passar o aspirador, fazer uma faxina, desoxidar, tirar o tártaro, combater a cirrose.

Uma vez que tem como instrumentos políticas neoliberais de terceirização, de desregulamentação das relações trabalhistas, de intensificação do ritmo de trabalho, esta dinâmica produtiva acaba por construir uma realidade na qual o trabalhador se vê permanentemente ameaçado com a possibilidade de perda do emprego. Isto é, instala-se a precariedade do emprego através da flexibilização do trabalho, do avanço do trabalho temporário, da terceirização etc.

Por fim, há um aumento crescente dos “sobrantes”, ou seja, com a automação e a robotização constitui-se um grande contingente de não integrados ao mundo da produção e dos serviços, criando nos últimos vinte anos uma realidade de milhões de desempregados no mundo.

Estamos assistindo a uma lógica no mundo do trabalho em que a regra é *flexibilizar, desregulamentar, precarizar*, o que, por sua vez, destrói postos de trabalho, extermina direitos sociais e retira milhões de pessoas do mundo produtivo.

Um exemplo dramático das consequências desse processo para a vida dos trabalhadores ocorreu em 2009, na França: os altos níveis de estresse em grandes empresas ocasionaram

um aumento recorde no número de suicídios. Na mesma semana em que um empregado do centro tecnológico da empresa automobilística Renault se matou, o presidente da empresa de telecomunicações France Télécom, Didier Lombard, concedeu entrevista na rádio Europe 1, assumindo um *mea culpa* pelas vinte quatro mortes ocorridas somente na sua empresa, num período de apenas vinte meses!!! Nesse país, as principais doenças relacionadas ao trabalho, identificadas em pesquisa de 2007, foram a depressão e a ansiedade. Esses dados, desde então, têm crescido de forma assustadora, obrigando o governo a apresentar um plano de prevenção do estresse, através de acordo entre as empresas e os sindicatos. (*O Globo*, 10/10/2009, p. 22)

O historiador inglês Eric Hobsbawm (1992) já dizia que o mercado exclui como o gás carbônico polui. Já Gaudêncio Frigotto (1998) vai mais além, afirmando que esta dinâmica estabelece para milhões de sobrantes uma existência provisória sem prazo. O capitalismo já não produz somente a marginalização, mas amplia a exclusão e a instalação da precariedade por toda parte – quando não conduz à eliminação física do trabalhador, como acabamos de ver.

Enfim, de um lado temos o novo modelo de Estado neoliberal, que flexibiliza os direitos sociais, o que, somado às privatizações, transforma tudo em mercadoria, e, de outro, temos o aumento do desemprego, da precariedade, do trabalho informal, levando István Mészáros (2003) a afirmar que o capitalismo esgotou sua capacidade de contribuir para a construção de uma civilização entre os seres humanos. Ou seja, o sistema capitalista é produtor, cada vez mais, de uma constante barbárie.

A flexibilidade e a precariedade, segundo Laura Tavares (2003), tornam o futuro e qualquer perspectiva de vida incertos, ou, como diz Pierre Bourdieu:

(...) o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores, e estes, (...) usam e abusam do poder que assim lhes é dado. A concorrência é acompanhada por uma concorrência no trabalho (...), que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão.

(BOURDIEU, 1998, p. 122)

Entender isso é saber qual o recado dado pelo camelô que escreve “patrão nunca mais”, pois ele sabe que a possível única via de sobrevivência é “se virar por conta própria”, para não viver no submundo dos sobrantes. É entender por que um diretor de marketing da bolsa de valores da Suíça se tornou um pintor de paredes.

A partir desse estudo não é muito difícil também compreender, por exemplo, as razões da fila de 130 mil pessoas para ocupar cerca de 2.000



A partir da década de 1990, com a introdução da informática, os supermercados enxugaram empregos, o que provocou acúmulo de funções – caixas/empacotadoras.



Passeata de professores em Portugal, em novembro de 2008.

vagas para gari no Rio de Janeiro, fato ocorrido em 2004. Naquela fila encontravam-se desde semianalfabetos até médicos, advogados e ex-operários industriais. Este tempo de incertezas quanto ao futuro e de aumento do desemprego e do trabalho precário resultam também, portanto, no aumento acentuado da grande concorrência que sempre existiu para quaisquer concursos públicos.

Um novo fast food para você...

Mas o que isso tudo tem a ver com a educação dos jovens no Ensino Médio?

Ora, existe uma ideia neoliberal dominante no Ensino Médio, em especial nas escolas que oferecem também a educação profissional, que é chamada

de **produtivista**, isto é, a educação oferecida por essas escolas assume o ideário da reestruturação produtiva, subordinando-se à lógica única que é determinada pela produção e pelo mercado.

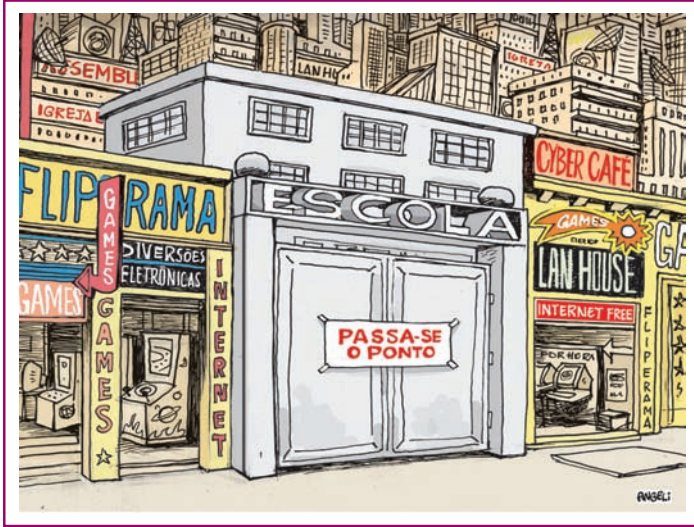
O que acabamos de escrever significa dizer que *a educação continua se submetendo aos interesses do mercado*, pois estamos falando da educação que é oferecida pela classe dominante aos trabalhadores. Ou seja, se a todo instante ouvimos falar que estamos em tempo de reestruturação produtiva, de economia competitiva e de globalização, as escolas devem ajustar-se a uma realidade que é posta como se fosse nova e totalmente “irreversível”. Esse ajuste postula uma educação e uma formação profissional que gerem um “novo trabalhador” – flexível, polivalente e moldado para a competitividade. Caberia, pois, à escola desenvolver um “banco” variado de competências e de habilidades gerais, específicas e de gestão.

Diante das mudanças no mundo do trabalho – relacionadas à crise estrutural do emprego formal –, já não se pensa em “formar para o posto de trabalho”, mas para a “empregabilidade”. Passa-se, portanto, a ideia de que, com os diversos cursos de qualificação profissional espalhados pelo país, todos os estudantes

se tornarão empregáveis. Note-se que já não se propagandeia a educação técnica e o Ensino Médio para a formação da cidadania e para a luta pelos direitos, mas para as exigências exclusivas do mercado.

A calçada como sala de espera: à espera de vagas, desempregados esperam horas pelo atendimento da Central de Atendimento ao Trabalhador (CAT).





Nas redes de qualificação profissional, a ideia matriz do conteúdo pedagógico apresenta um cardápio literalmente do tipo *fast food*, ou seja, ensina-se o mínimo essencial para os jovens competirem no mercado de trabalho.

Uma característica das políticas neoliberais é a tentativa de separar a formação geral da formação técnica e profissional. Na foto, estudantes de escolas técnicas em uma feira tecnológica.



Ricardo Costa

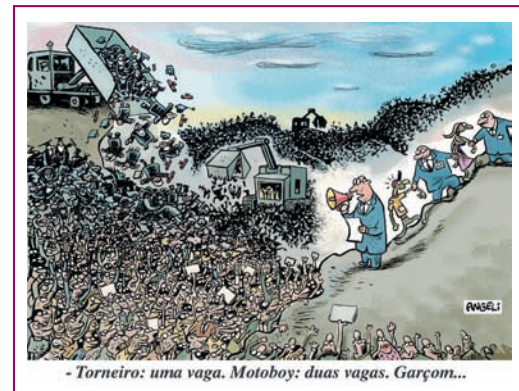
Ora, o que efetivamente esse projeto sinaliza é a transformação das escolas técnicas federais – e, por consequência, as estaduais – no SENAI dos anos de 1940, dando-lhes, sobretudo, a função de requalificação de contingentes de trabalhadores desempregados ou de formação técnica modular com menor duração e com currículos curtos.

Nessas propostas, que já estão sendo implementadas em alguns locais, a educação regular e, especialmente, a formação técnico-profissional aparecem, uma vez mais, como sendo a “galinha dos ovos de ouro”, que pode nos ajustar

à nova ordem mundial definida pela globalização e pela reestruturação produtiva.

A novidade não é integrar todos, mas apenas aqueles que adquirirem “habilidades básicas” que gerem “competências” reconhecidas pelo mercado. Competências e habilidades para garantir não mais o posto de trabalho e ascensão numa determinada carreira, mas a empregabilidade.

O ideário das novas habilidades – de conhecimento, valores e gestão – e, portanto, de novas competências para a empregabilidade, apaga o horizonte da educação e da formação técnico-profissional como um direito de todos os estudantes. Trata-se, agora, de serviços ou bens a serem adquiridos para competir no mercado produtivo.



© Angeli – UOL 27.01.2009

Seria a formação para a empregabilidade a “chave mágica” para superar a crise do desemprego estrutural?

Será que as distorções do mercado e a crise do emprego são determinadas pela qualificação ou não dos trabalhadores? Ou melhor, é possível resolver a crise do emprego somente com a abertura de novas escolas técnicas ou a partir da obtenção de um diploma de Ensino Médio ou, principalmente, de nível superior?

O que vocês, estudantes, pensam a respeito disso?

Vamos ao debate!

A HISTÓRIA E A SOCIOLOGIA NAS ONDAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: QUANDO EXPLICAR É MENOS SIMPLES DO QUE PARECE

Mônica Lins

De que forma a Sociologia contribui para a análise dos acontecimentos e dos processos históricos? Se essas duas ciências – História e Sociologia – correm em paralelo como poderiam produzir articulações em suas análises? Como as mudanças históricas podem ser tratadas pela Sociologia? Essas perguntas ficam para a sua reflexão, mas o historiador Peter Burke considerou que nem sempre historiadores e sociólogos conseguiram manter uma “política de vizinhança”, mas são inegáveis “vizinhos intelectuais”, pois enquanto a Sociologia trata da sociedade humana enfatizando “generalizações sobre a sua estrutura e desenvolvimento”, a História destacaria o estudo das “mudanças” ocorridas entre as sociedades e as “diferenças” existentes entre cada uma delas com o passar do tempo (cf. BURKE, 2002, p.12).*

A chamada reestruturação produtiva trouxe importantes implicações para a Sociologia, e seu aparato tecnológico produziu historicamente semelhanças e diferenças entre as distintas sociedades humanas. O uso da robótica, da automação e da microeletrônica são algumas das inúmeras inovações tecnológicas que, juntamente com as novas formas de organização e de gestão do processo de trabalho, invadiram o nosso cotidiano. Na chamada Era da Informação, as tecnologias informacionais constituem um dos polos centrais da moderna economia mundial, representando fator-chave dos processos produtivos. O ritmo mais uma vez se acelerou, as informações são imediatas, as distâncias se encurtaram e os grandes acontecimentos mundiais chegam até nós em tempo real. O relógio, considerado uma das maiores invenções da humanidade, não seria mais a máquina-chave da sociedade industrial moderna. A cada tecnologia nova, temos a expressão dos desejos do homem de romper limites. No final do século XIX, surgem a luz elétrica, o telefone, o avião, o fonógrafo, a máquina de escrever e o cinema. Com o fim da Segunda Guerra Mundial aprofundou-se o uso e a popularização dos instrumentos de comunicação audiovisuais, e a partir do fim dos anos 1970 os computadores despontaram como objetos para consumo. Apesar desses avanços tecnológicos serem relevantes para a História mundial,

ainda encontramos no Brasil lugares sem luz elétrica. Nossa História mudou bastante, mas dá para perceber que o desenvolvimento industrial e o tecnológico permanecem desiguais em relação a diversas comunidades pelo mundo?

Por volta de 1950, enquanto a Toyota já revolucionava os modelos de produção industrial, no Brasil começavam a crescer importantes cidades industriais em torno de grandes empresas, que adotavam os paradigmas fordista e taylorista de configuração das tarefas laborais. A extrema pobreza de algumas regiões contrastava com as cidades onde cresciam os grandes conglomerados industriais. Migrantes de todos os cantos se arriscaram em outros territórios na busca de concretizarem seus sonhos de sobrevivência. Os que se incorporaram à dinâmica da cidade industrial passaram a consumir bens materiais e serviços com o fruto de seu trabalho. Junto às grandes indústrias, muitas outras atividades produtivas foram se desenvolvendo e novos postos de trabalho sendo criados. Mas, as novas tecnologias aliadas às novas formas de organização do trabalho começariam, a partir dos anos 1990, a reduzir drasticamente os postos de trabalho e a gerar um desemprego estrutural – as vidas de muitas cidades sofreriam com essas transformações. Mais uma vez, a História nos faz compreender que nossa forma de habitar as cidades mudou em função da reorganização do mundo do trabalho.

Fundamentalmente, nos cabe refletir sobre a complexidade dos fenômenos históricos e sociais e pensar na diversidade de experiências que envolvem o que chamamos de reestruturação produtiva. A teoria social pode sugerir novas questões aos historiadores, assim como estes podem apresentar novas perguntas às teorias, como bons vizinhos, pois a realidade é bem menos simples do que parece.

Mônica Regina Ferreira Lins é professora dos anos iniciais do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CAP-UERJ. Graduada em História pela UERJ e Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ.

*BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.

Revendo o capítulo

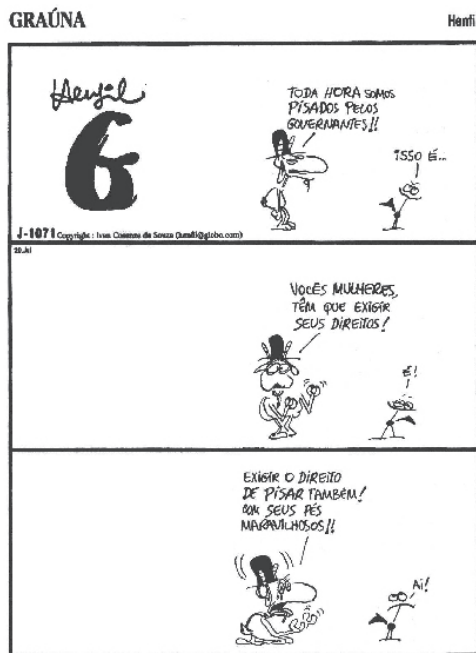
- 1 – Defina *reestruturação produtiva* e *desemprego estrutural*.
- 2 – Diferencie *fordismo* e *toyotismo*.
- 3 – Quais as consequências sociais da flexibilização no mundo do trabalho?
- 4 – O que significa a ideia de *empregabilidade*?

Dialogando com a turma

- 1 – A partir dos exemplos expostos no texto, reflita com seus colegas sobre as mudanças no mundo do trabalho.
- 2 – A reestruturação produtiva trouxe algum benefício para os assalariados? Por quê?
- 3 – Descreva um exemplo de reestruturação produtiva ocorrida no Brasil.

Verificando o seu conhecimento

- 1 - (ENEM, 2005)



As tiras ironizam uma célebre fábula e a conduta dos governantes. Tendo como referência o estado atual dos países periféricos, pode-se afirmar que nessas histórias está contida a seguinte ideia:

- (A) Crítica à precária situação dos trabalhadores ativos e aposentados.
- (B) Necessidade de atualização crítica de clássicos da literatura.
- (C) Menosprezo governamental com relação a questões ecologicamente corretas.
- (D) Exigência da inserção adequada da mulher no mercado de trabalho.
- (E) Aprofundamento do problema social do desemprego e do subemprego.

- 2 – (ENEM, 2011)

A introdução de novas tecnologias desencadeou uma série de efeitos sociais que afetaram os trabalhadores e sua organização. O uso de novas tecnologias trouxe a diminuição do trabalho necessário que se traduz na economia líquida do tempo de trabalho, uma vez que, com a presença da automação microeletrônica, começou a ocorrer a diminuição dos coletivos operários e uma mudança na organização dos processos de trabalho.

A utilização de novas tecnologias tem causado inúmeras alterações no mundo do trabalho. Essas mudanças são observadas em um modelo de produção caracterizado:

- (A) pelo uso intensivo do trabalho manual para desenvolver produtos autênticos e personalizados.
- (B) pelo ingresso tardio das mulheres no mercado de trabalho no setor industrial.
- (C) pela participação ativa das empresas e dos próprios trabalhadores no processo de qualificação laboral.
- (D) pelo aumento na oferta de vagas para trabalhadores especializados em funções repetitivas.
- (E) pela manutenção de estoques de larga escala em função da alta produtividade.

Pesquisando e refletindo

Livros:

CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho*. 6.ed. São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Polêmica).

O sociólogo e filósofo Paulo Sérgio do Carmo demonstra que o trabalho tem sido exaltado ou desprezado em diferentes épocas e nações, desde a sociedade escravagista grega, passando pela atividade servil da Idade Média, até a Revolução Industrial. O livro trata ainda de novas técnicas empresariais do século XX, como o taylorismo, as relações humanas e também a atenção que o trabalho recebe do Estado. Com relação ao Brasil, aborda o assunto desde o período colonial até os dias atuais.

NASCIMENTO, Aurélio Eduardo; BARBOSA, José Paulo. *Trabalho: história e tendências*. São Paulo: Ática, 2003.

Este outro livro trata do tema trabalho como atividade social em vários períodos da História da humanidade, destacando principalmente o capitalismo e a globalização da economia.

Filmes:

SEGUNDA-FEIRA AO SOL (*Mondays in the Sun*, Espanha, 2003). Direção: Fernando Leon de Aranoa. Elenco: Javier Bardem, Luis Tosar, Jose Angel Egido. Duração: 113 min.

Numa cidade ao norte da Espanha alguns estaleiros começam a ser fechados, deixando vários trabalhadores desempregados. Um dos personagens, agora desempregado, se chama Santa (Javier Bardem), um machão rebelde e orgulhoso de sua autossuficiência, que se recusa a admitir o fracasso. Um filme que apresenta a discussão sobre as consequências da reestruturação produtiva do capital na vida cotidiana dos indivíduos.

O CORTE (*Le Couperet*, Bélgica/Espanha/França, 2005). Direção: Costa-Gravas. Elenco: José Garcia, Karin Viard, Ulrich Tukur. 122min.

Um executivo francês é demitido. Como não consegue um novo emprego depois de dois anos, fica desesperado. Como saída, ele tenta recuperar seu antigo cargo. Para isso, decide matar aquele que o substituiu, assim como todos os funcionários da empresa que ele avalia que tinham potencial para ocupar esse mesmo cargo.

A CLASSE OPERÁRIA VAI AO PARAÍSO (*La Classe Operaia Va in Paradiso*, ITÁLIA, 1971). Direção: Elio Petri. Elenco: Gian Maria Volontè, Mariangela Melato. 126 min.

Um trabalhador extremamente dedicado é adorado pelos seus patrões e, pelo mesmo motivo, odiado por seus colegas de trabalho. Um determinado acontecimento abala suas opiniões, seu comportamento alienado em relação às lutas da classe trabalhadora e seus sonhos de consumo de classe média.

Conectados na internet e nas redes sociais:

GOOGLE IMAGENS: FORDISMO

No site de busca do Google Imagens, digite a palavra “fordismo”. A partir das imagens da fábrica da Ford, nos Estados Unidos, do início do século XX, faça uma comparação com as imagens das fábricas atuais de automóveis. Com a orientação do professor, destaque as principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Acesso: fevereiro/2013.

EMPREGABILIDADE: <http://www.iesb.br/empregabilidade/>

Página do Instituto de Educação Superior de Brasília. Dá dicas de “como se tornar um trabalhador com empregabilidade”. O site coloca muitos exemplos, sob um ponto de vista favorável, de como a “empregabilidade” funciona na prática. Acesso: fevereiro/2013.

SOCIOLOGIA DO TRABALHO – ENTREVISTA COM RICARDO ANTUNES

<http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/38/artigo243247-1.asp>

Site da revista *Sociologia*, apresentando uma entrevista com o professor da UNICAMP, Ricardo Antunes, um dos principais especialistas da Sociologia do Trabalho no Brasil. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

DANÇA DO DESEMPREGADO – Autor e intérprete: Gabriel O Pensador

Uma cômica canção que fala sobre a situação do desempregado na sociedade brasileira.

MARVIN – Autores: Sérgio Britto e Nando Reis. Intérpretes: Titãs.

Canção dos Titãs que fala do trabalho na vida de duas gerações: o pai e o seu filho.

Filme Destaque:

Charles Chaplin Production / Charles Chaplin



TEMPOS MODERNOS

(*Modern Times*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Charles Chaplin. Elenco: Charles Chaplin, Paulette Goddard. 88 min. P&B.

88 min. (EUA, 1936).

SINOPSE:

Obra-prima do cinema mudo, ambientada durante a Depressão de 1929. Chaplin, através de seu personagem Carlitos, procura denunciar o caráter desumano do trabalho industrial mecanizado, da tecnologia e da marginalização de setores da sociedade.

Juntamente com *O Garoto* e *O Grande Ditador*, *Tempos Modernos* está entre os filmes mais conhecidos do ator e diretor Charles Chaplin, sendo considerado um marco na história do cinema.

Capítulo 12

“O mercado exclui como o gás carbônico polui”: capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental

Renato Stockler/Folhapress



Você sabe dizer de que forma as indústrias afetam o clima do planeta Terra?

No início do ano de 2007, o tema do **aquecimento global** surgiu em todos os meios de comunicação como um grande alerta para a humanidade; o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (ou IPCC, sua sigla em inglês), elaborado por 2.500 cientistas de 130 países, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), anunciou que as mudanças no clima da Terra são irreversíveis e colocam em risco a própria sobrevivência do ser humano. Segundo o relatório, a temperatura média do planeta poderá aumentar, neste século XXI, de acordo com os cientistas mais “otimistas”, entre 1,8 e 4 graus Celsius...

“Só isso?!” – alguns de vocês devem ter pensado. Parece pouco mesmo, é verdade! Afinal, esse tipo de variação de temperatura ocorre frequentemente em várias regiões do Brasil, de um dia para o outro, não é mesmo?! Bem, mas, segundo esses mesmos cientistas, na última vez em que ocorreu um resfriamento acentuado da Terra, há doze mil anos, a temperatura média do planeta era apenas cinco graus Celsius mais frio do que é hoje... Então...

Não estamos falando dos cientistas mais “pessimistas”, ou seja, daqueles que dizem que a temperatura média do planeta poderá aumentar entre 1,1°C (maravilha!) e 6,4 °C (estaremos todos fritos!).

Na verdade, um aumento de 1,1°C – seria o que de “melhor” poderia ocorrer – já está acontecendo há algum tempo: dos doze anos mais quentes registrados pelas estações climáticas de todo o planeta (esses registros são feitos desde 1850), onze deles foram percebidos entre 1995 e 2006. Como consequência direta do aumento da temperatura, as geleiras existentes na Antártica, no Ártico, na Groenlândia e no Alasca estão derretendo e se desprendendo dos continentes. Da mesma forma, isso está ocorrendo com o gelo que cobria os cumes das montanhas mais altas do mundo, como as cordilheiras dos Andes (América do Sul) e do Himalaia (Ásia Central), assim como o Monte Kilimanjaro (África). Isso explica o porquê do nível do mar ter se elevado em dezessete centímetros, no século XX...

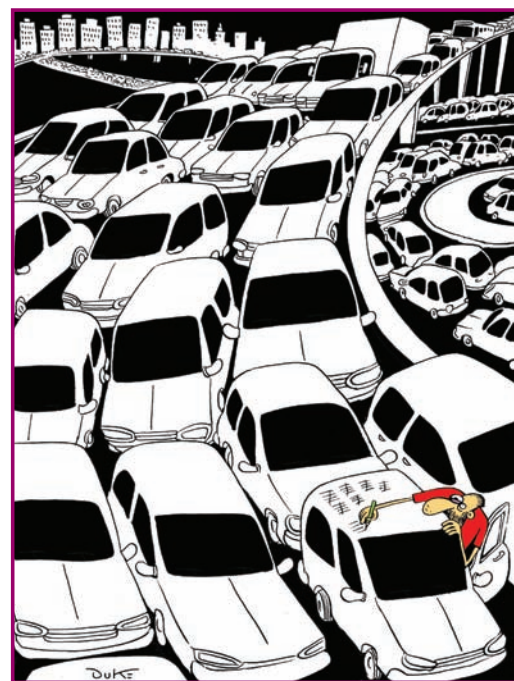
Então, percebe-se que o aquecimento global vem ocorrendo há algum tempo e diversos sinais de alerta já haviam sido identificados, tais como o aumento dos períodos de secas, cada vez mais frequentes; o aumento da temperatura dos oceanos, provocando chuvas mais intensas e a maior ocorrência de furacões, tufões e ciclones, que passaram a afetar várias regiões do planeta – até o Brasil. Em março de 2004, no Sul do país, tivemos o registro do nosso primeiro furacão, com ventos acima de 120 km/h, batizado de *Catarina*.

De fato, o clima parece “ter enlouquecido”! Ainda no Brasil, neste século XXI, uma seca inesperada fez com que barcos encalhassem nos rios da Amazônia, algo que nunca poderia se imaginar, tempos atrás. No resto do mundo, tivemos notícias recentes de grandes tempestades de neve, inclusive em pleno verão, na Austrália; de incêndios devastadores na Califórnia, nos EUA; da completa destruição da cidade de Nova Orleans, também nos EUA, pelo violentíssimo furacão Katrina, em 2005; e de alagamentos monstruosos provocados por temporais,

na Indonésia, na Índia, na China e até em alguns países europeus, como ocorreu no início de 2010. Estes são apenas alguns exemplos, cujos detalhes podem ser encontrados na Internet – assim como outros fenômenos climáticos tão ou mais inesperados quanto os citados.

Mas, chega de fazer “terror”! Vamos tentar responder por que está ocorrendo tudo isso? O que causa o aquecimento global do planeta? Todos nós morreremos de calor? Há como evitar todas essas catástrofes?

Ah! E a pergunta que não poderia faltar, mais uma vez: este não seria um tema para ser estudado em outra disciplina – como, por exemplo, Geografia? Isto tem a ver mesmo com a Sociologia? Por quê?



Entendendo as causas do aquecimento global

Mudanças climáticas não são novidade na Terra. Além da Era do Gelo, retratada em uma série de filmes de animação de grande sucesso, que ocorreu há 1,8 milhões de anos, nosso planeta passou por muitas transformações drásticas em sua trajetória de bilhões de anos. Você já deve

ter estudado, por exemplo, que grandes répteis, conhecidos como dinossauros, dominaram o planeta durante um grande período – a Era Mesozoica –, entre cerca de 220 milhões e 65 milhões de anos atrás. E por que desapareceram? A teoria científica mais aceita explica que isso ocorreu em razão do choque de um enorme asteroide com a Terra, com 14 km de diâmetro, na região onde hoje se localiza o México. Esse impacto foi tão grande que levantou uma espessa nuvem de poeira que impediu a passagem da luz solar durante meses, trazendo a morte e a extinção para milhares de plantas e animais – entre eles, os imensos dinossauros, que não resistiram à escassez de alimentos provocada por essa brutal *mudança climática*... Já imaginaram o que seria dos seres humanos se existissem nessa época?

Por outro lado, cientistas já admitem que o fim da civilização mesopotâmica pode ter sido provocado por uma mudança brusca na temperatura do planeta, por volta do ano 1.100 a.C., em que um processo de esfriamento do Oceano Atlântico teve relação direta com o colapso do sistema de irrigação baseado nos rios Tigre e Eufrates, localizados na Ásia, na região onde hoje é o Iraque. Uma forte queda no volume dos rios e a consequente perda das colheitas ocasionaram a fome da sua população, levando-a à migração em massa e à derrocada do império mesopotâmico.

Diferentemente dos eventos que citamos acima e das outras mudanças climáticas que afetaram o planeta, as atuais alterações do clima não são fenômenos naturais, previstos para acontecer com a Terra: **o aquecimento global está sendo provocado e acelerado pelo próprio homem.**

Antes de tudo, vamos ver mais exatamente o que está sendo chamado

Marlon Falção/Fotorenal/Folhapress

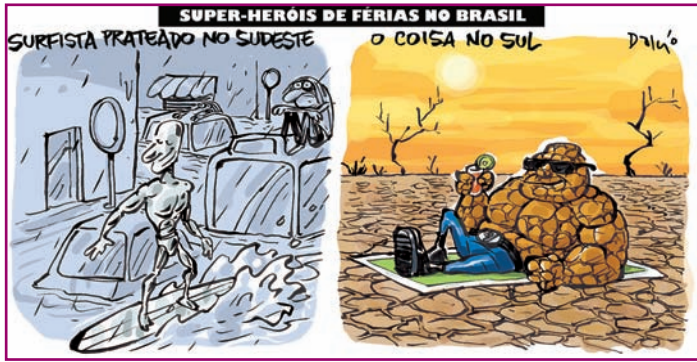


O que está em jogo no debate sobre o aquecimento global?

de *aquecimento global*? Para isso, precisaremos recorrer um pouco aos estudos de outras disciplinas, como a História e a Química (para maiores detalhes, peça ajuda aos professores dessas disciplinas).

Em primeiro lugar, a Terra está esquentando por causa da intensificação do chamado **efeito estufa**. Este não é sinônimo de aquecimento global, mas trata-se de um processo natural, importante para a vida no planeta, tornando-o mais quente e, podemos dizer, “aconchegante”. Explicando melhor: diversos gases presentes na atmosfera têm o papel de impedir que parte da radiação solar seja refletida de volta para o espaço, retendo o calor nas camadas mais baixas. Entre esses *gases-estufa*, destacam-se o dióxido de carbono, o óxido de nitrogênio, o metano e os CFCs (clorofluorcarbonos).

O aquecimento global começa a ocorrer quando a maior parte do calor do Sol é refletida de volta para a Terra, por causa da formação de uma camada bem mais espessa de gases-estufa. Assim, na medida em que aumenta esse processo de emissão desses gases, a temperatura passa a aumentar de forma descontrolada.



Diálo

Por que ocorreu esse aumento descontrolado de gases-estufa? Por causa da Revolução Industrial e da acelerada urbanização da vida humana que tomou o planeta desde o século XIX. Ou seja, não são somente as indústrias as responsáveis pela intensificação da produção de dióxido de carbono e de metano – os dois principais gases-estufa –, mas elas têm uma relação direta com a mudança da qualidade de vida na Terra. Esses gases são produzidos, também, pela larga utilização de combustíveis fósseis (carvão, gás natural, petróleo); pelo uso de veículos movidos à gasolina (derivada do petróleo); pela larga produção de todos os tipos de lixos e rejeitos, como o esgoto; pela agricultura e pelo mau uso da terra, como mostra a prática das queimadas e o desmatamento generalizado – também com o objetivo de dar lugar à lucrativas empresas de criação e abate de gado....

São as **queimadas**, por sinal, que fazem do Brasil o **quinto maior emissor de dióxido de carbono (CO₂)** do mundo, apesar das suas emissões industriais e de veículos não serem tão significativas, se comparadas aos quatro países ou regiões que mais contribuem para o aquecimento global, pela

ordem: EUA, China, União Europeia e Indonésia.

Dessa forma, em 2007, segundo estudos da organização WWF-Brasil, enquanto a “emissão per capita” de gás carbônico do Brasil, ou seja, o total de gases emitido dividido pelo número de habitantes, era de 1,8 tonelada por ano, quando considera-se a destruição das florestas ela sobe para 12,8 toneladas por ano! Já os EUA, o país mais industrializado do mundo, eram responsáveis pela emissão de 35% de CO₂ do planeta, ou seja, 22,9 toneladas por habitante/ano. (*O Globo*, 03/02/07, p. 42)

Depois destas últimas informações, será que já perceberam onde é que entra a Sociologia nessa história?



Rodrigo Baleia/Folhapress

Queimadas – um dos fatores que contribui para o descontrole do clima da Terra.

O surgimento da Sociologia Ambiental

Tudo o que vimos até o momento, neste capítulo, é apenas um exemplo das temáticas que são tratadas pela Sociologia a respeito das relações envolvendo as diversas sociedades e o meio ambiente. A partir de 1970, esses estudos passaram a fazer parte do que se chamou de *Sociologia Ambiental*.

Segundo o professor Gustavo Lima, em estudo elaborado com Fátima Portilho, a Sociologia Ambiental

surge a reboque dos movimentos de contestação à depredação dos recursos naturais e da constatação científica das consequências ambientais destrutivas resultantes dos processos de crescimento econômico, associados ao uso de tecnologias ambientalmente predatórias (urbanização caótica, crescimento demográfico exponencial, aprofundamento de desigualdades sociais e de estilos de vida, produção e consumo característicos do desenvolvimento industrial).

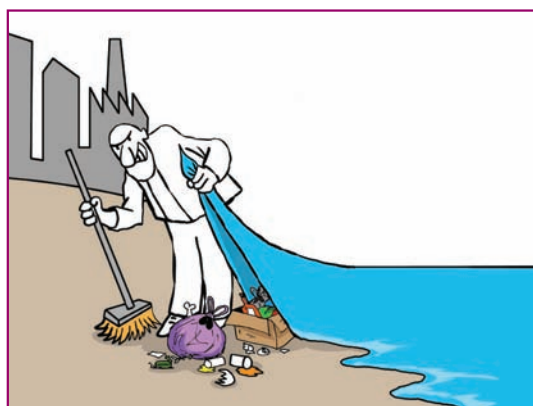
(LIMA; PORTILHO, 2001, p. 242)

Portanto, ela não seria exatamente nova, como vimos na explicação acima, pois reuniria preocupações manifestadas em estudos anteriores sobre o tema Ecologia Humana e de áreas de pesquisa mais tradicionais da Sociologia, como a Sociologia Urbana, os Movimentos Sociais e a Sociologia do Desenvolvimento, entre outras.

Uma das pesquisadoras que se destaca no estudo do tema, no Brasil, a professora Selene Herculano chama a nossa atenção para o fato de que a Sociologia Ambiental vai tratar as questões ambientais de *forma integradora*, utilizando o conhecimento acumulado e a produção científica de diversas disciplinas. Dessa forma, segundo ela, uma determinada política pública, como o *saneamento básico*, por exemplo, “passou a ser visto como uma dimensão ambiental (assim como de saúde coletiva) e não apenas uma questão urbana, de engenharia ou de medicina sanitária” (HERCULANO, 2000, p. 46).

Outra perspectiva para se analisar a questão do meio ambiente, sob o ponto

de vista sociológico, é a percepção de que a poluição não é “democrática”, ou seja, ela não atinge a todas as pessoas da mesma forma. Os mais pobres são exatamente os que mais são afetados pela exposição aos riscos ambientais, como podemos ver, cotidianamente, nas comunidades de baixíssima renda (favelas e regiões muito pobres), com moradias situadas em locais de risco, nas encostas das montanhas ou nas margens de rios poluídos, com ventilação inadequada, sem água potável ou saneamento básico, com esgoto correndo a céu aberto.



Tratar do tema **meio ambiente**, portanto, não significa somente a preocupação com a possível extinção do mico-leão-dourado brasileiro, do urso polar que habita a Groelândia ou do urso panda chinês. Trata-se de um tema relacionado à qualidade da vida de toda a população, que envolve a organização da cidade, o transporte, a saúde pública e a alimentação das famílias.

Pelo que você também já deve ter percebido, essas preocupações não se iniciaram com o relatório dos cientistas que anunciava o aquecimento global, mas remontam, por exemplo, ao desmatamento das margens dos rios e ao surgimento e crescimento sem planejamento das cidades, com a proliferação de inúmeras doenças causadas pelos dejetos humanos e pelo acúmulo de lixo sem tratamento

adequado. Esses problemas foram bastante agravados pela Revolução Industrial (como mostra Friedrich Engels, no seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado pela primeira vez em 1845) e estão presentes em todas as nossas cidades, até os dias atuais. Por falar nisso: você sabe onde, na sua cidade, são depositados os lixos químicos, hospitalares e/ou radioativos? Converse com o seu professor e faça uma breve pesquisa a respeito, lembrando-se que **lixo radioativo**, por exemplo, não é apenas o dejetos oriundo das Usinas Nucleares de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro... (Voltando rapidamente à Química: o que você sabe sobre o elemento químico **césio**? Ouviu falar do acidente com o césio-137, encontrado por crianças, no lixo, em 1987, em Goiânia? Procure se informar na Internet!).

Ato organizado pelo Greenpeace e a Fundação SOS Mata Atlântica diante do Teatro Municipal de São Paulo, em 2007, lembrando as vítimas do acidente com o césio-137, em Goiânia (1987).



Rodrigo Baileira/Folhapress

Capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental

O uso dos recursos existentes na natureza, através da extração de minérios e de produtos vegetais – como o desmatamento de regiões de florestas para a agricultura e para a pecuária, assim como a utilização dos recursos existentes em rios, mares e lagoas – fazem parte, historicamente, da própria sobrevivência humana. O homem, através do trabalho, dominou a natureza e colocou-a a seu serviço. Nesse processo de domínio e controle da natureza, os seres humanos criaram novas tecnologias que permitiram a multiplicação da população e a melhoria da qualidade de vida, sem dúvida!



© Angeli – FSP 22.02.2005

Porém, a exploração desenfreada, sem qualquer forma de controle, causando a destruição dos recursos naturais, com a degradação do meio ambiente, está inserida numa determinada lógica que passou a imperar a partir de certo momento da História: **a lógica do capital**.

Já citamos a Revolução Industrial, que impulsionou o desenvolvimento econômico capitalista através da *evolução incessante dos instrumentos de produção*, como já anunciavam Marx e Engels, em 1848: “A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11).

A ideia de *desenvolvimento*, até pouco tempo, não havia sido colocada em questão pelos sociólogos, nem pelos governantes, nem pela população em geral. Desenvolvimento sempre foi sinônimo de “progresso”, de “crescimento”, de maior oferta de empregos, da possibilidade de consumo de novos produtos por camadas cada vez maiores da população. No capitalismo, sabemos o quanto essa ideia sempre foi ilusória, em razão da brutal desigualdade no acesso ao consumo, existente entre as classes sociais.

Mas, apesar do abismo, a olhos vistos, existente nas desigualdades sociais que foram geradas nas diversas sociedades, o desenvolvimento capitalista, segundo

propagado pelos meios de comunicação, é sempre anunciado como “igual para todos!” Não importa, aqui, que uns poucos sejam os verdadeiros beneficiados, e não a grande maioria de trabalhadores – aqueles que de fato produzem a riqueza.

Esse tipo de visão não era exclusivo das nações capitalistas. O ultrarrápido desenvolvimento econômico da União Soviética, entre as décadas de 1920 e 1950, com a melhoria acentuada da qualidade de vida da sua população, parecia deixar claro que o desenvolvimento era um componente inquestionável e vital para a existência das diversas sociedades, independentemente de qualquer ideologia. O recente crescimento econômico da China acompanha, em parte, esse mesmo raciocínio.

Entretanto, a grande contradição, que está por trás do desenvolvimento econômico sem freios das forças produtivas, segundo a visão acima, é a destruição da própria sociedade!

Apresentamos, a seguir, duas reflexões bem interessantes do filósofo húngaro István Mészáros sobre este assunto:

1– Não existiriam freios possíveis à expansão destruidora do capital. Sua história sempre foi, desde seu surgimento, uma história de crescimento incontrolável, capaz de derrubar todas as barreiras que se colocavam à sua frente, uma por uma, conforme demonstrou Karl Marx em seus estudos. Mas, segundo Mészáros, a continuidade da expansão

das forças produtivas do capital, no atual momento, passou a representar a destruição completa da natureza e, por conseguinte, da própria espécie humana. O autor intitula essa possibilidade como sendo, para a sociedade, o caminho da *barbarie* (cf. MÉSZÁROS, 2003).

2– A lógica que esteve presente e acompanhou todo o desenvolvimento soviético – e o atual desenvolvimento chinês, pode-se dizer – era, na verdade, a mesma lógica de desenvolvimento e reprodução do capital, descrita acima (ver também MÉSZÁROS, 2002). Apesar desses países se constituírem formalmente como socialistas, eles não tiveram como se libertar do poder destrutivo do capital, presente no interior dessas sociedades. O exemplo da China atual é interessante para que percebamos isso: seu maior parceiro econômico – e vice-versa – são os EUA. As duas potências econômicas dependem uma da outra e se complementam no mercado mundial; e o preço imbatível dos produtos chineses, no mercado internacional, somente é possível de ser mantido graças a uma brutal exploração do trabalho da sua gigantesca população – algo impensável no socialismo imaginado por Marx.

Se essas considerações de Mészáros são pertinentes, pode-se concluir que a destruição do meio ambiente, causada pelo homem, pode ser impedida pelo próprio homem, desde que se modifique radicalmente o modelo econômico que vem sendo imposto à sociedade nestes últimos dois séculos. A lógica que está presente na destruição da natureza é a mesma lógica baseada na acumulação sem freios do capital. São irmãos siameses; um não existe sem o outro. Interromper a devastação do meio ambiente significa colocar freios à expansão do capital – o que significa, simplesmente, provocar a sua crise e, conseqüentemente, o seu fim. Para István Mészáros, portanto, as opções são apenas duas, uma excluindo a outra: ou a humanidade aposta na construção de um

Ana Yumi Kajiki



István Mészáros afirma que o desenvolvimento capitalista representa o caminho para a destruição completa da natureza e a instauração da *barbarie* social.

novo modelo de sociedade, ou caminha, de olhos fechados, para a sua autodestruição.

Vamos ver o que diz outro pensador, o geógrafo David Harvey, num recente livro intitulado *O enigma do capital* (2011), que argumenta que o chamado mundo natural é objeto de grandes transformações pela atividade humana. Num trecho desse livro ele diz:

Os campos são preparados para a agricultura; os pântanos, drenados; as cidades, estradas e pontes, construídas; as plantas e os animais são domesticados e criados; os habitats, transformados; as florestas, cortadas; as terras, irrigadas; os rios, represados; as paisagens, devastadas (servindo de alimento para ovinos e caprinos); os climas, alterados. Montanhas inteiras são cortadas ao meio à medida que minerais são extraídos, criando cicatrizes de pedreiras nas paisagens, com fluxos de resíduos em córregos, rios e oceanos; a agricultura devasta o solo e, por centenas de quilômetros quadrados, florestas e matos são erradicados acidentalmente como resultado da ação humana, enquanto a queima das florestas na Amazônia, consequência da ação voraz e ilegal de pecuaristas e produtores de soja, leva à erosão da terra (...).

(HARVEY, 2011, p. 151)

Harvey chama as ações relacionadas no trecho citado de “destruição criativa da terra” e isso, ao longo da história, produziu uma “segunda natureza”: a natureza remodelada pela ação humana. Entretanto, nos últimos dois séculos, com o capitalismo, o crescimento dessa “destruição criativa” sobre a Terra tem aumentado enormemente.

Repare nos termos que o autor utiliza: *destruição*, no sentido de acabar, aniquilar, exterminar; e *criativa*, no sentido de inventar, conceber, arquitetar. Ou seja, segundo o autor há uma dupla ação dos homens sobre o meio ambiente.

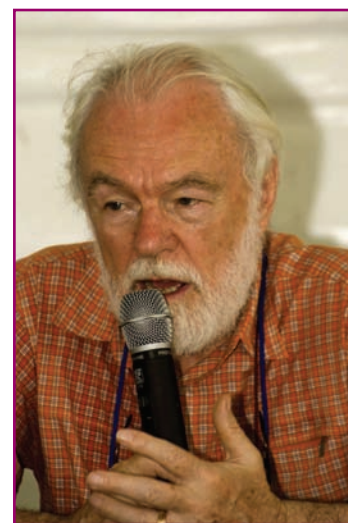
Na opinião de Harvey, por mais que muitos agentes (instituições, empresas etc.) atuem na produção dessa “segunda natureza”, os dois principais agentes da nossa época, que promovem a “destruição

criativa da Terra”, são o Estado e o Capital. E mais: as modificações no meio ambiente são cada vez mais impulsionadas, principalmente no último século, porque o “capitalista que detém dinheiro deseja colocá-lo em qualquer lugar em que os lucros estejam” (HARVEY, 2011, p. 167).

Se pensarmos em algumas cidades e territórios que são verdadeiros exemplos dessa “segunda natureza” modificada pelos homens, podemos verificar que, por exemplo, a cidade de Detroit, nos EUA, significa (ou significou) carros; o Vale do Silício, na Califórnia, computadores; Seattle, nos EUA, e Bangalore, na Índia, desenvolvimento de software; a Baviera, na Alemanha, engenharia automotiva; a “Terceira Itália”, na região norte da Itália, microengenharia e roupas de marca; Taipei, em Taiwan, significa chip de computador e eletrodomésticos; e por aí vai.

Se as afirmações de David Harvey nos parecem coerentes, essa chamada “segunda natureza” trata-se de um projeto voltado para as pessoas ou para os lucros?

Enfim, podemos observar que o tema da questão ambiental é essencial para pensar nossas vidas. Qual é a sua opinião sobre tudo isso que abordamos aqui? Converse com seus professores de História, de Geografia, de Filosofia, de Biologia e de Química. Que tal um debate na sua escola?



O geógrafo inglês David Harvey em palestra na 9ª edição do Fórum Social Mundial, em Bélem, PA, (2009).

Janduari Simões/Folhapress

CHEGA DE MEIO AMBIENTE! LUTEMOS POR UM AMBIENTE INTEIRO!

Lana Fonseca

A frase acima foi um lema muito usado em campanhas pela preservação do meio ambiente no final dos anos 1980, quando as questões ambientais começam a ganhar maior divulgação na sociedade. Palavras como Ecologia, Movimento Verde, Meio Ambiente, Preservação Ambiental começaram a circular cada vez mais, anunciando que algo “novo” estava surgindo.

A Ecologia é um dos ramos da Biologia que vai estudar as relações entre os seres vivos e o ambiente mas, atualmente, essa palavra virou sinônimo de tudo que está ligado à preservação do ambiente.

Na verdade, o termo Ecologia surgiu na segunda metade do século XIX, quando o cientista alemão Ernst Haeckel sugeriu o termo para designar o estudo das relações entre animais e plantas com o ambiente. Entretanto, as preocupações com as relações dos seres vivos entre si e destes com o que era denominado ambiente só vão ganhar força a partir da publicação do livro *Primavera Silenciosa*, da escritora estadunidense Rachel Carlson, em 1962 (cf. CARLSON, 2010).^{*} Esse livro, ao denunciar as consequências do uso de produtos químicos nas lavouras nos Estados Unidos, detona uma série de ações em defesa do meio ambiente e é considerado como um marco para o movimento ambientalista.

No decorrer do século XX, vimos surgir cada vez mais essa discussão na sociedade e as questões denominadas ambientais ganharam espaço na sociedade de tal forma que hoje podemos afirmar que grande parte da população já ouviu falar em palavras como Ecologia, Ambiente, Movimento Verde.

Contudo, sabemos que até mesmo questões legítimas como a luta da sociedade pela preservação do meio ambiente são apropriadas pelo Capital e hoje a discussão ambiental “está na moda”. Consumir produtos orgânicos, usar materiais reciclados, “salvar o verde”, preservar o ambiente, enfim, tudo isso se tornou mais uma

forma de consumo na sociedade capitalista. Falamos de *desenvolvimento sustentável*, mas é possível efetivar a *sustentabilidade* – garantia de condições adequadas de sobrevivência para as gerações atuais e futuras – com a forma de organização de nossa sociedade?

Apesar de inúmeros esforços de diversos setores (movimentos sociais, universidades, dentre outros) para chamar a atenção da sociedade para o fato de estarmos vivendo uma “crise ambiental” sem precedentes na história, continuamos consumindo cada vez mais e mais.

Um bom exemplo para pensarmos esse consumo desenfreado é o aumento do número de celulares no Brasil. Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), de agosto de 2012, revelam que o Brasil atingiu a marca de mais de 256 milhões de celulares em funcionamento no país! Ou seja, há mais celulares que habitantes no Brasil! (O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – estima que, em julho de 2012, contávamos 193.946.886 habitantes). Pense quantas vezes você já trocou de aparelho celular. Você realmente precisava de um aparelho novo? Mas somos todos os dias bombardeados por novos aparelhos, com novos recursos que nos fazem querer sempre o “mais moderno”.

Esse ritmo de consumo cada vez mais acelerado traz consequências desastrosas para o meio ambiente, pois para produzir cada vez mais, precisamos de mais matéria-prima, impactamos mais o ambiente com os resíduos produzidos e ainda temos o problema do descarte daqueles produtos que não queremos mais.

É importante percebermos que todas as ações que realizamos no nosso dia a dia têm impacto direto no meio ambiente e a maioria dessas ações é irreversível.

Lana Claudia de Souza Fonseca é professora da UFRRJ. Graduada em Biologia pela UFRRJ e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

^{*}CARLSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

Revendo o capítulo

- 1 – Defina o significado de *aquecimento global* e o diferencie de *efeito estufa*. O que é que a utilização de combustíveis derivados do petróleo tem a ver com isso?
- 2 – O que é e como surgiu a Sociologia Ambiental? O que ela estuda?
- 3 – Explique a frase “a poluição não é democrática”. Complemente sua resposta a essa questão, pesquisando e explicando o significado da expressão *Justiça Ambiental*.
- 4 – Tomando como base seu entendimento sobre o texto, comente a seguinte manchete apresentada por um jornal brasileiro: “EUA rejeitam meta de redução de poluentes: cúpula do G-8 começa com divergência em discussões sobre aquecimento global” (*O Globo*, 07/06/2007, p. 31).

Dialogando com a turma

- 1 – Faça uma pesquisa e apresente os significados das expressões *desenvolvimento sustentável* e *economia verde*.
- 2 – Faça uma pesquisa a respeito da realização, em 1992, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como a Conferência da Terra ou ECO 92 e compare-a com o evento da Rio + 20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro.
- 3 – Pesquise e explique que é o Protocolo de Kyoto.

Verificando o seu conhecimento

1 – (ENEM, 2010)

Se, por um lado, o ser humano, como animal, é parte integrada da natureza e necessita dela para continuar vivendo, por outro lado, como ser social, cada dia, mais sofisticada os mecanismos de extrair da natureza, recursos que, ao serem aproveitados, podem alterar de modo profundo a funcionalidade harmônica dos ambientes naturais.

A relação entre sociedade e natureza vem sofrendo profundas mudanças em razão do conhecimento técnico. A partir da leitura do texto, identifique a possível consequência do avanço da técnica sobre o meio natural.

- (A) a sociedade aumentou o uso de insumos químicos – agrotóxicos e fertilizantes – e, assim, os riscos de contaminação.
- (B) o homem a partir da evolução técnica conseguiu explorar a natureza e difundir harmonia na vida social.
- (C) as degradações produzidas pela exploração dos recursos naturais são reversíveis, o que, de certa forma, possibilita a recriação da natureza.
- (D) o desenvolvimento técnico, dirigido para a recomposição de áreas degradadas superou os efeitos negativos da degradação.
- (E) as mudanças provocadas pelas ações humanas sobre a natureza foram mínimas, uma vez que os recursos utilizados são de caráter renovável.

2 – (ENEM, 2010)

A atmosfera terrestre é composta pelos gases nitrogênio (N₂) e oxigênio (O₂), que somam cerca de 99%, e por gases traços, entre eles o gás carbônico (CO₂), vapor de água (H₂O),

metano (CH₄), ozônio (O₃) e o óxido nítrico (N₂O), que compõem o restante 1% do ar que respiramos. Os gases traços, por serem constituídos por pelo menos três átomos, conseguem absorver o calor irradiado pela Terra, aquecendo o planeta. Esse fenômeno, que acontece há bilhões de anos, é chamado de efeito estufa. A partir da Revolução Industrial (século XIX), a concentração de gases traços na atmosfera, em particular o CO₂, tem aumentado significativamente, o que resultou no aumento da temperatura em escala global. Mais recentemente, outro fator tornou-se diretamente envolvido no aumento da concentração de CO₂ na atmosfera: o desmatamento.

BROWN, I. F.; ALECHANDRE, A. S. Conceitos básicos sobre clima, carbono, florestas e comunidades. In: MOREIRA, A.G; SCHWARTZMAN, S. *As mudanças climáticas globais e os ecossistemas brasileiros*. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2000 (adaptado).

Considerando o texto, uma alternativa viável para combater o efeito estufa é:

- (A) reduzir o calor irradiado pela Terra mediante a substituição da produção primária pela industrialização refrigerada.
- (B) promover a queima da biomassa vegetal, responsável pelo aumento do efeito estufa devido à produção de CH₄.
- (C) reduzir o desmatamento, mantendo-se, assim, o potencial da vegetação em absorver o CO₂ da atmosfera.
- (D) aumentar a concentração atmosférica de H₂O, molécula capaz de absorver grande quantidade de calor.
- (E) remover moléculas orgânicas polares da atmosfera, diminuindo a capacidade delas de reter calor.

Pesquisando e refletindo

Livros:

ATLAS DO MEIO AMBIENTE. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

Um dossiê completo sobre as principais questões envolvendo a temática ambiental, com dados estatísticos, mapas e análises sociológicas.

LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

Escrito por dois militantes ecológicos, este livro discute os efeitos das brutais agressões mantidas contra o meio ambiente e analisam as possibilidades de um mundo melhor, onde homem e natureza vivam em harmonia.

Filmes:

UMA VERDADE INCONVENIENTE (*An Inconvenient Truth*, EUA, 2006). Direção: Davis Guggenheim. Elenco: Al Gore (participação). Duração: 100 min.

Documentário. O ex-vice-presidente norte-americano, Al Gore, apresenta e explica o aquecimento global, segundo o alerta dado pela comunidade científica mundial. Empregando gráficos, mapas e projeções estatísticas, o filme é bastante didático e crítico, a ponto de denunciar a cobertura da mídia norte-americana sobre as causas do furacão Katrina, por não considerar, em nenhum momento, a posição dos cientistas norte-americanos sobre o assunto.

CÉSIO 137 – O PESADELO DE GOIÂNIA (Brasil, 1991). Direção: Luiz Antonio de Carvalho. Elenco: Paulo Betti, Néelson Xavier, Joana Fomm, Stepan Nercessian. Duração: 115 min.

Ficção baseada nos acontecimentos que ocorreram em Goiânia, em 1987, quando crianças encontraram objeto radioativo no lixo e o levaram para casa, provocando a contaminação e a morte de várias pessoas.

ERIN BROCKOVICH - UMA MULHER DE TALENTO. (*Erin Brockovich*, EUA, 2000). Direção: Steven Soderbergh. Elenco: Julia Roberts, David Brisbin, Dawn Didawick, Albert Finney. Duração: 131 min.

A história de Erin Brockovich, uma mulher solteira, mãe de três filhos, que perde uma ação judicial e exige que o seu advogado a empregue em seu escritório. Organizando arquivos de um caso judicial, ela decide investigar o problema e acaba descobrindo que uma empresa vem contaminando as águas de uma pequena cidade, onde os moradores contraíram câncer. Baseado em uma história verdadeira.

Conectados na internet e nas redes sociais:

ECOSOCIALISMO: entrevista com Michel Löwy

<http://bit.ly/15l2Yi8>

Página com um pequeno vídeo mostrando uma entrevista com o sociólogo Michael Löwy. Assista com seus colegas e debate com a turma a respeito das propostas apresentadas. Acesso: fevereiro/2013.

MEIO AMBIENTE. http://www.suapesquisa.com/temas/meio_ambiente.htm

Página que apresenta dezenas de temas de ecologia, preservação do meio ambiente, poluição, reciclagem, saúde e meio ambiente no Brasil. Acesso: fevereiro/2013.

INSTITUTO PÓLIS. <http://www.polis.org.br/>

O Instituto Pólis desenvolve projetos de estudos, formação e assessorias em políticas sociais em colaboração com atores sociais, redes e fóruns que protagonizam a produção de cidades justas, democráticas e sustentáveis. Um importante local para discutir a questão ambiental. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

BLACKENED (Escureça) – Autores e intérpretes: Metallica

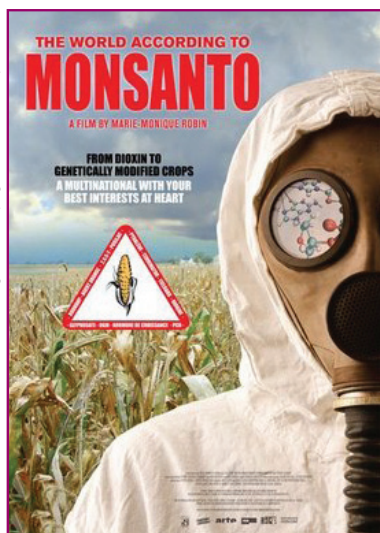
Letra bastante pessimista a respeito do futuro do planeta, em função do presente de destruição da natureza.

HAGUA– Autores: Seu Jorge, Gabriel Moura, Jovi. Intérprete: Seu Jorge

Um planeta sem água potável, em razão do desequilíbrio ambiental.

Filme Destaque:

Image et Compagnie/ Marie-Monique Robin



O MUNDO SEGUNDO A MONSANTO

(*Le Monde Selon Monsanto*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Marie-Monique Robin
109 min. (França, 2004).

SINOPSE:

Documentário baseado no livro homônimo, denunciando com informações e dados incontestáveis a multinacional produtora de transgênicos. Apresenta depoimentos inéditos de cientistas, políticos e advogados sobre as manipulações e suas ações corruptas acobertadas pela mídia burguesa, assim como as “relações íntimas” da empresa com o governo norte-americano do democrata Bill Clinton (1993-2001), de quem Al Gore, apresentador de *A verdade inconveniente*, foi vice-presidente... Pode ser assistido, entre outros sites, em <http://bit.ly/1bXcATU> e no You Tube. Acesso: fevereiro/2013.

Capítulo 13

“É de papel ou é pra valer?” Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo

Antes de conversarmos sobre o título acima, precisamos verificar o que cada um de nós entende quando se fala em **cidadania**.

Consultando a maioria dos dicionários, a palavra cidadania aparece definida como *qualidade de cidadão*. **Cidadão**? Pois é, esta palavra, com certeza, você já ouviu alguém falar... Qual é mesmo o seu significado?

Cidadão = *aquele que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado*.

Veja só como a história parece complicada... “direitos”... e, ainda por cima, “civis e políticos” e relacionados ao “Estado”....

Para que possamos entender tudo isso, precisamos primeiro perceber como essas ideias foram sendo construídas através da História e como elas chegaram para nós no mundo de hoje.



Christian Tragni/Folhapress

Milhares de brasileiros catam diariamente nos lixões o seu sustento. Serão eles cidadãos?

Uma breve história da cidadania

Acidania tem uma “pré-história”. Na Grécia Antiga, “cidadão” era o nome dado ao membro da “cidade”. Os cidadãos gregos se responsabilizam pela

coletividade, tendo o poder de atribuir e distribuir os postos ligados a funções públicas, envolvendo, por exemplo, a justiça e a política. Portanto, os cidadãos é que cuidavam da administração da cidade-estado grega, a *pólis*. Daí é que

vem o termo “política”, que significava exatamente essa intenção de se cuidar bem da *pólis*, da cidade.

Não estamos aqui preocupados em discutir exatamente como era o funcionamento de uma cidade-estado grega ou de outros povos da Antiguidade. Inclusive porque essa ideia de “cidade-estado” difere em muito do que vêm a ser as nossas cidades contemporâneas. Queremos ressaltar a origem dessas palavras, utilizadas até hoje.

Mas quando falamos em “pré-história” da cidadania, existe um motivo para isso. Como chamamos a atenção, o **cidadão** é aquele que possui e goza de determinados **direitos**. Ter direitos significa ter a capacidade e a autonomia para usufruir determinados benefícios legais garantidos pelo Estado aos seus habitantes. Exemplos? Ser possuidor de documentos, tais como certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor, carteira de motorista,...

Poder ter acesso a esses documentos são **direitos civis** de cada pessoa. Civis é derivado do latim *civitas*, que também significa cidadão, ou o habitante da cidade. A certidão de nascimento é um direito adquirido logo ao nascer; já a carteira de identidade, só posteriormente. A carteira de motorista, porém, somente pode ser obtida aos dezoito anos. É nesta idade que o indivíduo começa a adquirir o que chamamos de **cidadania plena**, ou seja, a capacidade legal de responder pelos seus próprios atos diante das autoridades públicas.

Voltando ao que comentamos acima: na Grécia Antiga, poucos eram os indivíduos que tinham acesso a uma cidadania plena. Na verdade, somente aqueles que eram homens gregos, adultos e proprietários de terras é que detinham o poder de decidir sobre os

rumos da cidade. Estavam excluídos da cidadania grega as mulheres, os jovens, os pobres, os estrangeiros – e, é claro, os escravos.

Essa “cidadania restrita” também era característica dos primórdios da Roma Antiga, aonde somente aqueles que eram considerados nobres – os patrícios – acumulavam direitos, tais como a propriedade da terra e o usufruto do poder político. Já os não nobres – os plebeus – provocaram diversas revoltas contra o poder constituído, para que tivessem acesso a alguns direitos. O que até conseguiram, mas sempre de maneira restrita (aqui você pode recordar das suas aulas de História...). Mas só o fato dos plebeus terem conseguido o acesso a alguns direitos já faz de Roma uma sociedade mais aberta do que a aristocrática Grécia.

Por falar em História, imagine-se viajando numa máquina do tempo! Você pode “visitar” diversos momentos da História da humanidade e tentar perceber como vivem aqueles que detêm o poder político, econômico e religioso, em comparação com a maioria da população. Dá para entender, então, quando falamos em direitos, não é?

Vamos estacionar a “nossa máquina do tempo” na França de 1789. A Revolução que então ocorreu foi um marco para a história dos direitos e da cidadania. A Constituição, elaborada pelos revolucionários, era intitulada *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Dizia, entre outras coisas, que *todos nascem livres* e que *todos são iguais perante a lei*. Era a formação de uma nova sociedade, em oposição ao “Antigo Regime”, no qual não existiam “direitos”, mas somente os privilégios da nobreza e do clero.

Muito bem! Que maravilha! A humanidade estava encontrando o seu

Ser cidadão na Roma Antiga era uma situação muito diferente comparada com a condição do cidadão no Brasil atual? Na foto, as ruínas do Fórum Romano, que era um dos centros políticos da cidade.



Image Source/Bjoern Holland

caminho de **liberdade, igualdade e fraternidade** – exatamente o lema da Revolução Francesa.

O que é que não estava sendo dito, infelizmente? Que a Revolução não era de todos, mas sim que se tratava de uma “revolução burguesa”, na qual uma classe social em ascensão, já economicamente muito poderosa, começava a adquirir também o poder político, passando a governar a Nação francesa e, em consequência, *ter mais direitos* do que o restante do povo trabalhador... Não é à toa que um dos mais importantes *direitos do homem e do cidadão* era o *direito à propriedade* – que, é claro, poucos detinham.

A história das etapas da Revolução Francesa mostra o quanto a luta pelos direitos dos indivíduos foi uma luta que custou muitas vidas e onde correu muito sangue... Na maior parte do tempo, a alta burguesia fez valer a sua força e exerceu o poder com mãos de ferro. Um exemplo era o direito de eleger os governantes da Nação, em substituição à realeza: foi um direito universal praticado por muito pouco tempo, no período do

Governo Jacobino – quase sempre, durante a Revolução, o voto era *censitário*, ou seja, um direito de quem tinha determinada renda e propriedades.

De qualquer forma, a Revolução Francesa, assim como aquelas que ocorreram antes, as revoluções inglesas, no século XVII, e a americana, também no século XVIII, forneceram os alicerces da cidadania das sociedades contemporâneas. Ideias tais como o respeito aos direitos dos indivíduos, de liberdade e de igualdade entre todos puderam ser perseguidas com maior profundidade a partir dessas experiências concretas desenvolvidas pelo homem. Essas revoluções foram verdadeiros “laboratórios” para as principais ideias defendidas por pensadores de renome como Locke, Rousseau, Montesquieu e Tocqueville. As obras destes filósofos serviram de referência para aquele momento da História e até hoje fornecem a base para as ideias que regem a sociedade em que vivemos. O grande obstáculo a uma *igualdade de fato*, como veremos a seguir, foi o conjunto de interesses distintos e conflitantes



A Revolução Francesa mudou definitivamente a concepção sobre os direitos humanos na Europa. Tela de Eugene Delacroix (1798-1863): A Liberdade guiando o povo (1830).

existente entre os seres humanos, a partir da sua posição social na organização da *sociedade capitalista* – a forma de organização social e econômica que foi vitoriosa a partir das revoluções citadas anteriormente.

Direitos civis, políticos e sociais

Alguns pensadores entendem a história da sociedade capitalista como uma história marcada por uma evolução dos direitos do homem, de caráter irreversível. Dentre esses autores, o mais citado nesse sentido tem sido o inglês T. H. Marshall.

Marshall estuda a formação do Estado de Bem-estar Social – o *Welfare State* –, considerado, durante parte do século XX, como um exemplo de que o *capitalismo* – e não o *socialismo* – era o sistema econômico, político e social ideal, o único capaz de garantir verdadeiramente a prosperidade e uma vida segura, livre e igualitária para todos os seus cidadãos. Realmente, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início de 1970, os países capitalistas mais avançados, chamados de “Primeiro Mundo”, conheceram níveis de progresso e de riqueza nunca vistos antes.

E o Estado era o principal responsável em prover a subsistência digna dos seus cidadãos, garantindo para **todos** educação e saúde públicas de qualidade, saneamento, transporte, rede de energia elétrica e, depois de tudo, uma aposentadoria tranquila. Esse *Estado Providência*, portanto, tinha como objetivo a garantia de *pleno emprego*, *altos salários* e *acesso a direitos* para todos os indivíduos. Ao lado dessas políticas sociais de caráter geral e universalizantes, havia também a preocupação política no sentido de que a população acompanhasse de alguma forma a gestão pública, através do aprofundamento da *democracia* como regime de governo, com partidos políticos representativos, inclusive organizados por trabalhadores vinculados a sindicatos – como se apresentavam os partidos



Miguel Paiva

identificados com o Estado de Bem-estar, defensores da *social democracia* e do *trabalhismo*.

Assistiu-se também à explosão de **manifestações culturais de massa**, nas artes e na literatura, com a expansão das transmissões de rádio e da TV, com destaques para a indústria do cinema e para a música, principalmente o rock. Seu símbolo máximo como sinal de prosperidade e sucesso individual era o automóvel...

Mas o Estado de Bem-estar Social durou apenas cerca de trinta anos! Por este motivo, estes foram chamados depois de os “Trinta Anos Gloriosos” do capitalismo.

Pois bem: Marshall apresentava esse Estado como uma consequência natural do progresso capitalista. Um progresso que teria acontecido aos poucos na História, a partir da evolução da organização das sociedades que realizaram a Revolução Industrial.

Tomando a Inglaterra como modelo, Marshall (1967) procurou mostrar que, desde o século XVIII, teria acontecido uma “ampliação progressiva” da cidadania. Primeiro, no século XVIII, teriam se constituído os **direitos civis**, relacionados à liberdade individual e às relações de trabalho. Depois, no século XIX, a cidadania passou a compreender os **direitos políticos**, ou seja, os trabalhadores passaram a ter o direito de participar no exercício do poder político. Por fim, já no século XX, o Estado de Bem-estar inglês significou a conquista dos **direitos sociais**, com os quais todos passaram a ter acesso à distribuição da riqueza produzida no país, através da elaboração de políticas sociais universais.

Neste século XXI alguns teóricos do Direito entendem que a classificação citada acima, elaborada por Marshall na década de 1960 do século passado, não atenderia mais às necessidades dos cidadãos em relação às suas demandas

por direitos humanos. Assim, defendem uma nova classificação, que ordenaria os direitos em cinco gerações diferentes. Esta nova classificação foi denominada como a **Teoria das Gerações dos Direitos Fundamentais**. Essas gerações corresponderiam aos direitos apontados a seguir.

Direitos de primeira geração: seriam aqueles relacionados às lutas históricas da humanidade, correspondendo, como resultado, aos **direitos civis e políticos**. Os teóricos liberais defendem que esses direitos são relacionados à **liberdade** do indivíduo, citando como exemplos os direitos à vida, à segurança e à propriedade.

Direitos de segunda geração: corresponderiam aos **direitos sociais e coletivos**, relacionados à defesa da **igualdade** e vinculados diretamente ao período histórico de surgimento do Estado de Bem-estar Social. Podemos citar como exemplos os direitos à educação, à saúde e ao trabalho.

Direitos de terceira geração: seriam aqueles direitos voltados para a humanidade como um todo. Um bom exemplo é a defesa do meio ambiente, pois sua degradação afeta o planeta inteiro. Podem ser incluídos também como direitos de terceira geração as leis de proteção de crianças e adolescentes e de preservação de tudo que pode ser considerado como patrimônio histórico e cultural da humanidade – mesmo que pertençam à história de determinado povo ou nação específica.

Fala-se também em direitos de **quarta e de quinta gerações**. Estes, no entanto, são mais

polêmicos e carecem de definições mais precisas por parte dos teóricos voltados para esse tema. Entre os de quarta geração, por exemplo, são arrolados os direitos à informação e à democracia. Outros relacionam a quarta geração de direitos com as questões éticas que envolvem, por exemplo, a utilização de técnicas de manipulação genética.

Por fim, os direitos de quinta geração seriam aqueles voltados para a realidade “virtual”, sendo ligado ao avanço tecnológico proporcionado pela informática e pela cibernética e as questões éticas envolvidas com a circulação de informações e imagens nas redes sociais. Nesse sentido, enquanto direito, por exemplo, nenhum indivíduo poderia sofrer exposição pública da sua imagem sem a sua prévia autorização expressa. Trata-se de um direito individual, portanto – e aí talvez estejamos retornando à definição da primeira geração, apontada acima. Por outro lado, em um campo totalmente oposto, o jurista Paulo Bonavides, de grande reconhecimento na área do Direito, defende como sendo de quinta geração “o direito da humanidade à paz” – neste caso, ele está propondo a redefinição de um direito que, nessa classificação, é considerado como de terceira geração (cf. BONAVIDES, 2008).

Pelo que foi exposto, em função das definições acima, podemos concluir que a Teoria das Gerações dos Direitos Fundamentais trata-se de um debate em aberto, ainda em curso neste século. Deixamos aqui este resumo, de qualquer forma, para que você comece a pensar um pouco a respeito desse tema.

Cidadania, socialismo e minorias

Vamos voltar um pouco à Revolução Francesa. Babeuf (1760-1797), um dos revolucionários, liderou a proposta de uma nova revolução durante o processo iniciado em 1789. Como ela foi delatada, Babeuf foi guilhotinado. Chamada de **Conspiração dos Iguais**, ela previa a extinção do direito à propriedade privada da terra; mais do que isso, o direito à propriedade teria que ser sempre limitado pelo interesse de toda a sociedade. Parecia socialismo, não é mesmo?

Karl Marx e Friedrich Engels, os principais teóricos do **socialismo científico**, mostraram, em diversos trabalhos, que o capitalismo era um sistema baseado numa injustiça estrutural, já que ele era movido por uma brutal exploração da mão de obra dos trabalhadores. Assim, portanto, uma verdadeira cidadania somente seria possível se o proletariado superasse o capitalismo, através da revolução socialista. Mais adiante, no comunismo, o pleno exercício da cidadania seria estendido a todos os seres humanos.

A experiência socialista, levada a cabo no século XX, a partir da Revolução Russa de 1917, não deu certo. Mas o socialismo será, sempre, apenas uma utopia, um desejo inalcançável?! Uma coisa fica evidente: a História mostrou que o capitalismo, de fato, nunca terá como garantir direitos plenos de cidadania.

Mas na década de 1960 – durante, portanto, o “período glorioso” do capitalismo – a aspiração à cidadania plena foi o motor de diversos movimentos socialistas e libertários, que passaram a exigir dos governantes igualdade de direitos para as mulheres, para os jovens e para as “minorias”, como eram chamados os homossexuais, os negros e indígenas nos EUA. Maio de 1968 foi a data-símbolo de explosão desses movimentos,

marcados pela liberação sexual e pelo consumo de drogas, embalados pelo som dos Beatles, Rolling Stones, Yardbirds, Beach Boys e outros.



Maio de 1968: os jovens tentaram mudar o mundo. Em Paris, estudantes lançam pedras na polícia.

Cidadania, capitalismo e desigualdades sociais

Reafirmamos que o capitalismo é estruturalmente um sistema baseado na desigualdade social e na exclusão dos seus benefícios da grande maioria da população. Estamos falando de um sistema de caráter global. Assim, podemos dizer que as sociedades capitalistas mais avançadas socialmente – como a Inglaterra citada por Marshall para exemplificar o Estado de Bem-estar Social europeu – só puderam garantir aqueles “trinta anos gloriosos”, exatamente porque se tratava de uma situação conjuntural: além da necessidade de se construir um modelo que pudesse se contrapor à atração exercida pelo progresso econômico da URSS, o desenvolvimento do Primeiro Mundo estava diretamente relacionado à intensa exploração das riquezas naturais e da mão de obra barata do Terceiro Mundo (América Latina, África e Ásia) pelas multinacionais americanas, japonesas e europeias.

Sempre foi, portanto, um sistema global caracterizado pela exclusão. A partir dos anos 1970, um fato veio

mudar os rumos da História: o conflito armado entre Israel e os países árabes fez explodir uma crise econômica sem precedentes, colocando em risco o modelo de desenvolvimento existente, todo ele baseado tecnologicamente na exploração industrial do petróleo como combustível. Os teóricos capitalistas que, desde a Segunda Grande Guerra, sempre criticaram o Estado de Bem-estar como extremamente dispendioso e contrário às *leis naturais da economia*, viram nessa nova conjuntura a chance de colocar em prática suas ideias.

E foi exatamente o que aconteceu: inspirados e assessorados por pensadores ultraliberais, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, novos governantes foram eleitos prometendo *reformas econômicas* que afastassem os países mais ricos da crise. Assim, em 1979, a Inglaterra escolhe Margareth Thatcher como primeira-ministra e, em 1980, os Estados Unidos elegem Ronald Reagan como presidente. Inaugurava-se uma *nova era*, na qual as conquistas sociais e trabalhistas do *Welfare State* começaram a ser totalmente desmontadas. Iniciamos, desde então, a viver sob a hegemonia do **neoliberalismo**. A luta pela cidadania plena sofreu, então, um duro golpe, do qual até hoje ainda não se recuperou. Um bom exemplo disso foram os inúmeros distúrbios que abalaram os subúrbios da França em 2006 e que se repetiu em outros anos.



Margaret Thatcher, primeira ministra da Inglaterra (1979-1990), inaugurou a chamada “era neoliberal”, na qual começaram a ser desmontadas as conquistas sociais e trabalhistas do Welfare State.

A cidadania no Brasil: uma “corrida de obstáculos”...

Podemos dizer que a cidadania no Brasil cumpriu um longo e tortuoso caminho, desde a independência de Portugal, em 1822, até os dias de hoje.

Durante o regime monárquico brasileiro, no século XIX, praticamente não se pôde falar em *direitos*. O voto, por exemplo, tinha um caráter censitário, onde somente os latifundiários – adultos homens – participavam do poder político. Mas a manutenção da escravidão era a face mais cruel de uma sociedade marcada pela extrema desigualdade.

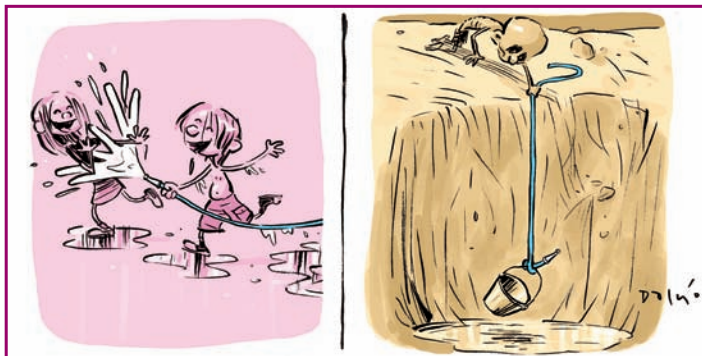
O fim da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, no ano seguinte, não provocaram qualquer tipo de alteração nessa realidade. A proibição do voto do analfabeto manteve a maior parcela da população pobre excluída de *direitos políticos*. Já o poder político local continuou nas mãos dos grandes proprietários de terras. Eram esses “caciques” locais, os “coronéis”, que controlavam, além do voto, o acesso aos cargos públicos existentes e, juntamente com os governadores, acabavam também elegendo o presidente da República.

Os inúmeros problemas sociais eram tratados com a repressão policial, como foi o caso de Canudos, da Revolta da Vacina e das greves operárias que pararam as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo na década de 1910. Mesmo o fim oficial da escravidão não impediu que os marinheiros de baixa patente, pobres e negros, continuassem sendo punidos com castigos físicos, como ficou claro na Revolta da Chibata, liderada por João Cândido, em 1910.

Podemos afirmar, portanto, que continuava inexistindo no Brasil qualquer indício do que chamamos de cidadania, sob todos os aspectos.

A República Oligárquica foi derrubada pela Revolução de 1930, organizada e

Delcio



comandada por setores dissidentes dessa própria elite. Um primeiro avanço, porém, deve ser registrado: o voto feminino, a partir de 1934.

Mas os direitos políticos duraram pouco tempo, já que, em 1937, Getúlio Vargas implantou a ditadura do Estado Novo, inspirada na onda fascista que tomava a Europa. Mas, paradoxalmente, foi no período Vargas, de 1930 a 1945, que se começou a introduzir uma vasta legislação social, que atingiu principalmente os centros urbanos:

- em 1932, foi decretada, no comércio e na indústria, a jornada de oito horas diárias de trabalho;
- no ano seguinte, houve a regulamentação do direito de férias;
- a Constituição de 1934, além de estender o voto às mulheres, determinou a criação de um salário mínimo, calculado como capaz de satisfazer as necessidades básicas de uma família (mas ele somente foi adotado em 1940);
- a previdência começou a ser organizada em 1933, com a criação de institutos por categorias profissionais (marítimos, bancários, comerciários etc.).

O cientista social Wanderley Guilherme dos Santos (1979) formulou o termo *cidadania regulada* para se referir a esse período: somente tinham acesso aos direitos sociais os trabalhadores urbanos vinculados a categorias

reconhecidas pelo Estado que controlava os sindicatos, nomeando suas direções e garantindo-lhe a sobrevivência econômica através de impostos obrigatórios.

Assim, diferentemente da Inglaterra estudada por Marshall, no Brasil os **direitos sociais** foram implementados antes dos **direitos civis**, que continuavam totalmente precários, e dos **direitos políticos** que praticamente deixaram de existir durante o regime autoritário, de 1937 a 1945. Ressalte-se que esses direitos sociais não se apresentaram como uma conquista das lutas dos trabalhadores – apesar de constar da pauta do forte movimento grevista dos anos 1920 –, mas, sim, como uma ação autoritária, de cima para baixo. Como uma *concessão* do chefe do Estado, autointitulado “pai dos pobres”.

Os direitos civis e políticos somente seriam inaugurados no Brasil, na sua primeira experiência democrática, a partir do fim do Estado Novo, com a República que se consolidaria com a Constituição de 1946. Esta manteve os direitos sociais do período anterior – mesmo aqueles herdados da legislação autoritária, como era o caso do direito de greve, que só poderia ser considerada legal se autorizada pela Justiça do Trabalho. Além disso, da permanência dos graves problemas sociais e do poder dos grandes proprietários de terra, os *direitos políticos* sofreram séria restrição logo em 1947, quando o Partido Comunista teve o seu registro cassado, vítima da Guerra Fria do pós-Segunda Guerra Mundial (sobre este contexto internacional, cf. HOBBSAWN, 2003, p. 223-252).

Em 1964, também no contexto da Guerra Fria, um novo golpe de Estado implantou a **ditadura civil-militar**, que durou até 1985. Durante a maior parte desse período, os direitos civis e



Folhapress

Manifestação de estudantes brasileiros durante a ditadura civil-militar de 1964.

políticos foram restringidos através da violência. Os direitos sociais também foram atingidos, já que o salário mínimo sofreu uma forte queda do seu poder de compra, em consequência do pequeno crescimento econômico (com uma breve exceção entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, conhecido como o período do “milagre econômico”) e da impossibilidade de organização sindical autônoma por parte dos trabalhadores.

O Estado militar constituiu uma máquina repressiva poderosa, disposta a calar qualquer voz que se levantasse em oposição. Foi um tempo de prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e exílios políticos, atingindo diversos artistas, lideranças políticas pré-1964 e as lideranças estudantis que organizaram a luta armada contra o regime. Podemos nos referir à ditadura como “civil-militar” porque essa máquina de opressão contou com o apoio financeiro de grandes empresas capitalistas nacionais e multinacionais. Estas viam no regime ou no seu apoio expresso ao arrocho salarial e às mudanças que esses empresários impuseram na legislação trabalhista – como o fim da estabilidade no emprego – a garantia de obtenção de maiores taxas de lucro a partir da exploração da mais-valia dos trabalhadores, impedidos de se organizar, com os seus sindicatos

totalmente controlados pelo aparato repressivo. Como falar em *direitos* e em *cidadania* nessa época?

A partir de 1978, pressionados pelo estrangulamento econômico, trabalhadores metalúrgicos e de outras categorias profissionais começaram a se organizar e a enfrentar o aparato repressivo do Estado. Obteve-se a **abertura política**, com a legalização de novos partidos, o fim da censura à imprensa, e a anistia a presos políticos e a exilados. Era a retomada da luta pelos direitos civis do povo.



O ex-líder sindical dos metalúrgicos do ABC paulista e ex-presidente da República, Lula, discursando em assembleia de metalúrgicos, em 1979, quando exercia a presidência do sindicato de São Bernardo do Campo-SP.

Em 1984, comícios com mais de um milhão de pessoas, como foi o caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, exigiram o retorno das eleições diretas para a presidência da República. Foi o movimento que ficou conhecido como “Diretas Já!”

Em 1988, é elaborada uma nova Constituição, apelidada de “cidadã” por tentar garantir, de forma extensa, algumas das principais reivindicações dos movimentos sociais que haviam eclodido no país a partir de 1979.

Em 1989, votamos para presidente da República após vinte e nove anos. Mas o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, além de promover o famoso “confisco da poupança”, lesando as economias que milhares de trabalhadores conseguiram guardar durante anos, se

encarregou da tarefa de dar início ao “desmonte” da “Constituição Cidadã”, elaborada apenas um ano antes! Esse verdadeiro ataque aos direitos sociais marcou a entrada do Brasil, com dez anos de atraso em relação aos EUA e à Europa, na era neoliberal.

Direitos e cidadania sob “fogo cerrado”...

O neoliberalismo foi completamente vitorioso no Brasil após a posse e o mandato de oito anos (1995-2002) do sociólogo Fernando Henrique Cardoso – vamos chamá-lo de FHC – na presidência da República. Segundo José Paulo Netto, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, os direitos sociais foram atacados de tal forma que os anos FHC passaram à História, “desde os seus primeiros dias no Planalto, como um governo contra os interesses e as aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros” (NETTO, 1999, p. 75).

A principal tarefa cumprida pelo governo FHC foi exatamente a continuidade e o aprofundamento do que havia sido apenas iniciado pelo governo Collor – e que não teve prosseguimento em razão do seu *impeachment*, em 1992: o desmonte dos direitos sociais contidos na Constituição de 1988 (para uma visão sobre esse período, cf. o livro de SILVEIRA, 1998). O que se pretendia, claramente, era a inserção do país, de forma subalterna, no processo de globalização ou mundialização financeira, segundo os grandes interesses do capitalismo internacional. Para isso, era necessária a redução do papel do Estado brasileiro na economia, que ocorreu sob duas formas:

- pela *privatização* e entrega a multinacionais de empresas pertencentes a setores econômicos estratégicos, como bancos, estradas de ferro, mineradoras – cujo maior



Flávio Florido/Folhapress

Há muitas formas de se lutar por direitos e pela cidadania. Na foto, integrantes de sindicatos fazem passeata em São Paulo (SP) contra a corrupção (2005).

exemplo foi a riquíssima Companhia Vale do Rio Doce –, e empresas prestadoras de serviços públicos nas áreas de telefonia, eletricidade e fornecimento de água potável;

- pela *redução dos investimentos públicos* em áreas sociais fundamentais para a população trabalhadora, como saúde, educação, saneamento, previdência, transporte, habitação e assistência social.

O principal pretexto que o governo utilizou para implementar essas políticas seguiu totalmente o diagnóstico e o receituário neoliberal, ou seja, de que vivíamos em um país endividado e gastador, um dispendioso Estado “protetor”. E a forma de superar a crise econômica e a falência desse Estado passava exatamente por esses passos: (1) a diminuição e o controle de todas as despesas – o chamado *ajuste fiscal* –; (2) a constituição de um caixa capaz de “honrar os compromissos” estabelecidos com os credores internacionais – o chamado *superávit primário* –; e (3) a atração de investimentos do grande capital internacional que, através da

privatização, substituiria o Estado, “com maior eficácia”, em diversos setores da economia, como os citados acima.

Para completar a situação acima e como pretexto para impedir a volta da inflação, o Banco Central – agora, com grande grau de “autonomia” política, concedida pelo governo – estabeleceu juros “astronômicos” para as operações financeiras de crédito, como medida para “inibir o aumento do consumo”. Como se a maioria dos trabalhadores brasileiros fosse formada por gastadores incontroláveis e as suas famílias tivessem todas as suas necessidades básicas atendidas...

Com tudo isso, segundo os defensores dessa ampla *reforma*, o Estado brasileiro ficaria mais “livre”, com maior capacidade para investimento de recursos nas grandes demandas sociais da população...

Você deve estar se perguntando: “Não entendi! Uma das medidas do governo FHC, para conter os tais gastos, não foi exatamente a redução dos recursos para as áreas sociais?!” Pois é... Foi isso mesmo que você leu... O governo FHC, apesar de eleito pela população, serviu aos interesses do grande capital e “feriu de morte” direitos fundamentais do povo brasileiro!



Patrícia Santos/Folhapress

Privatização: uma das medidas tomadas pelos governos federais brasileiros a partir dos anos 1990, que resultaram em consequências para o exercício da cidadania no Brasil. Na foto, manifestação em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 1996, contra a privatização de parte da Rede Ferroviária Federal S/A.

Para não parecer que este texto seja “um discurso político” vazio, segue um pequeno exemplo de redução dos recursos para a área social, na tabela a seguir:

Primeiro Governo FHC (1995-1998) – Ministério da Saúde: recursos autorizados para a saúde (em milhões de reais)	
1995	19.962
1996	18.583
1997	21.489
1998	19.101

Fonte: Governo Federal / Ministério da Saúde
(cf. NETTO, 1999, p. 83)

O aumento que ocorreu em 1997 foi decorrente da aprovação e recolhimento nesse ano, pelo Governo, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, um imposto criado para sustentar o volume crescente de gastos da saúde pública. Mas, em pouco tempo, esses recursos começaram a ser utilizados para outros fins – como o já citado *superávit primário* – e, em 1998, os recursos para a saúde, com CPMF e tudo, foram ainda menores do que aqueles investidos em 1995.

Outros exemplos, como o anterior, deixaremos a cargo das pesquisas que o professor e a turma poderão fazer sobre esse tema.

Direitos e cidadania no Brasil de hoje

Após a Era FHC, o país elegeu, no pleito de 2002, o ex-metalúrgico Luís Ignácio Lula da Silva, candidato derrotado em todas as eleições anteriores, desde a vitória de Collor de Mello, em 1989. Pela sua origem e pela sua história de luta como carismático e autêntico líder sindical da região industrial do ABCD paulista, no final da ditadura militar, Lula se tornou a esperança do povo brasileiro para a

retomada do caminho de conquista dos direitos de cidadania – caminho do qual “nos perdemos” durante a década de 1990.

Entretanto, para decepção de uma parte de seus eleitores, seus dois governos (2003-2010) ficaram muito aquém do que se poderia esperar de um representante direto e legítimo da classe trabalhadora. Logo no seu primeiro ano de mandato, como se acenasse simbólica e positivamente para o grande capital internacional, “assustado” com a vitória de um líder metalúrgico, uma das suas primeiras medidas foi a aprovação de uma lei que o Governo FHC tentou, mas não conseguiu implementar: o fim da aposentadoria integral dos servidores públicos! (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 174).

Depois, viriam outras medidas que também atacaram os direitos conquistados pelos trabalhadores através da mobilização e da luta, tais como as restrições ao direito de greve do servidor público.

Outras medidas de grande alcance social continuaram extremamente tímidas. Um exemplo que pode ser dado nesse sentido é a Reforma Agrária, que permitiria (1) a fixação do homem no campo, contribuindo para a diminuição da violência rural e urbana, e (2) o investimento na agricultura familiar, barateando a alimentação do povo brasileiro. Ao contrário desse tipo de ação, a principal aposta como *política social* do Governo Lula foi direcionada para o programa “Bolsa Família”, que permitiu o aumento temporário da renda dos brasileiros mais pobres, principalmente do interior do país, mas sem fornecer alternativas para a futura autonomia dessas famílias. Esse programa, no entanto, recebe cada vez mais recursos, por ter um retorno eleitoral incomparável, em relação a qualquer outra política.

Adaptado pelos autores



Três presidentes e duas “eras” da recente política brasileira: quais seriam as semelhanças e diferenças?

Contraditoriamente ao que sempre defendeu quando era oposição, Lula manteve as políticas de arrocho salarial dos trabalhadores, de ajuste fiscal e de superávit primário. Este alcançou um volume de recursos nunca antes visto – tanto que o presidente anunciou, em 2008, que a poupança existente no país permitiria que se quitasse integralmente nossa histórica *dívida externa*. Mas ele “se esqueceu” de comentar sobre outras dívidas que persistiram e aumentaram assustadoramente...

O Banco Central ganhou *status* de Ministério, mas adquiriu uma autonomia ainda maior do que na Era FHC, sendo dirigido por um ex-banqueiro do Bank of Boston, Henrique Meireles. E os juros que remuneram o capital internacional e aqueles que inibem o consumo e arrocham os créditos dos trabalhadores alcançaram níveis “estratosféricos”. Parodiando as falas do presidente da República, “nunca antes os grandes bancos privados haviam obtido tantos lucros e nunca os trabalhadores se endividaram tanto na História deste país!”

Com a Era Lula e a continuidade das políticas neoliberais – inclusive por parte da sua sucessora, sua ex-ministra, a economista Dilma Rousseff (2011-2014), eleita também pelo Partido dos Trabalhadores –, teve fim a ilusão de muitos trabalhadores brasileiros, no sentido de acreditar que mudanças substanciais, em termos de promoção de igualdade de direitos e de cidadania, seriam possíveis nos marcos do modelo capitalista.



A DIFÍCIL ARTE DE SER CIDADÃO

Antonio Castro Alves

O sentido que os gregos, os inventores da democracia, davam ao cidadão, certamente limitava-se ao fato de que ele deveria ser homem e nascido na *pólis*. Porém, o que nos legaram foi a indicação de que o conflito de interesses entre cidadãos só podia ser mediado pelo debate, pela palavra (*lógos*, em grego) expressa no Espaço Público (*ágora*, praça pública). Os destinos da cidade – portanto, de todos – estavam ligados indissolavelmente ao exercício da palavra que dava visibilidade ao cidadão. É sobre este aspecto, que a filósofa Hanna Arendt define a importância do Espaço Público: “Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública...” (ARENDR, 1983, p. 67).*

Entretanto, já em nossa era, a partir do século XV, a Modernidade instaura o domínio do Espaço Privado. O que foi a Modernidade? Podemos caracterizá-la de inúmeras maneiras. Mas, sem dúvida, podemos sintetizá-la, a partir do fim dos laços sociais que caracterizam o mundo medieval, como o momento da Cultura Ocidental em que surge a ideia de *indivíduo*, sujeito cujos laços sociais são, desde então, regidos pelo aparecimento da figura-modelo do *homem burguês*.

Segundo o historiador Richard Sennett, o Espaço Público vai perdendo gradativamente o papel que possuía para o exercício da cidadania, ou seja, o do exercício da civilidade: “A civilidade tem como objetivo a proteção dos outros contra serem sobrecarregados por alguém”. (SENNETT, 1988, p. 323).** Trata-se agora, ao contrário, da ascensão do Espaço Privado. Ou, segundo a expressão de Sennett, da “tirania da intimidade.” O que significa tal expressão? A concepção moderna de subjetividade, limitada à ideia de que somos apenas *indivíduos* (do latim, aquele que é indiviso), privilegiaria o Espaço Privado na medida em que nele exerceríamos algum poder sobre as nossas vidas privadas. (É muito comum certa concepção de liberdade como naturalmente exercida por *minha vontade, pelos meus desejos*). “As pessoas tentaram, portanto, fugir e encontrar nos domínios privados da vida, principalmente na família, algum princípio de ordem na percepção da personalidade.

(SENNETT, 1988, p. 318). Esta afirmação introduz na vida cultural um novo viés para a compreensão do ser do homem: o *homem psicológico*, aquele que pertence ao mundo privado dos sentimentos pessoais. Um intimismo que, segundo Sennett, se apresenta nas relações sociais, sob a forma do *narcisismo*.

Muitos filósofos acentuam a característica do narcisismo, tais como a filósofa brasileira Marilena Chauí, para compreender os obstáculos ao exercício da cidadania. Para ela, é decisiva a produção massiva de subjetividades que se orientem pelas imagens midiáticas do mundo como espetáculo, da vida como um show, do consumo como condição única da existência. Entretanto, para compreendermos melhor tais subjetividades narcísicas, é preciso que pensemos em um conceito que as sustenta: o *fetichismo da mercadoria*, momento em que as condições sociais de produção de bens de consumo são “apagadas” para que sejam realçados os objetos em si mesmos, caso em que “as mercadorias adquirem um sentido, um mistério, um conjunto de associações que não tem nada a ver com o seu uso”.

Certamente, a predominância do Espaço Privado como determinante das relações sociais e as expressões de uma subjetividade narcísica não elimina a herança grega da ideia de Espaço Público. Mas ainda é possível manter esta herança em decorrência das transformações definitivas ocasionadas pelo Espaço Privado? Ou precisaríamos criar um novo conceito de Espaço Público, para dar conta do efetivo exercício da cidadania?

Antonio Benedito de Castro Alves é professor de Filosofia da Rede Estadual de Ensino e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Graduado em Filosofia pela UERJ e em Comunicação Social pela UFRJ. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, do Rio de Janeiro.

* ARENDR, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

**SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Revendo o capítulo

- 1 – Qual a definição e as características da *cidadania* trabalhada no texto?
- 2 – O que significam *direitos civis, políticos e sociais*?
- 3 – O que é “cidadania regulada”?
- 4 – Por que o texto afirma que a construção da cidadania no Brasil é uma “corrida de obstáculos”? Exemplifique com base na nossa História.

Dialogando com a turma

- 1 – Monte, em equipe, um quadro que estabeleça uma comparação histórica entre a trajetória dos direitos, na Inglaterra e no Brasil, segundo as visões defendidas por Marshall e por Wanderley Guilherme dos Santos. Aproveite também para pesquisar a respeito e apresentar uma breve avaliação sobre o atual estado dos direitos no país, de acordo com as definições apresentadas pela Teoria das Gerações dos Direitos Fundamentais.
- 2 – Faça uma pesquisa a respeito dos recursos investidos em políticas sociais pelos governos FHC e Lula, comparando-os (cada equipe pode ficar responsável por uma determinada política social: educação, saúde, saneamento, habitação etc.).
- 3 – Monte um glossário que explique os termos utilizados na parte final do texto, tais como ajuste fiscal, superávit primário, dívida externa etc.

Verificando o seu conhecimento

1 - (ENEM, 1998)

Depois de estudar as migrações, no Brasil, você lê o seguinte texto:

O Brasil, por suas características de crescimento econômico, e apesar da crise e do retrocesso das últimas décadas, é classificado como um país moderno. Tal conceito pode ser, na verdade, questionado se levarmos em conta os indicadores sociais: o grande número de desempregados, o índice de analfabetismo, o déficit de moradia, o sucateamento da saúde, enfim, a avalanche de brasileiros envolvidos e tragados num processo de repetidas migrações (...)

(adap. VALIN, 1996, pág.5. In: *Migrações: da perda de terra à exclusão social*. São Paulo: Atual, 1996).

Analisando os indicadores citados no texto, você pode afirmar que:

- (A) o grande número de desempregados no Brasil está exclusivamente ligado ao grande aumento da população.
- (B) existe uma “exclusão social” que é resultado da grande concorrência existente entre a mão de obra qualificada.
- (C) o déficit da moradia está intimamente ligado à falta de espaços nas cidades grandes.
- (D) os trabalhadores brasileiros não qualificados engrossam as fileiras dos “excluídos”.
- (E) por conta do crescimento econômico do país, os trabalhadores pertencem à categoria de mão de obra qualificada.

2 - (ENEM, 2011)

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil.

Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico:

- (A) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.
- (B) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
- (C) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a Internet para agendar suas manifestações.
- (D) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.
- (E) tornou-se porta-voz da sociedade e influenciou o processo de *impeachment* do então presidente Collor.



Movimento dos Caras-Pintadas

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>.

Acesso em: 17 abr. 2010 (adaptado).

Pesquisando e refletindo

Livros:

ALENCAR, Chico (Org.). *Direitos mais humanos*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

Coletânea de artigos que discorrem sobre a situação dos direitos em nosso país, com a avaliação de vários especialistas no tema. Apesar de ser um livro do final da década de 1990, sua temática e suas reflexões continuam bastante atuais.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. 23. ed. São Paulo: Ática, 2012.

Escrito pelo jornalista Dimenstein para debater o tema “cidadania” e voltado para a utilização em sala de aula, o livro procura discutir o papel dos jovens como cidadãos, com seus direitos e deveres.

Filmes:

CRONICAMENTE INVIÁVEL (Brasil, 2000). Direção: Sérgio Bianchi. Elenco: Cecil Thiré, Daniel Dantas, Dan Stulbach, Zezé Mota. Duração: 101 min.

O filme mostra trechos das histórias de seis personagens, mostrando a dificuldade de sobrevivência mental e física em meio ao caos da sociedade brasileira, que atinge a todos independentemente da posição social ou da postura assumida.

OS MISERÁVEIS (*Les Misérables*, Reino Unido, 2012). Direção: Tom Hooper. Elenco: Hugh Jackman, Russell Crowe, Anne Hathaway, Amanda Seyfried. 152 min.

Musical. Após roubar um pedaço de pão para alimentar a sua família, trabalhador desempregado é perseguido por inspetor de justiça. Relato das injustiças sociais e dos excluídos na França pós-revolucionária (séc. XIX). Baseado no romance de Victor Hugo. Para ter acesso a informações da produção do filme: <http://www.osmiseraveisofilme.com.br/>
Obs.: Há outras versões deste filme, entre elas uma de 1998, produção dos EUA, dirigido por Billie August, elenco: Liam Neeson, Uma Thurman, Geoffrey Rush.

QUANTO VALE OU É POR QUILO? (Brasil, 2005). Direção: Sergio Bianchi. Elenco: Herson Capri, Ana Carbatti, Marcelia Cartaxo, Leona Cavalli, Caco Ciocler, Joana Fomm, Lázaro Ramos, Ana Lúcia Torres. 110 min.

Analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social no Brasil, que forma uma “solidariedade de fachada” através de Organizações Não Governamentais que atuam em comunidades carentes.

Conectados na internet e nas redes sociais

CORREIO DA CIDADANIA: <http://www.correiocidadania.com.br/>

Segundo seus organizadores, “o Correio da Cidadania é editado por uma sociedade sem fins lucrativos, a Sociedade para o Progresso da Comunicação Democrática, fundada em 1996, com o objetivo de colaborar com a construção da mídia democrática e independente”. O Portal apresenta informações diárias atualizadas, comentando os acontecimentos mais importantes que ocorrem no Brasil e no mundo. Acesso: fevereiro/2013.

BRASIL DE FATO: <http://www.brasildefato.com.br/>

Assim como o jornal, o Brasil de Fato é mais um instrumento de informação sobre as questões envolvendo a cidadania em nosso país. Acesso: fevereiro/2013.

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – LPP: <http://www.lpp-uerj.net/lpp/default.asp>

De acordo com seus responsáveis, “o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) foi criado em março de 2000 pela Reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para desenvolver atividades de pesquisa, análise e apoio às políticas públicas de caráter democrático. Suas atividades principais associam-se à discussão, balanço, monitoramento e formulação de estratégias governamentais que fortaleçam a constituição do espaço público como esfera de realização efetiva dos direitos cidadãos”. Portanto, em vista desses objetivos, trata-se de mais uma ferramenta para acesso a informações sobre a cidadania no Brasil, além de análises sobre as políticas sociais em geral. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

BRASIL – Autores: Cazuzu, Nilo Romero, George Israel. Intérprete: Cazuzu.
Um hino contra a corrupção política e a alienação provocada pela mídia.

CIDADÃO – Autor: Lúcio Barbosa. Intérprete: Zé Geraldo.

Uma excelente reflexão sobre a condição da cidadania no Brasil, sob o ponto de vista da classe trabalhadora.

Filme Destaque:

Embrafilme/ Leon Hirszman



ELES NÃO USAM BLACK-TIE

FICHA TÉCNICA:

Direção: Leon Hirszman

Elenco: Gianfrancesco Guarnieri, Fernanda Montenegro, Bete Mendes, Carlos Alberto Ricelli, Lélia Abramo, Milton Gonçalves

134 min. (Brasil, 1981).

SINOPSE:

Baseado na peça de teatro, originalmente escrita por Gianfrancesco Guarnieri, na década de 1960, o filme é ambientado em São Paulo, em 1980, e retrata, através da ficção, o momento de ascensão das lutas sindicais no ABCD paulista, no fim da ditadura militar.

Capítulo 14

“O Estado sou eu.” Estado e Democracia



Dorivan Marinho/Folhapress

Congresso Nacional,
uma das sedes do Poder
Legislativo no Brasil.

A frase do título foi atribuída a Luiz XIV, rei da França entre 1643 e 1715. Imagine se o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil de 1995 a 2002, e o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de 2003 a 2010, dissessem esta mesma frase. Seria um escândalo, certo?

Eles jamais poderiam ter dito isto, pois, ao contrário da época de Luiz XIV, hoje vivemos numa sociedade considerada democrática, onde os governantes são eleitos pelo povo para administrar o Estado, uma importante instituição social presente com muita força em nossa sociedade.

Porém, há 500 anos, na Europa, se algum indivíduo desagradasse ao

rei, seria enforcado ou decapitado. Não era possível falar mal do governo (no caso, o rei, seus herdeiros e seus aliados pertencentes à nobreza), fazer oposição ou sequer desobedecer às ordens de uma família real. Isso acontecia porque o Estado tinha “dono”: alguém que se dizia investido da autoridade de Deus. Ou melhor, se fazia o representante de Deus, na Terra.

Ainda bem que hoje é diferente! Concorda? Podemos dizer: elegemos o governo, temos leis que protegem o cidadão e as autoridades não podem fazer o que quiserem, quando bem entenderem. O Estado, hoje, é uma estrutura organizada que, através de leis, rege a vida em sociedade. Deus

não elege ninguém para comandar os indivíduos.

Mas, que ideia é essa de Estado no mundo moderno?

Utilizamos o conceito de **Estado**, hoje, para definir a forma como as sociedades se organizam no aspecto jurídico, econômico e político, diferentemente de **estado** do Brasil, que é a unidade federativa do país (como, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás etc.).

Todos fazemos parte de um Estado. Quando nascemos, nossos pais têm que ir ao cartório registrar nosso nome numa folha carimbada e reconhecida pelo Estado. Crescemos e tiramos o diploma escolar reconhecido pelo Estado. Completamos dezoito anos e tiramos carteira de identidade, CPF, Carteira de Trabalho, PIS etc., tudo para sermos reconhecidos pelo Estado.

O Estado moderno se caracteriza por um conjunto de instituições, que regem, através da chamada **ordem jurídica**, o funcionamento da sociedade. A ordem jurídica é constituída por um leque de normas aplicadas pelo Estado e reconhecidas, em geral, por todos os cidadãos.

O Estado compreende basicamente três funções:

- elaborar leis;
- administrar os serviços públicos e executar as leis;
- julgar a aplicação das leis, quando estas não estiverem sendo devidamente cumpridas.

É isto que faz com que existam os chamados “três poderes”: **Executivo**, **Legislativo** e **Judiciário**.

Este tema do Estado sempre foi um elemento de grande debate na Sociologia. O sociólogo Max Weber discutiu, assim como outros sociólogos, a questão do Estado.

Weber (1974) afirmou que o Estado podia ser caracterizado por dois elementos principais: “o aparato administrativo destinado à prestação de serviços e o exercício do monopólio legítimo da força.” O que ele queria dizer com isso?

Em primeiro lugar, o que significa falar em “aparato administrativo destinado à prestação de serviços”? Muito simples: Weber está se referindo a todo o corpo de funcionários que trabalham nas instituições pertencentes ao Estado, assim como ao conjunto de prédios e repartições públicas, às leis que regem o funcionamento dessas instituições e ainda aquelas que são vigentes em uma determinada nação. Tudo isto forma um “aparato administrativo”, com suas normas e rotinas de funcionamento. Como faz parte do Estado, esse aparato precisa estar disponível a todas as pessoas, sem distinção.

Já a segunda frase exige algumas explicações a mais. Afinal, por que “o exercício do monopólio legítimo da força”?

Ora, não basta a existência de uma determinada lei ou norma, para que ela seja de fato obedecida pela maioria da população. É só pensarmos em certas regras presentes no nosso cotidiano, por exemplo, as que são comuns a quem frequenta espaços públicos, “não pise na grama” ou “não jogue lixo na praia”. Sem algum tipo de coerção mais efetiva, essas regras não são cumpridas. Há algumas décadas atrás, as pessoas fumavam em ambientes fechados, como ônibus, lojas e bares, sem a mínima preocupação com quem estava ao seu lado e não queria aspirar a fumaça. Regras mais rígidas foram implantadas, com multas tanto para os estabelecimentos que permitiam este hábito para não perder os seus clientes fumantes... como a punição para estes. O mesmo vale para a prática de ingerir bebida

alcoólica e depois dirigir. Isto sempre foi muito comum – até o momento em que, em função da constatação cada vez maior da associação direta entre álcool e acidentes graves de trânsito, elaborou-se uma legislação que passou a punir com rigor os motoristas que bebiam.

O que estamos comentando, então, tendo em vista essa conceituação apresentada por Max Weber, é que a aplicação das leis em geral, para que sejam obedecidas por todos, pressupõe algum tipo de *coerção* por parte do Estado sobre todas as pessoas (isto nos faz lembrar Durkheim, correto?). Essa coerção é exercida pelo Estado através, num primeiro momento, da legislação; num segundo momento, da força policial. Somente o Estado é “autorizado” a fazer isso; melhor dizendo: é o Estado que detém o *monopólio* nesse sentido – trata-se de uma “exclusividade” legal, um procedimento que não pode ser executado por qualquer outro grupo ou instituição, a não ser de forma *ilegal*, “fora da lei”.

O Estado, portanto, é a única instituição social reconhecida por todos como “legítima” no sentido de aplicar a lei ou, se esta não for obedecida, a força. Daí é que vem o segundo termo presente na frase que estamos explicando: a ideia de *legitimidade*.

E agora, ficou mais fácil de entender a ideia de Weber?

Pois bem, voltando: era necessário que o Estado tivesse *legitimidade* para governar e, assim, exercer o seu poder. A legitimidade do Estado seria dada, portanto, através das leis elaboradas por suas instituições políticas.

A outra característica do Estado identificada por Weber está diretamente relacionada a isso e se refere ao monopólio das armas e ao exercício da violência, quando necessário.

Entendido isso, vamos em frente, avançando um pouco mais na teoria sociológica de Max Weber.

O poder do Estado é definido por Weber como *legítimo*, exercendo uma forma de *dominação legal*, pois sua autoridade e seu poder são reconhecidos por aqueles que se submetem a ele, com o seu aparato de leis e normas, sustentadas pela burocracia.

Para o sociólogo Julien Freund – um estudioso das teorias de Max Weber – a dominação é a expressão prática e empírica do poder (cf. FREUND, 1980, p. 161), ou seja, é através da dominação que o poder é exercido de fato. No caso da citada *dominação legal*, a desobediência às leis por parte de um indivíduo ou de um grupo social significaria, como reação imediata, a autorização para o uso legítimo da força por parte do Estado.

Além da dominação legal, Weber formula duas outras formas de dominação possíveis, tão legítimas quanto o poder do Estado: a *dominação carismática* e a *dominação tradicional*. A primeira se dá quando há uma obediência voluntária a uma personalidade reconhecida socialmente por todos. Essa personalidade, segundo Weber, deteria um “poder mágico”, entendido como uma característica dessa liderança carismática. Já a segunda pode ser entendida como aquela que é exercida por uma liderança reconhecida historicamente



Folhapress

Getúlio Vargas governou o Brasil por dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Podemos dizer que ele exerceu no Brasil uma *dominação carismática*?

pelos indivíduos pertencentes a uma determinada instituição ou grupo social. Trata-se de uma obediência dada pelo hábito, pela tradição. Um exemplo seria o poder exercido pelo papa da Igreja católica: no caso dos membros que pertencem à hierarquia da Igreja, sua autoridade tem “força de lei”, pelo fato de pertencerem à instituição, mas no caso dos fiéis católicos, a sua autoridade tem como fundamento, além da fé, a tradição, dada pela história da constituição da própria Igreja.

Mas, você poderia perguntar: nesse exemplo, não seria o caso de uma “dominação carismática”? Não necessariamente. Poderia ser um caso também, de fato, comparando-se com a liderança exercida por alguns pastores protestantes ou por determinados políticos. Mas, independente dele ser “carismático” ou não, apresentando características nesse sentido, o que determina a sua autoridade é a tradição.

Mas, voltando ao debate sobre o Estado: quem exerce de fato o poder, enquanto forma de dominação legal?

É o *governo*. Este é compreendido como sendo a direção e a administração do poder público.

Como no senso comum há certa confusão entre os conceitos de “governo” e de “Estado”, vamos tentar esclarecer isso através de um exemplo sobre o Brasil atual.

No período do governo Lula, falava-se que ele, um operário, “está no poder”. Esta afirmação não é verdadeira. A função do presidente da República é a de “exercer o governo”, ou seja, administrar os órgãos do Estado vinculados ao Poder Executivo.

Já o Estado é mais amplo; trata-se de uma instituição de caráter permanente. Quando um presidente termina o seu mandato, outra pessoa é eleita para governar o Brasil. Já o Estado, na sua essência, continua o mesmo.

Resumindo, podemos ter as seguintes definições:

Estado: é um conjunto de instituições permanentes, distribuídas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Estes, segundo suas atribuições específicas, servem de “suporte” legal para o funcionamento da sociedade.

Governo: é uma ação política e administrativa vinculada principalmente ao Poder Executivo. A ação do governo é orientada por um conjunto de programas e projetos, apresentados por um ou mais partidos políticos – no caso das democracias representativas, escolhidos através do voto, durante as eleições. Esses programas e projetos são transformados pelo governo em diferentes *políticas públicas* (saúde, educação, meio ambiente etc.). As políticas públicas são de caráter periódico, modificando-se de acordo com o grupo de interesses que detém o poder político naquele momento específico da História.

Mas, não existem governos que não foram eleitos?! Correto! Portanto, precisamos estudar e compreender as várias *formas de governo*.

No início do texto falávamos que, na Europa de cinco séculos atrás – e até há bem pouco tempo – tínhamos o poder exercido pelos reis e pela família real. Aquele tipo de governo era denominado **monarquia**. No Brasil, também tivemos a nossa, a partir da Independência, em 1822, e durante quase todo o século XIX, com Dom Pedro I, sucedido pelo seu filho, Dom Pedro II.

A queda das monarquias na Europa abrangeu os séculos XVII a XIX. Seu fim foi decorrência de uma série de mudanças nas ideias políticas, culturais

e religiosas que se mantinham desde a Idade Média, mas que, a partir de um certo momento, passaram a servir de obstáculos à expansão e à consolidação do *capitalismo*. Daí a eclosão de diversas *revoluções sociais* – de que são exemplos a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, e a Revolução Francesa –, e o conseqüente surgimento das *democracias liberais*, expressas principalmente numa forma de governo denominada **república**. Esta se caracterizava pelo fato de os membros do governo serem eleitos periodicamente pelo povo.

Acervo da Biblioteca Nacional de França



A Revolução Francesa, pela sua importância, é considerada como o marco de inauguração de uma nova era da História da humanidade. Tela: Tomada da Bastilha (1789) de Jean-Pierre Louis Laurent Houel (1735-1813).

Citamos aqui a Inglaterra – e a sua forma de governo continua sendo a monarquia, não é? Isto é para percebermos que essas definições não são tão simples assim...

Quando citamos as queda das monarquias como forma de governo, estávamos nos referindo, na verdade, ao fim do Estado absolutista, no qual os reis representavam exatamente o que pensava Luís XIV, citado no início deste capítulo: “O Estado sou eu”. Essa forma de governo não poderia ter tido continuidade em uma sociedade com tantas mudanças, provocadas pela ascensão do capitalismo e a defesa dos interesses políticos e econômicos da burguesia. Por outro lado, nada impediria

que a monarquia pudesse continuar existindo “formalmente” – ou seja, desde que fosse somente uma função mais “protocolar”, sem poder decisório. Assim, tanto no Reino Unido, como em diversos países que fizeram suas revoluções capitalistas, a monarquia, de certa forma, sobreviveu até os dias de hoje. Mas o governo, na quase totalidade dos casos, é exercido por um Parlamento, em que seus membros são eleitos como representantes da população. Os parlamentares, depois, escolhem o seu primeiro-ministro, que é aquele que de fato exerce o Poder Executivo.

Esta forma de governo é chamada de monarquia parlamentar constitucional – ou seja, o rei obedece à Constituição –, mas o seu regime político é a democracia representativa.

São exemplos, hoje, de monarquias parlamentares constitucionais, além do Reino Unido, a Espanha, a Suécia, a Holanda, a Dinamarca, a Bélgica, e os pequenos principados de Mônaco e Luxemburgo.

Outra definição de Estado – entendido sob um ponto de vista diferente daquele defendido por Max Weber – é aquela vinculada às teorias formuladas originalmente pelos pensadores Karl Marx e Friedrich Engels. Segundo esta visão, o Estado teria surgido, na História da humanidade, como resultado do conflito existente entre classes sociais antagônicas. Assim, o Estado teria se tornado uma necessidade concreta das classes economicamente dominantes, objetivando a criação de novos meios de dominação política, de repressão e de exploração das classes oprimidas.

Perceba, nas palavras de Friedrich Engels, em uma obra publicada em 1884, como essa concepção – conhecida como “histórico-crítica” – trata o papel do Estado através da História, a partir dessa ideia de conflito entre as classes:

(...) Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Nesta situação, achava-se a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; de igual maneira, o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles.

(ENGELS, 2005, p. 194)

Refletindo sobre o texto de Engels, podemos dizer que o Estado não seria apenas um instrumento de dominação da classe dominante. De acordo com o momento histórico, como ele destacou, o Estado poderia se transformar em um “mediador” dos conflitos entre as classes sociais. Será?! Voltaremos ao assunto mais à frente.

No século XX, enquanto proliferavam as democracias liberais, apareciam também as chamadas **ditaduras**. Esta forma de governo apresentou-se de maneiras distintas, através da História: umas, com grande adesão da população; outras, legitimadas por alguns grupos e classes sociais; outras, ainda, comandadas por militares etc. As ditaduras tiveram origem a partir do aprofundamento de crises sociais e políticas, determinadas por fatores relacionados à História específica daquelas sociedades, conjugados com aspectos relacionados à conjuntura externa. Podemos citar como exemplos de conjunturas de crise ou pós-crise o final da Primeira

Grande Guerra Mundial, em 1918, ou o período da *Guerra Fria*, que durou desde o final da II Grande Guerra, em 1945, até o fim da URSS e a queda do Muro de Berlim, no período de 1989 a 1991. Assim, são exemplos de ditaduras durante o século XX: a Alemanha nazista, comandada por Adolf Hitler; a Itália fascista, dirigida por Mussolini; o Brasil durante o *Estado Novo*, presidido por Getúlio Vargas (1937-1945); as diversas ditaduras militares que foram implantadas, no Brasil e na América Latina, durante os anos 60, 70 e 80, do século XX; a ex-URSS, a partir da ascensão de Stálin etc.

E onde fica a democracia nesta história?

APRENDENDO A VOTAR

O voto? A resposta do senso comum costuma vir rápida: um ato de cidadania, um direito e um poder, uma garantia livre de opinião política, símbolo da democracia. Ou, segundo as definições mais conceituais dos dicionários: ‘modo de manifestar a vontade ou opinião num ato eleitoral ou numa assembleia; sufrágio’; ‘ato ou processo de exercer o direito a essa manifestação, e seu resultado’.

Este modo ou ato de exprimir princípios tão abstratos pode ser lido e visualizado, em todo o seu desenrolar, nos códigos jurídicos, nas reportagens das TVs e nas fotos de jornal. A cada eleição, imagens jornalísticas registram os movimentos e gestos familiares do cidadão-eleitor dirigindo-se à sua sessão eleitoral para realizar esse ato pleno de referências simbólicas, utilizando-se de objetos concretos, que parecem ter sempre feito parte de nossa realidade (cédulas, cabines, título de eleitor, mais recentemente urna eletrônica etc.). De tão rotineiros na nossa vida

política, deslembramos o fato de que a prática desses gestos e o uso desses objetos nos foram, progressivamente, impostos e codificados ao longo de dois séculos (...).

(Extraído do texto da professora Letícia Bicalho Canêdo. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.), 2003, p. 517)

Já apresentamos a ideia de cidadania e direitos e, a seguir, o Estado e o governo. Agora, vamos retomar o tema da cidadania, mas, desta vez, trocando algumas ideias sobre uma das formas de exercício da chamada *cidadania política*. O que queremos dizer com esse termo?

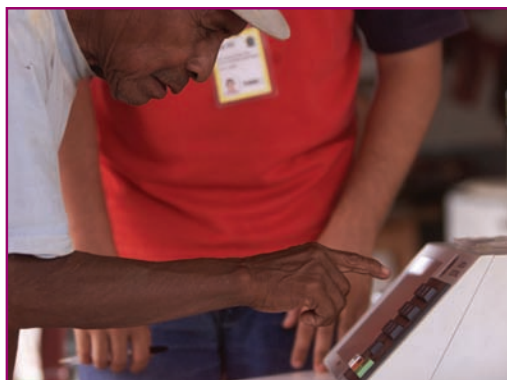
A forma mais comum, usual, de nos referirmos à *cidadania política* é identificá-la essa ideia com o direito que o cidadão tem de eleger, pelo voto direto, os seus representantes, sejam eles vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores ou presidentes da República.

Nesse caso, o voto cumpre o papel de ser um instrumento regular de “renovação do poder político”, ou seja, de tempos em tempos, em um prazo pré-estabelecido em lei (de quatro em quatro anos, por exemplo), o eleitor se dirige ao seu local de votação e escolhe aqueles que irão representá-lo no cuidado com a *coisa pública* – daí a palavra “república”, formada pela expressão romana *res publica*, que subentende que as coisas públicas devem ser de interesse de toda a população.

Como chama a atenção o trecho retirado do artigo escrito pela professora Canêdo, nem sempre foi assim. Apesar de ter se transformado em uma prática bastante comum na História recente do Brasil, o ato de votar periodicamente foi uma conquista

da população organizada, obtida a partir do enfrentamento com o poder ditatorial que se instalou no país com o golpe civil-militar de 1964. Após esta data, as primeiras eleições consideradas “livres” ocorreram somente em 1982. Mas, para a presidência da República, somente voltamos a exercer o direito ao voto em 1989 – vinte e cinco anos depois do golpe. Portanto, uma geração inteira de brasileiros teve a sua *cidadania política* cassada, não tendo como eleger de forma direta os seus governantes.

Tuca Vieira/Folhapress



O voto é um instrumento regular de renovação do poder político (urna eletrônica brasileira).

Mas, o que será que isso significa? Será que é realmente importante para as nossas vidas escolher os nossos governantes e parlamentares através do voto? Qual o significado das eleições para a vida da população em geral? Qual tem sido o resultado concreto dessa prática rotineira, retomada aos poucos durante a década de 1980? Estas questões merecem uma boa reflexão, não é mesmo?

Como veremos ainda neste capítulo, a cidadania política não deve ser identificada apenas pelo exercício periódico do voto. Existem outras formas de participação política ativa das pessoas em geral, muitas vezes mais eficazes sob o ponto de vista dos seus resultados práticos, do que, simplesmente, votar e eleger seus representantes. No momento, entretanto, vamos conversar um pouco mais sobre a ideia de democracia.



A Grécia Antiga é considerada como o berço da democracia. “Ruínas do Parthenon” (1880) – Tela de Sanford Robinson Gifford (1823-1880), acervo Concoran Gallery of Art (Washington DC-EUA).

Afinal, o que é mesmo democracia?

A palavra **democracia**, que significa “governo do povo” (das palavras gregas *demos* = povo + *kratein* = governar), foi utilizada pela primeira vez pelo historiador Heródoto, no século V a.C., para se referir a um tipo de experiência de exercício do poder que aconteceu durante um determinado período, na Grécia Antiga. A democracia grega era bastante limitada: afinal, o cidadão que detinha direitos políticos era somente o homem grego adulto e proprietário de terras, pertencente à classe dominante – portanto, uma minoria da população. Estavam excluídos da democracia grega os jovens, as mulheres, os estrangeiros, os pobres e os escravos.

A democracia grega era uma democracia direta, ou seja, o povo governava tomando as decisões políticas, em assembleias que poderiam reunir, segundo os historiadores, até seis mil pessoas.

Até o final do século XVIII, o que se entendia como democracia era essa forma direta. Essa era, por exemplo, a compreensão que tinha na época o filósofo iluminista francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que desenvolveu sua tese a respeito numa obra clássica intitulada *O contrato social* – (por causa dessa ideia de “contrato”, esses pensadores são também chamados

de *contratualistas*. Para Rousseau, a *vontade geral* do cidadão somente poderia ser exercida por ele próprio, de forma direta, reunido em assembleia com o restante do povo. A *vontade geral*, assim, deve ser entendida como aquela que permitiria a coincidência entre os interesses de cada pessoa e os interesses de todos. O acordo entre esses interesses, decidido em assembleia, é que constituiria o chamado *contrato social* (cf. ROUSSEAU, 1973).

Mas o modelo de democracia que acabou prevalecendo entre os iluministas foi aquele formulado por outro contratualista, o filósofo inglês John Locke, que viveu entre 1632 e 1704 – portanto, antes do nascimento de Rousseau. Locke foi contemporâneo da Revolução Gloriosa, de 1688, que pôs fim ao Absolutismo na Inglaterra do século XVII. Na sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, escrito em 1690, Locke (1978) defende que o poder monárquico deveria ser controlado através de um contrato, mediante a elaboração de uma Constituição. Como já estudamos em História, a revolução da qual Locke foi contemporâneo significou a ascensão do poder da burguesia na Inglaterra que desde então, e até hoje, consagra o regime político da Monarquia Constitucional, no qual “o rei reina, mas não governa”. Quem exerce o poder de fato é o Parlamento, que elege para o cargo de governante o

primeiro-ministro. Vem daí a expressão “rainha da Inglaterra”, quando queremos nos referir a alguém que aparenta ter o poder, mas que de fato “não apita em nada”...

O primeiro-ministro inglês é o chefe do *Poder Executivo*, coordenando uma equipe de ministros de Estado. Nestes casos, o primeiro-ministro é escolhido de forma indireta, ou seja, não foi eleito pelo voto do povo, mas do Parlamento (cujos deputados – estes sim – são eleitos pelo povo). Mas, como o exercício do poder cabe ao Parlamento, intitulamos esse tipo de *sistema de governo* de **Parlamentarismo**.

De outra forma, se o exercício do poder cabe ao presidente da República, temos então o *sistema de governo* intitulado **Presidencialismo**, que é outra forma de exercício do Poder Executivo, já que, nele, o presidente eleito e os ministros por ele escolhidos têm como principal função, além de administrar o Estado, a execução e o cumprimento das leis.

Devemos observar que, no Presidencialismo, o chefe do Executivo pode ser eleito ou não de forma direta. É dessa forma que ocorre, por exemplo, no caso do Brasil e da maioria dos países que adotam esse sistema de governo. Esse não é o caso, porém, dos Estados Unidos da América, onde o presidente é eleito por um Colégio Eleitoral, cujos

representantes são votados em cada estado da federação norte-americana, de acordo com uma determinada regra de proporcionalidade.

A teoria da “divisão entre os poderes” também teve origem no Iluminismo, mas elaborada por outro pensador francês influenciado por Locke, chamado Montesquieu (1689-1755). Na sua obra *O espírito das leis*, Montesquieu – que, diferentemente dos demais filósofos citados, tinha origem na nobreza – criou uma tipologia de formas de governo na qual uma não sobressaía sobre a outra, fosse ela a monarquia constitucional, a república ou o despotismo. Não existiria uma forma ideal para qualquer povo ou nação, mas sim aquela que fosse mais adequada a fatores de ordem climática ou geográfica.

Mas foi a “doutrina dos três poderes” a maior contribuição de Montesquieu à teoria política contemporânea. Ele entendia que o governo precisava dividir o seu poder em três setores: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, com cada um deles limitando a força dos outros dois. Em linhas gerais, o Poder Executivo deveria exercer o poder a partir das leis elaboradas pelo Poder Legislativo, sendo ambos controlados pelo Poder Judiciário que administraria os conflitos que eventualmente ocorressem entre os outros poderes.

A Revolução Americana marcou a eclosão da era das revoluções liberais. Cena da assinatura da Constituição Americana, (1940) tela de Howard Chandler Christy (1873-1952).



Arquivo do Capitólio dos Estados Unidos da América.

A partir da maior difusão das ideias iluministas na Europa e nas Américas, e a consequente eclosão das revoluções liberais, como foi o caso da Revolução Americana, (1775–1783), e a Revolução Francesa, entre 1789 e 1815, a democracia assumiu um caráter mais amplo, representando o regime que garantiria os direitos políticos de todos os cidadãos, no qual “todos os homens são iguais perante a lei”. Na prática, é claro que não foi isso o que aconteceu, já que a burguesia francesa, com as lutas que se travaram nesse período, se apoderou do poder político e se impôs desde então como a classe social dominante, subjuguando o proletariado. Mas o lema revolucionário “Igualdade, Liberdade, Fraternidade” não foi alterado, atestando que aquilo que está escrito não precisa, necessariamente, corresponder à realidade dos fatos... Estava sendo inaugurada, com isso, a era das **democracias liberais**.

A ascensão da democracia liberal

A *democracia liberal* representou a tentativa de consolidação do poder e da dominação de classe da burguesia, significando a interseção entre as ideias políticas defendidas pelo Iluminismo, com as mudanças sociais e econômicas desencadeadas pela Revolução Industrial.

Em relação à economia, os pensadores que defendiam os interesses da burguesia ficaram conhecidos como pertencentes à Escola Clássica, com as suas ideias intituladas de *liberalismo econômico*. Entre outros membros dessa escola, podemos destacar os pensadores Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e Jean-Baptista Say. A obra que pode ser considerada como de maior influência da economia clássica foi *A riqueza das Nações*, escrita por Adam Smith e publicada em 1776. Nela,

Smith defende uma ampla liberdade econômica para a burguesia, atacando qualquer forma de intervenção por parte do Estado – naquela época, ainda caracterizado pela Monarquia Absolutista e pelo mercantilismo.

As Revoluções Americana e – principalmente pelas suas características – a Francesa, sob a inspiração das ideias iluministas, representaram, portanto, a derrubada definitiva do Antigo Regime e das classes que o sustentavam, a nobreza e o clero, pondo fim ao Absolutismo. Esse processo de mudanças teve as suas idas e vindas durante o século XIX, quando as classes sociais que representavam o Antigo Regime ainda tentaram retomar o poder político – como aconteceu durante a chamada *restauração*, ocorrida na França e na Europa a partir da derrota de Napoleão Bonaparte para as forças conservadoras que se reuniam em torno do Congresso de Viena (1814-1815), como a Rússia, a Áustria e a Prússia que pretendiam “restaurar” a ordem feudal-absolutista. Porém, a partir de 1830, uma nova onda revolucionária varreu a Europa, comandada pela burguesia e seus ideais liberais e nacionalistas, dando um fim à tentativa de retomada do poder político por parte das classes sociais do Antigo Regime.

Entretanto, podemos dizer que a consolidação da democracia liberal como modelo político se configurou somente durante o século XX, em meio a diversos outros conflitos e embates, tanto com a alternativa autoritária do capitalismo – fornecida pelos regimes fascistas – quanto contra a alternativa socialista, representada pela revolução Russa, ocorrida em 1917.

Com a derrota do fascismo, ao fim da II Guerra Mundial, em 1945, o capitalismo viveu uma era inigualável de rápido desenvolvimento social e econômico, com a produção de uma extrema riqueza e a implementação



A Estátua da Liberdade, localizada na Ilha de Ellis, Nova York, EUA, é considerada como o maior monumento do planeta em homenagem à democracia liberal. Seu nome oficial é “A Liberdade iluminando o mundo”, foi inaugurada em 1886, sendo um presente da França aos Estados Unidos, durante a comemoração do centenário da assinatura da sua Declaração de Independência.

de diversas políticas sociais de bem-estar, como destacamos anteriormente. Nesse contexto, a democracia liberal foi a forma de governo implantada com sucesso nos principais países capitalistas, tendo como principal característica a consolidação da democracia representativa, com eleições periódicas e alternância de poder entre os partidos políticos.

A grave crise econômica que afetou o capitalismo a partir dos anos 1970, no entanto, provocou a crise também desse modelo político liberal tradicional, trazendo mudanças que ainda se encontram em curso neste século XXI.

Recentemente, foi criado um novo conceito: o de *democracia participativa* que ainda não pôde ser considerada como uma nova forma de governo, pois não foi experimentada em nível nacional. A discussão sobre a democracia participativa surgiu a partir dos grupos sociais subalternos que se organizaram para reivindicar, do poder público, melhorias na qualidade de vida das suas cidades, através da execução de políticas que atendessem às necessidades da maioria da população. Esses grupos

chegaram à conclusão de que *as democracias liberais não garantiam nada além de uma democracia formal*. Ou seja, o cidadão que “cumprira o seu *dever*” de pagar em dia todos os impostos recebia, em troca, o *direito* de participar da escolha dos seus *representantes*, nos poderes Executivo e Legislativo, através do voto direto. Nada mais!

Mas, o que significa a democracia participativa?

Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2002), a ideia de *democracia participativa* tem a intenção de resgatar o caráter revolucionário que a democracia tinha por ocasião da Revolução Francesa, contribuindo para que o povo perceba que ele próprio é o verdadeiro sujeito e a razão de ser do poder político. Segundo Santos, algumas características da globalização “têm devorado as promessas do progresso, da liberdade, da igualdade, da não discriminação e da racionalidade” (SANTOS, 2002, p. 17) e que, portanto, a democracia participativa surge como uma nova alternativa de governo, visando exatamente recuperar esses ideais perdidos de igualdade, liberdade e fraternidade.

Assim, a democracia deveria deixar de ser entendida simplesmente como um sistema formal de regras eleitorais, no qual o compromisso do cidadão se resume ao ato do voto. Esse modelo de democracia vigente na maioria esmagadora dos países capitalistas – ou seja, a democracia liberal exclusivamente representativa – não seria suficiente para dar conta das questões sociais mais urgentes e construir a cidadania a partir dos interesses da própria população.

A democracia participativa seria caracterizada pela constituição de mecanismos baseados na ideia de *democracia direta*, recuperada do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, mas adaptada à reali-

dade das sociedades atuais. Nesse novo modelo, a partir da implementação de uma série de dinâmicas e de regras decisórias, a população de uma cidade poderia ser convidada a debater os seus problemas concretos e mais imediatos, estabelecendo prioridades através do voto e acompanhando a destinação das verbas públicas, por meio da criação de Conselhos.

No Brasil, a experiência de democracia participativa, considerada por diversos estudiosos como de maior sucesso na sua execução, foi o Orçamento Participativo, desenvolvido pela Prefeitura de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, a partir de 1989, sob a administração do Partido dos Trabalhadores – PT. A participação efetiva da população da cidade na definição das prioridades de investimento de parte do orçamento público municipal, segundo diversas análises, teria sido a principal responsável pela permanência do PT por dezesseis anos, ininterruptos, à frente do Executivo local, assim como pela difusão dessa experiência para diversas cidades do país, inclusive outras capitais como Recife e Belo Horizonte.

Outro exemplo de democracia direta implantada em algumas cidades brasileiras são os Conselhos Populares – espaços públicos onde a população e setores organizados da sociedade podem discutir e decidir, em conjunto com o poder público, as políticas voltadas para determinadas áreas, como saúde e educação.

Além dos exemplos acima, que são experiências desenvolvidas em nível local e, por isso, de participação direta mais efetiva, existe ainda a possibilidade de utilização de outros mecanismos de democracia direta no plano nacional. A Constituição Federal Brasileira de 1988 instituiu instrumentos de participação direta, tais como o *plebiscito*, o *referendo* e a *iniciativa legislativa po-*



Raimundo Paccio/Frame/Folhepress

Em Belém, festa de comemoração pelo resultado do primeiro plebiscito realizado no Brasil para dividir um estado, em 2011. A população rejeitou a proposta de divisão do Pará em três novos estados.

pular. Esta última, por exemplo, garante a apresentação de uma proposta de lei ao Congresso, à Assembleia Legislativa estadual ou ainda à Câmara de Vereadores de qualquer município, desde que subscrita por um determinado número de eleitores. Esse tipo de iniciativa legislativa foi utilizada com grande força pelos movimentos sociais organizados durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, com a apresentação de projetos de lei ao Congresso que, na época, reuniram milhares de assinaturas.

Em 1993, houve uma grande mobilização nacional para a votação em um plebiscito, previsto por ocasião da elaboração da Constituição de 1988, que poderia mudar o sistema de governo vigente no país, de Presidencialista para Parlamentarista. A proposta foi recusada pela maioria da população, assim como, no mesmo plebiscito, foi rejeitada pela maioria dos brasileiros eleitores a possibilidade de mudança da forma de governo, pois a Constituição de 1988 também incluiu na consulta a possibilidade de retorno da Monarquia.

Devemos registrar que esse tipo de instrumento de participação direta, apesar de não constar como uma regra constitucional, já havia sido utilizado em 1963. Naquela época, em função da

renúncia do presidente eleito em 1960, Jânio Quadros, e a crise política e militar que se instaurou com a possibilidade da posse do vice-presidente João Goulart, o Congresso Nacional, através de um golpe, deliberou pela mudança do sistema de governo para o Parlamentarismo, impedindo a posse de Goulart com seus plenos poderes de presidente, entregando a função mais alta do Poder Executivo a um primeiro-ministro. No entanto, por meio de um plebiscito, ocorrido em 1963, os eleitores definiram que o sistema de governo brasileiro deveria ser o Presidencialismo, devolvendo o pleno exercício do poder a João Goulart.

Existem diversas limitações e lacunas nas iniciativas de democracia participativa contemporânea. Uma delas diz respeito ao fato de que, no caso das experiências de Orçamento Participativo, por exemplo, percebermos o percentual mínimo ou a parcela bem reduzida do orçamento público que é reservada para efeito de deliberação popular. Outra limitação que pode ser apontada é que essas experiências ficaram restritas aos governos locais, não alcançando populações de maior porte, como os estados e o país como um todo – nessas esferas de poder as alternativas de democracia direta se restringem, principalmente, aos mecanismos previstos na Constituição citados anteriormente.

A adoção dessas alternativas teve como um dos seus objetivos a tentativa de revitalizar a democracia representativa. Esta não é excluída nesses processos decisórios, nos quais a democracia participativa acaba por assumir um caráter

complementar. De qualquer forma, a crítica principal que pode ser feita hoje em dia, após décadas de Orçamento Participativo, Conselhos Populares e os mecanismos previstos pela Constituição de 1988, é no sentido de perceber que essas experiências, em nenhum momento, alteram o caráter extremamente excludente e antidemocrático do capitalismo – uma característica que faz parte da sua própria existência e desenvolvimento histórico.

O que é a democracia representativa num mundo neoliberal? A História política recente do Brasil como exemplo

Como afirmamos, anteriormente, o *Estado Providência*, de pleno emprego, altos salários e plenos direitos para todos os indivíduos, apresentava a *democracia* como forma de governo, com partidos políticos representativos, inclusive dos trabalhadores – como se apresentavam os partidos identificados com o Estado de Bem-estar, defensores da *social democracia* e do *trabalhismo*. Estes poderiam ser definidos como *partidos progressistas*. Mas existiam também os partidos que eram representantes do capital, sempre apresentando uma visão política *conservadora*, isto é, contrária a mudanças que pudessem colocar em risco os interesses dos setores privados.

Um dos momentos da História recente do Brasil: a campanha pelo retorno das eleições diretas para presidente da República, após a ditadura civil-militar instaurada em 1964. A campanha, com ampla participação popular, ficou conhecida como *Diretas Já!* Na foto, a população de Brasília vai às ruas com faixas e cartazes, em 6 de junho de 1984.



João Araújo/Folhapress

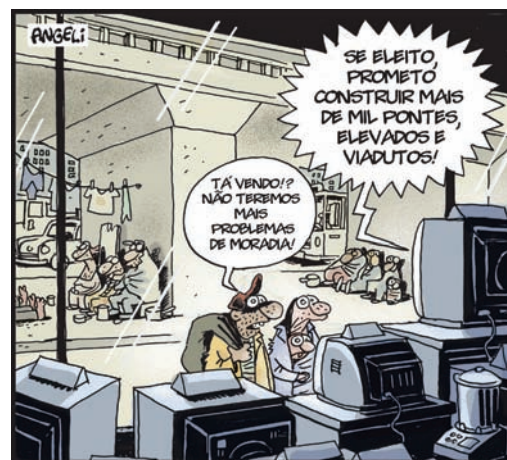
E como é hoje, num mundo neoliberal, onde o desejo dos capitalistas em privatizar tudo e flexibilizar ao máximo as relações de trabalho, com o objetivo de aumentar a acumulação de capital pelas grandes empresas?

Pensando na História recente do Brasil – nestes últimos trinta anos entre a década de 1980 e os dias de hoje –, muita coisa aconteceu. Promulgou-se uma nova Constituição em 1988. Realizaram-se eleições diretas para presidente: em 1989 (a última tinha ocorrido em 1960!), com a vitória de Fernando Collor de Mello; após o *impeachment* deste (1992), ocorreram eleições em 1994 e 1998, ambas vencidas pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso; as duas eleições seguintes (2002 e 2006) foram vencidas pelo ex-operário Luís Inácio Lula da Silva. Este ainda contribuiu para eleger a sua sucessora, a economista Dilma Rousseff, em 2010 – Dilma veio a ser a primeira mulher a ser eleita para o cargo máximo do Poder Executivo.

Além disso, desde o final dos anos de 1970, presenciamos uma série de movimentos sociais, manifestações e eventos históricos, que refletem o grau de participação e mobilização do povo brasileiro, tais como as greves operárias do ABCD paulista, o movimento negro, o movimento feminista, o movimento popular nos bairros de periferia, os sem-terra, os sem-teto, o movimento estudantil, o movimento das Diretas Já!, o *impeachment* de Fernando Collor de Mello e os jovens “caras pintadas” etc.

Muitas vezes, esses movimentos que ocorrem na sociedade se traduzem na organização de *partidos políticos*, que defendem as suas causas em torno de um Programa Político, elaborado pelos seus filiados e aprovado em uma Convenção Partidária. Para se entender o emaranhado de “diferentes” partidos é necessário o recurso à História das ideias políticas e a uma análise da sua

trajetória e de sua composição, ou seja, quem são as suas lideranças e quais são os interesses que elas defenderam e/ou defendem. Mas essa tarefa, às vezes, é bastante difícil. Talvez, mais adiante, você entenda o porquê dessa afirmação...



© Angeli – FSP 04.10.2000

Segundo o sociólogo Robert Michels (1982), os partidos políticos em geral, independentemente da ideologia que defendem, tendem à *burocratização* e à *elitização*, transformando-se num instrumento de poder de um pequeno grupo (oligarquia), que o controla totalmente, impedindo a formação de novas lideranças – a não ser que essas sejam subordinadas ao grupo que controla a “máquina partidária”. Essa tese de Michels, escrita originalmente em 1914, ficou conhecida como *a lei de ferro das oligarquias*.

As eleições livres e periódicas, com regras pré-definidas, são sempre apresentadas como o principal referencial e termômetro da democracia representativa liberal. São também o instrumento de consolidação das propostas políticas dos partidos em sua busca pelo governo de um determinado país. Mas será que esse *mecanismo* – eleições – funciona de fato? Para ajudar-nos a pensar, tentaremos, agora, provocar uma reflexão a esse respeito.

Em primeiro lugar, vamos remeter nossa conversa novamente à História.

Você já ouviu falar, quando se

discute política, de uma maneira geral, nos termos DIREITA e ESQUERDA? Esse tipo de classificação tem origem na Revolução Francesa (1789), e significavam, simplesmente, a posição dos partidos políticos durante a Assembleia Nacional (a Convenção): à direita, sentavam-se os parlamentares da Gironda, representantes da alta burguesia, defensores sem tréguas da propriedade privada e da ampla liberdade para os negócios; à esquerda e ao alto, situavam-se os membros da Montanha, conhecidos como jacobinos, representantes da pequena burguesia e defensores dos direitos dos trabalhadores urbanos e camponeses. Os jacobinos eram tidos como radicais, mas eram a favor da propriedade privada, desde que vinculada ao bem-estar social. Admitiam que o Estado pudesse controlar de alguma forma a economia.

Existia também um partido de CENTRO, a Planície – também chamada, jocosamente, pelos seus adversários jacobinos, de Pântano. Seus membros, apesar de também representarem a alta burguesia, tentavam mediar os conflitos entre a direita e a esquerda. Na maior parte da História, aliaram-se à Gironda, que eram os seus parceiros de classe social.

Da Revolução Francesa aos nossos dias, virou uma espécie de “senso comum” relacionar a *esquerda* com o desejo de se lutar pela igualdade, pela justiça social, pelos direitos dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos. Portanto, os partidos socialistas e os comunistas passaram a ser entendidos como *de esquerda*.

Já a *direita* ficou associada à elite econômica da sociedade capitalista, à burguesia – àqueles que defendiam os seus interesses. Assim podem ser entendidos tanto os partidos liberais, como também aqueles que entendiam que o capitalismo somente se tornaria viável através da intervenção econômica e do autoritarismo, como é o caso

dos partidos totalitários, contrários à democracia como forma de governo.

O chamado *centro* seria ocupado por aqueles partidos que tentariam conciliar as necessidades do capital com a preocupação com algumas questões sociais e uma relativa ampliação dos direitos dos trabalhadores – alguns acham isso possível! Na verdade, esses partidos de centro eram formados por representantes da burguesia, com a diferença de que apresentavam uma maior preocupação social, sempre com vistas à manutenção de uma pretensa “paz social”. Entendendo-se dessa forma, poderíamos vincular historicamente o *centro*, por exemplo, àquela que ficou conhecida como a *social-democracia* europeia. Hoje, com o fim do Estado de Bem-estar Social, os partidos de centro se definem quase sempre como *sociais-liberais*.

A **esquerda**, portanto, é aquela que luta pela reforma agrária, pela distribuição de renda, por políticas de *inclusão* e de assistência aos pobres e desvalidos, por mais verbas e maior qualidade para a saúde e a educação públicas etc. É identificada com os partidos que propõem a *mudança do status quo*.

Já a **direita** pode ser nomeada como a defensora intransigente da propriedade privada (daí ser contra a reforma agrária), da privatização das empresas públicas (ou seja, a venda de estatais lucrativas para os empresários nacionais e estrangeiros), da “liberdade” econômica (com o conseqüente livre fluxo do capital externo no país), dos interesses das escolas particulares (megaempresários da educação, que abrem uma faculdade em cada esquina) e da saúde privada (os empresários dos planos de saúde, cuja

razão de ser é dada pelo “fracasso” provocado da saúde pública) etc. É, pois, identificada com os partidos *conservadores*, preocupados em preservar a *estabilidade* do sistema político.

Paralelamente, o **centro** procuraria conciliar esses dois interesses antagônicos, propondo pequenas e pontuais reformas (ou, seguindo a sabedoria popular, preferindo “entregar os anéis para não perder os dedos”).

Como os partidos políticos na sociedade capitalista precisam eleger os seus representantes com o voto popular (a grande maioria da população é composta pelos trabalhadores e pelos pobres em geral), configura-se uma situação curiosa: num país como o Brasil, com uma maioria de eleitores composta por trabalhadores, além de pobres e miseráveis, quase todos os governantes e parlamentares eleitos são ricos e de direita...

É possível entendermos por que esse tipo de situação acontece? Bem, vamos tentar. Primeiro, buscando na teoria política e, segundo, na análise da História e da composição dos partidos.

Conversando “teoricamente” a esse respeito sobre o nosso país, pois na prática, sob certas circunstâncias, pode ser um pouco diferente..., os partidos legais mais à **esquerda**, no Brasil, são aqueles que se definem programaticamente como *comunistas* ou como *socialistas*. No primeiro caso, podemos situar, além de pequenos partidos que continuam clandestinos por opção própria, três partidos legalmente constituídos, o PCdoB – Partido Comunista do Brasil, o PCO – Partido da Causa Operária e o PCB (este partido se transformou em PPS, mas um pequeno grupo conseguiu recuperar a sigla). No segundo caso, estariam o PT, o PSB, o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, e um partido

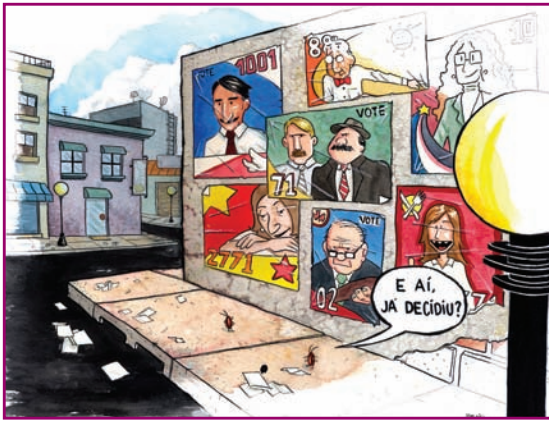
formado mais recentemente, o PSOL – Partido Socialismo e Liberdade. Deve-se registrar que, caso nos aprofundemos em nossos estudos, verificaremos que os partidos citados neste parágrafo apresentam grandes diferenças entre si. Mas o critério que tomamos como referência, até o momento, é a autodefinição desses partidos como comunistas ou socialistas.

Os partidos ideologicamente de **direita** seriam aqueles que se autointitulam defensores radicais do *liberalismo* ou aqueles que defendem, de alguma forma, a solução para os problemas do país pela via autoritária – apesar de, contraditoriamente, apresentarem candidatos nas eleições em geral.

No Brasil atual, não há exemplos declarados como de direita, apesar de já terem ocorrido casos assim na nossa História, como o foram os extintos partidos ARENA – Aliança Renovadora Nacional e PDS – Partido Democrático Social, que, no Congresso Nacional, deram sustentação à ditadura civil-militar. Vários políticos que ainda hoje atuam no país têm origem nesses partidos. Já o primeiro caso – de defensores intransigentes do (neo)liberalismo – poderíamos relacionar principalmente o DEM – Democratas (que também já se chamou PFL – Partido da Frente Liberal), além do PP – Partido Progressista, o PR – Partido da República e o PSD – Partido Social Democrático. Deve-se observar que vários componentes do DEM e do PP fizeram parte da ARENA e do PDS...

Por fim, do ponto de vista teórico, o **centro** seria ocupado pelos social-democratas e pelos trabalhistas: PSDB, PPS, PV, PDT e PTB.

Geralmente, os programas políticos dos partidos citados acima colocam-os ideologicamente da forma como estamos destacando neste texto. Outros ficariam mais ou menos “indefinidos”. É o caso, por exemplo, do PMDB.



A partir dessa breve definição, vamos refletir sobre algumas ideias básicas e você mesmo chegará à conclusão de quem é de direita, de centro ou de esquerda.

Se levarmos em conta o processo de privatizações vivido pelo Estado brasileiro a partir da eleição de Collor, em 1989, – com a consequente evasão de divisas do país e a sua subordinação à *globalização neoliberal* – é necessário situar como ideologicamente de *direita* os partidos que conduziram ou deram sustentação política a esse processo, aprovando as leis necessárias no Congresso Nacional. Pesquisando na internet, junto com seu professor, verifique quais foram esses partidos. Por outro lado, na mesma pesquisa, veja os partidos que foram críticos e se posicionaram totalmente contrários às medidas tomadas, principalmente, pelos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso.

Considerando o número de políticos conservadores e ligados diretamente aos interesses capitalistas, oriundos historicamente da UDN, do PSD, da ARENA e do PDS, que serviram de base política para a ditadura civil-militar ou que apresentam um programa claramente autoritário, quais partidos atualmente podemos situar como de *direita*?

Se considerarmos a manutenção de práticas de *controle do voto* da população nas cidades do interior do

país, assim como em favelas e bairros pobres dos centros urbanos, e se pudermos também identificar a posição social das suas principais lideranças, poderemos definir como *direita* quais políticos e personalidades?



Se levarmos em conta a implementação de práticas políticas que contribuam para que a maior parte da população tenha participação ativa na política, assim como a sua inserção nos diversos movimentos sociais (ou o contrário: a participação de lideranças desses movimentos no partido), podemos situar a *esquerda* em quais partidos ou personalidades?

Depois da pesquisa, tente chegar a alguma conclusão. Será que todos concordam com as análises que teoricamente fizemos sobre quem seria de direita, de centro ou de esquerda? Estaria faltando ou “sobrando” algum elemento importante? Como analisamos os partidos daqueles que atualmente ocupam os governos federal, estaduais e municipais, levando-se em conta as questões e reflexões levantadas?

Tantas perguntas... Tantas possíveis respostas...

Vamos ao debate, então, começando pela seguinte pergunta: como você, estudante, se situa em relação à política: como de *direita*, de *centro* ou de *esquerda*? Por quê?

A MATEMÁTICA DAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

Raphael Alcaires

Se um candidato do partido X ao cargo de vereador de um município receber mais votos válidos (excluídos os votos brancos e nulos) do que um candidato do partido Y, então com certeza ele será eleito vereador, certo? Errado! Para se eleger vereador não é suficiente que se tenha um número maior de votos válidos do que o de outro candidato. Por que isto acontece? Para entendermos como funciona a eleição para vereador precisamos entender como funciona o sistema eleitoral brasileiro. De forma resumida, temos: as eleições proporcionais para os cargos de deputados estaduais, deputados federais e vereadores; eleições majoritárias *com um ou dois eleitos* para o Senado Federal; e *eleições majoritárias* para presidente, prefeito e governadores. Estas últimas poderão ocorrer *em dois turnos*, se um candidato não obtiver mais de 50% dos votos válidos. No caso de prefeitos, a regra dos dois turnos vale somente para cidades com mais de 200 mil eleitores.

Mas o que nos interessa neste texto são as eleições proporcionais! Vamos entendê-las. As eleições proporcionais podem ser realizadas de duas formas: em lista fechada, em que o eleitor vota só no partido e este decide a ordem de classificação de seus candidatos; e em lista aberta, usada no Brasil. Nesta, o eleitor pode votar no candidato ou no partido e a ordem de classificação é obtida pelo número de votos dos candidatos. Nas eleições proporcionais cada partido terá direito a certa quantidade de vagas para o cargo de vereador (ou deputado) que será obtida após alguns cálculos, donde teremos o quociente eleitoral e o quociente partidário. Para entendermos estes cálculos vamos dar um exemplo.*

Na eleição de 2012 para o cargo de vereador no Rio de Janeiro, o número de votos válidos foi de 3.113.599 e havia 51 vagas para este cargo.** Com estes dados calculamos o quociente eleitoral (Q_e) que é definido pelo Código Eleitoral*** como sendo o resultado da divisão do número de votos válidos pelo número de lugares a preencher, desprezando a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior. Isto significa que se o resultado da divisão for, por exemplo, 50.400,49, então o quociente eleitoral será igual a 50.400, e caso seja 50.400,51 então o quociente eleitoral será igual a 50.401. Assim, temos $Q_e = \frac{3113599}{51} = 61050,961$, ou seja, $Q_e = 61051$. Agora devemos calcular o quociente partidário (Q_p), cuja definição é o resultado

da divisão do número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas pelo quociente eleitoral, desprezando a fração. Este valor define quantas vagas cada partido tem direito. No nosso exemplo, utilizaremos o partido PDT que obteve 126.811 votos válidos. Então este teve direito a 2 vagas, pois $Q_p = \frac{126811}{61051} = 2,077$. Após determinar o número de vagas que tem o PDT vemos os dois candidatos do PDT que mais receberam votos, estes são eleitos. No entanto, ocorre que após todos estes cálculos somente 41 vagas foram preenchidas. Então, neste caso está previsto no Código Eleitoral que as outras vagas serão preenchidas usando o método das médias. A média (M) é calculada como sendo o resultado da divisão do quociente partidário pelo número de cadeiras (c) conquistado pelo partido mais um, ou seja, $M = \frac{Q_p}{c+1}$. O partido que obtiver a maior média tem direito a mais uma cadeira. Com este resultado recalculamos as médias de todos os partidos e o que tiver maior média recebe mais uma cadeira. E repete-se este processo até obter o restante das vagas.

Agora que você entendeu, discuta com seus colegas se este tipo de eleição é democrático. O que você acha? Você também já está apto a debater a pergunta colocada no início deste texto.

Raphael Alcaires de Carvalho é professor de Matemática do IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, lotado no campus Rio de Janeiro. Licenciado em Matemática pela UFRJ e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ.

* Tudo que explicaremos a seguir, utilizando como exemplo as eleições para vereador, é válido também para os cargos de deputados estaduais ou distritais e federais.

** Cf. UOL - Eleições 2012. Apuração 1º Turno. Disponível em: <http://placar.eleicoes.uol.com.br/2012/1turno/rj-rio-de-janeiro>. Acesso: março/2013.

*** O Código Eleitoral corresponde à legislação que rege as eleições em nosso país. O que se encontra em vigência foi instituído pela Lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965, sofrendo diversas modificações desde então. Neste texto, as informações apresentadas, a seguir, tomam como base os seus artigos 106, 107 e 109, alterados por duas leis diferentes, de 1985 e 1997.

Revendo o capítulo

- 1 – Explique as três funções do Estado e os seus “três poderes”.
- 2 – De que forma o sociólogo Max Weber entende o poder e a dominação? Quais seriam, para Weber, as três formas de dominação legítima? Explique-as.
- 3 – Pode-se entender ex-presidentes da República como Getúlio Vargas, Fernando Henrique Cardoso e Lula como exemplos de lideranças carismáticas, segundo a definição de Weber? Por quê?
- 4 – O que é democracia? Defina também democracia representativa e democracia participativa.

Dialogando com a turma

- 1 – Comente e debata sobre o monopólio legítimo da força por parte do Estado. Dê exemplos.
- 2 – Pense a respeito dos tipos de dominação definidos por Weber e cite exemplos retirados da História ou da vida cotidiana.
- 3 – Realize uma pesquisa sobre os principais partidos políticos brasileiros, apresentando as principais ideias e as leis que cada um deles defende atualmente.

Verificando o seu conhecimento

1 – (ENEM, 2011)

A consolidação do regime democrático no Brasil contra os extremismos da esquerda e da direita exige ação enérgica e permanente no sentido do aprimoramento das instituições políticas e da realização de reformas corajosas no terreno econômico, financeiro e social.

Mensagem programática da União Democrática Nacional (UDN) – 1957.

Os trabalhadores deverão exigir a constituição de um governo nacionalista e democrático, com participação dos trabalhadores para a realização das seguintes medidas:

- a) Reforma bancária progressista;
- b) Reforma agrária que extinga o latifúndio;
- c) Regulamentação da Lei de Remessas de Lucros.

Manifesto do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – 1962

Nos anos 1960 eram comuns as disputas pelo significado de termos usados no debate político, como democracia e reforma. Se, para os setores aglutinados em torno da UDN, as reformas deveriam assegurar o livre mercado, para aqueles organizados no CGT, elas deveriam resultar em:

- (A) fim da intervenção estatal na economia.
- (B) crescimento do setor de bens de consumo.
- (C) controle do desenvolvimento industrial.
- (D) atração de investimentos estrangeiros.
- (E) limitação da propriedade privada.

2 – (ENEM, 2010)

“A gente não sabemos escolher presidente
A gente não sabemos tomar conta da gente
A gente não sabemos nem escovar os dentes
Tem gringo pensando que nós é indigente
Inútil
A gente somos inútil”

(MOREIRA, R. *Inútil*, 1983)

O fragmento integra a letra de uma canção gravada em momento de intensa mobilização política. A canção foi censurada por estar associada:

- (A) ao rock nacional, que sofreu limitações desde o início da ditadura militar.
- (B) a uma crítica ao regime ditatorial que, mesmo em sua fase final, impedia a escolha popular de presidente.
- (C) à falta de conteúdo relevante, pois o Estado buscava, naquele contexto, a conscientização da sociedade por meio da música.
- (D) à dominação cultural dos Estados Unidos da América sobre a sociedade brasileira, que o regime militar pretendia esconder.
- (E) à alusão à baixa escolaridade e à falta de consciência do povo brasileiro.

Pesquisando e refletindo

Livros:

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

O autor define o que é poder percorrendo a história das teorias políticas e sociológicas.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). *História da Cidadania*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Uma obra de referência sobre o tema da cidadania, contando com artigos escritos por vários especialistas nas questões abordadas.

Filmes:

CIDADÃO BOILESEN (Brasil, 2009). Direção: Chaim Litewski. 92 min.

Documentário que apresenta as ligações políticas estreitas de um empresário, Henning A. Boilesen (1916-1971), presidente do grupo Ultra, com a ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964.

INTERVALO CLANDESTINO (Brasil, 2005). Direção: Erik Rocha. 95 min.

Documentário realizado durante as eleições gerais de 2002, no Brasil, capta o estado de espírito do povo brasileiro diante da realidade social, política e econômica da época.

NO - ADEUS, SR. PINOCHET (*NO*, Chile/França/EUA, 2012). Direção: Pablo Larraín. Elenco: Gael García Bernal, Alfredo Castro, Antonia Zegers. Duração: 110 min.

O ditador chileno Augusto Pinochet, no poder desde o sangrento golpe militar ocorrido em 1973, com o apoio dos EUA, convocou em 1988 um plebiscito em razão de pressões internacionais. A consulta tinha como objetivo decidir se os militares continuariam governando o país por mais oito anos. Nas campanhas na TV, eram concedidos apenas quinze minutos a cada partido para defender o "sim" e o "não" - sendo este último "bandeira" dos partidos de oposição. Um filme importante para debater, entre outros temas, as diferenças entre ditadura e democracia; as questões envolvendo o passado e o futuro que se pretende construir; o papel da mídia e do marketing nas decisões políticas. Concorrente ao Oscar 2013 de Melhor Filme Estrangeiro.

Conectados na internet e nas redes:

TRANSPARÊNCIA BRASIL: <http://www.transparencia.org.br/index.html>

Segundo os responsáveis pelo site, "a Transparência Brasil é uma organização independente e autônoma, fundada em abril de 2000 por um grupo de indivíduos e

organizações não governamentais comprometidos com o combate à corrupção”. Assim, visando ao cumprimento desse objetivo, o Portal apresenta pesquisas, artigos e publicações que discutem o tema da corrupção política existente no país. Acesso: fevereiro/2013.

CONSCIÊNCIA.ORG – “Teoria e Ciência Política”: <http://www.consciencia.org/temas/politica>
Site apresentando resumos, ebooks, artigos acadêmicos e resenhas de textos clássicos e contemporâneos da teoria política. Acesso: fevereiro/2013.

RECANTODASLETRAS–Max Weber: <http://www.recantodasletras.com.br/discursos/3836781>.
Página que apresenta o texto “Max Weber e sua influência na modernidade”, que resume diversas contribuições do sociólogo para a compreensão de fenômenos como a política e a instituição Estado. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

PESADELO – Autores: Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro. Intérpretes: MPB 4.
Um hino de resistência contra a ditadura militar brasileira instaurada em 1964, reafirmando que a liberdade será sempre vitoriosa contra toda forma de repressão política.

VAI PASSAR – Autores: Chico Buarque e Francis Hime. Intérprete: Chico Buarque.
Música que marcou o período de transição política brasileira na década de 1980, celebrando a superação da ditadura, a luta contra a corrupção e a esperança por um futuro melhor.

Filme Destaque:



O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?

FICHA TÉCNICA:

Direção: Bruno Barreto

Elenco: Alan Arkin, Fernanda Torres, Pedro Cardoso, Luiz Fernando Guimarães, Cláudia Abreu.

105 min. (Brasil, 1997).

SINOPSE:

Em 1964, um golpe civil-militar derruba o governo democrático brasileiro e, após alguns anos de manifestações políticas, é promulgado, em dezembro de 1968, o Ato Inconstitucional nº 5, que acabava com a liberdade de imprensa e os direitos civis. Nesse período vários estudantes abraçam a luta armada.

Capítulo 15

“Você tem fome de quê?” Movimentos sociais ontem e hoje

O professor Solon Eduardo Annes Viola, em um artigo intitulado “Movimentos sociais e direitos”, escrito em 2002, apresentou as seguintes questões:

Segundo Kissinger, “a globalização é tão natural como a chuva”. Por certo Kissinger não conhece as múltiplas regiões do Brasil. No Nordeste brasileiro chove pouco; no Sul, ao longo do inverno, as chuvas são abundantes e ocorrem, no mínimo, duas enchentes por ano. (...) Seria o Sul mais globalizado que o Nordeste? O ciclo das chuvas é regulado por grandes empresas, pelos organismos financeiros internacionais como o G7, a OMC e o Banco Mundial?

O fato de que a quinta parte da gente mais rica do mundo consumir 85% de todos os produtos e serviços, enquanto que a quinta parte mais pobre consome somente 1/3 seria tão natural, quanto a chuva?

Seria tão natural que 4 bilhões e 400 milhões de habitantes dos países mais pobres, aproximadamente três quintas partes da população mundial, não possuam acesso à água potável, uma quarta parte não possua moradia, e uma quinta parte não tenha acesso a nenhum tipo de assistência à saúde?

Seria tão natural, como a chuva, que 20% da população mundial consumam 86,5% das energias fósseis e hidráulicas do planeta? Seria possível que o mesmo nível de consumo fosse colocado à disposição de todos sem que houvesse um gigantesco desastre ambiental, tão terrível quanto a prolongada seca, ou tão arrasador quanto as enxurradas das enchentes?

Seria tão natural, quanto a chuva, que americanos e europeus gastem 17 milhões de dólares em alimentos para animais por ano, 4 milhões de dólares a mais do que se necessita para promover a alimentação e saúde básica para os que não possuem?

Seria tão natural, como o sol, que 300 milhões de crianças ocupem postos de trabalhos forçados e outras 37.000 morram diariamente de pobreza relacionada à subnutrição e à ingestão de águas contaminadas e resíduos tóxicos? (...).

(VIOLA, 2002)³

Depois de perguntas tão chocantes, podemos também perguntar se não existe alguém fazendo algo contra estas barbaridades. Sim, existe! O problema é que desconhecemos isso, já que as ações dessas pessoas quase nunca aparecem nas notícias divulgadas pelos grandes meios de comunicação. Aliado a isso, nem sempre essas pessoas que lutam contra este estado de coisas são vistas

com “bons olhos”. Por que será?

Nos dias de hoje, de vez em quando, ouve-se falar dos *movimentos sociais*. Mas, em geral, quando a mídia traz alguma notícia a respeito deles – como, por exemplo, os movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, ou as ONGs “antiglobalização” –, as informações são quase sempre negativas ou condenatórias das suas atividades.



Os movimentos sociais existem em todo o mundo.

Mas, antes de entrarmos nesse debate, devemos perguntar: o que são os *movimentos sociais*? O que pretendem? Como e por que surgem em diversos momentos históricos? Como são constituídos?

Definindo e caracterizando os movimentos sociais

Os **movimentos sociais** estiveram e estão presentes na História de todas as sociedades. Temos que compreendê-los como um fenômeno intrínseco às sociedades e resultantes sempre de algum tipo de “conflito”. Entendendo-o dessa forma, podemos dizer que os movimentos sociais estão relacionados ao tema que intitulamos, em Sociologia, como *mudanças sociais*. Essas transformações ocorrem porque sujeitos ou grupos que não concordam com determinada situação procuram diversas maneiras para modificá-la, lutando pela conquista de direitos sociais, econômicos e políticos.

Dessa forma, numa perspectiva ampliada, podemos entender, como exemplos de movimentos sociais através da História, as lutas entre patrícios e plebeus e as revoltas de escravos em Roma, na Antiguidade Clássica; assim como as inúmeras rebeliões camponesas que ocorreram na Idade Média, como as *jacqueries* francesas do século XIV.

Os exemplos citados representam movimentos sociais com características bem diferentes: enquanto os plebeus e os escravos, em momentos históricos distintos, lutavam em Roma pelo que hoje chamaríamos de *direitos políticos*, os camponeses franceses se sublevaram em razão da sua condição servil, marcada pela sua submissão ao trabalho pesado nos feudos, e onde a miséria da população não impedia a cobrança de impostos absurdos e o confisco das propriedades camponesas, pelos senhores feudais.

Saltando na História para a Inglaterra pós-Revolução Industrial e o surgimento do proletariado como classe social explorada pelo capital, são exemplos de movimentos sociais o *ludismo*, no século XVIII, no qual os operários promoviam o quebra-quebra de máquinas, e o *movimento cartista*, em 1830, em que o proletariado organizado reivindicava a representação política no Parlamento.

Tomando como referência os dois parágrafos anteriores, fica fácil de entendermos que *a reivindicação de direitos é o elemento gerador dos movimentos sociais*. Estes, portanto, devem ser entendidos como o resultado de *conflitos sociais*, presentes nas diversas sociedades. E por que se chega a estes conflitos? Simplesmente porque, como vimos por diversas vezes neste livro, as sociedades não são homogêneas e se dividem a partir de interesses de classe, gênero, etnia, ou, até mesmo, de orientação sexual e de geração. A existência de grupos de *opressores* e de *oprimidos*, em relação a estas questões, sempre significa a reafirmação de algum tipo de conflito que se encontra na origem ou na organização de movimentos sociais em uma determinada sociedade, muitas vezes gerando a carência de bens

materiais e culturais de uns em relação a outros.

A partir disso, grupos sociais que se sintam prejudicados ou oprimidos, de alguma forma, vão se organizar a fim de eliminar ou, pelo menos, amenizar a opressão. A essa união chamamos de *ações coletivas*, que é um objeto de estudo importante para a Sociologia e para a Ciência Política.

É necessário saber que os *movimentos sociais* possuem também uma relação de conflito com o Estado, pois, como vimos, nem sempre este satisfaz a vontade coletiva, se restringindo à vontade daqueles que dominam os recursos materiais da sociedade e aos seus interesses.

Enquanto os movimentos sociais desejam modificações, mudanças, o Estado, na maioria das vezes, deseja manter a ordem das coisas ou, como dizem os especialistas, o *status quo*, já que quase sempre ele representa os interesses das classes dominantes.



Luiz Fernandes

A organização e a mobilização são essenciais para o sucesso político do movimento social.

Um movimento social só tem força quando possui uma *proposta*, ou seja, quando se organiza de maneira objetiva para conquistar os fins que almeja alcançar. Por isso, há a necessidade

de um *projeto*, a ser desenvolvido de acordo com a *orientação política* do movimento. A *ideologia* também é um fator importante, já que reflete a visão de mundo dos indivíduos que participam do movimento, suas perspectivas, as mudanças que ambicionam, o mundo que esperam combater ou construir de forma alternativa.

Por fim, a *organização* é muito importante, porque ela é a base do movimento, essencial para o seu sucesso político. Afinal, sem instrumentos eficazes de comunicação e sem recursos financeiros mínimos, os movimentos sociais acabariam apresentando resultados bastante limitados na sua ação política.

Movimentos sociais e revolução socialista

O *socialismo científico* defendido por Karl Marx e Friedrich Engels apresentou uma mudança qualitativa significativa na postura política dos movimentos sociais até então existentes, já que propunha uma teoria da revolução socialista, na qual o proletariado assumiria um novo papel protagonista na História da humanidade, alterando radicalmente as relações de poder existentes na sociedade. Assim, tendo como um de seus principais guias o texto do *Manifesto Comunista*, os movimentos sociais passaram não mais a reivindicar o seu lugar na ordem do capital – como foi o caso do *cartismo* inglês –, mas sim a própria derrubada dessa ordem e a construção de uma nova sociedade, sem opressores e oprimidos.

As teorias de Marx e Engels, portanto, resultaram em uma nova conformação dos movimentos sociais, que assumiram o comunismo como o *projeto político* final, que deveria ser construído a partir da organização e da luta do proletariado. Como principais



Ernesto Che Guevara (1928-1967) foi um importante teórico e militante revolucionário marxista do século XX. Sua atuação política na Revolução Cubana (1959) e em outros países da África e da América Latina influenciou significativamente os movimentos sociais a partir da década de 1960. Na foto, o rosto de Che Guevara estampado numa bandeira, em Havana, Cuba, em 30 de abril de 2009.

instrumentos para se alcançar esse objetivo, os trabalhadores, munidos dos ideais e das teorias marxistas – desenvolvidas mais adiante, no século XX, por outros teóricos fundamentais como Vladimir Lênin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e Ernesto Che Guevara, por exemplo –, adotaram como tática a mobilização e a organização da paralisação da produção capitalista (greves), e a estruturação de um partido político operário – o Partido Comunista –, responsável pelo comando do processo revolucionário, através das suas principais lideranças, reconhecidas pelo proletariado (a vanguarda operária).

Portanto, entre a segunda metade do século XIX – quando foi lançado o *Manifesto Comunista* – e durante a maior parte do século XX – até aproximadamente os anos 1960 –, podemos dizer que a grande maioria dos movimentos sociais surgidos nas diversas partes do planeta, que se constituíram principalmente a partir dos sindicatos urbanos e das associações camponesas, baseava-se na *luta classista*, na qual o projeto político, sob a liderança dos trabalhadores, passava pela mudança radical das relações sociais de produção existentes na ordem capitalista, com o objetivo de se construir uma sociedade sob outros moldes, de caráter socialista.

Veremos adiante que o caráter dos movimentos sociais começa a se modificar a partir dos anos 1960, apesar da luta classista permanecer como referência para diversos movimentos importantes até os dias atuais.

Movimentos sociais no Brasil contemporâneo

Tomando como referência a História do Brasil, precisamos destacar, em primeiro lugar, que a nossa inserção subalterna e dependente no capitalismo internacional, após a II Revolução Industrial, no século XIX, teve como reflexo direto um baixo nível de organização política dos trabalhadores em geral.

Apesar disso, o operariado brasileiro – mesmo quantitativamente reduzido até a industrialização incentivada pelo Estado, após a *Revolução de 1930* – protagonizou uma das maiores mobilizações de que se teve notícia em nossa História, com a organização e desencadeamento de grandes greves no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, entre 1880 e 1929. Nesse período, somente em São Paulo tivemos a ocorrência de 259 greves (SIMÃO, 1966).

O movimento operário dessa época era composto, em sua grande maioria, por trabalhadores pobres originários de países europeus, que vieram para o Brasil sob a promessa, feita pelo nosso governo, de melhores condições de vida. Chegando aqui, o que encontraram foi exatamente o oposto: baixíssimos salários, alto custo de vida, jornadas diárias de até 16 horas, condições de trabalho sem nenhuma

segurança, inexistência de quaisquer direitos trabalhistas e moradias em cortiços sem quaisquer condições de higiene (SOUZA; MACHADO, 1997).

Leia com atenção o texto a seguir, extraído do jornal Fanfulha, publicado em 23/03/1906:

A tuberculose ceifa suas vítimas: a insuficiência de ar e de luz, o dia a dia com numerosas pessoas em ambientes muito pequenos, mal ventilados, úmidos e baixos, produz a clorose, a anemia etc. Essa gente é reduzida a aglomerar-se em dez ou doze pessoas em um ou dois cômodos, porque os ganhos escassos e o crescimento dos aluguéis não permitem que tenham meios para alargar-se um pouco. Nos bairros pobres onde à noite se recolhe todo o exército de quem trabalha e produz, as moradias coletivas e os cortiços se transformam em verdadeiros pombais humanos, onde vivem numa promiscuidade de gente e de sexos... (SOUZA; MACHADO, 1997, p. 63)

Nessas condições de vida e de trabalho é que surgiram no Brasil os primeiros movimentos sociais de trabalhadores assalariados, tendo como lideranças imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis. Seus ideais de organização, porém, não era o socialismo defendido por Marx, mas o chamado anarco-sindicalismo, bastante influente entre os trabalhadores europeus do final do século XIX e início do século XX. Entre suas propostas, podemos enumerar o projeto político de “(...) uma nova organização da sociedade, o fim da exploração do homem pelo homem, a abolição da propriedade privada, a coletivização dos meios de produção e a solidariedade entre os produtores – a classe trabalhadora” (SOUZA; MACHADO, 1997, p. 65).

Mas, isto não é “comunismo”?! Não, essas eram as principais propostas do movimento social anarquista da

época, bastante próximas, como podemos perceber, das ideias de Karl Marx.

Os primeiros núcleos anarquistas foram fundados no Brasil a partir de 1890, publicando jornais como meio de propaganda das suas ideias, que incluíam – como instrumento de luta – o recurso à *greve geral*, ou seja, a paralisação total dos trabalhadores. Um exemplo foi a grande greve geral que ocorreu no dia 1º de maio de 1907, que atingiu as cidades de São Paulo, Santos, Ribeirão Preto e Campinas, envolvendo, além dos metalúrgicos e dos trabalhadores das indústrias de alimentação, gráficos, sapateiros, garis e pedreiros e serventes da construção civil.

A greve teve imensa repercussão no país e foi parcialmente vitoriosa, com algumas categorias profissionais conquistando, por lei, o direito à jornada de oito horas diárias de trabalho. Por outro lado, o Estado brasileiro passou a tentar controlar o movimento sindical, instituindo, ainda em 1907, uma lei que ameaçava de deportação os trabalhadores estrangeiros que participassem de movimentos grevistas.

O movimento sindical recuou, mas continuou organizado. Em junho de 1917 – no ano da Revolução Russa –, o movimento deflagrou uma das maiores greves gerais de que se teve notícia, atingindo 35 mil trabalhadores no estado de São Paulo e, ao se estender durante o mês de julho, paralisando mais 60 mil trabalhadores no Rio de Janeiro.

Veja as principais reivindicações do movimento, apresentadas aos empresários e ao governo brasileiro:

- jornada de oito horas diárias de trabalho;
- fim do trabalho de menores;
- segurança nos locais de trabalho;
- redução dos valores dos aluguéis;
- redução do custo dos alimentos;
- direito à sindicalização;
- libertação dos operários presos



No final do século XIX, o sertão brasileiro foi agitado por um movimento social muito importante: a Guerra de Canudos.

durante a greve e recontração dos grevistas demitidos (cf. SOUZA; MACHADO, p. 67-70).

Então, como se pode perceber, facilmente, a partir do exemplo citado – o movimento operário brasileiro do início do século XX –, os *movimentos sociais* são uma ferramenta fundamental dos trabalhadores, não somente na sua luta por direitos básicos de sobrevivência, mas, também, como elemento que contribui para a sua conscientização política e para o avanço na conquista de outros direitos sociais, políticos e econômicos.

Nesse mesmo período citado, o país foi sacudido por outros movimentos sociais bem distintos do movimento operário, mas também muito importantes, como foram a Guerra de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia; a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910), na capital federal, Rio de Janeiro; e a Guerra do Contestado (1912-1916), em Santa Catarina, entre outros.

Esses movimentos apresentaram características específicas, relacionadas a determinadas situações de opressão, conjugadas com o padrão de desenvolvimento capitalista que as classes dominantes procuraram impor ao nosso país. Em todos esses casos, os trabalhadores foram vítimas de discriminação, inclusive racial, e

interesses políticos e econômicos, sendo considerados como obstáculos que precisavam ser eliminados.

Vale a pena pesquisar sobre cada um dos movimentos citados, estudando a sua história e anotando suas causas, características e principais reivindicações?

O surgimento dos novos movimentos sociais

As diversas mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram principalmente nas sociedades mais industrializadas, a partir da década de 1960, resultaram na organização de movimentos sociais de um novo tipo que, apesar de também terem surgido como reação às opressões e contradições existentes, não tinham como projeto político principal a destruição das relações de produção capitalistas e a construção de uma sociedade alternativa. Essas novas organizações que emergiram na sociedade ficaram conhecidas nos estudos sociológicos como *novos movimentos sociais*. Em oposição a essa ideia, o sindicalismo e as associações camponesas tradicionais, caracterizadas pela luta classista, passaram a ser rotuladas como representantes dos *velhos movimentos sociais*.

Quando nos referimos aos “velhos” *movimentos sociais*, definindo-os como classistas, não podemos ignorar que diversos movimentos que ocorreram nesse período, citado anteriormente, mesmo que pudessem ser entendidos como partes integrantes e ativas da *luta de classes*, para tinham como objetivo organizar a revolução socialista. Este é o caso dos movimentos citados anteriormente, que ocorreram no Brasil da República Velha.



Claudius 1964



Diego Felipe

Os novos movimentos sociais contam com grande participação da juventude.

Os *novos movimentos sociais*, entretanto, são reconhecidos como diferenciados não somente em termos de projetos de sociedade, mas também, segundo seus estudiosos, na “forma de se fazer política”.

Uma das sociólogas que se dedicou ao estudo dos novos movimentos sociais que ocorreram no Brasil, a partir da década de 1970, foi Ana Maria Doimo, que publicou a obra *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70* (1995). No seu estudo, Doimo apresenta uma análise sobre o movimento contra o desemprego e os movimentos de saúde, do transporte coletivo, de moradia e do custo de vida, afirmando que todos eles

apresentam uma postura ética e política comum, sendo compostos por sujeitos coletivos *autônomos e independentes*, que *não se deixam cooptar ou manipular* na sua luta por democracia e pela construção de políticas alternativas que defendam os direitos humanos e sociais (DOIMO, 1995, p.124).

Essas ideias listadas por Doimo se repetem na maior parte dos movimentos sociais que surgem no “apagar das luzes” da ditadura civil-militar de 1964, principalmente a partir da crise econômica que o capitalismo vivia naquele momento, que atingiu com força o país no final dos anos 1970, provocando o aumento desenfreado do custo de vida, inflação descontrolada e achatamento salarial. Foi nesta época que ressurgiu com força o movimento sindical brasileiro, com destaque para os metalúrgicos das montadoras e autopeças da região do ABCD paulista, que foi um dos berços políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) e de onde surgiu como grande liderança Luís Inácio Lula da Silva, que viria depois ser eleito presidente da República, governando entre 2003-2010.

As condições sociais, políticas e econômicas e o contexto em que surgiu o movimento sindical do ABCD foram captadas por precisão pelo sociólogo Eder Sader, que escreveu uma obra que ficou clássica sobre o tema, intitulada *Quando novos personagens entraram em cena* (1988). Entre outras questões importantes, Sader nos mostra como

o movimento sindical operário se articulava com outros movimentos existentes na região, como as comunidades eclesiais de base (CEBs) da Igreja católica, influenciadas pela chamada *Teologia da Libertação*, e as práticas e dinâmicas oriundas da Pedagogia do Oprimido, formulada pelo educador brasileiro Paulo Freire.

A socióloga Evelina Dagnino afirma que esses novos movimentos sociais, diferentemente dos anteriores, se caracterizavam principalmente por apresentarem uma luta pela cidadania relacionada à ideia de acesso à cidade como um todo – como é o caso das associações de moradores – e a ampliação de direitos para as mulheres, homossexuais, negros, e em defesa do meio ambiente. Como ela mesma diz: “...na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania” (DAGNINO, 1994, p. 104).

Podemos acrescentar que não é por acaso que quase todos os movimentos sociais surgidos no final dos anos 1970 e que se multiplicam na década seguinte vão acompanhar a criação e a consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto instrumento de luta e projeto de conquista do poder político, já que uma das suas características iniciais

é exatamente o questionamento do modelo do “socialismo real”. Dentre as bases de sustentação social do PT, encontramos também os militantes das CEBs, as práticas político-pedagógicas inspiradas por Paulo Freire, e as bandeiras de lutas defendidas pelos movimentos dos negros, feministas, ecológicos e dos trabalhadores rurais que lutam pela Reforma Agrária.

A década de 1980 foi o período áureo dos novos movimentos sociais brasileiros e de construção dessa nova cidadania, como entendida por Dagnino. Esses movimentos participaram ativamente do processo de redemocratização do país, estiveram à frente da mobilização pelo retorno das eleições presidenciais diretas (o movimento das Diretas Já!, que organizou comícios que chegaram a reunir um milhão de pessoas). Ainda procuraram interferir com as suas principais propostas na elaboração da nova Constituição brasileira, através da organização do movimento intitulado como Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte. Em todos esses momentos de luta, travados durante a década (1980), podemos dizer que as vitórias dos movimentos sociais foram parciais: afinal, o Diretas Já! foi derrotado pelo Congresso, em 1984, que manteve as eleições indiretas para o mandato presidencial seguinte, exercido por José Sarney; e a nova Constituição

Guillermo Giansanti/UOL/Folhapress



Lutando pela ampliação de novos direitos – como o “direito à diferença” –, o Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) pode ser caracterizado como um exemplo dos novos movimentos sociais que tiveram origem nas décadas de 1970 e 1980. Na foto, a 17ª edição da Parada Gay, em Copacabana – Rio de Janeiro, em 2012.

Jovens com faixas e cartazes durante manifestação pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em São Paulo – SP, em 25 de agosto de 1992. O movimento foi vitorioso e Collor sofreu o *impeachment*, em votação do Congresso Nacional, em 29 de setembro daquele ano.



Matuit Mayezof/Folhapress

Federal de 1988, apesar de apelidada de “cidadã”, em função dos avanços previstos na legislação social, acabou controlada pelos interesses capitalistas exatamente nos seus artigos sobre a ordem econômica. De qualquer forma, podemos dizer que essas duas derrotas dos movimentos sociais citadas aqui já estavam relativamente “anunciadas”, pois esses movimentos, apesar de toda a força e o apoio popular que tiveram, não conseguiram sensibilizar um Congresso em que a maioria dos seus parlamentares ainda estava totalmente comprometida com o regime civil-militar, que teimava em resistir às mudanças. Isto aconteceu tanto na votação das Diretas Já!, quanto por ocasião da convocação, por esse mesmo Congresso, de uma Assembleia Nacional Constituinte, como propunham os movimentos sociais, ou seja, com a participação de representantes eleitos de forma direta pela sociedade, independentemente de partidos políticos, escolhidos para cumprir com a imensa tarefa de elaborar uma nova Lei Magna para o país. Os interesses conservadores, com maioria no Congresso, não permitiram que isto acontecesse, deliberando pela convocação de um “Congresso Constituinte”, elegendo

deputados e senadores pela via tradicional, como representantes indicados pelos partidos políticos existentes. Como se pode deduzir, desse quadro já “viciado” quaisquer mudanças seriam relativas, rasas, sem alterar minimamente as estruturas de poder então vigentes.

Por fim, podemos dizer que “o último suspiro” dos novos movimentos sociais brasileiros, nessa década, foram as eleições presidenciais de 1989, na primeira vez em que Lula concorreu e sofreu a sua mais dura derrota – para o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello. A partir da sua posse e da implantação das políticas neoliberais no país, os movimentos sociais que marcaram os anos 1980 entraram num período de desmobilização cada vez mais crescente, perdendo também parcialmente os elementos políticos inovadores que o caracterizaram até então, apontados pelos estudos citados de Doimo, Sader e Dagnino. Para completar essa situação, Luís Inácio Lula da Silva, cuja candidatura em 1989, pelo Partido dos Trabalhadores, representava a voz política dos movimentos sociais naquele período, tornou-se presidente da República, tempos depois, nas eleições de 2002, com o apoio de

grande parte dos setores empresariais e conservadores que o haviam derrotado anteriormente – inclusive, o próprio Fernando Collor de Mello, que apoiou as campanhas eleitorais de Lula e, depois, da sua sucessora pelo PT, em 2010, Dilma Rousseff.

Movimentos sociais no século XXI

Refletindo sobre os movimentos sociais à luz de um olhar sobre a História das sociedades, percebemos que eles não desaparecem, mas sim dão lugar a novos movimentos, com características diferenciadas, de acordo com a realidade social, política, econômica e cultural de cada época. A cada dia sempre surgem e surgirão mais movimentos sociais, pois, numa sociedade com muitas desigualdades e com o Estado mostrando-se incapaz de satisfazer as necessidades dos diferentes grupos sociais, podemos afirmar que esses movimentos são quase que “naturais”, assim “como a chuva” – para retomar a citação feita pelo professor Solon Viola, no início do capítulo. São centenas de grupos que persistem na luta cotidiana contra o preconceito, o racismo, o desemprego, a falta de moradia, os salários rebaixados, o autoritarismo, contra o descaso com o meio ambiente, com a criança, com o idoso, com a educação, a saúde etc.

O não atendimento das necessidades humanas básicas e a ausência de garantias para o exercício dos direitos fundamentais das pessoas fazem com que existam, por exemplo, os sem-terra, o movimento negro, o movimento de mulheres, os movimentos contra a

discriminação de gays e lésbicas, os sindicatos, os grêmios estudantis, o movimento ecológico, o movimento pelos direitos humanos, os partidos de esquerda e algumas Organizações Não Governamentais (ONGs).

Por outro lado, devemos exercer toda a nossa capacidade de pensar criticamente quando lemos ou ouvimos os noticiários que os meios de comunicação – e as pessoas que reproduzem o que veem na TV e na internet – apresentam a respeito dos movimentos sociais em geral. Aqui, nosso *olhar sociológico* deve mais do que nunca funcionar para perceber os interesses que estão em jogo em relação a uma determinada questão social. Por exemplo: quando se faz uma crítica ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) por “invadir” terras – quem está fazendo essa crítica? Os empresários, os donos de terras, os meios de comunicação ou o trabalhador comum das cidades?

Ao terminar a leitura do texto, reflita sobre a importância dos movimentos sociais num mundo capitalista.

Carlos Ferreira



Fórum Mundial de Educação – Rio de Janeiro, 2008.

OS FILHOS PARIRAM AS MÃES

Frederico Falcão

Para que estudar História? Se for simplesmente para conhecer o passado, os “fatos relevantes”, os personagens de destaque, ou até para “se dar bem na prova”, tudo isso é uma completa inutilidade que não contribui na formação de crianças e jovens, além de distorcer o sentido da História como ação coletiva e não de alguns iluminados. Nós, que nos distinguimos dos demais seres pela capacidade de criar o Novo, não podemos resumir nosso aprendizado ao que já foi, sem nenhuma relação com o agora. A História, como parte do conhecimento humano, tem que articular passado e presente, demonstrando como as relações humanas construíram a realidade na qual vivemos. E, por outro lado, a História não pode ser um campo de conhecimento isolado nele mesmo, ela não existe por si só.

Para que isso fique mais claro, vamos apresentar um exemplo de como a ação coletiva de pessoas “anônimas” tornou-se movimento social de grande repercussão histórica que se reflete até hoje. Estamos falando das Mães da Praça de Maio, grupo de mulheres surgido na Argentina em 1977 para cobrar da ditadura militar, instalada no ano anterior, informações sobre seus filhos sequestrados por agentes do governo e que desapareceram sem deixar rastros. Toda quinta-feira um grupo de 14 mulheres passou a se reunir na Praça de Maio, em Buenos Aires, onde ficam a sede do governo central e a catedral, portando lenços brancos na cabeça com os nomes dos filhos desaparecidos. Esse grupo cresceu aos poucos, chegando a congregar centenas de familiares de perseguidos. Desqualificadas (foram chamadas de “loucas da Praça de Maio”), reprimidas,

vítimas, às vezes, dos crimes que denunciavam, essas mulheres não se renderam. Em 1978, com a Argentina sediando uma Copa do Mundo de futebol, agências de notícias de todo o mundo divulgaram as ações dessas “Mães”, dando visibilidade global a sua luta. A persistência dessas mulheres resultou em um enorme desgaste para a ditadura que desmoronou em 1983. Ainda assim, a luta continuou. O governo eleito prometeu investigações, exumações de corpos, ressarcimento econômico às famílias das vítimas e homenagens póstumas. Tudo isso foi recusado pelas “Mães” que exigiam a apuração dos crimes e punição dos culpados. As leis de “anistia”, buscando colocar uma pedra sobre o assunto, não as silenciaram. Os milhares de “desaparecidos”, os filhos de militantes assassinados que foram entregues a famílias de militares, o silêncio e a conivência da cúpula da Igreja católica com os militares e seus crimes, nada disso ficou no esquecimento. Até os dias de hoje, esse movimento permanece vivo, realizando manifestações, editando jornais e livros traduzidos para várias línguas, exigindo respostas dos responsáveis pelo massacre que varreu a Argentina naqueles anos. A organização mantém, atualmente, uma rádio e a Universidade Popular Mães da Praça de Maio, com diversos cursos de graduação. Porém, o objetivo inicial não mudou: o direito à verdade e à justiça.

Frederico José Falcão é professor de História do Colégio Técnico da UFRJ. Graduado em História pela UERJ e Doutor em Serviço Social pela UFRJ.

Revendo o capítulo

- 1 – O que é um movimento social? Quais são as suas principais características?
- 2 – Como se organizou e quais foram as principais reivindicações do movimento operário brasileiro no início do século XX?
- 3 – Por que a Sociologia passou a utilizar a denominação de *novos movimentos sociais*, a partir da década de 1960? Quais eram as suas diferenças em relação aos movimentos anteriores?
- 4 – Quais são as principais características dos movimentos sociais neste século XXI?

Dialogando com a turma

- 1 – Você já participou ou pensou em participar de algum movimento social? Em que momento? Como? Por quê?
- 2 – Se você estivesse insatisfeito com alguma questão social ou de seu grupo de amigos ou colegas de profissão, participaria ou organizaria algum movimento para transformar uma situação que afeta negativamente a todos?
- 3 – Você já ouviu falar de algum movimento social que tenha se organizado na cidade ou na região onde você mora? Pergunte a respeito para seus pais e avós. Caso tenha existido, procure responder as perguntas: quando aconteceu e como o movimento se organizou? Quais eram suas propostas? Por que e como terminou? Ainda existe algum movimento social na região? Caso sim, apresente suas características e reivindicações.

Verificando o seu conhecimento

1 - (ENEM, 2011)

Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção da democracia.

SOUZA, M. A. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das políticas democráticas*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção da democracia, porque:

- (A) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- (B) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- (C) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- (D) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- (E) propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

2 - (ENEM, 2011)

Em meio às turbulências vividas na primeira metade dos anos 1960, tinha-se a impressão de que as tendências de esquerda estavam se fortalecendo na área cultural. O Centro Popular de

Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) encenava peças de teatro que faziam agitação e propaganda em favor da luta pelas reformas de base e satirizavam o “imperialismo” e seus “aliados internos”.

KONDER, L. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

No início da década de 1960, enquanto vários setores da esquerda brasileira consideravam que o CPC da UNE era uma importante forma de conscientização das classes trabalhadoras, os setores conservadores e de direita (políticos vinculados à União Democracia Nacional – UDN –, Igreja Católica, grandes empresários etc.) entendiam que esta organização:

- (A) constituía mais uma ameaça para a democracia brasileira, ao difundir a ideologia comunista.
- (B) contribuía com a valorização da genuína cultura nacional, ao encenar peças de cunho popular.
- (C) realizava uma tarefa que deveria ser exclusiva do Estado, ao pretender educar o povo por meio da cultura.
- (D) prestava um serviço importante à sociedade brasileira, ao incentivar a participação política dos mais pobres.
- (E) diminuía a força dos operários urbanos, ao substituir os sindicatos como instituição de pressão política sobre o governo.

Pesquisando e refletindo

Livros:

BARRETO, Lima. *Os bruzundangas: outras histórias dos bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985. (Série Bom Livro / Edição Didática).

Os Bruzundangas, publicado em 1923, é uma coletânea de crônicas que satiriza uma nação fictícia, discutindo temas como a Constituição, a corrupção política e as eleições. A crítica de Lima Barreto atinge os privilégios da nobreza e o poder das oligarquias rurais, denunciando a realidade marcada pelas desigualdades sociais e as demandas do país com a saúde e a educação.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. (Clássicos comentados I).

Obra publicada em 1902 por Euclides da Cunha, é um misto de literatura com relato histórico e jornalístico. Em 1897, o autor havia sido enviado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, como correspondente, ao norte da Bahia, para fazer a cobertura do conflito no arraial de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro. Com base no que viu e no que pesquisou, escreveu essa obra que se tornou um clássico da literatura brasileira.

Filmes:

GUERRA DE CANUDOS (Brasil, 1997). Direção: Sérgio Rezende. Elenco: José Wilker, Paulo Betti, Cláudia Abreu, Marieta Severo, Selton Mello. 169 min.

Em 1893, Antônio Conselheiro (um monarquista assumido) e seus seguidores começam a tornar seu movimento em algo grande demais para a República, que acabara de ser

proclamada. Dessa forma, vários destacamentos militares são enviados para destruir o Arraial de Canudos.

SACCO & VANZETTI (*Sacco & Vanzetti*, Itália, 1971). Direção: Giuliano Montaldo. Elenco: Gian Maria Volonté, Riccardo Cucciolla, Cyril Cusack, Rosanna Fratello, Geoffrey Keen. 119 min.

Boston, início dos anos 1920. Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti são dois trabalhadores imigrantes italianos e militantes anarquistas, que são detidos injustamente pela polícia sob a acusação de assassinato.

BRAÇOS CRUZADOS, MÁQUINAS PARADAS (Brasil, 1979). Diretores: Roberto Gervitz e Sergio Toledo. 76 min.

Documentário que faz uma análise da estrutura sindical a partir da greve dos metalúrgicos paulistas de 1978 e da luta pela direção do sindicato que, desde a época de Getúlio, era controlado por um grupo ligado ao governo.

Conectados na internet e nas redes sociais:

PORTAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: <http://movsocial.org/>

Segundo os organizadores, o portal www.movsocial.org “foi criado para oferecer aos internautas, principalmente àqueles que enxergam os movimentos sociais como uma alternativa de luta aos menos favorecidos, uma oportunidade de conhecer e se atualizar quanto às ações que acontecem no nosso país, voltadas a esses segmentos”. Mas, para você, esse portal tem dezenas de informações e recursos para uma visão ampla e diversificada sobre este importante tema da Sociologia. Acesso: fevereiro/2013.

MOVIMENTOS SOCIAIS NUMA ERA DE EXCLUSÃO:

<http://bit.ly/14jzAKf>

No site do jornal *Folha de S. Paulo*, uma entrevista com o sociólogo americano Michael Burawoy, presidente da Associação Internacional de Sociologia, realizada em 09/10/2011. Na entrevista ele discorre sobre os movimentos sociais contemporâneos. Acesso: fevereiro/2013.

VÍRUS PLANETÁRIO – MOVIMENTOS SOCIAIS:

<http://www.virusplanetario.net/category/movimentos-sociais/>

Vírus Planetário é um espaço criado por estudantes universitários para debater sobre vários temas como sociedade, política, cultura, mídia etc. O link assinalado apresenta uma série de informações sobre os atuais movimentos sociais brasileiros, suas lutas e dificuldades. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

COMPORTAMENTO GERAL – Autor e intérprete: Gonzaguinha

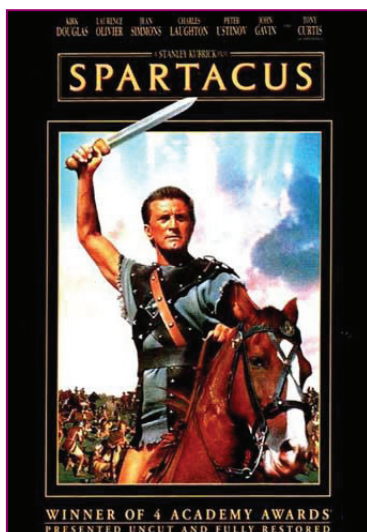
A letra é um exemplo do mais puro sarcasmo sobre a alienação e a submissão da classe trabalhadora brasileira nos tempos da ditadura militar de 1964. Vale a pena ouvir e discutir com os colegas: afinal, será que a letra da música continua válida para se pensar sobre o “comportamento geral” das pessoas hoje em dia?

O MESTRE-SALA DOS MARES – Autores: João Bosco e Aldir Blanc. Intérprete: Elis Regina.

Um samba que virou um clássico da MPB - Música Popular Brasileira que faz referência ao movimento conhecido como A Revolta da Chibata e ao seu líder, João Cândido, ocorrido em 1910. O movimento era contra os castigos corporais que existiam na Marinha do Brasil da época, cujas vítimas eram os marinheiros negros, mesmo 21 anos após o fim oficial da escravidão.

Filme Destaque:

Bryna Productions/ Stanley Kubrick



SPARTACUS (*Spartacus*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Stanley Kubrick

Elenco: Lawrence Olivier, Tony Curtis, e Kirk Douglas
183 min. (EUA, 1960).

SINOPSE:

Ambientado na Roma Antiga, Spartacus segue um grupo de escravos que são comprados por um treinador de gladiadores que os usa como entretenimento ao digladiarem até a morte. Não aceitando mais por muito tempo as injustiças da escravidão, um dos escravos lidera uma revolta entre as populações dos escravos, formando assim um exército de gladiadores guerreiros. Eles não pretendem se vingar dos romanos, só querem atravessar o mar para uma vida de liberdade. No entanto, o Senado romano não vê os acontecimentos com bons olhos, em consequência decidem iniciar uma caçada aos gladiadores.

Relações Sociais Contemporâneas

Agora, vocês, estudantes, estão prontos para um novo desafio: esta Unidade apresenta questões temáticas mais específicas que afligem, diretamente, os jovens no mundo atual. Vamos a elas?



Unidade 3

Capítulo 16

“Na telinha da sua casa, você é cidadão?” O papel da mídia no capitalismo globalizado

O conhecido sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997), em um de seus livros, fez afirmações muito fortes tanto em relação à televisão quanto aos apresentadores de programas:

A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população.

(...) a televisão não é muito propícia à expressão do pensamento.

(...) essas palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou, simplesmente, representações falsas.

(...) eles podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, sua problemática, seu ponto de vista.

(BOURDIEU, 1997, pp. 23, 39, 26, 66)

Vivemos na “sociedade da informação”. Nós somos bem informados? Na foto, um engenheiro de vendas fazendo a demonstração de um novo aparelho que, através da linha telefônica, apresenta serviços de TV, internet, videolocadora, gravação de programas, além da telefonia.



Ana Carolina Fernandes/Folhapress

Será que num mundo globalizado, onde temos acesso a várias informações, podemos ser tão manipulados assim pelos programas transmitidos pela TV? O que você acha dessas fortes

afirmações de Pierre Bourdieu (1997)?

Para compreender melhor essas ideias, apresentaremos, neste capítulo, entre outras coisas, os meios de comunicação de massa (ou as

denominadas mídias) e as relações sociais, no novo contexto da globalização.

Uma revolução que não para...

Você já deve estar acostumado a receber muitas informações todos os dias. Não é verdade? Mesmo quem não tem acesso rápido à internet, aos jornais ou aos celulares, possui algum meio de comunicação de massa, como TV ou rádio. Assim, como o próprio nome permite entender, os meios de comunicação de massa correspondem a todas aquelas mídias – ou seja, os suportes necessários à transmissão de informações – que podem atingir a maior parte da população do planeta.

O acesso a diversos meios como a internet, celulares etc. está crescendo em nível mundial. Até a televisão está acompanhando os avanços das novas tecnologias. Atualmente, podemos acompanhar pela TV uma guerra ao vivo do outro lado do planeta. Podemos conversar com várias pessoas na Europa ou na China ao mesmo tempo. O fato interessante é que tanto nas grandes cidades como nas pequenas algumas pessoas estão utilizando cada vez menos os correios e os telefones convencionais para se comunicar, dando preferência aos celulares, aos e-mails, aos chats, ao Facebook, ao Twitter etc. Ou seja, recursos em que você se comunica de forma instantânea. O incrível é que com alguns desses recursos você pode tirar uma foto e, em poucos segundos, enviá-la para alguém distante. Para muitos estudantes, até uma simples pesquisa ficou mais fácil, pois, se antes era necessário deslocar-se fisicamente até uma biblioteca, hoje é possível consultar uma de Portugal através da internet ou fazer uma pesquisa sobre determinado assunto por meio de um programa de “buscas” por imagens, vídeos, textos ou

até livros disponíveis gratuitamente na rede, como é o caso, por exemplo, de sites como o Google e o YouTube.

Diego Felipe



O acesso a diversos meios de comunicação depende deles: os satélites. Na foto, antenas de retransmissão de satélites.

Como podemos observar, o desenvolvimento das novas tecnologias da informação está revolucionando hábitos, costumes e modos de pensar dos povos e indivíduos. E é um desenvolvimento que não para. Podemos constatar hoje em dia que as chamadas *redes sociais* – exatamente os sites de relacionamento já citados, como Facebook e YouTube – cumpriram um papel importante de mobilização da juventude durante grandes revoltas de caráter popular, como foi o caso, por exemplo, da chamada *Primavera Árabe*, que teve início na Tunísia, em 2010, e se espalhou por todo o Norte da África e Oriente Médio, derrubando ditaduras que se encontravam no poder há décadas, não só o caso da própria Tunísia, mas também do Egito, da Líbia e do Iêmen! No Egito, ficaram famosos os protestos que ocuparam a Praça Tahrir, em 2011. Da mesma forma, na mesma época, e se espalhando por todo o ano de 2012, a internet foi um instrumento de organização dos protestos dos estudantes chilenos, que exigiam educação pública e gratuita; e do grande número de jovens desempregados e dos trabalhadores em greve na Espanha, na Grécia e em Portugal, entre outros

países, que lutavam contra as medidas de “austeridade econômica” que seus governos, mediante as ordens da União Europeia, procuravam impor a toda a população. Para além da Praça Tahrir, ganhou destaque a ocupação da Praça Syntagma, na Grécia, e diversas outras “ocupações” de espaços públicos, com os manifestantes acampando e realizando diversos atos e mobilizações. Estas alcançaram inclusive os Estados Unidos, com o movimento *Occupy Wall Street* (para maiores informações a respeito destes movimentos, consulte HARVEY et al., 2012).

Então, por tudo que descrevemos acima, já deu para reparar que esses meios de comunicação de massa como jornais, rádio, TV, internet, celulares ... são muito importantes em nossas vidas, e mesmo quem não tem acesso a todos esses recursos de alguma forma sofre a interferência deles, pois muitas decisões são tomadas por governos ou pessoas que interferem na política, na cultura e nas nossas opiniões sobre os acontecimentos do mundo.

Essa reflexão é importante porque podemos afirmar que as mídias, além de informar e nos colocar em contato com outras pessoas, são importantes agentes de *socialização*, ou seja, contribuem para que aprendamos muitas coisas e nos fazem interagir com o mundo – como percebemos em relação à Primavera Árabe e ao movimento *Occupy*. Já desenvolvemos esse tema no capítulo sobre a socialização dos indivíduos. Mas também é importante ressaltar que essas mídias podem ser consideradas como instituições sociais. Por exemplo: a Rede Globo, que já existe há mais de 40 anos, é uma empresa capitalista, mas também é uma organização social que influencia a vida de milhões, formando opiniões, socializando e contribuindo para constituir as identidades das pessoas, sejam jovens ou adultos. Quantas vezes

nos reunimos em família ou em grupos de colegas e amigos para ver novelas, programas humorísticos ou programas dominicais de variedades? Será que um simples exemplo pode estimular nossa imaginação sociológica? Mas o que dizem os especialistas sobre os meios de comunicação de massa?

A opinião dos especialistas

Mas como as mídias interferem em nossas vidas? Por que elas são consideradas um elemento importante de socialização das pessoas? Essas perguntas foram motivo para que alguns especialistas teorizassem sobre os meios de comunicação de massa. Vejamos alguns.

O professor canadense Marshall McLuhan (1971) definiu, de forma bastante polêmica, o fenômeno da comunicação. Ele afirmava: “o meio é a mensagem”. Ou seja, mais importante do que a análise do conteúdo de uma mensagem seria a análise do seu veículo. Concluindo, daí, que um mesmo conteúdo exposto num livro, gibi, transmitido numa rádio ou na TV teria efeitos diferentes.

McLuhan analisa os canais de comunicação a partir da sua classificação em três etapas:

- a civilização oral, através da palavra falada e pelos gestos;
- o surgimento da escrita e da sua explosão no século XVI, com a invenção da imprensa, que ele denominou de Galáxia de Gutenberg;
- a etapa da Galáxia de Marconi, com o surgimento dos meios de comunicação como rádio, cinema e a TV.

McLuhan escreveu no final nos 1960 e início dos anos 1970. Ele foi um dos primeiros a afirmar que a mídia eletrônica estava transformando

a vida em uma *aldeia global*, ou seja, as pessoas espalhadas pelo mundo acompanhavam os acontecimentos e, de certa forma, participavam juntas deles. Essa observação de McLuhan, com o passar dos anos, ficava mais clara para um número cada vez maior de pessoas. Você sabe, por exemplo, o que as pessoas sentiram ou disseram quando, em 11 de setembro de 2001, o World Trade Center caiu com os ataques dos aviões em Nova York? Pergunte aos seus parentes, vizinhos ou professores.

Outro sociólogo que trouxe uma contribuição importante para essa discussão foi o alemão Jurgen Habermas, que foi integrante de um grupo de pensadores que ficou conhecido como a Escola de Frankfurt. De fato, formavam uma escola, porque estudavam e produziam juntos diversos conhecimentos sociológicos. Este grupo inventou o termo *indústria cultural*, que se refere ao fato de que a cultura, com suas diversas manifestações, passou a ser produzida de forma padronizada e comercialmente. Habermas (1984) falava que a indústria cultural transformou a discussão dos interesses públicos – que ele chamava de *esfera pública* –, como, por exemplo, a política e a democracia, em interesses

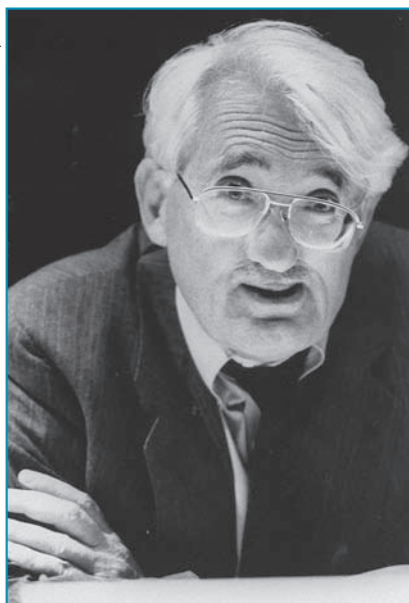
comerciais que beneficiam os interesses privados. Ele diz, entre outras coisas, que as discussões políticas são encenadas nos parlamentos e na mídia e que os reais interesses públicos são manipulados e controlados pela mídia.

Ainda sobre o tema (indústria cultural), outro pensador que apresentou uma reflexão importante foi Walter Benjamin (1989). Ele afirmava que, como os produtos culturais criados pelos homens foram submetidos à ideia de consumo, eles foram transformados em mercadorias e passaram a ser fabricados em série – ou, seguindo a lógica do mercado, valorizados como bens de luxo, de alto custo e de difícil acesso. Isto vale, por exemplo, para as obras de arte: algumas exposições se transformam em grandes eventos turísticos, às vezes viajando o mundo e se deslocando entre diversos museus ou sendo expostos em praças públicas.

Walter Benjamin, dessa forma, diz que a indústria cultural massifica a cultura e as artes para o consumo rápido no mercado da moda e na mídia. Massificar é banalizar as artes e a produção das ideias e, também, de certa forma, vulgarizar os conhecimentos. Uma filósofa brasileira, Marilena Chauí (1995), falando sobre o papel da indústria cultural em nossas vidas, diz que ela é feita para vender cultura e para tal deve agradar e seduzir o consumidor. Essa indústria não pode provocar, chocar, perturbar ou fazer o consumidor pensar nas informações novas. Segundo Chauí, o que a indústria cultural deve fazer, para ser eficiente e eficaz, é oferecer ao consumidor coisas e ideias já conhecidas, vistas e feitas com novas aparências.

O francês Jean Baudrillard (1991) foi outro que teorizou sobre a mídia de massa. Para ele, o impacto das mídias no mundo contemporâneo produz um impacto

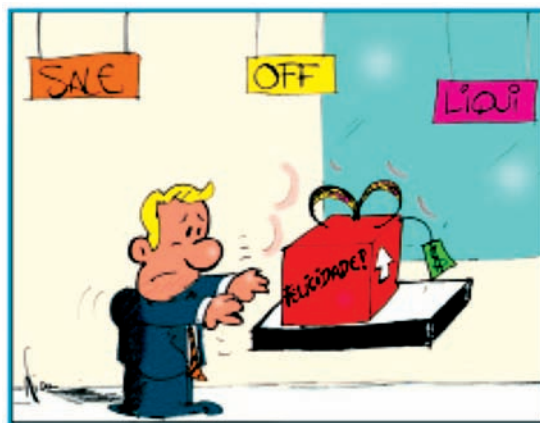
Juan Esteves/Folhapress



O sociólogo Jurgen Habermas produziu estudos e reflexões relevantes sobre a *indústria cultural*.

na vida das pessoas muito mais profundo do que qualquer outra tecnologia. Para ele, a TV, por exemplo, não serve somente para representar o mundo, mas principalmente para definir como é este mundo em que vivemos. Diz ainda que não existe apenas uma realidade, mas uma hiper-realidade, ou seja, um mundo de “simulacros” em que o importante são as imagens sobre um fato, que podem não significar o fato realmente ocorrido. Uma ideia muito parecida com a de Marshall McLuhan (1971), ou seja, *o meio é a mensagem*. Quantas vezes já vimos, por exemplo, os comerciais de TV que tentam vender produtos sem qualidade, mas com ótima produção de marketing, que seduz o público – ou porque uma personalidade famosa está recomendando? Um exemplo parecido vindo do intelectual brasileiro Muniz Sodré afirma que a TV é uma máquina de identidade coletiva (SODRÉ, 1990). O que faz da informação massiva um simples efeito de gestão das consciências e uma forma dissimulada de governo.

Para o autor, a televisão oferece ao espectador um espaço e um tempo simulados. Ela cria o que ele chama de *telerrealidade* ou *telepresença*, ou seja, o simples fato de estar ligado, o aparelho receptor é o elemento capaz de ligar o telespectador, de amenizar a absurda solidão que possa sentir,



Nico

como indivíduo, na massa gigantesca da grande cidade. Uma das formas desse indivíduo combater a sua solidão é exatamente a tentativa de buscar momentos de felicidade através da aquisição dos produtos vendidos pela propaganda...

Assim, o que é veiculado pela TV conquista a cada dia o monopólio da verdade, da fala sobre o mundo. A verdade dá lugar à credibilidade de quem está dizendo e não interessa o que é dito. Na TV, as coisas se justificam por sua própria circulação, pelo mero passar na TV, e não pelo seu conteúdo.

Podemos citar como exemplo o caso do MST, onde a visão que se passa nos meios de comunicação é de que se trata de um grupo de radicais, invasores de propriedades e bandos armados contra a ordem pública. O que tem maior credibilidade? Uma manchete em um jornal ou em capa de revista semanal como, por exemplo, “MST ensina táticas de guerrilha aos sem-terra” (*O Globo*, 13/6/99) e, dez anos depois, “MST destrói plantação de laranjas” (*Folha de São Paulo*, 06/10/2009)? Ou o depoimento dos sem-terra sobre suas condições de vida e suas principais reivindicações? Por que não é veiculada na mídia, neste caso, a informação sobre a concentração de terras por parte de poucos proprietários no Brasil,



Luiz Fernandes

Indústria cultural: vender, seduzir, agradar...



César Rodrigues/Folhapress

Será que a TV, como diz Muniz Sodré, conquista, a cada dia, o “monopólio da verdade”?

impedindo que se produzam alimentos baratos?

Confirma-se a ideia de Muniz Sodré (1990) que ao indivíduo isolado se oferece uma interpretação parcial dos fatos. Esta visão parcial, ao final, aparenta ser “a única verdade”, o fato considerado como “incontestável”.

É interessante notar que, pelas oportunidades de informações que

existem no Brasil, reveladas numa pesquisa feita pelo IBGE, em 2001, a influência da mídia televisiva pode ter um efeito considerável. Pois vejamos as disponibilidades de meios de informação e formação existentes nos 5.506 municípios brasileiros:

- 93% não dispõem de cinemas;
- 85% não têm museus nem teatros;
- 65% não apresentam livrarias, nem lojas de CDs ou fitas; e em
- 25% não existem bibliotecas.

Em compensação, 99% do território nacional são cobertos pelas grandes empresas de mídia, dentre as quais a Rede Globo, que concentra a maior parte dos veículos de comunicação, como emissoras de TV e rádio, e jornais impressos. Veja a tabela a seguir:

Outro fator relevante na análise dos

TABELA 1 - Veículos pertencentes ou ligados às redes nacionais

Rede	Emissoras de TV	Retransmissoras	Rádios AM	Rádios FM	Jornais
Globo	121	3305	33	52	76
Record	79	870	31	52	09
SBT	99	1441	39	70	12
Bandeirantes	44	1209	44	48	11
Rede TV!	42	637	17	33	04

Fonte: Dados compilados por FONSECA, 2010, p. 38. Tabela reproduzida pelos autores.

efeitos da mídia, como se pode perceber nessa tabela, é a publicidade. Esta é um poderoso instrumento estimulador da produção e do consumo de massa. É o elemento que se impõe como dispositivo técnico de gestão da vida do cidadão-consumidor por meio da sedução, da persuasão e da motivação. Numa comparação mais profunda, implica *poder de governo* para quem a domina.

Essas considerações nos levam à indagação de como a humanidade teria alterado sua autoconsciência e também a consciência do mundo, através da

evolução dos meios de comunicação. Deve-se registrar, de qualquer forma, que antes do advento e da propagação dos meios de comunicação de massa, existiam outros mecanismos ou instituições – como as diversas religiões e Igrejas, por exemplo – que incidiam de forma direta sobre as visões de mundo dos indivíduos – o que estamos chamando aqui de sua “consciência do mundo”. O mundo influenciado pelas mídias apresenta essa autoconsciência em outro patamar, mas – atenção! – sem ignorar os velhos mecanismos de formação

das consciências. Só para ilustrar o que estamos afirmando, basta pensar no mesmo exemplo das religiões e igrejas e perceber o alcance e o poder que elas têm hoje através de programas que financiam em inúmeras redes de rádio e TV, e enquanto proprietárias de uma extensa rede de meios de comunicação de massa.

Mudanças de hábitos e de relações sociais

As novas tecnologias da informação, como dissemos no início deste capítulo, estão revolucionando as relações sociais, os hábitos cotidianos e os costumes das pessoas. Aqui vamos ativar nossa imaginação sociológica com alguns exemplos.

Um primeiro exemplo é sobre a utilização de celulares. A massificação, que significa a expansão acelerada dessa nova tecnologia, possibilitou o surgimento de certas formas de interação entre as pessoas, formas essas impossíveis há alguns anos. O interessante é que o uso dos celulares passou a ser quase uma regra nas grandes cidades, relegando àqueles que não os usam a uma categoria de pessoas antissociais. O celular nos dá muita mobilidade nas relações sociais e alterou certos comportamentos. Pais, agora, podem controlar seus filhos adolescentes quando estes estão fora de casa. Atualmente, nos trens, nos ônibus,

nas ruas, podemos escutar as conversas de pessoas que, quando falam nos seus celulares, estão expressando fatos pessoais e íntimos. Há alguns anos essas conversas eram restritas ao espaço privado da casa ou do trabalho. Agora, cada vez mais, questões até então privadas invadem os espaços públicos e os diálogos íntimos começam a fazer parte da poluição sonora das cidades.

Nas salas de aula, alguns alunos levam seus celulares e têm sua aula interrompida por alguém telefonando para eles. Mães e pais, com essa prática, desviam a atenção dos filhos na hora da aula. Até as quadrilhas de dentro das prisões usam os celulares. O presidiário já não está tão “isolado” assim do mundo fora da prisão – quando a segregação deveria ser um dos efeitos impostos pela pena de reclusão. Ele, agora, com acesso ao celular, pode organizar roubos, sequestros e até fugas e rebeliões. Vocês se lembram do papel que o celular passou a ter, de uns tempos para cá, nas rebeliões de presidiários? Basta assistirmos aos noticiários diários.

Vamos a outro exemplo.

Certa vez, um professor de Sociologia fez um comentário muito interessante. Ele dizia que quando era jovem viveu numa época em que a pessoa que procurava emprego ia até o local indicado, gastando muito tempo com isso. Ele contou que, em 2003, estava precisando aumentar sua renda e, ao voltar para casa de ônibus, tarde da noite, recebeu uma chamada no celular de uma faculdade oferecendo-lhe emprego. Ele comentou: “muita coisa mudou hoje, eu consegui esse trabalho enviando meu currículo por e-mail e no dia seguinte recebi um telefonema me oferecendo um trabalho quando estava fora de casa”. Relacionado a este fato, o mesmo professor comentou: “as pessoas hoje não são mais procuradas, elas são achadas”.



Image Source/Bjarte Reitelid

Os celulares revolucionaram nossa vida cotidiana mesmo nas escolas e, até, nas prisões.

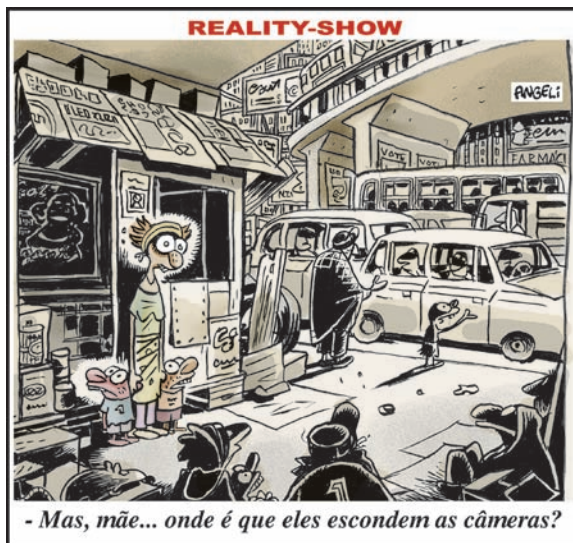
Um grande irmão que não é de carne e osso: “Big Brother Brasil”

Já que estamos falando de mudanças nas relações sociais, podemos afirmar que algumas das programações da TV estão também revolucionando certas ideias sobre vigilância e controle das pessoas. Um exemplo bem concreto é o programa exibido pela Rede Globo, Big Brother Brasil – BBB.

Não foi a Rede Globo que inventou este programa. Em 1999, o executivo de uma TV holandesa, John de Mol, teve a ideia de criar um *reality show* (show da realidade), onde pessoas comuns seriam selecionadas para conviverem juntas dentro de uma mesma casa, vigiadas por diversas câmeras, vinte e quatro horas por dia. O nome do programa – *Big Brother* – teve como inspiração uma antiga obra de ficção científica.

Big Brother é um *reality show* onde, durante cerca de três meses, um grupo de pessoas tenta se manter o máximo de tempo possível em uma casa fechada, sem acesso a TV, jornais, rádio, amigos e familiares e, assim, conseguir um grande prêmio em dinheiro. A decisão sobre quem sai e quem fica é tomada pela audiência que acompanha o programa e que, por algum motivo, toma partido de um ou mais membros da casa, votando através do telefone fixo, do celular ou pela internet.

O termo “Grande Irmão” (*Big Brother*) representa um personagem fictício no romance *1984*, escrito por George Orwell e publicado em 1949. Esse romance retrata o cotidiano dos indivíduos numa sociedade totalitária. Nessa sociedade, todas as pessoas estão sob constante vigilância das autoridades, e sendo sempre alertadas pelo Estado com as seguintes frases: “o Grande Irmão zela por ti” ou “o Grande Irmão está te observando”. O livro denuncia



o totalitarismo do Estado que, na figura de um homem, através das chamadas, governa de forma arbitrária e manipula a forma de pensar das pessoas.

Pois bem, o programa é inspirado nesse romance, mas no BBB informa-se que não há intenção de governar, vigiar e controlar as mentes, mas sim mostrar “as pessoas como elas verdadeiramente são”, com suas virtudes e, principalmente, com os seus defeitos. O programa apresenta-se como um entretenimento, uma diversão, um passatempo marcado pelas “espiadas” no comportamento dos seus participantes. Será que essa exposição no programa não faria parte de uma teatralização da TV?

Ao contrário do romance, que passava a ideia de que numa sociedade futura seríamos todos vigiados, controlados e manipulados, hoje o BBB estaria representando uma nova realidade social, ou seja, nós somos vigiados sim, mas não no sentido de que perdemos nossa liberdade, e sim de que no mundo de hoje o fato de ser visto sempre passa a ser entendido como uma qualidade, a visibilidade ao extremo como algo muito valorizado. Dessa forma, quanto mais você é visto e olhado, mais você participa do mundo.



Eduardo Anzelli/Folhapress

Nas grandes cidades as câmeras de vídeo estão por quase todos os lados. Na foto, policiais do Centro de Operações da Polícia Militar monitoram imagens de câmeras de vigilância na cidade de São Paulo.

Há, também, a mistura entre o que é **público** e o que é **privado**. Então, um fato que poderia ser considerado tempos atrás como uma **invasão de privacidade**, hoje está se transformando cada vez mais em um espetáculo para a diversão do público.

Hoje, não é somente no BBB que existem câmeras de vídeo por quase todos os lados. Nas ruas das grandes cidades, nos shoppings, nos elevadores, nas lojas, nos supermercados, nos ônibus, até nas escolas, enfim. Muitos atos e comportamentos de nossa vida privada se transformam em coisa pública. Às vezes, certas cenas de nosso cotidiano vão parar no site You Tube ou em ferramentas semelhantes.

Há alguns anos, diversos sociólogos, ao discutir os meios de comunicação, apontavam para a existência de uma esfera pública e de uma esfera privada dos indivíduos, ou melhor, que todos nós vivíamos e nos relacionávamos com outras pessoas de forma diferente em espaços diferentes. E hoje? O que nossa imaginação sociológica poderia afirmar? Seria a mesma coisa? Se não, quais seriam as diferenças? Discuta com seus colegas e professores.

As mídias e as salas de aula no século XXI

Nas sociedades atuais, o conhecimento é fortemente valorizado, mas muitas são as formas de ascender a ele, não se podendo atribuir à escola e à família a exclusividade desta função. O impacto dos **meios de comunicação de massa** – e, particularmente, da informática – está revolucionando as formas de adquirir conhecimento. E essas formas vão se multiplicar nos próximos anos.

Hoje, por exemplo, temos os filmes infantis que inculcam valores; temos a internet que nos apresenta um mundo de informações, jogos, imagens etc. É importante notar que as crianças e os jovens interagem com essas novas ferramentas de uma forma muito diferente, na qual os adultos não foram socializados.

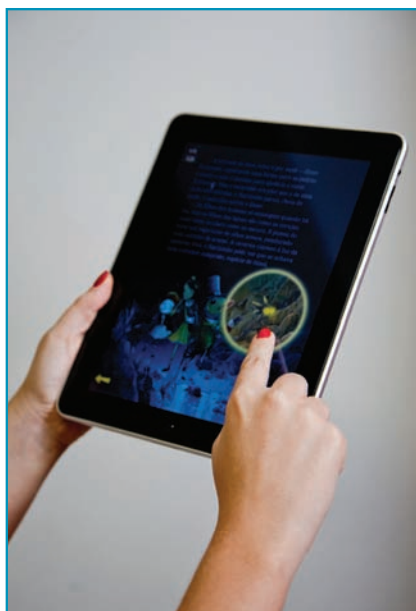
Não faz muito tempo, certas informações demoravam dias para chegar ao nosso conhecimento. Por outro lado, alguns programas de TV não eram *ao vivo*. Por exemplo, em alguns locais do interior do Brasil, em 1970, só alguns dias depois da final da Copa do Mundo de futebol é que se soube que o Brasil havia sido tricampeão. Muitos outros programas de televisão eram gravados numa semana e exibidos ao público em outra, ou até mesmo um mês depois. Assim, certas informações chegavam muito tempo depois de terem acontecido.

E hoje? Chegamos a um ponto em que podemos ver os fatos no momento em que estão acontecendo, ao vivo, como no caso da ocorrência de terremotos, furacões, grandes enchentes e outras catástrofes da natureza que atingem o planeta praticamente todos os anos, pois os satélites têm a capacidade de nos transmitir as informações rapidamente. No mesmo instante em que as imagens são produzidas, são recebidas e transmitidas.

Estamos falando de televisão e transmissões via satélite que estão apro-

ximando pessoas, produtos e informações. Mas, também podemos falar da internet. Este é um sistema de comunicação entre computadores que liga o mundo inteiro com conhecimentos, leituras, mensagens visuais e textuais e também audiovisuais. É o chamado **mundo virtual**, ou seja, ele não se concretiza em objetos, mas existe apenas visualmente, no momento em que acessamos a rede de comunicação interligada pela tecnologia da informática.

Assim, podemos ler um livro ou texto recém-lançado, sem que esteja escrito em papel algum. Temos as chamadas revistas eletrônicas, ou seja, revistas de informações, que podem ter o mesmo formato de revistas em papel, mas que estão apenas expostas na tela do computador. Algumas revistas impressas, jornais e livros agora são comercializados somente em formato digital, podendo ser lidos no celular ou em *tablets*, que são quase que “livros digitais”. Sem falar na propagação cada vez mais acentuada de cursos à distância, ou seja, que não são presenciais, mas virtuais. Virtual não no sentido de que ele não exista, mas no sentido de que é cursado pelo aluno



Carlos Ceconello/Folhapress

No mundo atual, muitos livros, revistas e jornais são lidos num suporte computacional.

através do sistema informacional, por computadores ligados à internet.

Enfim, estamos destacando essas novas tecnologias por entendermos que elas representam, atualmente, um dos instrumentos que mais influenciam os processos de socialização e educação, além da escola e da família.

Vamos dar um exemplo bem real de um menino de seis anos, cursando a classe de alfabetização, que começava a aprender a ler e escrever. Para surpresa de sua professora, em menos de dois meses ele começou a ler quase tudo. A professora marcou uma reunião com os pais do menino, pois, segundo sua experiência, o menino estaria tendo apoio em casa ou aulas particulares. No entanto, os pais relataram que sempre ficavam pouco tempo em casa e que só podiam dar atenção ao filho nos finais de semana. Então, qual foi o motivo para que aquela criança aprendesse tão rapidamente a ler?

O pai relatou que seu filho estava muito curioso para aprender a mexer na internet e no computador. Assim, num final de semana, ensinou-o como funcionava o computador e como “navegar” na internet. Ajudou, ainda, o fato da irmã de nove anos sempre trabalhar com o computador, ver figuras animadas, vídeos, brincadeiras e jogos. Aprendeu rápido e começou a descobrir a leitura, incentivado pela internet, através de jogos e brincadeiras, dos quais precisava ler as várias regras. A consequência disso foi que ele se transformou no “primeiro aluno” de sua turma, alfabetizando-se muito mais rapidamente que todos os demais.

A internet e o computador ajudaram uma criança a acelerar seu processo de alfabetização. Mas, isso não é uma regra ou uma coisa que aconteça sempre. Existem casos em que o computador afasta crianças e adolescentes da escola. Depende muito de cada caso, de cada família. Sem contar o fato de que nem todos no Brasil têm acesso a um computador, mas somente à televisão ou ao rádio.

Todos esses novos instrumentos – programação de TV ao vivo, internet etc. – podem ser considerados **novos agentes de socialização** na educação das novas gerações, ao lado da família e da escola. É preciso estudar, compreender e reconhecer o papel educativo dessas mídias para estudantes e também para professores.



Luciana Whiteker/Folhapress

As novas mídias utilizadas como instrumentos educativos. Na foto, de 13/10/2005, creche “Lar de Rebeca”, no Rio de Janeiro, com computadores conectados à internet.

Os agentes de socialização têm características bem delimitadas, ou seja, passam informações, socializam experiências e formam novas mentes pensantes, inculcando valores e dando exemplos de atitudes a serem adotadas. A família e a escola têm estas características mas, se pensarmos bem, os novos meios de comunicação e informação também cumprem estes papéis. Eles não servem somente para diversão ou lazer.

Quem já não presenciou numa escola, por exemplo, uma polêmica sobre direitos da mulher, em algumas ideias que foram dramatizadas numa novela de TV e que se tornou assunto de debate durante a semana, dentro da sala de aula e no recreio? Certamente, estudantes e professores deram suas opiniões sobre a polêmica e conversaram sobre suas impressões. Essas conversas e mobilizações, em torno desse debate, também educam e formam eticamente os indivíduos.

Estamos destacando estes novos meios de comunicação como agentes de socialização porque, em alguns momentos, eles competem com as famílias e a escola ou as ajudam na formação de crianças e jovens. São os meios mais presentes, atualmente, ao lado da escola e da família, que **promovem socialização**, difundem opiniões e propõem concepções e modos de lidar com as pessoas e a realidade humana.

Existem outros agentes de socialização como as igrejas, as associações de moradores, os sindicatos, os grupos de amigos, os clubes etc. Eles também passam informações, socializam experiências e formam novas mentes pensantes. Entretanto, nem todos têm a capacidade de mobilização que têm os novos meios de comunicação e informação, pois estes últimos conseguem penetrar no mais íntimo cotidiano das pessoas, seja nas famílias ou nas escolas.

Por outro lado, as novas tecnologias chegam a interferir em rotinas já consagradas por um ritual familiar ou escolar. Vejamos o exemplo de certos professores das grandes cidades brasileiras, nos últimos anos, que reclamam da dificuldade que têm em prender a atenção das turmas por mais de vinte minutos numa aula expositiva, ou seja, os alunos ficam

dispersos e não prestam atenção no que eles dizem.

Será que a mídia, principalmente a televisão, não tem nenhum tipo de responsabilidade no que se refere a esta dificuldade de concentração e abstração dos estudantes?

Marilena Chauí (2000), comenta a relação existente entre a dispersão da atenção das pessoas em geral, nos dias atuais, com o hábito gerado pela programação da TV, desde 1960, de concentrar as informações em blocos que podem durar, por exemplo, quinze minutos, com pausas para a publicidade.

Ora, será que essa reflexão não está relacionada à dispersão que os professores em geral percebem nas salas de aula? Não podemos dizer que as crianças, adolescentes e jovens de hoje estão sendo habituados desde bem pequenos a se concentrarem em programas de televisão durante quinze ou vinte minutos, relaxando depois durante os intervalos comerciais? Assim, na sala de aula, depois de quinze ou vinte minutos, eles se cansam, não conseguem prestar mais atenção no professor e se dispersam em conversas ou em outras atividades fora do contexto da aula.

Para agravar este quadro, a grande maioria dos professores brasileiros não conta com recursos de utilização de imagens para ilustrar os conteúdos que deseja apresentar nas suas aulas... Afinal, um programa de TV – com

cores, músicas, movimentos e efeitos especiais – pode ser muito mais atrativo visualmente para uma criança ou adolescente do que uma aula com um adulto falando e anotando no quadro de giz.

Este é um exemplo de como **outras formas de socialização** podem interferir em práticas cotidianas de uma escola. O que fazer, então?

Vimos, por um lado, que essas novas formas de socialização podem contribuir com a escola e a família, mas, por outro lado, interferem de forma negativa em situações de aprendizagem já consagradas pelos educadores.

A globalização e o mercado dos grandes negócios

As novas tecnologias dos meios de comunicação de massa estão revolucionando nossas vidas. No entanto, devemos também analisar sociologicamente que um dos grandes fatores que faz movimentar essas transformações é o interesse econômico das grandes empresas transnacionais e globalizadas. Esses interesses, que mexem com nossas vidas cotidianas, também têm uma interferência de governos e de Estados.

Podemos dizer, então, que o controle da informação é, ao mesmo tempo, um instrumento de poder, por parte dos grupos políticos e econômicos dominantes, além de se constituir como um grande negócio capitalista. Isto é constatado pelo sociólogo e ex-diretor do





Juliana Laurino/Folhapress

Os interesses econômicos movimentam o crescimento dos meios de comunicação de massa e influenciam nossa vida cotidiana e as decisões políticas. Na foto, a Times Square, região central de Manhattan, Nova York – EUA, onde se concentram algumas das empresas de comunicação mais influentes do mundo.

jornal francês *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet, quando afirma que “a comunicação tornou-se uma indústria pesada, comparável à indústria siderúrgica da segunda metade do século XIX, ou à do automóvel na década de 20: hoje, é nesse setor que são feitos os investimentos mais importantes” (RAMONET, 2002).⁴

Ainda segundo Ramonet, os grandes conglomerados formados pelas empresas de comunicação se transformaram nos “novos donos do mundo”, controlando jornais, revistas, livros, cinema, televisão e etc., reunindo diversas empresas de informática e de telecomunicações. Entre esses conglomerados estão a América On Line (que comprou a Nestcape, a Intel e o grupo Time-Warner-CNN), a Vivendi – Universal (resultado da fusão da Havas, Canal Plus, USA Networks e o grupo Seagram), a Viacom e a News Corporation.

É claro que no Brasil a situação não poderia ser diferente. Basta pensarmos no mais poderoso desses grandes conglomerados de comunicação, as Organizações Globo, para termos uma ideia do que significa esse cenário de

monopolização e controle da informação. Da mesma forma como apontamos acima, essa concentração econômica é acompanhada passo-a-passo pelos grupos e famílias que controlam as políticas regionais, com influência direta no centro do poder, em Brasília. Para ilustrar, uma pesquisa realizada por Israel Bayma, a partir de dados da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, do Ministério das Comunicações e do Tribunal Superior Eleitoral, mostrava, em 2002, que 73,75% das emissoras de radiodifusão brasileiras estavam em poder dessas famílias políticas tradicionais. Só o sobrenome Sarney, por exemplo, segundo Bayma, aparecia como sócio em 56 emissoras de rádio e TV (cf. BAYMA, 2002).

Bayma se refere a esse tipo de exercício do poder político como “coronelismo eletrônico”:

A literatura política brasileira tem utilizado o termo coronelismo como uma forma peculiar de manifestação do poder privado, com base no compromisso e na troca de proveitos com o poder público. A ciência política trata como coronelismo a relação entre os coronéis locais, líderes das oligarquias regionais, que buscavam tirar proveito do poder público, no século XIX e início do século XX. Hoje, não há como deixar de se associar esse termo aos atuais impérios de comunicação mantidos por chefes políticos oligárquicos, que têm, inclusive, forte influência nacional (BAYMA, 2002).⁵

Assim, percebe-se que o controle dos meios de comunicação caminha ao lado das estruturas de poder presentes nas sociedades, significando um instrumento de privilegiamento de

alguns grupos e de troca de favores entre o empresariado e o poder público. As concessões de emissoras de TV ou de estações de rádio cumprem esse papel, na medida em que é necessário ter autorização do governo, mas essa autorização só sai para alguns – amigos ou prestadores de favores dos governantes. Por este motivo é que podemos utilizar o termo “clientelismo” como referência ao tipo de relação política que se estabelece entre o que deveria ser *público* (uma concessão do Estado), mas que assume um caráter *privado* (já que defende os interesses de determinados grupos econômicos).

Por outro lado, quando se fala em “coronelismo eletrônico”, está se afirmando que alguns políticos dominam e divulgam informações para promoverem a si mesmos e seus aliados, além de hostilizar e censurar as iniciativas dos adversários, mantendo uma dominação política através do monopólio das concessões das rádios e televisões pelo governo. É uma troca de favores: o governo concede a alguns políticos a abertura de rádios e canais de TV e esses mantêm o controle eleitoral da população a favor dos governos.

Voltando às afirmações de Pierre Bourdieu (1997), apresentadas no início deste capítulo, podemos constatar

no texto anterior que há uma relação íntima entre poder e mídia e que, ao longo da História brasileira, a televisão, as emissoras de rádio e os jornais impressos e, nos dias de hoje, os boletins eletrônicos divulgados via internet, têm interesses comerciais e políticos. Eles exercem influências significativas sobre comportamentos, visões de mundo, política, moral etc. Parece que aquilo que chamamos de liberdade de expressão está bastante limitado por esses interesses. O que você acha disso? Estamos exagerando? Ou estamos tentando, como dizia Bourdieu no texto citado, fazer da Sociologia um instrumento científico que tem como uma das suas tarefas desvelar coisas ocultas?

Shutterstock



Para Pierre Bourdieu (1930-2002), o estudo dos meios de comunicação de massa pode nos ajudar a desvelar uma série de questões ocultas – como, por exemplo, as relações entre a mídia e o poder econômico.

A VOZ DO DONO E O DONO DA VOZ

Dione Lins & Ricardo Pereira

É, nossa voz tem um dono. No mundo em que vivemos todas as coisas têm de certa forma um dono, mesmo as coisas que não vemos, como, por exemplo, o pensamento. Na nossa sociedade, é fundamental o controle do pensamento e uma parte desse controle é feito através da mídia. As mídias na “democracia” são os agentes da propaganda e da censura do sistema.

Ficou surpreso com a palavra censura? Sim? Sim, a censura existe. O conceito não está só associado aos regimes ditatoriais quando a censura é assumida claramente e as pessoas sabem que existem informações que o governo esconde.

Nas “democracias”, a censura também é “democrática”: escondem de nós as informações, em geral, com o excesso de informações. Somos bombardeados diariamente com milhares de propagandas para ocultar as informações realmente essenciais.

Nos EUA, já se sabe que um cidadão americano assiste a 4000 propagandas por dia, *bem como as informações vinculadas aos programas chamadas merchandising. Nas “democracias”, as pessoas acreditam na imparcialidade dos meios de comunicação, porém é na publicidade que se esconde a “censura”.*

O grande objetivo do sistema é, portanto, tentar que a população tenha pouca ou nenhuma informação para ser mais submissa e passiva. Daí ser importante que a maioria não tenha acesso aos meios alternativos como a internet, mas que fique apenas com as informações repassadas pela TV.

Na TV, os telejornais não têm o objetivo de informar, mas sim entreter e, sobretudo, distrair as pessoas. São notícias vinculadas sem as devidas contextualizações

no espaço e no tempo. Com prejuízo de critérios de qualidade, prevalece o sensacionalismo. A tônica recai nos casos do dia, aqueles que supostamente “interessam” ao grande público, mas que não tocam em nada de importante.

No capitalismo, os meios de comunicação estão a serviço de todas as espécies imagináveis de consumo: de mercadorias a ideias. O consumo referido é um consumo cotidiano, que não implica quase nunca intenção, nem decisão, nem pagamentos. Foi para chamar a atenção desse poder midiático da publicidade sobre a população que a artista plástica americana Barbara Kruger (1945) usa fotografias de fontes existentes (revistas e propagandas) com texto conciso e agressivo que envolve o espectador em questionamentos sobre a sua visão da luta pelo poder e o consumismo. Você pode acessar os sites, a seguir, e conferir o trabalho desta artista plástica.

Quem é Barbara Kruger?
<http://bit.ly/16hEwRc>

BARBARA KRUGER-HIRSHHORN MUSEUM AND SCULPTURE GARDEN <http://bit.ly/11oqOvU>

Dione Souza Lins e **Luís Ricardo Pereira de Azevedo** são professores de Artes. Dione leciona na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro e é licenciada em Educação Artística – Artes Plásticas, pela UFRJ. Ricardo é professor da Rede Estadual e da Rede Municipal do Rio, e licenciado em Educação Artística – História da Arte, pela UERJ. Ambos são Especialistas em Ensino da Arte pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.

Revendo o capítulo

- 1 – Qual a importância dada por McLuhan ao papel dos meios de comunicação?
- 2 – O que se entende pela expressão “indústria cultural”?
- 3 – Como Muniz Sodré vê o papel da televisão sobre a população em geral?
- 4 – Por que os novos instrumentos de mídia, como a internet, podem ser considerados novos agentes de socialização?

Dialogando com a turma

- 1 – A partir da observação da vida cotidiana, debata com seus colegas até que ponto a mídia condiciona o comportamento e a moda dos jovens?
- 2 – Assistindo aos atuais programas de TV, conseguimos identificar algum tipo de manipulação da informação, operados pela televisão, na sociedade brasileira? De que tipo? Cite exemplos.
- 3 – Caso você e seus colegas resolvessem criar um meio de comunicação independente, quais seriam os temas que abordariam? De que forma? Vocês sentem falta de acesso a algum tipo de informação que pode ser considerada como relevante? Quais seriam os tipos de manipulação operados pela televisão, hoje, na sociedade brasileira?

Verificando o seu conhecimento

1 – (ENEM, 2011)

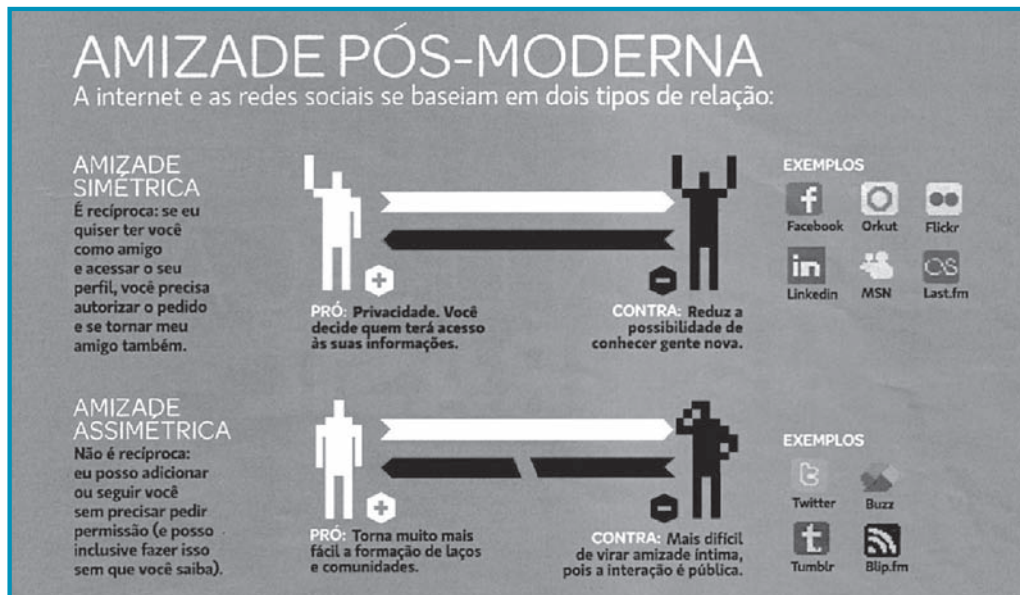
Um volume imenso de pesquisas tem sido produzido para tentar avaliar os efeitos dos programas de televisão. A maioria dos estudos diz respeito às crianças, o que é bastante compreensível pela quantidade de tempo que elas passam em frente ao aparelho e pelas possíveis implicações desse comportamento para a socialização. Dois dos tópicos mais pesquisados são o impacto da televisão no âmbito do crime e da violência e a natureza das notícias exibidas na televisão. O texto indica que existe uma significativa produção científica sobre os impactos socioculturais da televisão na vida do ser humano. E as crianças, em particular, são as mais vulneráveis a essa influência, porque:

- (A) codificam informações contidas nos programas infantis por meio da observação.
- (B) adquirem conhecimentos variados que incentivam o processo de interação social.
- (C) interiorizam padrões de comportamento e papéis sociais com menor visão crítica.
- (D) observam formas de convivência social baseadas na tolerância e no respeito.
- (E) apreendem modelos de sociedade pautados na observância das leis.

2 – (ENEM, 2011)

Os amigos são um dos principais indicadores de bem-estar na vida social das pessoas. Da mesma forma que em outras áreas, a Internet também inovou as maneiras de vivenciar a amizade. Da leitura do infográfico, depreendem-se dois tipos de amizade virtual. A simétrica e a assimétrica, ambas com seus prós e contras. Enquanto a primeira se baseia na relação de reciprocidade, a segunda:

- (A) reduz o número de amigos virtuais, ao limitar o acesso à rede.
- (B) parte do anonimato obrigatório para se difundir.
- (C) reforça a configuração de laços mais profundos de amizade
- (D) facilita a interação entre pessoas em virtude de interesses comuns.
- (E) tem a responsabilidade de promover a proximidade física.



Pesquisando e refletindo

Livros:

COELHO NETO, José Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Obra que define o significado do termo sociológico “indústria cultural”, explicando a sua origem e a sua importância para se entender o papel da mídia no mundo contemporâneo.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. São Paulo, Globo, 2000.

Num Estado científico totalitário que zela por todos, os nascidos de proveta – os seres humanos – têm comportamentos pré-estabelecidos e ocupam lugares pré-determinados numa sociedade em que todos são vigiados. Considerado como um livro quase profético ao compararmos com as sociedades de hoje.

Filmes:

MUITO ALÉM DO CIDADÃO KANE (*Brazil: Beyond Citizen Kane*, Inglaterra, 1993). Direção: Simon Hartog. 93 min.

Documentário que discute o poder da Rede Globo. Produzido pela BBC de Londres. Teve sua exibição proibida no Brasil.

BOA NOITE E BOA SORTE (*Good night, and good luck*, EUA, 2005). Direção: George Clooney. Elenco: George Clooney, David Strathairn, Jeff Daniels, Robert Downey Jr. 93 min. P&B.

Nos EUA dos anos 1950, o filme conta os conflitos reais entre um repórter televisivo e o Senador Joseph McCarthy, com a sua política de perseguição a supostos comunistas, durante o período da Guerra Fria.

A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA (*The revolution will not be televised*, Irlanda, 2003). Direção: Kim Bartley e Donnacha O’Brien. 74 min.

Documentário que apresenta os acontecimentos do golpe contra o governo do presidente Hugo Chávez, em abril de 2002, na Venezuela, produzido em parceria com a BBC de Londres.

Conectados na internet e nas redes:

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>

Site que se define como entidade civil, não governamental, não corporativa e não partidária que tem como objetivo acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira. Acesso: fevereiro/2013.

NÚCLEO PIRATININGA DE CULTURA: <http://www.piratininga.org.br>

Site constituído por um grupo de comunicadores, jornalistas, professores universitários, artistas gráficos, ilustradores e fotógrafos que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos. Acesso: fevereiro/2013.

VERDADE MUNDIAL: <http://bit.ly/120KwgH>

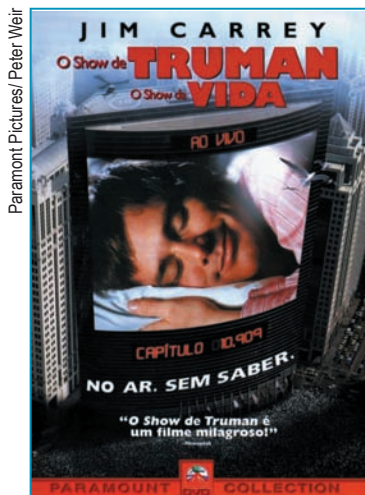
Página que apresenta um vídeo interessante sobre o poder da mídia nas sociedades atuais, suas estratégias de convencimento e veiculação de informações. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

TRAFICANDO INFORMAÇÃO – Autor e intérprete: Mv Bill
A descrição detalhada da vida cotidiana e violenta na periferia.

UM DOMINGO QUALQUER – Autor e intérprete: Mc Casca
Calor, prostração e alienação diante da programação de TV num dia de domingo.

Filme Destaque:



O SHOW DE TRUMAN: O SHOW DA VIDA (Truman Show)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Peter Weir

Elenco: Jim Carrey, Laura Linney e Natascha McElhone.

102 min. (EUA, 1998).

SINOPSE:

Truman Burbank (Jim Carrey) é um pacato vendedor de seguros que leva uma vida simples com sua esposa Meryl Burbank (Laura Linney). Porém algumas coisas ao seu redor fazem com que ele passe a estranhar sua cidade, seus supostos amigos e até sua mulher. Após conhecer a misteriosa Lauren (Natascha McElhone), ele fica intrigado e acaba descobrindo que toda sua vida foi monitorada por câmeras e transmitida em rede nacional.

Capítulo 17

“Onde você esconde seu racismo?” Desnaturalizando as desigualdades raciais



Ku Klux Klan, organização racista norte-americana que defende com violência a ideia da “supremacia branca” sobre todas as demais “raças”. Imagem de 1915.

Public-domain-image.com

Em reportagem divulgada pelo site do jornal *O Globo*, em novembro de 2009, foi noticiado que um estudante de Psicologia em Aracaju, Sergipe, foi preso em flagrante por ter chamado um vigilante de um posto de gasolina de “macaco, neguinho e urubu”. Naquele mesmo mês, na mesma cidade de Aracaju, o Jornal Nacional, da Rede Globo, informou sobre o caso de uma mulher que ofendeu um funcionário negro de uma empresa de aviação com o uso de termos como “nego”, “morto de fome” e “analfabeto”. Ela fez isso depois de insistir em embarcar num voo para a Argentina, mas o funcionário não permitiu, pois ela estava atrasada e

tinha perdido o prazo/horário do *check-in* – apresentação, antes da viagem, no balcão da companhia aérea, dos documentos de identificação pessoal para retirada do bilhete de embarque.

Em fevereiro de 2010, durante uma das apresentações que a cantora norte-americana Beyoncé realizou no Brasil, o antropólogo Jocélio Teles utilizou a internet para denunciar a humilhação sofrida por um amigo que ele havia convidado para assistir ao show na ala VIP, do Parque de Exposições de Salvador. Como o seu amigo era, segundo Teles, praticamente o único “negro retinto” naquela ala, foi o alvo de uma agressiva abordagem policial que buscava identificar o responsável

por um delito que havia sido denunciado momentos antes. Um dos policiais que fez a revista justificou a sua atitude afirmando, para a vítima, que havia ocorrido um roubo na área VIP e que a pessoa era do seu estilo.

Os relatos expressam a existência em nosso país de um mal que muitas pessoas não gostam de discutir e conversar: o **racismo**.

Mas por que discutir racismo quando já nos encontramos no terceiro milênio? Quem faz este tipo de pergunta talvez considere essa discussão desnecessária, tendo em vista o entendimento de que a humanidade, de certa forma, tenha “aprendido” com as experiências de extermínio vividas durante séculos de História, e que envolveram episódios de ódio, perseguição e morte, tendo como origem muitas vezes a questão racial.

A resposta à pergunta, na verdade, é bem simples: ainda vivemos os desastres desse fenômeno social intitulado *racismo* em escala mundial, que se manifesta em novas formas. Ainda convivemos com os diversos estereótipos contra negros, indígenas, judeus, palestinos e demais grupos que são percebidos como sendo “outros” no interior de nossa sociedade.

E não é mera coincidência. A maioria dos povos não brancos passa fome, é exterminada por políticas internacionais dos Estados poderosos, são vítimas da barbárie econômica do mercado global, não tendo nenhuma perspectiva de futuro. Enfim, além das desigualdades sociais, as pessoas não brancas, na sua grande maioria, sofrem com o fenômeno do racismo.

O que é realmente o racismo?

Para iniciarmos nossa reflexão, é conveniente que saibamos o significado

de alguns termos – *preconceito*, *discriminação* e *racismo* – que são normalmente utilizados nas discussões sobre este tema tão polêmico:

Preconceito: conceito ou opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; julgamento ou opinião formada sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se de um pré-julgamento, isto é, algo já previamente julgado.

Discriminação: separar; distinguir; estabelecer diferenças. A discriminação racial corresponde ao ato de apartar, separar, segregar pessoas consideradas racialmente diferentes, partindo do princípio de que há raças “superiores” e “inferiores” – o que ficou definitivamente comprovado pela ciência que não existem. Nós, seres humanos, fazemos parte de uma única espécie – o *Homo sapiens*.

Racismo: teoria que sustenta a superioridade de certas “raças” em relação a outras, preconizando ou não a segregação racial ou até mesmo a extinção de determinadas minorias.

De acordo com essas definições, o **preconceito** se expressa na sociedade, mas não necessariamente segrega ou discrimina; já a **discriminação** promove, baseada em certos preconceitos, a separação de grupos ou pessoas. Por outro lado, o **racismo** mata, extermina, produz o ódio entre grupos e indivíduos.

A História da sociedade brasileira é marcada pelo racismo desde a chegada dos portugueses em nossa terra. Primeiro foram os índios, exterminados pelo branco europeu; depois, o tráfico de africanos escravizados, que representou um dos maiores extermínios humanos da História mundial.

O racismo, hoje, se manifesta ainda de forma aberta ou em formas sutilmente elaboradas. Teoricamente,

o racismo é uma ideia ocidental (europeia) excludente, porque versa sobre a universalização do conceito de *humanidade*. *Universalizar*, segundo Muniz Sodré:

(...) significa reduzir as diferenças a um equivalente geral, um mesmo valor. É a universalização racionalista do conceito de homem que inaugura, no século XIX, o racismo doutrinário. Até então, as raças ou as etnias podem ter sempre alimentado ódios ou desconfianças mútuas – que frequentemente culminavam em massacres cruéis –, mas nunca sob alegações científicas, sob o critério de uma razão universal. (...) A palavra racismo é fruto do século XIX, consequência de um conceito de cultura fundado na visão indiferenciada do humano. (SODRÉ, 2005, p. 27-28)

O racismo, portanto, é o conceito *pretensamente universal* de classificação dos seres humanos, pois foi elaborado a partir de um centro europeu. Construído em bases filosóficas e pseudocientíficas, o racismo nega a capacidade de razão do outro fora da Europa. Esse movimento teórico tem característica *etnocêntrica*, em que o outro foi estigmatizado e racializado nas ciências sociais – influenciando e gerando consequências para a compreensão do *senso comum* –, até meados do século XX.

No pós-guerra, o conceito de “raça” é substituído pelo de “etnia” ou “etnicidade”, para definir um conjunto de indivíduos ou grupos identificados pela língua, mitos, religiosidade e instituições comuns. Posteriormente, inventa-se o termo “fator étnico”, denominando aqueles grupos de imigrantes que se encontram à margem das sociedades ou que são reservas econômicas de trabalhadores fora da cadeia de produção dominante. Em tempos de globalização, o termo *etnicidade*

vem denominando também as manifestações regionalistas como as de árabes, tibetanos, croatas etc.

O termo **etnicidade** surge na França no início do século XX. Sua definição inicial refere-se a um tipo de solidariedade particular, laços intelectuais de língua e cultura, diferente do termo *nação*, atribuída à organização política, e o termo *raça*, atribuída às semelhanças físicas. Este conceito – etnicidade – é resultado de uma invenção dos países colonizadores, para melhor descrição dos povos dominados. Muitas vezes, as diversas definições se confundem com termos como *raça*, *nação*, *sociedade* e *identidade*.

As formas sutis de racismo se manifestam através de piadas, brincadeiras, olhares, frases de duplo sentido etc. A forma aberta se expressou na história do regime de *apartheid* da África do Sul até inícios dos anos 1990; em alguns estados do sul dos EUA, como o Mississippi e o Alabama, cujas

Marcelo Reis



O conceito de etnicidade refere-se a um tipo de solidariedade particular, laços intelectuais de língua e cultura. Na foto, manifestação cultural em frente ao monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro.

constituições segregavam negros; na repressão a árabes palestinos pelos judeus israelenses e no extermínio de judeus na Alemanha nazista.

No Brasil, presenciamos diversas formas de racismo, preconceito e discriminação, majoritariamente contra os negros. Elas se expressam nos índices estatísticos de escolaridade de jovens negros, que se apresentam inferiores aos brancos; no nível de renda, em que negros e negras recebem os menores salários na mesma profissão em relação aos brancos; nos bairros pobres onde moram, que são menos assistidos pelo Estado, ao contrário, por exemplo, de bairros mais luxuosos, onde moram predominantemente brancos.

Uma história invisível

O racismo em nosso país é acompanhado de uma série de ideias preconcebidas sem a menor base de apoio aos fatos históricos, razões coerentes e ética humana.

Em relação às razões coerentes, podemos citar a pesquisa do Projeto Genoma Humano que afirma não haver, biologicamente, diferenças raciais entre os humanos. Foi constatado nessa pesquisa que a diferença de uma pessoa para a outra é de pouco mais de 0,01%. Isso significa que somos 99,99% idênticos do ponto de vista biológico. Portanto, não se justifica mais qualquer argumento dizendo que existem seres humanos inferiores ou superiores devido à cor da pele, formato do nariz, tipo de cabelo ou tipo físico.

Do ponto de vista ético, seria uma insanidade considerar a cor da pele como uma diferença na capacidade intelectual das pessoas. Ora, se todos forem tratados de forma igualitária em seus direitos, não há como dizer que brancos, negros, amarelos ou indígenas

são incapazes de realizar diversas tarefas e raciocínios lógicos.

Mas é do ponto de vista sociológico e histórico que existem diferenças entre negros, brancos e indígenas, mas que, infelizmente, são tratados, de forma desigual e opressiva por aqueles que se consideram superiores. Vejamos alguns exemplos na História do Brasil no que diz respeito à história dos negros brasileiros.

Desde pequenos aprendemos algumas coisas, tais como: “o negro foi escravo”, “na África só tem pobreza e miséria”, “a princesa Isabel libertou os escravos”, “dia 13 de maio é dia dos escravos”, e por aí vai...

Quando crescemos com estas ideias, muitas delas aprendidas na escola, reforçamos mais ainda o preconceito através de outros termos e frases: “moça escurinha, mas educada”, “moço pretinho, mas nem parece”, “preta feia”, “preto horroroso”, “fome negra”, “lista negra”, “moreninho, mas honesto”, “preto de alma branca”, “só podia ser preto”, “samba do crioulo doido”, “ovelha negra da família”, “olha o beijo do negão”, “nariz de crioulo”, “cabelo ruim”, e muito mais...

Tudo isso é construído pela maioria daqueles que têm introjetada na mente uma falsa realidade e uma falsa compreensão ou ignorância da História do Brasil e dos africanos. Vamos ver por quê?

Uma das coisas que a maioria das pessoas pensa é que o continente africano é um país; outra, que a História da África começa com a chegada dos europeus para capturarem escravos. Além disso, a imagem que se tem é de uma África de homens “primitivos”, que andam nus e, quando encontram um homem branco, o cozinham no caldeirão para comê-lo, já que são “todos uns canibais”.

Ao contrário do que se pensa, a

África tem muitas histórias. Foi neste continente que surgiu a humanidade. O *Homo sapiens* – inteligente, forte, habilidoso e com muitas capacidades técnicas e culturais – se desenvolve e progride, e mais, tinha a pele negra. Somente milhares de anos depois com a migração desse homem e sua adaptação ao clima, na Ásia, na Europa e nas Américas, é que surge o *Homo sapiens* branco ou de pele mais clara.

Mapa político da África



Continente africano: o berço da humanidade.

Foi no continente africano que se desenvolveram as primeiras técnicas de metalurgia, de fundição de metais, escrita, cálculos matemáticos, engenharia e comércio internacional. Outra questão, que é silenciada na História ensinada, é que a grande civilização egípcia, das pirâmides, dos faraós, era uma civilização negro-africana. Aliás, a maioria dos faraós era negra.

Na África, antes da chegada dos europeus, existiam (e ainda existem) grandes construções arquitetônicas, ocorriam navegações em alto mar, comércio internacional e trocas de mercadorias com a antiga China, o antigo Japão e a antiga Índia. São histórias que comprovam que o

racismo construído pelos brancos europeus também tinha como objetivo apagar a História de uma parte da humanidade. Pois, assim, facilitaria demonstrar que os brancos sempre foram superiores. Esta é uma das características do racismo, ou seja, apagar histórias, negar ao outro uma identidade e uma raiz milenar cultural e social.

As histórias da África e de nossos ancestrais não são contadas ou são ignoradas, e isto sugere uma visão de que os negros e seus ancestrais africanos são inferiores e sem cultura.

Agora pense: imagine uma criança negra aprendendo que seus ancestrais foram grandes arquitetos, engenheiros, ferreiros, navegadores, comerciantes habilidosos etc. Será que essa criança negra teria vergonha de ser diferente do branco? Geralmente ocorre o contrário, as crianças negras sentem vergonha de seus antepassados, pois a imagem que se passa, predominantemente, é a de que o negro sempre foi escravo, primitivo e inferior.

Enfim, contar uma outra história pode ser muito questionador, pois arrisca-se desmascarar o eurocentrismo e colocar em evidência que, entre as maiores atrocidades humanas – além dos assassinatos de judeus por parte



Image Source/David Forman

A história da humanidade precisa ser “recontada”. Um exemplo importante se refere ao Egito Antigo: reconhece-se, atualmente, que a maioria dos faraós e o povo governado por eles era uma civilização negro-africana, de avançada cultura. Na foto, o templo egípcio de Abu Simbel.

dos nazistas alemães ou das vítimas japonesas inocentes de Hiroshima e Nagasaki – soma-se o tráfico de africanos escravizados que exterminou uma quantidade absurda de seres humanos!

Qual é a cor do Brasil?

Qual é a cor da pele dos brasileiros? Muitos afirmam que somos morenos ou de todas as cores, e que a grande marca do brasileiro é a miscigenação, ou seja, a mistura das “raças”. Para muitos, isso comprova que não existe racismo no Brasil e sim uma profunda desigualdade social.

Estudiosos brasileiros afirmam que no final do século XIX e início do século XX as elites políticas brasileiras estavam preocupadas em “embranquecer” o país. E muitas teorias surgiram para ratificar a ideia de que negros e índios são inferiores e que o Brasil só iria se desenvolver se “branqueássemos a Nação”.

Segundo o pensador norte-americano Thomas Skidmore (1985) e o antropólogo Kabengele Munanga (1999), no início do século XX havia um entusiasmo cultural brasileiro pelo modelo de pensamento racial francês. Nesse modelo, o Brasil era visto como um país impossibilitado de formar uma nação por ser um produto da miscigenação, a qual era associada à ideia de atraso.

A proposta das elites brasileiras para a solução de seu problema racial foi o “branqueamento”. Essa saída defendia a tese de que a miscigenação produzia uma população mestiça sadia que estava tornando-se, a cada geração, mais branca. Num esforço para acelerar o branqueamento, surge a proposta de uma política imigratória direcionada principalmente para a população

de origem europeia. Ou seja, a entrada de imigrantes europeus foi incentivada pelo Estado brasileiro, como contraponto à grande maioria da população de origem africana, trazida à força para o país durante os séculos de tráfico através do Atlântico.

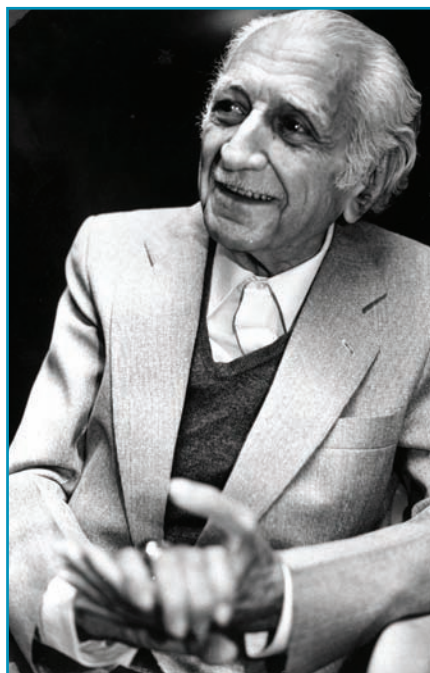
Quando foi publicado o livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, ocorreu uma mudança no pensamento sobre o caráter das relações raciais existentes no Brasil. Freyre, a partir da década de 1930, estudou o desenvolvimento da temática de um novo mundo nos trópicos, construindo a visão do Brasil como um país quase “livre de preconceito racial”, servindo de espelho para o restante do mundo resolver seus problemas raciais – que se viram ainda mais destacados a partir da ascensão do fascismo e do nazismo na Europa. Com isso, ao longo do século XX, ganha força a teoria da mestiçagem. Influenciada pela obra de Gilberto Freyre (1971), ela deu lugar à apologia da miscigenação, enaltecendo a ideia da “democracia racial brasileira”.

Segundo Kabengele Munanga, o discurso da mestiçagem foi uma estratégia inteligente das elites para evitar tanto o aparecimento explícito do racismo quanto a dominação cultural explícita branco-europeia. O autor afirma que, diferentemente dos EUA, onde a cor da pele define o lugar dos indivíduos na estratificação sociorracial, no Brasil a miscigenação não foi voluntária, mas fator do desequilíbrio demográfico entre homens e mulheres brancas. O “mulato” nasce de uma relação imposta pelo branco sobre a mulher negra e índia. Neste sentido, estabelece-se, desde a Colônia, um grande contingente populacional mestiço que cumpriu um papel intermediário na sociedade, com tarefas econômicas e militares, na opressão aos africanos escravizados e

seus descendentes. Esse fator crescente de miscigenação imposta exerceu muita influência no pensamento brasileiro e no imaginário popular. A decorrência desses movimentos foi a elaboração de uma *teoria da democracia racial*, ou seja, a ideia de que a diferença entre grupos étnicos e a mistura não se constitui como fator de desigualdade.

Mas esse mito está perdendo

Gilberto Freyre (1900 - 1987) escreveu em 1933 o livro *Casa Grande & Senzala*. Sua obra inaugurou uma nova visão sobre as relações raciais no Brasil, reforçando a ideia de que vivíamos em um país caracterizado por uma “harmonia racial”.



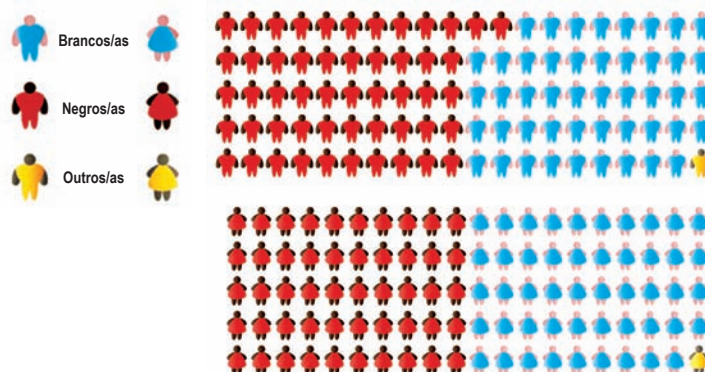
Rogério Carneiro/Folhapress

sua força atualmente. O conjunto de gráficos, a seguir, representa dados estatísticos que mostram as profundas desigualdades baseadas na discriminação e no racismo. Dessa forma, esses gráficos contribuem bastante para desmistificar a ideia de que “não existe um problema étnico-racial no Brasil” mas, sim, um problema social – já que, supostamente, os rendimentos baixos e o problema educacional atingem a todos, brancos e negros. Acompanhe e avalie conosco. Trata-se de um bom

exercício interdisciplinar, combinando a Sociologia com a Matemática (no caso, a parte correspondente à Estatística).

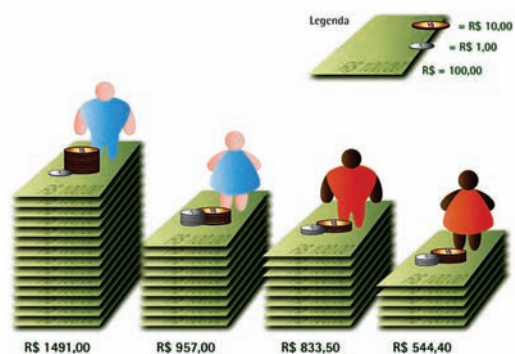
O Gráfico 01 procura representar, percentualmente, como se dá a distribuição da população brasileira pela cor da pele e por sexo. Consultando o IBGE, em 2009 – a data escolhida como referência para a elaboração do gráfico –, o percentual de homens brancos é de 47% do total, enquanto que o de homens negros é de 52%. Já o percentual entre mulheres brancas e negras é de 49,3% e 49,9%, respectivamente – quase um “empate” estatístico, portanto. Esses dados se relacionam com uma questão histórica importante: se pegarmos como exemplo somente o Censo de 2000, do IBGE, e verificarmos que a população de negros (pretos e pardos) apresentava um percentual de 44,7%, percebemos que nos últimos anos há uma tendência dos brasileiros se autodeclararem mais como pretos e pardos. Isto acontece em relação a 2000 e também se compararmos com os censos anteriores. Como veremos adiante, isto pode ser resultado das ações dos movimentos sociais negros e do crescimento dos debates sobre as ações afirmativas nas universidades, que incluem as chamadas políticas de cotas.

Gráfico 01: População Distribuição percentual da população segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



Fonte: Gráfico reproduzido de BRASIL. IPEA, 2011, p. 16.

Gráfico 02: Pobreza, distribuição e desigualdade de renda Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



Fonte: Gráfico reproduzido de BRASIL. IPEA, 2011, p. 34.

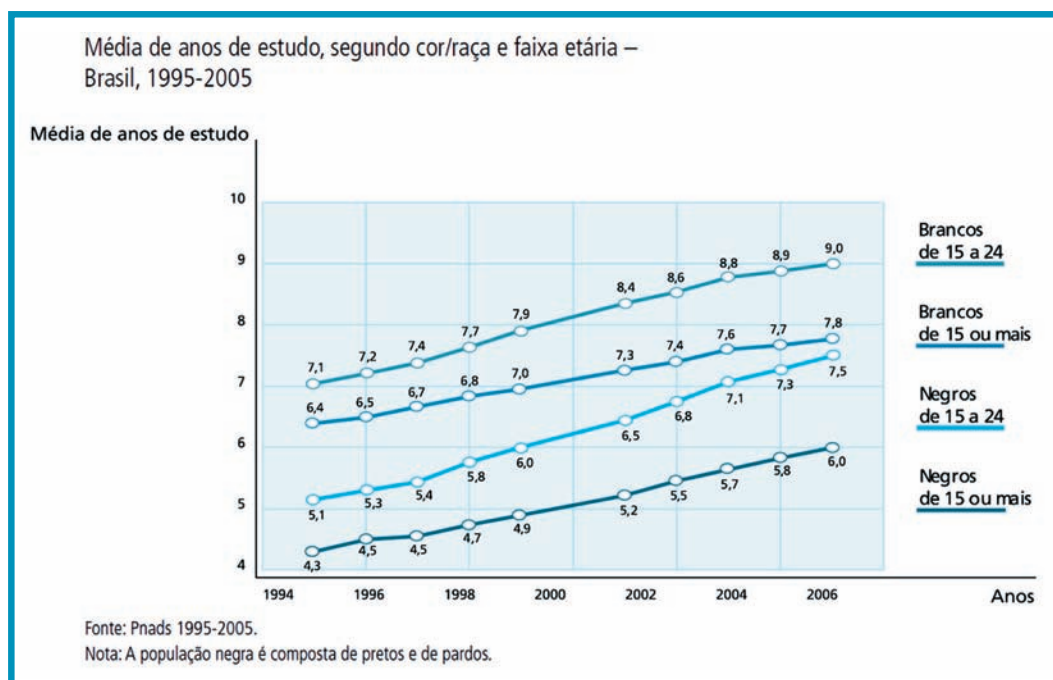
O segundo gráfico mostra, por outro lado, como a distribuição de renda é extremamente desigual. Enquanto homens e mulheres brancos(as), em 2009, em média, tinham uma renda *per capita* (= por cabeça, ou seja, por cada pessoa), respectivamente, de R\$ 1.491,00 e R\$ 957,00; homens e mulheres negros (as) recebiam, em média, R\$ 833,50 e R\$ 544,40, respectivamente. Quais seriam as razões dessa diferenciação entre brancos e negros?

Uma resposta possível poderia se relacionar ao nível de escolaridade. Assim, analisemos os dados que constam do Gráfico 03.

O Gráfico 03 apresenta evolução da média de anos de estudo, em um período de dez anos (entre 1995 e 2005), para o conjunto de negros e brancos, levando-se em conta duas faixas etárias utilizadas na pesquisa: somente jovens, entre 15 e 24 anos; e para jovens e adultos maiores de 15 anos. Esta segunda faixa engloba a anterior, mas não limita o resultado à idade de 24 anos, seguindo pela vida adulta do indivíduo.

Avaliando-se o Gráfico 03, percebe-se que há um crescimento do número médio de anos de estudo para brancos e para negros. Porém, ainda há uma diferença significativa entre anos de escolaridade nas duas faixas etárias. Segundo estudos de vários especialistas, continuando-se

Gráfico 03:



Fonte: Gráfico reproduzido de SOARES, FONTOURA e PINHEIRO, 2007, p. 408.

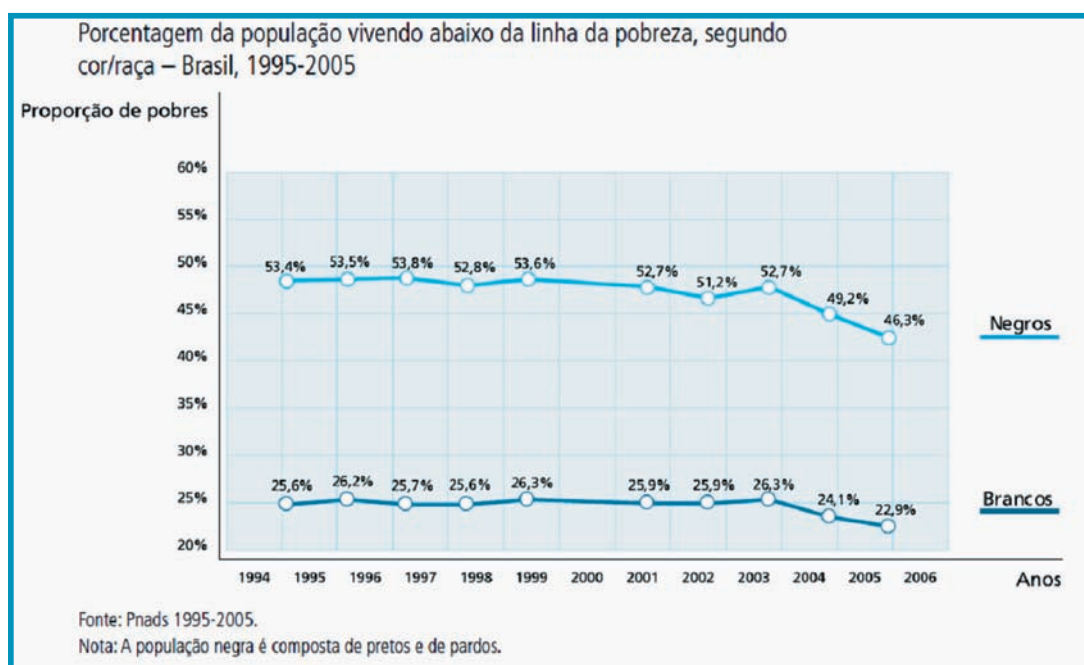
o ritmo de acesso à escolaridade que atualmente se constata na população negra, esta diferença somente se reduzirá significativamente em um prazo de quarenta anos.

No mesmo gráfico, repare que, quando incluímos a vida adulta na pesquisa, acima de 24 anos (ou seja, na faixa de 15 anos ou mais de idade), a tendência é a redução da média de anos de estudo, tanto para brancos como para negros. Mais uma vez, o resultado em relação à população negra apresenta um percentual bem inferior, pois, certamente, pretos e pardos apresentam maiores dificuldades para dar continuidade aos seus estudos a partir da vida adulta.

à população mais pobre. No Brasil, a “linha de pobreza” é medida como um valor correspondente a meio salário mínimo *per capita*. Exemplificando: se um casal tem três filhos pequenos e tanto o marido como a esposa trabalham, mas cada um deles ganha apenas um salário mínimo, a renda *per capita* fica abaixo da linha de pobreza (pois seriam dois salários mínimos divididos por cinco pessoas). Esse tipo de cálculo, no caso do nosso país, é que justifica políticas como as do Programa Bolsa Família para atendimento focado nessa parte da população.

Repare que o Gráfico 04 apresenta uma redução percentual dos indivíduos

Gráfico 04:



Fonte: Gráfico reproduzido de SOARES, FONTOURA e PINHEIRO, 2007, p. 412.

O Gráfico 04 apresenta o percentual de indivíduos que, entre 1995 e 2005, viviam abaixo da “linha da pobreza”. O que significa este termo? Trata-se de uma forma de se calcular a distribuição de renda, algo importante para definir as políticas que um governo, em qualquer país, pode aplicar em relação

que viviam abaixo da linha de pobreza, no período pesquisado. Desse gráfico, retiramos duas constatações. A primeira é bem positiva para a população negra: cada vez mais os negros estão reduzindo percentualmente o seu pertencimento ao grupo abaixo da linha de pobreza. No período, saíram da pobreza 2,7 pontos

percentuais de brasileiros brancos, mas os negros alcançaram um índice de 7,1. Isto significa que as políticas sociais desse período beneficiaram os negros, mesmo que modestamente. A segunda diz respeito à comparação entre o percentual da população branca e negra abaixo da linha de pobreza: apesar do avanço citado anteriormente, o percentual de negros abaixo desse índice era, em 2005, de 46,3% de toda a população negra. Já entre a população branca, os pobres dessa faixa eram, nesse mesmo ano, de 22,5% – menos que a metade dos negros, apesar da população negra ser praticamente a metade da população total do país.

Segundo estudos estatísticos do próprio IBGE, se as taxas de redução da pobreza verificadas entre 1995 e 2005 continuarem nesse mesmo ritmo, a população negra brasileira somente conseguirá alcançar o mesmo nível de pobreza dos brancos em 52 anos. Quanto à possibilidade de se eliminar a pobreza entre os negros, o prazo calculado pelos especialistas é de 65 anos.

Se você entrar no site do IBGE, verá que vários outros dados estatísticos confirmam que há uma nítida desigualdade entre brancos e negros, revelando um sério problema de desigualdades raciais no Brasil.

Tendo em vista as informações e dados apresentados no texto, esta charge proporciona um bom debate, não acha?

Entretanto, uma discussão se faz cada dia mais necessária: se não há mais como admitir a existência de uma democracia racial, ainda há dúvidas e questionamentos quanto à classificação que os indivíduos realizam para se identificar enquanto membros ou não de uma etnia.

Kabengele Munanga afirma que a situação do negro é a de “refém” de um sonho de embranquecimento, de um desejo de fazer aquela passagem em direção à cultura branca. E que também há um verdadeiro processo de dissimulação étnica quando se discute a questão do negro no Brasil.



O sociólogo Florestan Fernandes (1978) afirmava que o brasileiro tem *preconceito de ter preconceitos*, ou seja, como fruto da ideologia do embranquecimento e da democracia racial, muitos indivíduos ainda não

conseguem admitir uma identidade étnica diferente daquela de origem europeia.

Um exemplo disso foi uma pesquisa do IBGE, realizada em 1976, a respeito das cores do brasileiro na qual foram declaradas 136 cores:

1. Agalegada	35. Cabo-verde	69. Loira	103. Negra
2. Alva	36. Cabocla	70. Loira-clara	104. Negrota
3. Alva escura	37. Café	71. Loura	105. Pálida
4. Alva rosada	38. Café com leite	72. Lourinha	106. Paraíba
5. Alvarenta	39. Canela	73. Malaia	107. Parda
6. Alvinha	40. Canelada	74. Marinheira	108. Parda clara
7. Alvo-escura	41. Cardão	75. Marrom	109. Parda morena
8. Amarela	42. Castanha	76. Meio-amarela	110. Parda preta
9. Amarela queimada	43. Castanha-clara	77. Meio branca	111. Polaca
10. Amarelada	44. Castanha-escura	78. Meio morena	112. Pouco clara
11. Amarelosa	45. Chocolate	79. Meio preta	113. Pouco morena
12. Amorenada	46. Clara	80. Melada	114. Pretinha
13. Avermelhada	47. Clarinha	81. Mestiça	115. Puxa para branca
14. Azul	48. Cobre	82. Miscigenação	116. Quase negra
15. Azul marinho	49. Corada	83. Mista	117. Queimada
16. Baiano	50. Cor de café	84. Morena	118. Queimada de praia
17. Bem branca	51. Cor de canela	85. Morena bem chegada	119. Queimada de sol
18. Bem clara	52. Cor de cuia	86. Morena bronzeada	120. Regular
19. Bem morena	53. Cor de leite	87. Morena canelada	121. Retinha
20. Branca	54. Cor de ouro	88. Morena castanha	122. Rosa
21. Branca avermelhada	55. Cor de rosa	89. Morena clara	123. Rosa queimada
22. Branca melada	56. Cor firme	90. Morena cor de canela	124. Rosada
23. Branca morena	57. Crioula	91. Morena jambo	125. Roxa
24. Branca pálida	58. Encerada	92. Morenada	126. Ruiva
25. Branca queimada	59. Enxofrada	93. Morena escura	127. Russo
26. Branca sardenta	60. Esbranquecimento	94. Morena fechada	128. Sapecada
27. Branca suja	61. Escura	95. Morenã	129. Sarará
28. Acastanhada	62. Escurinha	96. Morena parda	130. Saraúba
29. Branquiça	63. Fogoió	97. Morena roxa	131. Tostada
30. Branquinha	64. Galega	98. Morena ruiva	132. Trigo
31. Bronze	65. Galegada	99. Morena trigueira	133. Trigueira
32. Bronzeada	66. Jambo	100. Moreninha	134. Turva
33. Bugrezinha-escura	67. Laranja	101. Mulata	135. Verde
34. Burro-quando-foge	68. Lilás	102. Mulatinha	136. Vermelha

Fonte: PNAD/IBGE, 1976. Reproduzido de SCHWARCZ, 1996, p. 172.

Nesse caldeirão multicolorido, fica quase impossível construir análises mais precisas acerca da desigualdade racial brasileira. Por conta disso, o IBGE, a partir da década de 1990, instituiu somente cinco classificações no que diz respeito à cor/“raça” do brasileiro: branca, preta, parda, amarela e indígena. Essa classificação é adotada até hoje em diversos estudos demográficos e sociológicos.

Você pode se perguntar: se, como apresentamos neste capítulo, o termo “raça” começou a cair em desuso após a

II Guerra Mundial e se o Projeto Genoma Humano comprovou que “não existem raças humanas”, por que o IBGE continua utilizando “raça” em suas pesquisas? Na verdade, os censos demográficos oficiais tomam como base a autodeclaração dos entrevistados, ou seja, o ponto de partida da pesquisa, como não poderia deixar de ser, é a opinião das pessoas, a classificação que elas próprias se dão. Esta metodologia é essencial para se perceber como o fenômeno do racismo afeta a população brasileira – como explica o próprio IBGE:

No bloco sobre as questões relativas ao tema central da pesquisa, a primeira pergunta (...) propõe-se a dar início ao tratamento da classificação racial com a opinião do entrevistado sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas. Ao mesmo tempo, esta pergunta visa captar o grau de percepção dos fenômenos sociais de discriminação, baseados na cor ou identificação racial das pessoas.

A seguir, estimulando a pessoa entrevistada a refletir sobre sua própria identificação, pergunta-se se ela saberia dizer qual é sua cor ou raça (...) e, caso a resposta fosse afirmativa, pede-se para especificá-la, levantando os termos que o entrevistado escolhe de forma espontânea para definir a sua cor ou raça. A localização da pergunta no início do questionário obedece à necessidade de quem responde não estar influenciado pelo conteúdo e categorias das demais perguntas que seguirão.

(BRASIL. IBGE, 2011, p. 27)

Fica claro, portanto, que a pesquisa do IBGE não pode partir do princípio de que todas as pessoas entrevistadas conhecem os resultados do Projeto Genoma ou se encontram a par dos debates acadêmicos que polemizam sobre o assunto, sob o risco de invalidar o caráter científico da sua investigação.

Independentemente do que foi dito acima, os movimentos negros brasileiros a partir das influências e reflexões internacionais – especialmente de movimentos intelectuais, movimentos negros nos Estados Unidos, movimentos de libertação nacionais na África – inventaram novos conceitos e classificações para os negros brasileiros.

Primeiramente, o conceito de “consciência negra” foi fomentado, a partir dos anos 1960, contra a opressão

colonial na África e pelo Protesto Negro nos EUA. Surge, daí, uma ênfase nas lutas anticolonialistas de países africanos, decorrendo o pan-africanismo, rumo a uma África livre e descolonizada pelos europeus. Esta ecoou nas organizações de vanguarda nos EUA, onde apareceram a Nação do Islã, liderada por Malcolm X e o Movimento pelos Direitos Civis, liderado por Martin Luther King. Também durante os anos 1960 surgiram os Panteras Negras e ganhou força a luta feminista, sob a liderança da afro-americana Angela Davis, filiada ao Partido Comunista dos Estados Unidos. Foi um período de muitos conflitos étnico-raciais neste país, mas que diminuíram posteriormente com a conquista das chamadas “ações afirmativas”, cuja definição explicaremos ainda neste capítulo.

Por outro lado, neste mesmo período, vieram à tona na imprensa mundial os violentos conflitos raciais existentes na África do Sul, desde o processo de colonização daquela região, com o regime do *apartheid*, ou seja, no qual a segregação racial era parte da legislação oficial do Estado. Nelson Mandela, Steve Biko e outros se transformaram em símbolos mundiais da luta contra o racismo.

Dentre os diversos conflitos ocorridos na luta da população negra sul-africana contra o *apartheid*, destacamos a manifestação que os movimentos negros daquele país realizavam na localidade de Sharpeville, em 21 de março de 1960. O ato público, apesar de pacífico, foi massacrado pela repressão policial, resultando na morte de setenta pessoas. Por esta razão, a data de 21 de março foi transformada pela ONU no *Dia Mundial de Protesto contra o Racismo*.

Esses movimentos, segundo o sociólogo brasileiro Clóvis Moura (1983), despertaram intelectuais negros, profissionais liberais, estudantes,

funcionários públicos e negros pobres no Brasil, a partir do final da década de 1970, a se conscientizarem da necessidade de se autoafirmar como negros. Essa consciência aconteceu na contramão da ideia de embranquecimento e da hegemonia do mito da democracia racial. Entretanto, o movimento ganha força e com isto aparecem slogans como “negro é lindo” (que tem origem na frase do movimento negro norte-americano “black is beautiful”), “não deixe sua cor passar em branco” etc.

A partir dessas novas construções é que o Movimento Negro, na década de 1990, no Brasil, consegue transformar o 13 de maio em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo e institui a Semana Nacional da Consciência Negra, com destaque para o dia 20 de novembro, quando se comemora a resistência e a morte do “herói negro” nacional Zumbi dos Palmares.



De “cor preta” ou “negro” como terminologia pejorativa, o Movimento Negro consegue ressignificar o termo “negro” como símbolo de uma condição étnica e racial. Até o termo “raça” é ressignificado, não se tratando mais de um termo biológico, mas político, ou seja, “raça negra” como um conjunto de indivíduos que possuem histórias

e culturas comuns, no passado e no presente.

Devemos registrar que, nesse momento histórico – anos 1980 e 1990 –, a ideia da existência de “raças” diferentes entre os seres humanos ainda não havia sido desconstruída pela ciência. Assim, afirmar a “raça negra”, naquele contexto, representava uma atitude política da militância do movimento como forma de enfrentamento do racismo vigente.

Em fins da década de 1990, com a contribuição também de muitos estudiosos acadêmicos, surge um novo termo para a definição de cerca de 45% do povo brasileiro: o **afrodescendente**, que abrange os pretos e pardos, denominados nas pesquisas estatísticas do IBGE. Aqui, o que se procura construir é uma nova identidade positivamente afirmada, com histórias e culturas tradicionalmente herdadas ou reconstruídas de uma África ressignificada. Mas, também representa uma resposta-proposta às ambiguidades classificatórias que tanto pesaram e pesam sobre os negros no Brasil e seus descendentes.

Outro movimento importante é a proposta de *ações afirmativas*. O que significa isto?

Constatando que as lutas dos negros não podem ficar somente no nível da denúncia, os movimentos negros elaboram uma proposta de ações de caráter legal que se constituem de diversas formas, tais como: Lei de diversidades nas empresas; Lei de proporcionalidade étnico-racial no ensino universitário; criação de um Fundo Nacional de Políticas Afirmativas; criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades; democratização dos meios de comunicação social; Programa de combate às doenças comuns em afrodescendentes etc. Mas uma dessas propostas vem causando uma polêmica

enorme entre os jovens brasileiros: é a *política de cotas* para negros nas universidades.



Logomarca do Movimento Negro Unificado, fundado em 1978. O movimento negro foi o grande responsável pelas mudanças mais recentes e que significaram conquistas de direitos para negros e negras.

A política de cotas é um dos elementos das ações afirmativas e significa que nos concursos de acesso

às universidades existe uma cota para aqueles que se declaram negros. Isto não significa que a pontuação para passar nestes concursos (obtida nas provas do ENEM ou de vestibulares específicos) seja rebaixada. Os critérios são os mesmos para aqueles que não optam por disputar nas vagas das cotas. Ou seja, se não tiver uma pontuação exigida pelos exames, não passa. A diferença é que cria-se uma oportunidade a mais para aqueles que se declaram negros. Mas, como dissemos, isto está gerando muitas polêmicas nas várias universidades públicas que adotaram o sistema de cotas. Vejamos, sinteticamente, os argumentos a favor e contra as cotas e, por tabela, as ações afirmativas:

A FAVOR	CONTRA
“Raça” é um dos critérios reais de discriminação – embora não declarados – utilizado em toda a sociedade brasileira, e para combater a discriminação é importante reconhecer sua existência.	Significam o reconhecimento de “raças” e distinções de “raças” no Brasil e isso contraria a definição de que somos um só povo, uma só nação.
Estes limites não existem em nenhum lugar, o que conta na discriminação, tanto positiva quanto negativa, é a construção social da ideia de “raça” (identificação racial).	Não se pode discriminar positivamente, no Brasil, porque não há limites rígidos e objetivos entre as chamadas “raças”.
Este risco é real e políticas de ação afirmativa requerem um reconhecimento oficial das identidades raciais. No entanto, a discriminação positiva, por ser pontual, não pode reverter, no curto prazo, a estrutura de discriminação existente, por isso o oportunismo esperado seria mínimo.	A indefinição dos limites raciais, no Brasil, ou a ausência de tradição de identificação racial daria margem a que oportunistas se aproveitassem da situação.
Medidas universalistas não rompem os mecanismos inerciais de exclusão.	Medidas universalistas teriam o mesmo efeito.
Tais políticas poderiam ajudar a legitimar tal consenso.	Não há na sociedade brasileira consenso sobre a desigualdade social provocada por diferenças relativas à cor da pele.
Teriam o efeito contrário do preconizado: ao inverter a desigualdade, poria a nu o absurdo da existência da discriminação e da segregação racial.	Reforçariam práticas de privilegiamento e de desigualdade hierárquica.
Não há base legal para demonstrar a inconstitucionalidade de políticas de ação afirmativa.	Ferem os direitos constitucionais daqueles que passam a ser excluídos em consequência de sua aplicação.

E você, o que acha desta discussão? Ela realmente traz uma importante colaboração para tentarmos superar o racismo no Brasil, ou não? Reflita com seus colegas e com seus professores.

A partir dessas propostas e do estudo de História da África e dos negros no Brasil, que está

sendo assunto nas diversas disciplinas dos ensinos Fundamental e Médio (a partir, principalmente, da aprovação, em 2003, de uma lei federal a esse respeito, a Lei 10.639/03), há no Brasil atual uma nova consciência de que o racismo precisa ser discutido e combatido.

Ainda assim, muitas pessoas não gostam de se assumir como negras. Numa reportagem em programa dominical de TV, em 2005, um famoso jogador de futebol afirmou ser branco. Como essa declaração lhe causou certo constrangimento, ele se retratou dizendo que era negro. Nessa mesma

reportagem, a jornalista Glória Maria, perguntando ao povo na rua qual era sua cor, obteve como resposta, da maioria das pessoas, que ela era “morena” ou “clarinha”, enquanto ela se declarava negra para todos. Ou seja, apesar de todas as estatísticas mostrarem que há uma desigualdade racial no Brasil e muitos afirmarem que existe racismo, há, por outro lado, a confirmação do pensamento de Florestan Fernandes (1978) de que o brasileiro tem receio de ter preconceito. Escrevendo nesse mesmo sentido, Hélio Santos (2001) ressalta que no Brasil existe uma dissimulação por parte dos brasileiros quando se fala de

Novaes

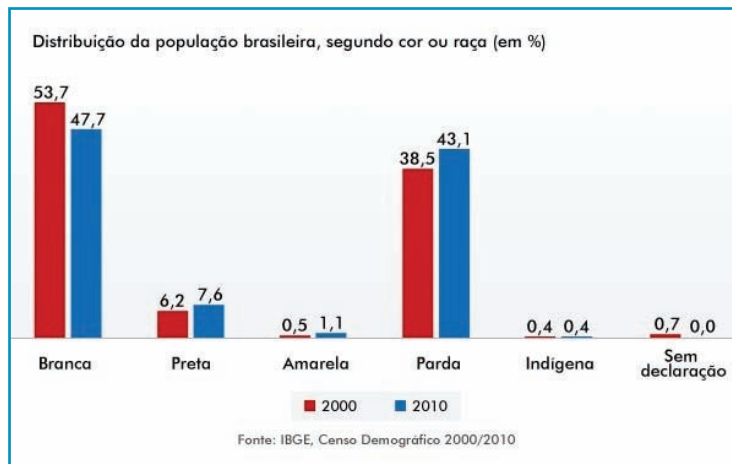


racismo e discriminação racial.

Enfim, nosso país é certamente multicolorido e multirracial, porém, ao mesmo tempo em que a maioria dos brasileiros não gosta de discutir o assunto, também considera que há muito racismo espalhado em todos os lugares. Mesmo

assim, a discussão racial ganha uma importância grande no Brasil porque os últimos dados do Censo do IBGE (2010) revelaram que 47,7% dos brasileiros (91 milhões de habitantes) se declararam brancos, 50,7% se declararam negros – pardos e pretos – (97 milhões de pessoas) e 1,5% se declaram amarelos e indígenas (veja o gráfico a seguir). Ou seja, como já ressaltamos neste capítulo, parece que a discussão dos problemas raciais no Brasil está fazendo com que muitas pessoas assumam uma identidade negra.

Gráfico 05



Fonte: Gráfico reproduzido de MELO, 2012. ⁶

O que devemos fazer então? Ser dissimulados? Fingir que o racismo não existe? Ou encarar de frente essa questão, para construirmos juntos (brancos, negros, amarelos etc.) um Brasil sem racismo?

DETERMINISMO BIOLÓGICO: A CIÊNCIA A FAVOR DO PRECONCEITO

Lana Fonseca

Com o avanço da Biologia e, mais precisamente, da Genética – área da Biologia que estuda os genes, a hereditariedade e a diversidade dos seres – muitos estudos e pesquisas passaram a querer comprovar que todos os fenômenos ligados aos seres vivos poderiam ser determinados biologicamente, ou seja, já estariam determinados pelo nosso material genético.

Há, ainda, muita controvérsia sobre esse tema, mas desde a descrição da molécula de DNA (ácido desoxirribonucleico) em 1953, pelos cientistas James Watson e Francis Crick, inúmeros cientistas, ao redor do mundo, têm tentado determinar geneticamente as características humanas.

Entretanto, antes da descoberta da estrutura do DNA, a Biologia já contribuía com inúmeras facetas do preconceito, do racismo e da discriminação. A Teoria da Evolução, elaborada por Charles Darwin e publicada em 1859, revolucionou a Biologia e foi usada como base para inúmeras atrocidades cometidas na História da humanidade. Um dos conceitos fundamentais dessa teoria, a Seleção Natural, afirma que os indivíduos com características favoráveis à sobrevivência no ambiente são selecionados e transmitem aos seus descendentes essas características favoráveis. Esse conceito darwinista criou a base para a ideia de que “só os mais fortes e mais aptos sobrevivem” e que essa “força” e essa “aptidão” são determinadas geneticamente.

O cientista britânico Francis Galton, primo de Darwin, se utilizou da Teoria da Evolução e de seus conceitos para criar as bases do que ele denominou uma nova “ciência”, a Eugenia, em 1883. Essa nova área tinha como principal objetivo o aperfeiçoamento da espécie humana, através de casamentos entre os “bem-nascidos”, ou seja, aqueles que possuíam características consideradas superiores, os homens, brancos, com olhos e cabelos claros. Além desses cruzamentos entre os “bem-dotados biologicamente”, os cientistas eugênicos também propunham a esterilização em massa daqueles humanos considerados inferiores.

A Eugenia forneceu as bases “científicas” para o nazismo e suas ideias de superioridade ariana que culminaram no Holocausto.

Além desses exemplos, a Biologia também vem sendo usada para “comprovar” a superioridade de homens sobre as mulheres, de brancos sobre negros e para discriminar homossexuais.

A ideia de que tudo pode ser determinado biologicamente vem servindo de base para discriminação de todas as formas e o avanço das pesquisas em Genética traz muitas implicações éticas, pois poderemos chegar ao ponto de mapearmos o código genético de uma pessoa antes mesmo dela nascer! Algumas polêmicas já têm surgido como o pedido de testes genéticos para admissão em empresas e o mapeamento genético na vida intrauterina o que poderia gerar a discriminação de bebês com necessidades especiais antes mesmo do nascimento.

A Biologia é uma ciência que tem crescido muito nos últimos anos, mas acompanhando esse desenvolvimento científico, temos que realizar um grande debate sobre as questões éticas que implicam nesse avanço científico.

É importante nos questionarmos se todas as características dos seres humanos podem ser determinadas biologicamente. Qual o papel do ambiente na expressão dessas características? Somos o resultado exclusivo da combinação de genes? Qual a influência da cultura em nossa vida biológica? Essas são questões que devem acompanhar o desenvolvimento da Biologia e da Genética.

Lana Claudia de Souza Fonseca é professora da UFRRJ. Graduada em Biologia pela UFRRJ e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

Revendo o capítulo

- 1 – Defina *preconceito*, *discriminação* e *racismo*.
- 2 – De que maneira podemos identificar o que intitulamos como “formas sutis” de racismo presentes no cotidiano?
- 3 – Relacione as ideias que o texto apresenta a respeito das representações que temos da África. Podemos entender essas representações como manifestações de racismo? Por quê? Explique.
- 4 – Comente o resultado da pesquisa realizada pelo PNAD/IBGE de 1976 a respeito das cores do povo brasileiro.

Dialogando com a turma

- 1 – Pesquise na internet notícias de discriminação racial que ocorreram recentemente no Brasil e em outros países. Comente as matérias encontradas.
- 2 – Debata a declaração do jogador de futebol, que se autodenominou “branco”. O que você pensa a respeito? Como você autodeclara a cor da sua pele?
- 3 – Discuta com seus colegas as manifestações de racismo existentes no cotidiano escolar e, a partir das conclusões obtidas, organize um trabalho, em equipe, para ser apresentado à escola como um todo e que possa contribuir para o fim da discriminação racial.

Verificando o seu conhecimento

1 - (ENEM, 2010)

Ó sublime pergaminho
Libertação geral
A princesa chorou ao receber
A rosa de ouro papal
Uma chuva de flores cobriu o chão
E o negro jornalista
De joelhos beijou sua mão
Uma voz na varanda do paço ecoou:
“Meu Deus, meu Deus
Está extinta a escravidão”.

O samba-enredo de 1968 reflete e reforça uma concepção acerca do fim da escravidão ainda viva em nossa memória, mas que não encontra respaldo nos estudos históricos mais recentes. Nessa concepção ultrapassada, a Abolição é apresentada como:

- (A) conquista dos trabalhadores urbanos livres, que demandavam a redução da jornada de trabalho.
- (B) concessão do governo, que ofereceu benefícios aos negros, sem consideração pelas lutas de escravos e abolicionistas.
- (C) ruptura na estrutura socioeconômica do país, sendo responsável pela otimização da inclusão social dos libertos.
- (D) fruto de um pacto social, uma vez que agradaria os agentes históricos envolvidos na questão; fazendeiros, governos e escravos.
- (E) forma de inclusão social, uma vez que a Abolição possibilitaria a concretização de direitos civis e sociais para os negros.

2 – (ENEM, 2011)

Que aspecto histórico da escravidão no Brasil do Séc. XIX pode ser identificado a partir da análise do vestuário do casal retratado na foto a seguir?

- (A) O uso de trajes simples indica a rápida incorporação dos ex-escravos ao mundo do trabalho urbano.
- (B) A presença de acessórios como chapéu e sombrinha aponta para a manutenção de elementos culturais de origem africana.
- (C) O uso de sapatos um importante elemento de diferenciação social entre negros libertos ou em melhores condições na ordem escravocrata.
- (D) A utilização do paletó e do vestido demonstra a tentativa de assimilação de um estilo europeu como forma de distinção em relação aos brasileiros.
- (E) A adoção de roupas próprias para o trabalho doméstico tinha como finalidade demarcar fronteiras da exclusão social naquele contexto.



Foto de Militão, São Paulo, 1879. In: ALENCASTRO, L. F. (org). *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Pesquisando e refletindo

Livros:

SOUZA, Marina de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

Livro didático que traz a História da África e dos negros que vieram sequestrados para o nosso país, com uma abordagem bastante ampla sobre o continente, a escravidão no Brasil e as manifestações culturais afro-brasileiras.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. *Para entender o negro no Brasil de hoje: histórias, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004.

Este livro procura entender a importância de se estudar a história do negro e seus descendentes no Brasil de hoje.

Filmes:

VISTA A MINHA PELE (Brasil, 2003). Direção: Joel Zito Araújo. 15 min.

Divertida paródia da realidade brasileira: numa história invertida, os negros são a classe dominante e os brancos foram escravizados.

ALGUÉM FALOU DE RACISMO? (Brasil, 2003). Direção: Claudius Ceccon e Daniel Caetano. 23 min.

A partir de uma discussão em sala de aula, um grupo de jovens começa a descobrir as origens de um racismo do qual eles são vítimas e também, sem perceber, os que o usam para ferir.

ANGOLA (Brasil, 1999). Direção: Roberto Berliner. 55 min.

Documentário nos dá um panorama geral socioeconômico angolano, através da vida urbana, música, economia, comunidades rurais, efeitos da guerra civil e o *apartheid* existente na sociedade.

Conectados na internet e nas redes sociais:

Pesquisa MAPA DA VIOLÊNCIA 2012 – A COR DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf

Informações em assumam um caráter de denúncia do genocídio em curso contra a população negra, atingindo geralmente jovens do sexo masculino. Os dados apresentados pelo relatório anual mostram que esse quadro vem se agravando nos últimos anos. Acesso: abril/2103.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: <http://www.palmares.gov.br/>

No ano em que completou 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, o Governo Federal criou a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Como se afirma na apresentação do site, a fundação foi fruto das lutas do movimento negro brasileiro, criado para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra. Acesso: abril/2103.

IPEAFRO: <http://www.ipeafro.org.br/home/br>

O Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros é uma associação que atua nas áreas de ensino, pesquisa, cultura e documentação. Segundo os organizadores, seus objetivos são: cooperar com a população afrodescendente na recuperação de sua história, valorizar sua importância na construção do Brasil e promover um conhecimento sistemático da realidade sociocultural da comunidade afro-brasileira. Acesso: abril/2013.

Músicas:

A CARNE. Autores: Seu Jorge, Marcelo Yuka e Wilson Capellette. Intérprete: Elza Soares. Uma denúncia da situação social do negro e das consequências do racismo no Brasil, refletindo sobre as alternativas que se apresentam para se lutar contra essa condição.

TUDO CAMBURÃO TEM UM POUCO DE NAVIO NEGREIRO. Autor: Marcelo Yuka. Intérpretes: O RAPPÁ.

O título da música já diz tudo. Uma pergunta: quem está segurando hoje a chibata?

Filme Destaque:



PIERRE VERGER – MENSAGEIRO ENTRE DOIS MUNDOS

FICHA TÉCNICA:

Direção: Lula Buarque de Hollanda
82 min. (Brasil, 2000).

SINOPSE:

Documentário sobre a vida do fotógrafo e etnógrafo francês Pierre Verger. Após viajar ao redor do mundo como fotógrafo, Verger radicou-se em Salvador, BA, em 1946, onde passou a estudar as relações e as influências culturais mútuas entre o Brasil e o Golfo de Benin, na África.

Capítulo 18

Gênero e sexualidade no mundo de hoje



Augusto Tadeu Alves

A luta organizada das mulheres determinou uma revolução sociocultural no século XX.

Este capítulo fará uma reflexão sociológica acerca das relações entre homens e mulheres e entre heterossexuais e não heterossexuais. Relações, essas, marcadas por tensões, preconceitos, discriminações e poder.

Perguntas simples parecem ter respostas também simples, mas não é bem assim. O que nos torna homens ou mulheres? O sexo de uma pessoa depende exclusivamente se ela nasce com genitais e características físicas de homem ou de mulher? No entanto, com os avanços da medicina, quantas vezes

encontramos casos de troca de sexos? E quantas vezes encontramos homens ou mulheres que se comportam como se pertencessem ao sexo oposto?

Para tentar responder a essas perguntas, vamos refletir sobre três termos diferentes, mas relacionados: a questão central que se repete no parágrafo anterior – *sexo* –, e os dois termos que utilizamos no título deste capítulo: *gênero* e *sexualidade*.

Começando essa conversa, falemos sobre os significados distintos atribuídos à palavra *sexo*.

1) **sexo genético:** é determinado pelos cromossomos, as células que definem a estrutura masculina ou feminina do embrião humano;

2) **sexo gonadal:** as gônadas da mulher são os ovários, que produzem os hormônios femininos ou progesterona; as gônadas do homem são os testículos, que produzem os hormônios masculinos ou testosterona;

3) **sexo genital:** são os órgãos sexuais externos, na mulher a vagina e no homem o pênis;

4) **sexo psicológico:** é a identidade sexual de cada indivíduo – alguém pode ter nascido homem e se sentir psicologicamente mulher;

5) **sexo social:** é o papel de gênero, a forma como cada sociedade vai moldar o comportamento sexual diferenciado dos homens e das mulheres;

6) **sexo erótico:** é a atração ou orientação sexual dos indivíduos, que poderá ser para o sexo oposto (heterossexualidade), para o mesmo sexo (homossexualidade) ou para ambos (bissexualidade).

(MOTT, 1998, p. 58-59)

Segundo o antropólogo Luiz Mott (1998), existem seis definições diferentes para *sexo*:

Algumas dessas definições têm um caráter biológico. Mas, como se percebe, nem todas têm essa conotação, com a definição da ideia e da prática do sexo podendo corresponder aos estudos relacionados ao campo da Psicologia ou às discussões da Sociologia – e é, evidentemente, a respeito desta área do conhecimento humano que iremos tratar neste texto.

Sexo e gênero

Uma das estudiosas sobre o tema, a socióloga norte-americana Deborah Blum (1997), nos mostra como os sentimentos, as atitudes e os comportamentos dos

seres humanos podem condicionar as orientações pelo masculino ou pelo feminino. É nesse sentido que podemos falar sobre *gênero*.

De acordo com outra socióloga norte-americana, Joan Scott (1989) – considerada uma das maiores especialistas sobre o assunto – *gênero* é um termo importado da Gramática pelas *feministas* norte-americanas, nos anos 1960, exatamente com o objetivo de se contrapor às definições presas à Biologia. Dessa forma, a ideia de *gênero* passou a significar as relações de caráter cultural que estão sempre presentes – mesmo sem percebermos – nas definições e nas distinções sobre o que é “masculino” ou “feminino”.

Quando você se comporta, com gestos ou atitudes, de acordo com as expectativas de outros indivíduos, para agir como homem ou mulher, você está adotando um papel de gênero.

Mas como nos tornamos do gênero masculino ou feminino? O que dizem os sociólogos sobre as diferenças de gênero? As pessoas definem o seu gênero durante o processo de socialização ou já nascem com um papel determinado?

Essas questões são importantes, pois nos fazem compreender que as diferenças de gênero e o reforço da maioria à heterossexualidade, muitas vezes, são motivos de grandes conflitos sociais, de punição de pessoas que não seguem os papéis de gênero predominante e podem, dependendo das ideias dominantes numa sociedade, gerar desigualdades sociais de gênero. Estes conflitos, na maior parte das vezes, são acompanhados por manifestações de intolerância e extrema violência.

Mas, o que é mesmo sexualidade?

A ideia de sexualidade está intimamente relacionada à definição de

gênero, ou seja, ao significado de ser “homem” ou de ser “mulher”, às identidades que correspondem a essas diferenças presentes na sociedade. Podemos incluir nessas diferenças as roupas que vestimos, o nosso jeito de falar e de andar, mas também tudo o que sentimos no dia a dia, nossos desejos e nossos afetos. A sexualidade, nesse sentido, se refere diretamente ao gênero, é derivada dele e faz parte de sua construção. Não se trata, simplesmente, de uma atração física, interessar-se pelo corpo do outro, mas vai além dele. Afinal, estamos falando de

(...) um corpo que anda, que fala, que se movimenta, que se constrói imerso numa rede de referências culturais que dizem o que é másculo, o que é sensível, o que é bruto, o que é bonito, o que é feio, o que é frágil, o que é grande, o que é pequeno, o que é viril, o que é sedutor, o que é romântico, o que é amável, o que é possível – e o que não é. (BORTOLINI, 2012, p. 2. Grifos do original)

Portanto, assim como o gênero, a sexualidade também é uma construção sociológica, pois o que é “feio” ou “bonito”, o que se torna “atraente” ou não no outro, varia de acordo com a época, com o lugar, enfim, com as referências culturais presentes em cada sociedade. A sexualidade, portanto, não se refere apenas a sexo, pois, como parte inerente à condição humana, envolve sentimentos, afetos, dúvidas e angústias de todo tipo. Como se trata, como ressaltamos, de uma construção social, a sexualidade institui regras, normas de comportamento determinadas, com suas permissões e proibições. Nesse sentido, uma definição possível e que insere outros elementos para nossa reflexão é

a apresentada por Michel Foucault: “A sexualidade é uma interação social, uma vez que se constitui historicamente a partir de múltiplos discursos sobre sexo; discursos que regulam, que normatizam e instauram saberes que produzem verdades” (FOUCAULT, 1997, p. 12).

Papéis de homens e papéis de mulheres: muita coisa mudou no século XX

Historicamente, vimos que o capitalismo apresenta um grande conflito: a luta entre as classes sociais. Entretanto, a História do século XX apresenta outros conflitos de interesses que vão além da divisão da sociedade em classes: conflitos entre homens e mulheres, entre heterossexuais e homossexuais e entre brancos e não brancos e/ou minorias étnicas. As mulheres, a partir do século XIX, e as minorias sexuais, a partir dos anos 1960, passaram a demonstrar sua revolta à “dominação masculina” e heterossexual, de forma coletiva.

Wikimedia Commons



Passeata pelo voto feminino, Nova York (EUA), 1912.

Primeiro, falaremos a respeito da reação organizada das mulheres à “dominação masculina”. Na próxima seção, conversaremos sobre o que intitulamos como “minorias sexuais”—os homossexuais.

Antes de mais nada, precisamos entender o uso – de caráter sociológico – que fazemos aqui do termo “minoria”. Devemos observar que a ideia de “minoria” pode apresentar mais de uma conotação. Quando se utiliza o termo “minoria étnica”, geralmente estamos nos referindo a um determinado grupo que apresenta uma origem cultural (e às vezes geográfica) específica. Quase sempre, esses grupos são dominados sob o ponto de vista sociocultural, sendo discriminados pela maioria da população. Um caso clássico de minoria étnica, presente em várias partes do mundo, são os chamados “ciganos”. Vários povos, como os curdos, representam exemplos de minorias étnicas. Estes habitam regiões localizadas na Turquia, no Irã e no Iraque. No Brasil, todas as nações indígenas, remanescentes dos povos que aqui viviam quando da chegada dos portugueses, são minorias étnicas. Feita esta ressalva, devemos chamar a atenção para o uso do termo “minoria” com uma conotação sociopolítica, mas se referindo a grupos dominados ou oprimidos pela “maioria” da sociedade. Isto fica claro quando se fala nos homossexuais como “minoria sexual”. Muitas vezes, no entanto, as ditas “minorias” não correspondem ao contingente de membros da sociedade sob o ponto de vista percentual. No Brasil, por exemplo, a população negra não pode ser considerada como uma “minoria étnica”. Da mesma forma, não cabe o termo “minoria sexual” em relação às mulheres – elas são, inclusive, a maioria da população. Mas, do ponto de vista sociológico, numa sociedade marcada pela “dominação masculina” em seus diversos níveis, o termo acabou sendo utilizado – indevidamente – como uma referência à sua condição de gênero, sob o domínio e opressão dos homens.

Você, talvez, esteja se perguntando: mas, o que é essa tal de “dominação masculina”, que o texto tanto repete? Na verdade, aqui nos referimos ao fato de que relações sociais de gênero

existentes nas sociedades são marcadas por relações de poder, onde, em quase todos os exemplos históricos conhecidos, o “masculino” se sobrepõe à ideia e as representações sobre o que é “feminino”.

Voltemos à socióloga Joan Scott que, em seus estudos, nos mostra exatamente o apresentado aqui. A definição de *gênero*, além de ter origem e trajetória históricas, é importante para se entender as relações sociais a partir da discussão de como as definições, construídas pelos seres humanos, se vinculam às relações de poder presentes em cada sociedade. Assim, Scott chama a nossa atenção para diversas questões históricas e culturais relacionadas às diferenças entre os sexos. Um exemplo bem claro disso diz respeito às contradições existentes na representação do “feminino” na tradição cristã ocidental, em personagens bíblicos como Eva e Maria, por exemplo, se relacionando com definições como “mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção” (SCOTT, 1989, p. 21). Maria, neste caso, enquanto mãe de Jesus Cristo, somente poderia representar “luz, purificação e inocência”. Eva, ao contrário, teria provocado a “perdição” do primeiro homem, Adão.

Concepções como as citadas acima não são desvinculadas de qualquer interesse, pois estão diretamente ligadas ao papel que se deseja que a mulher assumira na sociedade. Esse papel varia de um momento histórico para outro, assim como de uma região do planeta para outra.

Como comentamos, foram os movimentos sociais voltados para a discussão das questões de gênero que iniciaram – principalmente durante o século passado – uma grande mudança nas ideias que preconizavam haver uma diferença natural entre o



Marlene Bergamo/Folhapress

Comemoração do Dia Internacional de Luta das Mulheres, nas ruas de São Paulo, em 08 de março de 2005.

feminino e o masculino e, a partir daí, uma predisposição natural para os comportamentos e para as relações sociais que constituem papéis de homens e papéis de mulheres, rigidamente naturalizados. Ou seja, segundo uma predisposição biológica, da mulher e do homem, de forma universal, elas são dóceis e eles agressivos. Elas centram suas vidas nos cuidados com os filhos e eles como provedores da sobrevivência da família. Essas características foram bastante reforçadas por uma teoria sociológica do século XX denominada Sociobiologia. Esta afirma que a estrutura dos genes e do cérebro humano explica também os comportamentos e práticas sociais e não somente as características físicas. Mas, a influência dos movimentos feministas mudaram muita coisa.

A questão do papel das mulheres nas sociedades modernas é discutida desde a Revolução Francesa, entretanto, podemos afirmar que é a partir da publicação do livro *O Segundo Sexo*, escrito pela francesa Simone de

Beauvoir e lançado em 1949, que o debate sobre a condição das mulheres e a relação entre os sexos ganha uma outra conotação, que vai influenciar a análise sociológica de forma marcante.

Simone de Beauvoir procurou mostrar que o termo *feminilidade* foi inventado pelos homens e tinha como intenção limitar o papel social das mulheres. Questionava a ideia de que as mulheres são inferiores e também sua posição de subordinação. Para Beauvoir, as mulheres tinham que superar o eterno feminino, que as amarrava e formava seu próprio ser, além de escolher seu próprio destino, libertando-se das ideias preconcebidas e dos mitos pré-estabelecidos. Ela procurou desconstruir a ideia de *feminilidade*, demonstrando que esta é uma construção social. Dessa forma, Beauvoir (1980) afirmou: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Folhapress



A escritora Simone de Beauvoir em conferência sobre “A condição da mulher no mundo moderno”, em São Paulo (1960).

Assim, os movimentos feministas, inspirados em várias intelectuais como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Kate Millet, Shulamith Firestone, Bell Hooks e Juliet Mitchell, após a década de 1960, começaram a reivindicar direitos iguais perante os homens. Fazendo uma crítica à sociedade patriarcal, ou seja, a um modelo de família que dá certos privilégios aos homens, as feministas começam a reivindicar igualdade de condições de trabalho e salário, direito ao aborto e ao controle do corpo, autonomia intelectual e punição aos homens pela violência doméstica e sexual, entre outras.

Essas lutas, por exemplo, fizeram com que ocorresse no Brasil uma das grandes mudanças no Rio de Janeiro, a partir de 2006. Nesse ano, foi aprovada uma lei que obriga trens e metrô do estado a reservarem um vagão apenas para as mulheres, nos dias úteis, das 6h às 9h e das 17h às 20h. O objetivo dessa lei é reduzir os casos de assédio sexual nesses meios de transporte e que as mulheres se sentissem seguras no vagão reservado a elas. Ou seja, uma reivindicação histórica dos movimentos feministas, que era a luta contra o assédio violento dos homens, se transforma em lei e muda o cotidiano urbano de muitas pessoas.

Outra grande conquista das mulheres no Brasil foi a chamada Lei Maria da Penha (Lei 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006), elaborada e aprovada pelo Congresso com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. A lei, em diversos itens, garante às mulheres atendimento específico nas delegacias em caso de violência doméstica e familiar, além de providenciar investigações sobre os agressores. A lei possibilita que agressores de mulheres no espaço doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Foi chamada de Maria da Penha em homenagem à ativista Maria da Penha Maia Fernandes que, em 1983, por duas vezes, sofreu tentativa de assassinato por parte do marido.



O que você acha dessas medidas legislativas? Discuta com seus colegas e professores.

Mas, não foi somente devido ao movimento feminista que a situação das mulheres mudou. A partir da metade do século XX, houve também um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Com essa participação, as concepções dominantes sobre a condição subalterna da mulher perderam sua força. Mas, apesar dessa grande mudança, ainda presenciamos em nossa sociedade aquelas ideias sobre a *predisposição natural* de mulheres e homens. Uma forma de se pensar que as feministas chamam de *ideologia machista*. Vejamos de um modo bem sintético como as teorias feministas criticam essa ideologia.

Para o movimento feminista as relações entre homens e mulheres acontecem da seguinte forma, em determinadas situações:

– A maioria dos homens tenta demonstrar que a opressão sobre as mulheres não existe e que a relação entre eles é paritária. Muitos homens e mulheres sustentam que hoje há entre os gêneros uma igualdade e que “as coisas não são mais como em tempos atrás”.

– Os homens tendem a desestimular e a desvalorizar os momentos de encontro autônomo das mulheres. Muitos homens gostam de passar horas a fio entre eles, mas reclamam quando as mulheres fazem a mesma coisa.

– Os homens não suportam que as mulheres se divirtam de maneira autônoma e fora das regras estabelecidas por eles. Para muitas mulheres é impensável que, casadas e com filhos, saiam de casa para se divertir sem os maridos.

– Os homens mantêm o próprio domínio com a coerção e a persuasão. A coerção se dá com a violência. O uso da violência por parte dos maridos é tolerado: a violência doméstica constitui o principal problema das mulheres em todo o mundo.

– A persuasão sempre se deu através

de sistemas de ideias que têm como características básicas preconceitos não provados cientificamente. Hoje a persuasão mais eficaz se efetiva com a produção cultural da mídia. Este recurso tende a fazer parecer normal a divisão dos papéis e permite maior fôlego aos homens. Apesar de a maioria da população mundial ser constituída por trabalhadores – principalmente operários, camponeses, comerciários etc. – cujas vidas são ricas, interessantes e variadas, a grande maioria dos filmes, novelas e romances tem como protagonistas homens brancos, burgueses e intelectuais.

– A maioria das mulheres é chantageada economicamente pelos homens. Muitas dependem economicamente dos maridos na maior parte do mundo.

– As formas de dominação podem ser mais ou menos intensas. Entre mulheres não há diferença somente entre a burguesa e a trabalhadora, mas também entre uma médica e uma dona de casa da periferia das grandes cidades.

– Entre as mulheres há muita concorrência, sobretudo naquilo que os homens as avaliam com maior destaque: a beleza (o que é, em determinadas épocas, considerado padrão de beleza feminina). Do sucesso desta característica pode depender a sua colocação social. O capitalismo estimula tal competição.

– A dominação é introjetada pelas mulheres. Por isso é difícil para elas o reconhecimento da dominação da qual são vítimas. A maioria não se dá conta e não se considera incluída nesse contexto. Uma jovem educada pela ideologia machista – convencida de que é sedutora e adequada à imagem esperada pelos rapazes – dificilmente se reconhecerá como dominada. Ao contrário, terá a impressão de ser “natural” e de dispor de um terrível poder (de sedução) sobre os homens.

– Da parte das mulheres há a tendência de tirar proveito dos mais fracos. Para elas, é melhor descontar nos filhos do que enfrentar o marido violento.

– Uma outra tendência das mulheres que impede a tomada de consciência é aquela de não generalizar a própria condição. Assim, grande parte das esposas tende a pensar que o problema que ela está enfrentando se refere somente ao “seu” marido.

Você concorda com estas análises? Discuta com seus colegas e com os professores. Estas críticas não podem ser generalizadas para todos os homens, entretanto, algumas delas podem servir como base de análise para nossa sociedade. Uma coisa, porém, é certa: o feminismo e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho no século XX provocaram muitas mudanças na relação entre homens e mulheres, principalmente no que foi exposto no início do capítulo – a identidade de gênero. O movimento feminista, de certa forma, mobilizou e despertou muitos grupos de mulheres e homens a questionar a ideia antiga de que existe uma predisposição natural – biológica – para o papel de homem e de mulher ou para que homens e mulheres seguissem as convenções dominantes na nossa sociedade.

A seguir, veremos outro tema e movimento que também fazem com que discutamos as relações sexuais, sob o ponto de vista sociológico.

O mundo é colorido?

Muitos indivíduos (homens e mulheres) seguem as normas convencionais mais aceitas na nossa sociedade, ou seja, homem tem um papel específico, certos hábitos, certas atitudes e se relaciona sexualmente com mulheres e vice-versa. Porém, há indivíduos que não seguem essas normas ou convenções dominantes. São os chamados transexuais, homossexuais (gays e lésbicas) e bissexuais. Já nos anos de 1940, um estudioso americano, Alfred Kinsey, dirigiu uma pesquisa com milhares de pessoas e constatou que as práticas homossexuais eram tão corriqueiras que a homossexualidade não deveria ser considerada uma doença ou anormalidade de um pequeno grupo de indivíduos (KINSEY; POMEROY; MARTIN, 1948).

Repare que utilizamos no texto o termo *homossexualidade*, e não

A luta contra a homofobia é uma questão de cidadania.



Virgínia Figueiredo

outra palavra usada com frequência no senso comum, *homossexualismo*. Isto tem uma razão de ser, pois não se trata de sinônimos. Leia a explicação apresentada de forma bem didática pelo pesquisador Alexandre Bortolini:

(...) O sufixo ISMO é de origem grega e carrega dois sentidos principais: a ideia de uma doutrina, seita ou conjunto de ideias (Cristianismo, Judaísmo, Marxismo) ou a ideia de doença (tabagismo, alcoolismo, botulismo). Já o sufixo DADE traz um sentido de expressão, manifestação humana (identidade, felicidade, espontaneidade, sexualidade). Assim, o termo homossexualismo carrega uma ideia conservadora que enxerga os homossexuais como doentes ou desviantes. **Já a palavra homossexualidade nos remete à ideia de que ela é apenas mais uma expressão da sexualidade ou da identidade humana.** O termo homossexualismo foi criado no final do século XIX por médicos, como a classificação de uma doença. Nas últimas décadas do século XX, os códigos de doenças retiraram a homossexualidade de suas classificações e, em 1990, a Organização Mundial de Saúde aboliu a homossexualidade como doença de todas as suas listas. Além disso, em 2001 o Conselho Federal de Psicologia do Brasil proibiu profissionais da área de realizarem qualquer tratamento que vise uma possível “cura” da homossexualidade. O que não é doença não precisa ser curada. (BORTOLINI, 2012, p. 3, nota 3. Grifos nossos)

Portanto, nos referimos neste texto à ideia de homossexualidade como “uma expressão da sexualidade ou da identidade humana”, como escreveu Bortolini. Como já citamos,

essa identidade pode assumir formas distintas, como veremos adiante.

Os transexuais são os indivíduos transgêneros, ou seja, aqueles que rompem as normas de identidade de gênero dominantes. Eles acreditam que nasceram num corpo errado, se identificam e desejam viver como o sexo oposto. Os homossexuais são indivíduos que têm uma orientação afetiva e sexual com pessoas do mesmo sexo. Os masculinos são chamados de gays e os femininos, de lésbicas. Já os bissexuais são indivíduos que têm uma orientação afetiva e sexual por ambos os sexos.

Muito se tem debatido sobre as origens dessas orientações sexuais e afetivas. Existem muitas polêmicas sobre suas origens. Psicólogos, psicanalistas, médicos e religiosos têm várias teorias. Mas, a homossexualidade, por exemplo, já é registrada na História desde a Grécia Antiga e em várias sociedades no mundo todo. Entretanto, apesar do interesse sobre suas origens, o mais importante, como reflexão sobre a sociedade atual, é pensarmos sobre a maneira como estas orientações sexuais são tratadas, como elas se expressam e como são reprimidas.

A homossexualidade e as diversas orientações (transexual e bissexual) no século XX tornaram-se menos estigmatizadas e mais visíveis. Antes disso, nos seus estudos sobre sexualidade, Michel Foucault (1984) mostrou que, antes do século XIX, a ideia de homossexualidade tinha uma existência muito difusa. A transformação se deve, fundamentalmente, aos grandes movimentos dos indivíduos que passaram a reivindicar direitos por não seguirem uma orientação sexual dominante. A partir das décadas de 1950 e 1960, gays e lésbicas formaram comunidades em grandes cidades

como Nova York, São Francisco, Paris, Londres e também na América Latina (MOTT, 2000). Lutando por direitos, pois eram vítimas de uma cotidiana repressão e violência, eles começaram a se assumir publicamente organizando passeatas, paradas, protestos etc. Isso foi decisivo para que o mundo começasse a reconhecer e legitimar a homossexualidade e a chamada diversidade sexual. No entanto, esses movimentos não foram suficientes para reverter a ideia dominante de que a heterossexualidade é a condição normal de uma pessoa. Há ainda uma forte oposição que influencia reações pejorativas por parte de pessoas de idade e sexo diferentes.

Segundo o movimento de gays e lésbicas, há uma ideologia que se chama *homofobia*, ou seja, uma aversão e uma rejeição incondicional contra aqueles que não seguem a heterossexualidade. Para os homofóbicos, a discriminação não seria obviamente operativa se gays e lésbicas mantiverem na clandestinidade a própria orientação sexual. É no momento em que se assumem publicamente que começa a guerra contra eles. Como constata várias pesquisas sociológicas (ABRAMOVAY; CASTRO e SILVA, 2004), essa discriminação atua em todos os setores: no local de trabalho, onde, além de correrem o risco de demissão, são molestados pelos outros trabalhadores; na sociedade, que os impede de ter qualquer posto de comando; na família, em que a declaração de homossexualidade chega a gerar crises de várias naturezas.

Note-se que a discriminação opera com tal violência (física e psicológica) que o indivíduo não tem coragem de reconhecer a própria orientação sexual. Para os militantes da causa homossexual, os heterossexuais encontram uma série de falsas vantagens – de natureza quase exclusivamente

psicológica – para contribuir com a opressão. Na visão desses militantes, tornar os homossexuais alvo de chacota e mostrar em público o desprezo para com eles, assegura a própria identidade heterossexual para si mesmo e para os outros, mantendo assim a participação na “normalidade” sexual dominante. E afirmam que, se esta certeza fosse real e a heterossexualidade fosse verdadeiramente “natural”, seria difícil explicar tanta aversão aos homossexuais. A própria existência de gays e lésbicas, independentemente do fato de lutarem ou não pelos seus direitos, coloca em discussão a obrigação, ou seja, a “naturalidade” da heterossexualidade.

Marco Duarte



As manifestações do Movimento LGBT estão cada vez mais presentes na sociedade brasileira. Na foto, II Marcha Nacional Contra a Homofobia, em Brasília (2011).

Vejamos, sociologicamente, uma pesquisa realizada recentemente sobre estas relações, tomando como base a orientação sexual.

No final de janeiro de 2009 foi apresentada no Fórum Social Mundial, em Belém, parte de uma pesquisa sobre o tema “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburg Stiftung.

Com o objetivo de subsidiar ações para as políticas públicas que promovam a eliminação da discriminação e do preconceito contra as populações de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), o que se buscou investigar nessa pesquisa foram as percepções sobre as práticas sociais diante da orientação sexual e da identidade de gênero das pessoas.

Perguntados sobre a existência ou não de preconceito contra as pessoas LGBT no Brasil, quase a totalidade entrevistada respondeu acreditar que existe preconceito contra travestis (93%), contra transexuais (91%), contra gays (92%), contra lésbicas (92%) e 90% acham que há preconceito contra bissexuais. Porém, perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitiram ter preconceito contra travestis, 28% contra transexuais, 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays. Isso lembra um fenômeno que acontece em relação ao racismo contra negros, pois atribuir os preconceitos aos outros, sem

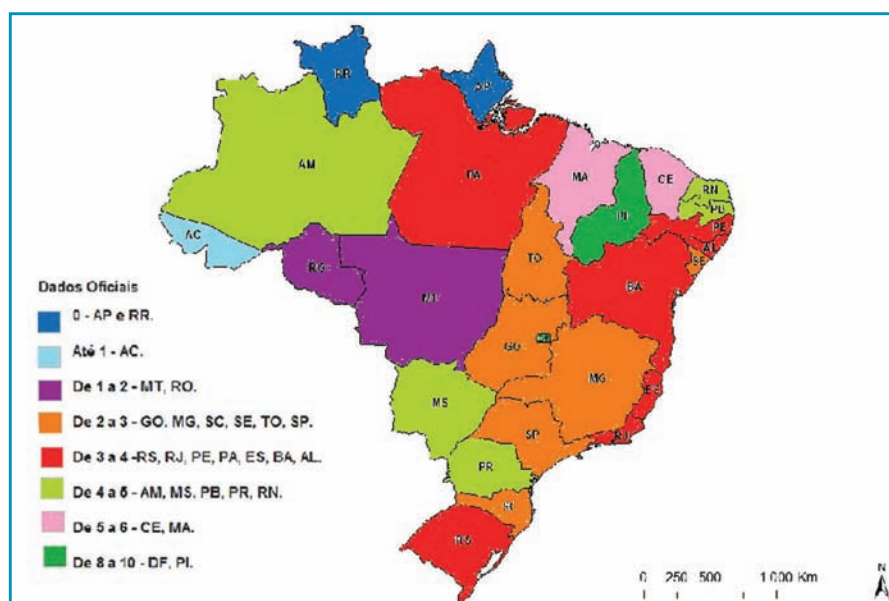
reconhecer o próprio, é comum.

Para Gustavo Venturi (2009), professor de Sociologia da USP, a pesquisa indica o que os sociólogos já suspeitavam: por trás da imagem de liberalidade que o senso comum atribui ao povo brasileiro, particularmente em questões comportamentais e de sexualidade, há graus de intolerância com a diversidade sexual bastante elevados – coerentes, na verdade, com o grande número de crimes homofóbicos existente no Brasil.

Veja, antes de terminar este capítulo, alguns dados sobre a violência homofóbica no Brasil, apresentados no Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011.

Em 2011, foram citadas ao poder público federal 6.809 denúncias de violações de direitos humanos de caráter homofóbico, o que significa uma taxa de 3,46 denúncias efetuadas a cada 100 mil habitantes. A partir das taxas específicas de cada estado, foi construído o mapa a seguir.

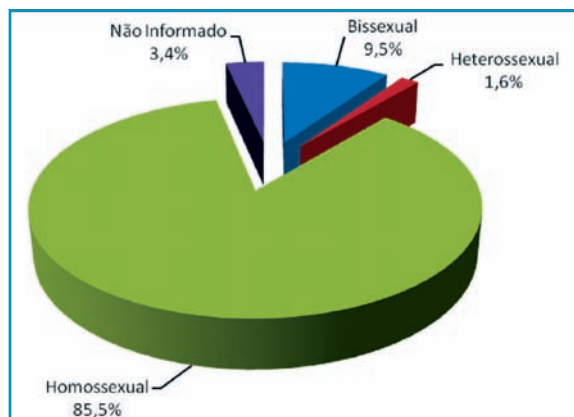
BRASIL - VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA: taxas por estado, 2011



Fonte: Mapa reproduzido de BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos, 2012, p. 75.

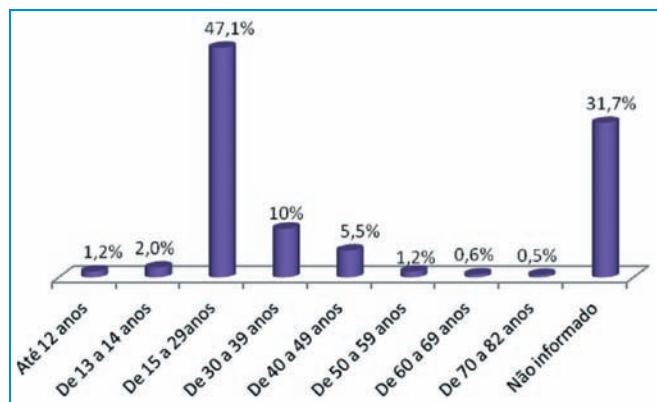
Outros dados mais específicos:

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA, SEGUNDO ORIENTAÇÃO SEXUAL, 2011.



Fonte: Gráfico reproduzido de BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos, 2012, p. 25.

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, 2011.



Fonte: Gráfico reproduzido de BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos, 2012, p. 27.

Nestes breves dados, podemos observar que a violência se expressa mais contra jovens homossexuais.

Depois de apresentarmos todas essas questões sobre gênero e diversidade sexual, que reflexões podemos fazer

sobre as relações entre homens e mulheres, as identidades de gênero e a relação entre heterossexuais e outras orientações? Será que as diferenças de gênero e orientação sexual interferem nas relações no mundo do trabalho?



Conversando com a Biologia

“SER UM HOMEM FEMININO NÃO FERE O MEU LADO MASCULINO!”

Lana Fonseca

A frase acima foi retirada da música *Masculino e feminino*, do guitarrista brasileiro Pepeu Gomes, e traz para nós uma reflexão muito importante: o que determina nossa masculinidade ou nossa feminilidade?

Do ponto de vista biológico, ser homem ou ser mulher se refere aos nossos cromossomos sexuais, o par de genes que determina nosso sexo. No caso de termos um par XX seremos mulheres, caso tenhamos um par XY seremos homens.

Mas o que é ser homem ou ser mulher? Biologicamente falando, é ter caracteres sexuais primários (sistema reprodutor) e secundários (seios, pelos, voz, dentre outros) de homem ou de mulher. Mas, e do ponto de vista social? Podemos determinar o que é ser homem ou mulher?

Entendemos que a determinação do gênero ou da orientação sexual é um conjunto de fatores complexos que não pode ser determinado apenas biologicamente. Entretanto, há uma imensa disputa na sociedade sobre esse tema: Seria a sexualidade determinada apenas pela nossa carga genética? Os cientistas hoje estão divididos sobre essa questão; muitos afirmam que a homossexualidade, por exemplo, seria um distúrbio, uma doença e que, portanto, teria cura!

Contudo, a comunidade científica ainda não chegou a uma teorização sobre essa questão e não podemos afirmar que a orientação sexual possa ser determinada apenas pela carga genética de cada indivíduo.

Outra questão polêmica que vem sendo enfrentada pela sociedade, no decorrer de sua História, é o “mito da superioridade masculina”. Por muitas vezes, a ciência foi

usada para “comprovar” uma suposta superioridade dos homens sobre as mulheres e servir de base para inúmeras atrocidades contra estas.

Mas o que há de realidade nessas afirmações? Homens e mulheres são diferentes sim, mas essas diferenças não podem definir valores, hierarquias ou discriminação. Somos todos *Homo sapiens sapiens*, com direitos iguais.

Nesse sentido, temos que ter muito cuidado para que a Biologia não seja usada, mais uma vez, em nome do preconceito, da discriminação e da barbárie. O fato de possuímos um único par de genes que nos diferencia, não pode seu uso como motivo para subjugação de um indivíduo sobre o outro. Da mesma forma, a orientação sexual, seja determinada geneticamente ou não, não nos torna piores ou melhores do que ninguém, pois já sabemos que a atividade sexual nos animais não serve apenas à perpetuação da espécie como foi historicamente divulgado. Inúmeras espécies animais buscam o sexo para outras funções (prazer, relação social, pertencimento ao grupo) além da reprodução.

Podemos concluir que a Biologia é um poderoso instrumento para desmistificarmos preconceitos sociais, desde que usada com justiça e equidade.

Lana Claudia de Souza Fonseca é professora da UFRRJ. Graduada em Biologia pela UFRRJ e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

Revendo o capítulo

- 1 – Qual é a diferença que existe na utilização dos termos *sexo* e *gênero*?
- 2 – O que significa *feminismo*?
- 3 – Por que podemos falar em indivíduos *transgêneros*?
- 4 – O que significa *homofobia*?

Dialogando com a turma

- 1 – Você considera justas as reivindicações das mulheres por igualdade de tratamento em relação aos homens? Por quê?
- 2 – Responda à questão anterior em relação à luta dos homossexuais? Por quê?
- 3 – Quais poderiam ser os mecanismos de luta contra as ideologias machistas e homófobas? Debata com os seus colegas.

Verificando o seu conhecimento

1 – (ENEM, 2010)

A primeira instituição de ensino brasileira que inclui disciplinas voltadas ao público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) abriu inscrições na semana passada. A grade curricular é inspirada em similares dos Estados Unidos da América e da Europa. Ela atenderá jovens com aulas de expressão artística, dança e criação de fanzines. É aberta a todo o público estudantil e tem como principal objetivo impedir a evasão escolar de grupos socialmente discriminados. O texto trata de uma política pública de ação afirmativa voltada ao público LGBT. Com a criação de uma instituição de ensino para atender esse público, pretende-se:

- (A) contribuir para a invisibilidade do preconceito ao grupo LGBT.
- (B) copiar os modelos educacionais dos EUA e da Europa.
- (C) permitir o acesso desse segmento ao ensino técnico.
- (D) criar uma estratégia de proteção e isolamento do grupo.
- (E) promover o respeito à diversidade sexual no sistema de ensino.

2 – (ENEM, 2010)

“Pecado nefando” era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. Nefandus: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia “tão péssimo e horrendo crime”, tão contrário à lei da natureza, que “era indigno de ser nomeado” e, por isso mesmo, nefando.

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no país.

A homofobia é a rejeição e menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos de homossexuais no país estão associadas:

- (A) à baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.
- (B) à falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.

- (C) à Constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.
- (D) a um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.
- (E) a uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

Pesquisando e refletindo

Livros:

MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Neste livro os autores formulam argumentações científicas para questionar a rígida separação entre comportamento convencional feminino e masculino, problematizando a moral sexual vigente e suas relações de poder. Eles discutem como os papéis sexuais e as relações de gênero produzem-se histórica e socialmente, não sendo dados de uma natureza biológica universal.

MOREIRA ALVES, Branca; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Da mesma coleção, este livro apresenta um histórico do movimento feminista, suas principais ideias e as lutas das mulheres contra a ideologia machista.

Filmes:

ACORDA, RAIMUNDO... ACORDA (Brasil, 1990). Direção: Alfredo Alves. Elenco: Paulo Betti, Eliane Giardini, José Mayer. 16 min.

Sátira sobre as relações de opressão entre homens e mulheres. Você também pode encontrar este curta no site: <http://vimeo.com/5859490> ou <https://www.facebook.com/SociologiaParaJovensDoSeculoXXI>.

MADAME BROUETTE (Canadá/França/Senegal, 2002). Direção: Moussa Sene Absa. Elenco: Aboubacar Sadick Bâ, Akéla Sagna, Kadiatou Sy, Ndèye Seneba Seck, Ousseynou Diop. Duração 104min.

Mulher assassina o marido a tiros. O ato não impede que as vizinhas continuem a admirá-la por seu histórico de mulher divorciada, mãe de uma menina, que sustenta a família vendendo frutas e legumes.

MILK - A VOZ DA IGUALDADE (*Milk*, EUA, 2008). Direção: Gus Van Sant. Elenco: Sean Penn, Emile Hirsch, Josh Brolin, Diego Luna, James Franco. 128 min.

Harvey Milk é um nova-iorquino que, para mudar de vida, decidiu morar e trabalhar com seu namorado Scott em São Francisco, no início dos anos 1970. Enfrentando a violência e o preconceito da época, com a colaboração de amigos e voluntários (não necessariamente homossexuais), Milk entra numa intensa batalha política e consegue ser eleito o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos.

Conectados na internet e nas redes:

REDE MULHER: <http://www.redemulher.org.br>

Página da ONG Rede Mulher, instituição que foi criada em 1980. Segundo as organizadoras, a Rede Mulher de Educação é uma organização não governamental sem

fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil, constituindo uma rede de serviços em educação popular feminista. Acesso: fevereiro/2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO - DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS:
<http://bit.ly/12caOse>

Nesta página você encontra uma grande pesquisa sobre “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil *Intolerância e respeito às diferenças sexuais*”. Expresso em gráficos e tabelas, a pesquisa mostra as tensas relações de gênero e entre heterossexuais e outras orientações sexuais existentes no Brasil. Um ótimo instrumento para analisar sociologicamente estas relações. Acesso: fevereiro/2013.

IDENTIDADE: <http://www.identidade.org.br/>

Site do Grupo de Luta pela Diversidade Sexual. O grupo realiza experiências de trabalhos em educação e diversidade sexual realizadas no Brasil há mais de 10 anos, com ações de responsabilidade exclusiva de ONGs do movimento da diversidade sexual. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

MENINOS E MENINAS – Autores: Renato Russo, Dado Villa-Lobos, Marcelo Bonfá.
Intérpretes: Legião Urbana.

A solidão de quem é desrespeitado apenas por querer viver neste mundo tão complicado, que não aceita a diferença.

WOMAN IS THE NIGGER OF THE WORLD (A MULHER É A ESCRAVA DO MUNDO) – Autores: John Lennon e Yoko Ono. Intérpretes: John Lennon / Cássia Eller.

A música, escrita no início da década de 1970, mas ainda atual, denuncia a condição de opressão vivida pela mulher na sociedade contemporânea.

Filme Destaque:



SERÁ QUE ELE É?
(*In & out*)

FICHA TÉCNICA:

Direção: Frank Oz.

Elenco: Kevin Kline, Joan Cusack, Matt Dillon e Tom Selleck.

93 min. (EUA, 1997).

SINOPSE:

Quando o ator Cameron Drake (Dillon) recebe o Oscar, agradece no discurso ao seu professor do secundário, dizendo que ele é gay em cadeia mundial de televisão. Na cidadezinha de Greenleaf, ao lado da noiva (Joan) e de casamento marcado para dali a dias, o professor Howard Brackett (Kline) tenta explicar que não é nada disso. O caso vira escândalo em todo o país. Então, chega à cidade um jornalista de televisão, sedento de uma reportagem exclusiva (Selleck).

Capítulo 19

“A gente não quer só comida...” Religiosidade e juventude no século XXI

Qual a diferença entre crer e saber? O filme *Anjos e demônios* apresenta uma interessante reflexão sobre a relação entre a ciência e a religião.



Columbia Pictures/Ron Howard

Reportagem publicada em um jornal local da cidade de Paranaguá, *A Folha do Litoral*, no estado do Paraná, em 13 de setembro de 2009, apresentava o seguinte título: “Jovens procuram religião na internet”. A matéria descrevia a experiência de vários jovens entre 18 e 29 anos que consultavam a Bíblia pela internet. Além disso, dizia que uma jovem levava seu celular para um culto e, quando precisava, acessava um versículo da Bíblia através da rede. Por outro lado, a reportagem descrevia a nova moda nos Estados Unidos, ou seja, igrejas e entidades que, em seus sites, oferecem aos seus fiéis a oportunidade de se confessar através do computador,

com a utilização de diversos *chats* e emails anônimos. Outra informação importante que *A Folha do Litoral* trazia era sobre uma pesquisa realizada em vinte e um países pelo Instituto Bertelsmann Stiftung, na Alemanha, que revelava que a religião está mais presente no Brasil do que na maioria das outras nações. Esse estudo confirma que o jovem brasileiro é o terceiro mais religioso do mundo, atrás apenas dos nigerianos e dos guatemaltecos. Segundo a pesquisa, 95% dos brasileiros entre 18 e 29 anos se dizem religiosos e 65% afirmam que são religiosos fervorosos, sendo que 90% afirmam acreditar em Deus. E a reportagem ainda dizia que

esse estudo ajuda a comprovar que os jovens brasileiros são uns dos que mais recorrem à internet para buscar resolver seus problemas espirituais, pois a rede abrange a diversidade de crenças que se propaga rapidamente.

Entre o crer e o saber

“O século XXI será religioso ou pura e simplesmente não será”. Esta frase tem origem nos anos 1960 e tem sido atribuída, por muitos, ao escritor francês André Malsaux (1901-1976). Autor ou não da frase, ele não viveu o suficiente para se certificar de que a afirmação estaria ou não correta. Nós, entretanto, nos perguntamos a respeito e indagamos a você, como reflexão: será que isso é verdade? Caso sim, como isso se tornou possível? Afinal, não vivemos numa sociedade altamente tecnologizada, onde é a ciência que explica tudo? Também não é verdade que os jovens, por exemplo, não acreditam mais nas religiões, preferindo os divertimentos que as novas tecnologias oferecem?

Mas como explicar, por exemplo, as guerras e conflitos religiosos que continuam presentes no mundo? E no Brasil, por que os evangélicos estão crescendo em número de adeptos? E os adeptos do candomblé e da umbanda, por que ainda existem, já que suas religiões acreditam na “magia” e, como se sabe, no mundo industrializado e urbano, a magia não funciona?

Essas dúvidas vêm, geralmente, acompanhadas de ideias do senso comum que, muitas vezes, não conseguem explicar as causas reais do fenômeno religioso, como “os evangélicos crescem porque iludem as pessoas ignorantes”, “o candomblé e a umbanda vão desaparecer porque vivemos num mundo de alta tecnologia”, “os jovens já não acreditam mais nos princípios religiosos”. Ou, quando estamos numa roda de amigos, costuma-se dizer que “a religião não pode se misturar com a

política”, ou que “os católicos são todos iguais”.

A reportagem citada revela ainda que muitas afirmações do senso comum não condizem com a realidade que vivemos, assim como algumas teorias modernas que entendem que a sociedade atual passa por um processo cada vez maior de secularização. “Traduzindo” o que escrevemos:

No início do século XX, o sociólogo Max Weber (1974) afirmava que a ciência e as formas de pensamento racional substituiriam a autoridade religiosa. Essa é a tese da secularização que, até há pouco mais de vinte anos, era aceita pela maioria dos sociólogos. Segundo esta tese, as consciências e ações dos indivíduos, em relação à religião e suas instituições, não desapareceriam, porém, estariam em declínio no que diz respeito à sua autoridade em conduzir e influenciar decisivamente as pessoas.

A maioria dos sociólogos começou a rever essa tese, primeiro porque a presença das religiões na vida das pessoas não diminuiu. Por exemplo: em 2002, foi feita uma pesquisa nos EUA e constatou-se que 59% dos americanos consideravam a religião importante. Já no Brasil – um dos países mais religiosos do mundo –, numa análise dos dados do IBGE, entre o período de 1940 e 2000, não houve um declínio de adesão às religiões, mas somente uma diminuição de adeptos ao catolicismo e um aumento dos evangélicos. Outro motivo para que os sociólogos comessem a rever a tese da secularização foi o crescimento do fenômeno chamado *fundamentalismo*.

O fundamentalismo se caracteriza pelo fato dos adeptos de determinada religião interpretarem seus princípios literalmente como está escrito. São intolerantes em relação aos não fundamentalistas e, frequentemente, apoiam concepções políticas e sociais conservadoras, pois possíveis

mudanças sociais podem não estar de acordo com os preceitos religiosos.

Notícias sobre os fundamentalistas que tomaram o poder num determinado país são constantemente divulgadas na mídia. Muitas vezes o islamismo é acusado de ser fundamentalista. Mas, tomemos cuidado, nem todo adepto do islamismo tem uma prática fundamentalista.

Vamos, a partir de agora, tomar este cuidado e estudar o fenômeno da religiosidade para entender um pouco mais o fenômeno religioso que continua interferindo fortemente na vida da maioria dos indivíduos.

Nosso objetivo não é discutir os princípios ou conteúdos das diversas religiões e chegar à conclusão de qual é a melhor para orientar nossas vidas. O que estudaremos aqui, com base numa especialidade dos estudos sociológicos chamada de *Sociologia das religiões*, é o papel que a religiosidade tem na formação das ideias dos indivíduos sobre o mundo, a sociedade, a política e a cultura. Como a religiosidade interfere na política, na democracia e na cidadania, por exemplo, no Brasil? A sociedade brasileira sofreu mudanças em consequência disso, nos últimos anos?

O objetivo da Sociologia da religião é compreender os efeitos sociais do *pertencimento religioso*, ou seja, como os indivíduos se comportam e tomam decisões, baseados na sua crença específica, diante da realidade brasileira. Outro objetivo seria estudar a religiosidade de grupos sociais para entender melhor, por exemplo, as maneiras que os brasileiros encontram para enfrentar seus problemas e dificuldades. E, por fim, analisaremos como a juventude, neste início de milênio, se encontra diante do fenômeno religioso.

O que tem a ver a Sociologia com a religião?

Émile Durkheim (1973a), um dos fundadores da Sociologia, escreveu, no

século XIX: “Diz-se que em princípio a ciência nega a religião. Mas a religião existe, é um sistema de fatos dados; numa palavra, ela é uma realidade. Como poderia a ciência negar uma realidade?” (p. 534).

Para Durkheim, toda religião tem como característica separar o mundo em *coisas profanas* e *coisas sagradas*. Nas coisas profanas, os indivíduos têm atitudes utilitárias, ou seja, objetos, ideias e coisas quando não servem mais podem ser descartados, pois só têm valor na medida em que são úteis. Nas coisas sagradas, ocorre o contrário: objetos, ideias e coisas assumem um valor superior ao dos indivíduos. O sagrado é objeto de adoração, é superior ao homem, é reverenciado.

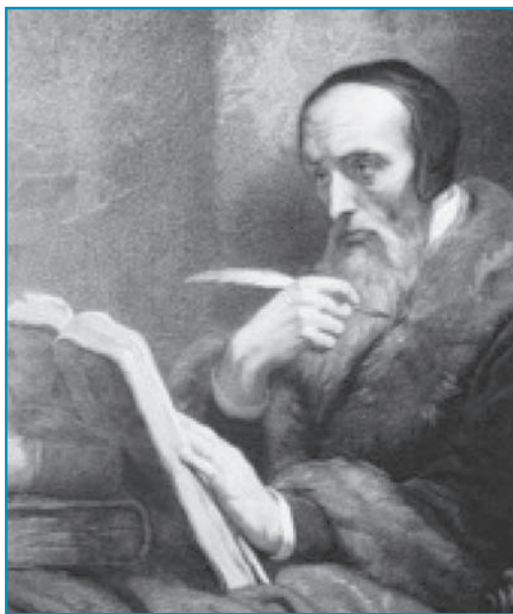
Essas características, para Durkheim, revelam que a religião é uma das fontes onde se criam regras de comportamento, normas e garantias de harmonia entre os homens. É também através dela que as sociedades se organizam, se estruturam e formam uma imagem de si mesmas. Quantas vezes, por exemplo, ouvimos dizer que quem é religioso, é também sério, honesto, cumpridor de seus deveres e obrigações? Ou seja, seguidor de regras de comportamentos que a própria sociedade cultiva.

Outro autor clássico da Sociologia, Karl Marx, também analisa a importância da religião para as sociedades, mas de uma outra forma: “A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação sem espiritualidade, ela é o ópio do povo” (MARX; ENGELS, 1960, p. 42).

Para Marx, a religião não faz o homem, mas é o homem que faz a religião. Durkheim pensa da mesma forma. A diferença, no caso, é de abordagem e de sentido, pois, em

Durkheim, Deus e a religião são criações humanas e sociais, embora os fiéis de uma religião costumem compreendê-las de modo inverso: o homem e a religião como sendo criações divinas.

Marx entendia a religião como a expressão de um sofrimento real dos homens, ou seja, eles têm necessidade de acreditar em algo para aliviar seus sofrimentos – como o ópio. Por outro lado, segundo Marx, as classes dominantes utilizam-se da religião como ideologia para dominar os oprimidos e explorados. Portanto, ela é vista como ilusão, ideologia que contribui para justificar uma dominação de classe. Marx e seus seguidores fornecem exemplos disso: quando as igrejas afirmam que os pobres devem se conformar com sua condição de pobreza, pois o mundo foi criado por Deus assim e assim sempre será.



João Calvino (1509-1564), teólogo cristão francês e um dos mais influentes líderes da Reforma Protestante.

Max Weber (1974) foi outro sociólogo que também estudou as religiões. Para ele, é na compreensão dos comportamentos religiosos que podemos entender melhor as atividades

humanas, pois a religiosidade influencia também outras como a ética, a economia, a política ou as artes. Em seus estudos, por exemplo, ele tentou provar que houve uma mudança na concepção de trabalho a partir da *ética protestante*. Se, na Antiguidade, o trabalho era visto pelos homens como uma coisa penosa e vil, na Idade Média como fruto do pecado original e como tortura, com o aparecimento do capitalismo, combinado com a nova *ética protestante*, o trabalho passa a ser visto como êxito da vida mundana, expressão das bênçãos divinas, pois, assim, se cumprirá uma vocação e a garantia da graça divina. Segundo Weber, essa concepção de trabalho, protestante e puritana, servirá perfeitamente para o aparecimento do capitalismo. A referência à concepção puritana, em Weber, se relaciona à prática dos adeptos do calvinismo, cujo comportamento austero, rígido e moralista tornava-os mais dedicados ao trabalho e, portanto, à acumulação de riquezas.

Vejam os que pensa outro autor importante, mas tradicionalmente pouco estudado no campo da Sociologia das religiões, o italiano Antônio Gramsci:

A religião (...) afirma na verdade, que o homem em geral, enquanto criado por Deus, filho de Deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre outros e da mesma maneira que os outros, e ele pode se conceber desta forma, espelhando-se em Deus, autoconsciência da humanidade; (...) Desta maneira, as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens, entre os homens que não se veem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles. Ocorreu assim que, em toda sublevação radical das multidões, de um modo ou de outro, sob formas ideológicas determinadas, foram colocadas estas reivindicações.

(GRAMSCI, 2007, p. 1.488)

O que Gramsci quer dizer com isto é que as religiões são poderosas forças também para mobilizar os homens por um mundo melhor. Insatisfeitos com a realidade em que vivem, os indivíduos podem tentar transformar o mundo inspirados pela religiosidade. Essa concepção de Gramsci – de perceber a religião como força transformadora, e não de alienação –, inspirada pelas suas observações a respeito da religiosidade da população italiana, foi inovadora em relação aos demais sociólogos clássicos, tornando-se bastante relevante para se pensar, na atualidade, nas diversas possibilidades de reflexão sociológica sobre as relações entre a religião, a política e os movimentos sociais, estabelecidas em várias regiões do planeta por movimentos religiosos de origens bem distintas.

Esses autores nos demonstram a importância do estudo das religiões no sentido de compreender melhor nossa sociedade, pois, muitas vezes, as ações dos indivíduos não são inspiradas por interesses somente econômicos ou políticos, mas também por questões religiosas. Para entendermos melhor a Sociologia da religião, vamos estudar o fenômeno da religiosidade no Brasil.

As religiões no Brasil

O Brasil é considerado um dos países mais religiosos do mundo. Entretanto, é necessário perceber que nossa formação nacional se caracteriza pela influência de vários matizes

Segundo o Censo de 2010, do IBGE, houve queda no percentual de católicos, no Brasil, em comparação com o censo anterior. Por que será que isto vem acontecendo nos últimos anos? A eleição de um latino-americano, o papa Francisco, em 2013, reverterá essa tendência de queda percentual no número de fiéis católicos, que atinge todo o continente?

religiosos, como o catolicismo oficial e o popular, as religiões de matrizes africanas – como o candomblé e a umbanda –, o protestantismo, os pentecostais, os espíritas kardecistas, a teologia da libertação e os católicos carismáticos. Segundo os dados do censo do IBGE em 2000, os católicos representavam 73,8%, os evangélicos 15,4%, outras religiões 3,5% e os sem religião 7,3%. Já o último censo, realizado em 2010, revelou uma mudança bastante significativa: os católicos passaram a representar 64,6% e os evangélicos cresceram para um percentual de 22,2%. Além desse universo cristão que abrange 86,8% da população, aqueles que declararam pertencer a outras religiões correspondem a um total de 5,2%, enquanto os sem religião passaram para 8%.

“Amai-vos uns aos outros” – catolicismo oficial e popular

O chamado catolicismo oficial é facilmente identificado pela instituição da Igreja, vinculado ao Vaticano e com sua hierarquia interna. Até a Proclamação da República, o catolicismo era a religião oficial do Estado Imperial brasileiro. A partir da República, apesar de não constar nas constituições como religião oficial, era e é, até os dias atuais, a religião que mais tem adeptos no Brasil. Segundo



Luiz Fernandes

dados do último censo IBGE, o Brasil é, ainda hoje, a maior nação católica do mundo com cerca de 126 milhões de adeptos. O catolicismo oficial tem como característica se organizar enquanto instituição denominada *Igreja Católica Apostólica Romana*.

Na linguagem sociológica, Igreja é uma organização burocrática religiosa que se adapta à sociedade profana ou secular. Ela não desafia a autoridade do Estado, tem uma organização de treinamento de seus líderes, tem hierarquia forte e regulamentos bem definidos. Essas características fazem esse tipo de instituição ter uma longa durabilidade. Por conta disso, também, o catolicismo oficial sempre esteve ao lado dos poderes constituídos, legitimando e justificando, muitas vezes, a situação política e social do país.

O chamado **catolicismo popular**, no Brasil, tem características devocionais de culto aos santos, diferentemente da prática oficial da Igreja, quando só quem está autorizado a dirigir um culto são os padres, bispos ou o papa. Nos centros urbanos, foi constituído pelas irmandades. No campo, através do culto aos beatos, aos monges e da crença nas “rezadeiras”. Estas últimas também eram encontradas há décadas atrás no meio urbano, em razão da grande migração campo-cidade que ocorreu a partir da metade do século XX. Elas se caracterizavam como católicas, mas suas rezas, envolvidas com práticas de cura de doenças com a utilização de ervas, envolviam elementos sincréticos das tradições religiosas de origem indígena e das religiões afro-brasileiras.

Irmandades são grupos de devotos leigos, reunidos em associações privadas que têm como objetivo a manutenção do culto ou devoção. Têm autonomia jurídica e econômica. Os beatos e os monges são os penitentes,

André Vicente/Fotoarena/Folhapress



Imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré, durante a festa do Círio de Nazaré, Belém (PA). Apesar de pertencer ao calendário oficial da Igreja católica, essa procissão pode ser um exemplo de manifestação do catolicismo popular no Brasil.

ermitões encontrados nos sertões e que, em alguns casos, se tornaram santos populares e passaram a atrair romeiros e penitentes.

Quais são as características desse tipo de catolicismo? Ele tem uma origem laica, um caráter penitencial, com devoção às imagens, em que o invisível se torna palpável possibilitando uma comunicação entre vivos e mortos, que dispensa uma mediação de autoridades religiosas. Por fim, há a relação pessoal entre santos e fiéis.

“Laroiê Exu!” – candomblé e umbanda

Durante o cativeiro, uma das únicas coisas que não se pôde roubar ao africano escravizado foi a fé religiosa. E essa fé foi sempre um fator de reconstrução de suas culturas. Assim, a religião impregnou todas as atividades negras brasileiras influenciando até a sua vida profana. Recriando, então, aqui, nas comunidades-terreiro, o candomblé – o espaço da África e sua herança cultural –, foi justamente através da religião que o africano escravizado conservou um profundo sentido de comunidade e transmitiu de geração a geração as raízes de sua cultura.



Luiz Fernandes

Ritual das religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, no Rio de Janeiro. Fiéis fazem caminhada, no Centro da cidade, em 02 de fevereiro de 2012, para a entrega do presente de Yemanjá.

Além dos orixás, entidades divinas, poderes e patronos de forças da natureza, Exu, Yemanjá, Oxum, Oxossi, Xangô, Iansã, Oxumaré e outros, os africanos e seus descendentes sempre cultuaram também os antepassados, os eguns – aqueles espíritos de indivíduos que depois se converteram em ancestrais, em “pais” (Baba Egun). O culto aos antepassados, entretanto, não pode, em hipótese alguma, se confundir com o culto aos orixás, já que cada um deles tem doutrina e liturgias próprias.

O culto aos eguns se realiza em terreiros específicos. O espaço onde se reverencia a memória dos antepassados é o Ilê Igbalé – representação de uma antiga clareira existente no âmago da floresta africana e consagrada aos eguns. Nestes terreiros, a invocação dos ancestrais é a própria essência e a razão maior do culto.

Enquanto o candomblé cultua as forças da natureza, chamadas de orixás, a umbanda pratica o culto de diversos espíritos ancestrais, chamadas de entidades, como pretos-velhos, caboclos, exus e crianças. Esses espíritos incorporam em seus fiéis – adeptos iniciados ritualmente na umbanda – para dar consultas de ajuda e prestar caridade à comunidade. A umbanda é uma criação essencialmente brasileira, surgida na primeira década do século XX, no Rio de Janeiro. É um culto chamado de

sincrético, pois há uma certa mistura de cultos africanos aos ancestrais, cultos aos ancestrais indígenas e há também alguns símbolos católicos. A pessoa que recorre à umbanda espera obter proteção dos espíritos ancestrais.

“Ele vai voltar” – protestantes e pentecostais

No século XVI, na Europa, apareceram várias igrejas cristãs, que não obedeciam às ordens do papa e discordavam dos católicos em várias questões e por estes foram chamados de *protestantes*. Devido à corrupção e ao excesso de impostos pagos para a Igreja, iniciou-se, através de padres e fiéis, uma grande contestação aos poderes desta. Essa contestação culminou na chamada Reforma Protestante. A principal crítica religiosa dessa reforma – dirigida aos católicos e impulsionada por Martinho Lutero, Thomas Münzer e João Calvino, era a de que os cristãos não deveriam mais se submeter às autoridades religiosas, mas somente às próprias escrituras, ou seja, à Bíblia.

No final do século XIX, os imigrantes alemães trouxeram o luteranismo ao Brasil. Já no século XX, diversos missionários americanos fundaram várias igrejas cristãs não católicas, como a Batista e a Metodista. Sua característica principal é tentar converter os indivíduos aos princípios da Bíblia e conduzir suas vidas rigidamente a partir desses princípios.

Os pentecostais são grupos que partilham da espera de uma segunda vinda de Cristo e acreditam ter acesso, no dia a dia, à ação do Espírito Santo, a quem atribuem curas dos males do corpo e da alma.

Note-se que, nos últimos anos, ocorreu um crescimento vertiginoso dessas religiões. Ao longo da História, os pentecostais sempre foram minoria. É somente a partir do final da década de 1970 que começam a crescer em número de adeptos, pois introduzem a



Com visibilidade através dos meios de comunicação de massa, as igrejas neopentecostais também promovem grandes cultos e manifestações em lugares públicos, mobilizando fiéis de igrejas localizadas em regiões diferentes. Na foto, a 18ª edição da Marcha para Jesus, realizada pela Igreja Renascer em Cristo, em São Paulo, SP.

concorrência religiosa explícita que significa a exigência de conversão e exclusividade.

Esse crescimento ocorreu principalmente entre os grupos intitulados *neopentecostais*. Estes se tornaram mais “populares” em razão de apresentarem duas diferenças fundamentais, em relação aos pentecostais: o fato de assumirem uma postura mais liberal em relação aos costumes vigentes na sociedade e a adoção da “teologia da prosperidade”. Ou seja, a crença de que a fé e a devoção “verdadeiras” são as responsáveis pela obtenção de ganhos materiais e pela garantia de cura para todos os males da vida.

Ser pentecostal ou neopentecostal no Brasil passou a significar: oposição a ser católico, romper com a religião da família, abandonar a devoção aos santos, interromper ciclos de promessas, em contrapartida, sentir-se escolhido por Deus. A visibilidade dos neopentecostais é devida, principalmente, à sua inserção nos meios de comunicação de massa.

“Fora da caridade não há salvação” – o Espiritismo Kardecista

A Doutrina Espírita ou o Espiritismo, conhecida no Brasil, de uma forma geral, como Kardecismo,

é também conhecido por parte da população, em algumas regiões, como o “Espiritismo de Mesa Branca”. Isso se dá por referência à toalha branca que sempre cobre a mesa onde se sentam aqueles que presidem as sessões nos centros espíritas, acompanhados pelos “médiuns”, ou seja, as pessoas que têm o dom de se comunicar com “os espíritos daqueles que já se foram da vida terrena”, fazendo parte do “além”, ou seja, de outro “plano espiritual”. Outra justificativa para o uso do termo “mesa branca” diz respeito a uma forma de diferenciação e oposição aos centros das religiões afro-brasileiras, inclusive pelo fato da sua teologia – diferentemente destas últimas – ter como base de sustentação o Cristianismo.

O Espiritismo se autodefine como, ao mesmo tempo, uma doutrina, uma filosofia e uma ciência, criada na França, no século XIX, por Allan Kardec, pseudônimo do pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail. Kardec é reconhecido pelos espíritas como o codificador da doutrina, ou seja, ele não teria “inventado” nada, mas apenas sido o instrumento da organização teórica que traduziu os “fenômenos espirituais” presentes no cotidiano e que já eram identificados e percebidos



Joel Silva/Folhapress

Cortejo acompanha caixão do líder espírita Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier, em Uberaba (MG), em 2002. Ele era o “médium” mais popular do país, tendo publicado mais de 450 livros, com cerca de 25 milhões de exemplares vendidos – faleceu aos 92 anos.

por centenas de pessoas. Suas leituras desses fenômenos foram sistematizadas em diversas obras que até hoje servem de referência para todos os praticantes e adeptos do espiritismo – uma delas, inclusive, relê os textos dos Evangelhos cristãos à luz da doutrina, interpretando teologicamente, sob o ponto de vista espírita, a vida e as palavras proferidas por Jesus Cristo.

Apesar do Espiritismo não se definir especificamente como uma religião, pode-se dizer que ele assumiu esse formato no Brasil, sendo praticado por cerca de quatro milhões de pessoas. Uma curiosidade é que seus praticantes contabilizam dezoito milhões de “simpatizantes” no país, ou seja, quase 10% de toda a população brasileira, segundo o Censo de 2010 – um percentual não detectado pelas pesquisas censitárias do IBGE. Esses simpatizantes seriam adeptos de outras religiões (principalmente católicos) ou pessoas sem religião oficial definida, mas que creem na doutrina ou “na vida após a morte”, atestada pela existência dos espíritos. Um exemplo disso seria a grande acolhida popular de diversas novelas de TV, assim como filmes de temática especificamente espírita que foram campeões de bilheteria.

A FEB – Federação Espírita Brasileira – relaciona a existência de cerca de 10 mil instituições espíritas em todo o país. Além dos centros espíritas, centenas delas são voltadas para a prática da caridade, como hospitais, escolas, creches, orfanatos e asilos.

“Libertar os pobres da opressão” – a Teologia da Libertação

A partir da identificação da grave crise social na América Latina, nos anos 1960, proliferou um vasto movimento social de católicos preocupados em melhorar as condições de vida dos povos latino-americanos. Surgiram vários movimentos como a Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã e as Comunidades Eclesiais de Base. Na preparação da Conferência de Medellín (1968), bispos progressistas orientaram os católicos a uma opção preferencial pelos pobres.

Sérgio Lima/Folhapress



Bispo Pedro Casaldáliga discursa durante o terceiro congresso do Movimentos dos Sem-Terra, no Parque da Cidade, São Paulo (SP), em 26/07/1995.

A partir de 1970, teólogos como Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, e bispos como Dom Hélder Câmara e Dom Pedro Casaldáliga, entre tantos outros, denunciaram as condições de

miséria do povo trabalhador, defendendo alguns princípios:

- Luta contra a idolatria do mercado, da força militar, da riqueza – identificados como inimigos principais da religião.
- Uma nova leitura da Bíblia, do momento do êxodo, como modelo de luta do povo escravizado pela sua libertação.
- Uso das teorias socialistas para entender as causas da pobreza, das contradições do capitalismo e a luta de classes.
- Opção pelos pobres e solidariedade com sua luta pela autolibertação.
- Criação de Comunidades Eclesiais de Base para organizar o povo em suas lutas, com o seu método político de Ver-Julgar-Agir-Rever. Este movimento foi muito importante na resistência à ditadura militar e contribuiu na formação do PT, da CUT e do MST.

“Intimidade com a Santíssima Trindade” – os carismáticos

A Renovação Carismática Católica (RCC) é originária dos Estados Unidos e chega ao Brasil em 1972. Nasce do movimento de leigos no interior da Igreja católica e tem por base os grupos de oração com encontros semanais. Não desejam substituir a vida sacramental, mas complementá-la, ao trazer os participantes para a vida no espírito.

Os encontros se baseiam em: louvor, ação de graça, cânticos, testemunhos e partilhas; encontros nos quais as pessoas cantam, pulam, extravasam as tensões e trocam calor. Também fazem grandes encontros em locais públicos. Para os carismáticos, “ser cristão é viver em relacionamento íntimo com a Santíssima Trindade”.

Evelson de Freitas/Folhapress



Um exemplo de manifestação dos carismáticos: “Carnaval de Jesus” promovido pelo padre Marcelo Rossi, em Jurubatuba (SP), em 1999.

O movimento carismático na década de 1990 serviu, no Brasil, como alternativa religiosa diante da diminuição da influência do catolicismo. Começa então, uma disputa pelo “mercado religioso” no Brasil. É a partir daí que podemos entender o grande sucesso de figuras como o padre Marcelo Rossi.

Coisas de brasileiro! O fenômeno do sincretismo no Brasil e no mundo

Um fenômeno social bastante interessante no Brasil é o chamado *sincretismo religioso*. Este é o resultado do contato social entre povos e grupos, resultando em uma espécie de “fusão” ou “amalgama” de determinadas características distintas desses grupos, referentes a elementos religiosos e culturais. É, portanto, a existência comum de traços culturais e religiosos, originalmente diferentes, que poderiam ser interpretados até como incompatíveis ou antagônicos, mas que acabam se apresentando como um só elemento novo e único.

No caso do Brasil, o sincretismo se dá com o encontro entre negros africanos, índios nativos e brancos europeus. Porém, antes de examinar o sincretismo na religiosidade brasileira, vamos ver como este foi analisado na História.

O fenômeno do sincretismo não foi inventado no Brasil. Ele se origina



Luiz Fernandes

O jogo dos contatos, a troca de referências, a harmonia entre diferentes culturas.

na Grécia Antiga: dizem alguns historiadores que os cretenses, sempre dispostos a brigar entre si, se uniam quando eram atacados por um inimigo externo, ou seja: SIM + CRETISMO = *união dos cretenses*.

Ao longo da História, o termo foi associado aos contatos e fusões religiosas e culturais dos diversos povos. Atualmente, no sul da Itália (na Calábria), por exemplo, acontece na semana de Páscoa um ritual religioso que mistura a Paixão de Cristo com rituais de autoflagelação dos antigos gregos.

No caso do Brasil, o sincretismo se manifestou em vários níveis. O candomblé, por exemplo, é o resultado da reelaboração de diversas culturas africanas. Tanto nessa religião, como na umbanda ocorre a realização de um acerto, de um jogo de contatos, uma troca de influências (SODRÉ, 2002). Essas religiões podem ser entendidas como “espaços de resistência”, na medida em que os africanos escravizados e seus descendentes geraram novas formações sincréticas no território americano, todas originais em comparação com as religiões africanas que lhes serviram de origem.

A prática do catolicismo popular também é sincrético como o culto a Nossa Senhora dos Navegantes e a Iemanjá. A mesma imagem representa

rituais na igreja e no mar. A festa do Nosso Senhor do Bonfim também se reza a missa e se faz a lavagem das escadarias pelas mãos de santo e filhas de santo.

A sociedade, seus problemas e a religiosidade

Como foi dito no início deste capítulo, o que nos interessa é analisar a importância desses grupos religiosos para a formação da sociedade brasileira e como eles interferem na política, na democracia e no exercício da cidadania.

Em relação ao **catolicismo popular**, podemos afirmar que as classes dominantes no Brasil, principalmente na área rural, utilizaram-se da boa-fé dos camponeses para exercer uma dominação política e econômica. Na década de 1980, foi exibida uma novela que obteve grande audiência na televisão brasileira, intitulada “Roque Santeiro”, escrita pelo dramaturgo Dias Gomes. Nela, o personagem Sinhozinho Malta, um latifundiário (chamado de “coronel”), utilizou-se da crença popular aos santos para justificar sua dominação política no interior da Bahia. Por esse motivo, a novela havia sido censurada durante a ditadura militar. Os chamados “coronéis” diziam que o povo deveria sempre rezar e ser devoto dos santos, pois somente assim alcançaria o paraíso dos céus, pois aqui na Terra há uns que nasceram ricos e outros pobres e não tem como mudar esta situação.

O **candomblé e a umbanda**, por sua vez, são religiões essencialmente constituídas de negros, apesar de encontrarmos não negros entre seus adeptos. Alguns estudiosos da cultura negra afirmam que, com a necessidade de os africanos e seus descendentes manterem suas culturas no Brasil, houve a *reterritorialização* de costumes e crenças no espaço dos terreiros de candomblé e umbanda. Era uma espécie de recurso de sobrevivência, pois

tratados à base da tortura, do terror da escravidão, não lhes restava outra coisa que não suas crenças, valores, costumes.

Hoje, a sua permanência no território brasileiro, inclusive com expansão, demonstra que, apesar de um mundo globalizado e tecnologizado, essas crenças têm fortes raízes culturais e representam a expressão de resistência e luta contra o racismo ainda presente na sociedade brasileira.

Neste sentido, estas expressões de religiosidade colocam para todos nós que, ou viveremos numa sociedade multicultural, em que todos respeitem as diversidades humanas, ou sucumbiremos aos totalitarismos, intolerâncias e racismos.

O crescimento dos **pentecostais** não é devido simplesmente à dita manipulação promovida nas mentes dos “ignorantes e pobres”. A partir da década de 1980, eles se apresentam na sociedade brasileira, que vive uma profunda crise social, como agentes que oferecem uma solução para ausência de cidadania e nos fazem entender como alguns brasileiros enfrentam seus problemas materiais e emocionais imediatos.



Cerimônia religiosa na igreja evangélica Bola de Neve (também conhecida como Bola de Neve Church), reunindo 5.000 seguidores, em Perdizes (SP).

Mas quais são os elementos e mecanismos que contribuem para a conversão pentecostal e, por consequência, o seu crescimento numérico? Os principais são: os pentecostais atraem

seus futuros fiéis através dos poderosos meios de comunicação que têm em mãos; diferentemente da Igreja católica, há um acesso direto aos pastores; há uma permanente consolação dos aflitos; eles produzem, de fato, uma dignidade cidadã num espaço de pobreza como as favelas, periferias etc.; eles ocupam espaços onde quase não existem instituições como escolas, assistência social, em suma, o Estado; também tornam-se um recurso de recuperação familiar (contra o alcoolismo, contra as drogas etc.) e, por fim, apresentam-se à população mais carente como a alternativa à falta de cidadania.

Outra característica importante do papel dos pentecostais é o fato de retirarem muitos jovens da influência do tráfico de drogas. O interessante é que seu sucesso vem também do fato de que o tráfico perdoa quem entra para a Igreja. Até porque, os pentecostais não querem saber do passado do jovem, eles não representam riscos para o tráfico, pois não vão “dedurar” ninguém.

Por fim, a **Teologia da Libertação** significou uma nova interpretação do catolicismo na América Latina. O sociólogo Michael Löwy (cf. 1999) descreve que, a

partir do Concílio Vaticano II, alguns bispos e religiosos cristãos iniciam um processo de reinterpretação dos preceitos bíblicos em conjunto à adoção de ideias marxistas. O autor afirma que se operou – a partir dos encontros de bispos latino-americanos, em Medellín (Colômbia – 1968) e, depois, em Puebla (México – 1979) – uma preocupação com os destinos dos pobres na América Latina. Este setor da Igreja católica assume a ideia de que os pobres devem se rebelar contra as injustiças e a exploração capitalista.

No Brasil, a expressão máxima dessa ideia se concretizou nas Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs). Tais entidades tiveram um papel importante na defesa dos direitos

humanos na época da ditadura militar e no processo de redemocratização.

É interessante notar, nas palavras de Frei Betto, a reinterpretação, em termos políticos, por exemplo, da morte de Jesus Cristo. Segundo ele, Jesus Cristo não morreu doente na cama, triste e amargurado. Ele morreu crucificado. Na época do Império romano, quem era crucificado, geralmente, eram os presos políticos, aqueles que combatiam os opressores romanos.

Frei Betto, assim como os demais defensores da Teologia da Libertação, deduz, daí, que é tarefa dos cristãos lutar pelo fim da pobreza e das injustiças, seguindo o exemplo de Jesus Cristo na luta contra os opressores.



A Teologia da Libertação mobilizou leigos e religiosos, tanto católicos como protestantes, em razão do seu caráter ecumênico. Na foto, o sociólogo Michael Löwy, um dos teóricos que procurou analisar a influência das teorias de Karl Marx nesse movimento religioso e político.

Religiosidade, juventude e o novo milênio

Como vimos acima, mais do que a religião em si, a religiosidade é muito importante para grupos e indivíduos. Entende-se por *religiosidade* uma qualidade do indivíduo que é caracterizada pela disposição ou tendência do mesmo para perseguir a sua própria religião ou a integrar-se às coisas sagradas. Portanto, há religiões organizadas em Igrejas, cultos e outros tipos de instituições e há a religiosidade dos indivíduos. Essa diferença é bem marcante quanto observamos a expressão de religiosidade entre os jovens.

Em pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (ISER) de 2001, verificou-se que entre 800 brasileiros, com idade entre 15 e 24 anos, 98% deles responderam que acreditam em Deus. Trata-se de uma grande maioria, capaz de pôr em questão qualquer ceticismo em relação à religiosidade dessa geração de jovens.

Essa pesquisa foi conduzida pela socióloga Regina Novaes, da UFRJ (cf., entre outras obras, o artigo publicado posteriormente em NOVAES, 2005). Para ela, esses números são surpreendentes. Numa entrevista dada ao Caderno B, do *Jornal do Brasil*, ela afirmou que:

Os jovens estão à procura da religião. Crer é uma coisa que se coloca de uma maneira forte para esta geração. Existem ateus que acreditam em Deus. É uma coisa incrível. Eles acreditam em tudo. (...) todos os itens tiveram percentual alto. Por exemplo: mais de 30% acreditam em orixás, uma taxa muito mais alta do que os que declararam ser do candomblé (1,8%). O que é espantoso é que, entre os jovens que disseram que gostariam de procurar alguma religião (32%), a que mais atrai a curiosidade (32%) é a evangélica, seguida do espiritismo (23,3%). (...)

(...) Os jovens precisam disso. O que se esperava é que, a partir do desenvolvimento da ciência e do avanço tecnológico, estas explicações fossem surgir. Mas isso não aconteceu. As pessoas continuam procurando um sentido para vida e uma forma para lidar com suas angústias e sofrimentos.

(NOVAES, 2001, p.2)

Esta última constatação revela o fato de que os jovens, o tempo todo, estão preocupados com o futuro, querem uma explicação para o sentido da vida.

Para esta geração, o futuro, o mercado de trabalho e as drogas são fatores de sofrimento. A religiosidade ajuda a tornar isto suportável. Diante da competição do

mercado de trabalho, que é muito dura e, conseqüentemente, cria muitas angústias, somente o acesso à informação tecnológica e científica não alivia o sofrimento.

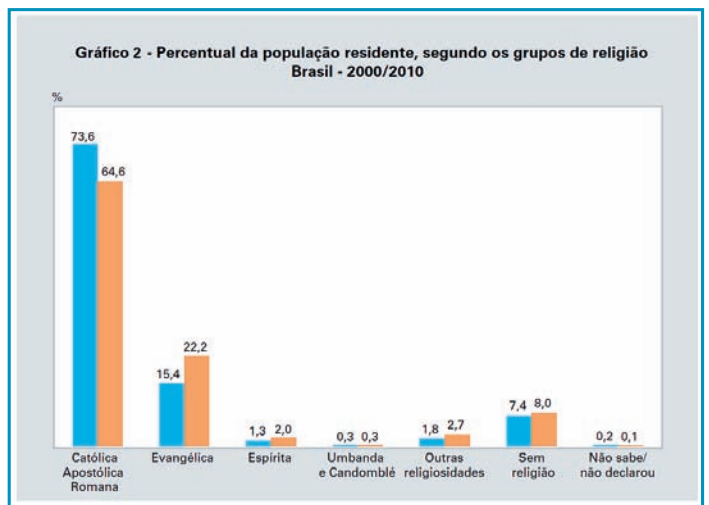
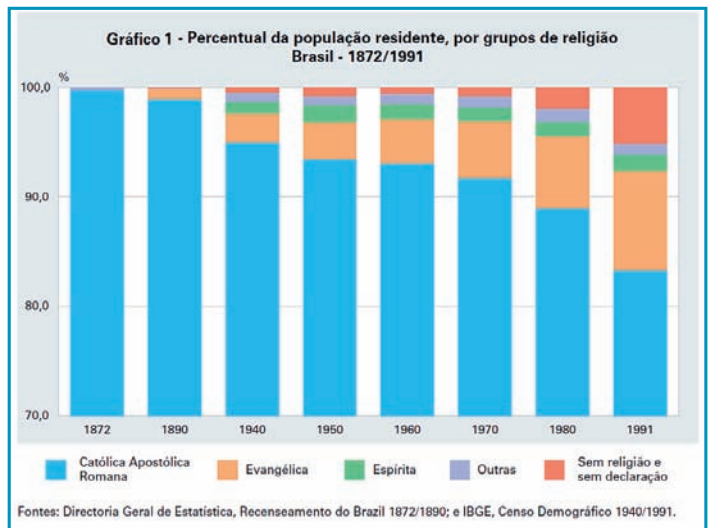
Regina Novaes afirma, ainda, na mesma entrevista, que todas as religiões formam grupos jovens e que isso é muito positivo, pois, é um lugar de trocas, no qual o lazer se associa à religião: “Jovem precisa de turma, precisa encontrar uma identidade. Jovem e isolamento não combinam. Nestes grupos, eles partilham suas angústias e encontram esse sentido para a vida.” (NOVAES, 2001, p.2).

Ao contrário do que aparece no senso comum, e mesmo com as novas tecnologias que seduzem essa nova geração, a religiosidade fornece aos indivíduos concepções sobre a vida, a sociedade, seu passado, presente e futuro, não se restringindo à crença individual, ao culto aos deuses, ou a Deus. Como vimos em Durkheim (1973a), Marx (1960), Weber (1974) e Gramsci (2007), a religiosidade nos orienta a ter normas, regras de comportamento, mas, também, pode demonstrar os interesses de grupos subjugando outros, além de interferir em outras atividades humanas, incluindo a luta contra as injustiças e explorações.

O brasileiro sempre teve na religião um dos recursos mais fortes para manter suas culturas, suas relações com a realidade social e suas lutas por uma vida mais digna.

Religiosidade e política sempre se envolveram mutuamente. Observamos que, na História do Brasil, isto ocorreu com frequência: na resistência dos africanos e seus descendentes para manter suas culturas; no caso da Teologia da Libertação; e, ainda hoje, quando os pentecostais cumprem um papel onde o Estado se encontra ausente, suprindo, assim, as necessidades de muitos brasileiros excluídos.

Como veremos a seguir, quando ocorrem pesquisas a respeito da religiosidade dos brasileiros, os resultados são sempre expressivos, ou seja, a grande maioria declara sua crença:



Fonte: Gráficos reproduzidos de IBGE, 2012, p. 90 - 91.

Como podemos observar em um dos dados apresentados nesses gráficos, a evolução dos “sem religião” cresceu nos últimos 30 anos, mas muito pouco. Essa pesquisa confirma aquilo que dissemos no início deste capítulo, ou seja, o Brasil é um dos países mais religiosos do mundo. Portanto, o desenvolvimento de um mundo globalizado e tecnologicado não significou o fim das religiões e da religiosidade. Pelo contrário, a nova geração de brasileiros demonstra que o mundo tecnologicado e a religiosidade se movem no sentido de descobrir as várias dimensões do mistério da vida e dos níveis de profundidade das perguntas humanas. Isto porque a marca de todas as religiões é o esforço para pensar a realidade a partir da exigência de que a vida faça sentido.

ARTE E RELIGIÃO: TUDO A VER

Christiane Ribeiro

Houve um tempo em que religião e vida foram indissociáveis. O indivíduo nascia totalmente inserido em certa crença e ao entorno disso eram norteadas condutas sociais e individuais. A autoridade religiosa era máxima e soberana.

Com os avanços tecnológicos, há uma mudança de direção nesse panorama e o pensamento antes teocêntrico (Deus como centro) transforma-se aos poucos em antropocêntrico (o homem como centro, a razão) e depois científico (a ciência e a tecnologia como centro). Mas este fenômeno social não foi o suficiente para que a religiosidade fosse abolida da vida cotidiana, uma vez que se trata de um processo interno e individual, diferente da religião, que possui dogmas, preceitos e práticas próprias, estando ligada a um grupo social.

Ao longo da nossa História mudanças significativas ocorrem e elas resultam de um ciclo interminável em que o homem é modificado e modifica o tempo todo e neste processo mantém viva uma busca constante. Este fato pode ser notado em diversas esferas, inclusive e principalmente na Arte.

A humanidade se utiliza de símbolos e signos a serviço de sua expressão ou quando não mais acha palavras para descrever algo.

Desde os primórdios da História da Arte, as suas produções estão intimamente ligadas à religião e à religiosidade. Há estudos que indicam um caráter religioso às pinturas rupestres ocorridas em lugares diversos do mundo e evidencia esse caráter como universal. No mundo ocidental, com a união do Império Romano ao Cristianismo, a Arte vincula-se fortemente à religião e isso perdura até poucos séculos atrás. No período que compreende a Idade Média, a Arte era utilizada para propiciar o ensinamento religioso e a de exaltação dos sentimentos da cristandade. Após o período do Renascimento, com todas as mudanças ocorridas nas Ciências e com o surgimento do

Estado laico (o Estado não mais assume uma religião oficial), a Arte desvinculou-se das representações cristãs, surgindo então manifestações artísticas desassociadas da religião.

No Brasil, as representações religiosas também serão “função” da Arte, durante séculos seguindo um modelo europeu e estas são evidenciadas nas construções religiosas que se espalham ao longo de todo território. Podemos citar as igrejas barrocas, que possuem toda a sua arquitetura e decoração (utilizando-se inclusive de certa teatralidade) voltadas para o sentimento de exaltação do Divino e a subordinação humana a ele.

Como religião e religiosidade se apresentam socialmente como fatores que podem estar interligados ou não, em algumas decorações barrocas notaremos imagens como conchas, estrelas e búzios que são elementos simbólicos pertencentes às religiões de matrizes africanas e à religiosidade dos africanos escravizados (a igreja de Santa Efigênia, atribuída à Chico Rei e localizada em Ouro Preto, é um rico exemplo). Deixar esses vestígios em construções religiosas cristãs era uma forma de estar à serviço de uma crença que não era a sua, mas preservar sua fé e prestar homenagem aos seus guias espirituais e religiosos.

Hoje, é consenso geral que a Arte e a religião estão totalmente desvinculadas, mas se partimos do conceito de eternas mudanças concomitantes entre homem e seu meio sociocultural poderemos chegar à conclusão de que a religião e a religiosidade fazem parte do processo individual, interferindo na nossa formação ética-social e, portanto, também modificando a cada dia esse homem que produz a Arte.

Christiane Cardoso Ribeiro é professora de Artes no Município do Rio de Janeiro. Graduada em Artes Plásticas pela UFRJ (Escola de Belas Artes) e MBA em Gestão Pedagógica e Institucional (Faculdade de Maringá e DDG Educação).

Revendo o capítulo

- 1 – Explique a importância da religião para Durkheim, Marx e Weber.
- 2 – Qual a importância do estudo das religiões para a Sociologia?
- 3 – A religiosidade é um fator importante na vida dos jovens de hoje? Por quê?
- 4 – O desenvolvimento do mundo globalizado significa o fim das religiões? Por quê?

Dialogando com a turma

- 1 – Independentemente do fato de ser religioso ou não, você acha que as religiões influenciam a vida dos indivíduos em sociedade? Dê um exemplo. Pensando na resposta a esta pergunta, faça uma pesquisa sobre as religiões mais populares do planeta e que possuem relativamente poucos adeptos no Brasil, apresentando suas principais características.
- 2 – Você acredita que algumas lideranças religiosas manipulam de alguma forma os seus fiéis, como de vez em quando denuncia parte da mídia? Realize um debate sobre este tema com seus colegas, a partir das informações contidas no texto.
- 3 – Em sua opinião, considerando as questões apresentadas neste capítulo, você acha possível considerar que no atual mundo globalizado as religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, poderão se extinguir? Justifique a sua resposta.

Verificando o seu conhecimento

- 1 – Durkheim, Marx e Weber desenvolveram pesquisas e reflexões a respeito do papel da religião nas sociedades. Dentre as formulações e conclusões que esses pensadores apresentaram, assinale abaixo a única que deve ser considerada como incorreta:
 - (A) Para Marx, a religião é uma criação humana, relacionada à necessidade que os homens têm de acreditar em algo que alivie o seu sofrimento.
 - (B) Para Durkheim, a religião é uma criação humana e social, sendo importante por estabelecer regras de comportamento que contribuem para a organização da sociedade.
 - (C) Segundo Weber, a compreensão dos comportamentos religiosos torna possível um melhor entendimento das atividades humanas.
 - (D) Para Durkheim, a religião não pode ser negada pela ciência, pois ela é um fato social.
 - (E) De acordo com Weber, o surgimento do capitalismo foi determinante para a mudança nas concepções religiosas a respeito do papel desempenhado pelo trabalho nas diversas sociedades.

2 – (ENEM, 2000)

Os quatro calendários apresentados abaixo mostram a variedade na contagem do tempo em diversas sociedades.

Adaptado pelos autores

1º DE JANEIRO DE 2000	24 DE RAMADA DE 1378	23 DE TEVET DE 5760	7º DIA DO 12º MÊS DO ANO DO COELHO
 OCIDENTAL (Gregoriano)	 ISLÂMICO	 JUDAICO	 CHINÊS
● Baseado no ciclo solar, tem como referência o nascimento de Cristo.	● A base é a lua. Inicia-se com a fuga de Maomé de Meca, em 622 d.C.	● Calendário lunar, parte da criação do mundo conforme a Bíblia.	● Referência lunar. Iniciado em 2697 a.C., ano do patriarca chinês Muangti.

Fonte: Adaptado de *Época*, n. 55, 7 de junho de 1999.

Com base nas informações apresentadas, pode-se afirmar que:

- (A) o final do milênio, 1999/2000, é um fator comum às diferentes culturas e tradições.
- (B) embora o calendário cristão seja hoje adotado em âmbito internacional, cada cultura registra seus eventos marcantes em calendário próprio.
- (C) o calendário cristão foi adotado universalmente porque, sendo solar, é mais preciso que os demais.
- (D) a religião não foi determinante na definição dos calendários.
- (E) o calendário cristão tornou-se dominante por sua antiguidade.

Pesquisando e refletindo

Livros:

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos). Deus existe? Qual é o sentido da vida? E da morte? O livro responde a estas e outras perguntas, numa linguagem bastante acessível e atraente.

GASPAR, Eneida Duarte. *Guia de religiões populares do Brasil: rezas, símbolos, santos, ancestrais, deuses afro-brasileiros, ciganos, histórias*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

Inventário de diversas manifestações religiosas populares espalhadas pelo país, com a descrição de suas principais características.

Filmes:

ATLÂNTICO NEGRO – NA ROTA DOS ORIXÁS (Brasil, 1998). Direção: Renato Barbieri. 54 min.

Documentário que faz uma viagem no espaço e no tempo em busca das origens africanas da cultura brasileira. Historiadores, antropólogos e sacerdotes africanos e brasileiros relatam fatos históricos e dados surpreendentes sobre as inúmeras afinidades culturais que unem os dois lados do Atlântico.

O AUTO DA COMPADECIDA (Brasil, 2000). Direção: Guel Arraes. Elenco: Matheus Natchergaele, Selton Mello, Fernanda Montenegro, Marco Nanini, Lima Duarte, Diogo Vilela, Maurício Gonçalves, Denise Fraga, Luís Melo, Rogério Cardoso. 104 min.

A religiosidade característica do povo nordestino está presente nessa comédia que denuncia tanto as desigualdades sociais do sertão, a discriminação e o racismo, quanto as hipocrisias comportamentais da sociedade e das autoridades religiosas. Contribuiu para a qualidade do filme o desempenho excepcional do elenco. Baseado na obra de Ariano Suassuna.

IGREJA DA LIBERTAÇÃO (Brasil, 1985). Direção: Silvio Da-Rin. 59 min.

Documentário apresentando as comunidades eclesiais de base, os leigos e religiosos que as apoiam e o teólogo Leonardo Boff, em 1985. Utilizando-se de cenas filmadas em diversas regiões do país, de imagens de arquivo dos últimos 20 anos e de depoimentos, o filme apresenta um amplo painel da presença política e social da Igreja católica no país.

Conectados na internet e nas redes sociais:

Site RELIGIOSIDADE POPULAR: <http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/>
Página apresentando diversos materiais de pesquisa sobre a religiosidade popular, com artigos, notícias, bibliografia e um Dicionário da Religiosidade Popular. Acesso: fevereiro/2013.

Blog SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: <http://sociologiareligiao.blogspot.com.br/>

Quatro jovens sociólogos portugueses são os responsáveis por esse Blog com questões atuais e históricas sobre as diversas religiões existentes no planeta. Acesso: fevereiro/2013.

Portal ADITAL – NOTÍCIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE:

<http://www.adital.com.br/site/tema.asp?lang=PT&cod=35>

Este Portal de notícias apresenta uma seção específica reunindo um clipping de notícias sobre todos os acontecimentos que envolvem igrejas e religiões. Oferece também outros links de interesse sobre o tema, tal como um sobre ECUMENISMO. Veja em: http://www.adital.com.br/hotsite_ecumenismo/. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

PROCISSÃO – Autor e intérprete: Gilberto Gil

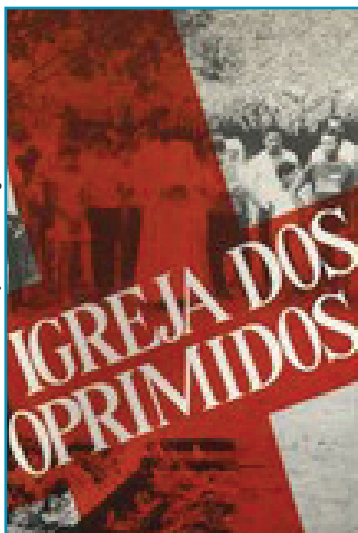
A excelente letra de Gil apresenta uma reflexão política sobre a condição social do sertanejo nordestino e sua religiosidade.

REZA VELA – Autores: Marcos Lobato, Rodrigo Valle, Marcelo Lobato, Marcelo Falcão, Xandão, Lauro Farias. Intérpretes: O Rappa.

A manifestação da religiosidade popular diante da condição social na favela marcada pela realidade cotidiana de violência.

Filme Destaque:

Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas/Eduardo Coutinho



IGREJA DOS OPRIMIDOS

FICHA TÉCNICA:

Direção: Jorge Bodanszky

75 min. (Brasil, 1986).

SINOPSE:

Documentário que relata as ações das comunidades eclesiais de base e a Comissão Pastoral da Terra no Araguaia-Tocantins, com inúmeros conflitos violentos entre trabalhadores rurais em situação de miséria e pistoleiros a mando de latifundiários. O filme discute o papel desempenhado pela Igreja católica e pelos seguidores da Teologia da Libertação, entrevistando lideranças rurais e das comunidades, teólogos como Leonardo Boff, e padres que atuam na região, como François Gouriou, Aristides Camio e Ricardo Rezende Figueira.

Capítulo 20

“Espaços de dor e de esperança.” A questão urbana

ENCHENTES EM SÃO PAULO REVELAM FALTA DE PLANEJAMENTO URBANO

Quem não reside na cidade de São Paulo acompanhou espantado pela TV as enchentes, praticamente diárias, provocadas pelas chuvas que atingiram a região em janeiro de 2010, provocando mortes e milhares de desabrigados, com quase 26 mil pessoas sendo obrigadas a deixar as suas casas. Um dos bairros mais atingidos foi o Jardim Pantanal, situado na zona leste, na várzea do rio Tietê. Segundo os dados divulgados, o volume de chuva durante todo o mês chegou a 480,5 milímetros, que representou o dobro da média habitual dessa época do ano, e o maior volume de água registrado desde 1947. As chuvas continuaram a cair em fevereiro, com os primeiros quatro dias registrando 61% acima da média histórica.

Ao ser entrevistado pela jornalista Talita Mochiute, o arquiteto e urbanista Kazuo Nakano, do Instituto Pólis, alertou que o modelo de urbanização implementado na região foi errado. As inundações foram provocadas pela ocupação humana inadequada, com a impermeabilização do solo provocada pelo asfaltamento nas margens dos rios. Além disso, os leitos dos maiores rios – Tietê, Pinheiros e Tamanduateí – foram alterados de forma inadequada, perdendo suas curvas naturais e sendo transformados em canais, com linhas retas.

Segundo Nakano, ‘é preciso reformular o jeito de ocupar os espaços das várzeas de rios e córregos. Abrir os rios. Liberar o solo. Essa é uma medida estrutural e de planejamento para longo prazo’. O grande problema é que uma intervenção desse tipo, nos dias de hoje, enfrentaria resistências de todos os grupos sociais envolvidos, inclusive grandes proprietários de imóveis. Por este motivo, a Prefeitura da cidade decidiu pela implantação do projeto “bolsa-enchente”, um benefício financeiro concedido aos desabrigados, para que possam sair das suas casas, localizadas nos bairros alagados, e pagar o aluguel de outro imóvel.

Trata-se de medidas apenas paliativas, quer dizer, que não resolvem o problema, pois não levam em conta uma série de aspectos, como, por exemplo, a necessidade de reforma da galeria fluvial. Nakano afirma que ‘O mapa de galerias de águas fluviais é de sete anos atrás. É necessário ainda atualizar os mapas dos pontos de alagamento, geológico e de infraestrutura, como esgoto’, aponta, destacando que não há serviço de manutenção dessas galerias. Outro problema, apontado pelo urbanista, que agrava esse cenário, são os inúmeros lixões clandestinos existentes em São Paulo.

[Conferir as declarações de Kazuo Nakano, à jornalista Talita Mochiute, na reportagem do título, publicada pelo Portal Aprendiz, em 11/02/10 em <http://aprendiz.uol.com.br/content/meshitheth.mmp>. Acesso em 13 de fevereiro de 2013].

A notícia acima poderia se referir a inúmeras cidades brasileiras, de Norte a Sul do país, capitais ou não, pertencentes às regiões metropolitanas ou situadas no interior. Poderíamos dizer também que as causas geralmente apontadas para esse tipo de problema, em todos esses lugares, estão relacionadas à ausência de *planejamento urbano* – exatamente a questão principal presente no título da matéria publicada, sobre a cidade de São Paulo.

Você percebeu que a própria reportagem, ao se preocupar em entrevistar um especialista sobre o assunto, aponta a “ocupação humana inadequada” como a causa para esse tipo de tragédia? Por que será que isso ocorre? Os homens, ao se organizarem em sociedade e construírem e habitarem as suas cidades, não teriam como prever antecipadamente esses problemas?

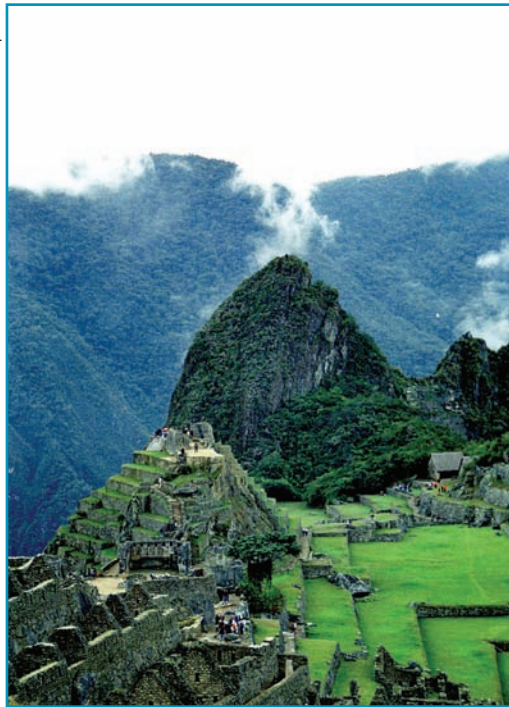


“Ninguém merece isso!” Chuva forte provoca enchente, deixando rastro de sofrimento e dor, no Rio de Janeiro, março/2013.

Podemos responder que sim – e desde os tempos mais remotos. Um exemplo histórico é a civilização inca, que formou um vasto império na América do Sul – abrangendo partes dos atuais Chile, Argentina, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia –, construindo, no século XV, a cidade sagrada de Machu Picchu, a mais de 2.400 metros de altitude, na Cordilheira dos Andes.

Os incas utilizaram uma técnica que permitia o escoamento da água e,

Bia Fanelli/Folhapress



A cidade de Machu Picchu (Peru) foi construída na Cordilheira dos Andes, pela civilização inca, com uma tecnologia que a protege de fortes tempestades.

consequentemente, impedia a destruição que fortes tempestades poderiam provocar. Coincidência ou não, na mesma época em que a cidade de São Paulo sofria com as enchentes – final de janeiro de 2010 –, chuvas fortíssimas também atingiram o Vale Sagrado, a região do Peru onde se localiza Machu Picchu, destruindo pontes e provocando desmoronamentos nas estradas, isolando por dias os moradores e centenas de turistas. As construções seculares de Machu Picchu, no entanto, não foram afetadas em momento algum. (Confira a notícia em <http://glo.bo/17pKHUc>)

Atualmente, em diversas cidades de todas as regiões de nosso país, convivemos com enchentes e outras tragédias causadas todos os anos pelas chuvas. Será que essas tragédias poderiam ser evitadas? Como?

Feitas estas considerações e indagações, vejamos como a Sociologia nos ajuda a entender um conjunto de questões que podemos intitular de “urbanas”, conforme nomeamos neste capítulo.

Origem e desenvolvimento das cidades e da urbanização

O termo **urbano** é derivado do latim *urbe*, que significa cidade, se constituindo em oposição ao termo **rural**. A *urbanização*, portanto, nasce com a sedentarização do homem, quando ele se fixa em um determinado território e passa a se dedicar também à agricultura. Assim como o *urbano* se opõe a *rural*, podemos dizer que a ideia de *cidade* se opõe a *campo*, e o próprio homem constrói a civilização através do domínio da natureza.

Nas civilizações que viviam da agricultura, o que podemos chamar de *áreas urbanas* reuniam uma parcela bem pequena da população, já que a maior parte vivia na área rural. Nas sociedades industriais, muitos séculos depois, essa relação se inverte, com a esmagadora maioria da população migrando e se concentrando cada vez mais nas regiões urbanas, trazendo, com esse movimento, uma série de consequências para a vida cotidiana dos seres humanos.

A arquiteta e historiadora Raquel Rolnik (1988) apresenta um paralelo entre a construção de cidades e o aparecimento da escrita entre os homens. Segundo ela, a escrita e a cidade são fenômenos que ocorreram quase que simultaneamente, como uma necessidade de organização do trabalho coletivo, a partir da geração de um determinado excedente, proporcionado pela agricultura:

O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. Ali são concebidas e administradas as grandes obras de drenagem e irrigação que

incrementam a produtividade da terra; ali se produzem as novas tecnologias do trabalho e da guerra. Enfim, é na cidade, e através da escrita, que se registra a acumulação de riquezas, de conhecimentos.

(ROLNIK, 1988, p. 16)

Quando falamos da origem da vida nas cidades, nos referimos à organização da vida coletiva, em um nível bem diferente daquele que era característico dos grupos nômades. A acumulação de riquezas e de conhecimentos de que nos fala Rolnik significou também a emergência de um “poder urbano”, de uma autoridade político-administrativa, relacionada à *divisão social do trabalho* entre os homens. Esta divisão do trabalho era encarregada, por exemplo, de gerir os excedentes e de comandar as guerras, estabelecendo uma série de hierarquias, que se distribuíam de forma diferenciada no espaço urbano – daí é que podemos entender a construção de palácios suntuosos para abrigar a realeza, templos imponentes para o culto ao sagrado, fortalezas inabaláveis defendidas pelos guerreiros.

Participar da cidade passou a significar se submeter a regras que deveriam ser seguidas por todos os seus habitantes. Um exemplo histórico do que estamos dizendo foi a *pólis*, a cidade-estado grega, dividida territorialmente em duas: *acrópole* e *ágora*.



Image Source/HERBERT SPICHTINGER

A divisão social do trabalho entre os homens correspondeu a sua distribuição diferenciada no espaço urbano, como é o caso da Acrópole de Atenas, Grécia.

A primeira era o lugar do sagrado, do religioso; a segunda era o espaço público que reunia o conjunto de “cidadãos”. Com o mesmo sentido dado pelos gregos, os romanos se referiam à sua *civitas*, quer dizer, “a cidade no sentido da participação dos cidadãos na vida pública”. Observa-se, portanto, que o conceito de *pólis* ou de *civitas* se referia mais à possibilidade de *participação política* do habitante da cidade, e não ao fato dele residir na área urbana (cf. ROLNIK, p. 22).

De qualquer forma, em Roma, a cidade apresentava-se “cosmopolita e urbanizada”, com casas divididas em vários pavimentos, lojas, mercados, restaurantes, casas de banho – um modelo que se expandiu pelo seu vasto Império:

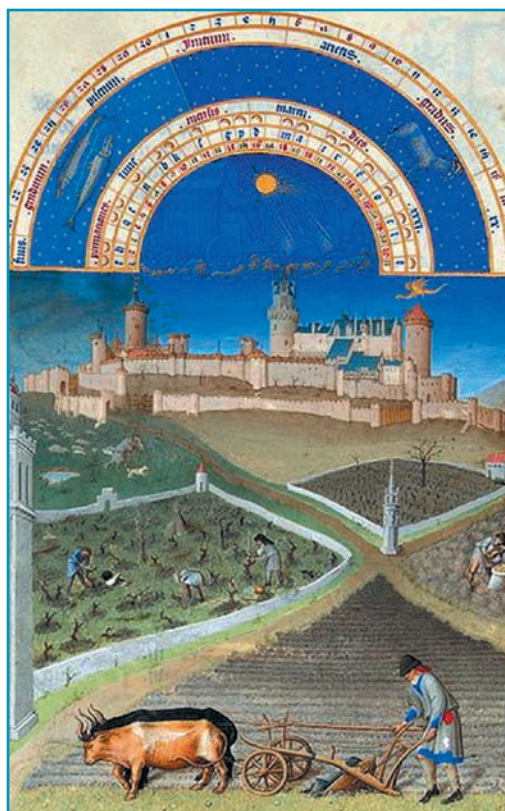
A cidade romana, com seu território ordenado e suas instituições, contribuiu para a romanização das populações conquistadas. Seu modelo, construído segundo um traçado regular, proporcionava esquemas ágeis de circulação de público e mercadorias, indispensáveis numa economia mercantil em larga escala como a romana imperial.

(MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007, p. 12)

Agora, vamos nos transportar para a Europa na Idade Média, que apresenta diferenças substanciais com a cidade romana – a terra passa a ser o centro da produção de bens e de riquezas, sob o controle dos senhores feudais, que têm total autonomia em seus domínios. As cidades medievais eram constituídas por terras comunais, nas quais os moradores iam se instalando de forma irregular dentro das muralhas, com construções sinuosas e descontínuas – sempre em torno da igreja e dos castelos

dos senhores feudais. A construção dessas cidades fortificadas no alto de montanhas era determinada pela necessidade de defesa contra exércitos inimigos. Já o lugar de moradia coincidia com o lugar de trabalho, sob o comando das chamadas *corporações de ofício* e sua produção artesanal.

Acervo do Museu Condé Chantilly – França



Na sociedade feudal europeia, as grandes propriedades rurais passaram a representar o centro da vida, conforme representação na iluminura do século XV, do Livro de Horas do Duque de Berry.

A mudança descrita, que marcou o início da Era Feudal, foi determinada pela total desestruturação do Império Romano e o abandono das suas cidades, a partir das invasões bárbaras:

O meio rural representava maior possibilidade de sobrevivência aos invasores. E o mundo europeu se organizou de forma diferente. As cidades, abandonadas, perderam a importância. As grandes propriedades rurais passaram a representar o centro da vida.

(MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007, p. 14)

Com o tempo, a intensificação do comércio nas sociedades feudais fez surgir novas cidades no caminho das rotas comerciais. É interessante assinalar que esse fenômeno ocorreu na Europa medieval, mas também nas rotas comerciais asiáticas e africanas. Neste mundo desconhecido dos europeus, mas praticamente no mesmo tempo histórico medieval, um exemplo importante foi a cidade de Tombuctu que servia como entreposto do vasto comércio que existia através do Saara, unindo o Norte e o Sul do continente africano.



Public-domain-image.com

A cidade de Tombuctu, no Mali, África, fundada por volta do ano 1100, era o ponto de encontro entre as caravanas que traziam sal das minas do deserto do Saara para trocar por ouro e escravos trazidos do sul, através do rio Níger.

Foi nas cidades fortificadas europeias, também conhecidas como *burgos*, que a atividade comercial assumiu um novo papel ao libertar os servos que passaram a migrar das terras feudais, juntamente com as amarras que os prendiam a seus senhores. Aos poucos, a expansão comercial das cidades significou também a sua expansão política e territorial, com a unificação de antigos feudos em reinos centralizados – governados por monarcas absolutistas e suas linhagens nobres – com vastas regiões que passaram a utilizar uma mesma moeda.

Falamos do surgimento dos poderosos Estados modernos, cuja

organização correspondeu aos interesses crescentes da classe mercantil e manufatureira. Nesse processo, o espaço urbano assume outro caráter, de que nos fala a professora Raquel Rolnik:

A transformação da vila medieval em cidade-capital de um Estado moderno vai operar uma reorganização radical na forma de organização das cidades. O primeiro elemento que entra em jogo é a questão da mercantilização do espaço, ou seja, **a terra urbana, que era comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria** – que se compra e vende como um lote de bois, um sapato, uma carroça ou um punhado de ouro.

Em segundo lugar, **a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes**: de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens; de outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos. (...)

Finalmente, **um poder centralizado e despótico** ali se instala; um poder de novo tipo, que interfere diretamente na condução do destino da vida cotidiana dos cidadãos.

(ROLNIK, p. 39, grifos dos autores)

Daí por diante, a vida urbana não seria mais a mesma. Estava configurada uma nova organização da cidade, que somente viria a se aprofundar cada vez mais a partir da Revolução Industrial.

A cidade contemporânea como espaço de segregação socioespacial

Você conhece bem a cidade onde mora? Tem noção da sua estrutura e funcionamento?

O que vê quando anda pelo Centro da cidade? O Centro é o espaço da política e da máquina pública, onde se localizam a sede da Prefeitura, o posto do INSS, a delegacia de polícia, a sede local da Receita Federal, os cartórios etc. Ao mesmo tempo, é também um centro comercial, com os supermercados, as lojas de roupas e sapatarias, drogarias, lanchonetes, restaurantes, bancas de jornais etc.

Porém, a maioria dos outros bairros, localizados próximos ou não do Centro, são locais de residência da maior parte da população, que se desloca para o trabalho no Centro ou para algumas regiões características, como as chamadas “zonas industriais”, locais com grande concentração de fábricas. Esses espaços urbanos são ligados por uma malha de transportes, através de rodovias, estradas de ferro, metrô, barcas etc.

Uma primeira observação a ser feita é a respeito da ordenação desses espaços, organizados de acordo com o seu objetivo principal. Pode ser de circulação pública – como lugar em que funcionam as instituições do Estado e o comércio ou de circulação privada – como é o caso dos inúmeros edifícios e condomínios residenciais que proliferam nas médias e grandes cidades.

Este ordenamento do espaço urbano teve origem na reorganização das cidades a partir da produção industrial. As cidades medievais, com seu desenho irregular e descontínuo, são substituídas por cidades geometricamente planejadas que crescem, primeiro, em torno dos centros de comércio e do poder centralizado do Estado absolutista; depois, com a Revolução Industrial, em volta das fábricas, concentrando a população que migra, em peso, das áreas rurais cada vez mais esvaziadas economicamente.

A principal marca dessas novas cidades da “Era do Capital” é o que os especialistas chamam de *segregação espacial*, ou seja, a separação, no espaço urbano, entre as classes sociais, demarcando os locais de moradia e as diversas funções e serviços. Este movimento foi incrementado pela expansão do trabalho assalariado: “É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” (ROLNIK, p. 41).

Lucas Lacaz Ruiz/Folhapress



Com a Revolução Industrial, as cidades passaram a ser acompanhadas pela ideia científica de planejamento, com os espaços urbanos desenhados e ordenados de forma geométrica. Vista aérea da cidade de Taubaté, SP, região do Vale do Paraíba.

Concorda com essa análise? Será que existem “muros visíveis” e “muros invisíveis” dividindo a cidade? Como exemplos de “muros visíveis”, citamos os shopping centers e os condomínios de luxo; como “muros invisíveis”, a divisão que se percebe a olho nu entre os bairros onde reside a classe média e os bairros onde mora a população mais pobre.

Porém, se olharmos mais de perto, veremos que esses muros não são tão “invisíveis” assim: nos bairros onde reside a *classe média*, as ruas são asfaltadas e iluminadas, o lixo é recolhido em dia marcado, existe rede de água e de esgoto,

são melhor servidos de meios de transporte. Já os bairros periféricos, onde reside boa fatia da população trabalhadora, parecem abandonados pelo poder público, muitas vezes sem serviço de água, esgoto, energia elétrica e sem recolhimento do lixo, que é jogado em terrenos abandonados ou nas encostas dos morros. Há um grande número de ruas sem pavimentação e o transporte público é precário. Estes são elementos componentes da segregação socioespacial, com os investimentos públicos direcionados pela e para a classe social que controla o poder político e econômico.

É claro que as verbas públicas também são aplicadas nos bairros periféricos, mas há uma grande diferença no nível dos investimentos. O Estado, dessa forma, produz uma clara ação de segregação na cidade moderna. Além de produzir e reproduzir a segregação, ele passa a ser o gestor dos conflitos sociais, interferindo com a intenção de punir ou de reprimir aqueles que fogem à “ordem”. Um exemplo dessa política tem sido dado pelo estado do Rio de Janeiro e a determinação governamental de instalação de Unidades Policiais Pacificadoras – UPPs – nas favelas cariocas, principalmente após a escolha do país para realização da Copa do Mundo de futebol de 2014 e da cidade para sede das Olimpíadas de 2016 (cf. MACHADO DA SILVA, 2010, p. 3). As favelas são caracterizadas sempre pela sua “clandestinidade”, um “território inimigo” presente dentro do próprio sistema que o produz, mas que, contraditoriamente, precisa ser “eliminado”:

É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto.

(ROLNIK, p. 69)

Como o Estado geralmente consegue “recuperar” esse “território inimigo”? Em geral, a maioria dos governos recorre à intervenção armada, através da polícia militar.



Marco Antônio Rezende/Folhapress

Vivemos em “cidades partidas” por “muros invisíveis”? Ou seriam muros bastante visíveis? Vista da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ).

Então, mesmo fazendo parte da cidade e da sua constituição como espaço de circulação de mercadorias, as favelas e comunidades dominadas pelos traficantes tornam-se zonas apartadas dos interesses mais globalizados e rentáveis do capital, além de prejudicarem a especulação imobiliária.

O que dissemos até aqui demonstra que a segregação socioespacial é parte integrante da divisão da sociedade capitalista em classes sociais. Mas se trata também de uma segregação étnico-racial, pois a maioria das favelas é habitada não só por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação profissional, mas majoritariamente pela população negra.

Além do Brasil, essas informações sobre a segregação valem também para outros países, como é o caso dos bairros pobres da África do Sul pós-*apartheid*; dos guetos negros de Nova York e dos bairros das principais cidades norte-americanas onde mora a classe trabalhadora de origem latina; ou ainda os bairros periféricos de Paris, onde residem



Arquivo da Biblioteca Nacional

No Brasil, a atual segregação socioespacial e étnico-racial nos remete às cidades coloniais e à divisão entre a casa-grande e a senzala. (Planta da casa-grande do engenho Noruega, desenhada por Cícero Dias).

os imigrantes que vieram da Turquia ou da Argélia e seus descendentes nascidos na França.

No Brasil, a segregação socioespacial e étnico-racial nos remete historicamente às cidades coloniais, marcadas pela divisão entre a casa-grande e a senzala; entre os latifundiários portugueses e/ou descendentes dos europeus e os africanos trazidos como escravos através do tráfico atlântico. Fazendo um paralelo com a sociedade feudal, enquanto tínhamos na Europa as corporações de ofício, aqui a senzala era o espaço que representava o mundo do trabalho (cf. ROLNIK, p. 45).

Mesmo a chamada “Abolição” e o advento da República não alteraram radicalmente o quadro de segregação pré-existente: como observou o professor Andreino Campos, citando a região urbana do Rio de Janeiro, a população que habitava as senzalas e os quilombos foi absorvida pelas *favelas*, desde a passagem dos séculos XIX para o XX, proliferando em escala geométrica com o passar das décadas, acompanhando a crescente desigualdade social que marca a história do capitalismo em nosso país:

A favela, como espaço transmutado, adensou-se de forma significativa à medida que a reforma do espaço urbano do Rio de Janeiro avançava no sentido de adequá-lo aos investimentos capitalistas. Se, por um lado, a cidade ganhava as feições de modernidade (...), deixando-a cada vez mais parecida com as cidades europeias (...), de outro lado, incrementavam-se cada vez mais os núcleos favelados com a extinção de áreas de cortiços que ainda abrigavam populações pobres, principalmente negras, egressas de cativerios.

(CAMPOS, 2007, p. 24)

Mas, o que são mesmo as favelas, que insistimos em descrever?

Segundo os professores Jaílson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa, a representação dos espaços urbanos que receberam o nome *favela*, no

Brasil é marcada pela “negatividade” e por “juízos pré-concebidos”, que ignoram a pluralidade realmente existente. A favela, nesse sentido, seria sempre representada

Ricardo Costa.



Casas pertencentes à comunidade remanescente de quilombo, em Alcântara, Maranhão, novembro de 2008.



A comunidade da Mangueira,
Rio de Janeiro.

pela “noção de ausência”: “Ela é sempre definida pelo que não teria: um lugar sem infraestrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo –, sem arruamento, sem ordem, sem lei, sem moral e globalmente miserável. Ou seja, o caos.” (SOUZA E SILVA; BARBOSA, 2005, p. 24)

A primeira favela brasileira de que se tem notícia teve origem na cidade do Rio de Janeiro, no Morro da Providência, ocupado no final do século XIX por negros que participaram como soldados da Guerra de Canudos, em 1897. O termo “favela” teria sido utilizado para se referir ao morro (Morro da Favela), em função de corresponder às características de um determinado lugar do sertão baiano, cujos moradores conheciam por esse nome. Mas, evidentemente, esta é apenas uma versão possível, apesar de bastante difundida. Outras versões se referem ao surgimento da primeira favela a partir dos escravos alforriados que voltaram da Guerra do Paraguai, na década de 1870, ou ainda como resultado da destruição de cortiços por parte do prefeito Barata Ribeiro, em 1894. O professor Andreilino Campos, que é um dos pesquisadores que mais se dedicam a esse tema, apresenta e discute as três versões citadas (cf. CAMPOS, 2007, p. 51-62).

Assim, o espaço urbano e o rural assumem novos formatos que reafirmam

a lógica da segregação – real ou imaginária –, chegando ao século XXI reproduzindo e ampliando, em larga escala, uma série de “cidades partidas”, que tem como referência exemplar a capital do Rio de Janeiro (a expressão “cidade partida”, para representar a segregação socioespacial existente no Rio, foi utilizada pelo jornalista Zuenir Ventura em um livro que teve grande repercussão, lançado em 1994).

O movimento de urbanização da população mundial cresce de forma cada vez mais acelerada desde a Revolução Industrial. Mas, somente no final da primeira década do século XXI é que se estima que, pela primeira vez na História da humanidade, a população urbana será superior à população rural, completando, finalmente, depois de milênios, o movimento de migração humana iniciado com o processo de sedentarização.

O urbanista norte-americano Mike Davis reúne uma série de dados sobre essa explosão populacional urbana em seu livro *Planeta Favela*, de 2006. Entre esses dados, consta que as cidades em breve serão responsáveis pelo crescimento de quase toda a população mundial, que poderá atingir dez bilhões de habitantes em 2050:

Noventa e cinco por cento desse aumento final da humanidade ocorrerá nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento, cuja população dobrará para quase 4 bilhões de pessoas na próxima geração. De fato, a população urbana conjunta da China, da Índia e do Brasil já é quase igual à da Europa e da América do Norte (DAVIS, 2006, p. 14) (...).

(...) Dentre as 24 cidades mais populosas do planeta em 2004, apenas Nova York não está localizada nos países mais pobres e 'em desenvolvimento', aparecendo em terceiro lugar, com 21,9 milhões de habitantes. Em primeiro e segundo lugares da lista aparecem a Cidade do México (22,1 milhões) e Seul (21,9). Após a terceira posição de Nova York, seguem São Paulo (19,9 milhões), Bombaim (19,1), Délhi (18,6), Jacarta (16,0),... Dentre essas megacidades, o Rio de Janeiro ocupa a 16ª posição, com 11,9 milhões de habitantes, à frente de Teerã, Istambul e Pequim, que a seguem de perto nessa "corrida". (cf. DAVIS, p. 15)

Esse crescimento da população urbana, que se acentua em países mais pobres e em desenvolvimento, se dará principalmente em favelas. Em 2006, estas reuniam 36,6% da população urbana brasileira, com um número de 51,7 milhões de "favelados" – apesar do elevado número absoluto –, o percentual pode até ser considerado como "modesto", se comparado com o percentual de outros países, como mostramos na tabela a seguir:

País	% da pop. urbana na favela	Número (milhões)
Índia	55,5	158,4
Peru	68,1	13,0
Paquistão	73,6	35,6
Nigéria	79,2	41,6
Bangladesh	84,7	30,4
Sudão	85,7	10,1
Tanzânia	92,1	11,0
Etiópia	99,4	10,2

Fonte: Adaptado de DAVIS (2006, p. 34) que, por sua vez, recorreu a fontes obtidas nos estudos da ONU-Habitat, de 2003.

Será que estes números não nos fazem pensar como algumas cidades apresentam quase a totalidade da sua população residindo em condições consideradas subnormais, como é o caso das favelas?

Você sabia que o Brasil apresenta a terceira maior população favelada do mundo, em números absolutos? Acima do número de 51,7 milhões de favelados brasileiros, tínhamos, em 2003, somente os dois países mais populosos do mundo: a China, com 193,8 milhões de habitantes residindo em favelas (correspondendo a 37,8% da sua população urbana), e a citada Índia, com os 158,4 milhões que aparecem na tabela.

O que não aparece na relação acima são outros países onde quase todos os seus moradores urbanos – da mesma forma que na Tanzânia e na Etiópia – residem em favelas. É o caso também do Nepal, com 92% de favelados; do Afeganistão, com 98,5%; e do Tchade, com 99,4%, igual a Etiópia (DAVIS, p. 34-35).

Public-domain-image.com



Favela do Quênia, África.

Se entendemos o que significam as condições de vida de quase a totalidade dos moradores de uma favela – que pode ser pior em outras partes da África e da Ásia do que aqui em nosso país –, dá para imaginar o que representam esses números espantosos! Enfim, como você, estudante, vê isso tudo?

As cidades dos grandes eventos

Outro aspecto importante para pensarmos as cidades a partir da Sociologia são os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos.

Há alguns anos, o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro foram escolhidos, respectivamente, para país-sede da Copa do Mundo de futebol em 2014, e a cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Você se lembra das repercussões dessas escolhas? Recordar-se da grande festa transmitida pelas redes de TV e da imensa alegria que contagiou inúmeros brasileiros?

O que isso tem a ver com nossa discussão sobre as cidades e a questão urbana?

Ser sede de megaeventos esportivos implica em vários compromissos como:

- Melhoria da infraestrutura urbana e mais obras;
- Mudança de algumas leis municipais e federais;
- Melhorias das ruas e avenidas para circulação de pessoas e equipes esportivas;
- Deslocamentos geográfico de pessoas, casas e construções, dentre outros.

Esses compromissos, em tese, deveriam também melhorar a vida das populações das cidades. Concorda?

Na verdade, eles têm consequências sociais, econômicas e territoriais que quase nunca são divulgados pela grande mídia.

Como exemplo dessas questões levantadas, veja o que ocorreu no megaevento esportivo que foi a Copa do Mundo de futebol, organizada pela FIFA em 2010, na África do Sul.

Durante a Copa do Mundo de 2010 o canal esportivo ESPN colocou no ar uma matéria sobre a “Cidade de Lata”. O que era isso? Tratava-se do seguinte: muitas pessoas que moravam em favela e nas ruas da Cidade do Cabo, durante os jogos da Copa, foram encaminhadas para um local que passou a ser conhecido como “Cidade de Lata”. Eram pobres, mendigos, imigrantes etc, gente que a FIFA e o governo sul-africano tentaram esconder dos visitantes, os turistas estrangeiros. Para esses locais, foram deslocadas mais de 10 mil pessoas, que sobreviviam sem saneamento básico ou qualquer tipo de apoio do Estado. Segundo os moradores da Cidade de Lata, tudo começou em 2007, quando o governo iniciou a construção do estádio Green Point e outras obras para a Copa do Mundo. Desde então, as pessoas passaram a ser removidas à força, à base até de tiros disparados em alguns momentos. Depois, elas foram despejadas em cubículos minúsculos feitos de lata e cobertos por lonas. A promessa era de que essa situação seria temporária e todos receberiam uma moradia digna. Passados três anos nada tinha sido feito. Isto dá no que pensar, não?

A respeito dos futuros megaeventos, como essas questões estão sendo tratadas e planejadas no Brasil? Quais são as medidas governamentais que estão ocorrendo e ocorrerão?



Favela de Blikkiesdorp, na Cidade do Cabo, África do Sul, que ficou conhecida, mundialmente, na época da Copa do Mundo de 2010, como “a Cidade de Lata”.

Você já ouviu falar de “Lei Geral da Copa” – uma legislação especial que tem como objetivo cumprir certas “garantias” assumidas pelo governo brasileiro com a FIFA? Vejamos algumas dessas “garantias”:

- nos períodos da Copa do Mundo e da Copa das Confederações a bebida alcoólica poderá ser liberada nos estádios, contrariando a lei vigente no país;
- os valores para os ingressos dos jogos, vendidos sob a responsabilidade da FIFA, somente poderão variar de preço entre 50 e 900 reais;
- não haverá ingressos populares para os jogos da seleção brasileira;
- não haverá aulas escolares durante o evento;
- o governo será considerado como responsável por incidentes ou acidentes de segurança relacionados ao evento e disponibilizará à FIFA as forças de segurança, os serviços médicos e os serviços de imigração;
- flexibilização da emissão e concessão de vistos a estrangeiros, em especial com a criação de vistos especiais gratuitos para permanência de turistas e pessoas que irão trabalhar durante o evento;
- proteção da marca “FIFA” e dos símbolos da Copa, para evitar o registro de marcas semelhantes. Empresas não patrocinadoras que fizerem publicidade vinculada à Copa, exibição de partidas, venda de ingressos, entre outros, terão que indenizar a FIFA em valores relativos aos danos sofridos pela entidade;
- A FIFA poderá definir áreas de restrição comercial em até dois quilômetros em volta dos estádios, sem prejudicar os estabelecimentos em funcionamento desde que eles não tenham associação com os jogos. Isso significa que o comércio não poderá fazer publicidade de concorrentes de patrocinadores no entorno dos estádios, mas poderá vender os produtos normalmente;
- a lei prevê tipos de crimes até 31 de dezembro de 2014 pela reprodução ou falsificação de símbolos da FIFA e divulgação de produtos relacionados à Copa. A pena é de detenção de três meses a um ano, mais multa – e só valerá mediante representação da FIFA.

Essas e outras garantias estão sendo acompanhadas por intervenções urbanas no entorno dos estádios das cidades que são sedes de jogos. Destacam-se, nesse sentido, as remoções de moradores e prédios. Em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Natal, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e outras cidades-sedes da Copa, várias comunidades foram removidas e enviadas para longe de seus locais de trabalho. A legislação que prevê a realocação imediata dos despejados, em um raio de dois quilômetros, quase não foi cumprida em todas as cidades-sedes dos jogos de futebol.

Mas por que isso tudo ocorre da forma como estamos descrevendo?

O pesquisador e professor Carlos Bernardo Vainer, especialista em estudos urbanos, afirma que os megaeventos esportivos, na verdade, são um grande negócio capitalista que significa somente a ponta de um *iceberg* da ideia de “cidade-empresa”. Nesse sentido, durante os megaeventos, se estabelece o que esse pesquisador chama de “cidade de exceção” (cf. VAINER, 2011).

Vamos explicar melhor o que é uma cidade-empresa e uma cidade de exceção.

O professor Vainer diz que, a partir da década de 1990, novos modelos de desenvolvimento e planejamento urbanos vão se fortalecendo. Esses modelos baseiam-se numa ênfase competitiva e empresarial, ou seja, um ideal de cidade que seja capaz de atrair capitais e turistas, uma cidade que funciona como uma empresa. O que uma cidade-empresa faz? Vainer responde:

Ela concorre, por isso tem que ser ágil. Como eles dizem, ela tem que aproveitar as oportunidades de negócio. Um plano diretor, que estabelece o que se pode e o que não se pode fazer numa cidade, é um

obstáculo a essa flexibilidade, que é condição para se aproveitarem as oportunidades de negócios. Tudo que é regra aparece como obstáculo. Na verdade, o modelo de planejamento é o que, no Banco Mundial, se chama de ‘planejamento amigável ao mercado’ ou ‘planejamento orientado ao mercado’. Não se trata de, como nos anos 1950, 1960, fazer um planejamento porque o mercado gera imperfeições. O mercado passa a ser a melhor forma de organizar a cidade. (VAINER, 2012)⁷

O que o autor diz, em outras palavras, é que a ocupação da cidade e a forma de governá-la são pensadas como uma empresa que deve ser dirigida por empresários. E as legislações devem se adequar a este modelo para atender às demandas empresariais. Essa ideia de cidade, durante os megaeventos, é levada ao extremo, pois a cidade inteira vira cidade de exceção.

Por exemplo, para a organização de uma área da cidade do Rio de Janeiro, que se planejou e se planeja para a Copa do Mundo e para as olimpíadas, o professor Vainer diz:

Criou-se uma legislação específica para algumas áreas, como se elas fossem fora da cidade – ali pode-se fazer coisas que não se pode em outros lugares. Nesse caso, o Rio de Janeiro tem a triste vanguarda no Brasil: sua área portuária foi entregue a um consórcio empresarial que vai governar aquele território, inclusive recolher impostos e reunir ali os serviços públicos ‘privatizados’, como iluminação – é como se fosse um território terceirizado” (VAINER, 2012).

Nos megaeventos esportivos, em vez de ações políticas, como as citadas acima, serem localizadas, a cidade inteira vira um lugar para fins específicos dos empresários. Implementam-se assim novas regras urbanas, novas legislações de isenções fiscais, com remoções de pessoas que estão há décadas morando no lugar.

Dessa forma, então, podemos concluir que megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas não envolvem somente esportes, mas negócios também?

O que você acha das análises apresentadas pelo professor Vainer?

A concepção de cidade-empresa significa transformações urbanas duradouras no acesso da população a certas áreas, no comércio de mercadorias e no acesso a locais de moradias. Mas, muito além dessas intervenções, elas representam uma grande mudança no perfil da cidade, com a realocação de parte de seus moradores, remanejados das áreas objeto de especulação imobiliária e por onde circularão os turistas.

Portanto, a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas não são simples eventos “que passam”, após terem ocorrido num determinado período. Com tantos interesses envolvidos, deixam marcas quase definitivas nas suas cidades-sede. Vamos pensar mais sobre isto?

Caminhamos para uma cidade pós-industrial ou para uma cidade mais democrática? Como serão as cidades do futuro?

As cidades se encontram sempre em permanente transformação, como nos mostra a História. Alguns estudiosos, considerando os diversos avanços tecnológicos trazidos pela sociedade da informação, entendem que a cidade do futuro poderá ser um espaço desconcentrado, descentralizado, já que o espaço e

o tempo seriam redefinidos pela nova ordem gerada e gerida pelo capital financeiro (ver ainda ROLNIK, p. 83-84).

Preferimos entender o futuro da cidade, no entanto, não como o “caos” e o “lugar do sofrimento”, mas sim como importantes *espaços de luta*, de construção permanente da Utopia ou de verdadeiros *espaços de esperança* – para utilizar uma ideia apresentada pelo professor David Harvey (2006).

No sentido do que dissemos acima, Carlos Bernardo Vainer entende que os governos municipais poderiam aprovar políticas que:

- reduzissem as desigualdades e melhorassem as condições (materiais e imateriais) de vida das classes trabalhadoras, com a transferência, para estes, de recursos que sempre foram historicamente apropriados pelas elites econômicas dominantes;
- contribuíssem para a organização dos trabalhadores e das lutas populares;
- enfraquecessem os grupos de poder dominantes, com o combate às políticas de clientelismo, à privatização dos recursos públicos e às práticas de corrupção, entre outras ações. (cf. VAINER, 2002, p. 28-29)

Acervo pessoal Luiz Fernandes



Reprodução do cartaz do Fórum Social Urbano, Rio de Janeiro, 2010.

Estas e outras questões estiveram presentes nos debates que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, entre 22 e 26 de março de 2010, por ocasião da realização do Fórum Social Urbano, organizado pelos movimentos sociais e pelos centros de estudos universitários voltados para pensar a questão urbana neste século XXI sob o ponto de vista dos trabalhadores. Esse Fórum foi pensado como a alternativa *não governamental* a outro evento oficial que ocorreu no mesmo período na cidade, o V Fórum Urbano Mundial, promovido pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – ONU-Habitat –, com a presença de chefes de Estado e diversas autoridades, com o objetivo de se debater sobre a gestão do crescimento das cidades.

Nas suas diversas palestras e mesas-redondas, o tema central do evento da ONU foi “O direito à vida: unindo o urbano dividido”. Avaliando o problema urbano do Rio de Janeiro, a diretora-executiva do ONU-Habitat, a tanzaniana Anna Tibaijuka, defendeu o desenvolvimento da cidade a partir do investimento dos governos em

saneamento básico. Segundo ela, “os investimentos em saneamento poderiam elevar um quarto das moradias de favelas ao status de não favela, gerando também oportunidades de emprego para a mão de obra menos qualificada” (TIBAIJUKA, 2010, p.15).

Por outro lado, o Fórum Social Urbano apresentou como contraponto ao evento oficial da ONU uma pauta diferenciada, tendo como preocupações principais a troca de experiências de organizações e lideranças comunitárias de todo o mundo; a denúncia sobre as iniciativas de “criminalização dos movimentos sociais” por parte dos diversos governos; a necessidade de se buscar a Justiça Ambiental; entre outros temas – como consta da convocatória assinada pelos movimentos sociais: Fórum Social Urbano – Nos bairros e no mundo, em luta pelo direito à cidade, pela democracia e justiça urbanas, Rio de Janeiro, Brasil, 22-26 março de 2010.

E você, o que pensa sobre tudo que levantamos neste capítulo? Será que podemos apostar em um futuro diferente para as nossas cidades? Os homens conseguirão resolver o que intitulamos aqui de *questão urbana*? O que pode e deve ser feito nesse sentido?

Acervo pessoal Luiz Fernandes



A organização da população é o caminho possível para a democratização do espaço urbano. Cartaz de convocação para a Assembleia Mundial dos Habitantes que ocorreu durante o Fórum Social Mundial, em Dakar, Senegal, África, em 2011.

TERRITÓRIO E GESTÃO DA CIDADE

Alberto Cadena

O território se constitui, fundamentalmente, num espaço definido por relações de poder, tradicionalmente tratadas a partir das políticas territoriais do Estado, frequentemente consideradas na escala nacional. Contudo, as noções geográficas de território não estão circunscritas apenas às concepções de Estado-nação que as reduzem a mero elemento de soberania nacional, mas também às formas de realização do poder sobre o espaço local, urbano.

O território, como instrumento de compreensão da realidade urbana, no Brasil contemporâneo, representa também o conteúdo político das relações da sociedade com o espaço da cidade. Nela, criam-se múltiplas possibilidades quanto às *territorialidades* dos atores sociais que agem sobre o espaço urbano, especialmente quanto às perspectivas das políticas públicas sobre os “territórios da cidade”.

Neste sentido, a cidade deve ser considerada a partir da tendência global à reestruturação produtiva, neoliberal (e o estabelecimento de uma nova ordem também política e social), pelos territórios nacionais e que, se faz notar, nos espaços locais, sobretudo nas grandes cidades. A compreensão de tal tendência nos leva a reconhecer uma forma importante de poder, que se realiza na escala local, urbana, responsável pela normatização de determinadas relações, cuja gestão pode significar formas variadas de controle sobre os usos e a apropriação do território urbano.

O caso da cidade do Rio de Janeiro é exemplar para a realidade brasileira, considerando a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – os megaeventos. No espaço público carioca estão deflagrados os conflitos pela apropriação e uso do território urbano, que envolvem as relações entre planejamento estratégico, megaeventos e poder. Esta perspectiva sobre o território apoia-se na noção de que as estratégias adotadas pelos setores dominantes sugerem políticas de gestão territorial, capazes de conduzi-los à acentuada acumulação do poder econômico e político na cidade.

A acumulação do poder se faz notar e se incrementa, por exemplo, nas políticas de remoção compulsória de comunidades carentes e indígenas, situadas em áreas de interesse estratégico para o capital privado. Trata-se da gestão corporativa das cidades, sobretudo daquelas de projeção global, aonde a gestão pública direciona-se à concentração do poder transnacional sobre os territórios locais. Tal concentração, portanto, representa o agravamento das disparidades sociais da cidade, na medida em que acometem as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Alberto Silva Cadena é professor de Geografia da Rede Estadual do Rio de Janeiro, da Rede Municipal de Ensino do Município de Macaé-RJ e do curso de Licenciatura em Geografia da FAFIMA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé-RJ. Licenciado em Geografia pela UFRJ e Mestre em Geografia pela UERJ.

Revendo o capítulo

- 1 – O que significa e quando ocorre o processo de urbanização dos seres humanos?
- 2 – Diferencie as cidades antigas da Era Clássica das cidades medievais.
- 3 – Quais são as principais características das cidades industriais?
- 4 – O que é segregação socioespacial? Por que ela ocorre?

Dialogando com a turma

- 1 – O que significa viver em uma favela? Sendo morador ou não, como você descreveria essa experiência? O que você acha a respeito disso?
- 2 – Pesquise sobre os principais problemas que existem na sua cidade, apresentando-os para a turma.
- 3 – Debata: Quais são as consequências sociais e territoriais dos megaeventos esportivos para as cidades?

Verificando o seu conhecimento

1 – (ENEM, 2011)

As migrações transnacionais, intensificadas e generalizadas nas últimas décadas do século XX, expressam aspectos particularmente importantes da problemática racial, visto como dilema também mundial. Deslocam-se indivíduos, famílias e coletividades para lugares próximos e distantes, envolvendo mudanças mais ou menos drásticas nas condições de vida e trabalho, em padrões e valores socioculturais. Deslocam-se para sociedades semelhantes ou radicalmente distintas, algumas vezes compreendendo culturas ou mesmo civilizações totalmente diversas.

A mobilidade populacional da segunda metade do século XX teve um papel importante na formação social e econômica de diversos estados nacionais. Uma razão para os movimentos migratórios nas últimas décadas e uma política migratória atual dos países desenvolvidos são:

- (A) a busca de oportunidades de trabalho e o aumento de barreiras contra a imigração.
- (B) a necessidade da qualificação profissional e a abertura das fronteiras para os imigrantes.
- (C) o desenvolvimento de projetos de pesquisa e acautelamento dos bens dos imigrantes.
- (D) a expansão da fronteira agrícola e a expulsão dos imigrantes qualificados
- (E) a fuga decorrente de conflitos políticos e fortalecimento de políticas sociais.

2 – (ENEM, 2009)

Além dos inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos, o automóvel produzido pela indústria fordista promoveu, a partir dos anos 50, mudanças significativas no modo de vida dos consumidores e também na habitação e nas cidades. Com a massificação do consumo dos bens modernos, dos eletroeletrônicos e também do automóvel, mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda.

MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 ago. 2009 (adaptado).

Uma das consequências das inovações tecnológicas das últimas décadas, que determinaram diferentes formas de uso e ocupação do espaço geográfico, é a instituição das chamadas cidades globais, que se caracterizam por:

- (A) possuírem o mesmo nível de influência no cenário mundial.
- (B) fortalecerem os laços de cidadania e solidariedade entre os membros das diversas comunidades.
- (C) constituírem um passo importante para a diminuição das desigualdades sociais causadas pela polarização social e pela segregação urbana.
- (D) terem sido diretamente impactadas pelo processo de internacionalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 1970.
- (E) terem sua origem diretamente relacionadas ao processo de colonização ocidental do século XIX.

Pesquisando e refletindo

Livros:

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Este livro analisa o fenômeno das cidades mais diversas. Descreve e reflete sobre as metrópoles capitalistas, suas origens e contradições. Bom livro de uma estudiosa especializada no tema das cidades que pode ser estudado nas aulas de Geografia e Sociologia.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

O tema do livro é a divisão da cidade do Rio de Janeiro, de um lado o Rio que todos conhecem, bonito, turístico, alegre, ocupado por uma população afável e de classe média. Do outro, a cidade escondida, onde os moradores são quase sempre pobres e os serviços públicos estão ausentes. A tese do autor é que incluídos e excluídos, ricos e pobres, dividem a mesma cidade, mas é como se fossem duas cidades distintas.

Filmes:

EDIFÍCIO MASTER (Brasil, 2002). Direção: Eduardo Coutinho. 110 min.

Documentário que entrevista e filma o cotidiano de 37 moradores de um condomínio popular situado em Copacabana, Rio de Janeiro, onde residem cerca de 500 pessoas, em 276 conjugados. O diretor e sua equipe conseguiram extrair histórias comoventes, íntimas e reveladoras.

METROPOLIS (Alemanha, 1927). Direção: Fritz Lang. Elenco: Alfred Abel, Gustav Fröhlich, Brigitte Helm, Rudolf Klein-Rogge, Fritz Rasp. 100 min.

Ficção científica. Metropolis, ano 2026. Os poderosos ficam na superfície e o Jardim dos Prazeres, para os filhos dos mestres, enquanto os operários, em regime de escravidão, trabalham bem abaixo da superfície, na Cidade dos Operários. Esta poderosa cidade é governada por um insensível capitalista cujo único filho leva uma vida idílica, desfrutando dos maravilhosos jardins.

RALÉ (DONZOKO, Japão, 1957). Direção: Akira Kurosawa. Elenco: Toshiro Mifune, Isuzu Yamada. 137 min.

Comédia dramática adaptada da obra do escritor Maxim Gorky. O filme conta a história de uma pequena pensão e seus diversificados hóspedes, onde um triângulo amoroso se forma entre o dono da pensão, sua irmã e um ladrão.

Conectados na internet e nas redes sociais:

INSTITUTO PÓLIS: <http://www.polis.org.br/>

Site que discute o tema das cidades, enfatizando as políticas públicas, dados estatísticos e qualidade de vida. Um ótimo site para uma visão sociológica sobre as cidades. Acesso: fevereiro/2013.

PORTAL POPULAR DA COPA: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/>

Importante site que debate as consequências dos megaeventos para as cidades brasileiras, antes, durante e depois da Copa do Mundo de Futebol de 2014, no Brasil. Acesso: fevereiro/2013.

Blog da RAQUEL ROLNIK: <http://raquelrolnik.wordpress.com/>

Uma das principais autoras citadas neste capítulo, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik tem um blog onde se pode pesquisar sobre vários assuntos relacionados ao tema cidade e acompanhar as reflexões e diálogos que são postados. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

PUNK DA PERIFERIA – Autor e intérprete: Gilberto Gil.

A periferia impaciente se revolta contra a cidade como um todo.

RAP DA FELICIDADE – Autores e intérpretes: Cidinho e Doca

Um dos hinos da periferia contra o preconceito, reafirmando a felicidade por viver com tranquilidade na favela.

Filme Destaque:



BLADE RUNNER, O CAÇADOR DE ANDRÓIDES *(Blade Runner)*

FICHA TÉCNICA:

Direção: Ridley Scott.

Elenco: Harrison Ford, Sean Young, Rutger Hauer, Daryl Hannah.

117 min. (EUA, 1982).

SINOPSE:

“Cult movie” da ficção científica, que mostra uma chocante visão do futuro. Ano 2000, o planeta Terra está em total decadência. Os habitantes vivem aglomerados em gigantescos arranha-céus e a vida urbana é um caos. A engenharia genética se tornou uma das maiores indústrias, criando os “replicantes”, criaturas dotadas de muita força e inteligência, praticamente indistinguíveis dos humanos.

Capítulo 21

“Chegou o caveirão!” E agora? Violência e desigualdades sociais

Urbano Urbiste/Agif/Folhapress



O caveirão é um veículo usado pela Polícia Militar, do Rio de Janeiro, no combate à criminalidade urbana. Na foto, operação na favela Vila Cruzeiro, em 2007.

Quando o carro blindado entra numa favela carioca todo mundo corre, pois as frases entoadas pelos policiais através dos alto-falantes acoplados ao veículo são bem explícitas:

“Sai da frente, vim buscar sua alma!”

“Trabalhador nós batemos na cara, bandido a gente mata com fuzil!”

“Tá indo pra escola para quê, semente do mal?”

Ele é o “Caveirão”, carro blindado construído para fins militares, semelhante a um tanque de guerra, e que é utilizado nas incursões nas favelas por parte do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), da Polícia Militar do Rio de Janeiro. A Polícia Civil do estado tem também o seu blindado de mesmo tipo, mas que recebe a alcunha oficial de “Pacificador”. A população chama ambos os veículos de “Caveirão”. No caso do blindado do BOPE, esse nome é utilizado pelos próprios policiais.

As informações apresentadas acima fazem parte da rotina de milhares de moradores das favelas do Rio de Janeiro e se tornaram conhecidas de toda a população por intermédio de diversas

notícias veiculadas pela imprensa. Durante o XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado entre 29 de maio e 01 de junho de 2007, em Recife, Pernambuco, dois pesquisadores, Viviane Rocha e Luiz Kleber

Rodrigues, apresentaram o resultado parcial do trabalho que estavam desenvolvendo, confirmando as informações que eram divulgadas pela mídia. No artigo “O Caveirão como representação da polícia em favelas cariocas”, os dois pesquisadores não só confirmaram as frases ditas na abertura do texto, como acrescentaram outras, ditas por “policiais distorcendo a voz”, que “proferem maldições e ameaças”. Por vezes, os policiais utilizam “um tom mais polido”, pedindo àqueles que se encontram nas ruas que voltem para suas casas, pois “vai haver tiroteio”. Os moradores entrevistados nessa pesquisa relataram a correria e o nervosismo que sempre se instaura na favela com a chegada do blindado, que ocorria quase sempre no horário de entrada e saída das escolas. Descrevem os pesquisadores:

(...) Os empregados do tráfico devidamente armados, via de regra, são os primeiros a saberem da entrada do Caveirão, e o aviso é repassado aos demais traficantes por meio de fogos de artifício ou do disparo de tiros. (...) A sequência de acontecimentos rápidos instaura o pânico naquela área residencial onde a grande maioria de seus moradores não está envolvida no narcotráfico. Adultos e crianças correm para se esconder do tiroteio que se segue entre os policiais em seu veículo blindado e os traficantes da favela. De acordo com um informante, a instrução dada pelos próprios policiais para que os moradores se retirem das ruas rapidamente é interpretada pelo avesso por eles mesmos, como ressalta um entrevistado: “quando vem o Caveirão todo mundo corre. E aí, todo mundo corre, todo mundo é bandido.

(ROCHA; RODRIGUES, 2007, p. 7)

Não há como qualquer pessoa não ficar impactada e sensibilizada com um cenário de tanta violência, que parece reproduzir a rotina de um país em estado de guerra civil, você não acha? Quando a polícia, civil ou

militar, entra na favela da forma como estamos reproduzindo aqui, passa-se a ideia de que todos os moradores podem estar envolvidos com o tráfico de drogas, ou seja, de que as comunidades pobres e negras – a grande maioria daqueles que residem nas favelas – devam ser criminalizadas, pois é ali que se encontram todos os males da violência, que envolvem *também* o comércio varejista de drogas.

Mas se procurarmos mais informações, veremos que muita coisa está por trás disso tudo.

Em reportagem, da revista *Caros Amigos* sobre o crime organizado, publicada em janeiro de 2003, três promotores de justiça afirmaram que não há organização criminosa que sobreviva sem a participação do Estado.

Nessa reportagem eles fazem revelações surpreendentes, como o fato de o PCC (Primeiro Comando da Capital – organização que atua principalmente no estado de São Paulo), ser constituído por líderes que, há pouco tempo, não eram considerados criminosos perigosos. Mas que, por intermédio de um sistema carcerário administrado pelo Estado, com suas torturas e maus-tratos, teriam sido levados ao mundo do crime organizado.

Entretanto, muitas vezes, no senso comum, não percebemos que a violência e a criminalidade urbanas têm as mais diversas origens possíveis. Quem nunca ouviu estas frases?

“Bandido bom é bandido morto.”

“O pobre é um fracassado que não luta pelos seus direitos.”

“Os meninos do tráfico estão nessa vida porque querem.”

Hoje, no Brasil, chega-se a discutir, inclusive, a adoção da *diminuição da maioria penal*. Ou seja, devido ao fato de muitos adolescentes, menores de dezoito anos, estarem matando pessoas de bem por causa de drogas, por que, então, não diminuir a maioria penal para, por exemplo, catorze anos? Afinal, como se diz no senso comum: “os menores de idade já tiram carteira de identidade, podem votar e por que, quando matam pessoas, não podem ir para a cadeia?” Ou ainda: “essas pessoas que cometem crime, sejam menores ou adultos, não têm caráter, são monstros que promovem a violência e se houvesse a pena de morte no Brasil isso diminuiria.”



© Angeli - FSP 14.02.2007

Essas afirmações e conclusões do senso comum precisam ser discutidas. Devemos estudar o fenômeno da violência urbana para que possamos ter um conhecimento preciso, além de identificar as razões que levam certos indivíduos à prática do ato criminoso.

Neste capítulo veremos que a violência urbana é um fenômeno social resultado da carência de cidadania e de acesso às condições de vida dignas. Resulta também da desigualdade social decorrente de um modelo econômico dominante que impede parcelas significativas de indivíduos de terem

outra possibilidade de existência, senão a da violência, ou como vítimas ou como atores principais.

A Sociologia da Violência

A palavra “violência” tem origem no latim *violentia*, que quer dizer “impetuosidade”, “veemência”, derivando da raiz *vis*, que significa “força”, “vigor”. O dicionário Aurélio apresenta, entre outras definições atuais para o termo, a ideia de constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém. O que existe de diferente, portanto, entre a sua raiz latina e a sua definição moderna, é que a violência pode ser entendida não somente como física, mas também como psicológica.

A Organização Mundial da Saúde – OMS – propõe a seguinte definição:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

(cf. KRUG, 2002) ⁸

Como se pode perceber, a OMS amplia bastante a definição de violência, que passa a abarcar a prática do suicídio e das relações de poder, incluindo a possibilidade de ameaças e intimidações, que se inserem nas mais variadas formas de opressão. Nesse sentido, podemos citar como exemplo um determinado tipo de violência que ocorre com certa frequência nas escolas e que tem sido divulgado recentemente pelos meios de comunicação através do termo em inglês *bullying* (*bully* = “valentão”, “brigão”). São formas agressivas e repetitivas de intimidação e discriminação em relação a determinados alunos, por parte de um grupo ou até mesmo de um professor.

Pesquisas indicam que essa prática envolve pelo menos 30% dos estudantes brasileiros, seja no papel de agressores, seja no papel de vítimas.⁹

O fenômeno da violência, como uma questão historicamente presente em todas as sociedades humanas, é objeto frequente de diversos estudos antropológicos. Um exemplo clássico que podemos citar é a obra *Arqueologia da violência*, escrita por Pierre Clastres (2004, publicada originalmente em 1977). Pesquisando em sociedades ameríndias, Clastres procura mostrar que estas poderiam ser entendidas como “sociedades-para-a-guerra”, onde aquelas que são diferentes podem ser vistas como inimigas, podendo ser negadas e, conseqüentemente, destruídas ou submetidas, como uma afirmação da identidade da sua própria sociedade (segundo Clastres, não existiria apenas a possibilidade da guerra, mas também a existência de alianças entre sociedades diferentes). A violência, então, não deveria ser entendida como uma negação das relações sociais (como interpretavam outros antropólogos), mas sim, ao contrário, como um elemento fundamental para a preservação e a conservação da autonomia desses grupos locais e das relações sociais vigentes.

Dados sobre a violência que a definem como um problema mundial: segundo o *Relatório Mundial de Saúde*, de 2000, aconteceram 520 mil

homicídios em todo o mundo, em 1999, estabelecendo um índice geral de 8,8 homicídios para cada 100 mil habitantes do planeta. Deste total, os homens foram responsáveis por 77% – três vezes mais que o número de mulheres. A distribuição das vítimas da violência é desigual também em relação a outros aspectos, pois atinge mais jovens do sexo masculino, entre 10 e 29 anos de idade, com uma média de 565 jovens por dia!

O Brasil também se destaca em relação a esses números, pois ocorrem em nosso país 10% do total de homicídios de jovens do planeta, alçando-nos à terceira posição mundial dentre as taxas de homicídios nessa faixa etária. Em relação a todos os homicídios, o Brasil passa para o segundo lugar, numa relação de 60 países – o primeiro lugar, em 1999, era da Colômbia, que enfrentava naquele momento um estado de “guerra civil” (cf. PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, p. 17-18).

Não é sem motivo, portanto, que os chamados *estudos sobre a violência* estão presentes em centros de pesquisa de diversas universidades brasileiras, como o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU), criado em 1999, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo sociólogo, professor e especialista brasileiro no tema Michel Misse. E do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da Universidade de São Paulo (USP), ao qual pertencem sociólogos como Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Adorno.

Dez por cento (10%) do total de homicídios de jovens do planeta ocorrem no Brasil. Na foto, grupo de jovens da Zona Sul da cidade de São Paulo faz manifestação denunciando a violência policial na periferia, em 2001.

Caio Guatelli/Folhapress



Mas podemos dizer que os estudos sociológicos sobre a violência tiveram origem com a própria constituição da Sociologia como ciência, afinal, basta recorrer aos autores considerados clássicos para atestar isso. O *suicídio* foi um dos principais estudos desenvolvidos por Durkheim, e o papel do Estado como detentor do monopólio legítimo da força foi uma das questões debatidas por Max Weber. Já Karl Marx pode ser citado aqui por sua percepção e descrição da violência presente nas lutas de classes existentes em diferentes sociedades através da História, com especial atenção para a sociedade capitalista e seus mecanismos de exploração dos trabalhadores e reprodução das desigualdades sociais.

Sociólogos contemporâneos conhecidos, além dos brasileiros citados, também se dedicaram ao estudo da violência, tornando-se referências sobre o tema. Um exemplo importante foi o francês Pierre Bourdieu (1930-2002) e o seu conceito de *violência simbólica*, que ele elaborou para definir uma forma de violência que é aparentemente consentida por aquele que é a vítima, mas que não se percebe como tal – pelo contrário, trata as relações de dominação como “naturais” e “inevitáveis”. Assim, para Bourdieu, a violência simbólica é um mecanismo que reproduz socialmente e legitima a dominação de uma classe sobre outra. Um exemplo clássico estudado por Bourdieu é a *educação* que inculca nos estudantes uma determinada forma de pensar, de se ver o mundo, que é exatamente a visão de mundo da classe dominante, com os seus valores, ideias, enfim, a sua cultura. Tal mecanismo arbitrário é essencial para se entender a manutenção das estruturas de poder e do pensamento conservador em uma determinada sociedade (BOURDIEU; PASSERON, 1975). Um dos sociólogos

Image Source/Alberto Guglielmi



Certas “brincadeiras” comuns nas escolas têm sido definidas atualmente como *bullying*. Alguns sociólogos e pedagogos identificam a prática do *bullying* como uma forma de *violência simbólica*. E você, o que acha?

contemporâneos mais importantes que desenvolve estudos nessa área é um ex-aluno de Bourdieu, Lóic Wacquant.

Então, podemos perceber como a Sociologia pode contribuir para entender os mecanismos que produzem e reproduzem a violência em nossas sociedades, em todas as suas modalidades, seja ela representada pelas diversas formas de *violência simbólica*, seja ela motivada por disputas *políticas* de qualquer tipo; sob a forma da criminalidade urbana ou como aquela que caracteriza a luta pela terra no Brasil e em outros países; como uma forma de opressão, de abusos sexuais ou as mais distintas tentativas de submissão da mulher diante dos homens ou como discriminação, intimidação e maus-tratos contra idosos e crianças. No limite, qualquer uma das formas de violência que citamos aqui como exemplo pode resultar na morte daquelas que são as suas vítimas. Tratamos neste livro destes temas, de acordo com a abordagem de cada capítulo. Neste, especificamente, nos deteremos sobre a versão urbana da violência, com atenção para os índices de criminalidade e para as

desigualdades sociais que afloram em nosso país.

Me pedem para comprar, mas não posso... Me pedem para trabalhar, mas não consigo...

Antes de apresentar alguns dados e discutir as características do fenômeno da violência no Brasil, devemos analisar uma das principais questões do novo milênio nos países dependentes como o nosso: *a questão da desigualdade social*.

O capitalismo, como vimos, é essencialmente excludente, como demonstrado por Karl Marx, no século XIX. Assim, a desigualdade e a exclusão social não são fenômenos novos. Pelo contrário, elas são inerentes ao processo de concentração de capital.

Ora, se não são novidades, na história do capitalismo, por que, então, se fala tanto hoje em “exclusão social”?

A novidade é motivada pelo fato, como afirma Virginia Fontes (1999), de que a nova forma de organização da produção capitalista produz seres descartáveis em todas as áreas da vida social, trabalhadores que não encontram mais empregos em suas profissões devido à automação e à robotização. São trabalhadores com pouca qualificação profissional condenados para sempre à informalidade, são mulheres discriminadas, jovens impossibilitados de ter educação básica e um primeiro emprego, sem-terras que não têm direito de plantar em terras improdutivas etc.

Karl Marx (1980) assinala que a transformação de parte da classe trabalhadora em “supérflua” é parte inerente ao processo de produção do capital. Esses trabalhadores se transformam em definitivamente “excluídos”, com o destino traçado diretamente para a morte física –

cabe aqui a pergunta aos que ainda defendem a eficácia das políticas neoliberais: poderíamos falar em alguma “exclusão” ainda maior do que esta?!

Marx complementa a ideia anterior ao afirmar que a máquina não é apenas o “concorrente todo-poderoso”, que torna o trabalhador assalariado “supérfluo”. Na verdade, mesmo considerando a impossibilidade de sua supressão enquanto classe, as seguidas invenções de novas máquinas assumem o papel, atribuído pelo capital, de *o poder inimigo do trabalhador*, uma arma eficaz de repressão de greves e revoltas (cf. MARX, 1980, p. 499).

Em outra passagem, no capítulo XV da sua obra *O Capital*, Marx destaca que o crescente estado de pobreza do proletariado na Inglaterra era determinado não só pelo rápido desenvolvimento tecnológico, como também pela mais-valia absoluta, com o *prolongamento desmedido da jornada de trabalho*, e a *exploração do trabalho das mulheres e das crianças*. Esses elementos, naquela conjuntura marcada pelo fim do monopólio inglês nos mercados mundiais – que era o contexto em que Marx escrevia, no século XIX – tornou *supérflua grande parte da classe trabalhadora* (MARX, 2006, p. 600-601, nota 15. Para maiores detalhes, ver COSTA, 2008).

Voltando para o Brasil atual, muitas pesquisas socioeconômicas demonstram que cerca de 60% da PEA (População Economicamente Ativa) está fora do mercado formal de trabalho. Em nosso país, a desigual distribuição de renda e de riqueza é assustadora (Tabela 1) e a concentração de terras em uma pequena parcela da sociedade é uma das mais altas do mundo (Tabela 2).

Tabela 1

Participação na renda nacional (renda familiar)			
País	40% mais pobres	10% mais ricos	10+/40- (B/A)
Holanda	22,4	21,5	1,0
Japão	21,9	22,4	1,0
Estados Unidos	17,2	23,3	1,4
Argentina	14,1	35,2	2,5
Venezuela	10,3	35,7	3,5
Botswana	7,6	42,1	5,5
Peru	7,0	42,9	6,1
Brasil	7,0	50,6	7,2

Razão entre a proporção da renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres em países selecionados, segundo a renda familiar. Na primeira coluna de números, a proporção em % de renda apropriada pelos 40% mais pobres; na segunda, pelos 10% mais ricos; na terceira, a razão entre os dois grupos.

Fonte: Psacharopoulos (1991). Citado em URANI, André; BARROS, Ricardo Paes de (Org.). Pobreza e desigualdade de renda no Brasil, mimeo. In: BENJAMIN (1998), p. 191

Tabela 2

Terras improdutivas em latifúndios com mais de 1.000 hectares		
	Nº de latifúndios	Área improdutiva (ha)
Norte	7.204	47 milhões
Nordeste	7.481	25 milhões
Centro-oeste	15.567	71 milhões
Sul	1.702	3 milhões
Sudeste	3.129	7 milhões
Total	35.083	153 milhões

Fonte: Cadastro do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1996). A área improdutiva dentro de latifúndio com mais de 1.000 hectares é equivalente à soma dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria juntos (cf. Benjamin, 1998, p. 184).

As duas tabelas demonstram: primeiro, que a concentração de renda se limita a poucas pessoas, gerando uma desigualdade social muito grande, a tal ponto que no Brasil 10% das pessoas mais ricas possuem renda sete vezes maior que 40% dos mais pobres. Isto significa que milhões de pessoas não têm acesso a bens materiais básicos para sua sobrevivência. No caso do nosso país, a situação de

concentração de renda é dramática, se comparada a todos os países capitalistas relacionados na Tabela 1, desde a Holanda e o Japão – os que apresentam menor concentração de renda –, até Botswana e Peru – países com Produto Interno Bruto – PIB bem inferiores ao nosso, mas com menor concentração de renda.

Segundo, a Tabela 2 significa que no máximo 35.083 proprietários

brasileiros possuem terras improdutivas, do tamanho de cinco países da Europa, impedindo milhões de pessoas, no campo e na cidade, de trabalharem para comer.

Terceiro, nos questionamos: qual a alternativa para essas pessoas “excluídas” do acesso à riqueza, à renda e às terras?

Outro aspecto identificador da extrema desigualdade social que atinge a classe trabalhadora é em relação à política econômica dominante – determinada pelo ideário neoliberal – que impede o acesso da população aos serviços públicos básicos, como saúde, educação, habitação e infraestrutura urbana, oferecendo-lhe o chamado “Estado mínimo”.

Segundo o neoliberalismo, o Estado deveria encolher para que o mercado regulasse sozinho a economia e equilibrasse as desigualdades entre ricos e pobres. Entretanto, no Brasil, de acordo com o IBGE, o peso dos impostos no Produto Interno Bruto (PIB) passou de 28,44%, em 1995, para 31,67%, em 1999. Desde então, esse percentual continuou crescendo cada vez mais, alcançando 38,45% nos primeiros meses de 2009 (cf. GUSMÃO, 2009). O que aconteceu para o Estado encolher e as despesas aumentarem? O mesmo IBGE responde, revelando que de cerca de R\$ 304,3 bilhões recolhidos em impostos, em 1999, R\$ 84 bilhões foram pagos, em juros, ao Fundo Monetário Internacional – FMI. Dez anos depois, o “vilão” não é mais o FMI e nem a dívida externa do país, mas o enorme montante das dívidas públicas internas que o Estado brasileiro vem acumulando, seguidamente, para sustentar a chamada “estabilidade da economia”, iniciada com a implantação do Plano Real, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Essa dívida significa tudo aquilo que o Estado deve, incluindo o governo federal, estados e municípios,

assim como as empresas estatais. Em 2009, somente até o dia 21 de setembro, o governo Lula já havia pago R\$ 173 bilhões – somente de juros – da dívida interna do país. Quem recebeu esse dinheiro? O mercado financeiro – principalmente bancos nacionais e estrangeiros, que ficaram com a metade de tudo! (ÁVILA, 2006, p. 5). Para se ter uma ideia do significado de tanto dinheiro, basta utilizarmos uma simples operação de multiplicação: esses R\$ 173 bilhões poderiam representar seis vezes tudo que o governo gasta com saúde, ou dez vezes o que se investe em educação, ou ainda em 147 vezes os recursos que o governo oferece para a reforma agrária!¹⁰ Conseguiu imaginar isso?

Fica claro, então, que todo o dinheiro arrecadado em impostos pelo Estado não é reinvestido em benefícios para a sociedade. Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, os gastos sociais que, em 1995, corresponderam a 32,67% das despesas do governo (saúde, educação, saneamento, obras públicas etc.) foram para 22,88%, no ano de 1999. Em contrapartida, durante o governo de FHC (1995-2002), gastou-se 12,4% do PIB, algo em torno de R\$ 100 bilhões, para ajudar os bancos falidos por meio do PROER – Programa de Estímulo e Fortalecimento do Sistema Financeiro. Essa lógica foi seguida também pelo governo Lula (2003-2010), apesar do aumento dos gastos sociais, em comparação com o governo FHC.

Outro estudo do IPEA mostra que os impostos pagos pelos empregados é superior a 20% dos ganhos destes. Por sua vez, para os que vivem de rendas do capital, os impostos representam apenas 10%.

Todos os números apresentados neste capítulo mostram que o Estado tornou-se mínimo para os pobres; para os ricos, entretanto, é máximo.

Diminuindo os gastos sociais a cada ano, o Estado neoliberal agrava ainda mais a situação daqueles que estão fora do mercado de trabalho.

A desigualdade social, que atinge milhões de pessoas no Brasil, está relacionada também à falta de cidadania. Estamos falando de indivíduos que não têm direitos sociais, civis e políticos, mesmo que estes sejam plenamente garantidos pela Constituição brasileira.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1998) diz que o mundo globalizado não produz riqueza para todos. Pelo contrário, para a classe trabalhadora, ele estabelece um mundo de *precariedade*, ou seja, o trabalho se tornou uma coisa rara, desejável a qualquer preço, e aqueles que têm trabalho, fazem qualquer coisa para mantê-lo. Isto leva à competição generalizada, à luta de todos contra todos, destruindo-se aos poucos os valores de solidariedade humana. A precariedade afeta homens e mulheres, tornando o futuro incerto, impedindo a crença em algo melhor, ou podendo gerar a resignação de que tudo “é assim mesmo e não tem mais jeito”.

Segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos (2002), a competitividade

atual tem “a guerra como norma” – há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o. Isto se reflete nos individualismos na vida econômica, na ordem política, na vida social e cotidiana – ou seja, nos comportamentos que significam o desrespeito às pessoas e que se tornam a base e a justificativa de grande parte das relações sociais atuais.

A partir desse entendimento, o que resta à classe trabalhadora para tentar sobreviver, conseguir comida, roupa, remédios, educação, saúde, uma casa para morar etc.? E se aparecer uma forma de ganhar “dinheiro fácil”, que não exija qualificação técnica ou escolar, fornecido por cursos em que, pelas suas condições objetivas de vida, ele dificilmente terá a chance de ingressar?

Já que não se pode contar muito com os serviços do Estado (hospitais públicos, escolas, saneamento etc.) e como só se conseguem empregos sem qualificação, resta, então, ou ganhar no máximo um salário mínimo, que mal paga o aluguel de uma casa, ou se integrar ao chamado *capitalismo de pilhagem* (WACQUANT, 1999), qual seja, o mundo da criminalidade e do narcotráfico.

Leão de Almeida/Folhapress



Vista geral do distrito de Anhanguera, Zona Norte de São Paulo, região considerada, segundo pesquisas estatísticas realizadas em 2002, como “uma das mais excluídas da capital paulista”. Como as residências encontravam-se em área de ocupação irregular, o poder público não podia, por lei, implementar condições básicas de infraestrutura – como: asfalto, água encanada, coletas de esgoto e lixo, escolas, unidades de saúde etc. Você conhece, em sua cidade, alguma localidade que apresente essas mesmas características? Acha que podemos estabelecer algum tipo de relação entre a ausência de serviços públicos e o aumento da violência urbana nessas regiões?

Claro que nem todos escolhem este caminho. Felizmente, existe uma grande maioria de pessoas honestas e batalhadoras que procuram, incansavelmente, outros caminhos, muitas vezes com sacrifício – trabalhando de dia e estudando à noite – e não o “mais fácil” que, na verdade, trata-se de uma grande ilusão, pois praticamente a totalidade desses adolescentes e jovens acaba morrendo antes de amadurecer na vida.

Mas, para entender o submundo da criminalidade, da violência, das balas perdidas e do tráfico de drogas, é necessário entender a estrutura social que está por trás disso tudo, pois a maioria das pessoas não escolhe por gosto o pior para suas vidas.

E ainda sou culpado por tudo...

Falar em violência, na atualidade, requer alguns cuidados. Toda forma de violência deve ser repudiada. Entretanto, será que existem somente aquelas formas de violência que lemos nos jornais e vemos na televisão? Alguns aspectos da violência que analisaremos servirão de exemplos para percebermos a sua relação com o capitalismo, com a ausência de cidadania e com as políticas do Estado neoliberal.

Poderíamos iniciar afirmando que a violência em si significa cometer danos a uma pessoa pelo uso da força (matar, ferir, prender, roubar, humilhar, explorar trabalho alheio etc.). Além disso, a desconsideração pelo outro e a transgressão de uma norma social também caracterizam violência. Entretanto, não vamos transformar este capítulo em mais uma página policial de jornal.

Os motivos que levam a uma atitude violenta, por parte de um indivíduo, podem variar muito, porém nos interessa também estudar a violência que causa danos a milhões de pessoas cotidianamente e que, no senso comum, não é percebida como violência direta à pessoa.

O ato violento é condenado pelo Código Penal brasileiro sob diversas formas e aquele que o comete, dependendo da gravidade do ato, pode sofrer pena de reclusão ou multa.

Ora, está escrito na Constituição brasileira que todo cidadão tem direito a uma vida digna, mas isso não ocorre. Isto é violência. Mas quem é o culpado de cometer esse crime? O Estado? O político? Note-se que esta “entidade” não se encontra no Código Penal, que fala apenas em pessoas concretas que diretamente cometem violência.

Vejam um caso ocorrido em São Paulo, em 2002: o promotor de justiça José Carlos Blat se perguntava por que existiam tantos ferros-velhos em São Paulo. Será que aconteciam tantas batidas de carro para justificar tamanho comércio? O promotor de justiça, então, junto com seus colegas de gabinete, ficou quarenta e cinco dias na Avenida Rio das Pedras, onde se concentram os ferros-velhos.

Eles conseguiram fechar três estabelecimentos e, ao contrário da polícia, apreenderam todas as peças roubadas. Depois, fizeram um levantamento na Secretaria de Fazenda e observaram que, apenas em um deles, havia mil carros importados.

Foram necessários noventa e cinco caminhões para levar o material apreendido no valor de mais de vinte e cinco milhões de reais em peças de carros importados. Um fenômeno interessante: os quarenta ferros-velhos resolveram fechar nessa época.

Posteriormente, foi feito um levantamento sobre se a ação teria alguma repercussão sobre o número de roubos e furtos de veículos na metrópole de São Paulo. Os sindicatos das seguradoras informaram que a incidência daqueles delitos caiu em 25% naquele período (cf. REVISTA CAROS AMIGOS, nº 70, 2003, p. 31-37).



Qual o papel dos “desmanches” nos índices de roubos de carros nas grandes cidades? Na foto, policial do Deic (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado) vistoria o maior “desmanche” de carros do estado de SP, localizado no ferro-velho Tancredão Autopeças, em Campinas, em 2002.

Conclusão: roubo e furto são crimes, previstos no Código Penal, mas e o ferro-velho que incentiva essas ações (o que fica evidente neste caso, porém não explícito) não é condenado?

Penitenciárias de São Paulo e do Rio de Janeiro são locais de concentração de organizações criminosas. Assaltantes perigosos, traficantes pequenos e grandes, “ladrões de galinha” e assaltantes de bolsas de velhinhas ficam todos juntos, em celas superlotadas e insalubres,

ociosos, comendo precariamente, sem assistência médica ou psicológica. O que esperar desse “ladrão de galinhas” ou do assaltante de velhinhas – negros, em sua maioria –, quando são maltratados e torturados? Será que não é mais fácil para eles se submeterem ao grande traficante, que lhes oferece fuga e um “salário” se estiverem a seu serviço?

Vejam na tabela seguinte a relação entre o número de vagas e o número de presos no Brasil:

Tabela 3

Vagas e presos no sistema prisional e na polícia – Dezembro 2009

Estados	Totais			Estados	V	P	V-P
	V	P	V-P				
Acre	1.833	3.421	1.588	Paraíba	5.313	8.524	3.211
Alagoas	1.941	1.978	37	Pernambuco	9.675	21.041	11.366
Amazonas	2.297	3.875	1.578	Piauí	2.005	2.591	486
Amapá	994	1.812	818	Paraná	14.687	22.166	7.699
Bahia	6.839	8.220	1.381	Rio de Janeiro	23.832	23.158	-674
Ceará	9.946	12.872	2.926	Rio Grande do Norte	3.296	3.775	699
Distrito Federal	6.450	8.157	1.707	Rondônia	4.103	6.986	3.103
Espírito Santo	5.585	8.036	2.451	Roraima	538	1.651	1.113
Goiás	5.734	9.870	4.136	Rio Grande do Sul	18.010	28.750	10.740
Maranhão	2.353	3.425	1.072	Santa Catarina	7.591	13.340	5.749
Minas Gerais	23.199	35.121	11.922	Sergipe	2.007	2.742	735
Mato Grosso do Sul	5.670	9.641	4.191	São Paulo	101.774	154.515	52.741
Mato Grosso	5.135	11.061	5.826	Tocantins	1.604	1.648	44

FONTE: Órgãos estaduais responsáveis pelo sistema penitenciário – 2009. LEGENDA: V: vagas P: número de presos V-P: Déficit de vagas. OBSERVAÇÃO: No déficit de vagas (V-P) foram considerados apenas os valores negativos. Tabela adaptada de BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p. 46.

Segundo outro promotor de justiça de São Paulo, Roberto Porto, nenhum dos líderes do PCC entrou nas penitenciárias como homicida e traficante. Eram presos comuns, que deveriam estar fora do sistema carcerário em, no máximo, três anos. Eles se tornaram criminosos “pesados” dentro do sistema carcerário, sob a proteção do Estado.

Para o promotor, a responsabilidade disto é do Estado. Não é para menos que o ministro da Justiça do primeiro governo Lula (2003-2006), Márcio Thomaz Bastos, tenha dito, numa entrevista ao programa do Jô Soares, que o preso comum, faz mestrado, doutorado e pós-doutorado em criminalidade violenta nos presídios brasileiros.

Mas, então, devemos continuar culpando somente os criminosos de rua, menores, “pretos, ou quase pretos, ou quase brancos” de serem responsáveis pela violência nas grandes cidades?

Drogas: brancos que produzem, brancos que consomem... negros que consomem e morrem...

Os sociólogos Manuel Castells (1996) e Lóic Wacquant (1999), estudiosos da globalização e da criminalidade urbana, respectivamente, afirmam que é necessária uma análise global deste fenômeno para não cairmos no erro de responsabilizar quem, na verdade, muitas vezes, é vítima de um sistema econômico e social maior.

Castells afirma que as organizações criminosas e seus associados, é um fenômeno novo que afeta a economia, as relações sociais e principalmente os jovens.

A *cosa nostra* italiana, a máfia americana, os cartéis colombianos e mexicanos, as redes criminosas nigerianas, a *yakuza* japonesa, as máfias russas, os piratas somalis, os traficantes

de heroína afegãos, entre outros, formam uma rede de organizações criminosas que ultrapassam fronteiras. Realizam comércio de drogas, armas, crianças, órgãos humanos, prostituição, falsificação de mercadorias, cartões de crédito, identidades, mercadorias roubadas etc.

O poder econômico que essas redes possuem ultrapassa, inclusive, o peso de determinados países como EUA, Brasil, México, movimentando bilhões de dólares anualmente. A conferência promovida pela ONU, em 1994, sobre o Crime Global Organizado, estimou que o comércio mundial de drogas, por exemplo, atingiu a cifra de 500 bilhões de dólares por ano, o que significa uma cifra maior que o valor das transações globais envolvendo petróleo.

Lions Gate Films Inc. / Alpha Filme



Em 1994, a conferência da ONU sobre o Crime Global Organizado calculou o comércio mundial de drogas em 500 bilhões de dólares por ano.

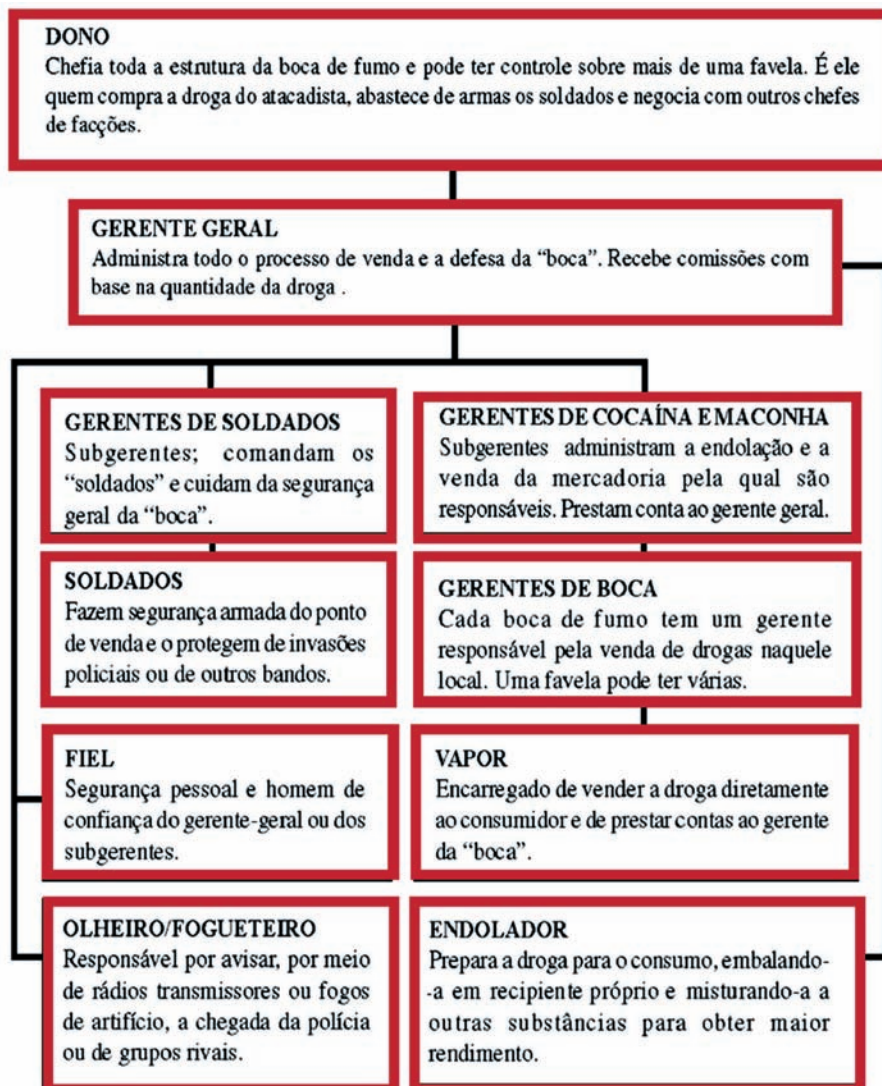
Segundo dados da Força-Tarefa de Finanças do G-7, de 1990, US\$ 120 bilhões anuais do sistema financeiro mundial (as bolsas de valores) foram provenientes do tráfico internacional de drogas. São conhecidas as conexões da máfia siciliana com as redes bancárias da Itália e com toda a elite política e empresarial daquele país. (cf. CASTELLS, 1996)

Em relação ao narcotráfico na América Latina, Castells afirma que ele

depende da demanda e da exportação de seu principal mercado: os Estados Unidos. Além disso, a indústria do tráfico é totalmente internacionalizada, com divisão de trabalho e produção. O componente essencial de toda indústria da droga, ou seja, sua sobrevivência, é o sistema de lavagem de dinheiro. Isso sem falar da necessidade de corrupção e de penetração no meio institucional (o Estado, os políticos e burocratas) para poder funcionar em todas as etapas do sistema. Em suma, o crime organizado só é capaz de sobreviver através de corrupção e intimidação dos funcionários do Estado e o cumprimento de todo o conjunto de

transações é assegurado por meio do uso de violência em um nível extraordinário.

Paulo Lins, carioca, autor da obra *Cidade de Deus*, que inspirou o filme com o mesmo nome, afirmou no documentário “Notícias de uma guerra particular”, que quem consome a grande quantidade de drogas no Brasil não são as pessoas do morro. Essas servem apenas como mão de obra barata entre os grandes traficantes e os consumidores do asfalto. No diagrama a seguir, podemos ver, por exemplo, a estrutura de uma quadrilha e sua hierarquia nos morros do Rio de Janeiro.



Fonte: *Folha de São Paulo*, Folhateen, 10 de março de 2003, p. 6.

Nesta estrutura hierárquica, vemos claramente os princípios organizativos do tráfico de drogas. Entretanto, várias questões ficam em aberto: de onde vêm as drogas, ou melhor, quais são os fornecedores (atacadistas), já que em nosso país não se produz cocaína? E esses fornecedores, sendo de fora do país, têm alguma ajuda para que essas mercadorias entrem no Brasil? E quem são os consumidores do “vapor”, já que se sabe que o custo das drogas vendidas é alto para o poder aquisitivo dos moradores das favelas? Se os governantes têm conhecimento dessa rede, por que não atuam na fonte fornecedora das drogas e no consumo delas?

O mais grave, porém, é o fornecimento de armas. De onde elas vêm? Segundo o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Luz, grande parte das armas em mãos dos traficantes são produzidas nos EUA e na Suíça, mas também na Alemanha, na Rússia e em Israel. Existem até submetralhadoras, pistolas e fuzis, que a própria polícia militar e o exército brasileiro não possuem.

A conclusão que se pode chegar é que, do “gerente geral” ao “olheiro”, a mão de obra do tráfico é constituída de moradores dos morros cariocas, filhos de trabalhadores, ex-trabalhadores, desempregados, meninos e meninas entre 10 e 16 anos, “pretos”, “ou quase pretos”, “ou quase brancos” que ou não têm condições de ter um trabalho digno ou, quando têm, são seduzidos a ganhar mais no tráfico.

Diversos estudos, dossiês e Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) já concluíram que o crime organizado, como afirma o promotor José Carlos Blat, não sobrevive sem a participação do Estado. Portanto, o que se configura é que o problema da violência nas grandes cidades diz

respeito, essencialmente, àquilo que Løic Wacquant (1999) denomina de *capitalismo de pilhagem*. Ou seja, um grande negócio capitalista internacional que se utiliza de mão de obra barata (jovens da periferia, na sua maioria negros), não institucionalizada oficialmente e que, por sua vez, traz consequências catastróficas para a população das grandes cidades (balas perdidas nas disputas entre bandos, insegurança nas ruas, a morte de milhares de jovens antes de completarem dezoito anos, entre outras coisas).

© Angeli - FSP 11.03.2003



Mas, se o Estado e suas instituições (polícia, exército) não são eficientes no combate à criminalidade, como se caracteriza sua atuação diante desta barbárie? Ou melhor, quais as soluções apresentadas pelos dirigentes de Estado e Governo para diminuir e combater a criminalidade urbana e o narcotráfico?

Løic Wacquant (1999) nos fornece a resposta revelando que, com o advento do neoliberalismo, isto é, com a ausência ou diminuição de toda rede de proteção social (hospitais, escolas, saneamento, assistência social etc.), não resta alternativa para o Estado senão aquela de investir na repressão, substituindo sua função de “Estado Previdência” pelo “Estado Penitência”.

O que o autor quer dizer é que o Estado se torna um *Estado Penal*, deixando de lado seu papel de assistência aos cidadãos e seus direitos. E, ciente da situação caótica que cria (violência, insegurança etc.), tem como única solução aumentar a repressão, a vigilância, o quantitativo de cárceres e o aparato militar. Exemplo desta orientação é a política da “tolerância zero”, praticada na cidade de Nova York nos anos de 1990.

Em Manhattan, na administração do prefeito Rudolph Giuliani (1994-2001), houve um aumento do efetivo policial de 34.000 para 46.000, enquanto que, na área de serviços sociais, houve uma redução de 30%, baixando o número de empregados para 13.400.

A política da “tolerância zero” tem como essência extirpar “a delinquência”, a “violência urbana”, as “incivilidades” que, segundo o Estado, são, simultaneamente, as causas e os resultados da violência, principalmente nas áreas ditas “sensíveis”, isto é, periferias, favelas, guetos negros, bairros pobres e degradados. Além disso, seria necessário afastar das ruas, dos parques, dos trens... os pobres ameaçadores à ordem. Ou seja, tal política parte da ideia de que o abandono das ruas favorece a criminalidade.

Há alguma semelhança entre essa ideia e o chamado “choque de ordem”, implantado nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, pela Prefeitura, a partir de 2009? Na verdade, a mesma política, sem esse nome, foi efetivada na capital e no estado por governos anteriores, desde julho de 2003. No bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, por exemplo, vez ou outra, principalmente quando ocorrem eventos internacionais, são retirados das ruas prostitutas, mendigos, crianças, trabalhadores sem-teto etc., com o objetivo de combater as possíveis causas do favorecimento

Ana Carolina Fernandes/Folhapress



Há muitas semelhanças entre a política de “tolerância zero” e o chamado “choque de ordem”. Na foto, um policial militar vigia usuários de crack em frente ao Departamento Náutico de São Cristóvão, após ocupação das favelas de Mangunhos e Jacarezinho no Rio de Janeiro (RJ), em 2012.

da criminalidade. Trata-se da mesma política de “criminalização da pobreza”, com outro nome.

Ainda na cidade do Rio de Janeiro, por ser uma espécie de “vitrine” turística do Brasil, e em razão da proximidade dos jogos da Copa do Mundo de futebol 2014 e das Olimpíadas de 2016, o governo estadual iniciou também a política de instalação de Unidades Policiais Pacificadoras (UPPs) em diversas favelas cariocas, deslocando as organizações do tráfico de drogas para outras comunidades e para outras cidades próximas à capital.

Recorrer ao aparato policial e à repressão do Estado como forma de se combater o problema da violência urbana e da criminalidade significa não perceber que a causa principal desse grave problema está associado à própria forma de organização da sociedade como um todo. Além disso, o aparelho repressor oficial, muitas vezes, se encontra tomado pela corrupção e pelos chamados “desvios de conduta” de diversos policiais, que se associam aos grupos e organizações do

tráfico, além de políticos eleitos como vereadores e deputados.

Um exemplo do que relatamos pode ser encontrado na capital do estado do Rio de Janeiro e em cidades vizinhas, onde se organizaram as chamadas “milícias”: grupos armados, compostos principalmente por ex-policiais e ex-bombeiros que expulsam o tráfico de determinadas comunidades, mas ocupam o seu lugar, passando a cobrar taxas fixas dos moradores em troca de segurança, além de controlar serviços, como transporte alternativo, transmissão de TV a cabo, redes de distribuição de gás de cozinha etc.

O aumento do fenômeno da violência, no contexto político atual, também apresenta outras características. Uma delas é que, se por um lado há uma diminuição dos gastos sociais do Estado e a degradação das condições de vida dos indivíduos, por outro, o Estado investe no aumento dos recursos penitenciários.

Estatísticas sociais americanas mostram que, para cada cinco crianças americanas menores de seis anos, uma cresce na miséria e, uma em duas, entre a comunidade negra. Durante o auge da chamada *era neoliberal*, a população considerada muito pobre dobrou entre 1975 e 1995, atingindo 14 milhões de pessoas. Quarenta e cinco milhões de americanos (dos quais 12 milhões são crianças) não têm cobertura médica. Trinta milhões sofrem de fome e de desnutrição crônica. Sete milhões de americanos vivem nas ruas, depois que as verbas federais para a questão social foram diminuídas em 80% nos anos de 1980 a 1990. O censo americano informou, em

Será esta a única solução para se combater a criminalidade urbana no Brasil?

26 de setembro de 2003, que a taxa de americanos pobres alcançou 12,1%, em 2002, cerca de 34,6 milhões de pobres.

Entretanto, os dados referentes ao número de pessoas encarceradas nos Estados Unidos são inversamente proporcionais aos dados socioeconômicos. Entre 1975 e 1985, os efetivos encarcerados haviam pulado de 380.000 para 740.000 pessoas. Em 1995, saltaram para 1,5 milhão e, em 1998, para quase dois milhões de pessoas. Entre esses indivíduos, de cada dez presos, seis são negros ou imigrantes latinos.

Os gastos dos estados americanos com penitenciárias, entre 1979 e 1990, cresceram 325%, enquanto que os gastos com a construção civil, no mesmo período, cresceram 61,2%. O setor penitenciário contava, em 1993, com 600.000 empregados, ou seja, era o terceiro setor da economia a empregar trabalhadores, atrás apenas da General Motors e da rede de supermercado WalMart. Entre 1979 e 1989, o orçamento dos hospitais estagnou, o dos liceus escolares diminuiu em 2%, o da assistência social diminuiu em 41%, mas o do setor penitenciário cresceu, no mesmo período, em 95% (cf. WACQUANT, 1999).

Por fim, o sistema policial e o sistema judiciário nos EUA priorizam seu foco de detenções entre os negros. Os dados: os negros representam 13% dos consumidores de droga e, no entanto 33% das pessoas detidas e 75% das pessoas



Luiz Fernandes

encarceradas por infração à legislação sobre drogas são negras. Em 1995, de cada dez encarcerados, seis foram condenados por portar ou comercializar drogas, e a maioria era proveniente de bairros pobres afro-americanos. Ou seja, “(...) é mais fácil proceder a prisões nos bairros socialmente desorganizados, em contraste com os bairros operários estáveis ou os prósperos subúrbios de colarinhos brancos.” (BRATTON; KNOBLER, 1998. Citados por WACQUANT, 1999, p. 95)

Depois de revelar esses dados, Lôic Wacquant afirma que não existe vínculo algum comprovado, em pesquisas, entre índice de criminalidade e índice de encarceramento. Ou seja, a violência e o tráfico de drogas, nos EUA, não diminuíram com a política da “tolerância zero”, pois a repressão não teve influência alguma sobre os motores dessa criminalidade que têm como objetivo criar uma *economia de pilhagem*, justamente nos espaços onde a economia oficial não existe, como, por exemplo, aqui no Brasil, nas favelas e nas periferias das grandes cidades.

Na política da “tolerância zero”, destaca-se o papel das polícias, como já comentamos. Se o alvo destas, nos EUA, são os bairros negros ou “degradáveis”, os imigrantes ou indesejáveis, aqui no Brasil são, por exemplo, a juventude negra e os pobres da periferia.

Lôic Wacquant deixa mais explícito o papel da polícia, na ordem econômica neoliberal, quando diz que ela cumpre a tarefa que a assistência social não faz ou já não faz mais desde que se admite que não há (ou haverá) trabalho para todos. Sua conclusão é de que, do controle da pobreza permanente pelo trabalho assalariado, de alguns anos atrás, passamos ao controle pelas forças da ordem e pelos tribunais, colocando essas pessoas, no que ele chama de *campo de concentração para pobres* (ou seja, os cárceres).

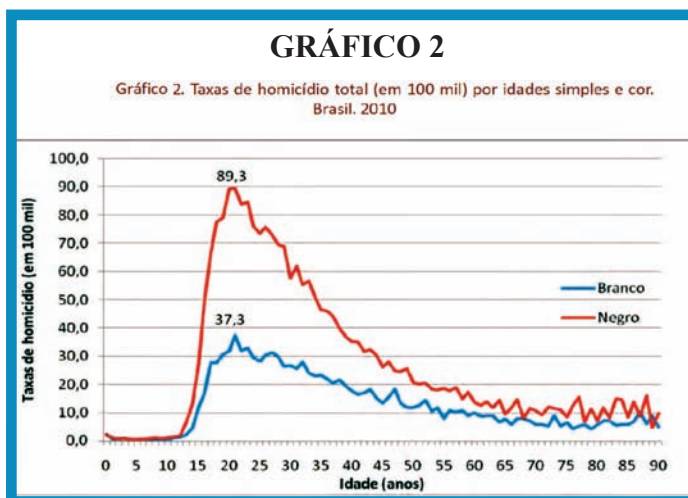
Luiz Eduardo Soares, sociólogo e ex-secretário nacional de segurança pública do Ministério da Justiça (em 2003), afirmou em várias entrevistas que há um processo de eliminação de jovens negros entre 16 e 24 anos de idade, pois o tratamento que a PM dá a essa população se assemelha ao de um grupo de extermínio. Quando a polícia sobe um morro, ou aborda os jovens da periferia e das favelas, todos são considerados suspeitos ou “elementos perigosos”. Os gráficos que apresentamos a seguir, com dados de 2000 e de 2010, comprovam que as suas declarações permanecem atuais. Comparem:

GRÁFICO 1



Fonte: Gráfico reproduzido de WASELFSZ, 2002, p. 43.

GRÁFICO 2



Fonte: Gráfico reproduzido de WASELFSZ, 2012, p. 28.

Em nenhum momento, na história do tráfico no Brasil, houve uma ação concreta da parte do Estado para dismantlar as redes do tráfico de drogas, no seu alto comando. As ações da polícia, quando intervém efetivamente nessa rede ou na criminalidade urbana, resultam em chacinas, como a de Acari (1990), a da Candelária (1993) e a de Vigário Geral (1993), no Rio de Janeiro, sem falar na de Carandiru (SP), em outubro de 1992, onde foram mortos cento e onze presos.



Daly

Um ex-capitão da PM do Rio de Janeiro revelou em entrevista à revista Caros Amigos que:

A polícia ocupa a favela quando há problema nos bairros ricos. Se o tiroteio é num morro da Tijuca, perto da casa de juízes, promotores e médicos, a polícia ocupa no dia seguinte. Se tem tiroteio no Pavãozinho, dá para ouvir no restaurante do hotel Othon, aí a polícia corre pra lá, dá no Jornal Nacional. Agora, se tiver guerra entre o Juramento e Engenho da Rainha (em Inhaúma, zona Norte do Rio), a polícia não ocupa nada (...).

Não vale a pena combater o tráfico assim. A violência vem da miséria, eles estão vendendo cocaína para levantar dinheiro. Se não tivessem cocaína, iriam assaltar bancos. Se eu ocupar o morro da Providência com duzentos policiais durante um mês, todos aqueles bancos em volta vão ser assaltados, porque eles estão descapitalizados e precisam pagar dívidas.

(Depoimento recolhido por AMARAL, 2000, p. 21)

O sociólogo Luiz Eduardo Soares, em entrevista à mesma revista Caros Amigos, observou:

No morro, o que você tem? O varejo do tráfico. Aqueles meninos que, uma vez mortos, são substituídos como peça de reposição. Se você acha que entrando e invadindo o morro, fuzilando aqueles meninos, está resolvendo alguma coisa, está completamente enganado. Porque esses meninos não têm poder nenhum: não são eles que falam inglês, que têm computador, que lavam dinheiro, que negociam com o tráfico internacional. Em geral, o atacado está nas áreas nobres da cidade, se infiltrando cada vez mais nas instituições públicas..."

(AMARAL, 2001, p.17)

Conceição Paganele, uma das fundadoras da AMAR – Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco – e mãe de Cássio, que se tornou viciado em crack aos catorze anos, afirmou numa entrevista:

(...) os traficantes ou a quadrilha organizada, que se organizou justamente porque não tiveram outro meio, porque não lhes foi dada melhor oportunidade de vida, por isso se organizaram no mundo do crime, no mundo do tráfico, como aconteceu com meu jovem, que com 14 anos pegou a carteira profissional dele e foi procurar serviço. Bateu em muitas portas, o sonho dele era ser office-boy, ganhar os três primeiros salários e comprar tudo em roupa no shopping. E, como ele morava na cidade de Tiradentes, que é longe, e a escolaridade era 5ª série, ninguém lhe deu oportunidade, e aí veio a decepção das drogas, de ele ingressar nesse mundo.

(PAGANELE, 2002, p. 32).

Diante desses depoimentos e do que vimos neste capítulo até aqui, será que podemos concluir que “bandido bom é bandido morto”? De que “os meninos do tráfico estão nessa vida porque querem”? Afinal, quem são os verdadeiros responsáveis pela violência? Basta colocar policiamento ostensivo nas ruas para acabar com a criminalidade? Essas medidas podem excluir cada vez mais os pobres? Ou será que, como enfatiza o sociólogo Lóic Wacquant, grande parte da classe trabalhadora, “excluída” pelo neoliberalismo, é entregue ao seu próprio destino, vivendo da economia de pilhagem das ruas, cada vez mais dominadas por atividades criminosas controladas por poderosas redes internacionais?

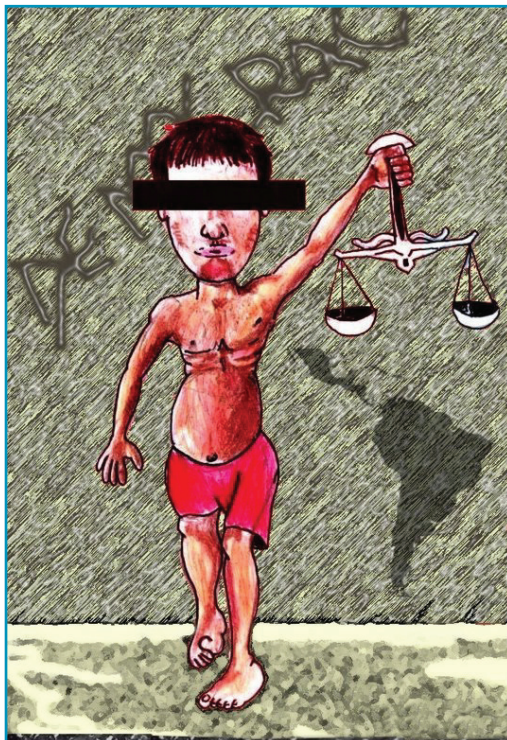
Na falta de um instrumento de ação para dar voz a uma necessidade de sobrevivência em uma linguagem compreensível aos políticos e dirigentes do Estado, o que resta aos jovens das grandes cidades senão tomar as ruas?

Um jovem amotinado de Bristol (Inglaterra) desabafa:

Não tenho emprego, nunca vou ter. Ninguém quer nos ajudar a sair desta (...). Se o governo pode gastar tanto dinheiro para construir um submarino nuclear, por que não para gastar conosco? Se brigar com a polícia é a única forma de ser ouvido, então vamos brigar com eles.

(WACQUANT, 2001, p. 34)

Diego Felipe



O problema da violência, como tentamos descrever, não se limita a questões de ordem pessoal (como o “caráter” dos criminosos) ou a falta de maior repressão por parte do Estado. Ela deve ser analisada, do ponto de vista sociológico, na complexa rede de relações sociais existentes nas sociedades, dos interesses de grupos e classes sociais e das desigualdades sociais. E para se combater esta realidade cada vez mais dramática, que alguns autores chamam de *barbárie*, a Sociologia deve dar uma contribuição fundamental, com seus instrumentos de análise e suas teorias.

DROGA, QUE QUÍMICA!

Fernanda Lima

Neste capítulo, foram abordados os temas sobre a criminalidade urbana e a violência, relacionados também à questão das drogas. Mas, o que vem a ser uma *droga*?

O termo *droga*, de origem controversa, é a designação no Brasil para substâncias, naturais ou sintéticas, que causam alguma ação sobre o sistema nervoso central, provocando dependência.

Desde os tempos mais remotos, substâncias de efeito alucinógenos, estimulantes, depressivos e envenenatórios têm sido referenciadas na literatura. Poções, unguentos* e fumigações** foram utilizados amplamente por milhares de pessoas e levou à desgraça muitas outras. Principalmente, em quase todos os países da Europa, mulheres pobres e idosas eram queimadas na fogueira, enforcadas ou torturadas, acusadas de bruxaria, por uso de seus conhecimentos como herboristas, de meados do século XIV ao XVIII.. Essas moléculas, embora possam não ser inteiramente responsáveis por esses séculos de perseguição, tiveram considerável importância. A perseguição às mulheres, a Inquisição e o sistema legislativo da época formatam um contexto que pode explicar a utilização dessas drogas pelo sexo feminino. Lamentavelmente, porém, a fuga temporária da realidade possibilitada por essas drogas era, muitas vezes, fatal, pela overdose ou, surpreendentemente, pela confissão dos “feitos incríveis”. Existe uma excelente explicação química para a crença daqueles que confessavam ter vivenciado fantasiosas aventuras – um grupo de compostos conhecidos como alcaloides.

Os alcaloides são compostos químicos naturais, de origem vegetal, heterocíclicos, que possuem um ou mais nitrogênios em seu esqueleto carbônico. Alguns dos mais conhecidos são: a piperina (da pimenta do reino); a cafeína (do café); a conina ou cicutina (da cicuta); a atropina (da beladona); a codeína e a tebaína (do ópio); a hiociamina (do meimendo); a escopolamina (da mandrágora); e a ergotamina (da cravagem). A mandrágora, *Mandragora officinarum*, foi citada mais recentemente no filme *Harry Potter e a Câmara Secreta*. No filme, elas dão um escândalo quando são retiradas do solo pelos alunos de Hogwarts, mas o grito das mandrágoras já havia sido citado antes por Shakespeare, no clássico *Romeu e Julieta*, quando, em certo momento Julieta diz: “... com cheiros repugnantes

e guinchos como mandrágoras arrancadas da terra/Que mortais, ouvindo-os, enlouquecem.” Acredita-se que o remédio que Julieta tomou para fingir estar morta tenha sido extraído dela.

As drogas podem ser classificadas como: **drogas depressoras ou depressores**, aquelas que diminuem o nível de atividade cerebral e por isso são muito utilizadas em hospitais, em doses controladas, como sedativos e anestésicos (ex.: álcool, barbitúricos, cloreto de etila, clorofórmio, ópio, morfina etc); **psicodislépticas ou alucinógenas**, aquelas que têm por característica principal a despersonalização em maior ou menor grau (ex.: Δ -9-tetrahydrocannabinol “maconha”, skunk, dietilamida do ácido lisérgico (LSD), psilocibina (princípio ativo de cogumelos), diacetilmorfina “heroína” etc) e, as **psicoanalépticas ou estimulantes**, aquelas que produzem aumento da atividade cerebral, diminuem a fadiga, aumentam a percepção, tornando os demais sentidos ativados (ex.: cocaína, crack (mistura de pasta de cocaína com hidróxido de sódio – NaOH ou bicarbonato de sódio - NaHCO_3), cafeína, teobromina (encontrada no chocolate), MDMA “ecstasy”, anfetaminas “bolinha, arrebite” e outras drogas sintéticas conhecidas como “crystal”, “ice”, “keramina”, “shahoo” etc.). Muitas dessas *drogas* são bases químicas para inúmeras formulações que beneficiam a humanidade há séculos. Infelizmente, muitas dessas moléculas, principalmente alcaloides presentes nas plantas, estimularam o comércio gerando fortunas, promovendo guerras, sustentando governos, financiaram golpes de estado levando à escravidão e à morte bilhões de seres humanos. O abuso e desconhecimento de suas propriedades e a falta de políticas que levam à extinção de plantas nativas por substituição por outras “mais rentáveis”, pode nos privar da descoberta de novas moléculas com propriedades antitumor, ativas contra o HIV, para o tratamento da esquizofrenia, Alzheimer, Parkinson e quem sabe males que ainda desconhecemos.

Fernanda de Melo Lima é professora de Química Analítica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, no campus de São Gonçalo. Graduada em Química Industrial pela UFF e Doutorado em Química na UFF.

* Nome que os antigos davam às drogas aromáticas com que perfumavam e embalsamavam os corpos.

** Ação de produzir fumaça ou vapor desinfetantes.

Revendo o capítulo

- 1 – Defina ou redefina a ideia de “exclusão”, tomando como referência a análise de Karl Marx apresentada no texto.
- 2 – Relacione os principais problemas que o texto aponta a respeito do sistema prisional brasileiro.
- 3 – O que significa *capitalismo de pilhagem*?
- 4 – O que é a política da “tolerância zero”?

Dialogando com a turma

- 1 – Em relação à diminuição da maioria penal, qual sua posição, a favor ou contra? Por quê?
- 2 – Investigue em seu bairro ou na sua escola as possíveis causas da violência cometida por certas pessoas.
- 3 – Debata com seus colegas: quais seriam as soluções para se combater o crime organizado e a violência generalizada em nossa sociedade?

Verificando o seu conhecimento

- 1 – Observe a charge abaixo, de autoria do cartunista Latuff, analise as afirmativas apresentadas a seguir e assinale aquela que melhor corresponde às questões debatidas neste capítulo.



O problema da violência urbana pode ser resolvido somente com maior repressão por parte do Estado, como servem de exemplo as incursões das forças policiais em favelas. As mortes de inocentes podem até ocorrer, mas são eventuais. Devemos entender que elas representam a parte negativa, infelizmente, de ações que, em geral, apresentam resultados bastante positivos.

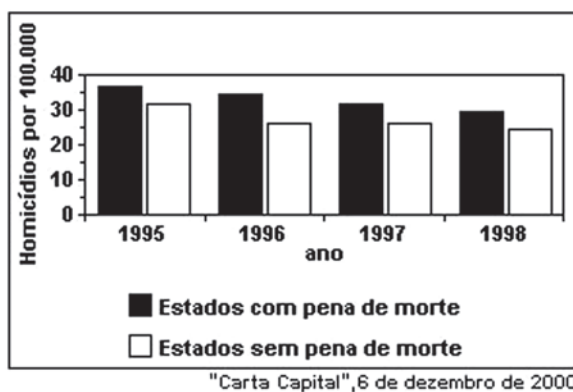
A charge “Operação militar na favela” não corresponde à realidade que se presencia no cotidiano da vida dos moradores dessas regiões que vivem ou viveram situações de intervenção das forças de segurança pública. As vítimas fatais das forças policiais, quando existem, são todas ligadas à organização do tráfico de drogas – mesmo que as consideremos como simples “peças de reposição” de um grande e articulado “comércio varejista”.

A violência urbana não se trata apenas de uma questão social, pois se relaciona principalmente ao caráter das pessoas que se envolvem com a criminalidade – e a maioria dessas pessoas, estatisticamente, reside em favelas.

O fenômeno da violência urbana deve ser analisado, sob o ponto de vista sociológico, levando-se em conta a complexa rede de relações sociais existentes nas sociedades, dos interesses de grupos e classes sociais e das desigualdades sociais. Nesse sentido, as operações militares de repressão em favelas não podem ser entendidas como “ações de combate à violência” por parte dos poderes públicos.

Devemos entender as operações militares em favelas como ações concretas da parte do Estado para dismantelar as redes do tráfico de drogas, no seu alto comando. Dessa forma, as ações da polícia nessas regiões fazem parte de um conjunto de políticas direcionadas para o combate à criminalidade e objetivam dar um fim à violência urbana.

2 - (ENEM, 2001). O gráfico compara o número de homicídios por grupo de 100.000 habitantes entre 1995 e 1998 nos EUA, em estados com e sem pena de morte.



Com base no gráfico, pode-se afirmar que:

- (A) a taxa de homicídios cresceu apenas nos estados sem pena de morte.
- (B) nos estados com pena de morte a taxa de homicídios é menor que nos estados sem pena de morte.
- (C) no período considerado, os estados com pena de morte apresentaram taxas maiores de homicídios.
- (D) entre 1996 e 1997, a taxa de homicídios permaneceu estável nos estados com pena de morte.
- (E) a taxa de homicídios nos estados com pena de morte caiu pela metade no período considerado.

Pesquisando e refletindo

Livros:

PEDROSO, Regina Célia. *Violência e cidadania no Brasil: 500 anos de exclusão*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Discussão Aberta).

Livro pertencente à coleção voltada para os jovens estudantes do Ensino Médio. Analisa a violência institucional existente no país, descrevendo e discutindo diversos momentos da nossa História.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis. *Violência urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003. (Folha Explica).

Dois sociólogos especialistas no tema debatem o que é violência, como ela se manifesta nas grandes cidades brasileiras e as perspectivas que podem ser apontadas para a sua superação.

Filmes:

CIDADE DE DEUS (Brasil, 2002). *Direção*: Fernando Meirelles. Elenco: Matheus Nachtergaele, Alexandre Rodrigues, Leandro Firmino da Hora. 135 min.

História de dois meninos – Buscapé e Dadinho/Zé Pequeno – durante a ocupação do conjunto habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Enquanto o primeiro consegue resistir ao apelo de se tornar bandido e vira fotógrafo, o outro se transforma em bandido.

FALCÃO – MENINOS DO TRÁFICO (Brasil, 2006). *Direção*: MV Bill e Celso Athayde. 125 min.

Documentário produzido com base em entrevistas, em diversas comunidades pobres do Brasil, entre 1998 e 2006, feitas pelo *rapper* MV Bill e pelo seu empresário Celso Athayde, retratando a vida de jovens de favelas brasileiras que trabalham no tráfico de drogas. A produção independente se tornou popular principalmente após a sua transmissão no programa semanal da TV Globo – Fantástico.

NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR (Brasil, 1999). *Direção*: João Moreira Salles e Kátia Lund. 56 min.

Documentário que retrata de forma ampla e contundente a violência no Rio de Janeiro. O filme apresenta flagrantes do cotidiano das favelas dominadas pelo tráfico de drogas, com entrevistas com todos os envolvidos no conflito, tanto os traficantes, quanto os policiais, como também os moradores que vivem no meio do fogo cruzado. Os realizadores do documentário entrevistam também especialistas em segurança pública.

Conectados na internet e nas redes sociais:

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (NEV) – Universidade de São Paulo – USP: <http://bit.ly/19DnPot>

Apresenta relatórios, artigos e informações importantes sobre a violência e a criminalidade no país, bem como sobre o tema Direitos Humanos. Um exemplo de material muito importante disponibilizado pelo site e que pode contribuir bastante para o seu entendimento e as discussões em sala de aula sobre o tema deste capítulo é o Relatório de Direitos Humanos:

<http://bit.ly/14JoTAm> Acesso: fevereiro/2013.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA CIDADANIA, CONFLITO E VIOLÊNCIA URBANA (NECVU) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ: <http://bit.ly/17pNlcJ>

Site que apresenta o resultado de pesquisas de professores e alunos das Ciências Sociais sobre a realidade urbana, principalmente com relação a situações sociais de conflito e violência. Em destaque, a possibilidade de acesso a relatórios apresentando índices de criminalidade envolvendo armas de fogo ou com análises sobre os homicídios cometidos por policiais. Acesso: abril/2103.

NÚCLEO DE PESQUISAS DAS VIOLÊNCIAS (NUPEVI) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ: <http://www.ims.uerj.br/nupevi/>

Página organizada e mantida por pesquisadores do Instituto de Medicina Social da UERJ, em parceria com a FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. O site apresenta diversos artigos, teses e dissertações e relatórios sobre o tema. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

HEY JOE – Autor: Billy Roberts. Intérpretes: O Rappa.

Versão do Rappa para uma música de Jimmy Hendrix, chamando a atenção para o fato de que a marginalidade e a violência existentes na periferia, sempre focada pela mídia, encobrem a realidade de uma grande maioria que tem uma vida marcada por sacrifício e trabalho honesto.

TEMPOS DIFÍCEIS – Autores e intérpretes: Racionais MCs.

Afinal, quem são os culpados pela corrupção, pela miséria e pela violência?

Filme Destaque:

Globo Filmes/José Padilha



TROPA DE ELITE 2 – O INIMIGO AGORA É OUTRO.

FICHA TÉCNICA:

(Brasil, 2010). Direção: José Padilha. Elenco: Wagner Moura, André Ramiro, Sandro Rocha, Milhem Cortaz, Maria Ribeiro. Duração: 116 min.

SINOPSE:

O Capitão Nascimento, promovido a subsecretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, agora se defronta com um novo inimigo: as milícias. Mas, ao investigar suas ações – com a ajuda de um deputado estadual, Diogo Fraga –, descobre um sistema muito mais poderoso do que ele poderia imaginar.

Continuação do filme TROPA DE ELITE (Brasil, 2007, 118 min.), realizado pelo mesmo diretor, que gerou diversas polêmicas por sugerir que os consumidores de drogas seriam diretamente responsáveis pela violência urbana e por apresentar uma visão quase heroica do BOPE, batalhão de elite da Polícia Militar, apesar das suas práticas de torturas físicas e assassinatos.

Capítulo 22

“Ocupar, resistir, produzir.” A questão da terra no Brasil

*Tudo o que fere a terra, fere também os filhos da terra.
O índio é filho da terra;
a terra é a nossa vida e a nossa liberdade.
Os grandes senhores da terra não compreendem o povo índio,
porque os grandes senhores da terra escravizam a terra.
São estranhos que chegam de noite roubam da terra tudo quanto
querem.
Para eles um torrão de terra é igual a outro.
A terra não é sua irmã, é sua inimiga,
eles a destroem e vão embora.
Deixam para trás o túmulo de seus pais,
roubam a terra dos seus filhos.
Sua ganância empobrecerá a terra
e eles deixarão atrás de si só a areia cansada dos desertos.
A força do povo índio é amar e defender a terra.
Ela é de todos os homens.
Quem tem o direito de vender a mãe de todos os homens?
A terra é a nossa vida e a nossa liberdade.
Índio sem terra é como tronco sem raízes à beira do caminho.
Tudo o que fere a terra, fere também os filhos da terra.*

(Texto escrito por um índio desconhecido, recolhido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Publicado em CARVALHO, 1980, p. 89)

Podemos dizer que a questão da terra no Brasil teve início com a chegada dos colonizadores portugueses, em 1500. E as primeiras vítimas dessa “invasão”, com a consequente ocupação predatória das terras brasileiras, foram aqueles que aqui viviam – os povos indígenas. O texto acima nos mostra que estes povos continuaram sendo vitimados através dos séculos, massacrados

pela expansão do “homem branco”, com seus tratores e motosserras, suas estradas e fazendas, a criação de gado para a exportação de carne e as plantações de soja administradas por modernas agroindústrias capitalistas.

O que acabamos de escrever não significa que somos “contra o desenvolvimento econômico” Nada disso! Da mesma forma que os portugueses ocuparam o território da



Quais as consequências para o desenvolvimento do Brasil da concentração de terras sempre ter estado nas mãos de poucos? De que forma essa realidade poderia ser modificada? Na foto, militantes do MST em manifestação pela reforma agrária, Curitiba (PR), em 2011.

Terra de Santa Cruz somente com a intenção de extrair todas as riquezas possíveis, “passando por cima” de quem estivesse no caminho, pode-se dizer, em se tratando da questão da terra no Brasil, que essa história continua se repetindo – guardando as diferenças e especificidades de cada época –, apresentando a mesma “lógica perversa” nesta atual expansão capitalista do chamado “agronegócio”.

Questão de terra ou questão de gente?

A propriedade da terra no Brasil sempre esteve concentrada nas mãos de poucos. Usaremos como imagem o momento em que todo o território da então colônia portuguesa foi dividido em Capitânicas Hereditárias, separado da colônia espanhola pelo Tratado de Tordesilhas. Na época, houve “gritaria” de outros reinos europeus que indagavam se “Deus havia dividido o mundo entre Portugal e Espanha”.

Ingleses e franceses protestaram e resolveram se apossar de parte da terra

dividida, para poder usufruir das eventuais riquezas que encontrariam na América e na África. Os portugueses, por sua vez, não se contentaram com o território que lhes coube e invadiram a parte espanhola, contando a seu favor com o trabalho dos bandeirantes – aventureiros e mercenários que não hesitavam em assassinar seus adversários. Hoje dão seus nomes a grandes rodovias como Fernão Dias,

Anhanguera etc. e a um monumento em sua homenagem, na cidade de São Paulo.

Passando bem rapidamente pela História do Brasil, a título de exemplo, perguntamos:

- No tempo do Brasil Colônia, por que os povos indígenas foram massacrados em todas as partes do território?
- O que significou e por que ocorreu a guerra dos Sete Povos das Missões?
- Durante o Brasil Império, por que foi aprovada, em 1850, uma Lei de Terras?
- O que ela de fato significava?
- Já no início do Brasil República, por que aconteceu o massacre do povo comandado por Antonio Conselheiro, em Canudos?

Nestes três exemplos, apesar dos momentos históricos diferentes, uma mesma dinâmica acompanhou a luta pela terra no Brasil – a lógica determinada pelos interesses econômicos e políticos da classe dominante, formada por grandes proprietários de terras.

Começando pelo Brasil Colônia, qual era o modelo adotado para a ocupação do nosso imenso território?

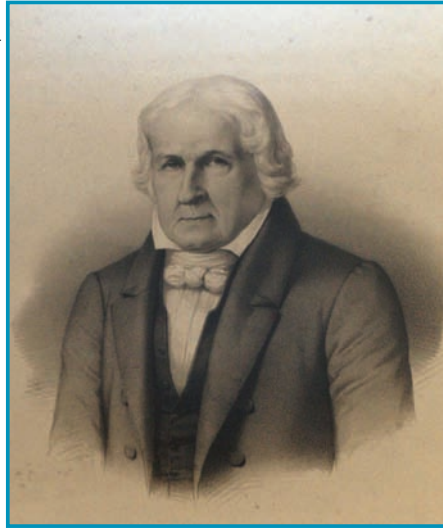


Ora, o rei de Portugal doava *sesmarias* – grandes extensões de terra – a pessoas de sua inteira confiança, que viraram “nossos” primeiros latifundiários (grandes proprietários de terras). Para extrair a riqueza da terra, escravizavam os povos indígenas que aqui viviam e, posteriormente, os povos africanos trazidos pela empresa do tráfico negroiro.

Segundo o pesquisador Júlio José Chiavenato, uma norma que existia no Regimento de 1548 – que determinava as funções do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa – foi a responsável não só pela instituição do latifúndio, como também da monocultura, implantando um modelo de posse da terra que perdura até hoje. Essa norma recomendava que “as terras apropriadas fossem doadas, livremente, para o cultivo de cana e para a fundação de engenhos, às pessoas com ‘possibilidades’ de desenvolver a empresa” (CHIAVENATO, 1996, p. 29). Esta decisão significava, de acordo com Chiavenato, que os gigantescos latifúndios implantados pelas sesmarias seriam ocupados, segundo o Regimento, somente pela monocultura da cana-de-açúcar, impedindo a formação de pequenas propriedades.

A concentração da terra permaneceu e se aprofundou durante todo o Período Colonial. E era um problema tão grave que, pouco antes da Independência, até um dos membros da classe dominante, José Bonifácio, apresentou uma proposta de legislação que previa a possibilidade de redistribuição das terras improdutivas por parte do Estado, por impossibilitarem o desenvolvimento econômico da Colônia (CHIAVENATO, p. 29-30).

Bruno Stuckert/Folhapress



José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), o “Patriarca da Independência”.

Essa realidade ficou inalterada até 1850, já durante o Império, quando a Lei n. 601, que ficou conhecida como *Lei de Terras*, acabou com o sistema de posse, determinando que a terra somente poderia ser adquirida através da compra. Mas, o que significou essa Lei de Terras, afinal?

Uma das suas características era elevar o preço das terras, obrigando o pagamento à vista. Dessa forma, a venda das terras públicas era dirigida para uma elite social e o dinheiro arrecadado seria aplicado na vinda de colonos europeus. “A Lei de Terras visava não só consolidar a posse da terra nas mãos de uma elite, como também preparar um novo tipo de mão de obra para a lavoura, pois sabia-se

que o escravismo teria de acabar.” (CHIAVENATO, p. 30).

Essa lei concentrou ainda mais o latifúndio, pois as terras públicas – aquelas que não estavam ocupadas pela monocultura da cana-de-açúcar, do algodão, do café etc. – se tornaram muito mais caras do que as terras particulares, fazendo com que a sua aquisição somente fosse possível por parte das famílias mais ricas e poderosas, melhor dizendo, aquelas que já eram latifundiárias. Como o trabalho escravo foi sendo aos poucos substituído pelo trabalho assalariado, a Lei de Terras acabou por cumprir dois papéis: impediu que o imigrante europeu que chegava ao país adquirisse o seu pedaço de terra por meio da compra (com exceção de algumas regiões do Sul do Brasil) e impediu que o ex-escravo tivesse uma alternativa de trabalho com base na pequena propriedade da terra. É evidente que isso somente seria possível através da realização de uma reforma agrária, como fizeram todos os países capitalistas que realizaram a Segunda Revolução Industrial na mesma época, no século XIX. Nesse sentido, um exemplo clássico de um modelo capitalista, totalmente oposto ao brasileiro, foi dado pelos Estados Unidos que incentivou e forneceu todas as condições para a ocupação de terras por colonos americanos em direção ao Oeste – apesar do massacre dos povos indígenas, como ocorreu por aqui.

Este modelo brasileiro de alta concentração fundiária permanece até os dias de hoje. A Guerra de Canudos (1896-1897) pode ser considerada como um emblema do drama e da luta dos sem-terra em nosso país. Deixando de lado o fanatismo religioso que formou o Arraial de Canudos, a pregação mística do beato Antonio Conselheiro arrastou uma multidão que não tinha onde ficar e nem para onde ir, em um Nordeste empobrecido enormemente



Leticia Moreira/Folhapress

A estátua acima, localizada em Canudos - BA, é uma representação de Antônio Conselheiro, o fundador do antigo Arraial de Canudos, no interior do estado.

pelo acelerado deslocamento dos investimentos econômicos rumo ao Sul do país, iniciado pela expansão da lavoura cafeeira. O massacre militar de toda aquela população de miseráveis foi a “solução natural” determinada pelo governo dos “coronéis” da República Velha, sob pressão dos latifundiários baianos, assustados com a possibilidade de que aquele movimento significasse uma verdadeira reforma agrária naquela região, “na marra” e “de baixo para cima” (cf. MARTINEZ, 1987, p. 10).

Apesar de apresentar algumas características específicas, parte do que escrevemos sobre Canudos igualmente poderia abarcar a Guerra do Contestado (1912-1916), que também apresentou como semelhanças uma população expulsa de suas terras pelo processo de expansão capitalista no Sul do país, com o massacre da população camponesa pelo exército. Assim como em Canudos, a forte resistência popular tinha como base de sustentação a fé proporcionada por lideranças místicas e religiosas.

Na História do Brasil, portanto, a garantia da propriedade da terra para uns poucos chefes locais (a “oligarquia dos coronéis”) e, depois, os modernos interesses capitalistas sempre prevaleceram sobre as necessidades de sobrevivência física da grande maioria da população.

Mas os trabalhadores do campo aos poucos se organizam...

O modelo citado de concentração fundiária somente começou a ser questionado na segunda metade do século XX, após o processo de industrialização que determinou o deslocamento dos trabalhadores e a crescente concentração urbana da população brasileira. Agora, diferentemente do que ocorrera em Canudos e em outras regiões do país, a população rural tinha “para onde ir”: empregar-se como trabalhador assalariado nas empresas que comandaram o processo de modernização capitalista do Brasil.

Como operários, inclusive, esses trabalhadores tiveram acesso a benefícios adicionais e inéditos. A partir da Era Vargas, após a Revolução de 1930, todas as categorias profissionais reconhecidas pelo Estado tiveram a sua carteira de trabalho assinada, e uma legislação que lhes garantia o recebimento de um salário mínimo, férias remuneradas, a estabilidade no emprego e um sistema de previdência social que lhes assegurava a assistência médica e a posterior aposentadoria. Porém, para aqueles que permaneciam como lavradores, nada – o tempo estacionara no Brasil Império e na Primeira República, sem qualquer legislação trabalhista, sem acesso a quaisquer direitos previdenciários. Esse era o “pacto da classe dominante”, iniciado pelo Estado Novo do presidente Getúlio Vargas (1937-1945) e seguido pela política da República Populista (1946-1964): a modernização capitalista brasileira – com as suas consequências para o trabalho assalariado – era um fenômeno exclusivamente urbano, sem qualquer incidência no meio rural.

O grande problema é que somente através de uma violência brutal seria possível manter uma realidade marcada por tanta desigualdade no campo, que pretendia a perpetuação da herança colonial do modelo com

base no latifúndio, controlado pelos ricos proprietários que formavam as “oligarquias rurais”.

Mas, os tempos eram outros – pelo menos, para os trabalhadores do campo. Em 1954, ao mesmo tempo em que o Partido Comunista lançava uma *Campanha Nacional pela Reforma Agrária*, em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, uma associação fundada originalmente pelos camponeses – com o objetivo de obter assistência jurídica, médica, educacional e funerária – entrou em confronto aberto com os proprietários de terra. Conseguiu, então, em 1959, como resultado da sua luta e da sua organização, a desapropriação do engenho Galileia que passou a ser administrado pelos próprios trabalhadores rurais. Esse movimento, sob a liderança do advogado Francisco Julião, ficou conhecido como *Ligas Camponesas*. Espalhou-se por treze estados brasileiros e tornou-se uma referência nacional e internacional pela luta dos trabalhadores rurais pela realização de uma reforma agrária no país – uma bandeira assumida pelo governo presidido por João Goulart (1961-1964), fazendeiro e ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. A “lei agrária” de Goulart fez parte da lista das prometidas “reformas de base” de seu governo, que tanto assustaram os interesses capitalistas e seus projetos em curso no Brasil. Estes projetos eram comandados por uma burguesia extremamente conservadora, incapaz de perceber que uma reforma agrária não seria contrária aos seus interesses de classe.

A experiência das Ligas Camponesas – assim como de outros movimentos e sindicatos rurais independentes da Liga, criados nesse período, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) – foi praticamente encerrada com o golpe civil-militar de 1964 e a prisão das principais lideranças do

movimento. Até hoje, pelo papel que acabaram exercendo, as Ligas são uma referência histórica para aqueles que participam da luta pela terra em nosso país.

A permanente tensão existente no campo, entretanto, fez com que o governo militar do Marechal Castello Branco aprovasse, com modificações, a “lei agrária” que se discutia no período anterior, resultando, ainda em novembro de 1964, no chamado *Estatuto da Terra*. Com isso, o governo pretendia, ao mesmo tempo, apaziguar os camponeses e tranquilizar os latifundiários. Nesse sentido, podemos dizer que as metas eram praticamente duas: para reduzir a pressão dos camponeses, prometia a execução de uma reforma agrária (o que não aconteceu); em benefício dos fazendeiros, planejava a modernização e o desenvolvimento capitalista da agricultura – política de fato implementada pelos governos militares que se seguiram. Como ressalta o sociólogo José de Souza Martins, especialista na questão agrária brasileira, no livro *Não há terra para plantar neste verão*:

Essa opção de desenvolvimento capitalista implica numa composição de classes inteiramente desfavorável à participação política das classes trabalhadoras, pois diminui o seu papel político e marginaliza, uma vez mais, os trabalhadores rurais.

(...) No campo, a associação entre os militares e os grandes proprietários de terra se deu para concretizar transformações econômicas, baseadas na expansão do capital. Em outras palavras, a ditadura militar promoveu ou intensificou, quando foi o caso, a associação entre o grande capital e a propriedade da terra.

(MARTINS, 1986, p. 89; 91)



Alf Ribeiro/Folhapress

O latifúndio, presente em toda a História do Brasil, é geralmente definido como uma propriedade agrícola de grande extensão, sob controle de famílias ou empresas, voltado para a monocultura – com baixa produtividade – ou destinado à criação de gado. Na foto, plantação de milho em Rio Verde – GO.

Terra para quem nela trabalha: os trabalhadores sem-terra retomam a sua luta histórica...

Após uma fase de violenta repressão às suas lideranças, comandada pelo aparato militar que tomou o poder em 1964, a questão agrária voltou com força no final da década de 1970, impulsionada pelo aprofundamento da crise econômica capitalista mundial, com o aumento do desemprego, da miséria e, conseqüentemente, do êxodo da população do campo para a cidade. Neste contexto político explosivo, diversos movimentos sociais contra a alta do custo de vida eclodiram nas maiores cidades, sob o comando de um renovado movimento sindical em luta por melhores condições de trabalho e maiores salários.

Em relação a essa retomada das lutas do campo, teve grande destaque o papel exercido por lideranças leigas e religiosas da Igreja católica que abraçaram as ideias da Teologia da Libertação (maiores detalhes no capítulo sobre Religiosidade), criando, em 1975, a Comissão Pastoral da



Nico

Terra (CPT), um órgão de assessoria política e jurídica que contribuiu, efetivamente, para a organização dos trabalhadores rurais, de norte a sul do país.

Através da ação organizada da CPT, no Sul do Brasil, que associou militantes católicos e luteranos, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a partir das lideranças que se reuniam no acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), no final dos anos 1970. Rapidamente, esses movimentos localizados se articularam nacionalmente com outras lutas isoladas que se desenvolviam no campo, em diferentes regiões do país – como, por exemplo, dos trabalhadores atingidos por barragens, obrigados a desocupar suas terras em decorrência de projetos de construção de grandes hidrelétricas por parte do governo federal –, fornecendo o corpo e a estrutura que viriam a formar o MST. Após a realização de várias reuniões regionais de organização, o Encontro Nacional, que é considerado como o marco de fundação do movimento, ocorre em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná.

Com o lema “Terra para quem nela trabalha”, esse primeiro encontro do MST reuniu lideranças de doze estados brasileiros, representantes da Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária, da CUT – Central Única dos Trabalhadores, do Cimi – Conselho Indigenista Missionário e da Pastoral Operária de São Paulo, comprovando a forte ligação do movimento com os militantes católicos da Teologia da Libertação. Segundo o site do MST, nesse encontro:

(...) os participantes concluíram que a ocupação de terra era uma ferramenta fundamental e legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais em luta pela democratização da terra. A partir desse encontro, os trabalhadores rurais saíram com a tarefa de construir um movimento orgânico, em nível nacional. Os objetivos foram definidos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.¹¹

Jonas Oliveira/Folhapress



Cerca de 1.200 crianças e adolescentes, filhos de agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), protestam contra a situação vivida pelos trabalhadores rurais e reivindicam “Escola, Terra e Dignidade”, em Curitiba (PR), 2007.

Desde então, o MST transformou-se numa referência internacional da luta dos trabalhadores rurais, encontrando-se atualmente organizado em vinte e quatro estados, por todas as regiões brasileiras, reunindo cerca de 350 mil famílias assentadas. Transcrevemos a seguir o texto oficial do próprio movimento, que apresenta a sua estrutura organizativa:

Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. Os latifúndios desapropriados para assentamentos normalmente possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer. Por isso, as famílias assentadas seguem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem estes direitos básicos.

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem a produção, a escola, as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres.¹²

Além dessa estrutura, o MST organiza, a cada cinco anos, o seu Congresso Nacional com a participação de mais de quinze mil militantes na avaliação e definição das linhas políticas do movimento. A cada dois anos, o MST também realiza o seu Encontro Nacional, que analisa e atualiza as deliberações do Congresso.

A luta do MST ganhou notoriedade principalmente em 1995-1996. Ao lado das já históricas ocupações de *terras improdutivas* – ou seja, de terras férteis abandonadas ou subutilizadas para a produção de gêneros alimentícios –, o movimento promoveu uma caminhada de mil quilômetros até Brasília, em abril de 1996, em defesa da reforma agrária e do emprego, contra as políticas neoliberais do governo federal. Foi nesse período, entretanto, que ocorreram os massacres de Corumbiara, em Rondônia, e de Carajás, no Pará, com diversas lideranças do movimento entre os trabalhadores assassinados e presos.

A ocupação de terras avaliadas como “improdutivas” continua sendo a “tática” principal da ação política do MST, provocando sempre fortes reações dos proprietários de terras e dos grandes empresários dos meios de comunicação, que não reconhecem as terras como improdutivas e sempre se referem às ocupações como “invasões de propriedade”, configurando-as como “crimes” contra o capital.

Uma revista semanal brasileira, por exemplo, além de publicar sistematicamente notícias condenando as ações do MST, reuniu uma série de informações sobre o movimento na matéria “Os 25 anos do MST: invasões, badernas e desafio à lei”, publicada em 23 de janeiro de 2009. Nessa matéria, a revista *Veja* (23/01/09) se posiciona dessa forma:

Mantendo a falsa bandeira de sua incansável luta pela reforma agrária, o MST conseguiu permanecer impune das ações criminosas que cometeu ao longo de sua existência. Há tempos que a organização não quer mais apenas um pedaço de terra – e sim toda a terra. Em reportagens realizadas ao longo dos anos, VEJA acompanhou o crescimento, a desmoralização e os crimes cometidos por essa organização que não possui sede fixa e nem estatuto.¹³

A partir dessa introdução, a reportagem cita diversos episódios nos quais a “violência do MST” é destacada. O presidente José Sarney, por exemplo, é citado como “responsável” pelo desencadeamento de conflitos de terra quando anunciou, em 1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária, que o seu governo se propunha a implementar. A revista, na época, afirmou que o governo, com isso, tocou em “um vespeiro que havia vinte anos não estava tão agitado” – traduzindo: a reportagem se referia ao golpe civil-militar de 1964, que reprimiu violentamente o movimento de luta pela terra, como vimos anteriormente.

Enumerando os diversos conflitos que ocorreram na luta pela terra, a citada revista relata a ocupação ocorrida no Ceará, nesse ano de 1985, por 45 famílias armadas de facões e foices, como para justificar a decisão dos fazendeiros em armar os seus empregados e a sua ordem de “atirar primeiro e perguntar depois”.

Além desse conflito que marcou o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, são destacados: o ato promovido por 400 agricultores no centro de Porto Alegre, em 1990, com a depredação de vidraças e a degola de um soldado da Polícia Militar; a marcha que o MST realizou em 1997, com 40.000 pessoas, que realçava o caráter de rebeldia do movimento e suas ações contra a ordem capitalista e a sua base de sustentação, a propriedade privada; a entrevista concedida por um dos líderes do MST, que admitia o recurso à luta armada, em determinadas circunstâncias; e, por fim, a revista se referia à ação “mais espetacular” promovida pelo movimento, ocorrida em 10 de maio de 2000:

Numa operação relâmpago e inédita, cerca de 5.000 sem-terra ocuparam prédios públicos em catorze capitais. Outros 25.000 realizaram invasões pelo interior e passeatas. Em três lugares, foram atacadas sedes regionais do INCRA, o órgão do governo federal encarregado da reforma agrária. Em onze, o MST escolheu escritórios do Ministério da Fazenda.¹⁴

A reportagem finaliza afirmando que, com essas ações, no ano 2000, “o MST pretendia tomar o poder por meio da revolução”.¹⁵

Em outubro de 2009, em outra ação que gerou bastante polêmica, militantes

Cartaz do documentário retratando a vida dos personagens da ocupação da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, 10 anos depois da primeira ocupação, ocorrida em 1985.

Vernver Brasil/Teté Moraes





Silva Junior/Folhapress

Em outubro de 2009, a destruição de plantações de laranja da empresa Cutrale jogou grande parte da opinião pública contra o MST. Na foto, colheita de laranjas na fazenda Santa Maria, da Cutrale, em Analândia (SP), em 2010.

do MST, dirigindo tratores, destruíram plantações de laranja em uma fazenda da empresa Cutrale, no interior de São Paulo. Ocuparam as terras com o objetivo de plantar feijão e milho para subsistência dos seus acampamentos na região. Os meios de comunicação condenaram com veemência a ação, mas ignoraram a informação de que essas terras pertenciam à União, tendo sido “griladas” (invadidas) anos atrás pela Cutrale – um dos maiores produtores mundiais de suco de laranja, contando com a conivência dos governos brasileiros. A destruição de pés de laranja, no entanto, “chocou” grande parte da “opinião pública”. Podemos, então, diante desses fatos, dizer que o Movimento Sem-Terra é uma organização criminosa?

Como hoje em dia, graças à possibilidade de acesso à tecnologia da internet, todos os estudantes podem recolher informações sobre esses e outros acontecimentos que envolveram o MST (esperamos que o acesso à internet seja uma realidade presente na sua escola!). Confrontando as posições conflitantes ou divergentes, propomos, como sugestão para um trabalho de pesquisa, chegar a um posicionamento:

afinal de contas, as ações do MST são legítimas ou são criminosas? Quem tem razão, as lideranças do movimento ou os proprietários de terra? Qual é o papel desempenhado pelos meios de comunicação em relação ao problema da terra no Brasil?

Devemos destacar, por fim, que o MST não é um movimento isolado de outros setores da sociedade, pois desenvolve diversos projetos na área de formação política e educacional, muitos deles em parceria com universidades públicas brasileiras e com a UNICEF – United Nations Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância) que é uma agência da ONU – Organização das Nações Unidas – voltada para a defesa dos direitos e o pleno desenvolvimento das crianças.

Além da preocupação com a educação, o MST também promove a formação técnica dos assentados, com o objetivo de proporcionar o aumento do poder aquisitivo das famílias dos militantes do movimento.

Jorge Araujo/Folhapress



Uma das iniciativas do MST, na área da educação, foi a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, em Guararema (SP), que oferece cursos técnicos específicos e encontros de formação política. Na foto, turma em aula na ENFF, em 2003.

O exercício dessas parcerias, porém, também é acompanhado pelas mesmas polêmicas citadas anteriormente: como os proprietários

de terras e os meios de comunicação denunciam o MST como uma instituição criminosa e ilegal, o movimento não poderia, no entendimento deles, receber benefícios governamentais de qualquer tipo e utilizar recursos públicos – ainda por cima, sem fiscalização da sociedade. Nesse sentido, ainda em março de 2010, parlamentares de alguns partidos de oposição procuravam instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – no Congresso Nacional, com o objetivo de averiguar as verbas recebidas pelo movimento e denunciar as suas relações com o Governo Lula (2003-2010).

Como se pode perceber pelo que escrevemos, trata-se de uma história que, da mesma forma como a luta pela terra no Brasil, está muito longe de terminar.

A Sociologia e a questão da terra no Brasil

Neste capítulo, nos preocupamos em apresentar informações gerais sobre o modelo de concentração de terras implantado historicamente em nosso país pelas classes sociais dominantes que, mesmo sob o ponto de vista do desenvolvimento capitalista, resultou em um projeto politicamente conservador. Afirmar isto significa o entendimento que a não realização de uma *reforma agrária*, durante os nossos séculos de História, significou uma *opção* por um modelo de capitalismo atrasado, dependente e subalterno em relação aos interesses do capital internacional. Mas, o que isso tem a ver com os que moram nas cidades?

Entre as consequências da opção por esse modelo, podemos citar não só a manutenção da condição de pobreza entre os camponeses brasileiros, como as migrações contínuas do

campo para as periferias das cidades, levando ao “inchaço” das regiões metropolitanas, com a multiplicação de favelas, a ocupação desordenada do espaço urbano e o aumento da violência. A ausência de políticas públicas adequadas contribui para o agravamento da questão social brasileira, onde a situação do uso e da distribuição da terra é um dos elementos mais importantes e que precisa constar em todos os debates sobre o presente e o futuro do nosso país.

Achamos importante destacar o processo de organização dos trabalhadores do campo na luta contra um modelo altamente concentrador e excludente, mesmo sob a perspectiva capitalista. Assim, nos preocupamos em apresentar o MST como um exemplo da luta e da organização dos trabalhadores rurais, que se articula com as lutas urbanas, mas cujas ações geram inúmeros conflitos no campo e produzem polêmicas de peso em diversos setores da sociedade brasileira. Um exemplo, nesse sentido, pode ser encontrado nas condenações que o MST tem recebido em algumas instâncias do Poder Judiciário, interpretadas como uma tentativa de “criminalização” do movimento social.

No campo de estudo da Sociologia, o investimento em pesquisas sobre esse tema é entendido como parte da *Sociologia Rural*, disciplina presente em diversas universidades públicas brasileiras. Em termos gerais, podemos dizer que a Sociologia Rural é o estudo da organização social do *camponês* – termo que significa “homem do campo” (derivado do latim *campus*) –, sujeito que se diferencia do “homem da cidade” em função do seu contexto social e histórico específico; das sociedades rurais em geral ou



José de Souza Martins, professor da USP e um dos sociólogos brasileiros mais reconhecidos na área de estudos da Sociologia Rural.

ainda o estudo do “modo de vida rural e a natureza das diferenças rurais e urbanas” (LAKATOS; MARCONI,

1999, p. 29-30). Nesses estudos, tem especial destaque as mudanças sociais provocadas pela penetração do modo de produção capitalista no campo, com as suas opções pela monocultura e pelo latifúndio, ou pela modernização tecnológica e mecanização das lavouras, assim como a implantação de empresas multinacionais e do agronegócio e o papel assumido pelo Estado nesse processo.

Então, como se pôde perceber neste capítulo, a questão da terra no Brasil não se trata de um assunto “menor” neste país cada vez mais urbanizado ou que diga respeito apenas a quem vive no campo ou que vivencia os conflitos apontados no texto. O que você pensa a respeito?

NPK, DDT E BIOCOMBUSTÍVEIS

André Von-Held Soares

Na Grécia Antiga, o filósofo Empédocles foi um dos primeiros a teorizar sobre a composição da matéria, estabelecendo quatro princípios básicos: água, fogo, ar e terra. Embora a tabela periódica tenha evoluído consideravelmente desde então (em 2012 a IUPAC [1] registrou a existência de 114 elementos, dos quais 90 são de ocorrência natural), continuaremos por um bom tempo dependentes da retirada de muitas substâncias importantes de minérios, diretamente das rochas e da terra.

Mas ainda é da terra que o homem tira seu alimento e é impossível deixar de notar que a diferença de acesso a ela não está restrita apenas ao espaço e à qualidade do solo, mas às ferramentas e tecnologias usadas para plantar e colher com eficiência. Temos tomate, alface, morango e mamão disponíveis o ano todo, independentemente da estação, graças a algumas classes de moléculas que mudaram a prática da agricultura em larga escala.

Um avanço importante veio no primeiro quarto do século XX com o processo Haber-Bosch de produção de amônia (NH_3), a partir do nitrogênio do ar. Toda planta precisa do elemento nitrogênio para sintetizar aminoácidos e se desenvolver. Assim, a partir da amônia é possível fabricar moléculas que deixem o nitrogênio mais disponível, como a ureia e o nitrato de amônio, diminuindo a dependência de organismos nitrificadores no solo. Além do nitrogênio (N), são importantes o fósforo (P) e o potássio (K). Fertilizantes que contenham esses três elementos com concentração acima de 5% são chamados de NPK. Os fertilizantes trouxeram um entusiasmante aumento na produção de alimentos, mas permanece ainda a distribuição desigual.

Outra classe de moléculas de grande interesse industrial é a dos pesticidas, que desempenham um

papel um pouco mais controverso que os fertilizantes. Os pesticidas são utilizados para o controle de pragas na lavoura, mas podem trazer danos à saúde e à qualidade das águas e solo, em concentrações elevadas. Os organofosforados, carbamatos e organoclorados, como o DDT, são exemplos de moléculas projetadas para matar insetos, atuando em seu sistema nervoso. O DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) foi o primeiro inseticida a ser sintetizado e foi usado, inicialmente, no combate à malária e ao tifo, mas veio finalmente a ser controlado pela Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, em 2001, por poder causar câncer ao homem e danos ambientais. No Brasil, sua proibição ocorreu em 2009 e hoje, no mundo todo, há intensas pesquisas por novas moléculas que gerem o mínimo impacto ambiental e de saúde pública, mas façam o controle de pragas eficientemente.

Paralelamente, um debate interessante que se trava hoje diz respeito à competição por terra entre o plantio de alimentos e de espécies destinadas à produção de biocombustíveis. Ainda não se sabe quais serão os eventuais impactos na alimentação mundial, caso boa parte das áreas agricultáveis seja destinada a “plantar combustíveis” (biodiesel de palma, etanol de milho, etc.). Uma coisa, porém, pode ser dada como certa: lá estarão os fertilizantes e pesticidas.

André Von-Held Soares é professor das disciplinas de Físico-Química e Corrosão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, no campus de Duque de Caxias. Graduado e Mestre em Engenharia Química pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Doutorando em Química na UFF.

[1] Sigla em inglês de International Union of Pure and Applied Chemistry (União Internacional de Química Pura e Aplicada).

Reverendo o capítulo

- 1 – Relacione a História do Brasil Colonial com a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários.
- 2 – Qual foi o significado da Lei de Terras, de 1850?
- 3 – De que forma podemos dizer que a Guerra de Canudos se relacionou com a questão da terra no Nordeste brasileiro?
- 4 – O que foram as Ligas Camponesas e o que é o MST? Apresente os objetivos desses dois movimentos sociais.

Dialogando com a turma

- 1 – Pesquise na Internet e/ou nos livros de História a respeito das nações indígenas brasileiras e procure entender o que significou a ocupação das suas terras pelos colonizadores portugueses.
- 2 – A partir da posição de José Bonifácio a respeito da concentração de terras no Brasil Colônia, e com base em uma pesquisa sobre a experiência de outros países, debata com a turma sobre a relação entre reforma agrária e desenvolvimento capitalista.
- 3 – Investigue os diversos posicionamentos existentes na sociedade brasileira sobre as ações do MST e discuta em sala se o movimento é uma “organização legítima dos trabalhadores rurais que lutam por seus direitos” ou se é uma “organização criminosa”.

Verificando o seu conhecimento

(ENEM, 1998)

Em uma disputa por terras, em Mato Grosso do Sul, dois depoimentos são colhidos: o do proprietário de uma fazenda e o de um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras:

Depoimento 1

“A minha propriedade foi conseguida com muito sacrifício pelos meus antepassados. Não admito invasão. Essa gente não sabe de nada. Estão sendo manipulados pelos comunistas. Minha resposta será à bala. Esse povo tem que saber que a Constituição do Brasil garante a propriedade privada. Além disso, se esse governo quiser as minhas terras para a Reforma Agrária terá que pagar, em dinheiro, o valor que eu quero.” - proprietário de uma fazenda no Mato Grosso do Sul.

Depoimento 2

“Sempre lutei muito. Minha família veio para a cidade porque fui despedido quando as máquinas chegaram lá na Usina. Seu moço, acontece que eu sou um homem da terra. Olho pro céu, sei quando é tempo de plantar e de colher. Na cidade não fico mais. Eu quero um pedaço de terra, custe o que custar. Hoje eu sei que não estou sozinho. Aprendi que a terra tem um valor social. Ela é feita para produzir alimento. O que o homem come vem da terra. O que é duro é ver que aqueles que possuem muita terra e não dependem dela para sobreviver, pouco se preocupam em produzir nela.” – integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de Corumbá – MS.

- 1 – A partir da leitura do depoimento 1, os argumentos utilizados para defender a posição do proprietário de terras são:

- I. A Constituição do país garante o direito à propriedade privada, portanto, invadir terras é crime.
- II. O MST é um movimento político controlado por partidos políticos.
- III. As terras são o fruto do árduo trabalho das famílias que as possuem.
- IV. Este é um problema político e depende unicamente da decisão da justiça.

Estão corretas as proposições:

- (A) I, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

2 – A partir da leitura do depoimento 2, quais os argumentos utilizados para defender a posição de um trabalhador rural sem terra?

- I. A distribuição mais justa da terra no país está sendo resolvida, apesar de que muitos ainda não têm acesso a ela.
- II. A terra é para quem trabalha nela e não para quem a acumula como bem material.
- III. É necessário que se suprima o valor social da terra.
- IV. A mecanização do campo acarreta a dispensa de mão de obra rural.

Estão corretas as proposições:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) III, I, IV, apenas.

Pesquisando e refletindo

Livros:

CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*. São Paulo: Moderna, 1996. (Coleção Polêmica).

Nesse breve livro, o autor examina a violência no campo como reflexo da nossa estrutura social, consequência de uma das maiores concentrações de rendas e terras do mundo, caracterizando o Brasil como o maior sistema latifundiário da História da humanidade.

MARTINEZ, Paulo. *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?* 12. ed. São Paulo: Moderna, 1996. (Coleção Polêmica).

A posição de vários setores da sociedade é ser favorável à reforma agrária, mas ela não acontece. Os conflitos pela posse da terra, já fazem parte da rotina de qualquer noticiário. Mas ela não se realiza. Por que ela não acontece? É possível uma reforma agrária ampla, massiva e imediata? O problema está na terra ou no homem? Estas e outras questões são discutidas neste trabalho brilhante e acessível, onde o sociólogo Paulo Martinez mostra que na realidade não faltam terras nem ideias e, no entanto, o nosso trabalhador agrícola parece cada vez mais longe de ser dono do seu pedaço de terra.

Filmes:

TERRA PARA ROSE (Brasil, 1987). Direção: Tetê Moraes. Duração: 84 min.

Documentário que retrata a história de Rose, agricultora sem-terra que, com outras 1.500 famílias, participou da primeira grande ocupação de uma terra improdutivo, a fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, em 1985. O filme aborda a questão da reforma agrária no Brasil, no período de transição pós-regime militar, retratando o início de um importante movimento social, o MST. Veja, combinando com seu professor, a continuação desse documentário com a trajetória dos personagens 10 anos depois (O SONHO DE ROSE – 10 ANOS DEPOIS (Brasil, 1997). Direção: Tetê Moraes. Duração: 92 min.

O VENENO ESTÁ NA MESA (Brasil, 2011). Direção: Silvio Tendler. Duração: 50 min.

Documentário que denuncia o modelo baseado no agronegócio e de que forma ele substituiu a agricultura tradicional, atacando a fertilidade do solo, os mananciais de água e a biodiversidade, contaminando aqueles que consomem todos os alimentos produzidos. Entre outras revelações, o filme mostra que o Brasil é o país do mundo que mais consome os venenos, numa proporção de 5,2 litros/ano por habitante. Apresenta depoimentos do escritor uruguaio Eduardo Galeano, entre outros. O filme pode ser assistido no You Tube e também em outros sites, tais como em <http://bit.ly/16F7XwI>. Acesso: fevereiro/2013.

MAIS QUE A TERRA (Brasil, 1990). Direção: Elizeu Ewald. Elenco: Stenio Garcia, Marcos Paulo, José Dumont, Cláudio Marzo. Duração: 72 min.

Ficção. Migrante nordestino, trabalhando como motorista de ônibus em São Paulo, recebe a visita de seu primo e se motiva a voltar a viver como agricultor, a partir da promessa de ganhar um pedaço de terra na Amazônia. Ele se muda com a família com o objetivo de realizar o seu sonho, mas somente depois descobre que foi “vendido” para um grileiro, passando a trabalhar numa condição similar a de um escravo. Quando consegue escapar, se une a um grupo de posseiros que se organizam para lutar pelas suas terras. O filme retrata a realidade violenta da situação agrária no Brasil, que perdura neste século XXI.

Conectados na internet e nas redes:

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: <http://www.mst.org.br/inicial>
Página que traz muitas informações sobre a questão da terra no Brasil a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este site oficial do MST é importante para fazer análise comparativa em relação às notícias veiculadas na mídia. Acesso: fevereiro/2013.

OBSERVATÓRIO DO AGRONEGÓCIO: <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/>
Site que traz informações, notícias, análises, opiniões de especialistas, artigos e dados estatísticos sobre o agronegócio. Uma importante fonte de estudos sobre a questão da terra no Brasil, tanto para a Sociologia quanto para a História e a Geografia. Acesso: fevereiro/2013.

CONTRA OS AGROTÓXICOS: <http://www.contraosagrototoxicos.org/>

Certamente você já ouviu falar sobre agrotóxicos. Pois bem, neste site você terá contato com a campanha, promovida por várias entidades, contra os agrotóxicos. O site contém vídeos, filmes, notícias, vários materiais de consulta e pesquisa. É um bom site para

discutir também com o seu professor de Química, sobre os produtos que se colocam nos alimentos. Acesso: fevereiro/2013.

Músicas:

FUNERAL DE UM LAVRADOR – Autores: João Cabral de Mello Neto e Chico Buarque. Intérpretes: Chico Buarque e MPB 4

Poema de João Cabral de Mello Neto, musicado por Chico Buarque, que compõe a peça Morte e Vida Severina, de João Cabral, e que denuncia a condição social do trabalhador do campo. Na sua morte, vitimado na luta pela terra, “a parte que lhe cabe no latifúndio” acaba sendo apenas a sua cova.

ASSENTAMENTO – Autor e intérprete: Chico Buarque

Diferentemente do lavrador de João Cabral, o trabalhador rural de Assentamento morre cansado, mas feliz, por ter lutado e conquistado o seu pedaço de terra.

Filme Destaque:

Eduardo Coutinho Produções Cinematográficas/ Eduardo Coutinho



CABRA MARCADO PARA MORRER

FICHA TÉCNICA:

Direção: Eduardo Coutinho

Elenco: Elisabeth Teixeira e família, João Virgínio da Silva e os habitantes do Engenho Galileia (Pernambuco). Narração de Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho.

119 min. (Brasil, 1964/1984).

SINOPSE:

A produção do documentário *Cabra Marcado Para Morrer* foi iniciada em fevereiro de 1964. O objetivo era contar a história política do líder da Liga Camponesa de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. No entanto, as filmagens foram interrompidas com o golpe de 31 de março, com as forças militares cercado o Engenho Galileia. Na década de 1980, durante o processo de redemocratização do país, o diretor Eduardo Coutinho retoma e conclui a filmagem, localizando a viúva do líder assassinado e outros camponeses da época, que viviam desde então na clandestinidade.

Iniciamos este livro com uma reflexão sobre o sentido e os objetivos de estudo da Sociologia e esperamos que tenha sido útil para você.

Ao longo dos capítulos, tentamos desenvolver algumas ideias e reflexões que partiram da seguinte ideia básica: se não nos deixarmos guiar pelo senso comum, a Sociologia pode nos instrumentalizar com conhecimentos para nos tornar conscientes de nós mesmos e das ações cotidianas de homens e mulheres. De certa forma, isso se relaciona com o que escreveram os sociólogos contemporâneos Zygmunt Bauman e Tim May:

(...) A Sociologia pode surgir como alguém estranho, irritante e intrometido. Por colocar em questão aquilo que é considerado inquestionável, tido como dado, ela tem o potencial de abalar as confortáveis certezas da vida, fazendo perguntas que ninguém quer se lembrar de fazer e cuja simples menção provoca ressentimentos naqueles que detêm interesses estabelecidos.

(BAUMAN; MAY, 2010, p. 24)

A Sociologia, portanto, provoca reflexões, levanta diversas questões que podem estremecer nossas certezas e desafiar nossas opiniões. Além disso – ou seja, tentando pensar além das nossas concepções individuais –, as interpretações sociológicas, ao desconstruir determinadas certezas, podem interferir em interesses de grupos ou pessoas arraigados historicamente.

Relembrando o autor citado neste livro, Charles Wright Mills diz que os sociólogos e a Sociologia podem cumprir três papéis: o primeiro é ser

uma espécie de “rei-filósofo”, ou seja, ter o poder do conhecimento ou ser o homem da razão acima de todos. Outro papel é tornar-se “conselheiro do rei”, isto é, ser um sujeito que se envolve ou é parte de um sistema burocrático de poder, um “conselheiro” que justifica e legitima as ações do poder estabelecido. O terceiro papel é ser independente, fazer o próprio trabalho e tornar públicos seus resultados. Na verdade, para Wright Mills, este último é o papel que importa para os sociólogos. Em sua opinião, portanto, a tarefa da Sociologia e dos sociólogos é “traduzir continuamente as preocupações pessoais em questões públicas” (MILLS, 1975, p. 203).

Concordamos com esse autor, pois, como se pôde ver ao longo deste livro, muitas das questões discutidas são públicas e afetam, direta e indiretamente, você e diversas pessoas. Se não nos preocuparmos com isso, não teremos condições de criar e debater, realmente, ideias e alternativas de vida social.

Outro autor e sociólogo que nos chama atenção nessa mesma linha de reflexão é o brasileiro Florestan Fernandes. Para ele o que a Sociologia produz, enquanto ciência, deve servir para “a reconstrução do mundo em que vivemos” (FERNANDES, 1976, p. 97), ou seja, os dados e suas descobertas científicas devem permitir um benefício à coletividade como um todo. Este, na verdade, deveria ser o objetivo de qualquer campo do conhecimento científico.

É com esse objetivo que destacamos, desde o início, a necessidade de superar

um pensamento de senso comum, ou seja, julgar coisas, fatos e comportamentos individuais e sociais pela aparência. Superando isso, começamos a perceber que nosso pequeno mundo cotidiano sofre influências de grandes questões vividas pelas sociedades humanas.

Esperamos que, agora, ao ler um livro, uma revista, um jornal, uma página da internet, mas principalmente a partir da sua inserção no mercado de trabalho – após a conclusão do Ensino

Médio, de um curso profissional e tecnológico ou universitário – você perceba outras realidades com os “olhos da Sociologia”.

Temos a esperança de percepção do mundo, não só como ele é, mas como poderia ser, caso dependesse da nossa vontade e o comum acordo com outras pessoas. Será que isso é mesmo possível? Ou, como propõem os movimentos sociais representados pelo Fórum Social Mundial: *um outro mundo é possível?*

Os autores

Cap. 8

1. Cf. a matéria “Diretor suíço denuncia trabalho escravo no Pará”, publicada pelo site Repórter Brasil – Agência de Notícias, em 17/06/2008. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/clipping.php?id=537> Acessos em março de 2010 e em fevereiro de 2013.

2. Ver “Setor da cana lidera denúncias de trabalho escravo em 2008, aponta pesquisa”, matéria veiculada pelo site Folha Online, em 29/04/2009 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u558087.shtml> Acessos em março de 2010 e fevereiro de 2013.

Cap. 15

3. VIOLA, Solon Eduardo Annes. Movimentos sociais e direitos. *DHnet Rede Direitos Humanos e Cultura*, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/solonviola/movimento.html> Acesso: maio/2013.

Cap. 16

4. RAMONET, Ignacio. Os senhores das redes. In: *Le Monde Diplomatique*, ed. brasileira, maio/2002. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=613> Acesso: fevereiro/2013.

5. BAYMA, Israel. ‘Base governista domina concessões de radiodifusão’. Entrevista a Luiz Antonio Magalhães. In: *Observatório da Imprensa*, jan/2002. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/iq010120027.htm> Acesso: fevereiro/ 2013.

Cap. 17

6. MELO, Débora. Censo 2010: Em dez anos, população que se autodeclara negra aumenta, e número de brancos cai. In: *Uol Notícias*, 29 jun.2012. Disponível em: <http://www.somdovialejo.com.br> <http://www.somdovialejo.com.br> Acesso: janeiro/2013.

Cap. 20

7. Ver VAINER, 2012.

Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=21>

Acesso: maio/2013.

Cap. 21

8. KRUG, E. G. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Brasília: OMS/Opas/UNDP/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/65818661/Relatorio-Mundial-sobre-violencia-e-saude> Acesso: maio/2013.

9. Para outros dados estatísticos e mais informações sobre o assunto, veja, <http://br.guiainfantil.com/violencia-escolar/51-violencia-escolar-ou-bullying.html>. Acesso: maio/2013.

10. Dados oficiais coletados e apresentados pelo Movimento pela Auditoria Cidadã, em http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2009-0921.5661457171/document_view Acesso: março de 2010.

Cap. 22

11. Ver em <http://www.mst.org.br/especiais/23/> destaque Acesso: maio/2013.

12. In: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330> Acesso: maio/2013.

13. Ver em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/25-anos-mst-invasoes-badernas-desafio-lei-417144.shtml> Acesso: maio/2013.

14. Idem nota anterior.

15. Além das matérias da revista Veja e da grande imprensa em geral, com as suas posições sobre esse episódio, não deixe de ler, entre outros, os seguintes e esclarecedores textos: aquele publicado pelo site de notícias Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina, assinado por Blasco Ourofino, intitulado “Cutrale, o lado do barão” [In: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=41893>] e o texto publicado no site Na Praxis, “Entenda o caso Cutrale” [In: <http://nopraxis.blogspot.com/2009/10/entenda-o-caso-cutrale.html>]. Ambos os sites foram acessados em fevereiro de 2013.

A

Ação
afirmativa 124, 279, 297
coletiva 242
dos indivíduos 25, 37, 46, 66
social 36, 41

Acumulação
de capital 135, 136, 168, 224
de capital flexível 168
de riquezas 138, 303, 320
primitiva de capital 135

Administração 38, 129, 194, 214, 222, 351

Adolescente 61, 79, 87, 99, 259

África 27, 30, 48, 86, 87, 94, 99, 100, 107, 120, 121, 140, 154, 159, 182, 200, 235, 249, 268, 269, 270, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 305, 322, 324, 327, 328, 329, 332, 362

Africano
escravizado 305, 309

Afro-brasileira 86, 87, 284

Afrodescendente 278, 284

Agrária 104, 136, 205, 225, 229, 239, 343, 344, 362

Agricultura 64, 114, 154, 156, 184, 186, 188, 205, 320, 326, 373, 376

Agronegócio 362, 372, 376

Aldeia global 251

Alienação 17, 78, 210, 245, 265, 304

Anarco-sindicalismo 236

Anomia 36

Anormalidade 291

Antropologia 66, 67, 69, 73, 120

Antunes, Ricardo 170, 180

Apartheid 100, 155, 268, 277, 283, 324

Aquecimento global 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191

Aristocracia 122

Artes 12, 64, 70, 85, 127, 148, 163, 178, 251, 262, 303, 314

Assentamento 368, 377

Associação 116, 213, 245, 284, 329, 354, 365, 366, 367

Automação 170, 173, 177, 178, 342

Autoridade 29, 46, 56, 118, 211, 213, 214, 301, 305, 314, 320

B

Banco Mundial 155, 156, 158, 232, 330

Barbárie 133, 141, 159, 174, 187, 267, 296, 350, 355

Bárbaro 94

Baudrillard, Jean 251

Bauman, Zygmunt 378

Beauvoir, Simone de 289

Behring, Elaine 205

Bem público 54, 55

Benjamin, Walter 251

Berger, Peter 42, 45

Biologia 12, 13, 14, 17, 188, 189, 281, 286, 296

Bissexual 292

Bissexualidade 286

Blum, Deborah 286

Boschetti, Ivanete 205

Bottomore, Tom 135

Bourdieu, Pierre 105, 106, 174, 248, 261, 341, 345

Branco 19, 66, 70, 80, 98, 128, 142, 267, 269, 270, 271, 278, 280, 282, 361, 366

Branqueamento 271

Brasil
colônia 362, 374
Império 283, 362, 365

Bullying 329, 341

Buravoy, Michael 245

Burgo 134

Burguesia 28, 29, 32, 50, 84, 122, 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 152, 186, 196, 215, 216, 218, 220, 225, 365

Burocracia – ver Max Weber

C

Calligaris, Contardo 17

Calvinismo 303

campo 28, 30, 38, 73, 120, 35, 36, 52, 169, 199, 203, 205, 242, 286, 303, 305, 320, 344, 353, 365, 366, 367, 371, 372, 375, 377, 378

camponês 371

Campos, Andreilino 325, 326

Candomblé 53, 92, 301, 304, 305, 306, 310, 312, 315

Capital
cultural 105
financeiro 156, 331
mercantil 135

Capitalismo
de pilhagem – ver Lóic Wacquant
globalizado 162, 172, 248
internacional 158, 203, 235
monopolista 139, 140

Capitalista 30, 32, 45, 51, 96, 105, 122, 125, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 155, 158, 159, 162, 165, 168, 170, 174, 186, 187, 188, 189, 197, 198, 206, 225, 226, 235, 237, 241, 250, 259, 311, 324

Capitanias Hereditárias 362

Castas 123, 124

Castells, Manuel 348

Cativeiro 107, 305

Catolicismo
oficial 304, 305
popular 305, 310

Católico
carismático 214, 309

Caveirão 337, 338

- Censo demográfico
- Chauí, Marilena 102, 103, 111, 207, 251, 259
- Chesnais, François 155, 160
- Chiavenato, Júlio José 363, 364, 375
- Chomsky, Noam 141, 171
- Choque de ordem 351
- Chossudovsky, Michel 155, 162
- Cidadania
grega 195
no Brasil 201, 204, 205, 208, 210, 358
plena 195, 200
política 217
regulada 201, 208
restrita 195
- Cidadão 46, 53, 111, 138, 194, 195, 196, 207, 210, 211, 217, 218, 221, 230, 248, 262, 264, 346
- Cidade
de exceção 330
de Lata 328, 329
empresa 330, 331
-Estado 120, 194, 195, 320
Industrial 177
partida 326, 335
romana 321
-sede 328
ver também megacidade
- Ciência
política 118, 231, 234, 260
social 67
- Ciências Sociais 13, 43, 111, 112, 120, 268, 359
- Civilização 22, 71, 152, 174, 183, 250, 270, 319, 320
- Civilizado 159
- Civil 218, 236, 243, 264, 283, 337, 338, 349, 350
- Civitas* 198, 321
- Classe (s)
burguesa 122
dominante (s) 120, 175, 216, 218, 283, 341, 362, 363, 365
explorada 31, 32
trabalhadora 32, 50, 51, 143, 179, 186, 205, 210, 236, 245, 324, 342, 344, 345
- Classes sociais 26, 28, 31, 50, 92, 103, 107, 118, 119, 121, 123, 128, 143, 144, 148, 186, 215, 216, 220, 287, 323, 324, 355, 358, 371
- Clastres, Pierre 120, 340
- Clientelismo 261, 331
- Código Penal 346, 347
- Comércio
internacional 270
mundial de drogas 348
- Comissão Pastoral da Terra 113, 317, 361
- Competência 13
- Competitividade 141, 149, 170, 175, 345
- Comportamento 13, 14, 15, 16, 22, 25, 26, 27, 33, 35, 36, 37, 45, 59, 60, 68, 97, 179, 245, 255, 263, 286, 287, 298, 302, 303, 313, 315
- Comunismo 11, 11, 141, 144, 145, 147, 150, 199, 234, 236
- Concentração
de renda 84, 158, 313
de terras 252, 342, 362, 371, 374
- Concepção de mundo 103
- Concorrência 136, 138, 139, 140, 144, 157, 174, 175, 208, 291, 307
- Condição
juvenil 82, 83
subalterna 290
- Conflito 38, 68, 96, 102, 115, 118, 122, 144, 163, 200, 207, 215, 233, 234, 243, 244, 287, 340, 359, 369
- Congresso
constituente 240
nacional 55, 211, 223, 226, 227, 240, 368, 371
- Conhecimento sociológico 11, 22
- Consciência
coletiva – *ver* Émile Durkheim
de classe – *ver* Karl Marx
de sociedade – *ver* Émile Durkheim
negra 87, 277, 278
- Consenso de Washington 156, 162
- Constituição
brasileira 239, 345, 346
cidadã 203
- Consumismo 262
- Consumo 77, 78, 116, 124, 148, 152, 153, 177, 179, 185, 186, 189, 200, 204, 206, 207, 229, 232, 251, 253, 262, 334, 350
- Continente
africano 92, 140, 269, 270, 322
- Contrato social 218
- Cor da pele 76, 81, 269, 271, 272, 279,
- Coronelismo
eletrônico 260, 261
- Corporações
de Ofício 321, 325
- Corrupção 60, 204, 209, 210, 231, 244, 288, 306, 331, 349, 351, 360
- Cosmopolita 152, 153, 321
- Cota 279
- Cotidiano 16, 19, 21, 38, 40, 41, 45, 51, 52, 56, 66, 70, 82, 104, 106, 109, 110, 112, 148, 177, 212, 255, 256, 258, 262, 282, 290, 307, 335, 357, 359, 379
- Crenças 23, 56, 76, 301, 310, 311
- Crime 17, 55, 163, 263, 297, 338, 339, 346, 350, 354, 357, 375
- Criminalidade
urbana 337, 341, 348, 350, 352, 354, 356
- Criminalização
da pobreza 351
- Crise
capitalista 144, 162
do petróleo 167
econômica 139, 156, 159, 160, 166, 200, 204, 221
estrutural 175
monetária 167
política 223
social 308, 311
superabundância 166
- Cristão 81, 303, 304, 309, 316
- Cristianismo 292, 307, 314
- Cuche, Denys 65
- Culto 45, 300, 305, 306, 310, 313, 320
- Cultura
como representação da realidade 64, 68
choque (cultural) 74, 93
europeia 28, 381

D

Dagnino, Evelina 239, 240
DaMatta, Roberto 67, 72
Davis, Mike 326, 327
Dayrell, Juarez 82
Delinquência 351
Democracia
 direta 218, 221, 222, 223
 formal 221
 liberal 220, 221
 operária 147
 participativa 221, 222, 223, 229
 racial 84, 98, 271, 272, 275, 276, 278
 representativa 215, 221, 223, 224
 descendente 125
Desemprego
 crônico 159
 estrutural 166, 169, 170, 171, 176, 177, 178
Desenvolvimento
 econômico 28, 32, 54, 78, 94, 145, 181, 186, 187, 361, 363
 industrial 125, 136, 177, 185, 229
 nacional 367
 tecnológico 34, 342
Desigualdade
 racial 276, 280
 social 30, 84, 92, 95, 97, 125, 200, 271, 279, 325, 339, 342, 343, 344, 345
Desnaturalizar 48
Despótico 322
Desregulamentação 173
Deus 29, 30, 52, 69, 80, 94, 104, 118, 122, 133, 134, 211, 282, 300, 303, 307, 312, 313, 314, 316, 349, 359, 362
Diferença
 cultural 90
 sexual
 social 92, 100
Diferente 18, 20, 26, 34, 50, 66, 69, 90, 91, 92, 93, 94, , 96, 97, 99, 147, 148, 149, 169, 196, 211, 215, 226, 256, 260, 268, 270, 276, 314, 320, 321, 332, 339
Direito
 à diferença 90, 91, 95, 239

Direitos
 civis 46, 87, 194, 195, 197, 198, 202, 203, 208, 231, 277, 282
 do Homem e do cidadão 138, 195, 196
 fundamentais 198, 199, , 204, 208, 241
 humanos 114, 129, 163, 164, 197, 198, 209, 238, 241, 294, 295, 312, 359
 políticos 53, 110, 198, 201, 202, 218, 220, 233, 298
 sociais 129, 173, 174, 198, 201, 202, 203, 233, 237, 345
 trabalhistas 149, 157, 236
Discriminação
 racial 267, 280, 282
 sexual 78
Distribuição
 da terra 371
 de renda 158, 225, 272, 274, 342
 da riqueza 198
Ditadura
 civil-militar 78, 86, 202, 223, 226, 227, 230, 238
 do pensamento único 158
 do proletariado 146
Diversidade
 sexual 293, 294, 295, 297, 299
Divisão
 do trabalho social 33, 34, 41
 social do trabalho 126, 320
Doimo, Ana Maria 238, 240
Dominação
 ideológica 158
 masculina 287, 288
 tipos (de) – *ver* Max Weber 37, 229
Doutrina dos Três Poderes 219
Löwy, Michael (ordenar) 192, 311, 312
Drogas 17, 77, 86, 101, 200, 311, 312, 338, 339, 346, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360
Dumont, Louis 124
Durkheim, Émile
 sobre consciência coletiva 32, 33, 34
 sobre consciência de sociedade 33
 sobre divisão do trabalho social 33, 34, 41
 sobre especialização das funções

33, 34
 sobre fato social 33, 34, 38, 315
 sobre religião 34,, 35
 sobre solidariedade mecânica 33, 34
 sobre solidariedade orgânica 33, 34
 sobre suicídio 34, 35, 36

E

Ecologia 17, 185, 189, 191, 192
Economia
 capitalista 140, 149
 mercantil 321
Educação
 produtivista 175, (sem educação)
 profissional 175
Eleição 147, 216, 227, 228, 304
Elias, Norbert 65
Elite 36, 201, 225, 348, 360, 363
 ver teoria das elite 118
Elitização 224
Embranquecimento 275, 276, 278
Empregabilidade 175, 176, 178, 180
Emprego
 formal 175
Empresas
 estatais 155, 157, 344
 de comunicação 260
 multinacional 372
Encarceramento 353
Engels, Friedrich 30, 81, 102, 118, 119, 137, 142, 143, 144, 146, 152, 153, 186, 199, 215, 216, 234, 302
Ensino
 fundamental 13, 27, 86, 109
 médio 12, 13, 20, 23, 50, 61, 62, 74, 107, 175, 176, 358, 379
Era
 do capital 323
 feudal 321
 moderna 81, 154
 neoliberal 164, 200, 203, 352
Escola
 de Frankfurt 251
 técnicas (escolas) 166, 176
Escravidão 19, 113, 114, 120, 201, 246, 282, 283, 311, 335, 356

Escravo 107, 113, 114, 121, 129, 144, 269, 270, 364, 376

Esfera pública – ver Jurgen Habermas 251, 256

Espaço urbano 40, 320, 322, 323, 325, 326, 332, 333, 371

Especialização das funções – ver Émile Durkheim 33, 34

Especulação imobiliária 324, 331

Espiritismo 53, 307, 308, 312

Estado
absolutista 215, 323
de Bem-Estar Social 156, 158, 167, 197, 198, 225
intervencionista 167
mínimo 167, 344
moderno 54, 138, 212, 322
Nacional 29
neoliberal 174, 345, 346
penitência 350
providência 197, 223

Estatuto da Terra 366

Estrangeiro 157, 230, 323

Estratificação
social 122, 123, 124, 128, 130
sociorracial 271

Estrutura 15, 16, 20, 37, 47, 48, 53, 55, 60, 61, 177, 211, 245, 279, 281, 282, 286, 289, 322, 346, 349, 350, 367, 368, 375

Estudo 59, 366, 369

Ética
protestante – ver Max Weber – sobre religião 303

Etnia 72, 82, 93, 130, 233, 268, 275

Étnico 268

Etnicidade 268

Étnico-racial 87, 272, 278, 324, 325

Etnocêntrico 97

Etnocentrismo 93, 94, 95, 97, 98, 99

Eurocentrismo 270

Europa
medieval 121, 122, 124, 322

Europeu 19, 28, 29, 80, 92, 142, 147, 155, 156, 200, 267, 268, 283, 314, 321, 364

Evangélico 92

Excedente 121, 320

Excluído

Exclusão
social 158, 208, 283, 342

Exploração 32, 86, 107, 128, 138, 143, 145, 152, 168, 170, 186, 187, 190, 199, 200, 202, 209, 215, 236, 311, 341, 342

Explorado 109, 128

Extermínio 267, 269, 353

F

Fábrica 51, 58, 116, 129, 136, 137, 138, 169, 180

Família monogâmica 48

Fascismo 110, 111, 220, 271

Fato social 33, 34, 38, 315
ver Émile Durkheim

Favela 100, 317, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 332, 334, 336, 337, 338, 354, 357

Favelização 159

Fazenda 150, 156, 346, 369, 370, 374, 376

Fazendeiro 365

Felicidade 18, 252, 292, 336

Feminilidade 289, 296

Feminismo 26, 126, 201, 286, 288, 289, 296, 298, 356

Fenômeno social 19, 34, 35, 103, 267, 309, 314, 339

Fernandes, Florestan 23, 84, 276, 280, 370, 378

Feudalismo 121, 122, 124, 133, 134

Filosofia 17, 29, 105, 111, 134, 188, 207, 307, 333

Física 12, 13, 17, 20, 46, 59, 72, 92, 94, 96, 116, 159, 161, 174, 209, 264, 287, 293, 339, 342, 364

Flexibilização 167, 168, 173, 178, 329

Fontes, Virgínia 158, 292, 342

Força 21, 28, 29, 45, 116, 118, 122, 127, 135, 138, 141, 143, 163, 166, 168, 171, 189, 196, 211, 212, 213, 214, 219, 222, 229, 234, 238, 240,

244, 271, 272, 277, 281, 290, 304, 309, 322, 328, 336, 339, 341, 346, 361, 366

Fordismo 168, 178, 180

Fórum Social Urbano 331, 332

Fórum Urbano Mundial 332

Foucault, Michel 20, 287, 292

Fourier, Charles 142, 143

Freyre, Gilberto 84, 271, 272

Frigotto, Gaudêncio 173, 174

Fundamentalismo islâmico 159

Fundo Monetário Internacional – FMI 155, 156, 344

G

Gay 239, 298, 299

Gênero 13, 34, 69, 82, 90, 106, 126, 233, 285, 286, 287, 288, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299

Geografia 12, 13, 105, 125, 147, 163, 182, 188, 189, 333, 335, 376

Geração 61, 75, 76, 87, 88, 127, 158, 198, 199, 217, 233, 271, 305, 312, 313, 320, 327

Globalização
da pobreza 155, 162

Goffman, Erving 78, 79, 80, 86

Governo
brasileiro 223, 236, 329
federal 284, 344, 367, 368, 369
formas (de) 214, 219

Gramsci, Antônio 103, 108, 110, 235, 303, 304, 313

Greve 202, 205, 236, 237, 245, 249

Grupo social 28, 35, 97, 102, 123, 134, 213, 214, 314

Guerra
de Canudos 237, 244, 326, 364, 374
do Contestado 237, 364
fria 202, 216, 264
primeira (Guerra) Mundial 145, 155
segunda (Guerra) Mundial 66, 161, 177, 197, 202

H

Habermas, Jurgen 251
Habitação 204, 208, 334, 344
Hall, Stuart 80, 81, 82, 86
Harvey, David 188, 250, 331
Herculano, Selene 185
Heterossexual 92, 287, 293
Heterossexualidade 286, 293
Hierarquia 52, 53, 56, 124, 144, 214, 304, 305, 349
História
da África 86, 269, 280, 283
das sociedades 113, 121, 241
do Brasil 53, 87, 94, 235, 269, 313, 362, 364, 366, 374
dos negros no brasileiros 269
Hobsbawn, Eric 202
Homem 13, 15, 19, 22, 28, 29, 30, 33, 34, 38, 41, 42, 48, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 80, 91, 92, 96, 104, 115, 116, 127, 128, 129, 138, 144, 145, 148, 149, 161, 177, 183, 186, 187, 190, 191, 195, 196, 197, 205, 207, 218, 236, 255, 268, 269, 270, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 296, 302, 303, 314, 320, 361, 368, 371, 373, 374, 375, 378
Homicídio(s) 141, 340,
Homo sapiens 267, 270, 296
Homofobia 92, 94, 292, 293, 297, 299
Homossexual 66, 92, 293
Homossexualidade 286, 291, 292, 293, 296, 298
Humanidade 15, 28, 30, 31, 52, 61, 80, 93, 94, 96, 106, 115, 117, 118, 119, 128, 133, 137, 141, 147, 149, 161, 177, 179, 181, 187, 195, 198, 199, 215, 234, 253, 267, 268, 270, 281, 303, 314, 326, 327, 356, 375
Humanismo 80

I

Idade
média 28, 65, 80, 121, 133, 144, 179, 215, 233, 303, 314, 321
moderna 122

Identidade
brasileira 83
cultural 71, 84, 88, 93
de gênero 291, 292, 294
humana 292
jovem 313
social 79

Ideologia
do embranquecimento 275

Igreja
evangélica 311
católica 46, 53, 66, 113, 121, 122, 133, 134, 214, 239, 242, 244, 305, 309, 311, 316, 317, 366

Igualdade
de oportunidades 50, 278

Iluminismo 28, 29, 54, 64, 80, 219, 220

Imaginação sociológica 15, 16, 19, 21, 27, 38, 45, 58, 103, 250, 254, 256

Imigração 329, 334

Imigrante 364

Imperialismo 139, 140, 155, 244

Império
romano 46, 120, 312, 314, 321

Imprensa 120, 146, 147, 160, 203, 231, 250, 264, 277, 337

Inclusão 225, 282

Índia 17, 70, 121, 123, 124, 182, 188, 270, 271, 327

Indígena 68, 72, 74, 76, 86, 99, 128, 130, 276, 305

Índio 71, 95, 101, 130, 361

Individualismo 36

Indivíduo 14, 15, 25, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 48, 52, 53, 54, 60, 64, 67, 76, 78, 79, 80, 81, 92, 102, 110, 124, 125, 126, 141, 195, 198, 199, 207, 211, 213, 252, 253, 273, 286, 293, 296, 312, 314, 346

Indústria
cultural 251, 252
do tráfico 349

Informalidade 159, 342

Infraestrutura 50, 105, 167, 318, 326, 328, 344, 345, 368

Iniciativa legislativa popular 222

Instituição social 46, 48, 49, 51, 52, 53, 57, 60, 211, 213

Intelectual 31, 64, 65, 116, 123, 141, 152, 252, 269, 290

Interculturalidade 95, 97

Internet 20, 21, 23, 42, 61, 62, 63, 73, 84, 88, 90, 99, 105, 111, 120, 130, 150, 163, 164, 180, 182, 186, 192, 209, 210, 227, 230, 241, 245, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 266, 282, 284, 298, 300, 301, 316, 336, 359, 370, 374, 376, 379

Intolerância 286, 293, 294, 298, 299

Investimentos capitalistas 325

Islamismo 302

J

Jornada de trabalho 41, 138, 149, 282, 342

Jovem 13, 17, 43, 51, 52, 60, 75, 76, 77, 82, 83, 86, 88, 89, 254, 291, 300, 311, 313, 354, 355

Juízo de possibilidade – ver Max Weber 37, 39, 41

Justiça
ambiental 190, 332
social 225, 367

Juventude 59, 76, 78, 82, 83, 85, 88, 99, 110, 142, 209, 238, 249, 300, 302, 308, 312, 353

K

Kardecismo 307

Kinsey, Alfred 291

L

Latifundiário 310, 375

Latifúndio 229, 343, 363, 364, 365, 366, 372, 375, 377

Lazer 15, 18, 82, 105, 258, 313, 368

Legislação 41, 54, 149, 201, 202, 213, 228, 240, 277, 329, 330, 353, 363, 365

Lei
agrária 365, 366

de Terras 362, 363, 364, 374
Estatuto da Terra 366
Geral da Copa 329
Maria da Penha 290
10.639/03 280

Lênin, Vladimir 103, 110, 140, 145,
146, 147, 149, 150, 235

Lésbicas 239, 241, 291, 292, 293,
294, 297

Lévi-Strauss, Claude 48

LGBT 239, 293, 294, 297

Liberalismo
econômico 220

Liberdade 18, 27, 28, 40, 55, 77, 78,
87, 108, 129, 138, 139, 147, 151, 155,
156, 163, 196, 197, 198, 207, 220,
221, 225, 226, 231, 246, 255, 261,
303, 361

Ligas Camponesas 365

Língua portuguesa 40, 109, 163

Linhagens 124, 322

Lins, Paulo 349

Literatura 12, 40, 62, 64, 73, 85, 105,
152, 178, 198, 244, 260, 356

Livre-concorrência 141, 157

Livre mercado 229

Locke, John 196, 218, 219

Löwy, Michael 192, 311, 312

Lucro 14, 28, 78, 137, 138, 139, 141,
143, 166, 167, 168, 169, 170, 173,
202

Lutas
de classes 31, 38, 238, 309
populares 331

Lutalismo 306

Lutero, Martinho 306

M

Machismo 78

McLuhan, Marshall 250, 251, 252,
263

Magia 301

Mais-valia – ver Karl Marx 143, 202,
342

Manipulação 199, 263, 311

Mannheim, Karl 103, 108, 110

Marshall, T.H. 120, 197, 198, 200,
202, 208

Martins, José de Souza 366, 372

Marx, Karl 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39,
41, 43, 81, 96, 102, 103, 107, 110,
118, 123, 135, 137, 139, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 149, 152, 153,
186, 187, 199, 215, 234, 236, 302,
303, 312, 313, 315, 341, 342, 357

sobre consciência de classe

sobre luta de classes

sobre mais-valia

sobre materialismo histórico

sobre relações sociais de
produção

sobre religião

sobre valor de uso e valor de troca

Marxismo 118, 142, 143, 147, 292,

Matemática 20, 69, 70, 116, 228, 272

Materialismo 32
histórico – ver Karl Marx

Mead, George Herbert 78, 79, 80, 86,

Megacidades 327

Megaeventos 328, 330, 331, 333,
334, 336

Meio ambiente 65, 78, 96, 102, , 155,
184, 185, 186, 187, 188, 189, 190,
191, 192, 198, 214, 239, 241

Meios de comunicação de massa
248, 249, 250, 253, 254, 256, 259,
260, 261, 307

Meios de produção 28, 31, , 32, 116,
118, , 138, 141, 143, 144, 236, 322

Menegat, Marildo 159

Mészáros, István 174, 187

Mercado
de trabalho 13, 78, 125, 166, 170,
173, 176, 178, 179, 290, 291, 312,
313, 345, 379
financeiro 156, 160, 344
religioso 309

Mercadoria
superprodução (de) 139, 140, 166,
168

Mercantilismo 138, 220

Michels, Robert 118, 224

Mídia 45, 153, 159, 160, 164, 191,
193, 210, 230, 232, 245, 248, 250,
251, 252, 253, 259, 261, 262, 263,
264, 265, 291, 302, 315, 328, 338,
360, 376

Migração 183, 270, 305, 326

Milícias 352, 360

Militante 30, 151, 235

Mills, Charles Wright 15, 16, 19, 38,
378

Minoria
étnica 288
sexual 288

Miscigenação 98, 271, 272, 276

Miséria 30, , 73, 89, 114, 140, 209,
233, 269, 309, 317, 352, 354, 360,
366

Mito
da democracia racial 278

Mobilidade social 122, 124, 125, 126,
128, 130, 133

Modernidade 49, , 207, 231, 283, 325

Modernização 365, 366, 372

Moderno 54, , 81, 138, 141, 189, 208,
212, 216, 289, 322

Modo de produção
capitalista 96, 122, 133, , 135, 138,
141, 155, 372
escravista 120
feudal 121

Monarquia
parlamentar Constitucional 215

Monogamia 15, 38, 104

Monopólio 118, 138, 139, 212, 213,
229, 248, 252, 253, 261, 341, 342

Monocultura 363, 364, 366, 372,

Montesquieu 54, 196, 219

Mosca, Gaetano 117

Moradia 136, 208, 232, , 238, 241,
321, 323, 328, 334

Moral 60, 64, 80, , 261, 298, 326, 339

Moralismos 78

Mott, Luiz 286, 293

Moura, Clóvis 277

Movimentos Sociais
antiglobalização 232
cartismo 234
ecológico 78, 241
estudantil 15, 209, 224
feminista 87, 224, , 290, 291, 298
ludismo 233
negro 224, 241, 272
occupy 250
operário 149, 235, , 237, 243
pelos Direitos Civis 277
revolta da chibata 201, 237, 246
revolta da vacina 201, 237

Mudança climática 183

Mudanças sociais 68, 122, 220, 233, 237, 302, 372

Mulher 15, 34, 48, 59, 60, 66, 78, 81, 91, 92, 101, 104, 111, 178, 192, 224, 258, 265, 266, 271, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 296, 298, 299, 341, 368,

Multinacional 193,

Munanga, Kabengele 271, 275, 283

Mundialização financeira 155, 203,

Mundo
do trabalho 12, 50, 96, 158, 165, 166, 168, 171, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 283, 295, 325,
globalizado 153, 160, 248, 311, 313, 315, 334, 345,
industrializado 301
virtual 257

N

Não governamental 264, 298, 332

Narcotráfico 338, 345, 348, 350

Natural 19, 22, 23, 59, 65, 66, 67, 70, 91, 93, 96, 98, 104, 105, 108, 115, 128, 131, 161, 163, 183, 184, 188, 190, 198, 232, 281, 288, 289, 290, 291, 293, 364, 373

Naturalidade 76, 91, 293

Natureza 13, 20, 23, 29, 30, 34, 35, 64, 65, 67, 96, 99, 115, 116, 123, 141, 159, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 256, 263, 293, 297, 298, 306, 320, 372

Nazismo 110, 148, 271, 281

Nazista 216, 269

Negro 35, 81, 86, 87, 126, 224, 241, 266, 269, 270, 275, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 316

Neoliberal 153, 156, 158, 164, 173, 174, 175, 200, 203, 204, 223, 224, 227, 333, 344, 345, 346, 352, 353,

Neoliberalismo 152, 153, , 155, 156, 158, 160, 162, 163, 164, 166, 168, 170, 200, 203, 344, 350, 355

Neopentecostal 307

Netto, José Paulo 203

Norma 83, 141, 212, 345, 346, 363

Normalidade
sexual 293

Novaes, Regina 312, 313

Novos movimentos sociais
ver movimento social

O

Ocupação 124, 158, 250, 318, 319, 330, 334, 335, 345, 351, 359, 361, 363, 364, 367, 368, 369, 369, 371, 374, 376,

Oligarquia (s)
lei de ferro (da) – *ver* Robert Michels
regionais 260

Olhar sociológico 241

Operário 126, 143, 145, 149, 169, 214, 235, 237, 239, 243

Opressão
colonial 277

Oprimido 239

Orçamento participativo 222, 223

Ordem
capitalista 235, 369

Organização
criminosa 338, 370, 374
das Nações Unidas (ONU) 71, 98, 158, 160, 181, 327, 332, 348, 370
não Governamental (ONG) 298,
social 21, 67, 119, 120, 124, 197, 250, 371,

Orientação sexual 233, 286, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Orixás 306, 312, 316

Owen , Robert 142, 143

P

Papel social 27, 41, 289

Parda 276

Pareto, Vilfredo 117

Parlamentarismo 219, 223,

Parlamento 137, 215, 218, 219, 233,

Participação
política 217, 238, 244, 321, 366,

Partido comunista 144, 147, 202, 226, 235, 277, 365,

Passeron , Jean Claude 105, 106, 341

Pensamento 22, 25, 30, 35, 36, 37, 38, 71, 77, 85, 96, 103, 105, 141, 158, 173, 221, 248, 262, 271, 272, 280, 301, 314, 341, 379

Pentecostal 307, 311

Periferia 74, 156, 224, 265, 291, 324, 336, 340, 350, 353, 360

Pesquisa 34, 35, 42, 43, 49, 58, 60, 61, 71, 73, 84, 97, 99, 111, 128, 142, 162, 173, 174, 185, 186, 190, 191, 208, 210, 227, 229, 249, 253, 260, 269, 273, 276, 277, 282, 284, 291, 293, 294, 299, 300, 301, 312, 313, 315, 316, 334, 338, 340, 370, 374, 376

Pierucci, Antônio Flávio 90

Pinheiro, Paulo Sérgio 85, 231, 273, 274, 340, 358

Planejamento
Urbano 318, 319

Plebiscito 222, 223, 230

Pluralidade 87, 97, 326,

Polícia 91, 113, 118, 137, 150, 199, 245, 256, 323, 324, 337, 338, 346, 347, 350, 353, 354, 355, 358, 360, 369,

Precariedade 173, 174, 345,

Precarização 170

Presidencialismo 219, 223

Privacidade 61, 256

Privado 207, 254, 256, 260, 261, 333

Processo de produção 117, 138, 158, 342,

Produção

agrícola 156, 320
artesanal 321

Produto Interno Bruto – PIB 154, 343, 344,

Protesto 277

Pobre 82, 99, 114, 153, 163, 201, 232, 274, 323, 338, 352

Pobreza

linha (de) 159, 274, 275
urbana 158

Poder

centralizado 322, 323
econômico 28, 117, 261, 333, 348
político 32, 92, 117, 121, 124, 138, 144, 195, 196, 198, 201, 214, 217, 220, 221, 239, 260, 324

Poligamia 15, 48,

Polis 120 (esta com acento, no texto), 191, 192 (sem acento), 194, 207, 318, 320, 321, 336

Política (s)

afirmativas 278
de ação afirmativa 124, 279
de cotas 272
econômica 163
educacional 49, 50, 51
neoliberais 156, 158, , 159, 162, 173, 176, 206, 240342, 368
pública 59, 177, 210, 214, 294, 333, 336, 371
sociais 156, 192, 197, 198, 208, 210, 221, 275, 334

Político 14, 18, 29, 32, 36, 53, 54, 71, 77, 85, 92, 108, 117, 120, 121, 124, 134, 138, 139, 144, 147, 150, 153, 195, 196, 197, 198, 201, 205, 212, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 224, 226, 229, 234, 234, 235236, 237, 239, 260, 270, 278, 309, 312, 324, 333, 346, 352, 366, 375,

População

branca 275
economicamente ativa – PEA 342
mundial 153, 154, 162, 232, 291, 326,
negra 16, 274, 275, 277, 284, 288, 324,
pobre 201

urbana 152, 326, 327

Posse da terra 363, 375

Posição social 32, 125, 197, 209, 227

Pós-moderno 81

Português

ver Língua portuguesa

Povo 18, 42, 50, 53, 55, 59, 72, 86, 88, 93, 108, 109, 111, 145, 147, 196, 197, 198, 203, 204, 205, 211, 215, 218, 219, 221, 224, 230, 244, 270, 278, 279, 280, 282, 294, 302, 309, 310, 316, 361, 362, 374

Pré-capitalista 135

Preconceito 64, 87, 92, 124, 241, 267, 269, 271, 276, 280, 281, 282, 283, 294, 296, 297, 298, 336,

Preto 236, 269, 314

Previdência 201, 204, 350, 365

Privacidade 61, 256

Privatização 157, 163, 203, 204, 225, 331,

Produção

material 30, 117, 152

Projeto político 234, 235, 236, 237,

Proletariado 32, 136, 138, 143, 144, 146, 199, 220, 233, 234, 235, 342,

Propriedade

da terra 195, 362, 364, 366,
privada 118, 119, 121, 138, 141, 144, 147, 199, 225, 229, 236, 369, 374, 375,

Protestante 122, 134, 303, 306

Psicologia 14, 266, 286, 292

Público 15, 43, 51, 54, 55, 88, 91, 116, 128, 129, 137, 205, 207, 210, 214, 221, 222, 223, 252, 256, 260, 261, 262, 264, 277, 293, 294, 297, 298, 321, 324, 333, 345

Q

Questão

ambiental 181
da terra 361, 362, 371, 372
social 241, 352, 358, 371
urbana 185, 318, 328, 332

Quilombo 325

Química 13, 14, 17, 183, 186, 188, 356, 373, 377

R

Raça

negra 278

Racial 84, 87, 98, 237, 267, 271, 272, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 324, 325, 334

Racionalização 56, 138, 173

Racismo 12, 19, 84, 126, 155, 241, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 294, 311, 316

Razão humana 30, 80

Realeza 196, 320

Reality show 255

Rede social 21, 23, 42, 61, 63, 73, 88, 99, 111, 130, 150, 163, 180, 192, 199, 210, 245, 249, 316, 336, 359

Reestruturação produtiva 170, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 333

Referendo 222

Reforma(s)

agrária 104, 205, 225, 229, 239, 343, 344, 362, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 374, 375, 376

de base 244, 365

econômica(s) 156, 200

protestante 122, 134, 305, 306

Regime político 108, 147, 150, 215, 218

Regras sociais 33

Regulamento(s) 37,42,305

Reino(s) 80, 109, 111, 134, 151, 154, 163, 209, 215, 322, 357, 362

Reis, Juliana Batista 82, 158

Relações de produção – *ver também*
Karl Marx 32, 117, 119, 122, 128, 135, 152, 237

assalariadas 138

de produção pré-capitalistas
servis 121

Relações sociais

contemporâneas 247

de parentesco 48

de poder 68, 92, 98, 234, 288, 298, 333, 3369
interculturais 95, 97

Religião
afro-brasileira(s) 307
oficial 304, 308, 314

Religiosidade
brasileira 309

Renascimento 28, 80, 134, 314

Renda
distribuição (de) 158, 225, 273, 274, 342
per capita 272, 273, 274

Representação 41, 64, 66, 68, 72, 79, 93, 104, 150, 233, 288, 306, 321, 325, 329, 338, 364

República 55, 56, 126, 140, 201, 202, 203, 206, 214, 215, 217, 219, 223, 226, 229, 238, 240, 245, 304, 325, 362, 364, 365

Revolução(es)
americana 219, 220
burguesa(s) 32, 196
capitalista(s) 139, 215
de 1930 201, 235, 265
francesa 28, 30, 81, 122, 135, 138, 149, 196, 197, 19, 220, 221, 225, 289
gloriosa 215, 218
industrial 28, 29, 41, 135, 136, 137, 138, 139, 149, 154, 179, 184, 186, 191, 198, 220, 233, 235, 322, 323, 326, 364
inglesa (s) 122, 135, 196
permanente 146
política 77
russa 145, 146, 147, 150, 199, 220, 236
sociais 31, 215
socialista 32, 77, 145, 147, 199, 234, 238
tecnológica 153, 154, 165

Riqueza(s) 18, 26, 28, 29, 31, 32, 43, 73, 92, 94, 118, 120, 129, 134, 135, 138, 145, 149, 157, 158, 159, 163, 166, 187, 197, 198, 200, 220, 303, 309, 320, 321, 342, 344, 345, 362, 363

Ritual 124, 258, 310

Rocha, Viviane 337, 338

Robotização 170, v172, 173, 342

Rodrigues, Luiz Kleber 338

Rolnik, Raquel 320, 321, 322, 323, 324, 325, 331, 335, 336

Rousseau, Jean-Jacques 196, 218, 221

Rural 40, 41, 70, 125, 149, 152, 172, 205, 310, 320, 321, 326, 365, 371, 372, 375, 377

S

Sader, Eder 238, 240

Sagrado 52, 81, 302, 319, 320, 321

Sahlins, Marshall 120

Salário 50, 57, 114, 136, 142, 143, 157, 170, 173, 201, v202, 274, 290, 345, 347, 365

Saneamento 185, 197, 204, 208, 324, 328, 332, 344, 345, 368

Santos, Boaventura de Sousa 95, 97, 221

Santos, Hélio 280

Santos, Milton 141, 345

Santos, Wanderley Guilherme dos 201, 208

Scalon, Celi 125, 126

Scott, Joan 286, 288

Secular 53, 305

Secularização 301

Sedentarização 320, 326

Segregação
espacial 323
racial 267, 277, 279
socioespacial 322, 324, 325, 326, 334

Segurança 61, 85, 140, 198, 236, 329, 352, 353, 357, 359, 360

Seita(s) 52, 53, 62

Self – ver George Herbert Mead 78, 79

Selvagem 93, 94, 115

Sem-terra 15, 224, 232, 241, 252, 364, 366, 367, 369, 370, 376

Senhor
da terra 121, 134, 361
feudal 28, 29, 121

Senso comum 18, 19, 21, 22, 23, 53,

57, 63, 64, 66, 71, 76, 93, 106, 214, 216, 225, 268, 294, 301, 313, 338, 339, 378, 379

Senzala 271, 272, 325

Servo 28, 29, 31, 124, 134, 144, 322

Sesmarias 363

Sexual 65, 66, 78, 81, 86, 87, 200, 233, 286, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299,

Sexualidade 285, 287, 289, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299

Shopping centers 323

Símbolo 66, 137, 198, 216, 278

Smith, Adam 139, 220

Sincretismo 309

Sindicato 203, 204

Singer, Paul 154

Sistema
capitalista 144, 174
informacional 257
prisional 347

Skidmore, Thomas 271

Soares, Luiz Eduardo 353, 354

Sobrantes 173, 174

Sociabilidade 82, 83, 96

Socialismo
científico 142, 199, 234
num só país 146
real 147, 239

Socialização
primária 27, 40
secundária 27, 41

Sociedade(s)
africana (s) 48, 69
ameríndia(s) 340
brasileira 19, 39, 59, 72, 87, 95, 120, 126, 180, 209, 230, 243, 244, 263, 265, 267, 279, 293, 302, 310, 311, 367, 371, 374
capitalista 30, 32, 105, 141, 150, 189, 197, 225, 226, 324, 341
comunista 145
contra o Estado – ver Pierre Clastres 120, 340
da informação 248, 331
de abundância – ver Marshall Sahlins 120, 197, 198, 200, 202, 208, 250, 252

escravista(s) 121
estamental 122, 124, 135
feudal 28, 125, 133, 144, 321, 325
industrial 177
moderna 32, 80
multicultural 311
ocidental 49, 80
oriental 121
para a guerra – ver Pierre Clastres
340
patriarcal 289
primitiva(s) 119, 120, 121
sem Estado 119, 120
tecnologizada 13, 301
tribal 119

Sociobiologia 289

Sociocultural 284, 285, 288, 314

Sociologia
acadêmica 13, 32
ambiental 184, 185, 190
da religião 302, 304, 317
da violência 339
rural 371, 372

Sodré, Muniz 252, 253, 263, 268

Solidariedade
humana 345
mecânica – ver Émile Durkheim
orgânica – ver Émile Durkheim

Stalin, Josef 146

Subordinação 227, 289, 314

Suicídio 34, 35, 36, 339, 341

Sujeito
histórico 80
sociológico 80
pós-moderno 81

Summer, William G 94.

Superexploração 168

Supérfluo 342

Status 37, 53, 118, 123, 125, 206,
225, 234, 332

T

Tavares, Laura 174

Taylorismo 179

Tecnologia
da informação 249, 254
do trabalho 320

Televisão 17, 105, 248, 249, 252,

256, 258, 259, 260, 261, 263, 299,
310, 346

Templo 52, 121, 270, 320

Teologia
da Libertação 239, 304, 308, 311,
312, 313, 317, 366, 367
da prosperidade 307

Teoria
da ação – ver Max Weber
da democracia racial 84, 98, 271,
272, 275, 276, 278
das elites 118
das Gerações dos Direitos
Fundamentais 198, 199, 208
evolucionista 119
neoliberal 153, 155, 156, 158, 160,
166, 168, 170, 173, 174, 175, 200,
203, 204, 223, 224, 227, 333, 344,
345, 346, 350, 352, 353, 355
política 219, 226, 231
sociológica 34, v37 213, 289

Terceiro Mundo 114, 151, 155, 159,
200

Terceirização 169, 170, 173

Terra
comunal 322
improdutiva 376
planeta (Terra) 18, 29, 104, 106,
141, 152, 181, 183, 184, 188, 211,
310
urbana 322

Território 59, 155, 253, 310, 311, 314,
320, 321, 330, 333, 361, 362, 363,

Territorialização 30, 52, 55, 60, 118

Tipo ideal – ver Max Weber 122, 123,
124

Tolerância zero 351, 353, 357

Totalidade 36, 42, 96, 113, 215, 294,
327, 328, 346,

Toyotismo 168, 169, 170, 178

Trabalhador
assalariado 342, 365
do campo 377
informal 165
polivalente 170, 175
rural 375

Trabalho
assalariado 138, 216, 323, 353,
364, 365
coletivo 144, 148, 320

escravo 113, 114, 129, 364
flexível 165, 166, 175
forçado 113, 114, 129
precário 165, 171, 175
temporário 173

Tradição
judaico-cristã 49, 53, 69

Tráfico
atlântico 325
de drogas 311, 338, 346, 350, 351,
353, 354, 358, 359
de escravos 28, 59, 136

Transexual 292

Transgênero 292

Transnacional 333

Transporte 138, 154, 168, 169, 185,
197, 204, 238, 290, 324

Tribo 23, 86, 99, 101, 127, 130, 131

Troeltsch, Ernst 52, 53

Trotsky, Leon 146, 235

TV
ver Televisão

U

Umbanda 53, 301, 304, 305, 306,
310, 315

Unidade de Polícia Pacificador –
UPP 324, 351

Universalização 261

Urbanização 184, 185, 318, 320, 326,
334

Urbano 40, 283, 290, 301, 305, 318,
319, 320, 322, 323, 325, 326, 331,
332, 333, 334, 337, 365, 371

Utopia 103, 199, 331

V

Vainer, Carlos Bernardo 330, 331

Valor 93, 94, 122, 140, 143, 228, 268,
274, 302, 346, 348, 374, 375

Viola, Solon 232, 241

Violência
doméstica 290
homofóbica 294, 295
urbana 159, 339, 340, 345, 351,

357, 358, 359, 360
sexual 81, 111, 112, 234, 248, 288,
290, 293, 295, 341
simbólica 341

Visão de mundo 18, 26, 43, 92, 97,
108, 109

Vontade
divina 60, 118
geral 218

Voto 55, 196, 201, 214, 216, 217,
219, 221, 222, 226, 227, 368

W

Wacquant, Löic 341, 345, 348, 350,
352, 353, 355

Walsh, Catherine 95

Weber, Max

sobre burocracia 55, 56, 57

sobre capitalismo 122, 303,

sobre Estado 118, 212, 213, 215,

341

sobre juízo de possibilidade 37

sobre protestantismo 122, 303

sobre religião 52, 304, 313
sobre teoria da ação dos
indivíduos 36, 37, 39, 43
sobre tipos de dominação 213
sobre tipo ideal 37, 57

Welfare State 156, 158, 197, 200

Y

Yanomami 128

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.
- AMARAL, Marina. Boletim de ocorrência. Revista *Caros Amigos*. n. 44, 2000, p. 18-21.
- _____. Sindicato do crime. Revista *Caros Amigos*. n. 46, 2001, p.14-17.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1997.
- ÁVILA, Rodrigo Vieira. *Dívida interna: a nova face do endividamento externo*. PRIMER SIMPOSIO INTERNACIONAL sobre deuda pública, auditoria popular y alternativas de ahorro e inversión para los pueblos de América Latina. Caracas, Venezuela - 22, 23 y 24 de septiembre de 2006, 10 pp. Disponível em: <http://www.oid-ido.org/IMG/pdf>. Acesso: março/ 2010.
- BANCO MUNDIAL. *Informe sobre o desenvolvimento mundial, 2000/2001*. Washington, DC, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BAYMA, Israel. 'Base governista domina concessões de radiodifusão'. Entrevista a Luiz Antonio Magalhães. In: *Observatório da Imprensa*, jan/2002. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/iq010120027.htm>. Acesso: fevereiro/ 2013.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo. A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 2).
- BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas I, II e III*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, César et al. *A opção brasileira*. São Paulo: Contraponto, 1998.
- BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BLUM, Deborah. *Sex on the brain: the biological differences between men and women*. New York: Penguin, 1997.
- BONAVIDES, Paulo. A quinta geração dos direitos fundamentais. In: *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça*. Porto Alegre: PUCRS, n.3, abr./jun.2008. p. 82-83.
- BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual, gênero e homofobia na escola: introduzindo um debate. Texto produzido para o Dossiê Diversidade Cultural e Cotidiano Escolar. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.
- BOTTOMORE, Tom (Edit.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Contrafogos. Tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRANCO, Pedro Paulo; ABRAMO, Helena Wendel (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- BRASIL. IBGE. *Características étnico-raciais da população*. Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça - 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- _____. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Brasília/ Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ IBGE, 2012.
- BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Sistema Penitenciário no Brasil: dados consolidados*. Brasília: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, 2009.
- BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011*. Grupo de Trabalho para discutir a metodologia de análise de dados de homofobia do Governo Federal. Brasília-DF: Secretaria de Direitos Humanos, Julho 2012.
- BRATTON, William W.; KNOBLER, Peter. *Turnaround: how America's Top Cop reversed the crime epidemic*. Nova York: Random House, 1998.
- CALLIGARIS, Contardo. Vida divertida ou vida interessante? *Folha de São Paulo*, Caderno Ilustrada, 12/12/2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1212200221.htm>. Acesso: maio/2013.
- CAMPOS, Andreilino. *Do Quilombo à Favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas em rebeldia: a juventude em questão*. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- CARVALHO, Murilo. *Sangue da terra: a luta armada no campo*. São Paulo: Brasil Debate, 1980. (Coleção Brasil Hoje, 2)
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Panorama social de América Latina 2009*. Santiago/Chile: Naciones Unidas, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).
- _____. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CHESNAIS, François (Coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. *Recessão mundial: o momento, as interpretações e o que está em jogo na crise*. 15 pp., 2009. (mimeo.).
- CHIAVENATO, Julio José. *Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária*. São Paulo: Moderna, 1996. (Coleção Polêmica).
- CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- _____. *Arqueologia da violência: pesquisas de Antropologia Política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- COSTA, Ricardo Cesar Rocha. Usos e abusos da *exclusão social* como conceito explicativo das novas desigualdades: uma crítica marxista. Anais do *Congresso Internacional Karl Marx*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 14-16 nov. 2008.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-115.
- DaMATTA, Roberto. Você tem Cultura? In: _____. *Explorações: Ensaios de Sociologia Interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana B. *Juventude e escola: reflexões sobre o ensino de sociologia no Ensino Médio*. Maceió: Edufal, 2007.
- DIEESE. Supermercados eliminam vagas e ganham produtividade. *Boletim Dieese*, ano 16, n. 201, dez. 1997.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 a. p.505-547. (Coleção Os Pensadores. v. XXXIII).
- _____. *O suicídio*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 b. p. 465-504. (Coleção Os Pensadores. v. XXXIII).
- _____. *As regras do método sociológico*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FONSECA, Francisco. *Mídia e poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira*. Texto para Discussão n. 1509. Brasília: IPEA, setembro de 2010.
- FONTES, Virgínia. Apontamentos para pensar as formas atuais de exclusão. In: BOCAYUVA, P.C.C. *Afinal, que país é este?* Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 117-129.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade do saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Schimit-Editor, 1971.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GIGLIO, Adriano Carneiro. Compreender, conhecer: a necessidade do ser humano diante da realidade. In: GIGLIO, A. C.; OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. (Org.). *Sociologia – Caderno de Textos I*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Estadual República, 2000, p. 2-4. (mimeo.).
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Quaderni del Carcere*: Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007. (4 vol.)
- GUSMÃO, Herzem. Impostos no Brasil chegam a quase 40% do PIB. Blog *A Resenha Geral*, 17 jun.2009. Disponível em: <http://www.blogdaresenhageral.com.br/v1/2009/06/17/impostos-no-brasil-chegam-a-quase-40-do-pib/> Acesso: março/2010.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012.
- HERCULANO, Selene. Sociologia ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. *Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais*. Niterói: UFF/PGCA-Riocor. Ano I, n.1, 2000, p. 45-55.
- HOBSBAWM, Eric J. Renascendo das cinzas. In: BLACKBURN, R. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- JOFFILY, Bernardo. Tecnologia e microeletrônica: uma revolução que desafia os sindicatos. *Revista da CUT*, dez./ 1993, p. 14-25.
- KINSEY, Alfred; POMEROY, Wardell B.; MARTIN, Clyde E. *Sexual behavior in the human male*. Filadelfia: W. B. Saunders, 1948.
- KRUG, E. G. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Brasília: OMS/Opas/UNDP/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.
- _____. *Que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LIMA, Gustavo F. da C.; PORTILHO, Fátima. Sociologia ambiental: formação, dilemas e perspectivas. *Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, n.7, junho 2001, p. 241-276.

- LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Os avanços, limites e perigos das UPPS. *O Globo*. Caderno prosa e Verso. 20 mar.2010. p.3.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINEZ, Paulo. *Reforma agrária: questão de terra ou de gente?* 12. ed. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Aideologia alemã* (I – Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 11-14.
- _____. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I: O Processo de Produção do Capital, v.I, 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I: O Processo de Produção do Capital, v.II, 21.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sur la religion (SR)*. Paris: Éditions Sociales, 1960.
- _____. *A ideologia alemã* (I – Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel (Org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p.7-41.
- McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MEAD, George Herbert. *Espírito, persona e sociedade*. Barcelona: Paidós, 1973.
- MELO, Débora. Censo 2010: Em dez anos, população que se autodeclara negra aumenta, e número de brancos cai. In: *Uol Notícias*, 29 jun.2012. Disponível em: <http://www.somdovialejo.com.br> <http://www.somdovialejo.com.br>. Acesso: janeiro/2013.
- MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.
- MENEGAT, Marildo. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2003.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2002.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. Ethno-Histoire de L’Homossexualité en Amérique Latine. In: CROZIER, M. (Org.). *Pour l’histoire du Brésil*. Paris: L’Harmattan, 2000, p. 285-303.

- _____. Educação sexual e o jovem homossexual. *Perspectiva*. Florianópolis, v.16, n.30, jul./dez.1998. p. 57–88.
- MOURA, Clovis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.
- MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Entenda como estamos organizados, 10/07/09. In: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330> Acesso: maio/2013.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 75-89.
- NOVAES, Carlos Eduardo; RODRIGUES, Vilmar. *Capitalismo para principiantes*. São Paulo: Ática, 2008.
- NOVAES, Regina. Entrevista. *Jornal do Brasil, Caderno B*, 9 set. 2001, p. 2.
- _____. Juventude, percepções e comportamentos: A religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 263- 290.
- PAGANELE, Conceição. Entrevista. *Revista Caros Amigos*. n. 60, 2002, p.30-36.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis. *Violência urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003. (Coleção Folha Explica)
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). *História da Cidadania*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- RAMONET, Ignacio. Os senhores das redes. *Le Monde Diplomatique*, ed. brasileira, maio/2002. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=613>. Acesso: fevereiro/2013.
- REIS, Carlos Nelson. Exclusão social: a multidimensionalidade de uma definição. *Revista Virtual Textos & Contextos*, n. 1, nov. 2002. Disponível em: <http://caioba.pucrs.br/fadir/ojs/index.php/fass/article/viewFile/931/711>. Acesso: abril/ 2010.
- REVISTA CAROS AMIGOS, nº 70, 2003.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROCHA, Viviane; RODRIGUES, Luiz Kleber. O Caveirão como representação da polícia em favelas cariocas. Comunicação apresentada no GT 30 – Violência e Sociedade: Segurança, Controle e Castigo. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 29 mai/ 01 de jun 2007.
- RODRIGUES, José Albertino. (Org.). *Pareto: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 43).
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d'abondance. L'économie des sociétés primitives*. Paris: Gallimard, 1976.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para onde vai a esquerda? *Jornal do Brasil*, Caderno B, 10 set.1995, p. 7. Rio de Janeiro.
- _____. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Geisa Castro. Reestruturação produtiva na caixa: o cotidiano do economiário e o papel do serviço social (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro do Filosofia e Ciências Humanas - Escola de Serviço Social. Julho de 2007.
- SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil. A trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Traduzido do texto original por Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila. Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press. 1989.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz ; REIS, Leticia Vidor de Souza. (Orgs.). *Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: USP/Estação Ciência, 1996, p. 153-177.
- SILVEIRA, Marco Antonio. *A volta da democracia no Brasil (1984-1992)*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado*. São Paulo: Dominus/USP, 1966.
- SIMÕES, Júlio Assis; GIUMBELLI, Emerson. Cultura e alteridade. In: MORAES, Amaury César (Coord.). *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2010, p.187-206.
- SINGER, Paul. Um histórico da globalização. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, ano 1, n.1. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SOARES, Sergei S. D.; FONTOURA, Natália O.; PINHEIRO, Luana. Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e brancos. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise de queda recente*. V. 2, cap.29. Brasília: IPEA, 2007, p. 401-415.
- SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro/Salvador: Imago/FCEB, 2002.
- _____. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- SOUZA, Claudia Moraes; MACHADO, Ana Claudia. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1997. (Coleção História Temática Retrospectiva; v. IV).
- SOUZA E SILVA, Jaílson; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.
- SUMNER, William Graham. *Folkways: a study of the sociological importance of usages, manners, customs, mores, and morals*. Boston: Ginn and Co., 1906.
- TAVARES, Laura. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- TIBAIJUKA, Anna. 'Os governos não podem hesitar em agir'(entrevista). *O Globo*, 22/ mar./2010, p.15.
- TROELTSCH, Ernst. Igreja e seitas. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro. n.14/3, 1987.
- VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. In: *Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR/DP&A, 2002, p. 13-32.
- _____. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
- _____. 'No conceito insurgente, cidadania é o exercício permanente do conflito'. Entrevista ao site da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, em 2012. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=21>. Acesso: fevereiro/2013.
- VENTURI, Gustavo. *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/conheca-pesquisa-diversidade-sexual>, 2009. Acesso: fevereiro/2013.
- VIOLA, Solon Eduardo Annes. Movimentos sociais e direitos. *DHnet Rede Direitos Humanos e Cultura*, 2002. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/solonviola/movimento.html> Acesso: maio/2013.
- WACQUANT, Loïc. *Prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência III (síntese)*. Brasília: UNESCO, 2002.
- _____. *Mapa da violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO. Brasília: SEPPIR, 2012.
- WALSH, Catherine. *La educación Intercultural en la Educación*. Lima: Ministerio de Educación, 2001.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.55, ano XVI, 1999.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ZINET, Caio. Terceirização avança sobre direitos trabalhistas. *Revista Caros Amigos*. n. 179, 2012, p. 16-18.



IMPERIAL NOVO MILÊNIO GRÁFICA E EDITORA LTDA.
Rua Sá Freire, 36 parte – São Cristóvão CEP 20930-430 – RJ – Brasil
Tel. (21) 2580-1168 Fax (21) 3860-2285 imperial@imperiallivros.com.br

MANUAL DO PROFESSOR



VISITE NOSSO SITE:

www.imperiallivros.com.br

IMPERIAL NOVO MILÊNIO GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Rua Sá Freire, 36 parte – São Cristóvão CEP 20930-430 – RJ – Brasil
Tel. (21) 2580-1168 Fax (21) 3860-2285 imperial@imperiallivros.com.br

Copyright © Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa, 2010.
Os conteúdos apresentados nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores.

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

O48s Oliveira, Luiz Fernandes de, 1968-
3. ed. Sociologia para jovens do século XXI, Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa. – 3.ed. – Rio de Janeiro : Imperial Novo Milênio, 2013.
496p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN: 978-85-99868-97-3

1. Sociologia - Estudo e ensino (Ensino Médio). I. Costa, Ricardo Cesar Rocha da, 1960-. II. Título.

13-02139.

CDD – 301
CDU – 316

Todos os direitos reservados e protegidos por Imperial Novo Milênio Gráfica e Editora Ltda., pela Lei 9.610 de 19/02/1998. Proibida a reprodução parcial ou integral por quaisquer meios mecânicos, xerográficos, fotográficos etc., sem a permissão por escrito da editora.

Edição Reformulada e Ampliada



Luiz Fernandes de Oliveira

Ricardo Cesar Rocha da Costa

SOCIOLOGIA

PARA JOVENS DO SÉCULO XXI

MANUAL DO PROFESSOR



**Volume
Único**

**SOCIOLOGIA
ENSINO MÉDIO**

INA IMPERIAL
NOVO MILÊNIO

Sumário

I – A DIDÁTICA DO ENSINO DA SOCIOLOGIA	7
Os caminhos da Sociologia no Ensino Médio	7
As Ciências Sociais e sua didática na disciplina de Sociologia	8
II – REFLEXÃO SOBRE MATERIAIS E LIVROS DIDÁTICOS	9
III – PLANEJAMENTO DE ENSINO E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	10
IV – A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	12
V – A ESTRUTURA DO LIVRO	14
Uma proposta de sequência didática	16
VI – PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS	17
Sobre a Interdisciplinaridade	18
Sobre a Interatividade e suas subseções	18
Revendo o capítulo	18
Dialogando com a turma	18
Verificando o seu conhecimento	18
Pesquisando e refletindo	19
VII – ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES	20
VIII – OBJETIVOS DOS CAPÍTULOS, PROPOSTAS DE ATIVIDADES E LEITURAS COMPLEMENTARES PARA O PROFESSOR	35
IX – GABARITOS DAS SUBSEÇÕES REVENDO O CAPÍTULO E VERIFICANDO O SEU CONHECIMENTO	80
X – REFERÊNCIAS	95

I – A DIDÁTICA DO ENSINO DA SOCIOLOGIA

A aprovação da Lei 11.684, de 2 de Junho de 2008 – que alterou o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), passando a incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio –, trouxe grandes desafios para os cientistas sociais: há uma nova demanda nas universidades para a formação do professor de Sociologia e os sistemas de ensino deverão discutir propostas curriculares efetivas. No entanto, para os professores que já exercem o magistério em Sociologia, as demandas tendem a aumentar.

A Sociologia como disciplina escolar não está totalmente construída nos currículos das escolas, pois não há uma tradição pedagógica como em outras disciplinas. A falta de tradição decorre do fato que esta ciência sofreu uma intermitência nos currículos da educação básica em todo o século XX, marcada por períodos de presença e ausência nas escolas do Ensino Médio. Esta é a primeira coisa que deve ser levada em consideração quando pensamos em vários aspectos do ensino em Sociologia.

O objetivo deste Manual do Professor, num primeiro momento, é apresentar alguns desafios que se colocam para o ensino de Sociologia. Em seguida, indicar alguns caminhos de reflexão teórica para o professor de Sociologia no Ensino Médio. Por fim, tentar apontar caminhos para a utilização adequada e reflexiva das propostas didáticas aqui contidas.

Os caminhos da Sociologia no Ensino Médio

A partir da LDBEN de 1996 e da nova lei de obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio, vêm sendo elaborados e refletidos diversos aspectos didáticos e de construção de uma metodologia de ensino para a Sociologia em nossas escolas.

Muitas dessas elaborações destacam que o ensino de Sociologia no Ensino Médio tem um caráter distinto em relação ao seu ensino na graduação, pois, nesta última, a linguagem utilizada tem por objetivo o estudo rigoroso de teorias e conceitos no processo de formação de cientistas sociais. Por outro lado, no Ensino Médio não podemos ter essa preocupação, pois não se constitui como objetivo formar “jovens cientistas sociais”, ou “aspirantes a sociólogos”, mas oferecer elementos de reflexão para que os jovens possam adquirir um *olhar sociológico* ou uma *imaginação sociológica*, conforme Charles Wright Mills (1975).

Essa preocupação com a linguagem denota um conhecimento acerca das experiências que os professores de Sociologia, que já exercem o magistério há anos, têm nesse contexto de ensino. Essas experiências relatam as posturas diferenciadas dos estudantes, em que, muitas vezes, apenas uma pequena parte participa dos debates propostos pelo professor. Isto se deve em função de alguns fatores relacionados diretamente aos jovens, tais como o completo desconhecimento sobre a Sociologia e o fato da sua linguagem científica não ser totalmente palatável. Pode-se acrescentar a constatação de que, diferentemente da graduação, os estudantes estão ali somente por obrigação, caracterizando-se

como um perfil de público interessado em muitas outras coisas que não sejam exatamente os estudos acadêmicos.

Por outro lado, os professores recém-formados e que ingressam nas escolas descobrem que sua formação em Ciências Sociais não significou uma formação específica para a docência, encontrando uma imensa dificuldade para realizar a chamada *transposição* ou *mediação didática*.

Porém, não é somente na sala de aula que se constata dificuldades no ensino de Sociologia. Na maioria das escolas, a Sociologia acaba ficando com os piores horários na matriz curricular; em algumas há até uma “hierarquia” das disciplinas escolares onde a Sociologia está relegada à última das prioridades na formatação da matriz. Por outro lado, os professores vivenciam uma realidade de total precariedade das condições de trabalho, com turmas enormes e horários de trabalho extensos. Há também o aspecto da “solidão”, ou seja, o professor de Sociologia não encontra um espaço de diálogo para refletir sobre suas práticas, pois em muitas escolas há somente um professor da disciplina.

A constatação dessa realidade é a primeira base de nossa reflexão sobre a didática no ensino de Sociologia.

O grande desafio é a reflexão sobre a didatização dos conhecimentos sociológicos produzidos nas universidades para um público sem uma vivência nessa área e que possui expectativas diversas em relação aos conteúdos. Portanto, a Sociologia que aprendemos na graduação deve passar por um processo de adequação.

Em nossa concepção, a tarefa do professor de Sociologia reside na busca das pré-noções dos educandos, oportunizando a sistematização e o estabelecimento do diálogo dos conteúdos escolares com a realidade desse público específico. Assim, as teorias sociológicas clássicas e seus respectivos autores não precisam ser negligenciados. O que importa é a forma como serão mediados tais conhecimentos pelo professor a fim de mobilizar um aprendizado significativo. As aulas de Sociologia devem ser diferentes daquelas que vimos na graduação – que são, muitas vezes, aulas expositivas com alto grau de abstração. Mas, também não devem ficar apenas no nível concreto dos fatos do cotidiano. Vamos trabalhar com dois exemplos, para explicitar o que afirmamos acima?

Segundo a professora Ileizi Luciana Fiorelli Silva (2005), os pressupostos teóricos e metodológicos para o ensino de Sociologia devem ser buscados no acúmulo de elaborações das Ciências Sociais. Afirma que os “temas clássicos foram trabalhados por grandes pensadores, que se tornaram clássicos e que são recorrentes nas pesquisas contemporâneas. É aí que se deve buscar nossos pressupostos de ensino. Tais pressupostos orientam a seleção dos conteúdos e a criação dos métodos de ensino” (SILVA, 2005, p. 2). Para a autora, “temos que nos concentrar em duas dimensões da nossa tarefa: o saber acumulado da Sociologia e as necessidades contemporâneas da juventude, da escola, do Ensino Médio e dos fenômenos sociais mais amplos” (Idem, p.2). Assim, é possível definir princípios partindo da Sociologia, tendo como parâmetro nossas experiências de ensino.

Outra contribuição importante nos traz Sarandy (2004), quando afirma que, para o professor do Ensino Médio, a Sociologia no ensino básico significa pensar a sociedade de uma maneira distinta, que apenas o enfoque sociológico é capaz de apreender. Com um certo tipo de olhar o estudante se vê enquanto sujeito também formado pela sociedade. E ainda, pensando numa perspectiva de desenvolver uma nova atitude cognitiva e descortinando “níveis de realidade, percepção e representação presentes nas ações humanas” (Idem, p. 128), o autor nos diz que o objetivo da Sociologia é desenvolver entre os estudantes um questionamento, oferecer-lhes diversas perspectivas a respeito de um mesmo assunto, contribuindo para que eles se percebam inseridos em uma situação social. Priorizando um enfoque distinto, a oferta da disciplina no Ensino Médio, segundo Sarandy, estimula um *olhar sociológico* a respeito da realidade, pois:

“Quando o aluno compreende que os cheiros, os gestos, as gírias, as tensões, os conflitos, as lágrimas e alegrias, enfim o drama concreto de seus pares, é em grande medida resultante de uma configuração específica de seu mundo, então a Sociologia cumpriu sua finalidade pedagógica” (Idem, 2004, p. 130).

Essas elaborações não são novas. Já em 1955, Florestan Fernandes nos lembrava que lecionar Sociologia no Ensino Médio significava trabalhar com o senso comum e, ao mesmo tempo, desenvolver uma visão crítica deste (cf. FERNANDES, 1955).

Uma das dificuldades enfrentadas na sala de aula é a tarefa de *desnaturalizar* os conceitos pré-existentes e “fechados” dos alunos e mostrar que o meio social é mais complexo do que eles imaginam.

Em função deste debate, um dos pontos que se apresenta como um desafio emergente, a partir das novas condições colocadas pela legislação, é a configuração de um currículo que possa englobar os diversos campos de estudo que os futuros professores de Sociologia aprendem nas universidades, ou seja, a articulação dos aspectos sociológicos, antropológicos e políticos no ensino da disciplina de Sociologia.

As Ciências Sociais e sua didática na disciplina de Sociologia

A grande novidade que se apresenta nas escolas, e que diz respeito à Sociologia e aos sociólogos, refere-se ao fato de que somos novos atores sociais presentes nas escolas, pois temos como prática o ensino e a pesquisa sobre a própria realidade em que vivemos nos aspectos sociais, culturais e políticos. Entretanto, as constatações, os conflitos e as contradições que assinalamos acima sobre as dificuldades didáticas não são uma especificidade do ensino de Sociologia. Na verdade, essas reflexões sobre a prática de ensino já estão presentes há alguns anos no campo da educação nos diversos níveis e em diversas formulações teóricas sobre o ensino escolar. As próprias Orientações Curriculares para o Ensino de Sociologia – OCNs (BRASIL, 2006) – já indicavam essa preocupação:

“(…) [a] Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzida na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma adequação em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da História das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo” (p. 107).

Nas OCNs afirma-se que, por conta da falta de tradição pedagógica da Sociologia no Ensino Médio, ainda não se chegou a um conjunto mínimo de conteúdos sobre os quais haja unanimidade. Entretanto, a partir das diversas experiências no ensino de Sociologia, propõe-se que os denominados *recortes* sejam trabalhados a partir de temas, teorias e conceitos, de forma articulada para a tradução de um campo científico específico – as Ciências Sociais.

Assim, os conceitos conformariam um processo de *alfabetização científica* em Sociologia, do domínio de uma linguagem específica e que estariam em conexões com as teorias, além de poderem ser elementos motivadores para reflexões de temas. Os temas, por sua vez, seriam desenvolvidos na perspectiva de desencadear processos de aprendizagens imediatas, na medida em que, mobilizando os interesses dos alunos, desenvolva-se uma abordagem sociológica. Por fim, as teorias seriam apresentadas de forma sintetizada e contextualizada historicamente.

A proposta de abordagem das OCNs via *recortes* orienta a aplicação de certos conteúdos, envolvendo as três áreas de estudos das Ciências Sociais: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. Este caso se aplica, por exemplo, a temas como violência, globalização, questão racial, sexualidade e gênero, meio ambiente, cidadania, religiosidade, movimentos sociais e mídia.

Até a regulamentação da Lei 11.684/08, a maioria dos programas de Sociologia atravessava essas três áreas em apenas um ano de escolaridade. De uma forma genérica, apresentavam os clássicos da Sociologia, alguns conceitos e temas da Ciência Política e algumas conceitos e temas da Antropologia.

Entretanto, a realidade no atual contexto curricular pode ser modificada, já que, a partir de 2011, a Sociologia, obrigatoriamente, passou a integrar os três anos de escolaridade. Esta mudança abre a possibilidade, por exemplo, de uma abordagem cultural em um determinado ano, levando os estudantes à reflexão sobre o indivíduo, a cultura e a constituição de identidades; em outro ano, o estudante poderia refletir sobre o indivíduo e a estrutura social e, finalmente, em um terceiro ano, privilegiando a questão do Estado, dos movimentos sociais e da participação política dos cidadãos. Porém, essa é somente uma das tantas propostas

existentes. Qualquer possibilidade, no entanto, é um processo em construção, pois a distinção do denominado *conhecimento escolar em Sociologia* dependerá da luta por um *status* da disciplina no currículo do Ensino Médio.

As teorias críticas em educação têm muito a contribuir para pensarmos neste aspecto. A partir delas, principalmente com Forquin (1992), surge a reflexão sobre a categoria *conhecimento escolar* como um conhecimento com características próprias, recontextualizado a partir das necessidades da ação educativa.

O conhecimento escolar se constrói na mediação didática pela escola dos conhecimentos da ciência de referência (LOPES, 2007). Essa mediação se estabelece, através da dimensão sociocultural dos contextos escolares, um conjunto de ênfases e omissões de conteúdos, mediações, analogias, metáforas, etc. Neste sentido, os professores de Sociologia, ao elaborarem explicações para seus alunos, acabam por constituir novas formas de abordagem de conceitos científicos, não necessariamente equivocadas, assim como novas formas que facilitam a compreensão de conceitos. Os conceitos e conhecimentos sociológicos se tornam ensináveis na medida em que a mediação didática avalia primeiro a quem se está ensinando e a seu estágio de aprendizagem. Este processo é muito diferente daquele conhecimento produzido na universidade, onde o que é privilegiado é a exposição teórica, o estágio do conhecimento em si.

Além desta reflexão sobre o conhecimento escolar em Sociologia, devemos levar em consideração que os jovens já possuem contato com determinadas leituras pertencentes ao campo das Ciências Sociais antes de entrar para o Ensino Médio, mesmo que de forma atravessada pelos diversos conteúdos presentes em outras disciplinas. Além disso, a aprendizagem dos jovens também sofre a interseção das diversas experiências formativas fora da escola, nos grupos de pares, nas instituições religiosas, nas organizações políticas, na família etc. Entretanto, sua imersão na teoria social, política e antropológica sistematizada acontece a partir do contato com as práticas da leitura e da escrita sociológica no Ensino Médio, ou seja, a partir de um contato sistemático com um conhecimento que possui um rigor científico. Assim, a tarefa do professor de Sociologia é propiciar a ampliação do repertório dos jovens acerca da leitura sociológica dos fenômenos sociais, culturais e políticos para além do senso comum, para desnaturalizar e estranhar essa mesma realidade, compreendendo-a não como práticas subjetivas, mas como relações sociais.

Nessa perspectiva, não podemos cometer equívocos de pensar os conteúdos deslocados do contexto social em que os estudantes estão inseridos. Portanto, devemos ter a compreensão de que não é somente necessário apreender os códigos específicos dessa ciência, mas que tais códigos façam sentido na realidade social dos estudantes. Caso contrário, esses conteúdos não servirão para coisa alguma.

II – REFLEXÃO SOBRE MATERIAIS E LIVROS DIDÁTICOS

Diante do que expusemos anteriormente, é preciso explicitar a concepção que este livro traz a respeito da utilização dos materiais e dos livros didáticos, num contexto de pouca tradição pedagógica do ensino de Sociologia na educação básica.

Em primeiro lugar, a questão da utilização de materiais ou livros para fins didáticos não é um processo estático. Faz parte de uma dinâmica social e pedagógica complexa, na medida em que não pode ser concebida como um momento isolado do ensino, ou seja, significa pensar, entre outros temas, o contexto escolar e a especificidade cultural e social dos jovens estudantes, as suas linguagens e concepções de mundo e as novas formas de acesso às informações sobre a realidade social. Esses elementos compõem alguns pressupostos para a compreensão do processo de seleção de livros e materiais didáticos no ensino de Sociologia.

O primeiro elemento refere-se ao contexto social escolar. Neste aspecto, devemos levar em consideração que não existem realidades homogêneas, mas uma pluralidade de situações. Dependendo da localização da escola, do grupo social majoritário que se encontra nela, em termos econômicos, do perfil social dos profissionais, ou da própria relação que a escola tem com a comunidade externa, a forma de utilização de livros e materiais didáticos pode ser diferenciada.

Muitos professores têm relatado, por exemplo, que não é possível usar um texto clássico da Sociologia numa escola de periferia da cidade do Rio de Janeiro, mas numa escola de classe média sim. Argumentam que, na primeira, a base de leitura dos estudantes é bastante frágil, dificultando em muito o processo de interpretação de textos. Neste caso, os professores afirmam que é necessário trabalhar com filmes e recortes de jornais para tentar – e não garantir – mobilizar o aluno na interpretação de algum conceito sociológico. Assim, em realidades sociais diversificadas, os estudantes têm relações com os estudos em função de sua condição de classe social ou das relações sociais em que estão inseridos. Nesse sentido, por exemplo, há determinados hábitos de leituras específicas dos estudantes – jornais, revistas, internet, livros de diversos gêneros –, que o professor tem que investigar, previamente, para identificar a forma e quais materiais devem ser utilizados.

Outra questão é perceber as experiências de professores que lecionam no horário noturno. Neste, o público é formado, na sua grande maioria, por estudantes trabalhadores, que muitas vezes não têm tempo para leituras diárias e nem condições financeiras para adquirir livros ou reproduzir textos. Seu contato com a leitura e a escrita, muitas vezes, se estabelece apenas em sala de aula. Dessa forma, é evidente que o professor não pode deixar de considerar essa variável na hora de decidir a utilização de um ou outro material.

O segundo aspecto refere-se à situação dos jovens e suas linguagens. Aqui levamos em consideração o que Dayrell e Reis (2007) chamam de “condição juvenil”, ou seja, uma parcela da juventude que majoritariamente frequenta as escolas públicas, formada por estudantes pobres que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos, marcados por um contexto de desigualdade social.

Com os limites que possam existir no fato de se delimitar um grupo social numa categoria analítica, a análise desses autores aponta para a preocupação de nunca se esquecer o que deveria ser considerado como óbvio: “eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida” (DAYRELL; REIS, 2007, p.5). Assim, na trajetória de vida dos jovens, “a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e do posicionamento diante de si mesmos e da sociedade” (Idem, ibidem). O reconhecimento dessa dimensão simbólica é uma questão importante na escolha de materiais didáticos.

Outro elemento que citamos diz respeito ao contato dos jovens com novas tecnologias que trazem inúmeras informações sobre a realidade social. Neste novo contexto, a escola perde a sua condição anterior de centro privilegiado de acesso ao saber. Com o advento massivo de uma cultura visual, principalmente aquelas veiculadas pela TV e pela internet, os jovens passam a ter acesso a um mundo antes restrito a certos grupos. A forte presença das novas tecnologias acirra a crise das instituições que eram tradicionalmente produtoras de sentido (escola, família, religiões, Estado).

Assim, os diferentes meios de comunicação exercem, atualmente, uma função pedagógica, ou seja, de socializar os jovens e transmitir-lhes os indicadores de funcionamento do mundo. A escola continua sendo uma fonte importante de formação. No entanto, a influência da mídia está presente de uma forma cada vez mais massiva – e também através da própria escola. Portanto, os jovens começam a ler o mundo por meio da simbologia do consumo e muitas de suas leituras da realidade social já vêm desse ambiente.

Quais são as consequências destes novos desenhos socioculturais para a seleção de materiais e livros didáticos? Quais são as decorrências da influência das novas tecnologias no ensino de Sociologia? O que significa, em termos de papel institucional da escola, socializar o jovem para a autonomia, o crescimento individual e a reflexão crítica? As respostas a estas indagações nos remetem à consideração de que qualquer material ou livro didático selecionado deve dialogar com essas dinâmicas, presentes com força no cotidiano dos jovens estudantes.

Uma reflexão que surge constantemente é quando o livro didático torna-se um recurso de acomodação, por não requerer muito preparo do docente, nem o recurso a pesquisas. Mas, mesmo que o professor não pretendesse fazer um uso excessivo dos livros didáticos e desejasse usar outros materiais, como filmes e textos, seria obrigado a solicitar tais materiais à direção da unidade escolar, com a possibilidade de não ter acesso, pois em muitas escolas os recursos são escassos.

O uso adequado do livro didático se daria em um contexto ideal, no qual cada aluno possuísse um exemplar que pudesse levar para casa para a execução de atividades complementares aos conteúdos apresentados pelo docente. Independentemente deste fato, a proposta deste livro, *Sociologia para jovens do século XXI*, é exatamente de se apresentar como um recurso didático que seja complementar às iniciativas que muitos professores já elaboram na sua prática em sala de aula. Assim, este livro não se propõe a engessar o conhecimento sociológico numa perspectiva que dê conta de todo o acúmulo das Ciências Sociais até hoje. O que propomos é contribuir para o fortalecimento de uma tradição pedagógica no ensino de Sociologia, que se encontra em um momento de construção.

Os materiais didáticos são todos aqueles instrumentos que proporcionam ao professor referências e critérios para tomar decisões, tanto no planejamento como na intervenção direta no processo de ensino-aprendizagem e em sua avaliação. Assim, consideramos que este livro didático é mais um meio para ajudar os professores a responderem aos problemas concretos que as diferentes etapas dos processos de planejamento, execução e avaliação lhes apresentam.

Deste ponto de vista, a noção de livros e materiais didáticos se amplia e pode se incluir entre diferentes projetos, contextos e estudantes. O uso deste livro, associado a uma polifonia de recursos, se justificaria aqui na medida em que há diferentes âmbitos de intervenção possíveis, tais como projetos interdisciplinares e atividades mais gerais da escola. Por outro lado, deve-se levar em consideração a intencionalidade dos materiais a serem utilizados. Ou seja, se há finalidades educativas na Sociologia para orientar, exemplificar, ilustrar, propor ou divulgar, então os livros didáticos, os audiovisuais e outras fontes de informação midiáticas compõem variadas e polifônicas formas de cumprir os objetivos declarados pelo docente.

Enfim, a complexidade da tarefa educativa exige do professor de Sociologia dispor de instrumentos e recursos que favoreçam a tarefa de ensinar. São necessários livros e materiais didáticos que estejam a serviço de nossas propostas didáticas e não o contrário; que não suplantem a dimensão estratégica e criativa dos professores, mas que a incentivem.

III – PLANEJAMENTO DE ENSINO E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Numa conferência proferida em 2003, em Montreal, o teórico da educação Bernard Charlot certa vez se indagou: “por

que os discursos e comportamentos dos professores de São Paulo se pareciam muito com os dos professores franceses?”

(CHARLOT, 2005, p. 75). Depois de algum tempo, ele levantou a hipótese de que há *universais da situação de ensino*. Ele entende e qualifica *situação de ensino* como aquela que se percebe frequentemente, ou seja, “o professor trabalha em uma instituição, recebe um salário, tem colegas, deve respeitar um programa e leciona para vários alunos, que são crianças ou jovens” (Idem, *ibidem*).

Outras situações de ensino citadas por Charlot: todo indivíduo é educado e essa educação pressupõe uma relação com um outro. O indivíduo apropria-se apenas de uma parte do patrimônio humano, pois está inserido em uma época, uma classe e uma cultura específica. E, finalmente: em nossa época o ensino é gerenciado, quer dizer, encontra-se numa instituição sob o controle e o olhar de autoridades hierárquicas, contando inclusive com limitações de espaço, tempo e recursos.

Citamos esse estudioso do campo da Educação para situar que as questões didático-metodológicas no ensino de Sociologia podem ser marcadas por tensões, contradições e relações sociais e culturais, além daquelas encontradas no espaço escolar. Neste sentido, pensar pressupostos didático-metodológicos no ensino de Sociologia requer uma análise cuidadosa.

Charlot indica algumas pistas. Em primeiro lugar, quando se constata que o indivíduo se humaniza numa relação entre o seu mundo exterior e interior, ele afirma que “ninguém pode aprender sem uma atividade intelectual, sem uma mobilização pessoal” (CHARLOT, 2005, p.76). Assim, esta ideia remete a outra: “só se pode ensinar a alguém que aceita aprender, ou seja, que aceita investir-se intelectualmente, daí, o professor não produz o saber no aluno, ele realiza alguma coisa – uma aula, a aplicação de um dispositivo de aprendizagem – para que o próprio aluno faça o que é essencial, o trabalho intelectual” (p. 76).

Em segundo lugar, a partir da constatação de que um indivíduo apropria-se apenas de uma parte do patrimônio humano, Charlot chama a nossa atenção para o fato de que o professor está sempre colocado em questionamento: por que ensinar mais isso do que aquilo? Para que serve isso? Ou, de forma mais radical: para que serve a escola, já que a “vida real” é lá fora? Ou seja, a legitimidade do professor está sempre em jogo.

E, por fim, quando se postula que o ensino é gerenciado, que se encontra numa instituição sob o controle e o olhar de autoridades hierárquicas, identifica-se uma contradição, na medida em que “gerir é prever, racionalizar ou dar perfeita transparência e total domínio. Entretanto, o ensino implica em outra lógica, pois o professor não pode gerir racionalmente um ato cujo sucesso depende da mobilização pessoal do aluno, mobilização cujas forças são sempre um tanto obscuras” (CHARLOT, 2005, p.78). Charlot afirma, ainda, que o conhecimento é o centro da experiência da escola (cf. CHARLOT, 2005). Esta, portanto, é um lugar onde o professor está tentando ensinar coisas para estudantes que estão tentando aprendê-las. Segundo Charlot, quem teoriza a escola e esquece esse fato deixa o mais importante fora do pensamento.

A partir daí, conclui que essas tensões e contradições fazem parte da grande maioria das situações de ensino

escolar, mas que tomam formas específicas conforme as épocas e as sociedades.

Portanto, podemos perguntar: o que pode representar as proposições didático-metodológicas no ensino de Sociologia para jovens do século XXI?

Tentar responder esta questão não é uma tarefa simples. Entretanto, a perspectiva metodológica neste livro passa por uma reflexão sobre o planejamento de ensino e por uma concepção que defendemos sobre os objetivos do ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Em primeiro lugar, devemos pensar o planejamento em função do contexto escolar, pois consideramos que podem existir diversas situações de ensino como, por exemplo:

- escolas com diversos turnos, que podem indicar a existência de duas ou três escolas diferentes numa só;
- escolas de periferia, onde as condições de aprendizagem são dificultadas pelas precárias condições de vida dos estudantes;
- escolas de classe média alta, onde o mundo virtual é muito presente entre os estudantes; ou
- escolas noturnas, onde há uma dinâmica de ensino que não pode deixar de levar em consideração a rotina exaustiva dos estudantes trabalhadores.

Essa heterogeneidade indica que o professor de Sociologia não pode estabelecer o mesmo planejamento para contextos totalmente diferentes.

O planejamento deve levar em consideração estas situações mais globais. Assim, pode ocorrer frequentemente um momento de reflexão do professor, entre uma aula e outra, para avaliar se os seus procedimentos e objetivos estão se desenvolvendo como o esperado, já que há poucas referências de planejamento de ensino nesta área, em termos de atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los.

É necessário perceber, por outro lado, os diversos aspectos presentes na sala de aula, como a linguagem predominante entre os estudantes, suas interações e relações interpessoais e seus conhecimentos prévios sobre determinadas temáticas sociológicas que, muitas vezes, são permeadas pelo senso comum, trazendo determinados valores morais e éticos.

A partir de todas essas considerações é que pensamos uma perspectiva didático-metodológica para a utilização deste livro.

A concepção que defendemos parte do pressuposto de que temos como objetivo, a partir de reflexões conceituais, teóricas e temáticas, incentivar o estudante na desconstrução e desnaturalização das opiniões de senso comum. Ou seja, a partir de fatos do cotidiano, da realidade vivida pelos alunos e das ideias e representações sociais sem base científica, trabalhar a imaginação sociológica e problematizar o senso comum.

Para entender melhor esta proposta, neste livro, trabalhamos a ideia de que ao final de cada capítulo e unidade o estudante deverá ter a capacidade de distinguir as noções de senso comum em relação ao pensamento sociológico, que seria norteada por uma imaginação sociológica crítica, problematizadora e dinâmica da realidade social que o cerca.

Neste sentido, a cada capítulo do livro sugerimos a seguinte perspectiva didático-metodológica:

1 – Os capítulos têm a temática introduzida por uma questão problematizadora de senso comum, histórica ou conceitual. As estratégias são variadas e a combinação da utilização de notícias jornalísticas e opiniões da vida cotidiana permitem que professores e alunos atuem como investigadores dos fenômenos sociais do tempo presente.

2 – Os primeiros debates e reflexões, além do levantamento de conhecimentos prévios dos estudantes, coordenados pelo professor, estimulam estudantes em direção à construção de uma imaginação sociológica, baseada em conceitos, teorias e temas do campo da Sociologia e das Ciências Sociais.

3 – Como veremos adiante, durante e após a leitura dos capítulos, recomenda-se a utilização de tabelas, gráficos, mapas, imagens, charges, indicações de filmes, de textos clássicos da Sociologia e de sociólogos, de textos sobre questões da atualidade, de vídeos e outras formas de tratamento da informação, para mobilizar situações de aprendizagens em torno dos conceitos e teorias entre os estudantes.

4 – Após leitura, debate e análise das ferramentas e suportes didáticos, o livro propõe questões que retomam as principais reflexões conceituais do texto, com o objetivo de potencializar a produção escrita dos estudantes e organizar de forma reflexiva os conhecimentos sociológicos.

5 – A valorização dos procedimentos de pesquisa fecha os capítulos. Desta forma, apresentam-se aos estudantes, livros, filmes, questões do ENEM, sites, redes sociais e músicas, como instrumentos representativos de múltiplas linguagens, que têm o objetivo não de servir simplesmente como uma atividade complementar, mas, fundamentalmente, como formação de estudantes pesquisadores e reflexivos.

6 – Sugerimos que, no fechamento de cada capítulo ou bloco de capítulos, e de acordo com a dinâmica dos estudantes ou a vontade do professor, se promovam projetos didáticos, que podem ser temáticos ou de uso das mídias na elaboração de um produto final do ano letivo ou de cada unidade, como a criação de um jornal da turma, de uma hemeroteca com os jornais e notícias, de uma videoteca, de pesquisas de opinião na comunidade escolar ou a elaboração de jogos e vídeos quando necessário ou possível. (Veremos mais adiante algumas propostas de atividades para aprendizagens significativas).

7 – Não podemos esquecer que, a cada tema ou conceito, expresso nos capítulos do livro, faz-se necessário ter um objetivo, na medida em que não nos perdemos em debates muitas vezes calorosos, mas que não conduzem à imaginação sociológica na perspectiva de superação das visões de senso comum.

8 – Por fim, recomendamos que o professor, a partir das dinâmicas construídas nas salas de aula, estabeleça diálogos e intercâmbios com as outras áreas de conhecimento, a partir da última seção encontrada em cada capítulo, que propõe uma disciplina específica para o diálogo interdisciplinar ou que o professor(a) produza esse tipo de dinâmica a partir de parcerias com outros docentes de outras disciplinas. Isto é necessário, na medida em que entendemos que os conhecimentos prévios dos estudantes e suas aprendizagens escolares, muitas vezes, são permeados por contextos múltiplos de ensino. Apesar dos sistemas de ensino promoverem formalmente a disciplinaridade, o contexto da escola também possibilita, dependendo de seus agentes, a interdisciplinaridade. Assim, o diálogo com a História, com a Geografia, com a Literatura, com a Filosofia e com as Ciências Naturais e Matemáticas, entre outras, pode ser de grande proveito para o aprofundamento da *imaginação sociológica*.

IV – A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Um dos pontos importantes para a reflexão pedagógica e a utilização deste livro é o processo de avaliação da aprendizagem.

Quando dissemos anteriormente que partimos da problematização da “condição juvenil” atual, suas culturas, suas demandas e necessidades, temos de situar a experiência escolar desses jovens, onde fica evidente que aqueles que chegam às escolas públicas apresentam características, práticas sociais e um universo simbólico que os diferenciam das gerações anteriores. (cf. DAYRELL ; REIS, 2007)

Apartir da década de 1990, um contingente de jovens cada vez mais heterogêneos atravessou os muros da escola. Segundo Dayrell e Reis, “a escola é invadida pela vida juvenil, com seus *looks* pelas grifes, pelo comércio de artigos juvenis, constituindo-se como um espaço também para os amores, as amizades, os gostos e as distinções de todo tipo. (...) No cotidiano escolar, essa tensão se manifesta não tanto de forma excludente, ser jovem OU ser aluno, mas, sim, geralmente, na sua ambiguidade de ser jovem E de ser aluno” (DAYRELL ; REIS, 2007, p. 9–10).

É aqui que podemos identificar as situações em que “apenas uma parte dos jovens adere integralmente ao estatuto de estudante” (Idem, 2007, p. 10). Estes, geralmente, são os que reúnem a melhor condição social e o incentivo familiar à escolarização, conseguem articular a utilidade dos estudos com seus próprios interesses e gostos. Mas, para a maioria, “a escola consiste em um campo aberto, daí a dificuldade deles em articular seus interesses pessoais com as demandas do cotidiano escolar, enfrentando obstáculos para se motivarem, para atribuírem um sentido a essa experiência e elaborar projetos de futuro” (Idem, 2007, p. 10).

Enfim, nesta perspectiva de análise é que temos de situar a questão da avaliação no ensino de Sociologia e ampliar a reflexão sobre seu papel.

É fundamental, portanto, superar a perspectiva tradicional da avaliação das aprendizagens, onde predomina como referência a “pedagogia do exame” (cf. LUCKESI, 2002). Ou seja, uma perspectiva em que todas as atividades docentes e discentes estão voltadas para um treinamento de “resolver

problemas” ou no ensino de resolução de provas em direção ao vestibular ou ao ENEM. Com esse tipo de avaliação mede-se apenas a competência do aluno em memorizar e repetir informações que lhe foram transmitidas durante as aulas. Ou ainda, a avaliação assume o papel de controle, visando a adequar o planejado e o aprendido. É também a avaliação em sua concepção de julgamento de resultados finais e irrevogáveis (Idem, *ibidem*).

Essas perspectivas sobre a avaliação apresentam a articulação de uma visão tradicionalista do fenômeno educativo. O educando é uma “tábula rasa”, constituindo-se apenas em depósito de conhecimentos e saberes que são transmitidos por um mestre. Em outras palavras, o sujeito que passa a conhecer o mundo é aquele que foi capaz de assimilar os saberes transmitidos por outros, não havendo possibilidades de trocas e transformações entre sujeitos.

A partir de uma perspectiva diversa, defendemos neste livro que é necessário pensar a avaliação da aprendizagem numa perspectiva diagnóstica, ou seja, para afrontar situações da vida, para construir instrumentos de identificação de novos rumos da aprendizagem, para o reconhecimento dos caminhos percorridos e identificação dos caminhos a serem perseguidos, na perspectiva de que cada cidadão se capacite para governar (cf. LUCKESI, 2002) – isto é, a capacidade de refletir e de aprender com autonomia, de analisar, de criar, de estabelecer relações significativas, deixando de lado o velho esquema do treinamento e da memorização.

A partir da reflexão anteriormente descrita, onde a avaliação é percebida como puro resultado da técnica pedagógica, se constatam ainda as grandes dificuldades desta tarefa no ensino de Sociologia, pois tendo como referência uma cultura de avaliação escolar classificatória e pautada por uma concepção de controle, as possibilidades de uma concepção de avaliação mais formativa e diagnóstica requerem algumas considerações.

Quando um professor de Sociologia entra para o magistério, encontra muitas vezes uma cultura de avaliação para criação de hierarquias de excelência. A avaliação faz com que os alunos sejam comparados e classificados em virtude de uma norma de excelência, definida no absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos. Neste caso ela é um fator a serviço da seletividade.

Esta cultura de avaliação, de certa forma, se reflete em depoimentos e experiências de professores de Sociologia em diversos cantos do país. São os casos, por exemplo, em que observa-se muita competitividade entre estudantes, alimentando, por sua vez, a concepção entre eles de que aprender é passar de ano com uma nota boa ou suficiente, ou ainda, a pressão da própria escola, em conselhos de classe, em adotar provas e testes como parâmetro único de avaliação. Entretanto, o maior desafio é quando os próprios estudantes não compreendem, e às vezes não aceitam com clareza uma avaliação processual e diagnóstica, pois estão habituados a um esquema hierárquico de avaliação desde os anos iniciais de escolaridade. Há, também, aquelas situações em que o professor encontra estudantes com sérias defasagens de leitura, escrita e procedimentos de estudos limitados à

repetição do que está escrito em um texto, ou no quadro da sala de aula.

A Sociologia exige certo grau de abstração, pois envolve a compreensão de um modo de pensar e explicar o mundo pautado em noções, conceitos, procedimentos e princípios através dos quais os fenômenos sociais são estudados e contextualizados historicamente. Neste sentido, o processo de avaliação deve levar em conta que a compreensão do modo de pensar em Sociologia não pode se basear na repetição de algumas definições. O enunciado de uma prova nos diz, unicamente, que o estudante que a faz é capaz de lembrar com precisão a definição, mas não permite averiguar se foi capaz de integrar esse conhecimento em suas estruturas interpretativas. E mais: a pura definição conceitual é o resultado de uma compreensão muito simplista de aprendizagem que, de certo modo, assume que não existe nenhuma diferença entre expressão verbal e compreensão. Portanto, as atividades de avaliação mais adequadas para conhecer o grau de compreensão dos conteúdos conceituais em Sociologia não podem ser simples.

Uma das formas para a perspectiva formativa e diagnóstica de avaliação em Sociologia é a observação do uso de cada conceito, noções ou princípios em diversas situações e nos casos em que os jovens utilizam em suas explicações espontâneas. Neste sentido, a observação dos conceitos em trabalhos de equipe, debates, exposições e, sobretudo, diálogos seriam as melhores fontes de informação para a avaliação da aprendizagem. Em outros termos, se o que queremos da aprendizagem de conceitos, neste livro, é que os jovens estudantes sejam capazes de utilizá-los em qualquer momento ou situação que os mobilize para tal, propomos, então, atividades que não consistam numa explicação do que entendemos sobre os conceitos, mas na resolução de conflitos ou problemas a partir do uso dos mesmos.

O professor de Sociologia pode e deve utilizar-se de variadas estratégias de avaliação, desde que elas sirvam para subsidiar decisões a respeito da aprendizagem dos alunos. A avaliação da aprendizagem não possui uma finalidade em si, ela só ganha sentido na medida em que se articula com um objetivo explícito.

Assim, o que se propõe neste livro parte do pressuposto de que avaliação da aprendizagem não se estabelece necessariamente pela fixação de conceitos ou teorias, mas também pela capacidade de análise e demonstração das distinções entre senso comum e conhecimento sociológico. Neste sentido, os temas, os conceitos e as teorias levantadas ao longo dos capítulos podem gerar sondagens de aprendizagens antes e durante o processo de ensino, tais como:

- sondagens dos conhecimentos prévios dos estudantes;
- a participação dos estudantes nos debates;
- a lógica argumentativa dos estudantes nos debates;
- o reconhecimento da relevância do tema tratado; e
- a identificação de situações do cotidiano relativas à questão tratada.

Compreendemos que às vezes há necessidade, imposta pelos sistemas de ensino, de uma avaliação ao final de um processo de aprendizagem, que pode ser bimestral

ou trimestral. Esse momento, denominado de verificação da aprendizagem, pode ser estabelecido, além das provas, também através de:

- apresentação de seminários temáticos;
 - comentários, através da produção escrita, de obras artísticas, livros e filmes;
 - leitura de imagens e músicas (interpretação escrita e oral);
 - produção escrita, a partir de pesquisas em sites, filmes, documentários, vídeos da internet e debates nas redes sociais;
 - organização e aplicação de pesquisas temáticas e de opinião – inclusive, de acordo com as possibilidades concretas existentes, com um caráter mais científico;
 - organização e produção de exposições temáticas;
 - produção de murais em forma de colagem de imagens;
- e/ou

– produção de jogos em RPG ou outras formas lúdicas de atividades.

Após a apresentação da estrutura do livro e de uma possibilidade de sequência didática, você irá encontrar algumas sugestões para o desenvolvimento das aulas referentes aos temas, aos conceitos e às teorias de cada capítulo. Não se trata de uma “receita de bolo”, até porque, como afirmamos, há uma complexidade nas relações de ensino-aprendizagem. Entretanto, por entender que estamos contribuindo para o processo de legitimação e construção de uma proposta didático-metodológica no ensino de Sociologia, apresentaremos sugestões baseadas em nossas experiências como docentes, mas também em experiências que presenciamos em outras partes do Brasil.

V – A ESTRUTURA DO LIVRO

O livro é estruturado em três unidades básicas com oito capítulos na primeira unidade e sete nas outras duas (total de vinte e dois), a serem desenvolvidos nos três anos de escolaridade do Ensino Médio.

A **Unidade 1 – Sociedade e Conhecimento Sociológico** – apresenta conceitos clássicos da Sociologia. Na ordenação dos capítulos, iniciamos o **primeiro capítulo – Sociologia: dialogando com você** – com uma reflexão sobre a importância do conhecimento sociológico no Ensino Médio e na vida cotidiana dos jovens, através da categoria formulada por Charles Wright Mills, a *imaginação sociológica*. Em seguida, refletimos sobre a diferença entre senso comum e pensamento sociológico.

O **segundo capítulo – “Quem sabe faz a hora e não espera acontecer?” A socialização dos indivíduos** – aborda um tema clássico da Sociologia: as relações indivíduo e sociedade. Iniciamos com uma descrição sintética, sobre o conceito de *socialização*, em seguida, o surgimento da Sociologia no contexto da chamada modernidade europeia. Aqui, iniciamos os primeiros contatos dos estudantes com os teóricos da Sociologia denominados clássicos (Marx, Durkheim e Weber), porém na perspectiva de reflexão sobre as relações entre indivíduo e sociedade, através do conceito de *socialização*.

O **terceiro capítulo – “O que se vê mais, o jogo ou o jogador?” Indivíduos e Instituições Sociais** – desenvolve um tema clássico da Sociologia, as *instituições sociais*. Na perspectiva analítica e descritiva, a abordagem dos conceitos passa pelas interpretações construídas por autores como Durkheim, Weber, Ernst Troeltsch, Claude Lévi-Strauss e Peter Berger. Esses autores são importantes para entender instituições como família, Estado, escola, religião, entre outras.

O **quarto capítulo – “Torre de Babel”: culturas e sociedades** – discute o conceito de cultura na perspectiva do senso comum, da representação da realidade e dos estudos antropológicos. Aqui, dedicamos atenção prioritária às interpretações antropológicas apresentadas pelo brasileiro

Roberto DaMatta e pelo francês Denys Cuche. Por fim, introduzimos, brevemente, a noção de *multiculturalismo*.

O **quinto capítulo – “Sejam realistas: exijam o impossível!” Identidades sociais e culturais** – apresenta o conceito de *identidade*, exemplificando a discussão através do resgate da revolução comportamental comandada pela juventude ocidental na década de 1960. Assumindo a perspectiva de que os indivíduos desempenham papéis sociais enquanto sujeitos históricos e sociais, destacamos e desenvolvemos as elaborações de George Herbert Mead, Erving Goffman e Stuart Hall. Em seguida, levantamos o debate sobre a questão das identidades jovens, com autores como Juarez Dayrell e Juliana Batista Reis, e das identidades brasileiras.

O **sexto capítulo – “Ser diferente é normal”: as diferenças sociais e culturais** – aborda a ideia de *diferença*, destacando os conceitos de *etnocentrismo* e *interculturalidade*. A partir do acúmulo das discussões anteriores de cultura e identidades sociais e culturais, estes dois conceitos são pensados de forma articulada, envolvendo as complexas relações sociais e de poder. As referências que utilizamos para a reflexão desses conceitos são William G. Sumner (1840-1910), que cunhou o termo *etnocentrismo*, e Catherine Walsh, evidenciando o conceito de *interculturalidade*.

O **sétimo capítulo – “A matrix está em toda parte...”: ideologia e visões de mundo** – aborda o conceito de *ideologia*, um conceito que pode ser considerado como polissêmico, isto é, passível de várias interpretações de sentido. Porém, para uma adequada didatização deste conceito, situamos a ideologia também numa perspectiva da noção de visão de mundo. Os autores que destacamos nessa temática são Karl Marx, Karl Mannheim, Antônio Gramsci e a filósofa brasileira Marilena Chauí.

Fechando a Unidade I, temos o **oitavo capítulo – “Ganhava a vida com muito suor e mesmo assim não podia ser pior.” O trabalho e as desigualdades sociais na História das sociedades**. No texto, que abrimos com uma contextualização

sobre a prática do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, apresentamos o conceito de *relações de produção* e as formas que elas assumiram na humanidade através dos tempos. Por fim, discutimos os conceitos sociológicos de *estratificação social* e de *mobilidade social*.

Como você pode observar, as abordagens teóricas e conceituais fazem referência àquelas que podem ser consideradas como elaborações básicas no campo do conhecimento sociológico. A partir deste trabalho inicial, podemos partir para a segunda unidade.

A **Unidade 2** compreende um recorte diferente. Com o título *Trabalho, Política e Sociedade*, é composta de sete capítulos, e a ideia principal é penetrar nas grandes questões da modernidade e do tempo presente, as quais consideramos fundamentais para que os estudantes iniciem uma reflexão mais acurada dos processos e dinâmicas econômicas, sociais e políticas do mundo contemporâneo.

Mantendo a continuidade numérica, o **capítulo nono** – “*Tudo que é sólido se desmancha no ar*”: *capitalismo e barbárie* – debate a origem e o desenvolvimento histórico do capitalismo, apresentando as suas principais características e as suas consequências para a humanidade. Neste capítulo, procuramos discutir também a tentativa de implantação do socialismo na antiga URSS (atual Rússia e outros países).

O **décimo capítulo** – “*Todo mundo come no McDonald’s e compartilha no Facebook?*” *Globalização e neoliberalismo* – desenvolve uma reflexão sobre a atual fase do capitalismo, iniciada a partir da chamada *globalização financeira* (segundo a definição de François Chesnais), que marcou o final do século XX, destacando e caracterizando também a *ideologia neoliberal* que acompanhou esse processo de mudanças e seus resultados quando aplicada às políticas públicas em países do capitalismo periférico, como é o caso do Brasil.

O **décimo primeiro capítulo** – “*Um novo fast food para você*”: *o mundo do trabalho e a educação* – aborda as grandes transformações no mundo do trabalho e na reprodução do capital. Trabalhando conceitos como *desemprego estrutural*, *fordismo/taylorismo*, *toyotismo* e *empregabilidade*, apresentamos a questão da *reestruturação produtiva* como uma das mais relevantes para pensar a juventude e o mundo do trabalho neste século XXI, com um destaque para a discussão sobre a educação. Utilizamos como autores de referência Ricardo Antunes, Gaudêncio Frigoto, Pierre Bourdieu, István Mészáros e Laura Tavares.

No **décimo segundo capítulo** – “*O mercado exclui como o gás carbônico polui*”: *capital, desenvolvimento econômico e a questão ambiental* – abordamos a atual crise ecológica que afeta todo o planeta, enumerando alguns dados e procurando qualificar a discussão no âmbito da Sociologia Ambiental. No final, relacionamos esse debate com as questões relativas ao caráter do desenvolvimento econômico capitalista, tomando como base principalmente as formulações contemporâneas de István Mészáros e do geógrafo David Harvey.

No **décimo terceiro capítulo** – “*É de papel ou é para valer?*” *Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo* – além da conceituação e da contextualização histórica dos temas citados no título, desenvolvemos um

debate sobre o longo e acidentado caminho percorrido pela cidadania em nosso país, até os dias atuais. Entre os autores citados, apresentamos conceitos formulados por T. H. Marshall e pelo cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos.

O **décimo quarto capítulo** intitula-se “*O Estado sou eu*.” *Estado e Democracia*. Ele apresenta a caracterização e as funções do Estado moderno, recorrendo a Max Weber, e uma discussão sobre a democracia, citando a contribuição dos pensadores iluministas como Locke (1632-1704), Montesquieu (1689-1775) e Rousseau (1712-1778), os conceitos de *democracia liberal* e *democracia participativa*, assim como o papel desempenhado pelos partidos políticos no Brasil atual.

Fechando a unidade, no **décimo quinto capítulo** – “*Você tem fome de quê?*” *Movimentos sociais ontem e hoje* – definimos e caracterizamos historicamente o fenômeno dos *movimentos sociais*, discutindo suas interseções com o projeto socialista, apresentando brevemente uma reflexão sobre os movimentos sociais na História do Brasil – que inclui os chamados *novos movimentos sociais* – e a perspectiva das ações coletivas neste século XXI.

As reflexões da segunda unidade são fundamentais para se iniciar um aprofundamento sociológico, na sua forma didática, sobre processos e dinâmicas econômicas, sociais e políticas do mundo contemporâneo. Podemos considerar, numa analogia com a linguagem computacional, que são conceitos, temas e teorias mais *hard* – principalmente aqueles que envolvem o mundo do trabalho e a política –, mas que devem ser enfrentados, principalmente em função de um amadurecimento do aluno e de sua *imaginação sociológica*, provocada pelas discussões conceituais iniciadas na unidade anterior. Se as discussões obtiverem sucesso e consistência, os estudantes podem estar prontos para um novo desafio: a terceira unidade, com questões temáticas mais específicas, que afliam diretamente os jovens na atualidade.

A **Unidade 3** – *Relações Sociais Contemporâneas* – pretende fechar um ciclo de mergulho do aluno no mundo da Sociologia; composta de sete capítulos que avançam na perspectiva de reflexão de grandes temas contemporâneos de interesse dos jovens.

O **décimo sexto capítulo** – “*Na telinha da sua casa você é cidadão?*” *O papel da mídia no capitalismo globalizado* – aborda os *meios de comunicação de massa* no contexto do mundo globalizado. O enfoque que privilegiamos são as profundas transformações que as relações sociais, políticas e culturais sofreram sob o efeito dos *meios de comunicação de massa* (ou *mídias globalizadas*) decorrentes dos avanços tecnológicos nos séculos XX e XXI. Aqui, também, focalizamos alguns dos principais sociólogos e estudiosos dos meios de comunicação de massa como Marshall McLuhan, Jürgen Habermas, Walter Benjamin, Marilena Chauí, Jean Baudrillard, Pierre Bourdieu e Muniz Sodré. Além deles, utilizamos alguns dados estatísticos, reflexões sociológicas a partir de programas televisivos e uma importante reflexão sobre as atuais relações entre *mídias e educação*.

O **décimo sétimo capítulo** – “*Onde você esconde seu racismo?*” *Desnaturalizando as desigualdades raciais*

– aborda um dos temas mais discutidos atualmente na sociedade brasileira – as relações étnico-raciais entre brancos e negros. No desenvolvimento do capítulo, fazemos referência às definições de *preconceito*, *discriminação* e *racismo*. Em seguida, contextualizamos o surgimento da ideia ultrapassada de “raças” e o surgimento dos conceitos de *etnia* e de *etnicidade*. Numa perspectiva crítica, apontamos algumas questões historiográficas e do pensamento social brasileiro que fundamentam o racismo no contexto brasileiro. Com a introdução de dados estatísticos, discutimos as novas categorias sociológicas que, atualmente, vêm se afirmando no pensamento social brasileiro, o qual obteve uma contribuição fundamental dos movimentos negros. Por fim, apresentamos a reflexão e as polêmicas atuais no Brasil sobre as políticas de ações afirmativas. O texto conta com algumas referências teóricas importantes nesta discussão, como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Thomas Skidmore, Clovis Moura, Muniz Sodré e Kabengele Munanga.

O **décimo oitavo capítulo** – *Gênero e sexualidade no mundo de hoje* – desenvolve e atualiza a temática da sexualidade e da identidade de gênero. Aqui, apresentamos a reflexão sobre papéis de homens e mulheres e as relações de poder que lhes são atribuídas numa determinada sociedade. A partir das elaborações do movimento feminista, apresenta reflexões sobre gênero e relações de poder. Numa outra parte, o capítulo discute as questões e as lutas das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT). Fazendo referência a uma pesquisa recente no Brasil, levantamos as dificuldades desse grupo social na sociedade brasileira. Alguns estudiosos fazem parte de nossas referências na interpretação dos temas: Deborah Blum, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Alfred Kinsey, Michel Foucault, Luiz Mott e as pesquisas das sociólogas brasileiras Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorene Bernardete da Silva.

O **décimo nono capítulo** – “*A gente não quer só comida...*” *Religiosidade e juventude no século XXI* – discute o tema da religiosidade, desenvolvido a partir de quatro autores fundamentais para a reflexão sociológica: Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e Antônio Gramsci. A intenção, aqui, é dar um enfoque no entrelaçamento entre religiosidade, questões sociais, política e juventude. Fazemos também uma breve panorâmica sobre algumas expressões religiosas brasileiras. Na reflexão sociológica da temática, são evidenciados conceitos como *secularização* e *sincretismo*. Ao final, fazemos uma reflexão sobre o envolvimento da juventude com o fenômeno da religiosidade. Além das referências clássicas citadas, estão presentes no texto autores como Muniz Sodré, Michael Löwy e Regina Novaes.

O **vigésimo capítulo** – “*Espaços de dor e de esperança.*” *A questão urbana* – se inicia com uma reflexão sobre as condições de vida nas atuais cidades brasileiras, resgatando, após, o longo processo de urbanização vivido pela humanidade, e as características de segregação socioespacial que estão presentes nas grandes metrópoles. Dentre alguns autores que nos serviram de referência à discussão, apresentamos as reflexões da arquiteta e historiadora Raquel Rolnik, do urbanista norte-americano Mike Davis e sua exposição sobre

as favelas que cobrem o planeta, e do pesquisador e professor brasileiro Carlos B. Vainer.

O **vigésimo primeiro capítulo** – “*Chegou o caveirão! E agora?*” *Violência e desigualdades sociais* – procura tratar de um tema cada vez mais emergente nas cidades grandes e médias do Brasil, cujos espaços segregados se transformam em verdadeiros territórios “em disputa”, em situação de permanente conflito armado. O texto discute a questão da violência e apresenta a reflexão de intelectuais como Pierre Clastres, Pierre Bourdieu, Lïc Wacquant e o brasileiro Luiz Eduardo Soares.

No último capítulo, o **vigésimo segundo** – “*Ocupar, resistir, produzir.*” *A questão da terra no Brasil* – nos preocupamos em caracterizar a história da concentração da terra no país, desde a chegada dos portugueses até os dias de hoje, destacando também a resistência que os indígenas e os sertanejos travam, bem como a organização de movimentos como as Ligas Camponesas e os Trabalhadores Sem-Terra. Na exposição, recorreremos aos pesquisadores Júlio José Chiavenato e ao sociólogo José de Souza Martins.

Uma proposta de sequência didática

Concebido em volume único, este livro pode ser utilizado nos três anos do Ensino Médio. Assim, no quadro a seguir, apresentamos a sequência didática para o professor desenvolver as discussões sociológicas com seus alunos.

No entanto, esta sugestão para o desenvolvimento dos conteúdos não é a única possível. Pois, em função da diversidade dos contextos socioeducativos, o professor pode encontrar/criar uma outra forma de organização dos conteúdos durante o percurso dos três anos de escolaridade¹.

Consideramos também que, em função da complexidade e da diversidade de ritmos de aprendizagens dos alunos, a divisão dos conteúdos realizados pelo professor deve ser uma preocupação permanente.

Após a apresentação desta sugestão, descreveremos a justificativa de nossa opção.

A ideia básica de sequência didática que sugerimos é a seguinte:

Ano de escolaridade	Semestre	Unidades	Capítulos	Abordagens teóricas, conceituais e temáticas
1º ano	1º	1	1, 2, 3 e 4	Conhecimento Sociológico; Socialização, Instituições Sociais e Culturais.
	2º		5, 6, 7 e 8	Identidades sociais e culturais; Diferenças sociais e culturais; Ideologia e Trabalho e estratificação social.
2º ano	1º	2	9, 10, 11 e 12	Capitalismo; Globalização e Neoliberalismo; Reestruturação produtiva e Meio Ambiente.
	2º		13, 14 e 15	Cidadania e direitos; Democracia e Estado e Movimentos Sociais.
3º ano	1º	3	16, 17, 18 e 19	Mídia, Relações Raciais; Sexualidade e Gênero e Religiosidade.
	2º		20, 21 e 22	Questão Urbana; Violência e Questão da Terra.

¹ Sabemos que muitas escolas adotam o horário noturno, constituindo, muitas vezes, uma divisão em quatro anos de escolaridade. Portanto, a proposta que segue, neste caso específico, talvez não seja factível. Assim, cabe, necessariamente, ao professor, reorganizar ou elaborar uma nova proposta de divisão de conteúdos.

Justificativa

A perspectiva que apresentamos tenta dar conta dos três anos de escolaridade. Entretanto, fazemos uma escolha sequencial, a partir de alguns critérios:

1 – A necessidade de apresentar e discutir com os alunos do primeiro ano, nos seus contatos iniciais com a Sociologia sistematizada na escola, alguns conceitos e teorias clássicas da Sociologia e das Ciências Sociais. Assim, temas, teorias e conceitos como conhecimento sociológico e pensamento científico, socialização dos indivíduos, instituições sociais, cultura, identidade (social e cultural), diferenças (sociais e culturais), ideologia, trabalho e estratificação social conformariam um primeiro bloco em que os alunos, de uma forma contextualizada, mergulhariam na perspectiva de construir uma *imaginação sociológica*. Esse seria um primeiro momento em que os estudantes estariam se habituando à linguagem sociológica. Entendemos que é a partir destes conceitos e das teorias que os engendram que podemos avançar nas reflexões sociológicas sobre as grandes questões sociais e políticas da modernidade.

2 – Num segundo momento, e com os alunos já habituados com a linguagem clássica da Sociologia, entrariamos nas grandes questões da modernidade e do tempo presente. Já um pouco mais amadurecidos e com os suportes básicos simultâneos, por exemplo, de uma perspectiva histórica e geográfica, trabalhamos conceitos, temas e teorias através

da reflexão e estudo do capitalismo, das classes sociais, da globalização, do neoliberalismo, da reestruturação produtiva, do meio ambiente, da cidadania e dos direitos, do Estado e da democracia e dos movimentos sociais. Tomando como base os conhecimentos já estudados na unidade anterior, consideramos a discussão dessas temáticas como fundamentais para os estudantes iniciarem uma reflexão mais acurada dos processos e dinâmicas sociais e políticas do mundo contemporâneo. Cabe destacar, neste momento, a imprescindível discussão sobre o mundo do trabalho e sobre a cidadania, aos quais todos os demais pontos estão, de certa forma, relacionados.

3 – Num terceiro e último momento, avançamos para questões temáticas mais específicas, como mídia, relações raciais, sexualidade e gênero, religiosidade, a questão urbana, a violência e a questão da terra. Neste momento de aprendizagem dos alunos, essas temáticas se justificam a partir do entendimento de que elas configuram muitas das questões que afligem os jovens em diversos contextos sócio-históricos. Nesta fase, de quase entrada para a vida adulta, e de responsabilidades cidadãs, os estudantes aprofundariam questões prementes da vida globalizada, urbana e rural. Pensando também nas diversidades desses jovens, principalmente no contexto brasileiro, algumas discussões se evidenciam de forma marcante, como mídia, violência, relações raciais, sexualidade e gênero e religiosidade.

VI – PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS

Após toda a reflexão aqui feita, apresentamos algumas orientações teórico-metodológicas gerais em relação às sugestões de atividades que apresentamos no livro, para que o professor tenha referências, visando ao processo de aprendizagem dos estudantes.

Faremos neste item VI algumas sugestões didáticas e metodológicas referentes às duas seções finais que inserimos após os textos de cada capítulo do livro do aluno, mas apresentando-as em um formato mais geral, válido para todos os capítulos. Essas seções finais se subdividem em duas: **Interdisciplinaridade** e **Interatividade**. A primeira dessas seções é comentada brevemente, mas será detalhada na próxima parte deste manual, sob o título Atividades interdisciplinares (item VII), à qual apresentaremos as sugestões de atividades elaboradas por professores de diferentes disciplinas, que se dispuseram a dialogar e colaborar com a Sociologia e a reflexão que apresentamos. Já a seção Interatividade é explicada de forma geral neste item, logo a seguir, explicitando-se o porquê das propostas das seguintes subseções que indicamos no livro: **Revedo o capítulo; Dialogando com a turma; Verificando o seu conhecimento; e Pesquisando e refletindo** (com a sugestão de Livros, Filmes, Sites da internet e redes sociais e, por fim, Músicas).

Para o professor utilizar este manual como uma “ferramenta auxiliar” do seu trabalho em sala de aula, inserimos também o item VIII. Neste, seguindo sequencialmente os

capítulos, serão apresentados os objetivos de cada um deles, com os principais conceitos, categorias e autores abordados, e pelo menos uma sugestão de encaminhamento de uma atividade para a seção do Pesquisando e refletindo. Além disso, acrescentamos, a cada capítulo, duas propostas de textos que poderão ser utilizadas em sala de aula como atividades de leitura por parte do aluno, para seu aprofundamento teórico, análise e reflexão. Apresentamos a proposta neste manual sob o título “Trabalhando com textos”.

Sobre os dois textos escolhidos, cabem duas observações: 1) os textos constam somente deste manual, mas poderão ser reproduzidos pelo professor na sua escola, utilizando-se dos meios disponíveis; 2) A segunda observação diz respeito às características desses textos. O primeiro tem um caráter mais teórico, sendo de autoria de pesquisadores de referência do campo das Ciências Sociais. O seu objetivo é o de que o aluno aprofunde o tema tratado no capítulo, com a oportunidade de um primeiro contato direto dos estudantes com a produção de autores clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais. O segundo texto apresenta um caráter jornalístico, trazendo algum acontecimento relevante ou um debate atual que se relacione com o tema ou os conceitos e definições da Sociologia, vistos em cada capítulo específico. Denominamos os dois textos, respectivamente, “Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos” e “Debatendo uma questão atual”. Devemos ressaltar que a escolha desses fragmentos de artigos

ou capítulos de livro, assim como as notícias ou reportagens, teve como preocupação também que apresentasse uma linguagem mais acessível para a compreensão do aluno. Os textos, portanto, devem ser entendidos como mais uma contribuição ao trabalho do professor dentro de sala, para além dos conteúdos apresentados no livro didático. Caberá ao professor, portanto, fazer a avaliação da pertinência do texto e da sua linguagem, mediante a sua análise sobre o nível de compreensão apresentado pela turma. As reflexões que podem ser realizadas a partir desses textos adicionais são auxiliadas por questões elaboradas para explorar as ideias que são apresentadas.

Por fim, ainda nesse item VIII, indicamos ao final da parte referente a cada capítulo duas sugestões de leituras voltadas especificamente para o professor, visando contribuir, de alguma forma, para sua atualização e aprofundamento teórico.

Fechando este manual do professor apresentamos no item IX os gabaritos das seções **Revedo o capítulo e Verificando o seu conhecimento**.

Sobre a Interdisciplinaridade

A primeira sugestão didática refere-se às atividades interdisciplinares. Ao final de cada capítulo, há uma seção (com um texto) que leva à reflexão sobre como uma determinada disciplina, em diálogo com a Sociologia, pode contribuir num maior entendimento, sob o ponto de vista da construção do conhecimento, sobre conceitos, teorias ou temas trabalhados ao longo dos capítulos. Nosso objetivo, com essa proposta, através de interpretações e abordagens de determinada temática por outra área de conhecimento, é a explicitação do entendimento de que a formação do jovem não se compartimentaliza em disciplinas, mas num contexto amplo onde a articulação entre conceitos e teorias pode dialogar de forma concreta, conformando a compreensão social do mundo sob um prisma da totalidade, e não da crescente fragmentação defendida pelas teorias autointituladas como *pós-modernas*. Neste sentido, priorizamos o diálogo da Sociologia com onze disciplinas distintas: História, Geografia, Filosofia, Artes Plásticas, Língua Portuguesa, Literatura, Educação Física, Matemática, Química, Biologia e Física. Dessa forma, o item VII deste manual apresentará, para cada capítulo – tendo como ponto de partida o texto apresentado no livro do aluno na seção Interdisciplinaridade – sugestões de atividades elaboradas por professores das disciplinas citadas, para que você, professor, encaminhe propostas de trabalho interdisciplinar, articulando-as, se possível, com colegas de outras disciplinas. Entendemos que essa pode ser uma experiência desafiadora e enriquecedora, em termos político-pedagógicos, para os professores envolvidos mas, principalmente, para os estudantes do Ensino Médio.

Sobre a Interatividade e suas subseções

Revedo o capítulo

Nesta seção, apontamos algumas questões que possam contribuir para uma sistematização das informações e

argumentos apresentados no capítulo. Pode ser uma valiosa contribuição nas aulas, para sintetização dos conceitos, teorias e temas desenvolvidos. Não se trata de um mero questionário, mas um momento em que o professor deve retornar e aproveitar para verificar a compreensão que os alunos tiveram dos temas e conceitos sociológicos trabalhados ao longo das aulas.

Dialogando com a turma

Aqui se apresentam questões para debates e diálogos entre os estudantes. Esta seção tem um caráter diferente do *Revedo o capítulo*, pois remete – a partir das exposições do professor, da leitura do texto e da observação e discussão das imagens e outras fontes de informação – ao esforço de compreensão e interpretação dos conceitos, teorias e temas abordados. Através da organização em grupo, os alunos, entre si, têm oportunidade para desenvolver conversas e interpretações que podem se tornar criativas – ou, pelo menos, a condição para isso.

Essa parte das atividades sugere que o professor organize debates e diálogos entre os alunos. A turma pode ser dividida em grupos para que cada um debata uma questão. Após algum tempo, uma síntese escrita dos debates e dos argumentos sobre a questão é exposta para a turma. Durante os debates, seria interessante o professor ajudar no levantamento de situações e exemplos para estimular os estudantes a pensarem em outras questões sobre o tema abordado, além do sugerido pelo livro ou pelo próprio professor.

Verificando o seu conhecimento

Nessa seção, nos preocupamos em fazer um apanhado de questões, relacionadas a temas e conceitos das Ciências Sociais, presentes naquele que vem se transformando, ao longo dos últimos anos, no principal processo de avaliação nacional para o acesso ao ensino superior – o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio). Em um ou outro capítulo, quando necessário, complementamos as questões do ENEM com outras elaboradas por nós, autores. Esta seção, porém, não deve ser um simples momento de atividades. O relevante aqui é fazer com que o estudante reflita sobre o assunto abordado através das várias opções de respostas, certas ou erradas. A construção das alternativas de respostas às questões do ENEM, por exemplo, é produzida com base em uma coerência com o enunciado, ou seja, quando se elabora uma questão objetiva, geralmente as respostas erradas devem ser acompanhadas por uma justificativa das razões do erro. É claro que, oficialmente – através do MEC –, essas tais justificativas somente se tornam públicas quando há algum tipo de recurso administrativo ou jurídico onde algum candidato interpela os autores das questões de prova. Entretanto, isto não faz parte de nossa discussão aqui. O que nos interessa é a recomendação que fazemos ao professor no sentido de que, ao trabalhar com essas questões, no momento da correção, verifique não somente a resposta correta, mas também as razões das outras opções se encontrarem erradas. Esse procedimento é bastante rico para o aprofundamento da compreensão sobre o assunto abordado no capítulo.

Pesquisando e refletindo

Essa seção constitui um momento de reflexão sobre as possibilidades de pesquisa e consulta em outras fontes de informação que o professor pode e deve incentivar. Ela é subdividida em indicações de *livros*, *filmes*, *sites da internet* e *redes sociais*, assim como letras de *músicas*.

Livros – São sugeridos aqui dois livros para consulta do aluno, visando a um aprofundamento dos conceitos, teorias e temas trabalhados nos capítulos. Procuramos, na medida do possível, indicar obras de fácil acesso em termos de compreensão, que apresentem uma linguagem mais próxima da realidade da maioria dos estudantes brasileiros – que precisam muito de incentivo para desenvolver o “hábito” de leitura. (Sem contar a falta de bibliotecas públicas equipadas e etc.).

Recomendamos ao professor – desde que conheça a literatura indicada – incentivar a cada final de discussão do capítulo essas leituras complementares. Entretanto, dependendo do ritmo e do contexto de estudo dos alunos, o professor pode: 1) ou recomendar os livros para que o estudante faça uma leitura livre e voluntária; 2) ou solicitar a leitura de um desses livros (ou de um capítulo, pelo menos) para apresentação em grupo num seminário, ao final dos estudos de cada capítulo ou unidade.

Filmes – Esta subseção é composta por uma relação de longas e curtas metragens, além de documentários. Cabe ao professor propor a projeção – dependendo dos recursos audiovisuais oferecidos pela escola – seguida do debate sobre os temas apresentados por esses filmes, na perspectiva do exercício da *imaginação sociológica*.

A exibição de filmes é um recurso bem agradável para os estudantes. No entanto, há que se ter um método para a utilização desse recurso, para que a exibição não se transforme em um simples passatempo.

Primeiro, é necessário ter conhecimento dos filmes indicados no livro. O professor deve assisti-los antes, pensar nos objetivos do capítulo e, em seguida, fazer uma resenha. A partir da resenha, planejar a exibição, que poderá ser durante o estudo do texto ou ao final do capítulo. Cabe ao professor decidir isto, em função do ritmo de estudo dos alunos. Antes da exibição, ele deve expor sinteticamente o conteúdo do filme, explicitando os objetivos e solicitando aos estudantes que anotem o que tem relação com o assunto tratado no capítulo. Essas anotações podem ser orientadas com questões objetivas:

– Qual é o tema principal do filme?

– Quais são as relações entre o filme e o assunto tratado no capítulo?

– Que conclusões você tirou após assistir ao filme e o que ele diz a respeito das principais questões, conceitos ou teorias abordados no capítulo?

Ao final da exibição, o professor deve promover um momento em que os alunos possam expressar suas opiniões com base em suas anotações. Em seguida, o professor poderá levantar questões a partir do seu próprio olhar sobre o filme. Este momento é importante, pois pode revelar aos estudantes

as possibilidades da análise sociológica sobre aquele filme e suas relações com os conceitos e as teorias. Caso algum estudante já tenha visto anteriormente o filme, esse momento se torna ainda mais relevante, pois é a oportunidade de exercer a sua *imaginação sociológica*. Pois, talvez, na visão anterior desse mesmo filme, ele estivesse orientado apenas para o próprio entretenimento – sem preocupação em aproveitar o momento para uma reflexão com base na análise sociológica.

Conectados na internet e nas redes sociais – As indicações de sites e redes sociais apresentam algumas páginas da internet que auxiliam na compreensão dos argumentos desenvolvidos. O interessante é que estes sites podem remeter a outros não indicados nos capítulos, já que essa ferramenta de pesquisa possibilita várias outras investigações. Esse é um recurso de pesquisa escolar que, se bem utilizado, torna-se bastante interessante para os estudantes e para os professores, pois pode representar uma discussão virtual sobre variados aspectos temáticos, teóricos e conceituais. Aqui, o estudante, orientado pelo professor, pode, por exemplo, procurar em algumas redes sociais, pessoas, especialistas ou não, que opinem sobre assuntos referentes ao que foi estudado no capítulo. Além dessa possibilidade, tem-se também o recurso da hipertextualidade, ou seja, *links* de acesso a imagens, sons e outros textos a partir da página conectada em um primeiro momento. Entretanto, apesar das atividades possíveis, o professor deve estar atento a alguns riscos da utilização deste recurso.

O uso da internet auxilia na compreensão dos argumentos desenvolvidos durante as aulas, porém o professor, assim como na metodologia de exibição dos filmes e documentários, deve ter conhecimento das páginas indicadas. O estudante pode ter acesso a elas em vários locais (na própria casa ou na escola, por exemplo). Recomendamos que o professor solicite aos seus alunos uma visita voluntária a essas páginas indicadas, explicitando seus conteúdos e como elas podem auxiliar na compreensão do assunto tratado. Para uma utilização mais focada, o professor pode solicitar, também, que façam resumos dessas páginas – tarefa a ser cumprida em grupos ou individualmente. Mas, atenção professor: é comum alguns alunos copiarem textos da internet e apresentarem os “trabalhos” como se fossem de sua autoria. Portanto, ao passar algum resumo, ou trabalho, deixe bem explícito que estes devem ser de própria autoria dos estudantes e não uma cópia dos sites.

O acesso às chamadas “redes sociais” é outro recurso para a pesquisa escolar. Essas redes, além de páginas que exibem perfis de seus integrantes, contêm as comunidades e grupos de discussão, onde vários integrantes (amigos, conhecidos e desconhecidos) realizam debates e comentários a respeito de um determinado tema, de uma personalidade, ou até mesmo um acontecimento ou fatos da História das sociedades. Uma forma de encaminhar uma pesquisa nessas redes é solicitar aos estudantes um breve resumo dos debates, polêmicas e opiniões que os membros das mesmas expressam ou expressaram. Este tipo de pesquisa ajuda a potencializar o conhecimento que os estudantes começaram a adquirir dos

temas, conceitos e teorias abordados no capítulo. É uma oportunidade de observar várias interpretações e visões sobre um mesmo fenômeno e confrontá-las, utilizando a internet como recurso.

Outro exemplo são os sites com vídeos, que apresentam pequenos filmes sobre variados temas e acontecimentos. As possibilidades de pesquisa são tão amplas quanto as que podem ser realizadas nas redes sociais, pois esses sites fornecem a possibilidade de observação e análise de som, imagens e textos, caracterizando-se pela hipertextualidade. Os vídeos acessados, dependendo do tamanho do arquivo, podem ser gravados em DVDs, em CDs ou pen drives, pelo professor ou pelo aluno, para exibição em sala de aula ou na sala de multimídia. O professor, se optar por gravá-los, deve utilizar os mesmos procedimentos didáticos sugeridos para a utilização de filmes. Entretanto, para efeito de pesquisa, recomendamos que o professor oriente os estudantes a partir dos mesmos procedimentos que sugerimos para acesso a sites da internet e redes sociais. Outra possibilidade é a realização de um trabalho, onde os alunos fariam uma comparação entre vídeos que abordam os temas, os conceitos e as teorias do capítulo, e também com as comunidades e grupos de discussão, sempre estabelecendo as semelhanças e diferenças entre essas. Ainda em relação à utilização desse recurso, o professor deve ficar atento para o fato que, a cada dia, surgem novos vídeos, retratando acontecimentos recentes da vida cotidiana que, muitas vezes, são exibidos através de diferentes interpretações e visões. Alguns desses acontecimentos são objeto de reportagens de TV, sendo depois reproduzidos pelos sites vinculados à própria emissora ou através do YouTube ou sites similares. Isto facilita muito, por exemplo, no caso de se propor uma discussão atualizada sobre alguma característica, envolvendo as relações sociais, relacionada ao tema em discussão na sala de aula. A utilização adequada deste recurso pode ser bastante popular, em função do seu aspecto lúdico, bastante atraente entre os jovens.

Músicas – Essa subseção apresenta duas sugestões de músicas, cujas letras ajudarão o aluno a refletir sobre os argumentos desenvolvidos no capítulo. Sugerimos apenas duas músicas, mas é claro que professor e estudantes poderão procurar outras letras de músicas que se relacionem

com os temas discutidos durante as aulas. O recomendável é que os alunos ouçam as músicas em sala de aula, pois teriam a possibilidade de, nesse momento, debater entre si e com o professor. Este também pode utilizar essas indicações como uma forma de exercício, uma proposta de trabalho a ser feita em casa pelos alunos.

A reflexão proporcionada por letras de músicas é uma possibilidade inestimável de mobilização da aprendizagem. O professor, além disso, poderá suscitar boas reflexões sociológicas a partir não somente da letra, mas do ritmo ou do estilo musical, assim como dos tipos de dança vinculados, que podem representar uma tradição ou características culturais de uma determinada região ou de um país.

Os procedimentos são simples e práticos para uso em sala, pois requerem somente um aparelho de som portátil, celulares ou outros dispositivos como MP3 ou MP4, conectados com uma caixa de som.

Assim como em outros recursos assinalados neste manual, a música deve ser selecionada pelo professor de forma criteriosa, em função dos objetivos dos conteúdos apresentados pelo capítulo do livro do aluno. Aqui, portanto, também há que se ter uma metodologia. No momento de se escutar a música, junto com os alunos, o professor deve incentivar a *imaginação sociológica*, levantar questões que possam associar a letra da música aos argumentos abordados no capítulo. O professor, previamente, deve pesquisar as condições ou motivações específicas para a elaboração da letra pelos seus autores e o contexto social e histórico nos quais estes e a música se inserem. Essas informações transmitidas aos estudantes podem ampliar a compreensão sobre as relações entre a música e o que foi estudado nos capítulos. Outra possibilidade é solicitar aos alunos um pequeno exercício de análise da música, que deve ser elaborado por escrito em casa e trazido depois para a sala de aula.

O professor tem atualmente à sua disposição vários recursos tecnológicos audiovisuais que permitem a reflexão e a pesquisa, mobilizando as aprendizagens dos estudantes, desde que os objetivos de compreensão dos conteúdos sociológicos específicos sejam organizados e planejados com antecedência, além de apresentados com a devida clareza aos alunos.

VII – ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

Estudar Sociologia é propiciar a ampliação do repertório dos jovens acerca da leitura sociológica dos fenômenos sociais, culturais e políticos para além do senso comum, para desnaturalizar e estranhar essa mesma realidade, compreendendo-a não como práticas subjetivas, mas como relações sociais. Entretanto, há temas da vida em sociedade que ultrapassam os limites de uma só disciplina. Por outro lado, sabemos que na vida concreta dos indivíduos e grupos, a formação do jovem não se compartimentaliza em disciplinas, mas num contexto amplo onde a articulação entre

conceitos e teorias dialoga de forma concreta, conformando a compreensão social do mundo sob um prisma da totalidade, e não da crescente fragmentação defendida pelas teorias autointituladas como *pós-modernas*. Neste sentido, o conceito de interdisciplinaridade deve se fazer presente em qualquer proposta didático-pedagógica.

Nas últimas décadas, a interdisciplinaridade vem sendo reconhecida pelos teóricos da educação a partir do entendimento de que “a complexidade do mundo e da cultura atual leva a desentranhar os problemas com múltiplas lentes”

(SANTOMÉ, 1998, p. 44) e também pelo entendimento de que qualquer acontecimento humano sempre está entrelaçado por diversas dimensões, ou seja, o mundo real é multidimensional.

Neste sentido, se entendemos o conceito de disciplina como uma forma de organizar e demarcar um território de produção de conhecimento, de concentrar pesquisas, estudos e experiências a partir de um determinado ângulo de visão, oferecendo uma determinada imagem particular da realidade, a interdisciplinaridade, para nós, significa uma modalidade de associação de disciplinas que provoca a cooperação e intercâmbios concretos entre duas ou mais áreas em torno de conceitos e temas. A interdisciplinaridade reúne estudos complementares de diversos especialistas em um contexto de estudo coletivo. Ela exige vontade dos responsáveis pelas disciplinas para produzir intercomunicação, enriquecimento recíproco e uma visão mais global de processos e dinâmicas sociais e científicas. Segundo Santomé, “alunos e alunas com uma educação mais interdisciplinar estão mais capacitados para enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar problemas novos” (1998, p. 73-74). Os professores que atuam no Ensino Médio devem ter como perspectiva que os jovens são estimulados, constantemente, a realizar intercâmbios sociais, interagindo com os diferentes objetos de conhecimento e com os demais alunos e professores envolvidos no processo.

Partindo desses pressupostos, apresentamos nesta seção um conjunto de atividades didáticas que se referenciam nos textos que constam da última seção de cada capítulo, que procuram aprofundar a proposta de interdisciplinaridade presente no projeto político-pedagógico do livro didático. Tanto esses textos como as atividades chamam os estudantes a uma reflexão sobre como uma determinada disciplina, em diálogo com a Sociologia, tenta estabelecer um entendimento mais amplo, apesar de introdutório, sob o ponto de vista da construção do conhecimento, a respeito dos conceitos, teorias ou temas trabalhados.

Sugerimos que o professor faça em conjunto a leitura do texto interdisciplinar, encaminhe um debate sobre o mesmo e proponha as atividades formuladas pelos professores das outras disciplinas. Em seguida, encaminhe propostas de trabalho interdisciplinar junto aos alunos, articulando-as, se possível, com seus colegas de outras disciplinas, nas escolas em que trabalha. Essa experiência pode ser desafiadora e bem enriquecedora em termos político-pedagógicos, para os professores envolvidos, mas principalmente para os alunos de Ensino Médio.

Esclarecemos que algumas propostas de textos e atividades sugeridas na Interatividade e no manual também comparecem e se apresentam como uma perspectiva interdisciplinar (nessas, muitas vezes, explicitamos a disciplina a ser proposta para o diálogo do tema ou conceito). Porém, especificamente nesta seção, as atividades são direcionadas apenas na perspectiva interdisciplinar, pois foram elaboradas por professores de História, Geografia, Filosofia, Artes, Língua Portuguesa, Literatura, Educação Física, Matemática, Química, Biologia e Física, com o claro objetivo de dialogar com a Sociologia. Algumas atividades também foram formuladas por

nós, os autores, em parceria com os professores convidados.

Uma última questão a ser esclarecida, para melhor entendimento da proposta, é a ordem de apresentação e encaminhamento das atividades:

- 1- As propostas aqui apresentadas estão descritas da seguinte forma: apresentação da atividade, objetivos, justificativa e bibliografia utilizada;
- 2- Seria interessante, antes da leitura e encaminhamento da atividade, que o professor articulasse as propostas com os professores de outras disciplinas;
- 3- Após esta articulação, encaminhar a leitura e desenvolver as atividades (debate, seminário, exposições, aulas conjuntas etc.) e até mesmo avançar para um projeto de trabalho comum às disciplinas.
- 4- No processo de avaliação das atividades ou dos projetos em comum, os professores devem atender aos objetivos estabelecidos pela atividade ou pelo projeto formulado em comum pelas disciplinas.

Vamos às propostas de atividades interdisciplinares:

CAPÍTULO 1 – SOCIOLOGIA: DIALOGANDO COM VOCÊ

ATIVIDADE PROPOSTA:

Após a leitura do texto interdisciplinar no livro do aluno, convidar a turma a assistir e debater o filme *O informante*, de Michael Mann. No filme, Jeffrey Wigand, cientista e executivo da companhia de cigarros Brown & Williamson, é pressionado e ameaçado após revelar publicamente os resultados de pesquisas que apontavam as consequências do fumo para a saúde. O filme é baseado em uma história real.

OBJETIVOS:

- Debater com os estudantes a questão da *ética* e da *neutralidade científica*, tanto em relação às ciências humanas, quanto no que concerne a outras áreas do conhecimento humano, como a Química, a Física ou a Biologia.
- Apresentar a importância da Sociologia como ciência que se propõe a teorizar e debater, de forma crítica, determinadas características presentes na construção da própria ciência, em qualquer campo do conhecimento humano.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um primeiro contato do estudante com a discussão sobre o caráter da ciência, com o aluno se apresentando ainda impregnado por informações provenientes de um conhecimento baseado no senso comum. Nesse sentido, tanto o texto apresentado quanto o filme permitem um primeiro momento de relativização de determinadas concepções idealizadas, sem qualquer fundamentação científica.

REFERÊNCIAS:

CINECLUBE CIÊNCIA EM FOCO. Retrospectiva. Disponível em: <http://bit.ly/13e6qjW> Acesso: março/2013.

O INFORMANTE (*The insider*, EUA, 1999). Direção: Michael Mann. Elenco: Al Pacino, Russell Crowe, Christopher Plummer. 162 min.

Atividade formulada por Vitor de Oliveira Moraes Lara, professor de Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Licenciado, Mestre e Doutorando em Física pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

CAPÍTULO 2 – “QUEM SABE FAZ A HORA E NÃO ESPERA ACONTECER?” A SOCIALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

ATIVIDADE PROPOSTA:

Após a leitura do texto interdisciplinar, propor uma Roda de Leitura, orientada pelas questões: O que você sabe das cabaças? As cabaças fazem parte da tradição de seu grupo familiar? De fruto da natureza a objeto com “1001 utilidades”: como você explica essa transformação em uma perspectiva sociológica? Você identifica outros objetos com forte carga simbólica para o seu grupo social?

OBJETIVOS:

- Fazer com que os estudantes se reconheçam como atores sociais que têm vez e voz;
- Produzir sentidos no trabalho articulado entre a Sociologia e a diversidade de gêneros de discurso que circulam no espaço social.

JUSTIFICATIVA:

Partimos do pressuposto que aprender a ler e a escrever na linguagem sociológica e literária não implica, por si só, o desenvolvimento da capacidade individual de reflexão. As Rodas são espaços para o trabalho coletivo na escola. A sua implementação, como atividade permanente, expressa uma concepção que dá papel de centralidade à formação de uma comunidade de partilha de saberes onde os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais circulam o aprender a aprender e o formar-se com o outro. Portanto, socializar-se como “fenômeno ideológico” e “modo de relação social” (BAKHITIN, 1992) faz da “palavra” o *locus* da relação interdisciplinar.

REFERÊNCIAS:

BAKHITIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

Atividade formulada por Celi Fonseca da Silva, professora do CAP-UERJ. Graduada em Letras pela UFRJ e Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

CAPÍTULO 3 – “O QUE SE VÊ MAIS, O JOGO OU O JOGADOR?” INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

ATIVIDADES PROPOSTAS:

Reproduzir o texto abaixo para a turma:

“Em 1982 o cacique Juruna, da aldeia xavante Namurunjá, no município de Barra do Garças (MT), foi o primeiro índio eleito para a Câmara de Deputados do Brasil. Apesar de originário do Mato Grosso, candidatou-se e foi eleito pelo estado do Rio de Janeiro. No Congresso Nacional, foi o responsável pela criação da Comissão Permanente do Índio. Até os 17 anos Juruna nunca havia saído de sua tribo, onde vivia nu e sem saber ler e escrever em português. Encarou a “civilização”, estudou em colégio religioso, fugiu e foi trabalhar numa fazenda, em condições que ele próprio classificou como trabalho escravo. Em 1977 percorria os corredores da FUNAI – Fundação Nacional do Índio – reivindicando a demarcação das terras dos xavantes, sempre portando um gravador, pois “o homem não cumpria a palavra”. Este fato inspirou um jocoso quadro humorístico na TV, interpretado por Jô Soares. O desconfiado índio entrou para a História por várias razões: em 1980, por exemplo, a ditadura militar proibiu a sua saída do Brasil, com receio das repercussões das suas denúncias para a “imagem do país”. Mas o xavante conseguiu derrubar o veto do governo e viajou para Rotterdam, na Holanda, onde presidiu o 4º Tribunal Bertrand Russel, de Direitos Humanos. Segundo o jornalista Sebastião Nery (2012), seu companheiro de bancada no Congresso Nacional, Juruna não sabia ler e decorava os seus discursos, sendo um “genial analfabeto”. Na eleição indireta de 1985, o coordenador da campanha de Paulo Maluf – candidato dos militares – tentou comprar o seu voto no Colégio Eleitoral, mas não logrou êxito, pois o deputado Juruna não aceitou o suborno e o denunciou para a grande imprensa. Morreu diabético, na miséria e esquecido aos 60 anos, deixou 12 filhos e muitos netos que dele dependiam para sobreviver na cidade.”

1- Após a leitura do texto, sugerir que os alunos identifiquem quais instituições sociais compareceram na história de vida do cacique Juruna.

2- A seguir, reunir as informações do texto da seção Interdisciplinaridade (do livro do aluno), do resumo da história do cacique Juruna e as informações listadas abaixo. Montar uma linha de tempo ilustrada, que apresente a cronologia dos acontecimentos. Registrar a análise sobre como as instituições sociais brasileiras trataram no passado e procedem nos dias atuais em relação aos direitos dos povos indígenas.

- O índio pataxó Galdino Jesus dos Santos foi queimado vivo em 1997. O crime foi praticado por cinco jovens de classe média-alta de Brasília.
- Apesar de mais de 20 anos de protestos contra a edificação de hidrelétricas na região do Xingu, por violarem direitos ambientais e dos indígenas, a construção do Complexo

Hidrelétrico Belo Monte teve início e foi interrompida várias vezes por ações judiciais. Parte dessa história tem como marco do socioambientalismo no Brasil o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, que contou com a participação de 3 mil pessoas, quando lideranças de povos originários da Amazônia iniciaram a longa jornada de lutas para tentar colocar fim às intervenções desse tipo na região.

- No fim de setembro de 2012, os guarani-kaiowá das terras originárias de tekoha Pyelito kue/Mbrakay, após receberem uma ordem de despejo da Justiça Federal, escreveram uma carta anunciando que estariam dispostos à morte coletiva, mas não sairiam de seu território ameaçado por fazendeiros da região. Os povos guaranis-kaiowás são compostos por 45 mil brasileiros, vivem espalhados pelo Mato Grosso do Sul e há décadas disputam suas terras originárias com os interesses do agronegócio. Registram um alto índice de suicídios. Entre 2000 e 2012, cerca de 555 indígenas colocaram fim à própria vida, a maioria deles na faixa dos 15 aos 29 anos.
- O prédio localizado ao lado do estádio do Maracanã foi o primeiro Museu do Índio, criado pelo antropólogo Darcy Ribeiro em 1953, quando trabalhava no SPI – Serviço de Proteção ao Índio, entidade governamental criada em 1910 e que antecedeu a FUNAI, de 1967. O prédio do Maracanã, construído em 1862, além de ter sido sede do próprio SPI, estava ocupado desde 2006 por índios de diferentes etnias do Brasil, como os pataxós, tukanos, apurinãs e guajajaras. Foi rebatizado de Aldeia Maracanã pelos seus ocupantes, com o objetivo de tornar-se uma embaixada cultural dos povos indígenas brasileiros. Na manhã do dia 22 de março de 2013 o prédio foi desocupado pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, que cumpria uma determinação do governador do estado do Rio de Janeiro, em função da sua área estar contida no projeto geral de “revitalização” do entorno do estádio do Maracanã. O caso estampou páginas da imprensa internacional, atenta aos preparativos urbanísticos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

OBJETIVOS:

- Proporcionar reflexão histórica sobre as mudanças sofridas pelas instituições sociais através dos tempos.
- Compreender como lideranças e movimentos sociais articularam-se na luta por garantias de direitos.
- Desenvolver análise histórica e sociológica sobre as conquistas de direitos e as mudanças nos modos de viver da sociedade.

JUSTIFICATIVA:

A discussão em torno das instituições sociais permitirá ao estudante compreendê-las como expressão da realidade. A pretensão foi desnaturalizar conceitos e leituras sobre os grupos humanos e instituições como a família, a Igreja, a escola, o Poder Judiciário e outras. O respeito à multiétnica e as relações de poder em torno da questão dos povos indígenas

expõem as contradições entre a luta pelo reconhecimento das diferenças culturais, a questão de direitos e a manutenção de um padrão de acumulação de riquezas excludente. A posse da terra e a manifestação livre de sua cultura são elementos que constituem a existência dos povos indígenas desde sempre. Assim, a normatização de direitos, através de múltiplas convenções internacionais e legislações nacionais, contribuiu para o surgimento de políticas públicas de proteção dessas comunidades originárias. Entretanto, a garantia dos direitos encontra como grande empecilho os interesses econômicos e a lógica eurocêntrica que ainda persiste, que classifica culturas e menospreza múltiplas formas de viver. Nesse sentido, as atividades propostas partem da visão de que as instituições sociais têm caráter histórico-social, com rupturas e permanências nos processos.

REFERÊNCIAS:

NERY, Sebastião. Lembranças do cacique Juruna. *Jornal Tribuna da Imprensa*, 01 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.tribunadaimprensa.com.br> / Acesso: abril/2013.

Atividade formulada por Mônica Regina Ferreira Lins, professora do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CAp-UERJ. Graduada em História e Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ.

CAPÍTULO 4 – “TORRE DE BABEL”:

CULTURAS E SOCIEDADES

ATIVIDADES PROPOSTAS:

Gelsa Knijnik (1996) investigou a etnomatemática de um grupo de assentados do Movimento dos Sem-Terra (MST), no Rio Grande do Sul, e analisou dois métodos populares de *cubação* da terra usados por esse grupo. Ambos os métodos eram aplicados para definir a área de um terreno quadrilátero qualquer, cujas medidas dos lados sejam conhecidas.

Questões a serem discutidas:

- 1- Propor aos alunos que pesquisem na internet sobre o pensamento matemático usado em cada método popular, neste caso em específico. Seguem duas sugestões (ver referências):
 - BLOG DO FESTIVAL DE ARTES DO COLÉGIO MASTER – A MATEMÁTICA DA CUBAÇÃO DA TERRA.
 - PORTAL DO PROFESSOR – A MATEMÁTICA PRESENTE NA “CUBAÇÃO DA TERRA”.

- 2- Questionar se esses métodos são tão precisos e legítimos quanto os da “matemática acadêmica”.

- 3- Durante a pesquisa realizada, o grupo de assentados admitiu que esses dois métodos geram certa imprecisão no resultado, apesar de considerarem ambos legítimos para as questões práticas no campo, pois sempre há algum desnível no terreno, partes improdutivas, etc., que são compensados por esses arredondamentos. Embora o grupo de trabalhadores tenha considerado esses métodos legítimos na prática,

destacaram que os técnicos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no passado, subjugaram essas técnicas populares supervalorizando os métodos acadêmicos. Nesse sentido, os trabalhadores do MST legitimaram as suas técnicas, mas decidiram se apropriar dos saberes acadêmicos para que não se sentissem tão desvalorizados nos confrontos políticos com os representantes do governo. Discuta com os seus alunos sobre o poder associado ao saber matemático *oficial* (acadêmico) em detrimento das etnomatemáticas presentes no saber popular.

OBJETIVOS:

– Propor que os alunos investiguem os distintos métodos de medição de área, tanto no meio acadêmico quanto nas práticas populares.

– Discutir sobre a legitimidade dos métodos acerca da precisão nas medições e resultados, nas opiniões formadas pelos alunos.

– Debater sobre o poder simbólico associado ao conhecimento nas duas esferas: na “acadêmica” e nas práticas “populares”, de modo a analisar a legitimidade dada a esses saberes pelo Estado e pelos assentados rurais.

JUSTIFICATIVA:

A Matemática é uma disciplina que, de maneira estanque e descontextualizada do mundo real e das questões socioculturais, é apresentada aos jovens na escola como uma ciência e uma linguagem com fins específicos à sua própria essência. Entretanto, é importante que os métodos matemáticos, tanto acadêmicos quanto populares, sejam analisados e discutidos, sobretudo pela relação de poder estabelecida socialmente pelos distintos grupos. Por este motivo, torna-se importante a ação interdisciplinar entre a Sociologia e a Matemática acerca dos aspectos políticos, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS:

BLOG DO FESTIVAL DE ARTES DO COLÉGIO MASTER – A MATEMÁTICA DA CUBAÇÃO DA TERRA. Disponível em: <http://bit.ly/19Ka7Nr> / Acesso: março/2013.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Etnomatemática*. Arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Ática, 1990.

KNIJNIK, Gelsa. *Exclusão e resistência: educação matemática e legitimidade cultural*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PORTAL DO PROFESSOR – A MATEMÁTICA PRESENTE NA “CUBAÇÃO DA TERRA”. Disponível em: <http://bit.ly/19GKQqN> Acesso: março/2013.

Atividade formulada por Marcio de Albuquerque Vianna, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduado em Matemática pela Universidade Castelo Branco (RJ) e Mestre em Educação Matemática pela Universidade Santa Úrsula (RJ).

CAPÍTULO 5 – “SEJAM REALISTAS: EXIJAM O IMPOSSÍVEL!” IDENTIDADES SOCIAIS E CULTURAIS

ATIVIDADES PROPOSTAS:

– Pesquisar a respeito do momento político da ditadura militar no Brasil (anos 1960 a 1980).

– Leitura e discussão do livro de Ana Maria Machado (citado nas referências). Na ficção, o livro, numa narrativa emocionada, é um importante painel político para que se tenha um “retrato” do período em tela.

– Assistir e debater o filme *Narradores de Javé* (ver as referências). O debate deverá ter como norte a supremacia da cultura letrada sobre a cultura popular, evidenciando-se, também, a importância do registro escrito como forma de preservação da identidade local.

– “Passear” pelo conjunto da obra de Gonzaguinha (ver referências), pois irá ajudar a construir o retrato de uma época da qual ele foi justamente o seu oposto, traduzindo questões sérias da realidade social do momento.

OBJETIVO:

– Fazer com que o estudante, através da Literatura, cruze o campo do político, marcado pelo autoritarismo do momento, com o campo da cultura popular, percebendo a música como forma de manifestação política e de mobilização da juventude, marcada pela resistência, pela transgressão.

JUSTIFICATIVA:

Buscando avivar nos jovens de hoje essa “paisagem desbotada na memória das nossas novas gerações” (HOLLANDA, 1996), nosso olhar deverá se voltar muito mais para o efeito histórico, ou seja, os efeitos de sentido que os poemas produziram naquele dado momento, pela subversão da linguagem. Mostrar como o aparato da censura exerceu papel limitador de sujeitos no seu percurso de produção de sentidos.

REFERÊNCIAS:

HOLLANDA, Francisco Buarque de. *Vai passar*. CD *Chico Buarque*. MPB Compositores n. 01. São Paulo: Sonopress, 1996.

MACHADO, Ana Maria. *Tropical Sol da Liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

NARRADORES DE JAVÉ (Brasil, 2003). Direção: Eliane Caffé. Elenco: José Dumont, Matheus Nachtergaele, Gero Camilo, Néelson Dantas. 100 min.

NASCIMENTO JÚNIOR, Luiz Gonzaga. *Pequena memória para um tempo sem memória (a legião dos esquecidos)*. LP *De volta ao começo*, São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 2, 1980.

Atividade formulada por Leila Medeiros de Menezes, professora do CAP-UERJ. Graduada em Letras – Português – Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Mestre em História Política pela UERJ.

CAPÍTULO 6 – “SER DIFERENTE É NORMAL”: AS DIFERENÇAS SOCIAIS E CULTURAIS

ATIVIDADE PROPOSTA:

Para um entendimento mais concreto do controle cada vez maior que é exercido sobre os movimentos e o corpo do trabalhador na contemporaneidade, propomos a exibição e a análise do documentário “Carne, Osso”, debatendo-o sob a ótica das questões apresentadas pelo texto interdisciplinar e pelo Capítulo 6.

OBJETIVO:

– Apresentar a Educação Física como uma atividade também vinculada ao campo da cultura, inclusive relacionada à demarcação das diferenças sociais e culturais presentes na sociedade.

JUSTIFICATIVA:

Pretendeu-se demonstrar no texto que entender a Educação Física como “Cultura Corporal do Movimento” nos levará a compreender o corpo de forma integral, refletida e contextualizada. Assim, o corpo passa a ser muito mais que um conjunto de ossos, músculos, órgãos, veias, artérias e articulações submetidas às técnicas e ao adestramento. Ao contrário, este mesmo corpo passa a ser compreendido para além de seus determinantes biológicos, físicos e individuais, passando a ser percebido como um corpo coletivo e que ao se movimentar é responsável por produzir a sua história e a sua cultura em busca da liberdade e da emancipação humana. Pensando nisso, chamamos a atenção para o avançado grau de desenvolvimento científico e tecnológico alcançado por esta sociedade mas que, contraditoriamente, tem tornado corpos e mentes dos trabalhadores cada vez mais controlados pelo mercado.

REFERÊNCIAS:

CARNE, OSSO. (Brasil, 2011). Direção: Caio Cavechini e Carlos Barros. Documentário, 65 min.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

Atividade proposta por Adriana Machado Penna – professora de Educação Física da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro e do curso de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá. Graduada em Educação Física pela UFRJ, Mestre em Educação pela UFF e Doutora em Serviço Social pela UERJ.

CAPÍTULO 7 – “A MATRIX ESTÁ EM TODA PARTE...”: IDEOLOGIA E VISÕES DE MUNDO

ATIVIDADES PROPOSTAS:

– Leitura e discussão do livro de Sírio Possenti (ver referências). Na obra, o autor mostra que estudar apenas a Gramática Normativa não torna os alunos hábeis escritores e leitores.

– Leitura e discussão da crônica de Luiz Fernando Veríssimo (ver referências), onde o autor, de forma metafórica e com muito humor, declara que a gramática deve estar a nosso serviço e não se transformar em instrumento de opressão.

OBJETIVO:

– Apresentar ao estudante a Língua Portuguesa como o fio condutor para as discussões em todas as disciplinas; para tal, torna-se necessário trabalhar a língua, tendo a leitura como matéria-prima para a escrita.

JUSTIFICATIVA:

É preciso instrumentalizar o aluno para que ele se aproprie, de fato e de direito, da sua língua. Esse deveria ser um dos seus direitos inalienáveis. Conhecer e saber usar todo o potencial metafórico e polissêmico que ela oferece, dará possibilidades para que ele perceba a ideologia que está contida nas entrelinhas, no subtexto. Assim, o aluno, pouco a pouco, passará de espectador a produtor, de leitor a escritor, de mero consumidor a crítico. Ao conhecer os bastidores das linguagens ele descobrirá os cheiros, os gostos, as cores e o jeito matreiro que as palavras escondem para além dos enunciados.

REFERÊNCIAS:

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

VERISSIMO, Luiz Fernando. O gíglô das palavras. In: _____ *Mais comédias para ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

Atividade formulada por Leila Medeiros de Menezes, professora do CAP-UERJ. Graduada em Letras – Português – Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Mestre em História Política pela UERJ.

CAPÍTULO 8 – “GANHAVA A VIDA COM MUITO SUOR. E MESMO ASSIM NÃO PODIA SER PIOR.” O TRABALHO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA HISTÓRIA DAS SOCIEDADES

ATIVIDADES PROPOSTAS:

– Investigar a vida e obra do paulista Zézão (ver algumas amostras de seus trabalhos nas referências) e descobrir o que há de curioso em seu trabalho e que o diferencia dos demais grafiteiros. Justificar por que hoje ele é um dos mais renomados artistas brasileiros no circuito internacional das artes. Aproveitar para compreender o que são *intervenções urbanas*.

– Articular com professores de Sociologia e de Artes oficinas de desenho para criar ícones que transmitam conceitos. A partir daí, a turma poderá interferir no espaço

da escola, reproduções desses desenhos em fotocópia, stencil ou, se a escola permitir, grafites mesmo. Uma opção “diplomática” é utilizar tinta guache, que é de fácil remoção. Essas intervenções também podem ser feitas no entorno da escola, mas SEMPRE pedindo permissão ao poder público ou aos proprietários das casas que possuam muros propícios para tal. Justamente o que os pichadores não fazem.

OBJETIVOS:

– Permitir ao aluno tomar conhecimento das informações citadas acima e perceber que alguns trabalhos de artes feitos nas ruas, não somente grafites, podem interferir e modificar a paisagem urbana;

– Fixar a diferença fundamental entre *grafiteiro* e *pichador*, principalmente no que tange ao respeito ao bem público e privado.

JUSTIFICATIVA:

O texto cita que muitos grafiteiros ampliaram seus espaços de atuações dos muros de grandes cidades para paredes das galerias de artes. Isso se encaixa como uma luva em Zézão, visto que ele iniciou sua obra (e continua) fazendo intervenções gráficas e alusivas à água limpa com pitadas de psicodelismo em galerias de esgoto do rio Tietê, em São Paulo.

REFERÊNCIAS:

Sites que mostram o trabalho e a obra de Zézão, todos acessados em abril de 2013:

http://www.lost.art.br/zezao_slideshow.htm

<http://choqueartists.blogspot.com.br/>

<http://bit.ly/15RtfVu>

Atividade formulada por Rafael Kuwer, professor de Artes do Município de Angra dos Reis – RJ. Bacharel em Gravura pela Escola de Belas Artes da UFRJ, Licenciado pela Uni Bennett e Pós-graduado em Gestão e Produção Cultural pela Universidade Estácio de Sá.

CAPÍTULO 9 – “TUDO QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR”: CAPITALISMO E BARBÁRIE

ATIVIDADE PROPOSTA:

Cada aluno deverá selecionar objetos (antigos ou novos) após combinar com o professor se os mesmos serão levados para a sala de aula ou fotografados e exibidos em projeção. Feita a seleção, dividir os objetos por categorias. Cada grupo fica com uma categoria para debater: materiais utilizados na confecção; categoria do trabalhador que o fez; funcionalidade e estética do objeto. Relatar oralmente ou sintetizar em cartaz.

OBJETIVOS:

– Selecionar objetos (antigos ou novos) que tenham algum tipo de valor/importância no dia a dia do aluno.

– Analisar os objetos quanto à sua funcionalidade, sua estética, o trabalhador que o confeccionou e debater como seria a sociedade hoje se os objetivos da Escola Bauhaus tivessem sido alcançados.

– Confeccionar painéis ilustrando o resultado da discussão.

JUSTIFICATIVA:

Para valorizar e preservar tudo que nos cerca é preciso investigar e aprofundar informações que nos trazem a história dos objetos. Na Escola Bauhaus houve uma tentativa de tornar a vida da sociedade melhor, a partir de uma discussão sobre a forma dos objetos que iria da sua produção ao seu consumo. Através desta proposta é importante discutir a relação da produção com as questões do modo de vida na sociedade.

REFERÊNCIAS:

ESCOLA BAUHAUS:

<http://bit.ly/19GLswA> Acesso: março/2103.

REVISTA PUNKTO – BAUHAUS:

<http://bit.ly/11Uv5ns> Acesso: março/2103.

Atividade formulada pelos professores de Artes Dione Souza Lins e Luís Ricardo Pereira de Azevedo. Dione leciona na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro e é licenciada em Educação Artística – Artes Plásticas, pela UFRJ. Ricardo é professor da Rede Estadual e da Rede Municipal do Rio, e licenciado em Educação Artística – História da Arte, pela UERJ. Ambos são Especialistas em Ensino da Arte pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 10 – “TODO MUNDO COME NO McDONALD’S E COMPARTILHA NO FACEBOOK?” GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

ATIVIDADES PROPOSTAS:

O texto interdisciplinar afirma que os grandes conflitos do século XX foram responsáveis por alavancar a tecnologia nuclear. Essa tecnologia e sua aplicação são vastas, passando desde a medicina até a área energética, conformando vantagens e desvantagens na sua utilização. A partir do que é informado no texto sobre a utilização do urânio, peça aos alunos que realizem uma pesquisa sobre quais os principais países produtores de urânio e, pesquisando em sites da internet (ver também nas referências), relacionem os benefícios e prejuízos que estes países têm com essa produção/extração, tanto do ponto de vista científico como social e político, no contexto da globalização.

OBJETIVOS:

– Refletir sobre os interesses econômicos e político das principais nações que possuem energia atômica, envolvendo a produção/extração de urânio.

– Relacionar as vantagens e desvantagens da produção de energia atômica nos principais países produtores de urânio.

JUSTIFICATIVA:

A produção/extração de urânio, em qualquer país, não tem consequências somente no local de sua produção, mas tem efeitos globais, tanto no aspecto do desenvolvimento científico como nos aspectos sociais e políticos. Neste sentido, essa atividade, com o auxílio da internet (sites de busca e ver também nas referências), poderá potencializar os conhecimentos dos estudantes que envolvem tanto a Física como a Sociologia, já que, a produção/extração de urânio requer a mobilização de informações por parte da comunidade científica e a compreensão sociológica deste fenômeno, ou seja, qual o destino da utilização deste tipo de energia e quais os interesses econômicos decorrentes.

REFERÊNCIAS

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL – URÂNIO.

<http://www.inb.com.br/pt-br/WebForms/default.aspx> / Acesso: abril/2013.

INFOESCOLA: URÂNIO

<http://www.infoescola.com/elementos-quimicos/uranio/> Acesso: abril/2013.

IPEA: NUCLEAR - A ENERGIA POLÊMICA, MAS NECESSÁRIA.

<http://bit.ly/12xvTh0> /Acesso: abril/2013.

PORTAL IG: ONU BUSCA COLABORAÇÃO DE PAÍSES PRODUTORES DE URÂNIO.

<http://bit.ly/12bu6iu> Acesso: abril/2013

PORTAL SÃO FRANCISCO: RESERVAS MUNDIAIS DE URÂNIO

<http://bit.ly/15Rufcl> Acesso: abril/2013.

UOL NOTÍCIAS: ENTENDA O PROCESSO DE EXTRAÇÃO DE URÂNIO

<http://bit.ly/12xw9wm> Acesso: abril/2013.

Atividade formulada pelos autores deste livro, com base no texto interdisciplinar de Thiago Lobo Fonseca, Professor de Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Graduado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Mestre e Doutor em Física pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

CAPÍTULO 11 – “UM NOVO FAST FOOD PARA VOCÊ”: O MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO

ATIVIDADES PROPOSTAS:

– Ler o texto abaixo para a turma:

Thomas L. Friedman (2009) afirma que os empregos “americanos” são disputados por pessoas de outros países do mundo, que empresas americanas foram fechadas e reabertas em outros lugares do mundo e dá exemplos como a Índia e a China oferecem sistemas Call Center, que funcionam com

trabalhadores que falam e escrevem em inglês perfeito, para empresas como a AOL, a Dell e a Microsoft. Um indiano pode ser engenheiro em seu país e trabalhar em Nova Iorque sem sair de sua terra natal.

– A partir desta reflexão, junto aos alunos, proponha a exibição, seguida de debate, do filme WAL-MART: THE HIGH COST OF LOW PRICE (*O alto custo do preço baixo*, EUA, 2005), de Robert Greenwald.

– Após a exibição do filme e do debate, propor uma produção escrita a partir da questão: “Pensando na história do tempo presente, que relação podemos estabelecer com a temática da reestruturação produtiva entre o exemplo do Call Center na Índia e na China tratado no texto acima e o filme Wal-Mart - The High Cost of Low Price?”

OBJETIVOS:

– Estimular a percepção de que os acontecimentos e os processos históricos do que chamamos de reestruturação produtiva apresentam semelhanças e diferenças históricas de uma localidade para outra.

– Compreender eventos do tempo presente e comparar eventos históricos diferenciados sobre a temática, estabelecendo relações com a Sociologia.

JUSTIFICATIVA:

Esta atividade, junto com o texto interdisciplinar do livro do aluno, possibilitará que este reflita sobre as transformações existentes na organização do mundo do trabalho e como se deu a penetração das novas tecnologias no âmbito dessas mudanças. Os exemplos visaram a estimular o estudante a pensar em como a Sociologia pode ser acionada para o entendimento dos processos históricos que possuem semelhanças e diferenças entre si. O filme traz informações adicionais sobre como o fenômeno sociológico em questão apresenta-se em diferentes lugares com características similares, com impactos sobre as cidades, na geração de empregos, na cultura e nas políticas de Estado.

REFERÊNCIAS:

FRIEDMAN, Thomas L. *O Mundo é Plano*. O mundo globalizado no século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

WAL-MART: THE HIGH COST OF LOW PRICE (*O alto custo do preço baixo*, EUA, 2005). Direção: Robert Greenwald. Duração: 95 min. Disponível em: <http://documenta.larevolucionesaahora.com/video/57264106> /Acesso: março/2013.

Atividade formulada por Mônica Regina Ferreira Lins, professora do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CAP-UERJ. Graduada em História pela UERJ e Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ.

CAPÍTULO 12 – “O MERCADO EXCLUI COMO O GÁS CARBÔNICO POLUI”: CAPITAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A QUESTÃO AMBIENTAL

ATIVIDADES PROPOSTAS:

Tema: “O consumo na sociedade capitalista e a crise ambiental.”

– Reproduzir para a turma o trecho a seguir:

“(…)com a expansão da sociedade de consumo, amplamente influenciada pelo estilo de vida norte-americano, o consumo se transformou em uma compulsão e um vício, estimulados pelas forças do mercado, da moda e da propaganda. A sociedade de consumo produz carências e desejos (materiais e simbólicos) incessantemente. Os indivíduos passam a ser reconhecidos, avaliados e julgados por aquilo que consomem, aquilo que vestem ou calçam, pelo carro e pelo telefone celular que exibem em público.

O próprio indivíduo passa a se autoavaliar pelo que tem e pelo que consome. Mas é muito difícil estabelecer o limite entre consumo e consumismo, pois a definição de necessidades básicas e supérfluas está intimamente ligada às características culturais da sociedade e do grupo a que pertencemos. O que é básico para uns pode ser supérfluo para outros e vice-versa. A felicidade e a qualidade de vida têm sido cada vez mais associadas e reduzidas às conquistas materiais. Isto acaba levando a um ciclo vicioso, em que o indivíduo trabalha para manter e ostentar um nível de consumo, reduzindo o tempo dedicado ao lazer e a outras atividades e relações sociais. Até mesmo o tempo livre e a felicidade se tornam mercadorias que alimentam este ciclo. Em suas atividades de consumo, os indivíduos acabam agindo centrados em si mesmos, sem se preocupar com as consequências de suas escolhas. O cidadão é reduzido ao papel de consumidor, sendo cobrado por uma espécie de ‘obrigação moral e cívica de consumir’.” (CONSUMO SUSTENTÁVEL, 2005, p. 15)

– Após o debate do texto em sala de aula, propor à turma uma pesquisa em jornais, revistas, sites de propagandas que deixem claro o estímulo ao consumismo e a elaboração de um painel com as imagens que serão posteriormente analisadas coletivamente pela turma.

– Propor, então, a seguinte questão: Como o consumismo pode afetar os ecossistemas no planeta Terra?

Sugestão de filme: SURPLUS: TERRORIZED INTO BEING CONSUMERS (2003), de Erik Gandini.

Observação importante: ao exibir o filme, pede-se ao professor especial atenção às cenas que se passam numa fábrica de bonecos infláveis com objetivos sexuais, de forma que, caso necessário, as mesmas não sejam exibidas.

OBJETIVOS:

– Discutir a crise ambiental através de uma crítica ao consumo na sociedade capitalista.

– Analisar a ideia de sustentabilidade na sociedade moderna.

JUSTIFICATIVA:

Pensar sobre a crise ambiental pela qual passa o planeta Terra requer uma reflexão sobre o consumo na sociedade capitalista, pois o padrão de vida efetivado hoje em nossa sociedade é insustentável. Para tanto, analisar criticamente a ideia de sustentabilidade, a partir de uma discussão sobre o consumo sustentável, é um caminho para construir alternativas possíveis de construção da sociedade.

REFERÊNCIAS:

CARLSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/14DlfqA> /Acesso: março/2013.

SURPLUS: TERRORIZED INTO BEING CONSUMERS (Suécia, 2003). Direção: Erik Gandini. 54 min. Documentário que apresenta uma crítica ao consumismo inerente ao modo de produção capitalista, apresentando como contraponto o consumismo sob o ponto de vista da sociedade cubana.

Atividade formulada por Lana Claudia de Souza Fonseca, professora da UFRRJ. Graduada em Biologia pela UFRRJ e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

CAPÍTULO 13 – “É DE PAPEL OU É PRA VALER?” CIDADANIA E DIREITOS NO MUNDO E NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

ATIVIDADES PROPOSTAS:

Tema para o trabalho: “A cidade-mercado para o cidadão-consumidor?”

– Após lerem o texto interdisciplinar do livro e o fragmento de texto abaixo, os alunos deverão, em grupo, com base no roteiro de pesquisa sugerido, fazer um trabalho dissertativo, tendo como tema a proposta acima. Depois, promover um debate na turma, com as conclusões de cada grupo.

“A lição que vem do Rio. O Rio de Janeiro dribla o declínio, volta a olhar para o futuro e se torna um exemplo para as metrópoles do Brasil.” Esta manchete da reportagem de capa de uma revista semanal de grande circulação nos leva a pensar sobre certo sentido que surge com a Modernidade, quando nos referimos ao significado de cidade. A reportagem se utiliza de expressões que asseguram que o bem da cidade provém dos “investimentos, crescimento econômico, gestão de alto desempenho, globalização da cidade”. E finaliza: o cidadão recuperará a autoestima. A leitura nos causa a sensação de que o exercício da cidadania se limita a aceitar passivamente a fatalidade do tempo próprio ao progresso, isto é, que a cidade se torne um espaço para o consumo e o cidadão se transforme em consumidor.” (SOUZA et al., 2013)

Roteiro de pesquisa:

1. Pesquisar sobre o sentido de Espaço Público na Grécia Antiga e relacioná-lo com a importância que os cidadãos gregos davam à função da linguagem;

2. Pesquisar sobre o sentido de Modernidade (século XV); em seguida, relacionar com o aparecimento do ideal de indivíduo burguês e a teoria liberal do mundo capitalista;

3. Pesquisar a relação entre publicidade e o fetichismo da mercadoria.

OBJETIVOS:

– Levar o aluno a pensar sobre o conceito de Espaço Público, relacionando-o, sobretudo, com o afirmado por Hanna Arendt (1983) no texto da seção Interdisciplinaridade;

– Estimular o estudante a pesquisar sobre o surgimento da Modernidade e seus impactos na concepção de homem moderno;

– Incentivar o aluno a buscar uma associação entre o nascimento do homem burguês, o aparecimento de uma subjetividade individualizada e o Espaço Privado;

– Contribuir para a formação crítica do estudante, através da sua percepção sobre as imagens da publicidade, relacionando a linguagem publicitária com o conceito de “fetichismo da mercadoria”, em Marx (cf. BOTTOMORE, 2001, p. 149-150).

JUSTIFICATIVA:

O texto trata de problematizar as dificuldades para o exercício efetivo da cidadania. Assim, o professor deverá ressaltar as diferenças entre o Espaço Público e o Espaço Privado e as dificuldades para o exercício político que este último acarreta à cidadania, tal como definida no capítulo do livro.

REFERÊNCIAS:

ARENDR, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

BOTTOMORE, Tom (Edit.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA, Leonardo; MENDONÇA, Martha; MEIRELES, Maurício. A lição que vem do Rio. Revista *Época*, ESPECIAL, 09/03/2013. Disponível em: <http://glo.bo/16hbD8Y> Acesso: abril/2013.

Atividade formulada por Antonio Benedito de Castro Alves, Professor de Filosofia da Rede Estadual de Ensino e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Graduado em Filosofia pela UERJ e em Comunicação Social pela UFRJ. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ.

CAPÍTULO 14 – “O ESTADO SOU EU.” ESTADO E DEMOCRACIA

ATIVIDADES PROPOSTAS:

– Tomando como base o texto interdisciplinar, propor à turma uma pesquisa na internet sobre os resultados das

últimas eleições proporcionais ocorridas na cidade, solicitando aos alunos os cálculos dos quocientes eleitoral e partidário.

– Apresentar aos alunos informações gerais sobre eleições em outros países e pedir que eles, em equipes, verifiquem e apontem, a matemática existente em cada uma dessas eleições. Um exemplo interessante para se colocar em debate diz respeito à legislação que regula as eleições para presidente da República nos EUA, país apresentado por alguns meios de comunicação como “a maior democracia do planeta”.

– A partir dos resultados da pesquisa, apresentar à turma, como proposta de debate, as seguintes questões: “Participar de eleições é a única forma de se exercer a democracia? Existem formas alternativas de constituição do poder político? Quais?”

– Leia o seguinte fragmento: “um caso emblemático ocorreu com o deputado federal Enéas, do Prona, em 2002. Eleito deputado federal com 1,5 milhão de votos, ele elegeu a si e a outros cinco candidatos que haviam tido votação inexpressiva: Amauri Gasques, segundo mais votado, com 18.421 votos, Vanderlei Assis (275 votos), Elimar Máximo (484 votos), Ildeu Araújo (382 votos) e Irapuan Teixeira (673 votos)” (extraído de <http://bit.ly/18mQTQ7> /Acesso: março/2013).

Explique matematicamente o que significa: “ele elegeu a si e a outros cinco.”

OBJETIVOS:

– Refletir, criticamente, sobre a ideia de democracia, a partir do momento considerado no senso comum como seu ápice – as eleições – demonstrando, com recurso à Matemática, que os resultados, dependendo das regras vigentes, não significam, necessariamente, a efetiva representação daqueles apontados como os mais votados.

– Aprofundar o caráter da democracia e das eleições, desvelando as questões que justificam determinadas leis e regras de funcionamento e de escolhas, que nem sempre podem ou devem seguir uma lógica matemática.

– Debater sobre as formas alternativas de organização e participação política, ultrapassando a visão de que as eleições representam a única alternativa possível para se interferir efetivamente no poder político, concentrado pelo Estado e pelas corporações econômicas.

JUSTIFICATIVA:

A ideia de democracia é sempre “confundida” e “reduzida” principalmente a um determinado momento da vida política das nações, identificado com a realização de eleições para a escolha de representantes da população adulta, para o Poder Executivo e para o Legislativo, em todos os níveis da federação (União, estados e municípios). A realização de eleições é, de fato, um momento importante, significativo, que diferencia as democracias legalmente constituídas dos vários tipos de autocracias ou ditaduras. Por outro lado, a rotina de participação da população no processo eleitoral não pode ser “burocratizada” ou transformada em uma mera formalidade ou uma simples “obrigação” (cf. BORÓN, 1996), pois os resultados de uma eleição podem trazer consequências que

interferirão de maneira direta e, muitas vezes, irreversível, no dia a dia das pessoas. Além disso, existem outras formas de participação política efetiva, cujo alcance e poder não podem ser minimizadas ou secundarizadas (cf., entre tantas outras referências, DAGNINO, 1994). Nesse sentido, o exercício de reflexão sobre “a matemática das eleições” pode ser uma boa oportunidade para se relativizar em que termos e sob que condições votamos e escolhemos nossos representantes, além do significado concreto do voto.

REFERÊNCIAS:

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CÓDIGO ELEITORAL – Lei 4.737, de 15 de julho de 1965. Disponível em: <http://bit.ly/14DIMsE> / Acesso: março/2103.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: (Org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ESTATÍSTICAS E RESULTADOS DA ELEIÇÃO. *Tribunal Superior Eleitoral* – TSE. Disponível em: <http://bit.ly/19KbED6> / Acesso: abril/2013.

VOTO PROPORCIONAL EM LISTA ABERTA. *Jornal Baguete Diário*. Disponível em: <http://bit.ly/18mQTQ7> Acesso: março/2103.

Atividade formulada pelos autores, com base no texto interdisciplinar proposto no livro do aluno por Raphael Alcaires de Carvalho, Professor de Matemática do IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus Rio de Janeiro. Licenciado em Matemática pela UFRJ e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.

CAPÍTULO 15 – “VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?” MOVIMENTOS SOCIAIS ONTEM E HOJE

ATIVIDADES PROPOSTAS:

– Pesquisar a história das “Mães da Praça de Maio” e suas atividades desde o seu surgimento até hoje.

– Assistir ao filme “A História Oficial”, sobre a entrega de filhos dos perseguidos políticos às famílias de militares, realizando um debate posterior sobre a situação das famílias e de parte dessas crianças, hoje adultas, que foram encontradas posteriormente.

– Realizar pesquisa sobre a existência, no Brasil, de organizações semelhantes às “Mães” argentinas.

OBJETIVOS:

– Ampliar o conhecimento das novas gerações sobre os acontecimentos ocorridos em uma época em que ditaduras se multiplicaram na América Latina.

– Conscientizar os jovens sobre os malefícios da falta de liberdade e da importância de se lutar sempre por ela.

JUSTIFICATIVA:

Demonstrando como os movimentos populares resistiram à realidade da ditadura argentina, verificar-se-á como os movimentos sociais continuam a cobrar explicações das autoridades atuais sobre os acontecimentos daquele período e o valor da liberdade e a importância de se lutar por ela.

REFERÊNCIAS:

A HISTÓRIA OFICIAL (*La historia oficial*, Argentina, 1985). Direção: Luis Puenzo. Elenco: Héctor Alteiro, Norma Aleandro, Hugo Arana, Chela Ruíz. Duração: 112 min.

Atividade formulada por Frederico José Falcão, Professor de História do Colégio Técnico da UFRJ. Graduado em História pela UERJ e Doutor em Serviço Social pela UFRJ.

CAPÍTULO 16 – “NA TELINHA DA SUA CASA VOCÊ É CIDADÃO?” O PAPEL DA MÍDIA NO CAPITALISMO GLOBALIZADO

ATIVIDADES PROPOSTAS:

– Os alunos devem pesquisar na internet o trabalho da artista plástica Barbara Kruger², analisando e buscando referências às questões do seu cotidiano diante dos temas que a artista apresenta, seguindo o roteiro:

- 1– Fazer uma lista dos temas relativos ao seu cotidiano;
- 2– Em grupo, debater as análises feitas e escolher uma temática para a confecção de um cartaz ou uma intervenção visual no espaço escolar (portão, escada, janela).

OBJETIVOS:

– Estimular a formulação da crítica social através da leitura da obra da artista plástica americana Barbara Kruger.

– Transpor esta leitura para o espaço escolar, utilizando a linguagem visual.

JUSTIFICATIVA:

A comunicação através da arte, a partir do final do século XIX, nos impõe não somente admirar, mas também fazer uma leitura crítica do nosso dia a dia. Por isso, a relevância que uma obra de arte, ao levar o público a pensar e formular opinião sobre diferentes questões, se faz necessária no cotidiano da escola e da sala de aula. No mundo contemporâneo, bem como na Arte contemporânea, muitos artistas expressam em

² Artista contemporânea, estudou na Escola de Artes Visuais da Universidade de Syracuse, trabalhou como designer gráfico, diretora de arte e editora de imagens. Além de expor em museus e galerias de todo o mundo, o trabalho de Kruger já apareceu em outdoors, busdoors, cartazes, um parque público, uma plataforma de estação de trem de Estrasburgo, França. Leciona no Instituto de Arte de Chicago e na Universidade da Califórnia, Berkeley. (in: www.barbarakruger.com Acesso em 08/03/2012)

suas obras críticas a questões sociais. Utilizar a obra da artista Barbara Kruger é exemplificar a crítica de maneira singular.

REFERÊNCIAS:

Site de BARBARA KRUGER : www.barbarakruger.com/
Acesso: março/2013.

Atividade formulada pelos professores de Artes Dione Souza Lins e Luís Ricardo Pereira de Azevedo. Dione leciona na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro e é Licenciada em Educação Artística – Artes Plásticas, pela UFRJ. Ricardo é Professor da Rede Estadual e da Rede Municipal do Rio, e Licenciado em Educação Artística – História da Arte, pela UERJ. Ambos são Especialistas em Ensino da Arte pela Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 17 – “ONDE VOCÊ ESCONDE SEU RACISMO?” DESNATURALIZANDO AS DESIGUALDADES RACIAIS

ATIVIDADES PROPOSTAS:

Tema: “Ser diferente é normal!” Somos todos HUMANOS!

– Os alunos, em grupo, pesquisarão rostos de diversos grupos étnicos humanos, montando uma lista das principais diferenças e semelhanças biológicas encontradas. Poderão sintetizar em um quadro comparativo, para apresentação na turma.

– Tema para discussão: “As diferenças biológicas podem determinar hierarquias socioculturais?”

Sugestão de material para pesquisa: kit do Projeto *A cor da cultura*.

OBJETIVOS:

– Analisar a diversidade biológica encontrada nas sociedades.

– Comparar diferenças biológicas e culturais da espécie humana.

JUSTIFICATIVA:

Apesar de sermos da mesma espécie e compartilharmos 99,9% dos genes, os seres humanos – *Homo sapiens sapiens* – possuem diferenças biológicas e culturais que não determinam hierarquicamente posições sociais ou biológicas. Entretanto, muitas dessas diferenças têm sido usadas para embasar inúmeras formas de preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS:

Projeto *A cor da cultura*. Disponível em: <http://bit.ly/1aX4uwX>
Atividade formulada por Lana Claudia de Souza Fonseca, Professora da UFRRJ. Graduada em Biologia pela UFRRJ e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

CAPÍTULO 18 – GÊNERO E SEXUALIDADE NO MUNDO DE HOJE

ATIVIDADES PROPOSTAS:

Tema: “Quem sou? De onde vim? Para onde vou?”

– Exibição do curta-metragem AMANDA E MONICK (2008), de André da Costa Pinto. Logo após, realizar um debate sobre o tema “Direitos Humanos e Direitos Sexuais”.

Tema: Homens X Mulheres: novas lutas, velhos argumentos.

Ler e discutir o artigo “Homens X Mulheres: porque eles estão ficando para trás” (HUECK, 2011).

Após discussão do artigo, os alunos devem:

– Elaborar uma lista com as diferenças entre homens e mulheres, classificando-as como diferenças biológicas ou culturais.

– Elaborar uma produção textual sobre o tema “O lugar da mulher na sociedade contemporânea”.

Outras sugestões de leitura que podem ser solicitadas à turma:

– O artigo “Atração entre iguais: homossexualismo entre animais” (BURGIERMAN, 2006);

– O documento “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual”, do Governo Federal, de 2004;

– A Lei Maria da Penha – Lei 11340, de 07 de agosto de 2006.

OBJETIVOS:

– Refletir sobre as questões relacionadas ao determinismo biológico e o preconceito social.

– Analisar, do ponto de vista genético e social, a relação entre sexo biológico, gênero e orientação sexual.

JUSTIFICATIVA:

Não se pode afirmar, do ponto de vista biológico, que a sexualidade/orientação sexual é determinada geneticamente. Diversos estudos e pesquisas têm tratado sobre o tema sem que se chegue a uma teorização mais consistente. Entretanto, a Biologia e, em especial, a Genética têm sido usadas para justificar preconceitos sociais e inúmeras formas de discriminação sexual.

REFERÊNCIAS:

AMANDA E MONICK (Brasil, 2008). Direção: André da Costa Pinto. 20min. Documentário (curta-metragem) que conta a história de dois travestis que vivem no interior do Estado da Paraíba e têm suas histórias cruzadas na escola da cidade. Disponível em <http://vimeo.com/27225976> / Acesso: março/2013.

BRASIL SEM HOMOFOBIA: PROGRAMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA E À DISCRIMINAÇÃO CONTRA GLTB E PROMOÇÃO DA CIDADANIA HOMOSSEXUAL. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bit.ly/dSlvdb> / Acesso: março/2013.

BURGIERMAN, Denis Russo. Atração entre iguais: homossexualismo entre animais. Revista *Super Interessante*, Editora Abril, dezembro de 2006. Disponível em <http://abr.ai/d0BUPR/> Acesso: março/2013.

HUECK, Karin. Homens x mulheres: porque eles estão ficando para trás. Revista *Super Interessante*, Editora Abril, junho de 2011. Disponível em: <http://abr.ai/lrxhA3/> Acesso: março/2013.

LEI MARIA DA PENHA (Lei 11340/2006). Disponível em: <http://bit.ly/14h3nV1/> Acesso: março/2013. Observe que a lei poderá ser baixada a partir de diversos sites diferentes.

Atividade formulada por Lana Claudia de Souza Fonseca, Professora da UFRRJ. Graduada em Biologia pela UFRRJ e Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

CAPÍTULO 19 – “A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA...” RELIGIOSIDADE E JUVENTUDE NO SÉCULO XXI

ATIVIDADES PROPOSTAS:

– A partir da imagem “A criação de Adão”, de Michelangelo, que consta no livro do aluno, discutir a ideia da criação humana sob a ótica religiosa cristã (Criacionismo) e confrontá-la com a teoria científica (Evolucionismo), além de explorar a mudança do pensamento humano (Teocêntrico, Antropocêntrico e Científico).

– Essa proposta de atividade pode se desdobrar de duas formas:

– Os alunos farão uma descrição de como veem Deus e produzirão Sua imagem através de linguagem artística (desenho, pintura, fotografia, colagem, animação, etc.);

– Farão a releitura do afresco “A Criação de Adão”, de Michelangelo onde se utilizarão de imagens atuais tanto do Criador quanto da criatura, através da linguagem mais adequada.

OBJETIVOS:

– Confrontar o tema estudado, através de textos científicos, com suas percepções cotidianas e sua própria religiosidade.

– Desenvolver uma análise crítica sobre o tema, chegando a um conceito próprio e utilizar a linguagem artística proposta pelo orientador da atividade para expressá-lo.

JUSTIFICATIVA:

A partir dos estudos realizados sobre o tema *religiosidade* e seus paralelos socioculturais, faz-se necessário o desenvolvimento de uma atividade onde a reflexão e a análise crítica sejam requisitos para um fechamento de conceito e este seja expressado e sistematizado através das linguagens artísticas.

REFERÊNCIAS:

“A Criação de Adão” (c.1511) - afresco pintado por Michelangelo, no teto da Capela Sistina – Roma (Itália).

Atividade formulada por Christiane Cardoso Ribeiro, Professora de Artes no Município do Rio de Janeiro. Licenciada em Artes Plásticas pela UFRJ (Escola de Belas Artes) e MBA em Gestão Pedagógica e Institucional - Faculdade de Maringá e DDG Educação.

CAPÍTULO 20 – “ESPAÇOS DE DOR E DE ESPERANÇA.” A QUESTÃO URBANA

ATIVIDADES PROPOSTAS:

A partir da leitura do texto da seção Interdisciplinaridade, o professor deverá propor que o aluno:

– Aponte um exemplo de “gestão corporativa da cidade” em seu município, se houver. Caso contrário, pesquise e selecione cidades que sirvam de exemplo nesse sentido, apresentando o resultado para a turma.

– Formule uma crítica textual às políticas territoriais em sua cidade, mencionando os grupos sociais mais vulneráveis à exclusão “socioterritorial”.

Após pesquisa em sites da internet, relate por escrito os acontecimentos nas cidades sedes da Copa do Mundo de futebol, no Brasil, em 2014, onde esta exclusão “socioterritorial” tenha ocorrido.

OBJETIVOS:

– Apresentar o território como espaço de relações de poder, definido de acordo com os interesses políticos presentes na sociedade.

– Debater sobre o caráter dos megaeventos, seus efeitos e consequências para a organização da cidade.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de reflexão do texto interdisciplinar procura apresentar questões envolvendo o território como instrumento de compreensão do espaço urbano, enquanto relações de poder, através do controle da gestão das políticas públicas e da apropriação privada de certas regiões. Nesse sentido, o espaço público torna-se um território marcado pelos conflitos envolvendo a acumulação do poder econômico e político na cidade, em prejuízo dos grupos considerados “mais vulneráveis” nesses processos de disputa. As atividades sugeridas são oportunidade para o professor propor essa temática para a turma, permitindo-lhe a discussão de questões como a gestão corporativa das cidades, o papel do poder público e a organização da resistência por parte dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS:

PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS:

<http://www.portalpopulardacopa.org.br/> Acesso: março/2013.

Atividade formulada pelos autores do livro e por Alberto Silva Cadena, professor de Geografia da Rede Estadual do Rio de Janeiro, da Rede Municipal de Ensino do Município de Macaé-RJ e do curso de Licenciatura em Geografia da FAFIMA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé-RJ. Licenciado em Geografia pela UFRJ e Mestre em Geografia pela UERJ.

CAPÍTULO 21 – “CHEGOU O CAVEIRÃO! E AGORA?” VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES SOCIAIS

ATIVIDADE PROPOSTA:

– Sugerimos reproduzir para a turma cópias do texto a seguir (recorrer ao site indicado nas referências). Após a leitura do texto, abrir um debate a respeito dos riscos da chamada “medicalização da sociedade”, tema que tem sido “muito discutido atualmente, em função do incessante aumento da produção e do consumo de fármacos, que instaurou um fenômeno social complexo rotulado com esta expressão” (GUIMARÃES; SOBREIRA; EWALD, 2004, p. 2).

– O debate poderia começar com a pergunta: “Existe uma tendência nos dias atuais, em algumas sociedades, de resolver problemas e conflitos sociais a partir, simplesmente, da utilização de certas substâncias químicas para o controle do indivíduo, deixando de lado as políticas públicas e a educação?”

A pílula da inteligência vem aí. Você tomaria?

Por Roelf Cruz Rizzolo* / 10 de maio de 2009

Imagine uma pílula que não causasse efeitos colaterais, barata, e que depois de tomar seu QI aumentasse vários pontos. Você usaria?

Um grupo de cientistas, verdadeiros pesos-pesados na área de neurociência, saúde pública, direito e ética, lançou esta semana um manifesto na prestigiosa revista *Nature*, pedindo para acelerar as pesquisas – e se possível a liberação para consumo – de drogas que aumentam a inteligência.

A ideia seria, caso as pesquisas não demonstrem nenhum efeito colateral, que adultos tivessem a liberdade de ingerir livremente essas substâncias, sem nenhum tipo de criminalização.

Que um grupo de cientistas e juristas desse porte peça a liberação desse tipo de “doping” mental pode parecer uma loucura para muitos, mas a leitura atenta do artigo dá algumas pistas sobre os reais motivos.

O fato é que, como veremos, o problema já está colocado na sociedade, e ele exige respostas científicas – que só serão conseguidas mediante muita pesquisa –, e análise dos aspectos éticos por parte da sociedade.

QUESTÃO CIENTÍFICA

Não é de hoje que pesquisadores tentam descobrir medicamentos para tratar doenças cerebrais, como o mal de Alzheimer, a esquizofrenia, o transtorno de déficit de atenção – hiperatividade (TDAH), o mal de Parkinson, etc.

Muitas dessas doenças provocam danos cognitivos devastadores, e o paciente passa a ter parte de suas atividades mentais comprometidas, tanto na sua capacidade de aprendizado, memorização, compreensão, linguagem, distúrbios de sono, etc.

Nos últimos anos, o uso de algumas drogas como a Ritalina, Adderall, modafinil, donepezil, entre outras,

provocaram melhoras importantes no quadro clínico desses pacientes, permitindo uma notável recuperação na qualidade de vida. Entretanto, algumas dessas drogas passaram a ser consumidas (ilegalmente ou sem prescrição) por indivíduos sadios, os quais também descreveram melhoras no desempenho intelectual.

Pesquisas mostram que aproximadamente 7% dos alunos universitários dos Estados Unidos já consomem essas substâncias, e em alguns *campi*, o consumo atinge 25% dos estudantes.

Entretanto, como esses medicamentos são recentes ainda não existem suficientes estudos que nos permitam saber quais os efeitos colaterais do seu uso a longo prazo, principalmente quando ingeridos por indivíduos sadios. Não há estudos que avaliem ao certo quanto melhor o cérebro funciona, quanto aumenta nosso QI, nem os efeitos dessas drogas sobre o cérebro – em formação – de crianças e adolescentes. (...)

QUESTÃO ÉTICA

O surgimento deste tipo de drogas coloca uma série de desafios éticos que, uma vez respondidas as questões científicas, devem ser analisados pela sociedade. Apenas para citar alguns dos problemas que já estão surgindo:

– O exército dos Estados Unidos, atualmente, subministra aos soldados alguns desses medicamentos, sendo que o consumo não pode ser recusado pelos mesmos. Sob efeito dessas substâncias, os soldados mostram um melhor desempenho, maior capacidade de discriminação e reflexos mais apurados. As consequências são óbvias. Podem vir a se transformar em máquinas de matar extremamente eficientes.

– Seria ético que um empresário passasse a exigir que seus funcionários fizessem uso desses medicamentos para aumentar o desempenho e a produtividade? A exigência formal não seria nem necessária. A maior produtividade de um funcionário que faz uso da droga poderia obrigar seu colega a também ingeri-la para manter seu emprego.

– Seria correto que um colégio, para melhorar o desempenho escolar dos alunos, incentivasse o uso desses medicamentos? Insano? É bem provável que muitas escolas já estejam fazendo isso com a Ritalina, alegando que os alunos não aprendem porque são hiperativos.

– E num vestibular? Seria justo que apenas alguns estudantes utilizassem esse *doping* mental e outros não? Seria justo que apenas os que podem pagar por esses medicamentos possam fazer uso deles em detrimento dos outros?

– Caso não sejam observados efeitos colaterais importantes, quais seriam as consequências globais para a sociedade se todos os indivíduos tivessem acesso a drogas que os tornem mais inteligentes?

É isso aí. Parece que o futuro chega cada vez mais rápido. O antídoto para não nos pegar desprevenidos é informação, informação, e mais informação. Ficar mais inteligente mediante o uso de drogas pode parecer antinatural. Mas não mais antinatural que a roupa que usamos, a casa onde moramos, o carro que nos transporta, a medicação que tomamos ao longo da nossa vida para vivermos mais e melhor, os óculos que estou usando para escrever este artigo, e o

papel sobre o qual ele estará escrito amanhã.
Você não acha?

*Roelf Cruz Rizzolo é Professor de Anatomia Humana da Unesp, campus de Araçatuba, Este artigo foi publicado inicialmente na coluna Ciência do jornal *Folha da Região*, em Araçatuba, SP
Fonte: Towards responsible use of cognitive-enhancing drugs by the healthy; *Nature*, doi:10.1038/456702a; Published online 7 December 2008; Henry Greely e cols.

OBJETIVOS:

- Discutir, do ponto de vista da Química e da Sociologia, o uso das drogas nas sociedades atuais.
- Refletir sobre as relações entre os efeitos das substâncias químicas e os conflitos sociais geradores de violências.

JUSTIFICATIVA:

A partir das discussões realizadas ao longo do capítulo, do texto da seção Interdisciplinaridade e do texto acima, as discussões sobre violência e drogas podem ampliar a percepção dos alunos no que diz respeito à superação de visões e posicionamentos sem a devida base científica. As articulações possíveis entre a Sociologia e a Química são de fundamental importância para se aprofundar os conhecimentos sobre o papel hoje desempenhado pelas drogas na sociedade em geral, a partir de uma perspectiva mais ampla, envolvendo as suas relações com a política, a ética e as instituições em geral, como é o caso dos interesses defendidos pelos grandes grupos econômicos.

REFERÊNCIAS:

GUIMARÃES, Aurea Domingues; SOBREIRA, Carolina Bragança; EWALD, Ariane. *Propaganda de medicamentos: a medicalização da sociedade através do consumo*. Disponível em: <http://bit.ly/LpyQ0J> / Acesso: abril/2013.

RIZZOLO, Roelf Cruz. *A pilula da inteligência vem aí. Você tomaria?* CONECTE. Blog da Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento. Publicado em 10 de maio de 2009. Disponível em: <http://bit.ly/12bwHJp> Acesso: março/2013.

Atividade formulada pelos autores do livro e por Fernanda de Melo Lima, professora de Química Analítica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduada em Química industrial pela UFF e Doutora em Química pela UFF.

CAPÍTULO 22 – “OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR.” A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL

ATIVIDADE PROPOSTA:

O texto interdisciplinar mostra que há um debate travado, atualmente, pela competição por terra para plantio de alimentos e para espécies destinadas à produção de biocombustíveis. E ainda não se sabe quais os eventuais impactos na alimentação

mundial, caso boa parte das áreas agricultáveis seja destinada a “plantar combustíveis”.

– A partir dessas informações e do texto estudado no capítulo, debata com os alunos e organize uma exposição com cartazes sobre as possíveis consequências sociais e ambientais do aumento da produção de biocombustíveis.

OBJETIVOS:

- Refletir sobre os impactos ambientais e sociais da produção de biocombustíveis, articulando conhecimentos da Química e da Sociologia.
- Analisar e debater como estes impactos podem interferir no cotidiano dos alunos e nas cidades onde moram.

JUSTIFICATIVA:

O debate atual sobre os biocombustíveis é estratégico para muitos governos que dependem da produção do petróleo. Assim, para ampliar o leque de conhecimentos e informações, esta atividade articulada com a Química, pode potencializar uma reflexão entre os estudantes acerca de vários temas como: a questão da terra no Brasil, o agronegócio, a fome no mundo, os benefícios e prejuízos do uso dos produtos químicos na agricultura e as razões do aumento da produção destes mesmos produtos.

REFERÊNCIAS:

BIODIESEL. INFOESCOLA. Disponível em:

<http://www.infoescola.com/quimica/biodiesel/> Acesso: março/2013.

RAMOS, L. P.; SILVA, F. R.; MANGRICH, A. S.; CORDEIRO, C. S. Tecnologias de produção de biodiesel. *Revista Virtual de Química*, 2011, 3(5), 385-405. 22 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/rvq> / Acesso: março/2013.

RODRIGUES, Luciana Deotti. A cana-de-açúcar como matéria-prima para a produção de biocombustíveis: impactos ambientais e o zoneamento agroecológico como ferramenta para mitigação. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Análise Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG: Faculdade de Engenharia, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/10rp1VQ> Acesso: março/2013.

Atividade formulada pelos autores, com base no texto interdisciplinar proposto por André Von-Held Soares, professor das disciplinas de Físico-Química e Corrosão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, no campus de Duque de Caxias. Graduação e Mestre em Engenharia Química pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Doutorando em Química na UFF.

VIII - OBJETIVOS DOS CAPÍTULOS, PROPOSTAS DE ATIVIDADES E LEITURAS COMPLEMENTARES PARA O PROFESSOR

CAPÍTULO 1 - SOCIOLOGIA:

DIALOGANDO COM VOCÊ

Objetivos:

O objetivo geral do capítulo é apresentar a Sociologia como uma ciência que contribui para a compreensão da realidade social. Introduzimos algumas noções e definições, os objetos de estudo da Sociologia e as distinções entre conhecimento sociológico e conhecimento de senso comum. Deve-se, portanto:

1 – Diferenciar o objeto de estudo da Sociologia e das outras disciplinas do Ensino Médio;

2 – Apresentar as principais preocupações científicas da Sociologia para o estudo das relações sociais e dos fenômenos sociais;

3 – Apresentar, como exemplo de abordagem analítica das sociedades, das relações sociais e dos fenômenos sociais, a noção de *imaginação sociológica*, de Charles Wright Mills;

4 – Apresentar a relevância social dos estudos sociológicos no mundo do trabalho e na vida social dos jovens;

5 – Distinguir o conhecimento sociológico do conhecimento de senso comum.

Como, talvez, este será um primeiro contato dos estudantes com os estudos sociológicos, mais do que uma aula expositiva, esses objetivos devem ser explicitados na forma do diálogo e das exemplificações expostas no texto. Porém, a partir das representações e dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre diversos fenômenos sociais, o professor pode ilustrar os conteúdos da matéria com outros exemplos que envolvam as questões, os conceitos e os objetos de estudos da Sociologia.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Relações sociais – fenômenos sociais – imaginação sociológica – senso comum – Émile Durkheim – Charles Wright Mills – Florestan Fernandes

Pesquisando e refletindo

Como este capítulo representa o contato inicial dos alunos com a Sociologia no Ensino Médio e como a primeira tarefa a ser enfrentada pelo professor diz respeito à desconstrução da ideia de *senso comum*, segue uma proposta de atividade pedagógica que julgamos interessante: dividir a turma em grupos e solicitar uma pequena pesquisa de opinião envolvendo a família, os amigos, os vizinhos – e até os demais professores – perguntando se conhecem a Sociologia, o que sabem a respeito, para que serve essa disciplina, qual a sua importância etc. As respostas deverão ser classificadas, organizadas por escrito e apresentadas por cada equipe, culminando, no mesmo dia, com um debate sobre esse assunto.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

A HERANÇA INTELLECTUAL DA SOCIOLOGIA

Florestan Fernandes

A Sociologia não se limita ao estudo das condições de existência social dos seres humanos. Todavia, essa constitui a porção mais fascinante ou importante de seu objeto e aquela que alimentou a própria preocupação de aplicar o ponto de vista científico à observação e à explicação dos fenômenos sociais. Ora, ao se falar do homem como objeto de indagações específicas do pensamento, é impossível fixar, com exatidão, onde tais indagações se iniciam e quais são os seus limites. Pode-se, no máximo, dizer que essas indagações começam a adquirir consistência científica no mundo moderno, graças à extensão dos princípios e do método da ciência à investigação das condições de existência social dos seres humanos. Sob outros aspectos, já se disse que o homem sempre foi o principal objeto da curiosidade humana. Atrás do mito da Religião ou da Filosofia sempre se acha um agente humano, que se preocupa, fundamental e primariamente, com questões relativas à origem, à vida e ao destino de seus semelhantes.

Por isso, seria em vão e improficuo separar a Sociologia das condições histórico-sociais de existência, nas quais ela se tornou intelectualmente possível e necessária. A Sociologia não se afirma primeiro como explicação científica e, somente depois, como forma cultural de concepção do mundo. Foi o inverso o que se deu na realidade. Ela nasce e se desenvolve como um dos florescimentos intelectuais mais complicados das situações de existência nas modernas sociedades industriais e de classes. E seu progresso, lento mas contínuo, no sentido do saber científico positivo, também se faz sob a pressão das exigências dessas situações de existência, que impuseram tanto ao pensamento prático quanto ao pensamento teórico, tarefas demasiado complexas para as formas pré-científicas de conhecimento.

Daí a posição peculiar da Sociologia na formação intelectual do mundo moderno. Os pioneiros e fundadores dessa disciplina se caracterizam menos pelo exercício de atividades intelectuais socialmente diferenciadas, que pela participação mais ou menos ativa das grandes correntes de opinião dominantes na época, seja no terreno da reflexão ou da propagação de ideias, seja no terreno da ação.

Florestan Fernandes (1920-1995) foi Professor da Universidade de São Paulo e é considerado um dos maiores sociólogos brasileiros. O texto acima é um fragmento retirado de sua obra *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960, p. 273.

Com base na leitura, os alunos deverão responder:

– Segundo Florestan Fernandes, de que forma o conhecimento sobre as sociedades pôde ser entendido como possível sob o ponto de vista científico?

– Qual é a importância da Sociologia para a formação intelectual do mundo moderno?

(2) Debatendo uma questão atual

PROIBIDO PELA ANVISA EM 2009, CIGARRO ELETRÔNICO VOLTA À CENA E GERA CURIOSIDADE NOS CONSUMIDORES

Viviane Nogueira

Leonardo DiCaprio fuma. Os atores Robert Pattinson e Dennis Quaid também. No Brasil, mesmo com a comercialização proibida pela Anvisa desde 2009, os cigarros eletrônicos voltaram a aparecer. Por aqui usar pode, vender não. Mas na internet a oferta do produto é alta, variada e facilitada. E, sendo assim, o número de usuários vai aumentando, por razões que vão de curiosidade à tentativa de largar o cigarro, mesmo que os médicos especialistas em dependência de tabaco rejeitem esta possibilidade. Somente nos EUA, existem hoje 400 marcas diferentes de cigarros eletrônicos.

– Experimentei para tentar parar de fumar, o gosto é bom e dá um certo prazer. Mas tem que fazer muita força para inalar, a bateria descarrega rápido, achei complicado e voltei para o cigarro – conta a vendedora Núbia Heckert, fumante há mais de 20 anos que já tentou usar o adesivo de nicotina mas teve taquicardia.

Às vezes, quando fica sem cigarro, ela volta a usar o dispositivo chinês, comprado na internet há seis meses.

A proibição da Anvisa, baseada na legislação sanitária que exige comprovação de segurança e eficácia do produto (seja na redução de dano, seja no tratamento do tabagismo), não serve para coibir a venda.

– Temos outras situações como esta, como a venda de complementos alimentares na internet em que atuamos em conjunto com a Polícia Federal, mas não há muito o que possamos fazer – afirma o diretor de monitoramento e controle sanitário da agência, Agenor Álvares.

Do ponto de vista médico não há recomendação. Segundo a pneumologista e psiquiatra Alessandra A. da Costa, do setor de drogas lícitas do Departamento de Psiquiatria da UERJ, os poucos estudos que existem sobre o tema apontam irritação na mucosa pulmonar causada pelo cigarro eletrônico. A FDA, agência americana que regulamenta alimentos e medicamentos, encontrou nos cartuchos, além da nicotina, as substâncias nitrosamina e dietileno glicol, cancerígenas e causadoras de dependência química.

– A primeira coisa que o médico que trata de dependentes de cigarro faz é quebrar o tripé de dependência: química, psicológica e o hábito – explica. – O e-cigarro não colabora com isso porque induz ao mesmo gestual comportamental. Além disso, tem nicotina, mesmo que se reduza o nível, os cartuchos não são padronizados – diz a médica.

Para o cardiologista Marcelo Montera, coordenador do Centro de Insuficiência Cardíaca do Hospital Pró-Cardíaco, só

a proibição da Anvisa e a contraindicação do uso terapêutico recomendado pela FDA e Organização Mundial de Saúde sobre o produto seriam suficientes para encerrar a questão.

– Você tomaria uma Coca-Cola que não fosse testada? Pois é isso que as pessoas fazem com o cigarro eletrônico. Há indicadores de que o produto estimula o vício e não há literatura científica sobre a diminuição de casos de câncer ou dependência – adverte. Outro problema, segundo ele, é a falta de comprovação de segurança:

– Não é porque não tem alcatrão e outros elementos que o cigarro eletrônico é mais seguro; se o cigarro normal tem 60 elementos comprovadamente cancerígenos, este tem cinco potencialmente cancerígenos. As pessoas se enganam achando que podem consumir porque são as mesmas substâncias presentes em alimentos. Uma coisa é comer, a outra é inalar – diz.

Ao contrário da maioria dos casos, o produtor Júlio Cunha conseguiu reduzir o nível de nicotina usando o cigarro eletrônico. Há um ano, começou com a carga de 18mg por ml, e hoje está na de 12mg por ml.

– O meu é americano, garantido pela FDA e para mim é um invento fabuloso. Meu achou ótimo quando me viu trocar dois maços por esse cartucho. A vantagem é que o cigarro eletrônico você pode dar um trago e colocar no bolso, o outro você acende e tem que fumar até o final – diz ele, que comemora a troca do que chama de cigarro analógico, e conta que pretende reduzir a carga para 6mg por ml em três meses.

(Matéria publicada em *O Globo*, 27/01/2013, p. 43)

– O texto acima é uma “atualização” de exemplo citado no Capítulo 1 a respeito da compreensão sobre a importância do conhecimento sociológico para o entendimento da realidade. A partir da leitura dessa matéria, organizar um debate na turma sobre de que forma o conhecimento sociológico nos ajuda a compreender o uso do cigarro e o vício que ele provoca.

Leituras de aprofundamento para o professor:

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1986.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, M. L. de Oliveira; OLIVEIRA, M. G. Monteiro de. *Um toque de clássicos*: Marx, Durkheim, Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CAPÍTULO 2 – “QUEM SABE FAZ A HORA E NÃO ESPERA ACONTECER?” A SOCIALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

Objetivos:

O objetivo deste capítulo é refletir sobre um tema clássico da Sociologia: as relações indivíduo e sociedade, através do conceito de *socialização*. Dessa forma, deve-se:

1 – Situar a discussão desta temática no contexto de surgimento da Sociologia;

2 – Refletir sobre as relações entre indivíduo e sociedade

a partir das teorizações de Marx, Durkheim e Weber;

3 – Refletir sobre o conceito de socialização a partir dos clássicos da Sociologia.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Surgimento da Sociologia – relações indivíduo e sociedade – socialização – Karl Marx – Émile Durkheim – Max Weber – Carlos Benedito Martins

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento que sugerimos como uma atividade de reflexão sobre o tema deste capítulo é a exibição e debate sobre o filme GAROTO SELVAGEM (*L'Enfant Sauvage*, França, 1970). Direção: François Truffaut. Elenco: Jean-Pierre Cargol, François Truffaut, Françoise Seigner, Jean Dasté, Claude Miller, Annie Miller. P&B, 90 min. [Ver sinopse na seção *Filmes*, da Interatividade, livro do aluno.]

O filme é um excelente recurso para discussão e reflexão sobre a importância do estudo da sociedade e sua influência sobre a personalidade humana, hábitos e costumes. O professor, antes da exibição do filme, pedirá que os alunos leiam a sinopse e apresentará os objetivos da proposta. Após a exibição, incentivará os alunos a construir analogias entre suas vidas cotidianas e a possibilidade de analisá-las sociologicamente. Recomendamos que essas analogias sejam debatidas em sala de aula e registradas no caderno.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

SOCIOLOGIA: O SURGIMENTO

Carlos Benedito Martins

Podemos entender a sociologia como uma das manifestações do pensamento moderno. A evolução do pensamento científico, que vinha se constituindo desde Copérnico, passa a cobrir, com a sociologia, uma nova área do conhecimento ainda não incorporada ao saber científico, ou seja, o mundo social. Surge posteriormente à constituição das ciências naturais e de diversas ciências sociais.

A sua formação constitui um acontecimento complexo para o qual concorrem uma constelação de circunstâncias, históricas e intelectuais, e determinadas intenções práticas. O seu surgimento ocorre num contexto histórico específico, que coincide com os derradeiros momentos de desagregação da sociedade feudal e da consolidação da civilização capitalista. A sua criação não é obra de único filósofo ou cientista, mas representa o resultado da elaboração de um conjunto de pensadores que se empenharam em compreender as novas situações de existência que estavam em curso.

O século XVIII constitui um marco importante para a história do pensamento ocidental e para o surgimento da sociologia. As transformações econômicas, políticas e culturais que se aceleram a partir dessa época colocarão problemas inéditos para os homens que experimentavam as mudanças

que ocorriam no ocidente europeu. A dupla revolução que este século testemunha – a industrial e a francesa – constituía os dois lados de um mesmo processo, qual seja, a instalação definitiva da sociedade capitalista. A palavra sociologia apareceria somente um século depois, por volta de 1830, mas são os acontecimentos desencadeados pela dupla revolução que a precipitam e a tornam possível.

Não constitui objetivo desta parte do trabalho proceder a uma análise destas duas revoluções, mas apenas estabelecer algumas relações que elas possuem com a formação da sociologia. A revolução industrial significou algo mais do que a introdução da máquina a vapor e dos sucessivos aperfeiçoamentos dos métodos produtivos. Ela representou o triunfo da indústria capitalista, capitaneada pelo empresário capitalista que foi pouco a pouco concentrando as máquinas, as terras e as ferramentas sob seu controle, convertendo grandes massas humanas em simples trabalhadores despossuídos.

Cada avanço em relação à consolidação da sociedade capitalista representava a desintegração, o solapamento de costumes e instituições, até então existentes, e a introdução de novas formas de organizar a vida social. A utilização da máquina na produção não apenas destruiu o artesanato independente, que possuía um pequeno pedaço de terra cultivado nos seus momentos livres. Este foi também submetido a uma severa disciplina, a novas formas de conduta e de relações de trabalho, completamente diferentes das vividas anteriormente por ele.

Num período de oitenta anos, ou seja, entre 1780 e 1860, a Inglaterra havia mudado de forma marcante a sua fisionomia. País com pequenas cidades, com uma população rural dispersa, passou a comportar grandes cidades, nas quais se concentravam suas nascentes indústrias, que espalhavam produtos para o mundo inteiro. Tais modificações não poderiam deixar de produzir novas realidades para os homens dessa época. A formação de uma sociedade que se industrializava e urbanizava em ritmo crescente implicava a reordenação da sociedade rural, a destruição da servidão, o desmantelamento da família patricial etc. A transformação da atividade artesanal em manufatureira e, por último, em atividade fabril, desencadeou uma maciça emigração do campo para a cidade, assim como engajou mulheres e crianças em jornadas de trabalho de pelo menos doze horas, sem férias e feriados, ganhando um salário de subsistência. Em alguns setores da indústria inglesa, mais da metade dos trabalhadores era constituída por mulheres e crianças que ganhavam salários inferiores aos homens.

Carlos Benedito Martins é sociólogo, Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V (René Descartes). Atualmente leciona na Universidade de Brasília. O texto apresentado é um fragmento do seu livro *O que é Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 10-13.

– Com base na leitura do texto, os alunos deverão responder de que forma as mudanças que ocorriam na época descrita se relacionam com o surgimento da Sociologia?

(2) Debatendo uma questão atual

1. VOLUNTÁRIOS SE MOBILIZAM PARA COMBATER ONDA DE SUICÍDIOS NA GRÉCIA

Chloe Hadjimatheou
BBC World Service, 18 de outubro de 2011

Dias atrás, cedo pela manhã, George Barcouris sentou-se em frente ao computador em seu apartamento em Atenas, na Grécia, e digitou a palavra “suicídio” no site de buscas Google.

Aos 60 anos de idade, sem trabalho, ele estava certo de que jamais conseguiria um novo emprego em um país onde o índice de desemprego chegou a 17% e continua crescendo.

Sem a ajuda de parentes ou amigos, seria apenas uma questão de tempo até que o proprietário do apartamento o despejasse por causa do atraso no aluguel – imaginava Barcouris.

“Era pior durante a noite”, disse.

“Comecei a pensar, que futuro eu tenho? Seria melhor morrer durante o sono. Mas nunca aconteceu, então comecei a pensar em me matar”.

Foi depois de uma noite como essa que ele decidiu procurar na internet por uma maneira fácil de dar fim à sua vida. No entanto, o primeiro resultado que a busca lhe trouxe foi o número da entidade grega de prevenção ao suicídio Klimaka.

Voluntários da ONG dizem estar respondendo quatro vezes mais chamadas desde que a crise começou, com o maior aumento tendo sido registrado neste ano. Muitos dos que procuram a entidade citam a insegurança econômica como a principal causa de sua aflição.

Estigma

No mês passado, o ministro da Saúde da Grécia, Andreas Loverdos, disse que o número de suicídios no país pode ter subido 40% nos primeiros meses de 2011.

“Na realidade, é bem provável que os índices sejam bem mais altos”, disse a psicóloga Eleni Bekiari, que trabalha para Klimaka.

Ela explicou que o estigma em torno do suicídio na Grécia é fortíssimo e que o problema é acentuado pela recusa da Igreja Ortodoxa grega em realizar cerimônias fúnebres para os suicidas.

“Muitos dos que nos telefonam dizem que planejam dirigir seus carros do topo de um penhasco ou contra uma rocha para que tudo pareça um acidente. Dessa forma, suas famílias e a comunidade nunca saberão que foi suicídio”, disse Bakiari.

Para outros, a pressão é grande demais e sua angústia mental torna-se pública.

Como no caso do empresário Apostolos Polyzonis, da cidade de Thessaloniki, que na semana passada ateou fogo a si mesmo em frente a uma agência bancária. O banco pediu de volta o empréstimo que havia dado à sua empresa, deixando-o falido e sem um centavo.

Incapaz de continuar pagando pelo curso universitário da filha e temendo que sua casa fosse confiscada, Polyzonis foi ao banco implorar por um empréstimo.

“Quando se recusaram a me receber senti um desespero

tão grande que perdi o controle”, disse o empresário.

Ele parou em frente ao banco, jogou gasolina sobre seu corpo e ateou fogo a si mesmo.

Polyzonis foi levado ao hospital e recebeu tratamento para queimaduras, mas as piores cicatrizes, ele diz, estão do lado de dentro.

“Meu filho acaba de completar o serviço militar e não consegue encontrar um emprego, minha mulher e eu estamos desempregados e com frequência passamos necessidade”.

“Nós raramente saímos de casa, (isso) destruiu nosso respeito próprio”.

“Mas não estou sozinho, milhões de gregos estão sofrendo porque alguns milhares de ladrões saquearam o país com sua corrupção”, disse Polyzonis.

Cartas Suicidas

Não são apenas os desempregados que estão sofrendo, empresas de sucesso também estão sentindo o impacto da crise econômica.

Veja o exemplo da empresa Vitamin Ad, uma bem-sucedida agência publicitária com sede em Atenas, que até recentemente estava discutindo uma possível fusão com uma das maiores produtoras da Grécia. O acordo foi abandonado quando, em meados de setembro, o diretor da empresa, Michael Kriadis, se atirou da varanda do seu escritório, em um quarto andar, deixando mensagens para a família e empregados. Acredita-se que, no momento em que Kriadis morreu, Vitamin Ad tinha dívidas de cerca de 400 mil euros (US\$ 976 mil). Os clientes da empresa, no entanto, deviam à agência quase 5 milhões de euros (US\$ 12 milhões).

“Michael nunca fazia empréstimos pessoais, sempre pagava seus impostos em dia”, disse seu amigo, o jornalista Costas Cavathas.

“Ultimamente, homens de negócios estão se sentindo realmente desesperados. Quatro em Creta, outro em Kalamata e um outro em Esparta cometeram suicídio porque não podiam pagar suas dívidas, todo mundo está no limite”, disse o jornalista.

A pressão sobre os que gerenciam empresas na Grécia é enorme porque mesmo que as empresas sejam bem-sucedidas, meses podem se passar sem que haja qualquer entrada de receita.

Nos últimos anos, foi sendo criado um sistema pelo qual pagamentos são adiados com o uso de cheques pré-datados. Basta que o número de cheques pré-datados devolvidos por falta de fundos ultrapasse um certo limite para que uma empresa se veja incapaz de cobrir sua folha de pagamentos ou pagar seus empréstimos.

Exclusão Social

“A Grécia costumava ter o menor índice de suicídios da Europa”, disse Bakiari, da ONG de prevenção ao suicídio Klimaka.

“O peso da crise é simplesmente maior do que a capacidade desta sociedade de sustentá-lo, o que esse país realmente precisa é de um plano nacional para a prevenção de suicídios com mais serviços do que temos no momento”.

Mas o governo grego, com o cinto apertado, não ofereceu qualquer ajuda financeira adicional à Klimaka. E apesar do aumento na demanda por serviços desse tipo, há poucas chances de que novas políticas de saúde sejam implementadas em um período de cortes tão drásticos.

No escritório da Klimaka, George Barcouris recebeu uma proposta que salvou sua vida: ele foi convidado a trabalhar voluntariamente na estação de rádio da entidade, cujas transmissões abordam temas como depressão e exclusão social.

A Klimaka também prometeu ajudá-lo a resolver seu problema de moradia.

Ele sorri pela primeira vez ao dizer que agora tem uma razão para sair de casa pela manhã. E conta que agora se sente uma outra pessoa: útil, um membro da sociedade novamente.

“Sei que existem milhares na Grécia passando por experiências semelhantes à minha e quero dizer que nossos problemas são sociais, não mentais”, diz.

(Matéria publicada pelo site da agência de notícias BBC Brasil.
In: <http://bbc.in/1aX64yG> Acesso: 08/02/2013).

O professor deverá propor que os alunos:

– Releiam as questões e as análises apresentadas por Émile Durkheim a respeito do suicídio como um fenômeno social e discutam entre si o conteúdo desta matéria, fazendo as relações devidas e necessárias.

– Pesquisem na internet reportagens sobre o aumento do número de casos de suicídios em outras regiões, outros contextos e outros momentos históricos, relacionando-os com a pesquisa e as conclusões de Durkheim. Exemplificamos com dois casos que tiveram alguma repercussão na mídia: a ameaça de suicídio em massa por parte de funcionários chineses da montadora de produtos eletrônicos Foxconn, em, 2012, e o suicídio cometido pelo jovem programador e ativista norte-americano Aaron Swartz, em janeiro de 2013.

Leituras de aprofundamento para o professor:

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CAPÍTULO 3 – “O QUE SE VÊ MAIS, O JOGO OU O JOGADOR?” INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Objetivos:

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o conceito de instituição social, entendido como um elemento-chave para a interpretação das relações sociais. Neste sentido, deve-se:

- 1 – Situar a relevância dos estudos sobre as instituições sociais;
- 2 – Analisar as relações entre indivíduos e instituições;
- 3 – Refletir sobre as dinâmicas sociais de algumas instituições contemporâneas;

4 – Identificar as principais características das instituições sociais contemporâneas.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Instituições sociais – família – educação – religião – Estado – Peter Berger – Émile Durkheim – Max Weber – Ernst Troeltsch – Claude Lévi-Strauss – Renato Monteiro Athias

Pesquisando e refletindo

Sugerimos como atividade de reflexão um debate sobre a letra da música “Família”, de Arnaldo Antunes e Toni Bellotto, gravada pela banda Titãs.

Questões para debater com a turma a partir da música:

1 – A identificação entre a letra da música e as famílias dos alunos: o que se repete? O que é diferente? Observar para os alunos que a “rotina” é uma característica importante para a consolidação das instituições – como é o caso da família.

2 – Em que momento da música a família foge à rotina ou ao futuro que é programado para cada um dos seus membros? Quando isso acontece, qual é a reação dos chefes da família? Conversar e identificar esse tipo de situação no cotidiano dos alunos, seus parentes ou vizinhos. Trazer esse debate para as questões apontadas no capítulo.

3 – Solicitar aos alunos que pesquisem sobre outras letras de música que se refiram ao tema *família*, estabelecendo comparações com o conteúdo da letra da música dos Titãs. Somente a título de sugestão, o professor citaria uma ou outra música para estimular a procura por parte dos alunos. Um exemplo interessante: a música “Hora do almoço”, de Belchior.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

POLIGAMIA FEZ E AINDA FAZ PARTE DA SOCIEDADE

Renato Monteiro Athias
JC Online, 27/10/2012

A Poligamia é uma prática muito antiga e encontramos referências nos textos bíblicos, ainda durante a época dos patriarcas. O nome tem origens gregas e significa muitos matrimônios, que é a união reprodutiva entre mais de dois indivíduos de uma espécie. Os casos mais típicos são a poliginia, em que um homem é casado com várias mulheres, e a poliandria, em que uma mulher vive casada com vários homens.

Existem casos de poliandria na África, atualmente na Costa do Marfim, entre os vários povos de sistema matrilinear. Lá é permitido que as mulheres tenham vários parceiros. A noção de infidelidade não é a mesma que nas sociedades ocidentais.

A poligamia já foi regra nos grupos humanos e em muitas sociedades essa prática ainda é permitida. No Império Romano, o imperador Valentiniano I, no século 4, autorizou os cristãos a terem duas esposas. Já no século 8, Carlos Magno, que mantinha o poder sobre a Igreja e o Estado, praticou a

poligamia, tendo seis, ou de acordo com algumas autoridades, nove esposas. Segundo Joseph Ginat, o autor de *Polygamous Families in Contemporary Society* (Famílias Poligâmicas na Sociedade Contemporânea), a Igreja católica desaprovou a prática, mas ocasionalmente sancionou segundos casamentos para líderes políticos.

A poligamia sempre esteve no centro do debate religioso. Como disse anteriormente, essa prática era totalmente aceita entre os patriarcas da Bíblia. E talvez aqui possamos lembrarnos de um desses personagens, Jacob, que teve oficialmente duas mulheres e doze filhos. Alguns desses filhos originários de outras mulheres. Essa prole viria a dar origem às doze tribos de Israel.

No Islamismo, por outro lado, ela tem sido praticada desde sempre (o próprio profeta Maomé teve 16 casamentos simultâneos). Hoje, continua a ser adotada em alguns países muçulmanos e está em processo de adoção em outros. O costume é regulamentado pelo Alcorão que tolera a poligamia e permite um máximo de quatro esposas.

Nos Estados Unidos, também é possível verificar a existência de um número significativo de praticantes, principalmente entre os Mórmons fundamentalistas, que assumem essa prática como permitida pelas escrituras cristãs, apesar da Igreja como um todo proclamar a monogamia.

Não podemos dizer que houve uma passagem da poligamia para a monogamia. Ou que todas as sociedades eram poligâmicas e que agora todas são monogâmicas. A prática da poligamia nas sociedades ocidentais é muito menor que nas sociedades não ocidentais.

Mesmo entre os índios no Brasil, a poligamia fazia parte de sua organização social. Tivemos notícias que, entre eles, ter mais de uma mulher era permitido para aqueles que tinham certos prestígios.

Já para o espiritismo, a poligamia é uma lei humana, que será abolida à medida que a humanidade esteja evoluindo, ou seja, que seja criada uma maior necessidade de afeição, que não seja a carnal.

Renato Monteiro Athias é Mestre e Doutor em Antropologia pela Universidade de Paris X (Nanterre). Atualmente é Professor de Antropologia da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. O artigo acima encontra-se disponível no site do Jornal do Commercio: <http://bit.ly/10rplE1> Acesso: 10/02/13

O professor deverá propor que os alunos:

– Expliquem o porquê da afirmação do texto, de que a poligamia faz parte da sociedade.

– Pesquisem na internet sobre outros casos de poligamia enquanto instituição social, tanto sob o ponto de vista da poliginia quanto da poliandria, buscando identificar as regras existentes nessas sociedades.

(2) Debatendo uma questão atual

PRIMEIRO CASAMENTO CIVIL HOMOAFETIVO DO ES É REALIZADO

Do Site G1 ES26/09/2012 18h09 - Atualizado em 26/09/2012 22h26
Casamento foi realizado na tarde desta quarta-feira (26).

União das jovens foi autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).

O primeiro casamento civil homoafetivo do Espírito Santo foi realizado na tarde desta quarta-feira (26), em Colatina, na região Centro-Oeste do estado. Na presença de parentes e amigos, as noivas Ediana Calixto, de 23 anos, e Kamila Roccon, de 20 anos, trocaram alianças. A união foi autorizada pelo Tribunal de Justiça Estadual (TJES) no dia 20 de setembro, após ser suspensa por que o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) recorreu da decisão ao entender que o registro da união não competia a Vara da Fazenda Pública, mas, sim, a Vara da Família.

“Estou muito feliz, finalmente estou com as mãos na certidão de casamento. Valeu a pena todo o esforço, é muita alegria”, disse Kamila Roccon.

O juiz Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon, da 1ª Vara da Família de Colatina, foi quem autorizou o casamento entre as jovens. “Os enlances familiares de qualquer espécie, desde que pautados na afetividade, estabilidade e ostensividade, estão sob as regras do Direito de Família. Sendo assim, onde houver afeto entre duas pessoas, respeito, solidariedade, comunhão de vida, ética familiar, ostensividade e intenção de constituir família, haverá uma união familiar tutelada pelo direito”, defendeu Salomão Akhnaton.

Preconceito

Por não ser uma união entre um homem e uma mulher, a jovem disse que ela e a companheira enfrentam muitos preconceitos, principalmente da própria família. Durante o tempo em que o casamento ficou suspenso pela Justiça, as namoradas fingiram estar separadas.

“Era muita cobrança, principalmente para Kamila. Os pais dela não querem que fiquemos juntas. Quando o casamento foi barrado pela Justiça, eles disseram para ela esquecer a história, esquecer da gente. Durante umas três semanas, fingimos que estávamos brigadas, que tínhamos terminado tudo. Certa vez, a gente estava no quarto e a tia dela chegou do nada, eu precisei pular a janela e me esconder”, contou Ediana em entrevista ao G1, por telefone, no dia 20 de setembro.

Diferença entre união estável e casamento civil

Há pouco mais de um ano, no dia 10 de setembro de 2011, aconteceu a primeira união homoafetiva no Espírito Santo e envolveu um policial militar. De acordo com o TJ-ES, no caso das meninas, se trata de um casamento civil diferente da união estável.

De acordo com a juíza Janete Pantaleão, a união estável acontece independente dos sexos, mas para garantir benefícios como plano de saúde e registro de filhos é necessário recorrer à Justiça. “Já o casamento civil é um documento oficial que garante todos os direitos perante a sociedade”, explicou Pantaleão.

<http://glo.bo/RiOufb> Acesso: 11/02/13.

– Propor aos alunos a releitura da seção deste capítulo que trata da família como instituição social e, com base em um ponto de vista sociológico, dissertem a respeito da reportagem acima.

Leituras de aprofundamento para o professor:

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. “O que é uma instituição social?” e “Socialização: como ser um membro da sociedade”. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Orgs.) *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 2007, p. 163-181.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. “Instituições”. In: _____. *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993, p. 300-307.

CAPÍTULO 4 – “TORRE DE BABEL”: CULTURAS E SOCIEDADES

Objetivos:

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o conceito de cultura, as formas de abordagens sociológicas e antropológicas, e os processos e as dinâmicas que envolvem a definição de cultura nas diferentes sociedades. Dessa forma, deve-se:

- 1 – Apresentar a noção de cultura na perspectiva do senso comum;
- 2 – Analisar o conceito na perspectiva da representação da realidade e na perspectiva antropológica;
- 3 – Refletir e introduzir a perspectiva sobre as sociedades multiculturais.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Cultura – senso comum – representação – sociedades multiculturais – Denys Cuhe – Norbert Elias – Roberto DaMatta – Manuela Carneiro da Cunha

Pesquisando e refletindo

Além das propostas que constam no livro, sugerimos, como alternativa ou complemento às aulas, a realização de uma pesquisa, para a qual apresentamos uma proposta:

Dividir a turma em equipes e propor que cada uma faça uma pesquisa no bairro (onde residem ou onde fica a escola), na cidade ou na região, levantando informações sobre uma determinada *manifestação cultural*, definida dessa forma pela própria equipe. O professor deverá considerar a definição de cultura presente no texto, que dá a dimensão da amplitude do tema da pesquisa a ser realizada. Os alunos poderão apresentar dados históricos coletados através de entrevistas, expor fotografias cedidas por moradores ou pelos integrantes do “grupo cultural” (se for o caso) pesquisado, ou até mesmo, se a proposta couber, organizar uma *apresentação cultural* na sala de aula ou na escola. Se esta última for a opção escolhida, o professor poderia aproveitar a oportunidade e planejar, com a devida antecedência, uma atividade interdisciplinar, envolvendo professores de outras matérias relacionadas ao tema, além de outras turmas.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

O PATRIMÔNIO DA DIFERENÇA

Manuela Carneiro da Cunha

No domínio da diferença, a questão da língua sempre foi sensível: é provavelmente o traço mais reconhecível de todo grupo étnico. Há pouco tempo ainda se proibia falar ou publicar em catalão na Espanha, com a consequência – curiosa, aliás – de que há toda uma geração catalã que não sabe escrever sua língua porque apenas a falava em casa, clandestinamente.

A ideia de que cada país deva falar uma única língua faz parte de uma concepção de Estado do século 18, assente em uma única comunidade homogênea em todos os seus aspectos: religiosos, linguísticos, culturais em geral. Ora, países como esses são a exceção, e não a regra.

Mas, durante pelo menos dois séculos, tentou-se no Ocidente dar realidade a essa utopia. No Brasil não foi diferente. Em 1755, o marquês de Pombal exigiu o uso do português e proibiu o do nheengatu, um tupi gramaticalizado pelos jesuítas e introduzido pelos missionários na Amazônia.

Nos últimos 20 anos, a situação mudou consideravelmente: na Constituição de 1988 se assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas no ensino fundamental e agora abundam cartilhas em línguas indígenas. Há alguns anos, o município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, reconheceu quatro línguas oficiais, das quais três são indígenas. E, agora, o IBGE anuncia que incluirá as línguas indígenas nas perguntas do próximo Censo.

Todas essas iniciativas marcam uma distância clara da ideologia assimilacionista de algumas décadas atrás. A diferença linguística – e o Brasil tem pelo menos 190 línguas indígenas – passou a ser vista como patrimônio. Dessas 190 línguas e dialetos, a grande maioria é falada por menos de 400 pessoas. Ora, a estrutura e a gramática das línguas encerram toda uma visão de mundo: Benveniste mostrou, por exemplo, que as categorias da filosofia de Aristóteles eram as próprias categorias gramaticais do grego. Calculem os riscos que corremos.

Manuela Carneiro da Cunha é antropóloga e professora da Universidade de Chicago. O texto selecionado é a parte final de artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 12 de julho de 2009.

Com base na leitura, os alunos:

– Considerando o que a autora descreve a respeito das línguas catalã e indígenas brasileiras, estabelecerão as relações necessárias com as questões apresentadas neste capítulo sobre o tema *cultura*.

– Pesquisarão e identificarão, com a ajuda do professor, os seguintes termos que são apresentados no texto: *grupo étnico, comunidade homogênea, ideologia assimilacionista, patrimônio, categorias*.

(2) Debatendo uma questão atual

EVOLUÇÃO HUMANA É ACELERADA POR TECNOLOGIA

Teoria associa melhores padrões de vida e nutrição a mudanças no corpo no último século

Patricia Cohen
Do The New York Times

Durante quase três décadas, o economista e ganhador do Prêmio Nobel Robert W. Fogel e um punhado de colegas pesquisaram o que o tamanho e forma do corpo humano têm a dizer sobre as mudanças econômicas e sociais ao longo da História e vice-versa. Seus estudos originaram um novo ramo da historiografia e uma provocadora teoria, segundo a qual a tecnologia acelerou a evolução humana de forma sem precedentes no último século.

No mês que vem, a Cambridge University Press publica o epitome desta investigação, *The changing body: Health, nutrition and human development in the Western World since 1700* (em tradução livre, *O corpo em mutação: saúde, nutrição e desenvolvimento humano no mundo ocidental desde 1700*). O livro, que resume o trabalho de dezenas de pesquisadores, vai realimentar o debate das teorias de Fogel sobre o que alguns consideram o mais significativo avanço da Humanidade.

Fogel e seus coautores, Roderick Floud, Bernard Harris e Sok Chul Hong, defendem que “na maior parte, se não em todo mundo, o tamanho, forma e longevidade do corpo humano mudaram mais substancialmente, e mais rapidamente, ao longo dos últimos 300 anos do que nos vários milênios anteriores”. E destacam que essas alterações aconteceram num espaço de tempo que é “diminuto nos padrões da evolução darwiniana”.

– O ritmo da mudança tecnológica e fisiológica do homem no século XX é impressionante – diz Fogel, que dirige o Centro de Economia das Populações da Universidade de Chicago. — Além disso, a sinergia entre as melhoras na tecnologia e na fisiologia é maior do que a simples soma das duas.

Mais acesso à saúde e ao saneamento básico

Essa evolução “tecnofisiológica” impulsionada pelos avanços na produção de alimentos e saúde pública ultrapassou tanto a evolução tradicional que os autores argumentam que as pessoas de hoje são diferentes não só de outras espécies, mas de todas as gerações anteriores de *Homo sapiens* também.

– Não sei de nada mais importante na História humana do que as melhorias na saúde, que incluem altura, peso, capacidades e longevidade – diz Samuel H. Preston, da Universidade da Pensilvânia, acrescentando que, sem os avanços na nutrição, saneamento e medicina do século XX, só metade da atual população dos EUA estaria viva hoje.

Para citar alguns exemplos, em 1850 o americano médio media 1,70m de altura, pesava 66 quilos e tinha uma expectativa de vida de 45 anos. Já nos anos 1980, o americano típico de 30 anos tinha cerca de 1,78m de altura, pesava 79 quilos e provavelmente passaria dos 75 anos de idade. Do outro lado do Atlântico, na época da Revolução Francesa, um francês nos seus 30 anos pesava cerca de 50 quilos, contra os 77 quilos atuais.

“O corpo em mutação” está cheio de tabelas e gráficos que são testemunhos do acúmulo de informação. Mas seu argumento básico é simples: a saúde e nutrição das mulheres grávidas e de seus filhos contribuem para a força e longevidade da geração seguinte. Se os bebês não recebem nutrição suficiente no útero e na infância, ficarão mais frágeis e vulneráveis a doenças mais tarde. Estes adultos enfraquecidos gerarão, por sua vez, filhos mais fracos.”

(Matéria publicada em *O Globo*, 28 de abril de 2011, p. 36)

– Com base na leitura, os alunos responderiam de que forma o conceito de cultura pode explicar as mudanças no corpo humano descritas na matéria?

Leituras de aprofundamento para o professor:

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAPÍTULO 5 – “SEJAM REALISTAS: EXIJAM O IMPOSSÍVEL!” IDENTIDADES SOCIAIS E CULTURAIS

Objetivos:

Apresentar o conceito de *identidade social e cultural*, sob a perspectiva de teóricos da Sociologia e do novo campo interdisciplinar intitulado *Estudos Culturais*. Para alcançar esse objetivo, pretende-se:

1 – Sistematizar sinteticamente o conceito de identidade, da forma como foi abordado por George Herbert Mead, Erving Goffman e Stuart Hall.

2 – Levantar a questão da pertinência de categorias desenvolvidas na perspectiva dessa temática, tais como “condição juvenil” (de Juarez Dayrell e Juliana Batista Reis) e “identidade brasileira”.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Identidade cultural – identidade social – modernidade e pós-modernidade – juventude – condição juvenil – identidade brasileira – Herbert Mead – Erving Goffman – Stuart Hall – Juarez Dayrell – Juliana Batista Reis

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento sugerido como atividade de reflexão é um debate sobre a letra da música “Como nossos pais”, de Belchior, gravada por Elis Regina. Para isso, seria importante que os alunos tivessem cópia da letra da música, com a qual poderiam acompanhar a audição da gravação feita pela cantora.

– Questões que poderiam ser desenvolvidas com a turma a partir da música:

1 – Relacionar a letra da música com o tema do capítulo

(iniciar com um debate em aberto, a partir da percepção e da sensibilidade dos alunos);

2 – Contextualizar historicamente a letra, fazendo referência ao golpe civil-militar de 1964 e suas consequências para a juventude da época. Citar, por exemplo, a estrofe “(...) Há perigo na esquina: eles venceram e o sinal está fechado prá nós, que somos jovens...”. Afinal, por que o “sinal está fechado”? Por que estaria fechado somente para os jovens?;

3 – Discutir o que se pode entender como *identidade jovem*, diferenciando a juventude urbana da década de 1960 com a realidade dos estudantes da escola;

4 – Provocar um debate sobre o conflito geracional e as diferenças de perspectiva e de postura entre jovens e adultos, filhos e pais, alunos e professores. Se a turma gostar de rock, uma boa indicação é contrapor a letra de Belchior à de Pete Townshend (da banda inglesa The Who), *My generation* (Minha geração), que marcou a década de 1960. Tendo em mãos a tradução da letra, chamar atenção para a frase “Espero morrer antes de ficar velho”. Debater com os estudantes: por que eles afirmam isso? Outra opção interessante para estimular o debate – ainda no âmbito da utilização do rock – é recorrer à música *I don't want to grow up* (“Eu não quero crescer”), do grupo de punk Ramones. Veja a tradução da letra em <http://bit.ly/17Kbn5Y> Acesso: fevereiro/2013.

5 – Comentar a frase “o novo sempre vem...”. O que os jovens acham a respeito? Concordam com a ideia de que podemos apostar na mudança da sociedade? Como é que o “novo” pode de fato “vir”? De que jeito? Ou a turma acha que as novas gerações recaem sempre no conservadorismo, ou seja, que “ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais”? Julgamos importante, caso se opte pela dinâmica que apresentamos, complementar o debate com a exibição do filme “Diários de Motocicleta”, de Walter Salles, indicado no livro, que estabelece um ponto de vista bem distinto da música.

6 – No fim, retomar o tema do capítulo: existiria ou não uma *identidade jovem*? Por quê?

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

AS CULTURAS NACIONAIS COMO COMUNIDADES IMAGINADAS

Stuart Hall

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial.

O filósofo conservador Roger Scruton argumenta que:

“A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar” (SCRUTON, 1986, p. 156).

Ernest Gellner, a partir de uma posição mais liberal, também acredita que sem um sentimento de identificação nacional o sujeito moderno experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva:

“A ideia de um homem (sic) sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal “ (GELLNER, 1983, p. 6).

O argumento que estarei considerando aqui é que, na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *ideia* da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (SCHWARZ, 1986, p.106).

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade.

O sociólogo Stuart Hall nasceu em Kingston, Jamaica, em 1932, e leciona na Open University, Inglaterra. O texto acima é um fragmento extraído da sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 47-50.

Referências utilizadas pelo autor no fragmento acima:

GELLNER, E. *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983.

SCHWARZ, B. Conservatism, nationalism and imperialism. In: DONALD, J.; HALL, S. (Orgs.). *Politics and ideology*. Milton Keynes: Open University Press, 1986.

SCRUTON, R. Authority and allegiances. In: DONALD, J.; HALL, S. (Orgs.). *Politics and ideology*. Milton Keynes: Open University Press, 1986.

– Com base na leitura, propor que o aluno explique a seguinte frase: “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos”.

(2) Debatendo uma questão atual

LEIA COM ATENÇÃO A HISTÓRIA QUE SEGUE, CONTADA PELO ESCRITOR E RADIALISTA MICHAEL IGNATIEFF:

São quatro horas da manhã. Estou no posto de comando da milícia sérvia local, em uma casa de fazenda abandonada, a 250 metros da linha de frente croata... não na Bósnia, mas nas zonas de guerra da Croácia central. O mundo não está mais olhando, mas toda noite as milícias croatas e sérvias trocam tiros e, às vezes, pesados ataques de bazuca.

Esta é uma guerra de cidade pequena. Todo mundo conhece todo mundo: eles foram, todos, à escola juntos; antes da guerra, alguns deles trabalhavam na mesma oficina; namoravam as mesmas garotas. Toda noite, eles se comunicam pelo rádio “faixa do cidadão” e trocam insultos – tratando-se por seus respectivos nomes. Depois saem dali para tentar se matar uns aos outros.

Estou falando com soldados sérvios – reservistas cansados, de meia-idade, que preferiam estar em casa, na cama. Estou tentando compreender por que vizinhos começam a se matar uns aos outros. Digo, primeiramente, que não consigo distinguir entre sérvios e croatas. “O que faz vocês pensarem que são diferentes?”

O homem com quem estou falando pega um maço de cigarros do bolso de sua jaqueta cáqui. “Vê isto? São cigarros sérvios. Do outro lado, eles fumam cigarros croatas.”

“Mas eles são, ambos, cigarros, certo?”

“Vocês estrangeiros não entendem nada” – ele dá de ombros e começa a limpar a metralhadora *Zastova*.

Mas a pergunta que eu fiz incomoda-o, de forma que, alguns minutos mais tarde, ele joga a arma no banco ao lado e diz: “Olha, a coisa é assim. Aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Eles pensam que são europeus finos e tudo o mais. Vou lhe dizer uma coisa. Somos todos lixo dos Balcãs.” (IGNATIEFF, 1994, p. 1-2. Texto extraído de WOODWARD, 2000, p. 7-8).

Referências do texto:

IGNATIEFF M. *The narcissism of minor differences*. Pavis Centre Inaugural Lecture, Milton Keynes: The Open University, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

– Propor que os alunos reflitam sobre as situações de “rivalidades” que têm conhecimento ou vivenciam no dia a dia, tanto na escola (entre alunos de turmas ou de séries diferentes) ou no bairro onde residem (entre jovens de uma rua e de outra), debatendo na turma as conclusões a que chegaram.

Leituras de aprofundamento para o professor:

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009. [Obs.: O livro apresenta textos de Kathryn Woodward e Stuart Hall].

CAPÍTULO 6 - “SER DIFERENTE É NORMAL”: AS DIFERENÇAS SOCIAIS E CULTURAIS

Objetivos:

O objetivo deste capítulo é a reflexão e análise da ideia de diferença social e cultural e apresentar as reflexões sobre os conceitos de etnocentrismo e interculturalidade. Neste sentido, deve-se:

- 1 – Apresentar a problemática sobre as tensões entre igualdade e diferença;
- 2 – Diferenciar desigualdade social e diferenças sociais e culturais;
- 3 – Analisar o conceito de etnocentrismo nos processos sociais;
- 4 – Refletir sobre o conceito de interculturalidade e suas relações com o etnocentrismo.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Diferenças culturais – diferenças sociais – etnocentrismo – interculturalidade – Antônio Flávio Pierucci – William G. Summer – Catherine Walsh – Everardo Rocha

Pesquisando e refletindo

– Sugerimos para uma atividade de reflexão deste capítulo a leitura de: UNESCO. *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*. XXXI Conferência Geral. Paris, 2001.

A leitura da Declaração é interessante para desenvolver a imaginação sociológica dos estudantes, pois, numa reflexão coletiva em sala de aula, pode promover um intercâmbio sobre as diversas experiências cotidianas. Dividido em 12 artigos, o

texto da Declaração seria discutido em grupos e o professor solicitaria, por escrito, um comentário crítico de cada artigo. Ao final da discussão, seria interessante registrar as conclusões e reflexões no caderno ou confeccionar cartazes para exposição na escola. A declaração na íntegra está disponível em: <http://bit.ly/txuRS>

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

O QUE É ETNOCENTRISMO

Everardo Rocha

(...) A diferença é ameaçadora porque fere nossa própria identidade cultural. O monólogo etnocêntrico pode, pois, seguir um caminho lógico mais ou menos assim: Como aquele mundo de doidos pode funcionar? Espanto! Como é que eles fazem? Curiosidade perplexa? Eles só podem estar errados ou tudo o que eu sei está errado! Dúvida ameaçadora?! Não, a vida deles não presta, é selvagem, bárbara, primitiva! Decisão hostil!

O grupo do “eu” faz, então, da sua visão a única possível ou, mais discretamente se for o caso, a melhor, a natural, a superior, a certa. O grupo do “outro” fica, nessa lógica, como sendo engraçado, absurdo, anormal ou ininteligível. Este processo resulta num considerável reforço da identidade do “nosso” grupo. No limite, algumas sociedades chamam-se por nomes que querem dizer “perfeitos”, “excelentes” ou, muito simplesmente, “ser humano” e ao “outro”, ao estrangeiro, chamam, por vezes, de “macacos da terra” ou “ovos de piolho”. De qualquer forma, a sociedade do “eu” é a melhor, a superior, representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do “outro” é atrasada. E o espaço da natureza. São os selvagens, os bárbaros. São qualquer coisa menos humanos, pois, estes somos nós. O barbarismo evoca a confusão, a desarticulação, a desordem.

O selvagem é o que vem da floresta, da selva que lembra, de alguma maneira, a vida animal. O “outro” é o “aquém” ou o “além”, nunca o “igual” ao “eu”.

O que importa realmente, neste conjunto de ideias, é o fato de que, no etnocentrismo, uma mesma atitude informa os diferentes grupos. O etnocentrismo não é propriedade, como já disse, de uma única sociedade, apesar de que, na nossa, revestiu-se de um caráter ativista e colonizador com os mais diferentes empreendimentos de conquista e destruição de outros povos.

A atitude etnocêntrica tem, por outro lado, um correlato bastante importante e que talvez seja elucidativo para a compreensão destas maneiras exacerbadas e até cruéis de encarar o “outro”. Existe realmente, paralelo à violência que a atitude etnocêntrica encerra, o pressuposto de que o “outro” deva ser alguma coisa que não desfrute da palavra para dizer algo de si mesmo.

Creio que é necessário examinar isto melhor e vou fazê-lo através de uma pequena estória que me parece exemplar.

Ao receber a missão de ir pregar junto aos selvagens

um pastor se preparou durante dias para vir ao Brasil e iniciar no Xingu seu trabalho de evangelização e catequese. Muito generoso, comprou para os selvagens contas, espelhos, pentes, etc.; modesto, comprou para si próprio apenas um moderníssimo relógio digital capaz de acender luzes, alarmes, fazer contas, marcar segundos, cronometrar e até dizer a hora sempre absolutamente certa, infalível. Ao chegar, venceu as burocracias inevitáveis e, após alguns meses, encontrava-se em meio às sociedades tribais do Xingu distribuindo seus presentes e sua doutrinação. Tempos depois, fez-se amigo de um índio muito jovem que o acompanhava a todos os lugares de sua pregação e mostrava-se admirado de muitas coisas, especialmente, do barulhento, colorido e estranho objeto que o pastor trazia no pulso e consultava frequentemente. Um dia, por fim, vencido por insistentes pedidos, o pastor perdeu seu relógio dando-o, meio sem jeito e a contragosto, ao jovem índio.

A surpresa maior estava, porém, por vir. Dias depois, o índio chamou-o apressadamente para mostrar-lhe, muito feliz, seu trabalho. Apontando seguidamente o galho superior de uma árvore altíssima nas cercanias da aldeia, o índio fez o pastor visar, não sem dificuldade, um belo ornamento de penas e contas multicores tendo no centro o relógio. O índio queria que o pastor compartilhasse a alegria da beleza transmitida por aquele novo e interessante objeto. Quase indistinguível em meio às penas e contas e, ainda por cima, pendurado a vários metros de altura, o relógio, agora mínimo e sem nenhuma função, contemplava o sorriso inevitavelmente amarelo no rosto do pastor. Fora-se o relógio.

Passados mais alguns meses o pastor também se foi de volta para casa. Sua tarefa seguinte era entregar aos superiores seus relatórios e, naquela manhã, dar uma última revisada na comunicação que iria fazer em seguida aos seus colegas em congresso sobre evangelização. Seu tema: “A catequese e os selvagens”. Levantou-se, deu uma olhada no relógio novo, quinze para as dez. Era hora de ir. Como que buscando uma inspiração de última hora examinou detalhadamente as paredes do seu escritório. Nelas, arcos, flechas, tacapes, bordunas, cocares, e até uma flauta formavam uma bela decoração. Rústica e sóbria ao mesmo tempo, trazia-lhe estranhas lembranças. Com o pé na porta ainda pensou e sorriu para si mesmo. Engraçado o que aquele índio foi fazer com o meu relógio.

Everardo Rocha é Doutor em Antropologia pelo Museu Nacional/ UFRJ e Professor da PUC-RJ. O texto acima é um fragmento de seu livro *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 5-7.

– Com base na leitura, os alunos deverão responder qual dos dois personagens da história contada pelo autor teve uma atitude que podemos caracterizar como etnocêntrica, justificando a resposta.

(2) Debatendo uma questão atual

ASSASSINA DO METRÔ DIZ TER SE VINGADO DO 11/9

Diário SP, 31/12/2012

Erika Menendez foi presa sábado após ser reconhecida por gravações. Ela pode ficar presa para sempre.

A mulher que empurrou e matou um homem no Metrô de Nova York, na semana passada, justificou o crime dizendo que queria se vingar do atentado do 11 de setembro, que ocorreu em 2001. Erika Menendez, de 31 anos, será processada por crime de ódio, aguardando o julgamento na prisão.

“Eu empurrei um muçulmano nos trilhos do Metrô porque odeio hindus e muçulmanos desde 2001, quando eles derrubaram as torres gêmeas. Eu estava me vingando”, disse ela a policiais.

Sobre o caso, Richard A. Brown, promotor do Queens, disse que a vítima – identificada como Sunando Sen – foi “empurrada de costas, sem o direito de se defender” e a ação calculada e premeditada de Erika “não deve ser tolerada em uma sociedade civilizada”. Se condenada, ela pode receber a pena de prisão perpétua.

O crime aconteceu na noite de quinta-feira, quando Sen, de 46 anos, esperava o Metrô na estação do Queens. Quando o trem estava chegando à plataforma, a mulher empurrou o homem nos trilhos. Ele estava de costas e não conseguiu se segurar, morrendo na hora. Erika tentou fugir, mas foi reconhecida após a polícia divulgar vídeos de câmeras de segurança. Testemunhas informaram que ela foi vista falando sozinho e rondando a plataforma antes de cometer o crime. Segundo o *New York Times*, Sen nasceu na Índia e foi criado sob as tradições hindus. Ele era dono de um pequeno negócio em Nova York.”

In.: <http://bit.ly/16GMH9S> Acesso: 10/02/13.

– Com base na leitura, a turma deverá debater a notícia apresentada, relacionando-a com os conteúdos do capítulo estudado, em especial sobre os conceitos de etnocentrismo e interculturalidade.

Leituras de aprofundamento para o professor:

CANAU, Vera Maria. (Org.). *Diferenças culturais e educação*. Construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CAPÍTULO 7 - “A MATRIX ESTÁ EM TODA PARTE...”: IDEOLOGIA E VISÕES DE MUNDO

Objetivos:

O objetivo central deste capítulo é apresentar a discussão sobre o conceito de ideologia. A partir de frases expressas por pessoas famosas e que surgem em nosso cotidiano, inclusive escolar, introduzir este conceito e situá-lo nas definições de alguns autores. Portanto, deve-se:

- 1 – Apresentar o conceito e suas definições clássicas;
- 2 – Debater o conceito a partir de situações sociais vivenciadas nas escolas;
- 3 – Refletir sobre o conceito a partir de relações sociais concretas entre grupos e indivíduos.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Ideologia – visões de mundo – utopia – Vladimir Lênin – Pierre Bourdieu – Jean Claude Passeron – Karl Marx – Friedrich Engels – Karl Mannheim – Antônio Gramsci – Marilena Chauí

Pesquisando e refletindo

– Uma sugestão interessante para uma atividade de reflexão deste capítulo é a exibição, seguida de debate, do filme *MATRIX* (*The Matrix*, EUA, 1999). (Ver sinopse em *Filme Destaque*, livro do aluno)

Em 2003, um professor do Rio de Janeiro, para que seus alunos entendessem o conceito de ideologia, utilizou uma reflexão sobre o filme *The Matrix*, e encontrou grande receptividade entre os adolescentes. Até aquele ano, segundo esse professor, o conceito de ideologia era trabalhado só através de textos teóricos e de exemplos dados por ele.

Com a introdução da linguagem do filme, na medida em que explorou-se uma realidade virtual, os alunos demonstraram habilidades de compreensão de um conceito abstrato, pois o professor construiu uma analogia entre a ideologia e a ideia de que vivemos em um mundo dominado por uma Matrix – ou seja, determinado por ideias preconcebidas, fabricadas em algum lugar por algumas pessoas, e que se constituíam, às vezes, como ideias de toda a sociedade. Lembramos que o filme descreve uma sociedade dominada por uma máquina chamada Matrix e que todas as ações humanas já estavam predeterminadas. Com a utilização de imagens espetaculares, histórias de ficção que movimentam a imaginação e a fantasia, é que foi possível, pela primeira vez nas aulas desse professor, uma compreensão abstrata e imediata, por parte da maioria dos alunos. Como a trilogia Matrix tem uma duração de 7 horas e 4 minutos, sugerimos que o professor faça somente a exibição da primeira parte e que incentive os alunos a assistirem as outras duas partes.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

A IDEOLOGIA EM GERAL, ESPECIALMENTE A ALEMÃ

Karl Marx e Friedrich Engels

A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e como *realmente* são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade.

A produção de ideias, de representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.

Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento, mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como do próprio indivíduo vivo; na segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como *sua* consciência.

(Fragmento da obra *A ideologia alemã*, de Marx e Engels. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 36-38).

Com base na leitura do texto, propor que os alunos:

– Pesquisem no dicionário alguns termos que talvez não conheçam (como, por exemplo, “metafísica”). Após a pesquisa dos significados, fazer a releitura do texto.

– Existem definições distintas para o termo *ideologia*, entre as quais a apresentada por Marx e Engels. Destacar do texto as frases em que os autores definem, de alguma forma, *ideologia*.

– Expliquem, com suas próprias palavras, a seguinte frase: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.

(2) Debatendo uma questão atual

MORALISMO E PRECONCEITO NÃO COMBATEM AS DROGAS

Paula Castro

A questão do combate ao tráfico de drogas continua sob a suspeita do moralismo e da hipocrisia, enquanto não se define o foco do problema. Um dos desvios está no conceito do que é ou não é droga: mal se suspeita que cigarros, charutos, cerveja, uísque, também sejam drogas, tanto quanto maconha, cocaína, heroína, crack, opi, ou seja, tudo farinha do mesmo saco. Mas o Estado teima em não cobrar impostos da cocaína, heroína e derivados, prefere gastar (não investir) dinheiro no “combate ao tráfico”. Mas para efeito da repressão até o policial pode beber, mas o usuário da maconha é que está fora da lei – aliás, a questão do alcoolismo entre policiais civis e militares também é sublimada por uma atitude corporativista, como se não existisse e não refletisse na atuação desses profissionais. Para efeito de educação, os pais podem beber nos fins (ou durante) de semana, com os amigos, ao redor da churrasqueira do quintal, mas o filho adolescente não pode fumar maconha (embora lhe seja permitido beber cerveja, uísque etc.).

O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo divulgou dados de uma pesquisa realizada nacionalmente e ali está demonstrado que 17% das prisões relacionadas a drogas em São Paulo são ilegais, feitas com a entrada da polícia na casa do suspeito sem mandado judicial. Ninguém invade “casa de bêbado”. O professor da FGV-Rio e ex-secretário nacional de Justiça, Pedro Abramovay, afirma que os agentes públicos não respeitam garantias legais quando aplicam a Lei de Drogas: “A cegueira causada pela ideologia da guerra às drogas leva à suspensão da Constituição”.

A lei diferencia usuários e traficantes, mas não dá parâmetros para o enquadramento legal dos suspeitos. Isso fica, em geral, a critério do policial e reflete o quanto o país está sem uma política clara para a abordagem da questão da droga. Enquanto libera e até incentiva o consumo de algumas drogas, consideradas “sociais”, mas que são as que mais dão prejuízos à economia, outras drogas são “caçadas” pelo preconceito. Esse moralismo não está levando senão a investimentos altíssimos na repressão do que não se sabe bem o quê.

Matéria publicada no jornal Em TEMPO OnLINE, em 14 de fevereiro de 2013.

Disponível em: <http://bit.ly/17sWq4z> _ Acesso: fevereiro/2013

– Por que a autora do texto classifica a guerra às drogas como cega e ideológica? Propor um debate na turma se o sentido dado à ideologia, nesse texto, se encaixa com as definições descritas no capítulo.

Leituras de aprofundamento para o professor:

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*. São Paulo: Cortez, 1985.

CAPÍTULO 8 – “GANHAVA A VIDA COM MUITO SUOR E MESMO ASSIM NÃO PODIA SER PIOR.” O TRABALHO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA HISTÓRIA DAS SOCIEDADES

Objetivos:

Caracterizar a forma assumida pelo trabalho nas diferentes sociedades humanas através da História e apresentar os conceitos sociológicos de estratificação social e mobilidade social. Para este fim, o capítulo pretende:

1 – Apresentar conceitos introdutórios das ciências econômicas, relacionando-os ao conceito de modo de produção;

2 – Caracterizar o trabalho e as desigualdades sociais ao longo da História da humanidade;

3 – Exemplificar tipos de estratificação social e de mobilidade social, em sociedades distintas;

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Trabalho – modo de produção – relações de produção – elites – desigualdade social – estratificação social – mobilidade social Karl Marx – Friedrich Engels – Max Weber – Pierre Clastres – Gaetano Mosca – Robert Michels – Vilfredo Pareto – Marshall Sahlins – Louis Dumont – Celi Scalón – José Ribamar Bessa Freire

Pesquisando e refletindo

Sugerimos que o professor proponha uma pesquisa tendo como tema “o trabalho nas sociedades indígenas”. Há diversos livros e sites que podem ser consultados e seria importante que os alunos se informassem sobre povos indígenas diferentes, comparando as características entre um e outro. O resultado desse trabalho pode ser apresentado por escrito, mas é importante também que os alunos sejam estimulados a apresentá-lo oralmente diante da turma, permitindo que o professor faça perguntas e provoque o debate entre todos.

Por fim, o professor poderia surpreender com um “fecho de ouro”: convidar o(s) representante(s) de alguma etnia indígena que se apresente(m) na escola e faça(m) um debate com os alunos. Dependendo da localização da escola, essa proposta não deve ser difícil de ser realizada, inclusive porque há interesse dos povos indígenas em divulgar sua cultura, como uma forma de luta contra o preconceito e a discriminação, assim como para obter apoio pela preservação do seu povo e dos seus costumes. Importante ressaltar que nesse momento de apresentação e debate, o assunto em pauta não se restrinja ao tema do “trabalho nas sociedades indígenas”, mas sobre a cultura indígena como um todo.

É fundamental contar com o apoio da direção/ coordenação pedagógica na realização do evento, que pode e deve mobilizar toda escola. Não é preciso que ele ocorra só em abril, mês da comemoração do “Dia do Índio”. Essa opção “reduz” o potencial da discussão, em função de “folclorizar” um tema tão importante e urgente. Deve-se ressaltar, como argumento fundamental para garantir a realização do projeto na escola, a obrigatoriedade dos sistemas de ensino em cumprir a

Lei 11.645/2008, que discorre sobre a necessidade do ensino de histórias e culturas dos povos indígenas brasileiros.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

CINCO EQUÍVOCOS SOBRE A CULTURA INDÍGENA BRASILEIRA

José Ribamar Bessa Freire

PRIMEIRO EQUÍVOCO: O ÍNDIO GENÉRICO

A maioria das pessoas imagina que os índios têm uma única cultura, que compartilham das mesmas crenças e língua. Esse pensamento não é verdadeiro. Se fosse, os índios TUKANO, DESANA, MUNDURUKU, WAIMIRI-ATROARI deixariam de ser eles mesmos para se transformarem no “índio genérico”. Cada povo tem língua, religião, arte e ciência próprias.

Hoje, vivem no Brasil mais de 200 etnias, que falam mais de 180 línguas, com grau de comunicação variável. A diferença que pode existir, por exemplo, entre a língua macuxi e a ingaricó (ambas do tronco linguístico karib) é comparável às diferenças entre o português e o espanhol. Mas quando as línguas são de troncos diferentes, a comunicação fica bem mais difícil. Como se conversassem um alemão e um brasileiro. Complicado...

SEGUNDO EQUÍVOCO: CULTURAS ATRASADAS

Quem considera as culturas indígenas como atrasadas e primitivas esquece que os índios produziram saberes, literatura, poesia, religião etc. As línguas indígenas foram consideradas pelos colonizadores como inferiores. Ora, todo linguista afirma que qualquer língua é capaz de transmitir qualquer ideia e sentimento. Isso significa dizer que não existe língua melhor que a outra. O que existe é a confusão entre a língua e o seu falante, que nas estruturas sociais podem ocupar posições mais ou menos privilegiadas.

As religiões eram consideradas apenas conjuntos de superstições. Basta entrar em contato com a cultura indígena para saber que esta opinião é preconceituosa e etnocêntrica, ou seja, que leva em consideração e se baseia apenas na cultura e nos valores de quem está observando os ritos religiosos. Os índios Guarani Mbyá, que têm aldeias em Angra dos Reis e Paraty, são considerados os “teólogos da floresta”. A religião é um dos traços mais marcantes dessa tribo.

As ciências indígenas também já foram tratadas de maneira preconceituosa. Os conhecimentos dos índios já foram desprezados como se fossem a negação da ciência e da objetividade. O antropólogo Darrel Posey explicou que existem índios especializados em solos, plantas, remédios, rituais etc.

A literatura também foi menosprezada. Os diferentes povos produziram uma literatura sofisticada, que foi menosprezada porque as línguas eram ágrafas, ou seja, sem escrita. Ela foi passada de geração a geração através da tradição oral. Mas, a partir do século passado, vários estudiosos recolheram no Pará e no Amazonas literatura oral de qualidade. Um deles foi o General Couto de Magalhães.

Curioso, ele aprendeu a língua nheengatu só para conhecer as histórias dos índios. Por isso, certa vez ele comentou: “um povo que ensina que a inteligência vence a força é um povo altamente civilizado, é um povo altamente sofisticado”.

TERCEIRO EQUÍVOCO: CULTURAS CONGELADAS

A maioria dos brasileiros criou a imagem de como deveria ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha. Aquele que foi descrito por Pero Vaz de Caminha. Essa imagem foi congelada até os dias de hoje. Quando o índio não se enquadra nessa imagem a reação das pessoas é dizer: “ah, ele não é mais índio!”.

Com isso cria-se uma nova categoria, a dos ex-índios. Aquele que usa calça jeans e fala português. Mas a calça jeans, tão usada no Brasil, não foi inventada por um brasileiro! Assim como a tecnologia do telefone e do computador também não. E nem por isso a sociedade consumidora desses produtos deixa de ser brasileira...

Se o índio fizer o mesmo, ele deixa de ser índio? Por quê? Isso mostra que não concedemos à cultura indígena aquilo que queremos para a nossa: entrar em contato com outras culturas e, conseqüentemente, mudar.

QUARTO EQUÍVOCO: ÍNDIOS FAZEM PARTE DO PASSADO

Existe um texto sobre a biodiversidade, escrito em 1997, do ponto de vista de um índio, que Jorge Terena escreveu: sobre as conseqüências graves do colonialismo. O grande problema está em taxar a cultura indígena de primitiva.

“Eles veem a tradição viva como primitiva porque não segue o paradigma ocidental. Tudo aquilo que não é do âmbito do ocidente é considerado do passado, desenvolvendo uma noção equivocada em relação aos povos tradicionais, sobre o seu espaço na história.”

Os índios estão encravados no nosso passado, mas podem interagir bem com o Brasil moderno. O país sem a riqueza da cultura indígena ficaria pobre, feio, muito feio.

QUINTO EQUÍVOCO: O BRASILEIRO NÃO É ÍNDIO

Outro grande erro do brasileiro é não considerar a existência do índio na formação da sua identidade. O povo brasileiro foi formado nos últimos cinco séculos com a contribuição das matrizes:

1 - Europeias: representadas pelos portugueses, espanhóis, franceses, italianos, alemães, poloneses etc.

2 - Africanas: representadas pelos sudaneses, yorubás, nagôs, gêges, ewes, haussá, bantos etc.

3 - Indígenas: representadas pelas famílias linguísticas como o tupi, o karib, o aruak, o jê etc.

A tendência do brasileiro é se identificar com o vencedor, ou seja, a matriz europeia. E deixar de lado as influências africanas e indígenas. O índio permanece vivo em cada um de nós, mesmo que não saibamos disso. É uma questão cultural. Quando aquele descendente de alemão lá de Santa Catarina, louro, de olhos azuis, começa a rir, do que ele vai rir? Do que vai sentir medo? Com quem ele sonha? Ao fazer suas opções

de culinária, música, dança e poesia, quais são os seus critérios de seleção? É aí que afloram as heranças culturais, incluindo a indígena e a negra.

José Ribamar Bessa Freire é especializado em Sociologie du Développement pelo IRFED, França, país onde também cursou o Doutorado em História na École Des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS. É Professor da Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio) e da Faculdade de Educação da UERJ, onde coordena o Programa de Estudos dos Povos Indígenas. Artigo publicado na revista eletrônica *Educação em Linha*. Disponível em: <http://bit.ly/15RB8u9> / Acesso: 24/02/13.

– Com base na leitura do texto, propor que os alunos:
– Apresentem, resumidamente, os cinco equívocos apresentados pelo professor Bessa a respeito da cultura indígena brasileira.

– Pesquem a respeito da economia indígena, apresentando as suas características e formas de resistência hoje no Brasil.

(2) Debatendo uma questão atual

BELO MONTE: JUSTIÇA MANDA FUNAI NEGOCIAR

Órgão tentará ‘saída pacífica’ de índios e ribeirinhos da usina Mônica Tavares

BRASÍLIA. A Justiça Federal em Altamira, no Pará, determinou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) entre nas negociações para tentar, nas próximas 48 horas, uma saída pacífica para os cerca de cem indígenas, pescadores e agricultores de comunidades ribeirinhas que estão ocupando o Sítio Pimental, um dos canteiros de obra da usina hidrelétrica de Belo Monte. A gerência de assuntos indígenas da Norte Energia, empresa responsável pelo empreendimento, também deverá participar das negociações, assim como um procurador federal e especialistas indígenas.

Em sua decisão, o juiz Pablo Zunga Dourado determinou ainda que, a cada 24 horas, a Funai envie um relatório à Justiça descrevendo a situação. A Polícia Federal coordenará toda a segurança do local.

A Norte Energia e o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) entraram na última terça-feira com ação na Justiça pedindo a reintegração de posse. A ocupação começou na última segunda-feira. Segundo a Norte Energia, o canteiro de obras foi evacuado “para preservar a segurança dos 900 trabalhadores”. No local, serão instaladas seis turbinas.

Os índios reivindicam demarcação de suas terras, escola diferenciada e convênio de saúde, entre outros itens acertados em acordos anteriores com o consórcio.

O Globo, 11/10/2012, Economia, p. 34. Notícia reproduzida pelo site “POVOS INDÍGENAS NO BRASIL”: <http://bit.ly/12bzFgV> Acesso: Fevereiro/2013.

– A matéria revela o conflito entre o desenvolvimento capitalista em curso na Região Norte do Brasil e as sociedades

índigenas que há séculos habitam aquela área. Sugira que os alunos pesquisem a respeito e, tomando como referência as características dessas sociedades ditas “primitivas”, apresentem o histórico desse conflito específico, os interesses que estão por trás da construção da usina hidrelétrica naquela região e as outras reivindicações dos povos indígenas – e quais são eles –, além das já citadas pelo jornal.

Leituras de aprofundamento para o professor:

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Global, 2009.

CAPÍTULO 9 – “TUDO QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR”: CAPITALISMO E BARBÁRIE

Objetivos:

Neste capítulo, o objetivo principal é refletir sobre o desenvolvimento, as características e as contradições do capitalismo. Outro objetivo é apresentar as propostas alternativas, econômicas e políticas, que se apresentaram ao longo do desenvolvimento do capitalismo, denominadas socialismo e comunismo. Neste sentido, é necessário:

- 1 – Analisar a história, as características e a dinâmica social do capitalismo;
- 2 – Refletir sobre as contradições internas geradas a partir da dinâmica de funcionamento do sistema capitalista;
- 3 – Estudar e refletir sobre as alternativas teóricas e econômicas ao capitalismo surgidas no contexto de seu desenvolvimento econômico e político.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Capitalismo – mais-valia – classes sociais – burguesia – proletariado – liberalismo – barbárie – socialismo – comunismo – Karl Marx – Friedrich Engels – Tom Bottomore – Milton Santos – Noam Chomsky – Robert Owen – Charles Fourier – Vladimir Lênin – Leon Trotsky – Josef Stalin – Afrânio Mendes Catani

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento que sugerimos como atividade de reflexão deste capítulo é a leitura do livro NOVAES, Carlos Eduardo; RODRIGUES, Vilmar. *Capitalismo para principiantes*. São Paulo: Ática, 1983. O livro apresenta uma linguagem bem simples e ricamente ilustrado em todas as páginas, permitindo suscitar uma melhor compreensão dos conceitos e do texto do capítulo. Sugerimos ao professor que o indique aos alunos para leitura, guiada para um estudo dirigido preparado pelo professor, como complemento ao estudo do capítulo.

O professor também pode solicitar a produção de cartazes com as imagens em quadrinhos do livro nos murais da escola. Também colocariam textos, com seus comentários sobre a obra recomendada.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Afrânio Mendes Catani

Maurice Dobb, tentando conceituar o capitalismo da maneira mais simples possível, afirma que ele é um sistema em que os utensílios e as ferramentas, edifícios e matérias-primas com que é obtida a produção – capital, numa palavra – são predominantemente de propriedade privada ou individual. Em linguagem um pouco mais técnica, Karl Marx o havia definido como um modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma *classe* distinta da sociedade.

Segundo Marx, propriedade privada, divisão social do trabalho e troca são características fundamentais da sociedade produtora de mercadorias. E à produção de mercadorias dedicam-se os produtores independentes privados que *possuem* a sua força de trabalho, os seus meios de produção e os produtos resultantes do seu trabalho.

A divisão social do trabalho é outra condição prévia, característica de uma sociedade capitalista. Como nessa sociedade o indivíduo não tem todas as profissões necessárias para satisfazer as suas múltiplas necessidades (de alimentação, de vestuário, de habitação, de meios de produção etc.), uma vez que ele possui apenas *uma* profissão, só consegue subsistir se puder, simultaneamente, adquirir os produtos do trabalho de outrem. Como nessa sociedade cada pessoa tem uma profissão particular, todos dependem uns dos outros, e isto decorre da divisão do trabalho no seio da produção mercantil.

Os produtos dos diferentes trabalhos privados têm de ser, na sociedade capitalista, trocados. A troca é condição necessária para a subsistência de todos na sociedade, e esse produto a ser trocado, resultado do trabalho, denomina-se mercadoria. Assim, um produto do trabalho só se torna mercadoria num quadro de condições sociais em que imperem a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca, não podendo ser considerado como tal, caso não se verifiquem essas três condições.

Afrânio Mendes Catani é Mestre e Doutor em Sociologia e Professor da Faculdade de Educação da USP – Universidade de São Paulo. O trecho destacado foi retirado da sua obra *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 16-17.

– Após a leitura, os alunos destacariam as definições que o autor enumera para “modo de produção capitalista” e “mercadoria”. Em relação a esta última, devem apresentar as três condições para que o produto do trabalho seja entendido dessa forma.

(2) Debatendo uma questão atual

OS ALEMÃES TORNARAM-SE CÉTICOS EM RELAÇÃO AO CAPITALISMO

Por João Alexandrino Fernandes,
de Tübingen, Alemanha, para o Esquerda.net.
Artigo | 23 Agosto, 2010 - 00:24

Os comentaristas alemães rejubilam com as exportações e os políticos anunciam o fim da crise e o regresso à normalidade. Mas a população não parece convencida.

Têm vindo a surgir nos meios de comunicação social notícias sobre a recuperação econômica da Alemanha: a Alemanha está a sair da crise, prevendo-se já uma taxa de crescimento de 3% em 2010. A Alemanha, o “motor” da Europa, está de regresso – assim se pensa, pelo menos.

Porém, o mais interessante é que estas notícias, que parecem convencer todos, não convencem a população alemã!

Neste momento, diz-se que a economia da Alemanha cresce. Os comentaristas rejubilam com as exportações e os políticos anunciam o fim da crise e o regresso à normalidade. E, no entanto, segundo uma sondagem agora divulgada, efetuada pelo instituto de pesquisa de opinião Emnid, por incumbência da Fundação Bertelsmann, esta euforia não se reflete no estado de espírito da população. A maioria das pessoas não acredita que tudo volte a ser como era de forma assim tão simples. Pelo contrário: dois terços da população não esperam sequer que a recuperação econômica faça aumentar automaticamente a sua qualidade de vida.

Segundo a sondagem, a convicção da população alemã mudou e tudo indica que de forma estável. De fato, 88% dos alemães tornaram-se céticos em relação ao capitalismo e aspiram a uma nova ordem econômica: acreditam que o capitalismo não toma suficientemente em consideração quer o equilíbrio social, quer a proteção do ambiente, quer a necessidade de uma relação cuidadosa com os recursos naturais.

Significa esta atitude que os alemães pretendem uma revolução? Atendendo aos resultados da sondagem, não. Significa que os alemães estão pensativos e que veem a responsabilidade pela atual situação econômica e social não só nos políticos e nos dirigentes da economia, mas também em si próprios: quatro em cada cinco alemães são da opinião de que cada um deveria refletir sobre a sua própria forma de vida, sobre se, para si, o crescimento econômico é tudo.

Hoje em dia valores como a justiça social ou a proteção ambiental são para a maioria dos alemães tão importantes que influenciam de forma crescente a sua posição relativamente ao sistema econômico. Para a grande maioria dos cidadãos as fontes de qualidade de vida pessoal são de natureza imaterial: relações sociais, saúde e condições ambientais são mais importantes do que ter mais dinheiro e propriedade.

Importante também é que esta nova escala de valores recolhe um consenso fora do vulgar em todos os escalões sociais e mostra-se independente dos níveis de educação. Uma afirmação da pesquisa: “a prosperidade social é, para mim, menos importante do que a proteção ambiental e a redução

das dívidas do Estado” mereceu não só a concordância de 75% das pessoas com formação liceal, a forma mais elevada do ensino secundário e que permite o acesso ao ensino superior, mas também a concordância de 69% das pessoas com a formação da chamada “Hauptschule”, que é a forma mais elementar do ensino secundário alemão.

Segundo os resultados da sondagem, os alemães acreditam ainda que o sistema econômico pode ser orientado na direção certa e a maioria está convencida de que crescimento e proteção ambiental são objetivos compatíveis um com o outro – mas pressupondo que existe para tal a necessária vontade política. 82% consideram a continuação do crescimento indispensável para a estabilidade política, mas em contrapartida não acreditam nas chamadas “forças de regeneração próprias” do mercado, em relação às quais os jovens são particularmente céticos – e, pode-se aqui bem dizer, com razão. O que a crise financeira precisamente demonstrou foi o contrário, foi que quem “regenerou” o mercado não foram nenhuma “forças de regeneração próprias”, mas sim as gigantescas transferências de fundos feitas pelo Estado para instituições financeiras aí a operar.

São todas estas incongruências ligadas ao sistema econômico, acrescidas da comprovada incapacidade do sistema para resolver os problemas de justiça social e para deter a ameaça de destruição ambiental, neste momento já à escala planetária, fortalecidas pela constatação de que por mais que os números digam que a economia cresce, o impacto deste crescimento pouco ou nada se faz notar na vida do cidadão comum, ao passo que, na situação contrária, de crise, o impacto negativo é imediato, que os alemães parecem ter deixado de ignorar.

Ora, deixar de ignorar não é, certamente, condição suficiente – mas é condição necessária para que qualquer mudança seja possível.

Fontes: “Umfrage: Neun von zehn Deutschen fordern neue Wirtschaftsordnung”, in *Spiegel Online*, 18. August 2010, www.spiegel.de. “Umfrage-Wachstumsskeptisch” em *Zeit Online*, 18.08.2010, www.zeit.de.

<http://bit.ly/17Kcz9h> Acessos: agosto de 2010 e fevereiro de 2013.

O artigo, como se pode observar, é um comentário de uma pesquisa desenvolvida na Alemanha, em 2010, e foi redigido para um site português. Com base na leitura, propor aos alunos que:

– Pesquisem na internet a respeito da situação econômica atual da Europa, em geral, destacando nesse levantamento o cenário vivido pela Alemanha, em comparação com outros países.

– Debatam o texto e o resultado da pesquisa com os colegas de turma, fazendo as necessárias relações com o conteúdo da matéria estudada neste capítulo. Ao final, deverão responder se, na sua avaliação, os alemães tinham razão em seu ceticismo com o sistema econômico capitalista.

Leituras de aprofundamento para o professor:

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CAPÍTULO 10 – “TODO MUNDO COME NO McDONALD’S E COMPARTILHA NO FACEBOOK?” GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

Objetivos:

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o atual momento da expansão do capitalismo mundial, denominado “globalização”. Portanto, deve-se:

- 1 – Apresentar a reflexão sobre o conceito de globalização e suas diversas definições possíveis;
- 2 – Refletir sobre o conceito de neoliberalismo;
- 3 – Analisar as consequências da globalização e do neoliberalismo no século XXI.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Globalização – mundialização financeira – neoliberalismo – exclusão social – Consenso de Washington – reformas econômicas – barbárie – Paul Singer – Karl Marx – Friedrich Engels – François Chesnais – Michel Chossudovsky – Virgínia Fontes – Marildo Menegat – Eric Hobsbawm – David Harvey

Pesquisando e refletindo

Sugerimos que o professor organize um debate com os alunos, a partir do texto do capítulo e das notícias sobre a conjuntura política e econômica internacional, utilizando jornais impressos da semana anterior, da própria semana da aula e/ou dos diversos sites de notícias existentes na internet.

Como o professor organizará esta atividade?

Primeiro, lembrando aos alunos as características principais do neoliberalismo, tratadas em sala de aula.

No segundo momento, colocar a questão para a turma: podemos dizer que o mundo capitalista em que vivemos hoje continua podendo ser caracterizado também como “um mundo neoliberal?”. Teria acontecido alguma mudança significativa dos anos 1970/1980 até os dias atuais?

Os alunos ainda não responderão, pois agora entraria a terceira parte da atividade: dividir a turma em grupos dentro do espaço da sala de aula e depois distribuir os exemplares dos jornais impressos ou cópias impressas de matérias retiradas da internet, tanto sobre a conjuntura internacional, quanto brasileira.

A atividade terminaria com a apresentação, pelos alunos, das matérias selecionadas, suas respostas às perguntas apresentadas pelo professor, e um debate sobre o assunto.

Em relação ao tema em discussão, vale ainda fazer o registro: se tomarmos como exemplo, o primeiro trimestre de 2013, teríamos como uma das informações relevantes para se pensar sobre o assunto do capítulo, a crise econômica vivida pela Europa nesse período, com o aumento cada vez maior do número de desempregados e as propostas apresentadas pelos políticos, empresários e economistas (e referendadas

pela imprensa especializada nos temas econômicos). Um bom exemplo é caso dos governantes da ilha de Chipre, que propuseram o “confisco” do dinheiro da população, depositado nas contas-correntes dos bancos, como forma de garantia para receber empréstimos dos bancos europeus. Veja a matéria originária da rede de notícias BBC que foi publicada no site G1, “Correntistas temem crise de confiança na Europa com ‘confisco’ no Chipre”. Disponível em . <http://bit.ly/18mVS3b> Acesso: março/2013. No caso do Brasil, com a redução do ritmo do crescimento econômico, os economistas avaliavam como grande problema os salários mais altos pagos no país, recomendando ao governo, como “solução”, o aumento da taxa de desemprego. Veja a matéria publicada em *O Globo*, de 29/03/13, p. 19, assinada pela jornalista Clarice Spitz: “Emprego em alta freia PIB” – disponível, entre outros sites, em: <http://glo.bo/13gxWw0> Acesso: março/2013.

– A partir de notícias desse tipo, é possível organizar um bom debate não somente sobre o tema *neoliberalismo*, como também sobre o caráter do capitalismo e de suas grandes contradições – uma discussão, portanto, que vincula de forma direta as temáticas dos Capítulos 9 e 10.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

O ENIGMA DO CAPITAL E AS CRISES DO CAPITALISMO

David Harvey

Aquilo que hoje chamamos “globalização” esteve na mira da classe capitalista o tempo todo.

Se o desejo de conquistar o espaço e a natureza é uma manifestação de algum anseio humano universal ou um produto específico das paixões da classe capitalista, jamais saberemos. O que pode ser dito com certeza é que a conquista do espaço e do tempo, assim como a busca incessante para dominar a natureza, há muito tempo tem um papel central na psique coletiva das sociedades capitalistas. Apesar de todos os tipos de críticas, acusações, repulsas e movimentos políticos de oposição, e apesar das consequências involuntárias maciças na relação com a natureza que são cada vez mais perceptíveis, ainda prevalece a crença de que a conquista do espaço e do tempo, bem como da natureza (incluindo até mesmo a natureza humana), está de algum modo a nosso alcance. O resultado tem sido uma tendência inexorável do mundo do capital de produzir o que chamo de “compressão do tempo-espaço” – um mundo no qual o capital se move cada vez mais rápido e onde as distâncias de interação são compactadas.

Existe uma forma mais prosaica de olhar para isso. As leis coercitivas da concorrência (muitas vezes rebatidas) impelem as empresas e os Estados a buscar vantagens conferidas pelo comando superior do espaço e do tempo, bem como os avanços tecnológicos. A superioridade em qualquer um desses aspectos traz benefícios econômicos, políticos e militares

claros. A crença-fetice, em seguida, assume que existe uma correção tecnológica ou espaço-temporal para todos os problemas com os quais o capital se depara. Dificuldades na absorção do excedente de capital? Ou: invente uma nova tecnologia e linha de produtos. Ou: expanda geograficamente e encontre um mercado em outro lugar, por dominação colonial ou neocolonial, se necessário (é o que o capital britânico fez com a Índia depois de mais ou menos 1850). E se não houver mercados externos acessíveis? Então, exporte capital para criar um novo centro de produção no exterior, onde a aceleração da produção (como na China contemporânea) em vez da do “consumo individual” (como nos Estados Unidos tomados por dívida) crie a demanda para enxugar o excedente de capital.

Quando essas duas crenças-fetice nas soluções tecnológicas e espaço-temporais colidem, alimentam-se em frenesim de inovação tecnológica concebidos para contornar todos os limites temporais e espaciais da circulação de capital. Quantas das muitas inovações tecnológicas ao longo da história do capitalismo foram para reduzir as fricções da distância ou acelerar a circulação de capital? A lista é interminável.

Onde estaríamos sem os canais, ferrovias, navios a vapor, automóveis, estradas, transportes aéreos, telégrafos, rádios, telefones, comunicações eletrônicas, e assim por diante? A negociação informatizada em centros financeiros ligados por fluxos de informação quase instantâneos agora gira 600 trilhões de dólares em derivativos no mundo em milissegundos. Até os porcos têm duas vezes mais ninhadas do que estavam acostumados em um ano (não admira que contraíam a gripe).

David Harvey é geógrafo e Professor de antropologia da pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York, na qual leciona desde 2001. Sua vasta produção teórica sobre o capitalismo contemporâneo é uma das grandes referências àqueles que estudam e pesquisam sobre essa temática, com destaque para os sociólogos. O texto acima pertence à sua obra *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 130-131.

Com base na leitura, os alunos deverão:

- Procurar no dicionário os termos com os quais não estão familiarizados e, depois, reler o texto.
- Procurar explicar por que o autor, ao se referir à rapidez das mudanças em curso no capitalismo, utiliza a expressão “compressão espaço-tempo”.
- Relacionar as questões apresentadas por Harvey com os conteúdos estudados, neste capítulo, a respeito do capitalismo na era da globalização.

(2) Debatendo uma questão atual

O DOMÍNIO SILENCIOSO DAS MARCAS

Dez grupos já dominam 70% do consumo

Fabiana Ribeiro e Henrique Gomes Batista

Com a concentração nos setores de alimentos, bebidas, higiene e limpeza, dez grandes empresas já detêm 70% das

compras de supermercado dos brasileiros. Os demais 30% ficam com 500 firmas menores, diz a consultoria Azo. O secretário de Direito Econômico, Vinícius Carvalho, diz que quem julga fusões é “acusado de comunista”.

O domínio silencioso das marcas

Dez empresas concentram 70% das compras dos carrinhos dos consumidores nos supermercados.

A concorrência entre diversos produtos que pesam diretamente no orçamento familiar, como alimentos, bebidas, higiene e limpeza, em muitos casos, é mero jogo de faz de conta no país. Dez grandes empresas – multinacionais, na maioria – abocanham de 60% a 70% das compras de supermercado de uma família típica brasileira e tornam o Brasil um dos países com maior nível de concentração no mundo, apontam especialistas em varejo. Muitas vezes, um fabricante chega a ser dono de diversas marcas de um mesmo produto, fazendo com que elas “disputem” entre si fatias do mercado. Uma tática da indústria que acaba por limitar o poder de escolha do consumidor, que, constantemente, nem desconfia de quem está por trás de sua marca preferida. A estratégia também trava a expansão de marcas menores. A situação pode até se intensificar caso a polêmica fusão entre Pão de Açúcar e Carrefour saia, de fato, do papel, concentrando mais ainda o setor supermercadista.

– Poucas indústrias, apenas dez, entram com força no carrinho de compras dos brasileiros. Esse grupo representa até 70% das compras. Os demais 30% são disputados por cerca de 500 empresas menores, regionais – disse Marco Quintarelli, diretor do Grupo Azo, consultoria especializada em varejo, referindo-se a AmBev, BRF-Brasil Foods, Coca-Cola, Hypermarchas, JBS, Kimberly-Clark, Nestlé, Procter&Gamble, Reckitt Benckiser e Unilever.

Segundo Quintarelli, a concentração brasileira na indústria de bens de consumo cresceu fortemente, nos últimos anos, com a maior presença no país de grandes produtores mundiais – interessados no potencial de consumo das classes emergentes. A gigante Unilever, por exemplo, se orgulha de entrar a cada mês em 86% das residências brasileiras através de algumas de suas marcas como Omo, Kibon, Seda, Lux, Hellmann’s, Arisco e Knorr. Entre as nacionais, a tese de Quintarelli fica clara com o alto nível de concentração atingido no segmento de lasanhas e comidas prontas: a BRF-Brasil Foods, criada em 2008 com polêmica fusão entre Sadia e Perdigão, ainda em análise pelos órgãos de defesa da concorrência, detêm 90% do segmento.

Empresas impõem preços ao varejo

As vozes críticas à crescente concentração se voltam também para o problema do controle de preços. Ao dominarem mercados, as indústrias tendem a impor preços ou dificultar negociações com o varejo, diz um varejista que preferiu não se identificar. Outra imposição é empurrar produtos de menor qualidade – ou de menor saída – nas meganegociações com o varejo.

– Os consumidores não têm a menor noção de que, após uma fusão, as indústrias ficam mais fortes e, por isso,

acabam tendo maior controle sobre os preços. A culpa recai, sem dúvida, sobre os varejistas – disse Armando Strozenberg, conselheiro da Associação Brasileira de Propaganda (ABP).

Segundo Genival de Souza, diretor do Prezunic, a concentração diminui o poder de negociação dos varejistas. Além disso, dificulta o fortalecimento de marcas menores e reduz as opções de compra dos consumidores.

– No setor de sabão em pó, por exemplo, Omo e Surf (da Unilever) representam mais de 70% das vendas da categoria. Como não ter Omo? Estamos falando de uma marca imbatível. Podemos dar mais opções, por exemplo, de leite condensado. Mas não tem como não ter Leite Moça. Esse poderio me impede de barganhar, independentemente do bom relacionamento da rede com a indústria – disse Souza.

Os tentáculos das indústrias podem não ser percebidos pelos consumidores até o momento em que, paradoxalmente, buscam um selo de qualidade para um suco ou uma margarina. Então, marcas como a Del Valle não deixam de colocar, ainda que discretamente, a sua fabricante, a Coca-Cola. Outras empresas, como a Reckitt Benckiser, sabem da importância de reforçar marcas como Vanish – líder com mais de 75% de mercado em mais de 50 países – e praticamente dobrou seu investimento em publicidade no último ano, pulando da 16ª para a 8ª posição entre os maiores anunciantes do país.

Consumidor ignora efeitos de fusões

– O mais importante para as empresas hoje são as suas marcas. Daí o fato de o suco Del Valle não apresentar tão agressivamente a marca Coca-Cola no rótulo. Em vez disso, o “Coca-Cola” fica no cantinho das embalagens e funciona mais como um atestado de qualidade do produto e pode trazer nas entrelinhas atributos como higiene e qualidade – afirmou Strozenberg, acrescentando que, atualmente, não se vê mais anúncios que fazem menção a uma empresa e suas marcas. – Já não se veem mais propagandas que lembrem que um ou outro produto faz parte da família Unilever.

– A força de empresas como Unilever e Nestlé fica clara em suas campanhas publicitárias – pondera José Martins, diretor da **GlobalBrands**, referindo-se ao fato de que muitas delas não fazem mais propaganda individualmente de seus produtos, mas da marca corporativa. – Ainda assim, pouca gente sabe que a Jaguar e Land Rover são da Ford.

Para Paulo Vicente, professor da Fundação Dom Cabral, a eventual concentração do varejo com uma fusão entre Pão de Açúcar e Carrefour poderia piorar essa situação e ampliar a barreira para novos fabricantes de bens de consumo. Vicente acredita que o mercado de alimentos e higiene e limpeza é mais concentrado no Brasil que em outros países.

– O setor de supermercados no Brasil é menos concentrado que em outros países e há espaço para novos jogadores, é um setor sem muitas barreiras de entrada. Mas a fabricação de alimentos e produtos de higiene é muito mais difícil, pois necessita de alto capital, know-how, maquinaria, rede de distribuição e de marcas fortes. Como grandes grupos já concentram este mercado e investem muito em suas marcas, esta é uma das maiores barreiras – afirmou. – Não deixa de ser um paradoxo um país tão forte no agronegócio

não ter criado grandes marcas, com diferenciais, e manter diversos segmentos nas mãos de cinco ou seis jogadores globais – afirmou.

O publicitário Eduardo Barros, sócio da iYo, tem o hábito de comprar o sabão em pó Omo, mas nem tinha noção de que o Surf sai da mesma fabricante, a Unilever. Nem imaginava que três adoçantes – Finn, Adocyl e Zero-Cal – que controlam mais da metade do setor são da Hypermarchas. E muito menos que Elegê é BRF-Brasil Foods. Preocupado com a qualidade dos alimentos que dá à sua filha, sempre buscava comprar congelados de Sadia e Perdigão, fugindo de “marcas menores” como Batavo. Ao saber que ela também faz parte do grupo, se surpreendeu:

– Descobrir que uma marca controla outras menores me faz sentir um pouco enrolado. Por que os preços tão diferentes? Será que no produto mais barato há menos qualidade? – indaga Barros, que não experimenta marcas desconhecidas na alimentação, reforçando a tese do peso da marca e da dificuldade de pequenas empresas crescerem, enquanto marcas globais ficam cada vez maiores.

Procuradas, as dez empresas que concentram a grande parte das compras dos brasileiros não indicaram porta-voz para comentar o assunto.

FONTE: *Jornal O Globo*, Caderno Economia, p. 29, 10 de julho de 2011.

– Com base no texto, os alunos deverão explicar qual a principal consequência do fato revelado pelo jornal de que apenas dez grandes empresas dominam 70% de todas as marcas comercializadas no mundo.

– Com sua orientação, professor, os alunos organizarão uma pesquisa em casa, tentando identificar as marcas dos produtos consumidos por suas famílias e as empresas às quais essas marcas são vinculadas. Os resultados serão apresentados e comparados, em sala de aula, por todos da turma.

Leituras de aprofundamento para o professor:

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas?* Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CAPÍTULO 11 – “UM NOVO FAST FOOD PARA VOCÊ”: MUNDO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

Objetivos:

Este capítulo tem como objetivo apresentar as discussões sobre as grandes transformações no mundo do trabalho e na reprodução do capital. Portanto, deve-se:

- 1 – Discutir as mudanças atuais na organização do trabalho pelo capitalismo;
- 2 – Refletir sobre os atuais debates sobre educação e mundo do trabalho;
- 3 – Analisar o conceito de empregabilidade, à luz das perspectivas dos jovens no mundo do trabalho.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Reestruturação produtiva – desemprego estrutural – acumulação de capital flexível – empregabilidade – Ricardo Antunes – Gaudêncio Frigotto – Pierre Bourdieu – Eric Hobsbawm – István Mészáros – Laura Tavares

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento que sugerimos para uma atividade de reflexão deste capítulo é a exibição e o debate sobre o filme ROGER E EU (*Roger and Me*, EUA, 1989). Direção: Michael Moore. 90 min. (Ver sinopse no livro de Sociologia, seção Filmes, na Interatividade)

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NUMA ORDEM NEOLIBERAL

Ricardo Antunes

(...) O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva. Num contexto de *crise estrutural do capital*, desenham-se algumas tendências, que podem assim ser resumidas:

- 1) o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos;
- 2) o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e antissocial.

Pelo próprio sentido que conduz estas tendências (que, em verdade, constituem-se em respostas do capital à sua própria crise), acentuam-se os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, interempresas e interpotências políticas do capital, mais nefastas são suas consequências.

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/

natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Neste cenário, caracterizado por um tripé que domina o mundo (com os Estados Unidos da América e o seu Nafta, a Alemanha à frente da Europa unificada e o Japão liderando os demais países asiáticos), quanto mais um dos polos da tríade se fortalece, mais os outros se ressentem e se debilitam. Por isso a crise frequentemente muda de centro, ainda que ela esteja presente em vários pontos, assumindo mesmo uma dimensão mundial.

No embate cotidiano que empreendem para se expandir pelas partes do mundo que interessam e também para coadministrar as suas situações mais explosivas, em suma, para disputar e ao mesmo tempo gerenciar as crises, acabam por acarretar ainda mais destruição e precarização. A América Latina se “integra” à chamada mundialização destruindo-se socialmente. Na Ásia, a enorme expansão se dá às custas de uma brutal superexploração do trabalho, de que as recentes greves dos trabalhadores da Coreia do Sul, em 1997/8, são firme denúncia. Superexploração que atinge profundamente mulheres e crianças.

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *eliminar-lo*. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

Ricardo Antunes é Professor titular de Sociologia do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas. O texto destacado faz parte do capítulo 2 – “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal” (p. 37-38) da obra: *A cidadania negada*. Políticas de exclusão na educação e no trabalho, organizado por Pablo Gentilli e Gaudêncio Frigotto. São Paulo: Cortez, 2001, p.35-48.

– Com base na leitura, o aluno deverá consultar o texto do capítulo estudado e fazer uma relação entre o fenômeno do desemprego estrutural e as argumentações do prof. Ricardo Antunes sobre a utilidade da força de trabalho para o capital.

(2) Debatedo uma questão atual

PROGRAMADOR É DEMITIDO POR TERCEIRIZAR SEU TRABALHO NA CHINA

Funcionário pagava menos de um quinto de seu salário para que programador na China fizesse seu trabalho.

BBC de Londres

Um programador de *software* americano foi demitido após a empresa em que trabalhava ter descoberto que ele estava “terceirizando” seu trabalho na China.

O funcionário, de 40 e poucos anos, estaria pagando

menos de um quinto de seu salário a um programador baseado na cidade Shenyang para que fizesse seu trabalho.

Segundo a empresa, em vez de trabalhar, ele passava os dias assistindo a vídeos no YouTube e surfando na internet, principalmente em sites como Reddit e eBay.

A fraude foi descoberta após a companhia pedir uma auditoria à empresa de segurança de telecomunicações Verizon para investigar suspeitas de que seus sistemas estavam sendo vítimas de hackers da China.

Segundo Andrew Valentine, investigador-sênior da Verizon, a companhia de infraestrutura pediu no ano passado a investigação de atividades anormais nos sistemas de acesso remoto à sua rede.

“Essa organização estava pouco a pouco adotando uma força de trabalho à distância, e começou a permitir que seus programadores trabalhassem de casa em alguns dias. Para conseguir isso, eles estabeleceram um sistema de verificação de acesso aproximadamente dois anos antes de recebermos sua chamada (para investigação)”, disse.

Token enviado

A empresa descobriu uma conexão entre a estação de trabalho do empregado e um computador em Shenyang que estava ativa havia meses, segundo Valentine.

Inicialmente, a empresa suspeitava que um programa malicioso (*malware*) havia sido instalado em sua rede para enviar informações confidenciais da companhia para a China.

“O próprio empregado foi central para as investigações, porque suas credenciais haviam sido usadas para iniciar e manter uma conexão privada à distância a partir da China”, disse Valentine.

Análises mais aprofundadas no computador do empregado revelaram centenas de documentos com faturas para o pagamento do trabalho terceirizado em Shenyang.

Segundo Valentine, o empregado era “inofensivo e calado”, mas também um programador talentoso capaz em várias linguagens de programação e que gastava “menos de um quinto de seu alto salário para pagar uma firma chinesa para fazer seu trabalho para ele”.

“A autenticação do acesso não era problema. Ele enviou seu token de segurança para a China para que o programador terceirizado pudesse acessar a rede com suas credenciais durante o dia de trabalho. Pareceria que ele estava trabalhando normalmente”, disse.

“As evidências até sugerem que ele vinha aplicando o mesmo golpe em várias companhias da região. Parece que ele ganhava centenas de milhares de dólares ao ano e só pagava US\$ 50 mil ao ano para a empresa de consultoria chinesa”, disse.

Reportagem publicada em 17/02/2013 pelo site Globo.com. Disponível em: <http://glo.bo/YaXDvIl>. Acesso: fevereiro/2013.

– Essa reportagem mostra a capacidade de flexibilização e terceirização tanto de empresas como dos próprios trabalhadores. Propor que os alunos relacionem as características da flexibilização e da terceirização estudadas

no Capítulo 11 com este caso ocorrido na empresa de segurança de telecomunicações Verizon.

Leituras de aprofundamento para o professor:

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAPÍTULO 12 – “O MERCADO EXCLUI COMO O GÁS CARBÔNICO POLUI”: CAPITAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Objetivos:

Apresentar a atual questão ambiental como uma discussão de caráter sociológico, fazendo as necessárias conexões teóricas entre esse tema e o desenvolvimento do capitalismo no planeta. Assim, este capítulo pretende:

- 1 – Relacionar os dados que apontam para o diagnóstico de que a Terra está vivendo um período de aquecimento global, relacionado à ação predatória do homem sobre a natureza;
- 2 – Apresentar a definição e os objetos de pesquisa da Sociologia Ambiental;
- 3 – Debater a relação entre capitalismo, desenvolvimento econômico e questão ambiental.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Aquecimento global – meio ambiente e desenvolvimento – Sociologia Ambiental – Selene Herculano – István Mészáros – David Harvey – Michael Löwy

Pesquisando e refletindo

Nossa sugestão para o encaminhamento e aprofundamento das reflexões desenvolvidas no capítulo é uma pesquisa de opinião, feita pelos alunos, sobre os problemas ambientais que afetam a cidade onde residem. A atividade pode assumir um caráter interdisciplinar, envolvendo professores de Biologia, Química e Geografia. A sondagem deve envolver também os movimentos ambientalistas, caso existam na cidade. A ideia é verificar como os profissionais dessas áreas de conhecimento e os militantes ambientalistas analisam os problemas identificados e quais seriam as soluções possíveis para superá-los.

Propomos como procedimentos algumas etapas simples:

- 1- O professor de Sociologia e os estudantes consultam os professores das disciplinas que podem colaborar com a pesquisa de opinião;
- 2- O professor deve investigar a existência de movimentos ou militantes ambientalistas na cidade;
- 3- Após estas verificações, o professor e os estudantes devem construir um questionário de

- entrevistas (procurar fazer perguntas objetivas para facilitar a execução do mesmo e a apuração dos resultados);
- 4- Em seguida, preparar a execução da pesquisa de opinião;
 - 5- Após a apuração dos resultados, fazer uma exposição com cartazes, divulgando-os na escola, convidando os alunos das outras turmas e séries e a comunidade escolar em geral para a participação em um debate sobre o assunto.
 - 6- Organizar e realizar um debate, reunindo um representante dos movimentos ambientalistas e os professores envolvidos. O debate poderá ser mediado pelo professor de Sociologia ou por um representante da turma, indicado pelos alunos, que assumirão também outras tarefas durante o evento: organização de um cadastro dos presentes, para posterior troca de informações por e-mail; recepção aos pais e outros membros da comunidade escolar que venham prestigiar e participar do debate; organização do local do evento, com a fixação estratégica dos cartazes apresentando os resultados da pesquisa realizada e etc.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

RAZÕES E ESTRATÉGIAS DO ECOSSOCIALISMO

Michael Löwy

Somos obrigados a constatar que o atual modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial moderno, particularmente em sua variante neoliberal, baseada no produtivismo e no consumismo, está conduzindo a humanidade – e não o planeta – a uma catástrofe ecológica ou ambiental sem precedentes em sua história.

Por que digo “a humanidade” e não “o planeta”? Porque o planeta, qualquer que seja o estrago que façamos, vai continuar tranquilo, girando. Ele não será atingido. Quem será afetada pelo desastre ecológico será a vida no planeta, serão as espécies vivas, dentre elas a nossa, o *Homo sapiens*. Esse é o âmago do problema, que serve para evitar discussões um pouco abstratas, como “temos que salvar o planeta”.

Porém, não é o planeta que está em perigo, somos nós e as outras espécies vivas. Isso porque a lógica atual do sistema, de expansão e crescimento ao infinito, e o atual modelo de desenvolvimento, que segue a lógica do produtivismo e do consumismo, conduzem, inexoravelmente – e independentemente da boa ou da má vontade de empresários ou governos – à degradação do meio ambiente e à destruição da natureza.

Isso se manifesta em vários aspectos, como no desaparecimento de algumas espécies. (...) o envenenamento, por meio da poluição, do ar das cidades, da terra, do solo, dos rios, do mar, ou seja, a degradação dos equilíbrios ecológicos. (...).

Outro aspecto ainda mais inquietante é a subida do nível do mar, que resulta do derretimento do gelo dos Polos Norte e Sul, em particular da Groenlândia, um gelo que não está sobre a água, mas sim em cima da terra. Já se calculou que, se o nível do mar subir poucos metros — um, dois ou três —, várias das principais cidades da civilização humana, como Londres, Amsterdã, Hong Kong, Rio de Janeiro, ficarão debaixo d'água. Também boa parte do que é a orla marítima dos países desaparecerá. E o que acontece se derreter todo o gelo que está no Polo Norte e no Polo Sul? O mar pode subir até setenta metros, para se ter uma ideia da magnitude da ameaça.

Obviamente, isso não vai acontecer na próxima semana, mas esse processo de aquecimento global e de derretimento dos gelos está se acelerando. Há alguns anos, os especialistas diziam que esses processos estavam previstos para 2100, ou seja, para o fim do século XXI. Portanto, atingiria nossos bisnetos que ainda não nasceram, e precisamos pensar neles. Só que normalmente as pessoas não se preocupam com o que vai acontecer com os bisnetos que ainda não nasceram, não é uma prioridade. No entanto, os trabalhos mais avançados dos cientistas, os mais recentes, apontam para processos irreversíveis do aumento de temperatura, com todas as suas consequências, já nas próximas décadas, antes de 2100. Ninguém pode dizer se será daqui a vinte, trinta, quarenta ou cinquenta anos, mas a coisa está muito mais próxima.

Um exemplo disso são os escritos do cientista americano James Hansen, o principal climatólogo dos Estados Unidos, que trabalha para a NASA, e que não é um homem de esquerda, não tem nada a ver com o marxismo. Hansen é um cientista que há alguns anos vem tocando o sinal de alarme, mas durante o governo do presidente George W. Bush tentaram proibi-lo de falar. Mandaram para ele um recado dizendo que ele era um funcionário do governo americano e que o que ele estava dizendo sobre o perigo do aquecimento global não era a linha do governo, o qual considera tudo isso uma bobagem. Pediam, por favor, que ele calasse a boca, e, mais que isso, afirmavam que estava proibido de falar. (...)

De quem é a culpa dessa ameaça sem precedentes na história da humanidade? (...) o culpado dessa história não é o ser humano em geral, mas um modelo específico de desenvolvimento econômico, industrial, moderno, capitalista, globalizado, neoliberal: esse é o responsável pela atual crise ecológica e pela ameaça que pesa sobre a humanidade. (...)

É insustentável o padrão de consumo do capitalismo moderno. Isso significa que seria necessária uma redução do consumo, mas para quem? Nem todo mundo tem que apertar o cinto, não é bem assim. Primeiro, é uma questão de desigualdade social. O consumo é dez ou cem vezes maior nos países avançados. Eles são os primeiros que têm que começar essa mudança. Segundo, há uma diferença enorme entre o consumo ostentatório das elites dominantes e o consumo das classes populares: uns comem feijão e milho e outros compram iates enormes, helicópteros, etc. Não é a mesma coisa. Não é o que come milho que vai ter que comer menos milho. É o que compra palácios de luxo que vai ter que reduzir drasticamente seu consumo ostentatório.

Precisamos, portanto, de mudanças nas formas de

propriedade, no aparelho produtivo, no padrão de consumo, no padrão de transporte. O atual modelo, baseado no carro individual para as pessoas e no caminhão para as mercadorias, é insustentável, até porque depende do petróleo. Por isso, precisamos pensar no desenvolvimento do transporte coletivo, no trem em vez do caminhão, entre outras medidas. Tudo isso vai configurando uma mudança bastante radical no padrão de civilização. Na verdade, a proposta ecossocialista, de um novo modelo de desenvolvimento mais além do produtivismo e do consumismo, coloca em questão o paradigma da civilização capitalista ocidental, industrial, moderna. É uma proposta bastante profunda. Precisamos pensar em um novo padrão de civilização, baseado em outras formas de produzir, consumir e viver. Essa é a discussão que está colocada.(...)

Michael Löwy é sociólogo e diretor de pesquisas em Ciências Sociais no Centro Nacional de Pesquisas Científicas, da França (CNRS). As partes destacadas deste texto pertencem à conferência de abertura do Seminário “Abong 20 anos”, intitulada “Uma nova concepção de desenvolvimento: para superar o modelo produtivista-consumista”. Publicada em 30/10/2012 na página: <http://www.outraspalavras.net/2012/10/30/razoes-e-estrategias-do-ecossocialismo/>. Acesso: fevereiro/2013.

Com base na leitura do texto, o aluno deverá responder:

- Qual a sua opinião sobre esse posicionamento do sociólogo Michael Löwy?
- Se o considera realista ou utópico? Suas propostas podem ser aplicadas ou não? Justificar sua resposta.

(2) Debatendo uma questão atual

DECLARAÇÃO FINAL DA CÚPULA DOS POVOS NA RIO+20 POR JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL: EM DEFESA DOS BENS COMUNS, CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

Movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental viveram nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito a cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências.

As instituições financeiras multilaterais, as coalizações a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura

corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro.

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro. (...)

As corporações transnacionais continuam cometendo seus crimes com a sistemática violação dos direitos dos povos e da natureza com total impunidade. Da mesma forma, avançam seus interesses através da militarização, da criminalização dos modos de vida dos povos e dos movimentos sociais promovendo a desterritorialização no campo e na cidade.

Da mesma forma denunciemos a dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente os povos oprimidos do mundo, e que deve ser assumida pelos países altamente industrializados, que ao fim e ao cabo, foram os que provocaram as múltiplas crises que vivemos hoje.

O capitalismo também leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência. (...)

As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra-hegemônico e transformador.

A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética, são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-industrial.

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos. (...)

Voltemos aos nossos territórios, regiões e países animados para construirmos as convergências necessárias para seguirmos em luta, resistindo e avançando contra o sistema capitalista e suas velhas e renovadas formas de reprodução.

Em pé continuamos em luta!

Rio de Janeiro, 15 a 22 de junho de 2012.

Cúpula dos Povos por Justiça Social e ambiental em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida. Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br>

– Este é um fragmento do manifesto final do denominado “Cúpula dos Povos”, que aconteceu durante o evento da ONU “Rio + 20” e reuniu diversos representantes de ONGs, sindicatos e entidades representativas da sociedade civil de diversos países. Com base na leitura (ou do texto completo, que pode ser acessado na internet – ver link acima), discuta com a turma as possibilidades de realização das propostas que os participantes da “Cúpula dos Povos” fazem ao mundo e aos governos.

Leituras de aprofundamento para o professor:

DAVIS, Mike. *Ecologia do medo*. Los Angeles e a fabricação de um desastre. São Paulo: Record, 2001.

ROBIN, Marie-Monique. *O mundo segundo a Monsanto: da dioxina aos transgênicos, uma multinacional que quer o seu bem*. São Paulo: Radical Livros, 2008.

CAPÍTULO 13 – “É DE PAPEL OU É PRA VALER?” CIDADANIA E DIREITOS NO MUNDO E NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Objetivos:

Definir historicamente os conceitos *cidadania* e *direitos*, com as suas características ao longo do tempo e suas relações com as desigualdades sociais, assim como debater a questão da longa e tortuosa trajetória da cidadania e dos direitos na História do Brasil. Para este fim, o capítulo terá a intenção de:

- 1 – Apresentar a ideia de cidadania na Antiguidade Clássica e durante a Revolução Francesa;
- 2 – Conceituar direitos civis, políticos e sociais;
- 3 – Discutir as relações entre cidadania, socialismo, capitalismo e neoliberalismo;
- 4 – Apresentar momentos relevantes da história da cidadania e dos direitos no Brasil, dos séculos XIX ao XXI.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Cidadania – *polis* – Revolução Francesa – Estado de Bem-Estar Social – direitos civis, políticos e sociais – cidadania no Brasil – T. H. Marshall – Wanderley Guilherme dos Santos – José Paulo Netto – Elaine Behring – Ivanete Boschetti – Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna

Pesquisando e refletindo

Para um aprofundamento da reflexão feita no capítulo sugerimos que o professor organize, junto com seus alunos, algumas entrevistas filmadas com a população local (região do entorno da escola) sobre o que as pessoas têm conhecimento a respeito dos seus direitos sociais, políticos e civis.

Para ajudar no planejamento desse trabalho, sugerimos que o professor tente obter, junto à direção da escola, a aquisição do documentário: DIREITOS DA CIDADANIA (BRASIL, 1989). CETA/IBASE – CECIP – FASE. 22 min.

Os produtores do documentário partem dos direitos

escritos na Constituição, tais como habitação, escola, saúde, segurança etc., para mostrar, através de entrevistas, o que o povo sabe sobre seus direitos e se eles estão sendo respeitados. Este documentário pode ser solicitado através do site <http://www.cecip.org.br/>. Acesso: março/2013/. Acesso: março/2013.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

EM TORNO DO CONCEITO DE POLÍTICA SOCIAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna
Rio de Janeiro, dezembro de 2002

Política social é um conceito que a literatura especializada não define precisamente. De um ângulo bem geral, no âmbito das Ciências Sociais, a política social é entendida como modalidade de política pública e, pois, como ação de governo com objetivos específicos. A definição parece óbvia e um tanto vaga. No entanto, contém duas armadilhas que, se desativadas, minimizam a obviedade e permitem alcançar maior precisão conceitual.

A primeira armadilha se encontra na expressão **ações de governo**. Trata-se de uma armadilha porque a expressão se torna vazia quando não vem acompanhada da indispensável qualificação: **que** governo? Ou seja, a política social, como qualquer política pública pode ser produzida sob distintas estruturas legais e institucionais, em distintos contextos, sistemas e regimes políticos, como resultante de pressões sociais mais ou menos organizadas e mais ou menos representativas da sociedade como um todo. Faz diferença, naturalmente, se determinada ação governamental é implementada por tecnocratas encapsulados em seus gabinetes, como acontece nas ditaduras, ou se é implementada com base em procedimentos democraticamente estabelecidos. Faz diferença, também, se determinada ação governamental é formulada sob influência única das elites dominantes ou se é formulada em instâncias abertas à influência de interesses diversificados.

No resto da frase, **com objetivos específicos**, está a segunda armadilha. Pois cabem, igualmente, perguntas que qualificam a locução: especificados por quem, em que esferas, com que legitimidade? De novo, faz imensa diferença se a demarcação dos objetivos de determinada ação governamental se dá em circunstâncias democráticas ou autoritárias, se leva em conta interesses amplos ou restritos da sociedade, etc.

Assim, percebe-se que, mais do que conferir rigor absoluto ao conceito de política pública, é importante considerar seu caráter político, e, portanto circunstancial, o que equivale a dizer historicamente inteligível. Como política pública, portanto, a política social deve ser entendida em sua dimensão política e histórica. E é contemplando estas dimensões, sempre articuladas, que se pode avançar um pouco mais na definição de política social e na identificação de seu objeto.

Um autor sempre citado quando se estuda política social, T. H. Marshall, em livro publicado em 1965 e reeditado seguidas vezes, em Londres, assinala aspectos cruciais para conceituar política social. “Política social é um termo que, embora amplamente usado não possui definição precisa. O significado que lhe é dado em contextos particulares é em grande medida matéria de conveniência ou convenção”. Os referidos aspectos cruciais contidos no trecho são os seguintes: a) em contextos particulares, isto é **distintos**, significados também distintos são atribuídos ao termo política social; b) tais distintos significados decorrem de conveniência ou convenção, ou seja, são estabelecidos mediante escolhas e/ou acordos. O primeiro aspecto sugere, enfatizando a dimensão histórica, que se pode entender e praticar política social – que, como política pública é ação de governo – de diversos modos, dependendo, conforme mencionado acima, da natureza do Estado e dos processos decisórios em vigor. O segundo aspecto reitera a importância dos atores sociais e de sua capacidade de negociar politicamente suas posições na agenda pública.

Ora, as Ciências Sociais – que estudam as políticas sociais – configuram um campo do conhecimento que incide sobre tal dinâmica e é por ela balizado. E que, portanto, se constrói e definem seus conceitos mediante mecanismos semelhantes. Assim, o entendimento de que política pública é **ação governamental com objetivos específicos** consiste numa convenção acadêmica. Assim, também, constitui convenção acadêmica, expressa pela literatura especializada, a ideia de que política social é **ação governamental com objetivos específicos relacionados com a proteção social**.

Mais uma vez, se repõe o caráter aparentemente óbvio e vago da afirmação. Agora, porém, considerando o que foi mencionado anteriormente, sabe-se que é possível e necessário qualificá-la mediante certas interrogações, que no caso são: a quem proteger? Como proteger? De que proteger? A argumentação desenvolvida até aqui permite perceber que as respostas dadas pelas nações a estas perguntas foram historicamente diversas e são ainda hoje diversas em função de suas estruturas político-institucionais, configurando modelos diferenciados de proteção social.

Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna é Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Instituto de Economia da UFRJ. O texto selecionado faz parte de um material de apoio apresentado às turmas da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, do Governo Federal, Brasília, em 2002.

Com base na leitura do texto, o aluno deverá responder:

– O que é política social? E discorrer sobre os argumentos que levam a autora do artigo a chamar de “armadilhas” as definições desse conceito.

(2) Debatendo uma questão atual

BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O Programa atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional de acordo com o perfil e tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ), o variável gestante (BVG) e o variável nutriz (BVN) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP). Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as características de cada família, considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de componentes da família.

A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04.

A seleção das famílias para o PBF é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no PBF. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício.

In: Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso: fevereiro de 2013.

Sugerimos que os alunos, com orientação do professor:

– Pesquisem sobre o Bolsa Família e outros “programas de transferência direta de renda”, priorizando como são esses programas na cidade onde residem. (O professor deverá orientar na elaboração e no desenvolvimento dessa pesquisa.)

– De posse dos dados da pesquisa, a turma debaterá sobre a importância e o alcance desse programa, considerando também os conteúdos estudados neste capítulo.

Leituras de aprofundamento para o professor:

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAPÍTULO 14 – “O ESTADO SOU EU.” ESTADO E DEMOCRACIA

Objetivos:

Caracterizar as funções do Estado moderno e apresentar o debate sobre o caráter da democracia no mundo contemporâneo. Para isso, pretende-se:

1 – Apresentar a discussão do Estado na Sociologia clássica, em especial na teoria de Max Weber;

2 – Debater a questão da democracia, destacando as ideias defendidas pelos pensadores iluministas;

3 – Entender a ascensão da democracia liberal nas sociedades burguesas e as experiências de democracia participativa;

4 – Apresentar a história da democracia no Brasil, com uma breve caracterização dos atuais partidos políticos.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Estado – poder – dominação – democracia representativa – democracia participativa – partidos políticos – Max Weber – Friedrich Engels – Rousseau – Locke – Montesquieu – Adam Smith – Boaventura de Sousa Santos – Robert Michels – Evelina Dagnino

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento que sugerimos é a realização de uma atividade simples de pesquisa escolar, que poderá recorrer principalmente à internet.

Sem deixar de lado os conteúdos apresentados pelo texto do livro, os alunos deverão formar equipes para responder à última questão da subseção **Dialogando**: realizar uma pesquisa sobre os principais partidos políticos brasileiros, apresentando as ideias relevantes e os projetos de lei que cada um deles defende atualmente.

A partir das conclusões apresentadas pelos estudantes, promover um debate sobre a real importância da política e da democracia na sociedade brasileira, pensando em *alternativas concretas* para se reverter a avaliação negativa que a população em geral manifesta sobre o quadro atual. A pergunta-chave para os alunos: isto seria factível ou estaríamos diante de uma “missão impossível”? Por quê?

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA NOÇÃO DE CIDADANIA

Evelina Dagnino

A expressão *cidadania* está hoje por toda parte, apropriada por todo mundo, evidentemente com sentidos e intenções diferentes. Se isso é positivo, num certo sentido, porque indica que a expressão ganhou espaço na sociedade, por outro lado, face à velocidade e voracidade das várias apropriações dessa noção, nos coloca a necessidade de precisar e delimitar o seu significado: o que entendemos por cidadania, o que queremos entender por isso. A minha apresentação será uma tentativa nessa direção, um esforço de marcar o terreno, de indicar alguns parâmetros do campo teórico e político onde essa noção emerge, especialmente a partir da década de 1980. Nesse esforço – preliminar, como vocês verão – vou procurar enfatizar, de um lado, o que acho que é o seu significado original (falo da sua origem contemporânea); de outro lado, aquilo que considero seja inovador, aquilo que pode justificar o falar-se hoje de uma nova cidadania. Acho que é possível marcar, desde logo, esses dois sentidos da cidadania destacando o seu caráter de estratégia política, o fato de que ela expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte, sem dúvida, significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade. Nesse sentido, evidentemente as apropriações e a crescente banalização desse termo não só abrigam projetos diferentes no interior da sociedade, mas também certamente tentativas de esvaziamento do seu sentido original e inovador. Há uma disputa histórica pela fixação do seu significativo e, portanto, de seus limites.

Acho que há duas dimensões que presidem a emergência dessa nova noção de cidadania e que devem ser lembradas para marcar o seu terreno próprio. Em primeiro lugar, o fato de que ela deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano – e aqui é interessante anotar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania.

Em segundo lugar, o fato de que, a essa experiência concreta, se agregou cumulativamente uma ênfase mais ampla na construção da democracia, porém, mais do que isso, na sua extensão e no seu aprofundamento. Nesse sentido, a nova noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real.

Como consequência dessas duas dimensões, eu destacaria um terceiro elemento que considero fundamental nessa noção de cidadania: o fato de que ela organiza uma

estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática.

A questão da cultura democrática assume um caráter crucial no Brasil e na América Latina como um todo. Esta é uma sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria, a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais: o que podemos chamar *autoritarismo social*. Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos *lugares* na sociedade. Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito, que pervade a casa e a rua, a sociedade e o Estado. É visível no nosso cotidiano até fisicamente: é o elevador de serviço, a cozinha que é o lugar da mulher, cada macaco no seu galho etc. etc. Esse autoritarismo engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. E, fundamentalmente, significa uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, de modo a incluir o conjunto das práticas sociais e culturais, uma concepção de democracia que transcende o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais permeadas pelo *autoritarismo social* e não apenas pela exclusão política no sentido estrito. Nossa referência aqui, portanto, é, mais do que um regime político democrático, uma sociedade democrática.

Evelina Dagnino é mestre e Doutora em Ciência Política e, atualmente, Professora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo. O seu texto é um fragmento do artigo publicado no livro que organizou *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-115.

Com base na leitura, os alunos deverão responder:

- Por que a autora, em seu texto, se refere ao surgimento de uma “nova” cidadania? Explicar.
- O que significa a ideia de “cultura democrática”? Relacionar com o conteúdo estudado neste capítulo.

(2) Debatendo uma questão atual

1. NÚMERO DE ADOLESCENTES QUE VOTAM ESTÁ EM QUEDA NA CIDADE

De 2004 para este ano, houve uma redução de 40% no total de eleitores.

Simone Avellar

RIO - Para os brasileiros de 16 e 17 anos, o voto é opcional. Trata-se de um direito conquistado pelo movimento estudantil, incorporado à Constituição de 1988. Mas a participação desses eleitores nas eleições municipais vem caindo. Em 2004, na cidade do Rio havia 42,9 mil eleitores menores de idade, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Este ano, apenas 26 mil vão votar – uma queda de 39,9%. A população de moradores do Rio nessa faixa etária também caiu, mas numa proporção menor. Eram 193 mil em 2000, e 183 mil em 2010, o que representa redução de 5,1%, de acordo com o Censo.

Para o pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Felipe Borba, o jovem, historicamente, se interessa menos por política. Ele afirma isso citando pesquisas realizadas desde os anos 1950.

– Se o voto não é obrigatório até os 18 anos, grande parte dos jovens acaba não votando mesmo – afirma Borba.

Professor não vê alienação

O pesquisador acredita que a diminuição demográfica não é tão significativa a ponto de justificar a menor participação na eleição. Entretanto, o cientista político Eduardo Raposo, professor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, não acha que os números reflitam uma alienação dos jovens:

– É uma geração mais individualista do que a dos anos 1970. Mas percebo os jovens de hoje bastante interessados nos rumos do país.

Enquanto a participação de adolescentes vem diminuindo em relação a outras eleições municipais, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) comemora o aumento do número de eleitores 16 e 17 anos em comparação com as eleições presidenciais de 2010. Naquele ano, foram 2,4 milhões de jovens votando no país. Em 2012, são 2,9 milhões. A Ubes é uma das realizadoras da campanha “Se liga 16”, para conscientizar sobre a importância da participação dos jovens nas eleições.

‘Possibilidade de mudar’

No Rio, o número de adolescentes que tiraram o título de eleitor (26 mil) representa 14,1% da população atual com essa faixa de idade (183 mil). Em muitas escolas, a taxa é maior. Segundo o Colégio Santo Inácio, por exemplo, 32,8 % dos seus alunos com idade para votar vão participar destas eleições. Gabriela Matera, de 16 anos, aluna do 2º ano do PH, tirou o título de eleitor assim que atingiu a idade mínima para votar.

– Se há oportunidade, a gente tem que ajudar a escolher

um bom político para a cidade. Está nas nossas mãos também a possibilidade de mudar alguma coisa – diz.

Já Tabatha Barros, também de 16, aluna do 2º ano do Colégio São Vicente, perdeu o prazo para requerer o título.

– Não gosto do nosso sistema político, mas também não foi um ato de rebeldia. Só que, como não é obrigatório, não me preocupo tanto.

Matéria publicada no site do jornal *O Globo*, em 30/09/12. Disponível em: <http://glo.bo/1apmpNX> Acesso: fevereiro/2013.

Com base na leitura, os alunos deverão:

– Comentar a afirmação do professor Eduardo Raposo, da PUC-RJ, de que os jovens de hoje formam “uma geração mais individualista do que a dos anos 1970”, mas que, mesmo assim, não são alienados e se interessam pela política. Qual a opinião dos alunos a respeito?

– Justificar a atitude se pretendem tirar ou se já tiraram o título de eleitor ao completar 16 anos?

– Avaliar se existem outras possibilidades de participação política efetiva na sociedade atual, para além das eleições. Se positivo, quais? Se posicionar em relação a outras formas de participação política.

Leituras de aprofundamento para o professor:

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAPÍTULO 15 – “VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?” MOVIMENTOS SOCIAIS ONTEM E HOJE

Objetivos:

Definir e caracterizar os movimentos sociais através da História, apresentando o papel que desempenharam na luta por direitos e por democracia no Brasil contemporâneo. Assim, pretende-se:

1 – Identificar a presença dos movimentos sociais na História das diferentes sociedades;

2 – Apresentar as características gerais dos movimentos sociais;

3 – Conceituar *velhos* e *novos* movimentos sociais;

4 – Discutir o papel dos movimentos sociais na História do Brasil.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Movimentos sociais – ações coletivas – conflito – projeto político – luta classista – movimento operário brasileiro – anarco-sindicalismo – novos movimentos sociais – Eder Sader – Ana Maria Doimo – Evelina Dagnino – Solon Viola – Maria da Glória Gohn

Pesquisando e refletindo

Em função das lacunas que muitos alunos trazem da sua formação anterior, o encaminhamento que entendemos como ideal para o desenvolvimento de uma atividade de pesquisa e de reflexão sobre o tema é que os estudantes:

– Pesquisem, apresentem e debatam na turma as características de alguns importantes movimentos sociais ocorridos na História do Brasil. Temas sugeridos: (a) Guerra de Canudos; (b) Guerra do Contestado; (c) Revolta da Vacina; (d) Revolta da Chibata; (e) Movimento Operário e Sindical Ontem e Hoje. [O professor poderá acrescentar outros temas, segundo sua avaliação].

Para o planejamento e posterior desenvolvimento do trabalho, o professor de Sociologia poderia agendar uma atividade interdisciplinar com o professor de Língua Portuguesa ou Literatura: a leitura de uma obra clássica da literatura brasileira, relacionada ao tema [ver as indicações apontadas pelo professor de Literatura].

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

O QUE É MOVIMENTO SOCIAL E POR QUE SEU ESTUDO É IMPORTANTE

Maria da Glória Gohn

Desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (...). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade.

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os

movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazeres propositivos”.

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados (...). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.

Maria da Glória Gohn é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-doutorado em Sociologia na New School University, Nova York. Professora titular da Faculdade de Educação da UNICAMP. O trecho em destaque faz parte de seu artigo “Movimentos sociais na contemporaneidade”, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. Disponível em: <http://bit.ly/19KgvUG>. Acesso: fevereiro/2013.

– Com base na leitura do texto, o professor deve promover, entre os alunos, um debate sobre as principais características dos movimentos sociais, segundo a autora.

(2) Debatendo uma questão atual

2. MPF VAI FACILITAR ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE IMPACTOS SOCIAIS DA COPA

Dados sobre autoridades responsáveis por obras serão disponibilizados pela Procuradoria dos Direitos do Cidadão

São Paulo – O Ministério Público Federal (MPF) irá sistematizar as informações sobre os impactos nas comunidades atingidas pelas obras da Copa de 2014 em São Paulo através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. A decisão foi tomada na audiência pública que ocorreu no sábado (2) na Câmara Municipal, que reuniu representantes do Comitê Oficial da Copa, do governo estadual, do Comitê Popular da Copa, do MPF e da Defensoria Pública de São Paulo.

“Ficou decidido que caberia à Procuradoria dos Direitos dos Cidadãos deixar públicos e sistematizado dados sobre as autoridades responsáveis pelos eventuais ônus das comunidades”, disse o procurador da República Eleovan Mascarenhas à **Rádio Brasil Atual**.

Segundo ele, a principal queixa apresentada na audiência foi em relação à identificação das autoridades responsáveis. “As pessoas não sabem a quem recorrer. Então estamos comprometidos com essa tarefa, para que a população saiba a

quem recorrer em casos de eventuais ilegalidades.”

Durante o evento, os defensores públicos e procuradores colheram críticas e sugestões de moradores de vários bairros da cidade que sofrerão despejos por causa dos projetos da Copa. A defensora Anahí Arantes Rodrigues explica que, além das remoções, outras questões foram discutidas, como a permissão para o trabalho dos ambulantes durante os jogos e a preocupação com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

“O que vai acontecer com essas famílias, se elas serão reassentadas e onde, além de outras preocupações, como o trabalho informal, o trabalho dos ambulantes, se haverá alguma restrição a isso, tudo isso esteve em pauta”, explica. A questão dos direitos de movimentos sociais também foi discutida na audiência. “Temos receio com a questão dos movimentos sociais, de serem tratados como terroristas no período da Copa e não como movimentos que legitimamente se manifestam.”

Segundo Mascarenhas, há uma dificuldade do poder público de tornar transparentes os dados e informações sobre as intervenções da Copa do Mundo na cidade. “É difícil para a população conseguir essas informações. O próprio MP tem dificuldade em conseguir essas informações. Ainda não há nos órgãos públicos essa sistematização, que permita a pessoa entrar em um único local, seja um sítio da internet ou um telefone, em que possa saber de tudo.”

Anahí afirma que a Defensoria, juntamente com o Ministério Público, pretende reunir todas as denúncias de violações aos direitos humanos em relatórios que serão entregues aos órgãos municipais, estaduais e federais. “A ideia é reunir as informações para já encaminhar para as autoridades com sugestões, e identificar o que pode ser feito em cada caso.”

Notícia veiculada no site da Rede Brasil Atual, em 05 de fevereiro de 2013: <http://bit.ly/12ua329/> Acesso: fevereiro/2013.

– Com as obras visando a Copa do Mundo de 2014, grande parte da população foi atingida e sofreu com os seus impactos. Sugere-se ao professor estimular entre seus alunos uma pesquisa sobre as principais demandas que apareceram em pelo menos três cidades-sedes dos jogos da Copa e se algum movimento social foi organizado como resposta da população.

Leituras de aprofundamento para o professor:

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CAPÍTULO 16 – “NA TELINHA DA SUA CASA VOCÊ É CIDADÃO?” O PAPEL DA MÍDIA NO CAPITALISMO GLOBALIZADO

Objetivos:

O poder da mídia no mundo moderno é uma questão que está permanentemente presente no mundo dos jovens. Neste capítulo, pretendemos refletir, de um ponto de vista crítico, esse poder e suas interseções com o cotidiano da juventude. Portanto, pretende-se:

1 – Refletir sobre as profundas transformações que as relações sociais, políticas e culturais sofreram sob o efeito dos meios de comunicação de massa;

2 – Estudar as diversas abordagens sociológicas sobre os meios de comunicação de massa;

3 – Analisar as atuais relações entre mídias e educação.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Meios de comunicação de massa – mídia – indústria cultural – mundo virtual – novos agentes de socialização – Marshall McLuhan – Jurgen Habermas – Walter Benjamin – Marilena Chauí – Jean Baudrillard – Muniz Sodré – Manuel Castells – Pierre Bourdieu

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento que sugerimos para uma atividade de reflexão é a realização de uma pesquisa no site: <http://www.midiaindependente.org/> Acesso: março/2013.

Este site contém informações, análises e artigos sobre os principais acontecimentos do mundo contemporâneo. A peculiaridade para discussão do tema dos meios de comunicação de massa é que ele traz concepções e versões alternativas àquelas notícias veiculadas pela grande mídia hegemônica. A sugestão ao professor é a de solicitar aos alunos o acesso a esse site, objetivando comparar uma outra versão de algum acontecimento ou análise vista nas TVs, rádios ou jornais de grande circulação. Após a pesquisa, sugerir um debate na sala de aula sobre as diversas versões encontradas. Isto pode se constituir num momento facilitador para a compreensão dos conceitos e autores discutidos no capítulo.

O site apontado trata-se de uma indicação possível. Existem outros para execução dessa proposta de atividade. Cabe ao professor realizar uma pesquisa prévia a respeito, para organizar o trabalho posterior com os alunos.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

A SOCIEDADE INTERATIVA

Manuel Castells

A comunicação mediada pela internet é um fenômeno social recente demais para que a pesquisa acadêmica tenha

tido a oportunidade de chegar a conclusões sólidas sobre seu significado social.

Ademais, os poucos registros empíricos ainda estão marcados pelo tipo de questões que surgiram na era pré-WWW, isto é, anteriores a 1995, quando a comunicação mediada pelo computador era assunto sem importância de algumas centenas de milhares de usuários devotos. Isto é verdade, em especial, com relação à questão que dominou o debate sobre as dimensões sociais da internet durante a década de 1990: a internet favorece a criação de novas comunidades, comunidades virtuais, ou, pelo contrário, está induzindo ao isolamento pessoal, cortando os laços das pessoas com a sociedade e, por fim, com o mundo ‘real’? Howard Rheingold, em seu livro pioneiro *Virtual Communities* deu o tom do debate, defendendo com ênfase o nascimento de uma nova forma de comunidade que reúne pessoas *on-line* ao redor de valores e interesses em comum. Além disso, com base em sua própria experiência com WELL, uma rede cooperativa de computadores da área da baía de San Francisco, ele propôs a ideia de que as comunidades criadas *on-line* poderiam transformar-se, como no próprio caso dele, em reuniões físicas, festas amistosas e apoio material para os membros da comunidade virtual. Em geral, entende-se que a comunidade virtual, segundo a argumentação de Rheingold, é uma rede eletrônica autodefinida de comunicações interativas e organizadas ao redor de interesses ou fins em comum, embora às vezes a comunidade se torne a própria meta. Tais comunicações podem ser relativamente formalizadas, como no caso dos fóruns patrocinados ou sistemas de BBS, ou formadas espontaneamente por redes sociais que se conectam à rede para enviar e receber mensagens padrão de horário escolhido (com atraso ou em tempo real). Foram criadas dezenas de milhares dessas ‘comunidades’ no mundo inteiro na década de 1990, a maioria delas com base nos EUA, porém se expandindo cada vez em âmbito global.

Ainda não está claro, porém, o grau de sociabilidade que ocorre nessas redes eletrônicas, e quais são as consequências culturais dessa nova forma de sociabilidades, apesar do empenho de um grupo cada vez maior de pesquisadores.

O legendário John Perry Barlow – cantor de rock, cofundador da libertária *Electronic Frontier Foundation*, profeta da internet e defensor de causas humanitárias – estava esperançoso e dizia que “estamos agora criando um espaço no qual o povo do planeta pode ter [um novo] tipo de relacionamento: quero poder interagir totalmente com a consciência que está tentando se comunicar comigo”. Numa abordagem mais acadêmica, William Mitchell foi convincente ao afirmar que estão emergindo *on-line* novas formas de sociabilidade e novas formas de vida urbana, adaptadas ao nosso meio ambiente tecnológico. E em um dos primeiros estudos psicanalíticos dos usuários da internet (na verdade, membros de um grupo Multi Users Dungeons – MUDs), Sherry Turkle demonstrou que, sim, os usuários interpretavam papéis e criavam identidades *on-line*. Mas isso gerava uma sensação de comunidade, mesmo que efêmera, e talvez trouxesse algum alívio a pessoas carentes de comunicação e autoexpressão. Contudo, ela concluiu que “a noção do real contra-ataca. Quem

vive vidas paralelas na tela está, não obstante, ligado pelos desejos, pela dor e pela mortalidade de suas possibilidades físicas. As comunidades virtuais oferecem um contexto novo e impressionante, no qual pensar sobre a identidade humana na era da internet”.

Manuel Castells é professor de Comunicação, Tecnologia e Sociedade na Wallis Annenberg School of Communication, Universidade do Sul da Califórnia, Los Angeles. O trecho destacado foi retirado da sua obra *A sociedade em rede*. V. I. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 442-443.

- Sugerimos ao professor elaborar um questionário para os alunos entrevistarem quem foi jovem antes da era da internet;
- Com base na leitura do texto de Manuel Castells, debater com a turma as afirmações: “o nascimento de uma nova forma de comunidade” e “estão emergindo *on-line* novas formas de sociabilidade e novas formas de vida urbana”;
- Pedir que os alunos redijam uma comparação das respostas obtidas na entrevista com as formas de sociabilidade dos jovens atualmente.

(2) Debatendo uma questão atual

1. **BIG BROTHER BRASIL: Você também pode brilhar** Bruna Rebello, 29/01/2013

“O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’” (DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997).

Então, é iniciada mais uma temporada do *Big Brother Brasil*. A versão brasileira do programa, que está na sua 13ª edição (!), ainda causa polêmica. Isto porque é, no mínimo, impressionante perceber como um conteúdo tão cotidiano e simples pode gerar tanto interesse. Não são pessoas que já tinham fãs, não são talentos inéditos, não são números acrobáticos fenomenais. Não. São pessoas ordinárias lavando a louça, varrendo a casa e discutindo por conta da comida.

O que ocorre é a transformação de um ato casual em fenomenal, simplesmente por estar na televisão. A presença na tela ganhou tal *status* que o que antes deveria ser fantástico para ganhar audiência, hoje pode ser banal. E isso só é possível graças a nós, que consumimos e incentivamos este tipo de produção. Queremos ver todo mundo virar estrela, para depois acompanhar suas interessantíssimas idas ao banco, visitas à sogra e passeios com o cachorro.

Segue-se, então, a pergunta que não quer calar: por que estaríamos tão entretidos por fatos assim, digamos, casuais? Em primeiro lugar, vale pensar nos fatores que viabilizam este tipo de comunicação: a instantaneidade e a interatividade da notícia. Você está na praia agora e eu já sei porque está na internet. Além de mim, outras centenas, já leram a novidade e

já deixaram comentários sobre seu biquíni, seu protetor solar e o seu corpão (ou a falta dele).

Só é preciso estar na TV

O que ocorre é que hoje, emissor e receptor de mensagens ocupam o mesmo lugar simultaneamente. Os papéis de mídia e público se coincidem e seus limites tornam-se tênues. Então, pensemos. Se a veiculação é mais rápida, com um alcance que possibilita que todos contribuam com as notícias, a informação torna-se facilmente digerível. Por isso, surge a necessidade de haver outras informações, mais atuais ainda e mais e mais frequentes.

E como sobreviver se nem sempre há assunto? Criando assunto. Vamos transformar o “simples” em notícias da capa – que serão consumidas cada vez mais facilmente e substituídas cada vez mais rapidamente. O dia a dia vira extraordinário. As mídias ficam voláteis, repletas dessas notícias descartáveis. E é aí que entra o segundo pilar que sustenta este sistema todo. O público recebe a notícia descartável e se identifica com ela, porque se trata, na verdade, de “gente como a gente” transformada em celebridade.

Se eles podem, por que não eu? Nas entrelinhas, fica a mensagem de que você também pode brilhar. Basta aparecer. Antes você tinha que cantar, atuar, sapatear. Para virar estrela, você tinha que ser.

Agora, só é preciso estar na TV (e se inscrever).

Matéria publicada no site OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, Edição 731, de janeiro de 2013. Disponível em:
<http://bit.ly/12uadGG>
Acesso: fevereiro/2013.

– Fazendo uma relação com o texto do capítulo estudado, podemos afirmar que essa vontade de exposição e consumo de informação é uma nova forma de sociabilidade? Os alunos deverão justificar suas respostas, num debate entre a turma e o professor em sala de aula.

Leituras de aprofundamento para o professor:

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

SODRÉ, Muniz. *Império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CAPÍTULO 17 - “ONDE VOCÊ ESCONDE SEU RACISMO?” DESNATURALIZANDO AS DESIGUALDADES RACIAIS

Objetivos:

O objetivo deste capítulo é refletir, do ponto de vista sociológico, a temática do racismo e as relações étnico-raciais entre brancos e negros na sociedade brasileira. Neste sentido, deve-se:

1 – Contextualizar o surgimento dos conceitos de “raça”, de etnia e de etnicidade;

2 – Apresentar as reflexões do pensamento social brasileiro sobre as relações raciais;

3 – Refletir sobre as discussões contemporâneas promovidas pelos movimentos negros;

4 – Analisar as polêmicas atuais no Brasil sobre as políticas de ações afirmativas.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Preconceito – discriminação – racismo – raças – etnia – etnicidade – ações afirmativas – Gilberto Freyre – Florestan Fernandes – Thomas Skidmore – Muniz Sodré - Kabengele Munanga – Clóvis Moura – Hélio Santos – Edward E. Telles

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento que sugerimos para uma atividade de reflexão é a realização de um debate em sala de aula, juntamente com os professores de Literatura e de Artes da turma, a partir da leitura do livro de LOPES, Nei. *O racismo explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007. O autor apresenta didaticamente, em linguagem voltada para os jovens, de que forma o racismo surge e como se apresenta na sociedade, em todas as suas dimensões e consequências.

Após a leitura e o debate sobre o conteúdo do livro, o professor também pode organizar, junto aos professores de Artes e Literatura, uma apresentação teatral a partir dos diálogos dos personagens presentes no livro.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

O SIGNIFICADO DA RAÇA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Edward E. Telles

Recentemente, o presidente dos Estados Unidos perguntou ao presidente do Brasil se em seu país também havia negros. Embora não seja do conhecimento do Presidente Bush nem de muitos outros norte-americanos, no Brasil a população de descendentes de africanos supera atualmente em mais de três vezes a dos Estados Unidos. Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil foram colonizados por potências europeias que dominaram militarmente os povos indígenas mais fracos e, depois, instituíram sistemas de escravidão que dependiam de africanos. No caso do Brasil, os colonizadores europeus e seus descendentes escravizaram e importaram sete vezes mais africanos do que os colonizadores da América do Norte. No final do século XIX e no início do século XX, ambos os países receberam milhares de imigrantes da Europa destinados a atender às tentativas de industrialização. Desde então, os descendentes desses imigrantes de pele clara nos Estados Unidos e no Brasil passaram a dominar seus compatriotas de pele mais escura através de práticas discriminatórias derivadas de uma ideologia racial, criando o que os sociólogos chamam de sociedades estratificadas racialmente. Ambas as

sociedades puseram em prática políticas de ação afirmativa destinadas a promover os negros e outras categorias desfavorecidas – nos Estados Unidos, no início da década de 1960, e no Brasil mais recentemente.

No entanto, as principais semelhanças entre os sistemas raciais desses dois grandes países multirraciais não vão muito além disso. Em primeiro lugar, porque a grande maioria das pessoas com ascendência africana nos Estados Unidos é classificada como negra. No Brasil, muitas pessoas que são classificadas ou se identificam como brancas possuem ascendência africana. Isso sem mencionar aqueles classificados como pardos, morenos, mestiços, mulatos, pretos ou negros. Portanto, diferentemente dos Estados Unidos, a raça no Brasil se baseia principalmente na cor da pele de uma pessoa e sua aparência física e não na descendência africana. Esta diferença entre os dois países e muitas outras derivam de duas ideologias e de sistemas modernos de relações raciais distintos. Embora ambos os sistemas raciais tenham raízes na ideia da supremacia branca, suas respectivas ideologias e padrões de relações raciais resultam em formas radicalmente diferentes que respondem a forças históricas, políticas e culturais distintas. (...)

Teorias derivadas do caso norte-americano são (...) ilegítimamente aplicadas para interpretar outros casos. Em particular, a existência de mecanismos que afetam as relações raciais nos Estados Unidos é frequentemente assumida como existente em outros lugares, como o Brasil. Mas este claramente não é o caso (...). Raça é um importante princípio organizador tanto no Brasil como nos Estados Unidos, mas de formas muito diferentes. No interesse de construir uma sociologia universal das relações raciais, espero que meu estudo possa encorajar um reexame das concepções comuns dos sociólogos sobre relações raciais, que facilmente são traduzidas em conhecimentos gerais, apesar de sua estreita base empírica.

Nas últimas décadas, as relações raciais se tornaram a área central do estudo sociológico, que descobriu um considerável corpo de evidências para nos ajudar a entendê-las. Contudo, as evidências comparativas no Brasil continuavam relativamente fracas, muito porque a pequena comunidade brasileira de ciências sociais considerava o assunto sem importância para o país. Enquanto uma história de racismo legal e ostensivo contribuía indubitavelmente para fazer da questão racial uma importante área de estudo nos Estados Unidos, o racismo no Brasil sempre foi geralmente mais sutil, e a segregação racial legal não existe desde a escravidão. (...)

Tais diferenças e similaridades quanto à raça nos dois países se tornaram conhecimento comum, mas os analistas estão menos certos de como as características dos dois sistemas raciais podem se comparar. Por exemplo, muitas vezes notam a existência de desigualdades raciais no Brasil, assim como nos Estados Unidos, porém estas são explicadas muito facilmente como um simples produto de práticas racistas, que existem apesar da ausência de uma segregação formal. Superficialmente, isso pode até ser verdade, mas há muito mais. Enquanto torna-se cada vez mais claro que o racismo é um fenômeno universal, não é

tão aceito o fato de que suas manifestações possam variar tanto. Seriam a natureza e os níveis da desigualdade racial sempre os mesmos? Certamente, entre Brasil e Estados Unidos, a história, a política, a estrutura de classes, a cultura e a ideologia são muito distintas. Isso tudo não afetaria o desenvolvimento do sistema de relações raciais?

Nítidamente as ideologias raciais dos dois países são contrastantes. Como teriam surgido ideologias tão distintas? Elas afetariam as manifestações das relações sociais, ou meramente suas interpretações? Um problema social nas comparações entre a raça no Brasil e nos Estados Unidos é a dissociação entre ideologia e análise social. Até que ponto a pesquisa sobre raça é simplesmente um reflexo da ideologia? As ideologias não contêm elementos da verdade? Quão distorcida por elas é a realidade? A ideologia também afeta as interpretações das análises sociológicas. Em outras palavras, como os analistas podem apresentar estas comparações de forma que os leitores de ambos os países entendam?

A sociologia norte-americana desenvolveu teorias baseadas em evidências para explicar a persistência do racismo e da desigualdade racial apesar do fim da segregação formal. Por exemplo, um texto-chave da sociologia argumenta que a segregação racial residencial – ainda existente na prática, apesar das reformas dos direitos civis – constitui a principal causa da atual desvantagem negra e de outras dimensões das relações raciais nos Estados Unidos. Propõe que a distância física e social entre negros e brancos, aliada a fortes normas sociais que asseguram essa distância, é responsável pelos altos índices de desigualdade racial. Reciprocamente, lança a hipótese de que, sem segregação extrema, a discriminação e a desigualdade racial iriam diminuir. A segregação é, portanto, tida como “a chave” da dominação racial nos Estados Unidos. O mesmo pode não ser verdade no Brasil, se acreditarmos na ideologia racial brasileira. De acordo com esta ideologia e com boa parte da pesquisa sobre o assunto, a segregação residencial no Brasil é, acredita-se, simplesmente baseada na classe social, e a raça não é considerada um fator independente.

Edward E. Telles é Professor de Sociologia na Universidade da Califórnia, Los Angeles, EUA. É um dos mais destacados pesquisadores sobre o racismo no Brasil, inclusive com alguns estudos comparativos com o racismo nos EUA. O trecho selecionado é parte da sua obra *O significado da raça na sociedade brasileira* (p. 2-3), tradução para o português de *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012. Disponível em: <http://bit.ly/1aXbeL1>. Acesso: fevereiro/2013.

– Com base na leitura do texto, os alunos deverão responder como o sociólogo Edward Telles diferencia o racismo existente no Brasil daquele encontrado nos EUA.

– Promova, professor, uma pesquisa na internet a respeito da eleição e da reeleição de Barack Obama para presidente dos EUA, tentando identificar de que forma o debate sobre o racismo naquele país interfere, ou não, nas disputas políticas internas.

(2) Debatendo uma questão atual

PM DÁ ORDEM PARA ABORDAR ‘NEGROS E PARDOS’

Instrução de comandante de batalhão se baseou na descrição de vítima de assalto em bairro luxuoso.

Thais Nunes, 23/01/2013

Desde o dia 21 de dezembro do ano passado, policiais militares do bairro Taquaral, um dos mais nobres de Campinas, cumprem a ordem de abordar “indivíduos em atitude suspeita, em especial os de cor parda e negra”. A orientação foi dada pelo oficial que chefia a companhia responsável pela região, mas o Comando da PM nega teor racista na determinação.

O documento assinado pelo capitão Ubiratan de Carvalho Góes Beneducci orienta a tropa a agir com rigor, caso se depare com jovens de 18 a 25 anos, que estejam em grupos de três a cinco pessoas e tenham a pele escura. Essas seriam as características de um suposto grupo que comete assaltos a residências no bairro.

A ordem do oficial foi motivada por uma carta de dois moradores. Um deles foi vítima de um roubo e descreveu os criminosos dessa maneira. Nenhum deles, entretanto, foi identificado pela Polícia Militar para que as abordagens fossem direcionadas nesse sentido.

Para o frei Galvão, da Educafro, a ordem de serviço dá a entender que, caso os policiais cruzem com um grupo de brancos, não há perigo. Na manhã de hoje, ele pretende enviar um pedido de explicações ao governador Geraldo Alckmin e ao secretário da Segurança Pública, Fernando Grella.

O DIÁRIO solicitou entrevista com o capitão Beneducci, sem sucesso. A reportagem também pediu outro ofício semelhante, em que o alvo das abordagens fosse um grupo de jovens brancos, mas não obteve resposta até o fim desta edição.

Confira a (...) nota de esclarecimento enviada pelo Comando da Polícia Militar:

A Polícia Militar lamenta que um grupo historicamente discriminado pela sociedade, que são os negros, seja usado para fazer sensacionalismo.

O caso concreto trata de ordem escrita de uma autoridade policial militar, atendendo aos pedidos da comunidade local, no sentido de reforçar o policiamento com vistas a um grupo de criminosos, com características específicas, que por acaso era formado por negros e pardos. A ordem é clara quanto à referência a esse grupo: “focando abordagens a transeuntes e em veículos em atitude suspeita, especialmente indivíduos de cor parda e negra com idade aparentemente de 18 a 25 anos, os quais sempre estão em grupo de 3 a 5 indivíduos na prática de roubo a residência naquela localidade”.

A ordem descreve ainda os locais (quatro ruas) e horário em que os crimes ocorrem. Logo, não há o que se falar em discriminação ou em atitude racista, tendo o capitão responsável emitido a ordem com base em indicadores concretos e reais. Discriminação e racismo é o fato de explorar essa situação de maneira irresponsável e fora de contextualização.

Matéria publicada pelo jornal *Diário SP*, disponível também em <http://www.diariosp.com.br/n/42509>, onde constava reproduzida, na íntegra, a nota citada acima. Acesso: fevereiro/2013.

– Considerando as questões apresentadas no capítulo, o professor poderá ler/comentar com os alunos esta matéria jornalística. Depois, comparar a notícia com as letras de músicas da seção Interatividade, e redigir um texto junto com a turma com as conclusões a respeito da existência ou não do racismo no Brasil.

Leituras de aprofundamento para o professor:

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03*. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 39-62. Disponível em: <http://bit.ly/13ecKlc>. Acesso em abril 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAPÍTULO 18 – GÊNERO E SEXUALIDADE NO MUNDO DE HOJE

Objetivos:

Os objetivos do capítulo são a reflexão e a análise dos conceitos de gênero e de sexualidade, abordando as relações entre homens e mulheres e entre heterossexuais e não heterossexuais. Assim, deve-se:

- 1 – Refletir sobre as diferenças entre identidade de gênero e sexo biológico;
- 2 – Analisar as relações de poder entre homens e mulheres e o movimento feminista;
- 3 – Refletir sobre as relações entre heterossexuais e não heterossexuais;
- 4 – Analisar as implicações sociais do homofobismo.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Identidade de gênero – movimentos feministas – gênero e relações de poder – homossexualidade – orientação sexual – Deborah Blum – Joan Scott – Simone de Beauvoir – Alfred Kinsey – Michel Foucault – Luiz Mott

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento que sugerimos para atividade de reflexão é a pesquisa em comunidades no Facebook e em outros sites da internet:

(a) <https://www.facebook.com/LustyLovedol>
(Homossexualidade)

Descrição da comunidade: Página criada em 12 de janeiro de 2012 e que traz discussões e análises sobre homossexualidade: definições, casos de violência, imagens etc.

Até fevereiro de 2013 a página no Facebook vinha sendo acompanhada por mais de 10 mil pessoas. A possibilidade de utilização deste recurso se encontra nas mensagens, imagens e notícias postadas, onde em dezenas de tópicos discutem-se várias questões levantadas neste capítulo.

Sugerimos que o professor divida a turma em equipes, para que cada uma acompanhe, durante duas semanas, as discussões, polêmicas e reflexões. Ao final, os grupos devem apresentar em sala de aula um registro das principais questões

abordadas nas discussões da página.

(b) <http://on.fb.me/14DQTWb> [Lei Maria da Penha, n 11.340].

Descrição da comunidade: Esta página é para conhecermos a Lei Maria da Penha, ajudarmos, tirarmos dúvidas. No site são descritos casos de violência, imagens, vídeos informativos, etc.

Em fevereiro de 2013, a página se encontrava com pouco mais de 3.000 pessoas conversando sobre o tema.

Esta comunidade pode servir de ponto de partida para um debate aprofundado sobre a importância da Lei Maria da Penha, com o professor apresentando um histórico sobre a violência contra a mulher no Brasil e o fato que levou à aprovação dessa legislação.

Vale para esta comunidade a mesma dinâmica sugerida em relação à página do Facebook anteriormente citada.

(c) Pesquisar em sites de notícias e de opinião, organizando reportagens e artigos a respeito do fato que ocorreu em uma universidade privada paulista, em outubro de 2009: a estudante de turismo Geisy Arruda foi expulsa pela direção da Universidade após sofrer assédio sexual e perseguição por parte de vários alunos, em razão de trajar um vestido curto. Na internet, é possível acessar o vídeo produzido pelos próprios alunos e exposto no YouTube. Entendemos que esse caso, que teve grande repercussão na época, pode gerar um debate bastante interessante em sala de aula sobre o tema tratado neste capítulo.

Em função das possibilidades sugeridas, o professor poderá planejar a forma como desenvolverá a temática do capítulo em sala de aula, de acordo com o tempo de que dispõe, escolhendo uma das opções ou trabalhando todas as três e enriquecendo ainda mais a discussão.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

EDUCAÇÃO SEXUAL E O JOVEM HOMOSSEXUAL

Luiz Mott

Sexo é uma das questões mais polêmicas, gostosas e complexas de nossa vida. Somos fruto de um ato sexual. O prazer sexual é das experiências mais fortes que podemos ter. É, sobretudo, através do sexo que a AIDS vem se alastrando pelo mundo inteiro. Sexo como sinônimo de ato sexual é apenas um dos sentidos deste termo, e vamos começar discutindo exatamente as várias conotações deste conceito.

A palavra sexo tem, quando menos, seis significados que merecem ser cuidadosamente distinguidos para melhor entender a polêmica questão da educação diferenciada dos homossexuais.

(...) [ver o livro didático de Sociologia, Cap. 18].

Esta pequena introdução é importante porque descarta logo de início um dos equívocos que muita gente repete: que é o sexo genital (pênis e vagina) que determina a preferência sexual dos indivíduos. (...) Errado: a atração sensual

independe do sexo genital dos atores. Outra opinião errada deve ser aqui logo descartada: macho que gosta de outro macho, ou fêmea que gosta de outra fêmea não são pessoas com desordens glandulares ou psicológicas: a normalidade do físico e da mente dos seres humanos independe de sua “orientação sexual”. (...)

Várias são as Ciências que estudam a sexualidade humana: a Antropologia, a Sexologia, a Psicologia, a Genética – e todas garantem que no ser humano a sexualidade não é regida pelo instinto – como nos animais irracionais. A sexualidade humana não é apenas genética, hormonal, genital: o social, o psicológico e o erótico são criações humanas, que variam de povo para povo e ao longo do tempo dentro da mesma sociedade.

Alguns exemplos: para nós a nudez causa vergonha e se alguém exibir seu corpo nu em público pode até ser preso por atentado ao pudor. Em inúmeras sociedades indígenas e africanas, homens e mulheres andam “pelados”, sem escândalo ou malícia. Na Grécia Antiga o homossexualismo era aceito e tinha até deuses que eram homossexuais; no Candomblé e Umbanda, há Orixás que são metade do ano homem, a outra metade, mulher. No Irã os homossexuais e as mulheres adúlteras são mortos a pedradas; na Dinamarca, Suécia e Noruega, os gays e lésbicas podem se casar oficialmente e na Holanda há vitrines onde as profissionais do sexo estão à vista e às ordens de quem pague por seus serviços eróticos. Estas variações tão extremas da expressão sexual comprovam que *a sexualidade humana é cultural e não instintiva* pois, se fosse ditada pela natureza, seria idêntica para todos os povos e em todas as épocas. Portanto, é errado dizer que existe uma “moral universal”, ou que está escrito no coração dos homens o certo e errado em questão sexual. Cada povo e cada casal é que determinam o que é certo ou errado para si próprio. Se homossexualismo vai ser permitido ou condenado, se vai ser pecado ou prática divina, se vai ser aberto ou escondido, nada disto é determinado pela natureza, mas pelos costumes de cada povo. E neste particular, quanto ao amor entre pessoas do mesmo sexo, os estudiosos descobriram que há mais povos que aceitam esta expressão sexual (64% das sociedades humanas) do que os que condenam o homoerotismo (36%). (...)

A atração sexual humana geralmente é classificada em três direções ou “orientações sexuais” – heterossexual, bissexual e homossexual. Não é muito correto dizer “opção sexual”, pois ninguém “optaria” naturalmente por uma expressão sexual tão discriminada e maldita como é a homossexualidade. Os gays e lésbicas são homossexuais não por uma opção seletiva, mas por uma inclinação ou orientação interna, do mesmo modo que quem gosta do sexo oposto não “optou” por tal preferência, mas desde pequeno sentiu aquela atração específica. O termo correto, portanto, para definir a preferência erótica dos indivíduos é “orientação sexual”.

A maior pesquisa sobre sexualidade humana realizada até agora foi dirigida pelo Dr. Alfred Kinsey – o famoso *Relatório Kinsey*, que descobriu que 37% dos homens pesquisados haviam tido pelo menos um orgasmo com o mesmo sexo. Esta pesquisa foi realizada entre brancos norte-americanos em

1948. Imagine só: mais de 113 dos pesquisados, numa época muito mais conservadora, já tinham chegado à ejaculação com outro homem. E no Brasil, sociedade menos reprimida e meio século depois, qual a porcentagem de homens nesta mesma situação? Com certeza, maior do que nos Estados Unidos, sim ou não? Pergunte a opinião a um gay seu conhecido. (...)

Para começo de conversa, vamos dar nome aos bois, ou melhor, aos “veados”. Aliás, esta é uma primeira questão: por que apelidaram os homossexuais de veados? É só no Brasil que existe esta associação entre o animal veado e o homossexual: na Europa o veado representa a masculinidade e é até símbolo nacional de alguns países. Será que relacionaram o gay ao veado porque se trata de um bichinho elegante, fino, “fresco”, de andar delicado igual ao Bambi dos filmes de Walt Disney? Ou porque na natureza os veados machos andam sempre juntos e transam entre si? Em Pernambuco chamam os gays de *frango*, no Rio de Janeiro de *boiola*, no Maranhão de *qualira*, no Ceará de *baitola*, na Bahia de *chibungo*. Há mais de 60 nomes diferentes usados pelo povão para descrever tal categoria, quase todos usados mais como insulto do que nome próprio.

A palavra *homossexual* é a mais antiga e significa “sexo igual”, sendo, portanto, aplicável tanto para o homem que transa com homem (gay) como para a mulher que transa com outra mulher (lésbica). É uma palavra universal, criada em 1869 pelo jornalista húngaro K.M. Kertbeny.

Portanto, homossexual é quem ama e sente atração pelo mesmo sexo; heterossexual é o contrário: quem gosta do sexo oposto, e bissexual é o que transa com os dois sexos. Existem, portanto, como já vimos, três formas predominantes de *orientação sexual*: a mais praticada que é a heterossexualidade, seguida da bissexualidade e da homossexualidade.

A palavra *gay* também é sinônimo de homossexual: é um termo que já existia no português antigo com o mesmo significado atual: gay significa “alegre” – (de gaiato) – muito embora nem sempre os homossexuais tenham motivo para ser chamados de “rapaz alegre”, tantas são as amarguras que têm de enfrentar nesta sociedade heterossexista.

Em linhas gerais, selecionamos alguns pontos básicos sobre a questão homossexual que consideramos importante que todos nós – pais, mães, irmãos, professores e colegas de gays e lésbicas, devemos saber sobre a homossexualidade. Embora as pessoas usem indistintamente os termos homossexualidade e homossexualismo, deve-se dar preferência à palavra homossexualidade, pois se trata de uma expressão da sexualidade, enquanto homossexualismo era sua forma antiga de classificação como “doença” (...).

Luiz Roberto de Barros Mott é antropólogo, historiador e pesquisador, sendo Professor aposentado da UFBA. É um dos mais conhecidos ativistas brasileiros em favor dos direitos civis LGBT. O texto selecionado faz parte do seu artigo “Educação sexual e o jovem homossexual”, publicado na revista *Perspectiva*. Florianópolis: v.16, n. 30, jul./dez.1998, p. 57–88. Disponível na íntegra em: <http://bit.ly/17t17vc>

Com a orientação dos professores de Sociologia e Biologia, organize com a sua turma um debate sobre essas

argumentações desse importante antropólogo brasileiro. Uma dica: compare as visões de senso comum com os argumentos do texto a respeito do fenômeno da homossexualidade. Outra dica é ler juntos o texto todo para que os alunos se preparem para o debate. O professor pode indicar a página da internet da revista *Perspectiva*, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: <http://bit.ly/17t17vc> /Acesso: fevereiro/2013.

(2) Debatendo uma questão atual

1. LEI MARIA DA PENHA E O DESAFIO DA EFETIVAÇÃO

Criminalização da violência doméstica foi conquista importante, mas legislação precisa ser aplicada

Maira Gomes

Um momento importante para as mulheres brasileiras ao longo destes dez anos foi a criação e aprovação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006.

O projeto de lei enviado pelo poder Executivo ao Legislativo teve como ponto de partida uma proposta apresentada por um grupo de movimentos feministas, que foi posteriormente debatida e modificada no CNDM. Apesar do avanço de garantir a aprovação de uma lei específica de combate à violência contra a mulher, militantes apontam que ainda há um longo caminho até sua efetivação. “Temos uma legislação perfeita, mas a lei por si só não basta. Devemos ter outros aparatos, e a rede de apoio é muito falha”, aponta Neila Batista, militante petista e feminista, referindo-se à falta de equipamentos como Casas de Abrigo e delegacias especializadas.

Para a secretária nacional de Mulheres do PT, Laisy Moriere, os governos estaduais têm por obrigação criar a rede de apoio, com os equipamentos necessários. “A verba é disponibilizada em âmbito federal, mas quem tem que pressionar é a sociedade civil, não o governo”, defende.

Neila reconhece que a solução do problema não está no campo federal, mas acredita que este também deve se responsabilizar. “Em alguns poucos estados e municípios a lei funciona, mas creio que faltou um programa federal mais firme, para além de liberação de verbas”.

“A avaliação de mudanças em relação à violência contra a mulher ainda é muito difícil de ser feita, em função do seu registro, das poucas denúncias. Mas uma coisa certa é que a questão da violência contra a mulher se constituiu como uma agenda na sociedade, mesmo que ainda limitada e com pouca compreensão de sua complexidade”, considera a dirigente da MMM Nalu Faria.

Questão ideológica

A Marcha Mundial das Mulheres aponta que a violência contra a mulher é resultado de uma relação de opressão, constituída historicamente no país. “A violência existe por uma relação de poder. É uma forma de manutenção da submissão das mulheres, um mecanismo de manter o controle sobre elas”, declara Nalu, que acredita ser difícil atacar a violência sem atacar suas causas: o machismo e patriarcado.

Para Neila Batista, uma boa política de combate ao machismo inclui o trabalho no campo da educação, para formação de outra lógica na relação de gênero.

“Somos tímidos em relação à educação. O governo podia ter algo mais claro, que tratasse a temática dentro da escola. Como diz aquela frase, ‘é de pequeno que a gente torce o pepino’, então, se não formos capazes de desconstruir o machismo desde a mais tenra idade, não conseguimos reverter esse quadro”, aponta. Ela acrescenta, ainda, que o desafio é o mesmo vivido pelos movimentos de luta contra a homofobia, que tem como principal causa também o patriarcado.

Maira Gomes é jornalista e correspondente do *Jornal Brasil de Fato*, em Belo Horizonte. Texto extraído do site do mesmo jornal e publicado em 14 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11554>

– Pedir que os alunos, juntamente com os professores de Filosofia e Sociologia, reflitam e debatam a afirmação das organizadoras da Marcha Mundial das Mulheres que a violência contra as mulheres só pode ser combatida com eficiência se forem atacadas suas causas, ou seja, o machismo e o patriarcado.

– Pedir aos alunos que procurem o significado de “patriarcado” e pesquisem com seus professores a história desse termo.

Leituras de aprofundamento para o professor:

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CAPÍTULO 19 – “A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA...” RELIGIOSIDADE E JUVENTUDE NO SÉCULO XXI

Objetivos:

O objetivo deste capítulo é estudar o fenômeno da religiosidade. A partir da descrição de algumas manifestações religiosas brasileiras, discute-se o papel social das mesmas na formação de ideias e ideais coletivos na política, na cultura e na vida dos jovens. Portanto, deve-se:

1 – Apresentar a importância da Sociologia nos estudos sobre religiosidade e sua relevância social;

2 – Analisar as principais teorizações sociológicas sobre o fenômeno da religiosidade;

3 – Estudar as principais expressões da religiosidade brasileira e sua relevância social na política e na cultura nacional;

4 – Analisar a importância da religiosidade na formação da sociedade brasileira e nas relações sociais;

5 – Refletir sobre a influência da religiosidade entre os jovens.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Religiosidade – religiosidades brasileiras – secularização – sincretismo – Émile Durkheim – Karl Marx – Max Weber – Antônio Gramsci – Muniz Sodré – Michael Löwy – Regina Novaes – Reginaldo Prandi

Pesquisando e refletindo

O encaminhamento que sugerimos para uma atividade de reflexão deste capítulo é a exibição e o debate sobre o filme *O VENTO SERÁ A TUA HERANÇA* (*Inherit the Wind*, EUA, 1999). Direção: Daniel Petrie. Elenco: Jack Lemmon, George C. Scott, David Wells. Duração: 113 min.

Em 1925, um professor de Ciências decide ensinar aos seus alunos a Teoria da Evolução proposta por Darwin. Nesta época, ensinar as teorias da evolução das espécies era crime. Descoberto, o professor é acusado e enfrenta julgamento público. O filme exhibe uma grande polêmica da época entre a ciência e a religião. Este filme de 1999, é a terceira versão televisiva da história baseada em fatos verídicos e contada no romance escrito por Jerome Lawrence e Robert E. Lee.

Após a exibição do filme, organizar um debate sobre as relações entre ciência e religião, juntamente com o professor de Biologia.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

CONVERTER INDIVÍDUOS, MUDAR CULTURAS

Reginaldo Prandi

A persistir a tendência atual de conversão religiosa, a América culturalmente católica se tornará num futuro não distante culturalmente evangélica? As relações entre as religiões e as culturas – e os devotos, antigos e potenciais, tomados individualmente – compreendem aspectos e abordagens variadas. É meu propósito neste artigo apontar tendências recentes da religião, procurando mostrar que a relação com a cultura é diferente quando se trata desta ou daquela religião, e que essa particularidade é importante para se entender a dinâmica atual das religiões em termos de seu crescimento, estagnação ou declínio.

Sociólogos entendem que a religião (...) intervém na visão de mundo, muda hábitos, inculca valores, enfim, é fonte de orientação da conduta. Antropólogos ensinam que “a cultura constitui um processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda prática humana”, nas palavras de Eunice Durham (2004, p. 231). É comum dar como certo que a religião não apenas é parte constitutiva da cultura, mas também a abastece (...). E que a cultura, por sua vez, interfere na religião, reforçando-a ou forçando-a a mudanças e adaptações. Ainda que tais definições possam ser questionadas diante da crise conceitual contemporânea, religião e cultura ainda são referidas uma à outra, sobretudo quando se trata de uma nação, uma etnia, um país, uma região.

Diz-se que a cultura da América Latina é católica, embora apresente distinções internas devidas à formação histórica diferenciada de cada um de seus países e regiões. Assim, a cultura brasileira e algumas outras se distinguem por seu caráter sincrético afro-católico. Nelas, a dimensão religiosa de origem negra ocupa espaço relevante, maior que os de elementos indígenas; nos países em que prevalece a religiosidade católica com pouca ou nenhuma referência africana, componentes de origem indígena podem ocupar lugar mais importante que aquele observado no Brasil. Sabemos, contudo, que a cultura muda, e que a formação de uma cultura global se impõe a padrões locais.

Nos dias atuais, com o avanço das igrejas evangélicas e o concomitante declínio do catolicismo, o debate sobre religião e cultura tem proposto questões importantes, como esta, antes referida: uma América Latina de maioria religiosa evangélica – se tal mudança viesse a se concretizar – seria culturalmente evangélica? No Brasil, apagaría os traços afro-brasileiros, repudiados pelos evangélicos de hoje? Extinguiria o carnaval, as festas juninas de Santo Antônio, São João e São Pedro, o famoso “São João” do Nordeste? E os topônimos católicos seriam mudados – rios, serras, cidades, ruas? Os nomes de estabelecimentos comerciais, indústrias, escolas, hospitais? A cidade de São Paulo voltaria a se chamar Piratininga?

Não são perguntas para responder num exercício de futurologia, mas dão o que pensar. Afinal, cultura e religião são muito interligadas, a ponto de se confundirem – no passado e ainda hoje – em muitas situações e sociedades. E também podem, como conceitos, ter definições diferentes.

Maneiras diversas de conceituar religião e cultura não são encontradas apenas entre cientistas sociais, preocupados com suas teorias e voltados à produção de uma compreensão da realidade social. Também há diferenças profundas na forma como cada religião – por meio de seus pensadores – entende o que é cultura e explica a si mesma como instituição, produzindo estratégias específicas de se pôr no mundo ou, mais precisamente, no contexto do mercado religioso contemporâneo, que implica concorrência, propaganda, técnicas de persuasão, definição do consumidor e meios eficazes de chegar a ele.

Reginaldo Prandi é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e especialista em Sociologia da Religião. Este texto trata-se de um fragmento de seu artigo publicado em *Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 2, novembro de 2008, p. 155-172.

Referência citada no texto: DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

Prandi inicia seu artigo discorrendo sobre a crise que afeta a Igreja católica no Brasil, manifestada, entre outros fatores, pela perda acelerada de fiéis, convertidos pelas diversas igrejas evangélicas. Sua preocupação principal de reflexão, no entanto, aponta questões envolvendo a relação entre a religião e a cultura. Os alunos deverão identificar quais são as questões apresentadas pelo autor?

(2) Debatendo uma questão atual

2. BANGLADESH: MULTIDÕES QUEIMAM TEMPLOS BUDISTAS

O *Globo*, com Agências Internacionais, 30/09/12

COX'S BAZAR, Bangladesh – Quatro templos e 15 casas de budistas foram incendiados por muçulmanos enraivecidos que protestavam contra uma imagem do Alcorão queimado postada no Facebook que, segundo eles, insultava o Islã. O ataque ocorreu na madrugada deste domingo em Cox's Bazar, uma região de minoria budista no Sudeste de Bangladesh, país da Ásia com população majoritariamente muçulmana.

Segundo as autoridades locais, os protestos começaram na noite de sábado, quando centenas de muçulmanos chegaram à região para protestar contra a imagem que eles diziam ter sido colocada na rede social por um budista. Em seguida, os manifestantes caminharam em direção aos vilarejos budistas, onde queimaram estátuas, templos e casas. Famílias foram forçadas a deixar suas residências. Há relatos não confirmados de que as casas foram saqueadas antes de serem queimadas. A situação foi controlada na manhã de ontem pela polícia local, que reforçou a segurança, decretou toque de recolher e proibiu novos protestos na região.

O homem acusado de postar a imagem no Facebook e sua mãe, ambos não identificados, foram retirados da área e estão sob proteção policial. A onda de violência chegou à cidade costeira de Chittagong, onde um templo hindu foi incendiado.

Governo promete consertar danos

Após os ataques, membros da comunidade budista atribuíram os incêndios a pessoas que estariam interessadas em desestabilizar as relações normalmente pacíficas entre budistas e muçulmanos. O governo de Bangladesh distribuiu comida aos desabrigados e se comprometeu a restaurar os templos e as casas incendiadas.

Sohel Sarwar Kajal, chefe do conselho local, disse que estava tentando restaurar a paz:

– Estamos fazendo o possível para acalmar a tensão e restaurar a paz entre as duas comunidades.

As relações entre a maioria muçulmana e a minoria budista costumam ser pacíficas em Bangladesh. Mas, este ano, na fronteira com Myanmar, a maioria budista local entrou em confronto com os muçulmanos, que são minoria naquela região.

Bangladesh é um dos países que têm sido palco de manifestações por causa do filme “A inocência dos muçulmanos”, que retratou o profeta Maomé como um mulherengo, molestador de crianças e fraude religiosa. Mais de 30 pessoas morreram em distúrbios em vários países, mas sobretudo no Paquistão. O filme – um curta-metragem produzido na Califórnia por um copta egípcio – foi o motivo alegado para o ataque contra a missão diplomática dos EUA em Benghazi, na Líbia, que resultou na morte do embaixador Chris Stevens, em 11 de setembro. Em seguida, uma onda de protestos contra representações diplomáticas dos EUA

se espalhou pelo mundo muçulmano, atingindo também embaixadas e consulados de outros países ocidentais.

Leia mais: <http://extra.globo.com/noticias/mundo/bangladesh-multidoes-queimam-templos-budistas-6242526.html#ixzz2LEbFdtCe>. Acesso: fevereiro/2013.

– A matéria relata uma situação de conflito religioso ocorrida na Ásia, entre budistas e muçulmanos. Os alunos deverão identificar o porquê desse conflito, e pesquisar na internet a respeito de outros, de motivação religiosa, que ocorrem em outros cantos do planeta.

– Conflitos religiosos também ocorrem no Brasil. Com a ajuda do professor, os alunos poderão pesquisar a respeito, procurando identificar a localização desses conflitos, as religiões envolvidas e as suas causas.

Leituras de aprofundamento para o professor:

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

PRANDI, Reginaldo; PIERUCCI, Antônio Flávio. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAPÍTULO 20 – “ESPAÇOS DE DOR E DE ESPERANÇA.” A QUESTÃO URBANA

Objetivos:

Discutir as questões que envolvem o longo processo de urbanização da humanidade, iniciado com a sedentarização. Analisar a questão urbana no Brasil, na perspectiva dos estudos desenvolvidos pela Sociologia e disciplinas afins. Dessa forma, o capítulo pretende:

1 – Contextualizar os principais problemas urbanos que afetam atualmente o país e outras partes do mundo;

2 – Desenvolver a história dos processos de urbanização vividos pela humanidade;

3 – Caracterizar a cidade contemporânea como um espaço também de segregação socioespacial, iniciado com a Revolução Industrial;

4 – Caracterizar e debater o processo de favelização existente no planeta;

5 – Levantar questões relacionadas aos megaeventos nas cidades e às “cidades do futuro”, destacando o papel dos movimentos sociais urbanos nessa construção.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Urbanização – sedentarização – planejamento urbano – cidades industriais – segregação socioespacial – favelas – Megaeventos e as cidades – Fórum Urbano Mundial – Fórum Social Urbano – Raquel Rolnik – Andreilino Campos – Mike Davis – Carlos Bernardo Vainer – Luiz César Queiroz Ribeiro

Pesquisando e refletindo

Sugestão para atividade de reflexão:

– Retomando a reportagem de abertura do capítulo,

conversar sobre as grandes enchentes que afetaram principalmente a cidade de São Paulo, nos primeiros meses de 2010, com o professor acrescentando informações sobre a tragédia provocada pelas chuvas na região metropolitana do Rio de Janeiro, em abril de 2010 – assim como aquelas que ocorreram em anos anteriores, em Santa Catarina, por exemplo. O professor deve pesquisar dados sobre todas essas ocorrências, utilizando a internet, observando que praticamente todos os anos ocorrem tragédias desse tipo, provocando grande número de mortes. Em janeiro de 2011, morreram cerca de 1.000 pessoas na região serrana do Rio de Janeiro, quando as chuvas atingiram, principalmente, Nova Friburgo e Teresópolis. Em 2013, tivemos mais uma ocorrência na cidade de Petrópolis, também na mesma região do Rio de Janeiro.

– A partir dessa primeira contextualização, dividir a turma em equipes e pesquisar sobre os principais problemas urbanos de sua cidade ou região, apresentando, depois, o resultado para a turma, mas acompanhado das propostas, elaboradas pelos alunos, que pudessem solucionar os problemas apontados.

– O professor deve mediar o debate e reunir as propostas apresentadas, discutindo criticamente com a turma a sua aplicabilidade, as possíveis causas para os problemas e a perspectiva de soluções para o futuro das cidades. Não deve se esquecer de utilizar como subsídios a pesquisa bibliográfica, o acesso aos dados do Fórum Social Urbano e aos trabalhos publicados por institutos de pesquisa acadêmicos especializados sobre a questão urbana.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

METRÓPOLES NA PERIFERIA: COMO GOVERNAR A URBS SEM CIVITAS?

Luiz César Queiroz Ribeiro

Em menos de 50 anos, sob o impulso da industrialização e da desruralização produtiva do campo, o Brasil transformou-se em grande território articulado por um complexo sistema urbano-metropolitano. Hoje atravessamos nas metrópoles brasileiras um período de transição no qual as consequências da ausência de um sistema de governabilidade urbana e a desestruturação do regime de bem-estar social podem aprofundar os riscos na descoesão nacional. Os efeitos da combinação entre a expansão do trabalho informal, *habitat* precário e segregação urbana tornam nebulosa a conquista nas metrópoles brasileiras do Direito à Cidade prometida pelo programa de reforma urbana contida no Estatuto da Cidade.

O destino das grandes cidades está no centro dos dilemas contemporâneos das sociedades. As transformações socioeconômicas em curso desde a segunda metade dos anos 70 do século XX, em especial as decorrentes da globalização e da reestruturação socioprodutiva, aprofundam a dissociação engendrada pelo capitalismo industrial entre progresso material e urbanização, economia e território, Nação e Estado.

Segundo previsões de vários organismos internacionais, em 2015 teremos 33 aglomerados urbanos do porte de megalópoles, entre as quais 27 estarão localizadas em países em desenvolvimento, sendo que apenas Tóquio será a grande cidade do mundo rico. Por outro lado, enquanto metrópoles do hemisfério sul continuarão a conhecer taxas explosivas de crescimento demográfico, dissociadas do necessário progresso material, aquelas que concentram as funções de direção, comando e coordenação dos fluxos econômicos mundiais encolherão relativamente de tamanho. Teremos então duas condições urbanas: a gerada pela vertiginosa concentração da população nos países que estão conhecendo o processo de *des-ruralização* induzido pela incorporação do campo à expansão das fronteiras mundiais do espaço de circulação do capital, e a condição urbana decorrente da concentração do capital, e do poder e dos recursos de bem-estar social.

Mas a linha demarcatória não é apenas norte-sul. A nova relação entre economia e território reproduz na escala intraurbana aquela dissociação. Mesmo nas cidades do mundo desenvolvido estão surgindo territórios excluídos dos benefícios do crescimento, na forma de guetos e periferias onde a precariedade do *habitat*, o isolamento do *mainstream* da sociedade, a violência e a desertificação cívica são as suas principais marcas. São os espaços onde se concentram a *miséria do mundo* (BOURDIEU, 1997).

Para muitos autores ingressamos no mundo da urbanização generalizada, caracterizado pela ausência de cidades delimitadas e com fronteiras nítidas, dissociada da produção da riqueza e dos efeitos socioculturais emancipadores e civilizatórios gerados pela condição urbana constituída nas cidades europeias da Renascença e da revolução industrial. M. Davis (2006) nos propôs a imagem “O Planeta em Favelas”, consequência da explosão demográfica provocada pela *des-ruralização* que faz crescer cidades precárias em termos de condições de vida próximas às megalópoles. Este urbano seria um ambiente físico caracterizado pela intensificação da interação de todos os pontos dispostos em um contínuo sócio-territorial que unifica o rural e o urbano, regional e o urbano, fruto das consequências da passagem da dinâmica da expansão do capitalismo internacional que organizou uma rede de cidades à cidade em rede gerada pelo capitalismo mundializado. Na Indonésia este padrão de urbanização vem sendo chamado de *desakotas* – cidades aldeias. (...)

A principal consequência de tal constatação é política: nas escalas macro e micro o fenômeno urbano está atravessado pela dissociação entre *urbs* – a forma espacial e arquitetural da cidade – e *civitas* – as relações humanas e políticas. Foram estas duas dimensões da condição urbana que emanciparam os indivíduos, tanto pela ruptura com os laços de dependência pessoal que os ligava aos senhores – da terra, da guerra ou do Estado – quanto pelo surgimento de novos padrões de interações sociais baseadas na tolerância e no reconhecimento das diferenças.

Luiz César Queiroz Ribeiro é Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP – Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ) e coordenador do Observatório das Metrôpoles. O texto é a parte inicial de seu artigo para a revista *Nueva Sociedad* n. 212, noviembre-diciembre, 2007.

Referências citadas no texto:

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

– O texto apresenta termos desconhecidos para muitos estudantes. A sugestão ao professor é a de organizar/selecionar um glossário e, com os alunos, reler o artigo após encontrados os significados das palavras listadas.

– Os alunos devem identificar os problemas trazidos pelas mudanças aceleradas pelas quais atravessam as cidades brasileiras, explicando o que entenderam no texto a respeito.

(2) Debatendo uma questão atual

LONDRES 2012 PROÍBE O USO DE CAMISETAS DE “CHE” GUEVARA

Enquanto espectadores encontram longa lista de restrições, patrocinadores do evento ganham oportunidades.

Os espectadores das Olimpíadas de Londres não poderão entrar nos estádios com diversos tipos de itens e até mesmo roupas, informou nesta quarta-feira (11/07) o Locog (o Comitê Organizador das Olimpíadas na sigla em inglês) por meio de uma lista de restrições de duas páginas.

A aplicação das regras será assegurada por um sistema de segurança que conta com câmeras, aparelhos de raio-X e mais de 23 mil seguranças, incluindo soldados do exército britânico e funcionários da empresa privada G4S.

Objetos e roupas que ostentam declarações políticas ou remetem a outras identificações comerciais que não a dos patrocinadores do evento estão proibidas. Dessa forma, o comitê evita que camisetas estampadas com Che Guevara ou críticas politizadas a empresas financiadoras das Olimpíadas estejam presentes na plateia.

As bandeiras, tão utilizadas nas comemorações de disputas, também foram alvo das restrições do comitê. Flâmulas de países que não estão participando dos jogos também não são permitidas, mas a regra não se aplica às bandeiras individuais da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Mesmo assim, apenas bandeiras com até 1 metro por 2 metros entrarão nos estádios.

Outros itens utilizados para torcer pelas equipes, como vuvuzelas, tambores, apitos e cornetas também foram vetados dos Jogos Olímpicos deste ano.

Assim como nos aeroportos internacionais, líquidos com mais de 100 ml e mochilas com mais de 25 litros de capacidade não poderão entrar. O porte de alimentos também sofreu restrições de modo que os espectadores não poderão trazer ao evento uma “quantidade excessiva de comida”, segundo o documento oficial. Se os visitantes desejarem se alimentar,

terão que arcar com os elevados custos das cantinas e restaurantes oficiais do evento, onde o almoço sairá por 40 libras, o hot-dog por 6 libras, uma garrafa de água por 1,60 libras e um refrigerante 2,80 libras.

Até os fornecedores oficiais de alimentos sofrerão restrições do comitê. “Por conta de obrigações com nosso financiador, o McDonalds, o Locog instruiu a equipe de *catering* a não vender batatas fritas no Parque Olímpico a não ser que façam parte do tradicional prato inglês ‘*fish and chips*’”, explicou em nota a organização do evento.

O McDonalds, um dos maiores financiadores do evento, deve lucrar com as decisões. A empresa estabeleceu sua maior filial do mundo no Parque Olímpico com 1,5 mil lugares disponíveis.

Reportagem publicada em 2012, durante a realização das Olimpíadas de Londres. Escrito por “Articulação Nacional”, em 14/07/2012.

Fonte: Site UOL. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/23005/londres-2012+proibe+a+venda+de+camisetas+de+che+guevara.shtml> / Acesso: agosto/ 2012.

– A sugestão aos alunos: listarem as três proibições que considerem mais relevantes, determinadas pelo Comitê Organizador das Olimpíadas de Londres.

– Com base no texto acima, e nos demais do capítulo, e pensando na realização das Olimpíadas de 2016, pedir que os alunos elaborem redação sobre um dos temas: (a) “Imagine as Olimpíadas do Rio!”; (b) “Como foi a Olimpíada do Rio”.

Leituras de aprofundamento para o professor:

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves (Orgs.). *As metrôpoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

CAPÍTULO 21 – “CHEGOU O CAVEIRÃO! E AGORA?” VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES SOCIAIS

Objetivos:

Debater o fenômeno da violência e da criminalidade, sob o ponto de vista da análise sociológica. Para se alcançar este fim, o capítulo propõe:

1 – Discutir a violência segundo a concepção do senso comum e segundo a leitura da Sociologia;

2 – Relacionar o fenômeno da violência como inserido na problemática das profundas desigualdades sociais existentes no país;

3 – Debater sobre a relação entre o aumento do narcotráfico e a redefinição neoliberal do papel do Estado e das políticas públicas;

4 – Abordar criticamente as medidas de repressão do Estado, com a adoção de políticas herdeiras da “tolerância zero” norte-americana, que teve origem nos anos 1990.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Violência – desigualdades sociais – Sociologia da Violência – violência simbólica – exclusão social – população supérflua – capitalismo de pilhagem – organizações criminosas – Estado Penitência – milícias – tolerância zero – choque de ordem – Unidades Policiais Pacificadoras (UPPs) – Pierre Clastres – Marx/Weber/Durkheim – Virgínia Fontes – Paulo Sérgio Pinheiro – Pierre Bourdieu – Lóic Wacquant – Milton Santos – Manuel Castells – Paulo Lins – Luiz Eduardo Soares – Sérgio Adorno

Pesquisando e refletindo

A reflexão sobre o tema do capítulo é a realização de uma pesquisa musical. Conhecendo as letras das músicas citadas ao final da seção **Interatividade**, a turma pode ser dividida em equipes e contribuir com outras letras que discutam a questão da violência, organizando com o professor uma “roda de interpretação” em sala, com as seguintes possibilidades: (a) tocar a música e comentar sobre o conteúdo da letra; (b) levar instrumento para a sala e interpretar a música selecionada; (c) montar uma peça de teatro que represente a história contada pela letra da música; (d) compor uma música sobre o tema.

– No debate decorrente da dinâmica descrita, o professor deve aproveitar para levantar algumas questões polêmicas que estão presentes no tema e em algumas perguntas da subseção **Dialogando**, tais como a visão da violência sob o ponto de vista do senso comum [lembrar das frases citadas no início do capítulo]; a relação existente entre a violência e as desigualdades sociais; a eficácia das políticas de “tolerância zero”, “choque de ordem” e instalação de UPPs; as organizações criminosas e sua relação com o tráfico de drogas; o surgimento das milícias e outras máfias criminosas.

Devemos deixar registrado que estes temas só devem ser tratados em comunidades nas quais a sua discussão não coloque em risco a integridade física do professor, dos alunos e da direção da escola.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA URBANA

Sérgio Adorno

A sociedade brasileira, egressa do regime autoritário, há duas décadas, vem experimentando, pelo menos, quatro tendências: a) o crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante sequestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos nas relações

intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais. Trata-se de tendências que, conquanto relacionadas entre si, radicam em causas não necessariamente idênticas.

Embora o crescimento da criminalidade urbana seja matéria controvertida, as estatísticas oficiais de criminalidade, base sobre a qual se realizam diagnósticos, avaliações, análises e estudos científicos estão apontando no sentido de uma tendência mundial, desde os anos 50, para o crescimento dos crimes e da violência social e interpessoal, ainda que as taxas indiquem sensíveis declínios no curso da década de 1990, sobretudo nos Estados Unidos, ao que parece estimuladas em parte pelo desenvolvimento econômico, pela redução do desemprego, pela expansão do mercado consumidor e do bem-estar, ao lado certamente dos efeitos provocados por inovadoras políticas de segurança.

Não era de esperar que a sociedade brasileira estivesse imune a este movimento de tendências crescentes, sobretudo porque o país se encontra no circuito das rotas do tráfico internacional de drogas e de outras modalidades de crime organizado em bases transnacionais como o contrabando de armas, atividades que parecem constituir-se na bomba de combustão do crescimento da criminalidade violenta. Mais surpreendente, contudo, é verificar que as taxas de criminalidade violenta no Brasil em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo são superiores inclusive às taxas de algumas metrópoles norte-americanas.

Não há dados nacionais sobre delinquência, crime e violência urbana. Os únicos dados nacionais disponíveis alcançam os homicídios. Porém não estão baseados em registros policiais. Dizem respeito à mortalidade por causas externas, dado extraído dos registros oficiais de óbito, cujo armazenamento é de responsabilidade do Ministério da Saúde. Com base nessas informações, observa-se que os homicídios evoluíram de 21,04/100.000 habitantes, em 1991, para 25,33/100.000, em 1976. Para melhor compreender essas taxas, convém reportar-se aos dados internacionais para o ano de 1995: enquanto, no Brasil, a taxa alcançou 23,83/100.000 habitantes, nos Estados Unidos acusou 8,22; na Grã-Bretanha, 2,43; na Itália, 4,90; na Bélgica, 4,11; em Portugal, 3,99; na França, 4,11 (Brasil, Datasus, Ministério da Saúde, 1995; França, Ministério do Interior, 1997; USA, Union Crime Reports, 1996). (...)

Nem todas as mortes registradas no Brasil, no período considerado, estão relacionadas com a delinquência e o crime urbanos, segundo a classificação anteriormente referida. Compreendem também desfechos fatais resultantes de disputas no domínio do narcotráfico, resultantes de graves violações de direitos humanos (como mortes praticadas por agentes policiais em situação de abuso de uso da força física, mortes praticadas por justiceiros e grupos de extermínio, mortes em linchamentos), bem como resultantes de conflitos nas relações intersubjetivas.

Recente estudo sobre as tendências do homicídio, para o país em seu conjunto, constatou que: a) o número de homicídios causados por armas de fogo vem crescendo desde 1979; b) esse número cresceu mais rapidamente do que o crescimento

da população. Em Brasília (Distrito Federal), em 1980, a taxa de homicídios era de 13,7 por cem mil habitantes; em 1991, isto é, onze anos depois, saltou para 36,3 (...). Em algumas capitais brasileiras, as taxas encontram-se, no ano de 1997, muito acima da média nacional: Recife, capital do Estado de Pernambuco (105,3/100.000 hab.); Vitória, capital do Estado do Espírito Santo (103,40/100.000 hab.); Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro (65,79/100.000 hab.); São Paulo, capital do Estado de São Paulo (56,69/100.000 hab.). Em torno de 21% de todos os homicídios registrados, no Brasil, no ano de 1998, concentraram-se apenas em duas capitais brasileiras, as duas mais populosas do país: Rio de Janeiro e São Paulo.

As respectivas regiões metropolitanas seguem padrão idêntico. Enquanto a taxa de homicídio cresceu 209% no Brasil, no período de 1980 a 1998, nas doze regiões metropolitanas cresceu 262,8%. Nessas regiões, viviam, em 1998, 36,7% da população brasileira. No mesmo ano, respondeu por 57,7% do total de mortes resultantes de homicídios voluntários ou agressões (...).

Em todo o país, o alvo preferencial dessas mortes compreende adolescentes e jovens adultos masculinos, em especial procedentes das chamadas classes populares urbanas, tendência que vem sendo observada em inúmeros estudos sobre mortalidade por causas violentas. (...). No município de São Paulo, em um período de 35 anos (1960-1995), o coeficiente de homicídios para adolescentes, do sexo masculino, na faixa de 15-19 anos, passou de 9,6 para 186,7/100.000 habitantes, vale dizer um crescimento da ordem de 1.800% (MELLO JORGE, 1998). Pesquisa realizada no início da década passada estimou em 2,7/dia o número de jovens assassinados no Estado de São Paulo, no ano de 1990. Este mesmo estudo revelou que a grande maioria das vítimas havia sido morta mediante emprego de arma de fogo, circunstância indicativa da intencionalidade na consumação da morte (CASTRO, 1993).

Sérgio Adorno é Professor de Sociologia da USP – Universidade de São Paulo, fazendo parte da equipe de pesquisadores do seu Núcleo de Estudos da Violência, que reúne diversos especialistas na temática. O texto trata-se de parte da seção (p. 88-92) do seu artigo “Exclusão socioeconômica e violência urbana”, publicado na Revista *Sociologias* (Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135). Disponível em: <http://bit.ly/14DTQpK>

Referências citadas no texto:

CASTRO, M. M. Assassinatos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/CES 36, fev. 1993, p. 81-102.

MELLO JORGE, M. H. P. Os adolescentes e jovens como vítimas da violência fatal em São Paulo. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997, p. 97-120.

– O sociólogo Sérgio Adorno apresenta, com base em estudos sobre o tema, o que ele intitula de tendências de

crescimento da violência urbana no país, no início do século XXI. Os alunos deverão identificar quais são essas tendências e se encontram alguma delas no bairro ou na cidade em que residem ou frequentam.

– Os dados apontados no texto revelam grandes diferenças entre os índices de criminalidade existentes no Brasil, se comparados com outros países. Os alunos deverão responder por que isto ocorre.

(2) Debatendo uma questão atual

VIOLÊNCIA URBANA: HOMICÍDIOS NO BRASIL SUPERAM NÚMEROS DE PAÍSES EM GUERRA

José Renato Salatiel, 02/11/2012

Na semana passada, uma adolescente de 15 anos foi assassinada por causa de um aparelho celular em Higienópolis, bairro nobre de São Paulo. Ela foi mais uma vítima da onda de violência na maior metrópole do país, que em apenas uma semana deixou pelo menos 50 mortos.

No mês de setembro, o crime de homicídio registrou um crescimento de 96% na capital, em comparação com o mesmo período em 2011. É o maior índice em um único mês já registrado pelo estado.

O crescimento do número de homicídios acontece em meio a uma série de atentados contra policiais militares, supostamente cometidos pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Parte das mortes teria sido uma retaliação aos assassinatos de 88 policiais militares no estado, ocorridos desde janeiro. As execuções lembram métodos usados pelos esquadrões da morte nos anos 1960, durante a ditadura militar em São Paulo e Rio de Janeiro. Nessa época, era registrado um assassinato por dia na capital paulista.

Já no final dos anos 1990, período mais crítico, a taxa chegou a um homicídio por hora. O governo paulista reagiu e conseguiu reduzir, entre 2009 e 2011, o índice de 35,27 mortes por 100 mil habitantes para 9,9. Este ano, em uma nova crise na segurança pública, já foram registrados 63,5 homicídios por 100 mil habitantes.

A violência urbana tornou-se um problema social grave em todo o país a partir dos anos 1990. Nessa época, a falta de planejamento urbano e o tráfico de drogas fizeram eclodir “guerras” nas periferias das cidades. Houve também o que os especialistas em segurança pública chamam de “interiorização da violência”, que é quando o crime “migra” das grandes para as pequenas cidades no interior dos Estados.

Guerra

Segundo o Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari, o número de assassinatos no país passou de 13.910 em 1980 para 49.932 em 2010, correspondendo a um aumento de 259% ou o equivalente ao crescimento de 4,4% ao ano. A taxa de homicídios que era de 11,7 para cada 100 mil habitantes atingiu, no mesmo período, 26,2.

O número é superior a países em conflitos, como Iraque e Afeganistão, e comparado a nações africanas e caribenhas

com governos e instituições precárias e instáveis. Na América do Sul, somente Venezuela (45,1) e a Colômbia (33,4) possuem taxas maiores. A Venezuela é assolada por uma crise financeira e pela escassez de alimentos, enquanto a Colômbia vive conflitos com narcotraficantes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

A ONU considera aceitável o índice de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Nessa faixa estão países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, europeus e asiáticos. O Brasil, porém, com mais do que o dobro desse patamar, se alinha às nações mais pobres da América Latina e África.

Mas como a sexta maior economia do mundo, que não possui conflitos étnico-religiosos ou políticos, enfrenta um problema tão grave?

Miséria

As causas do aumento da violência no Brasil são complexas e envolvem questões socioeconômicas, demográficas, culturais e políticas. O assunto tem sido discutido, nos últimos anos, por pesquisadores de diferentes áreas, incluindo a médica, pois os assassinatos estão entre as principais causas de mortes de jovens no país.

A pobreza e a desigualdade social são comumente apontadas como fatores que estimulam a violência e a criminalidade. De fato, jovens que vivem em comunidades carentes são aliciados por traficantes e veem no crime uma opção de vida.

Porém, a redução dos índices de pobreza do país não foi acompanhada de semelhante queda nos índices de criminalidade. Na última década, 40 milhões de brasileiros saíram da pobreza em razão da estabilidade econômica e programas sociais. No mesmo período, de 2000 a 2009, a taxa de homicídios permaneceu estável: 26 mortes por 100 mil habitantes, com reduções significativas apenas em São Paulo e Rio de Janeiro.

Além de falhar nos fatores preventivos – fornecendo educação, moradia e emprego para famílias carentes – o Estado também falha na repressão ao crime organizado. As polícias civil e militar no Brasil são mal remuneradas e conhecidas pela corrupção e truculência. A violência policial no país é constantemente alvo de denúncias por entidades como a Anistia Internacional, em casos emblemáticos como os massacres do Carandiru (1992) e da Candelária e de Vígário Geral (1993).

Por outro lado, o sistema penitenciário, que deveria contribuir para a recuperação de criminosos, tornou-se foco de mais violência e criminalidade, em cadeias e presídios superlotados. Dados do Governo Federal apontam que, entre 1995 e 2005, a população carcerária cresceu 143,91%, passando de 148 mil para 361 mil presos. De 2005 a 2009, o crescimento foi de 31,05%, chegando a 474 mil detentos. Hoje, há um déficit de 195 mil vagas no sistema prisional brasileiro.

Há, por fim, uma sensação de impunidade, provocada pela lentidão da Justiça brasileira. Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), de 90 milhões de processos que tramitaram nos tribunais em 2011, 71% (63 milhões) encerraram

o ano sem solução, ou seja, de cada 100 processos, 71 não receberam sentenças graças ao acúmulo de trabalho e à burocracia.

Desarmamento

Apesar disso, algumas ações contribuíram para minimizar a morte de cidadãos brasileiros. Entre elas, o Estatuto do Desarmamento, que entrou em vigor em 2003, ano em que foram registradas quedas de homicídios. O Estatuto tornou crime inafiançável o porte ilegal de armas e dificultou o comércio e a compra.

No Rio de Janeiro, a política de ocupação de morros e favelas, antes dominados pelo tráfico de drogas, e a instalação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) também foram consideradas um avanço, bem como o aumento em 70% dos investimentos na área de segurança pública em São Paulo.

Site UOL – EDUCAÇÃO – PESQUISA ESCOLAR

Url: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/violencia-urbana-homicidios-no-brasil-superam-numericos-de-paises-em-guerra.htm> Acesso: fevereiro/2013

– Os alunos deverão identificar, na reportagem, as semelhanças e diferenças entre os dados apresentados sobre o aumento da violência no Brasil e as reflexões que o capítulo faz sobre os fatores que contribuem para o fenômeno da criminalidade urbana.

Leituras de aprofundamento para o professor:

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

WACQUANT, Loïc. *Prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CAPÍTULO 22 – “OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR.” A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL

Objetivos:

Discutir sociologicamente o problema da terra no Brasil e de que forma essa questão afeta a sociedade brasileira como um todo. Pretende-se, então:

1 – Enumerar informações históricas sobre a concentração da posse da terra;

2 – Apresentar alguns aspectos históricos da legislação brasileira relativa à questão da terra;

3 – Identificar os movimentos sociais no campo, sua história e suas formas de organização e de luta;

4 – Definir a importância e os objetos de estudo da Sociologia Rural no Brasil.

Principais conceitos, categorias e autores abordados:

Capitanias Hereditárias – sesmarias – concentração de terras – Lei de Terras – latifúndio – Guerra de Canudos – reforma agrária – Guerra do Contestado – Ligas Camponesas

– Estatuto da Terra – Comissão Pastoral da Terra – MST – Sociologia Rural – Júlio José Chiavenato – José de Souza Martins – William Héctor Gómez Soto

Pesquisando e refletindo

Organização, na sala de aula ou na escola, de um “Tribunal da Terra”. Dividir a turma em equipes com tarefas específicas, com o objetivo de efetuar pesquisas, elaborar argumentações e encenar um julgamento das ações do MST. Por exemplo: uma equipe ficaria responsável pela “acusação”; outra, pela “defesa”; uma terceira comporia o “júri”; uma quarta, as “testemunhas”; etc. As equipes preparariam, com antecedência, o seu trabalho e, no dia marcado, toda a escola poderia ser mobilizada para assistir ao debate e dar a sua opinião. O professor seria o responsável pela organização do tribunal, podendo também assumir o papel de “juiz”, na falta de outro disponível para tal.

Devemos observar que nesse tipo de atividade, corre-se o risco de recair para a “brincadeira”, em razão do seu caráter lúdico (assim como outras deste Manual). Por isso, o professor deve exercer o seu papel de educador, acompanhando com seriedade os passos da pesquisa realizada pelos alunos, avaliando o desempenho e o comportamento destes antes e durante a atividade.

Trabalhando com textos:

(1) Conhecendo um pouco mais a Sociologia e os sociólogos

A SOCIOLOGIA DO “MUNDO RURAL” DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS

William Héctor Gómez Soto

O objetivo deste trabalho é analisar a explicação sociológica de José de Souza Martins acerca do “mundo rural” e da sociedade brasileira. Esta análise implicou descobrir as escolhas teóricas e as influências dos “autores-mentores”. José de Souza Martins é, sem dúvida, o mais importante estudioso contemporâneo do “mundo rural” e da sociedade brasileira. Suas obras são referência obrigatória para a compreensão do Brasil contemporâneo.

Ao longo da sua trajetória intelectual, iniciada nos anos 60, Martins constrói uma nova interpretação sobre as contradições e os desencontros da sociedade brasileira. O método de Martins é o método dialético, “marxiano”, como ele próprio o chama. O autor busca recuperar a tradição originada em Marx, mas em oposição às interpretações dogmáticas e rígidas dos seguidores de Marx que esterilizaram o que há de mais rico e estimulante: a dialética marxiana.

Já nas suas primeiras pesquisas pode-se visualizar a ideia que fundamenta sua análise: Martins defende a tese de que o atraso, o “tradicionalismo” agrário não necessariamente se torna um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro; muito pelo contrário, essas relações “atrasadas” e “não capitalistas” são reproduzidas e recriadas sob o domínio do capital e necessárias para a própria acumulação capitalista.

A ideia principal da fase inicial da pesquisa de José de Souza Martins sobre o “mundo rural” refere que a cultura camponesa não necessariamente está em contradição com o processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento capitalista, contrariando a concepção vigente em muitos estudos sobre o mundo rural que se basearam na ideia marxista do desaparecimento do campesinato. Nesse contexto, a Sociologia tem um papel importante a desempenhar, principalmente no que diz respeito à construção de uma consciência social capaz de eliminar esse descompasso, descobrir e formar as possibilidades objetivas para a transformação da sociedade brasileira numa sociedade democrática e justa. Da mesma forma que Florestan Fernandes, José de Souza Martins constrói uma sociologia dos pobres do campo, dos marginalizados da modernização e de um campesinato como sujeito ativo e participante da história.

William Héctor Gómez Soto é Doutor em Sociologia na UFRGS. Atualmente, é professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). O texto copiado trata-se da apresentação de artigo (na revista *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril 2003, p. 175-198) onde o autor homenageia o sociólogo Dr. José de Souza Martins, da USP, um dos maiores especialistas sobre a questão agrária no Brasil.

– Os alunos deverão apresentar o método de análise e a principal teoria defendida por José de Souza Martins em seus estudos sobre o “mundo rural” brasileiro, conforme apontado pelo autor do texto.

(2) Debatendo uma questão atual

AGRICULTORES MARCHAM RUMO A NOVA DÉLHI POR REFORMA AGRÁRIA

Mais de 20% da população da Índia ainda não têm acesso à terra.

Andrew Buncombe,
Do Independent, para O Globo

Eles marcham em filas – barulhentos, mas disciplinados; com os pés doendo, mas determinados. Num dado momento, os participantes da marcha e suas faixas verdes e brancas se espalham por mais de três quilômetros.

Dezenas de milhares dos cidadãos mais pobres da Índia estão numa marcha a Nova Délhi para exigir que o governo lhes dê terras onde possam viver e garantir sua subsistência. Eles insistem que é um direito fundamental e ameaçam manter a capital sob cerco, caso a demanda lhes seja negada.

Há poucos lugares onde as demandas dos sem-terra são tão fortes quanto na Índia, onde mais de 70% da população ainda dependem da agricultura.

Desde que o país conquistou a independência, em 1947, as autoridades empreenderam algumas reformas, mas ativistas estimam que mais de 20% da população estejam sem terra, uma situação que leva a conflitos no campo e a migração em massa para as cidades.

Disponível in: <http://bit.ly/19KiSa7>. Acesso: fevereiro/2013. Veja também a matéria publicada no jornal impresso: *O Globo*. Caderno Mundo, 14 de outubro de 2012, p. 34.

– Fazendo uso da internet, o aluno deverá buscar mais informações e dados a respeito da questão agrária na Índia, descrita na matéria. Poderá verificar, também, se há casos similares em outros países.

– De posse das informações e dados solicitados na questão anterior, comparar o quadro encontrado com a história da reforma agrária e a sua atual conjuntura em nosso país. Depois, responder: o que ainda impede, no Brasil, a realização da reforma agrária?

Leituras de aprofundamento para o professor:

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

OBS: Em função das inúmeras polêmicas que a questão da terra no Brasil e as ações do MST têm suscitado nas últimas décadas, com os meios de comunicação, em geral, tentando transformar em senso comum uma suposta “condenação da sociedade” ao movimento, acrescentamos a este ponto, excepcionalmente, a recomendação que o professor se aprofunde um pouco mais a respeito do tema, recorrendo a

uma excelente compilação de textos organizada em forma de coleção pelo Governo Federal, através do NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O nome da coleção é *História social do campesinato brasileiro*, sob a coordenação dos professores Horácio Martins de Carvalho, Márcia Motta e Paulo Zarth. Três obras sugeridas para leitura/estudo:

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol. I: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo / Brasília, DF: Editora UNESP / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol. I: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo / Brasília, DF: Editora UNESP / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Vol. I: Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo / Brasília, DF: Editora UNESP / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

IX - GABARITOS DAS SEÇÕES REVENDO O CAPÍTULO E VERIFICANDO O SEU CONHECIMENTO

GABARITO DO REVENDO O CAPÍTULO

CAPÍTULO 1 – SOCIOLOGIA:

DIALOGANDO COM VOCÊ

1 – Como pode ser definida a Sociologia?

Sinteticamente, é o estudo das relações que os indivíduos estabelecem entre eles e a natureza, gerando normas de comportamento, atitudes, formação de grupos e elaboração de ideias sobre os mesmos grupos.

2 – Cite um exemplo da vida em sociedade e de como a Sociologia poderia explicá-lo através do método científico.

A partir da constatação de um problema social, devemos observar os fatos e a realidade dos indivíduos e grupos, suas relações, formular uma hipótese de explicação, pesquisar e estudar com maior profundidade o assunto e, ao final, pronunciar leis ou tendências de que um fato possa ocorrer em razão de determinados motivos. Um exemplo é o que se

chama desemprego (é social porque sua origem se relaciona com a forma de organização da sociedade, atingindo vários indivíduos). A partir dessa constatação, poderíamos formular a hipótese de que a política econômica de um governo promove o desemprego. Em seguida, passamos a observar a realidade com dados estatísticos em mãos, pesquisas com desempregados para ver os motivos que levaram ao desemprego e etc. Ao final, retornamos à nossa hipótese e podemos verificar se a política macroeconômica tende a provocar o desemprego em massa num país.

3 – Explique o significado da ideia de *imaginação sociológica* e qual seria a importância de utilizá-la?

Para explicar a importância da Sociologia, segundo Charles Wright Mills esta ciência representa uma qualidade do espírito humano que nos ajuda a perceber com lucidez o que está ocorrendo no mundo e como nos situamos neste mundo. Ele dá o exemplo simples do desemprego: quando em uma cidade de milhares de habitantes, somente um indivíduo está desempregado, isto é um problema pessoal deste indivíduo.

Para resolver este problema, talvez deva-se observar o caráter dessa pessoa, suas habilidades e suas oportunidades. Porém, quando temos 15 milhões de desempregados num país de 50 milhões de trabalhadores, isto já não é um problema de caráter ou de habilidades, mas um problema público, que tem a ver com uma estrutura e com um certo funcionamento da sociedade. O que Mills está nos dizendo é uma questão simples e que serve para repensar nossas vidas, ou seja, aquilo que experimentamos em vários e específicos ambientes cotidianos - como desemprego - muitas vezes é influenciado pelas modificações culturais, econômicas ou outras de caráter mais geral, que ocorrem nas sociedades.

4 – Diferencie senso comum e Sociologia.

O senso comum se caracteriza por opiniões pessoais, generalizantes. Ou seja, julgam-se coisas ou fatos específicos como se fossem coisas ou fatos universais. Enfim, falsas certezas sem fundamentação científica, como por exemplo, “todo bandido é favelado”, “todo político é corrupto”, “o povo brasileiro é preguiçoso” etc. Ao contrário do senso comum, a atitude científica sobre as interpretações do comportamento humano e das relações sociais entre indivíduos é expressa nas Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia).

CAPÍTULO 2 – “QUEM SABE FAZ A HORA E NÃO ESPERA ACONTECER?” A SOCIALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

1 – O que significa socialização?

É o processo no qual aquilo que nós somos é o que aprendemos na convivência com outros seres humanos, com base em valores, ideias, atitudes e fazeres comuns. Ou seja, seus sentimentos sobre uma criança, sua ideia sobre um assunto, seu tratamento de respeito aos idosos ou seu modo de vestir, são aprendidos através do seu contato com as gerações anteriores. Você é consciente do que faz, sente e pensa na interação com outras pessoas.

2 – Compare as teorias de Marx e Weber.

A análise de Marx sobre os indivíduos e a sociedade passa pela compreensão de que todos os indivíduos, através da História, se relacionam com outros e com a natureza de uma determinada maneira, formando o que ele chama de relações de produção. Ou seja, para analisar uma realidade social é necessário observar como o homem transforma a natureza, através do seu trabalho, e quais as formas de relações que ele estabelece com os outros indivíduos. O trabalho é a essência da existência humana. Marx era materialista, não no sentido religioso, mas no entendimento de que são os homens que constroem sua história e suas relações sociais, através da produção material de sua existência. Em todas as sociedades, através do trabalho, os homens entram em relações com outros e constroem a sociedade. Porém, segundo Marx, essas relações têm características específicas de acordo com a história e a sociedade de cada época, pois elas são estabelecidas em meio a inúmeras contradições e conflitos

entre os homens.

Para Weber todo indivíduo é dotado de capacidade e vontade para assumir uma posição consciente no mundo. Por outro lado, ele acreditava que, por ser a realidade humana muito diversificada, não era possível compreendê-la em sua totalidade, mas somente as inter-relações que existissem entre determinados fenômenos, pois a realidade como um todo seria a relação entre as suas partes. Assim, para compreender a sociedade, Weber afirma que é preciso entender a ação social, ou seja, uma ação que o indivíduo comete quando leva em consideração as ações dos outros indivíduos em suas atitudes e intenções. Para Weber, a ação humana tem necessariamente um sentido, portanto é possível compreender as ações de vários indivíduos para compreender a sociedade e sua estrutura.

3 – O que Durkheim quer dizer com o conceito de *divisão do trabalho social*?

Durkheim afirma que, quando um uma pessoa nasce, ela encontra fatos sociais já estabelecidos coletivamente, que o seguirão pela vida e que se manterão depois de sua morte. O modo como esses fatos são representados na vida de cada um de nós, segundo ele, é que definem o que ele chama de consciência coletiva. Esta, por sua vez, se manifesta através da cooperação entre os indivíduos, que ele denomina de divisão social do trabalho.

4 – Como Weber define *juízo de possibilidade*?

Weber explica, ao formular a sua teoria da ação dos indivíduos, entre outras questões, que a possibilidade da ação do indivíduo se baseia nos regulamentos (regras, normas) que fazem sentido para vários indivíduos. Como esse indivíduo não age como bem entende, mas sim com base no comportamento desses outros indivíduos, Weber vai intitular essa posição assumida por ele como *juízo de possibilidade*, ou seja, a sua ação será tomada levando-se em conta as expectativas desses outros indivíduos.

CAPÍTULO 3 – “O QUE SE VÊ MAIS, O JOGO OU O JOGADOR?” INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

1 – Como pode ser definida uma instituição social?

É um órgão regulador da vida humana, que nos diz de que maneiras devemos nos conduzir, que se constitui de uma forma padronizada e que nos obriga a seguir comportamentos e atitudes desejáveis pela sociedade.

2 – Que tipo de sanções uma instituição social pode aplicar caso os indivíduos não cumpram certas normas? Dê um exemplo.

As sanções podem se caracterizar como exposição ao ridículo, nos privar de algo e, em último caso, nos violentar. Exemplo: se na sala de aula, você não tiver uma conduta ou uma postura adequada de estudante, pode ser repreendido pelo professor.

3 – Quais são as características da burocracia numa instituição segundo Max Weber?

A partir de um “tipo ideal” do conceito de burocracia – ideal não no sentido “do que ele desejava que fosse”, mas como um padrão, um modelo –, Weber afirmou que as instituições, e particularmente o Estado, têm as seguintes características:

- há uma hierarquia bem definida de autoridade;
- há funcionários que trabalham em tempo integral e recebem salários;
- há regras escritas que regulam as condutas de funcionários em todos os níveis da organização;
- há uma separação entre as tarefas dos funcionários e suas vidas privadas;
- os recursos da instituição não são de propriedade dos indivíduos.

4 – Por que podemos dizer que as instituições sociais apresentam formas distintas de organização no tempo e no espaço? Esta característica pode ser entendida como “geral”, ou seja, encontrada em qualquer instituição?

As instituições são produto da organização dos seres humanos em sociedade. Elas variam, portanto, de acordo com a própria história das sociedades. Uma instituição como a família, por exemplo, não se configura da mesma forma no Brasil do início do século XX e agora, se pensarmos na realidade social que vivemos nesta segunda década do século XXI. Se compararmos com as sociedades indígenas ou com uma família que segue os preceitos da religião muçulmana, por outro lado, perceberemos muitas outras diferenças, mesmo que essas famílias sejam nossas contemporâneas.

Outras instituições funcionam em lugares especialmente planejados – e até uma cidade inteira pode ser “inventada” em função das instituições, como serve de exemplo a construção de Brasília, fundada na década de 1960 para ser a capital do país. Trata-se de uma cidade, portanto, criada em função de uma proposta de reorganização da instituição Estado.

CAPÍTULO 4 – “TORRE DE BABEL”: CULTURAS E SOCIEDADES

1 – Defina cultura de acordo com o senso comum.

No senso comum, definir cultura significa que uma pessoa não é sofisticada em seus saberes, ou seja, tem a ver com a educação recebida em sua vida. Melhor dizendo, uma pessoa que não tem cultura, significa ou indica uma capacidade menor de compreender certas situações ou dados da realidade em que vive.

2 – O que significa cultura no sentido antropológico?

É um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado. Mas como existem várias definições de cultura, podemos resumir as suas principais características: 1 – cultura condiciona o comportamento humano e justifica as suas ações; 2 – os instintos do homem foram parcialmente secundarizados pelos seus padrões culturais; 3 – a cultura se faz em qualquer meio geográfico, seja nas montanhas ou

na floresta Amazônica; 4 – a cultura influencia mais do que a herança genética do homem, pois ele aprende hábitos e costumes através da cultura; 5 – a cultura é acumulada durante toda a experiência histórica das gerações anteriores; 6 – a cultura se modifica com o passar do tempo histórico das sociedades e no contato entre elas.

3 – O que significa a afirmação “nossa sociedade é multicultural”?

Significa que existe a presença de várias culturas numa mesma sociedade. Elas podem apenas se tolerar entre si, mas também podem se relacionar.

4 – Explique a importância da definição de cultura pela Sociologia, comparando-a com a definição do senso comum.

Definir cultura é compreender também as variadas formas que governam os grupos humanos às suas relações de poder, aos diferentes modos de organizar a sociedade, se apropriar dos recursos naturais, de inventar, significar e expressar a realidade humana. Pensando dessa forma, percebemos o quanto a definição de cultura no senso comum é incompleta, restrita e seletiva. Além de tudo, por reproduzir características etnocêntricas, ela é incapaz de nos ajudar na compreensão da diversidade humana.

CAPÍTULO 5 – “SEJAM REALISTAS: EXIJAM O IMPOSSÍVEL!” IDENTIDADES SOCIAIS E CULTURAIS

1 – De que forma a Sociologia discute o tema identidade?

São todos os elementos que nos transformam em sujeitos, ou seja, nossas ideias, emoções, gostos, crenças, as motivações que temos e as aspirações que buscamos na vida. A identidade nos faz pertencentes a uma determinada época e lugar, inseridos em um tipo específico de sociedade, construída a partir de uma determinada História.

2 – O que dizem sobre o conceito de identidade os pensadores George Mead e Erving Goffman?

A ideia de identidade de George Mead é muito parecida com a de Goffman. Em ambas, pode-se afirmar que os indivíduos assumem diversas identidades, dependendo de uma determinada situação social em que estes mesmos indivíduos se encontram. George Herbert Mead (1863-1931) dizia que nós somos o que somos porque adquirimos ao longo da vida alguns traços característicos de nosso “self”, por meio das interações sociais que estabelecemos com outros indivíduos. Numa tradução mais difundida, o termo em inglês “self” poderia ser entendido como “si mesmo”. Para Mead, a ideia era concebida como uma referência à existência de um self social, ou seja, o indivíduo organiza uma série de atitudes sobre o meio social em que vive e tem condições de adotar; é a consciência que um sujeito tem de si mesmo. Ele afirmava, também, que esta consciência só é possível se o indivíduo estabelecer contatos sociais, não é algo que nasce com ele ou

um fator biológico ou genético.

Já o sociólogo canadense Erving Goffman (1922–1982) sustenta a ideia de que a vida social do indivíduo, por consequência sua identidade, pode ser entendida como representação teatral. Ele argumenta isso da seguinte maneira:

a ação de um indivíduo em relação a outros não tem somente uma finalidade instrumental, ou seja, não tem somente um objetivo de fazer algo, mas também é condicionado pelo modo como este sujeito quer aparecer diante dos outros. Goffman afirma que, quando um indivíduo está diante de outro, ele tem muitas razões para tentar controlar as impressões que os outros têm dele e da situação específica dessa relação. Ou seja, podemos dizer que, para Goffman, o indivíduo e sua identidade são produtos de uma cena que é representada durante uma determinada situação.

3 – Sintetize as três concepções de identidade formuladas pelo sociólogo Stuart Hall.

Uma primeira identidade do sujeito, segundo Stuart Hall, teve origem no Iluminismo, com base *numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, de consciência e de ação* (HALL, 2004, p. 10).

A segunda identidade, que surgiu historicamente, foi baseada na noção de um “sujeito sociológico”, que coincidiu com a ascensão da sociedade moderna, associada ao capitalismo, no século XIX. Esse sujeito sociológico era um indivíduo que não tinha a autonomia e a autossuficiência do sujeito iluminista, mas sim como um sujeito que se relacionava integralmente com a sociedade em que vivia, interagindo permanentemente com ela. Tratava-se, então, de uma identidade cultural, mas, também e principalmente, biológica.

Por fim, segundo Hall, a terceira identidade tem origem principalmente a partir das mudanças que ocorreram na década de 1960. Trata-se, agora, de um “sujeito pós-moderno”, no qual coexistem diversas identidades simultâneas e até contraditórias, todas de caráter cultural.

4 – Quais são as dimensões do ser jovem no Brasil, segundo o sociólogo Juarez Dayrell?

Para este sociólogo brasileiro, a *condição juvenil*, no Brasil, manifesta-se em variadas dimensões. A primeira é a dimensão do trabalho. Este é um desafio cotidiano para os jovens e, para muitos, é a garantia da própria sobrevivência, na qual buscam uma gratificação imediata e um possível projeto de futuro. Para muitos deles, ser jovem é viver o trabalho, para garantir um mínimo de recursos financeiros para se divertir, namorar ou consumir. A segunda dimensão é a cultural: *eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida* (DAYRELL; REIS, 2007, p.5). Aquilo que chamamos de *simbólico*, em nossas relações sociais, tem sido cada vez mais utilizado por milhões de jovens brasileiros como forma de se comunicarem e de se posicionarem diante da sociedade e até de si mesmos.

A terceira dimensão pode ser chamada de *sociabilidade*. De acordo com muitos estudos sociológicos brasileiros, há uma

importância grande nesta dimensão quando pensamos sobre as identidades dos jovens, pois, entre seus pares, amigos e colegas, no lazer, na diversão, nas escolas ou no trabalho, *a turma de amigos é uma referência na trajetória da juventude: é com quem fazem os programas, “trocam ideias”, buscam formas de se afirmar diante do mundo adulto, criando um “eu” e um “nós” distintivo* (DAYRELL; REIS, 2007, p. 6).

Esses autores falam sobre outras dimensões não menos importantes, tais como os espaços que são construídos como lugares “só de jovens” e a dimensão da “transição para a vida adulta”. Esta significa, segundo os autores, que *a vida constitui-se no movimento, em um trânsito constante entre os espaços e tempos institucionais, da obrigação, da norma e da prescrição, e aqueles intersticiais, nos quais predominam a sociabilidade, os ritos e símbolos próprios, o prazer. É nesse trânsito, marcado pela transitoriedade, que vão se delineando as trajetórias para a vida adulta. É nesse movimento que se fazem, construindo modos próprios de ser jovem. Podemos dizer que, no Brasil, o princípio da incerteza domina a vida dos jovens, que vivem verdadeiras encruzilhadas de vida, nas quais as transições tendem a ser ziguezagueantes, sem rumo fixo ou predeterminado* (DAYRELL; REIS, 2007, p.8). Em síntese, pode-se dizer que a vida dos jovens é um momento de transição, apresentando-se como um constante *vaivém* entre os prazeres da juventude e a vida rígida das obrigações adultas.

CAPÍTULO 6 – “SER DIFERENTE É NORMAL”: AS DIFERENÇAS SOCIAIS E CULTURAIS

1 – Diferencie os termos *desigualdade social* e *diferenças sociais e culturais*.

As desigualdades sociais são definidas a partir das condições sociais e econômicas de determinados grupos. Isto é, há grupos que possuem mais riquezas do que outros, melhor acesso a serviços, gerando uma sociedade em que poucos possuem muitas riquezas e bens materiais e muitos possuem pouca ou nenhuma riqueza material.

A diferença social e cultural, significa que os indivíduos ou grupos são apenas diferentes e não inferiores. O indivíduo originário do continente africano é diferente do chinês, do brasileiro, do europeu; a mulher é diferente do homem; o heterossexual é diferente do homossexual; o adepto ao candomblé cultua uma religião diferente da do evangélico; os portadores de necessidades especiais (que têm limitações físicas ou mentais) são diferentes daqueles que não possuem essas necessidades especiais; e assim por diante. Essas características dos seres humanos não significam superioridade ou inferioridade de uns sobre outros.

2 – Por que “ser diferente pode ser normal”?

Esta frase surgiu a partir de uma campanha publicitária elaborada para combater o preconceito existente na sociedade brasileira contra pessoas com Síndrome de Down. O objetivo era mostrar que a diferença não pode se transformar em um fator que provoque um tratamento com base numa falsa ideia de desigualdade, de hierarquização, de inferiorização do outro

apenas pelo fato dele ser diferente. O texto do livro chama atenção para isso, aplicando essa frase a qualquer situação em que haja ocorrência de algum tipo de discriminação que tenta se “justificar” com base na diferença. Então, “ser diferente pode ser normal” significa afirmar que as características diferentes existentes entre os seres humanos não significam qualquer tipo de superioridade ou inferioridade de uns sobre outros.

3 – O que significa *etnocentrismo*?

Visão em que um determinado grupo, política e ideologicamente dominante em uma sociedade, é considerado como o centro e a referência de tudo. Os demais são pensados e sentidos através dos valores, modelos e definições do que seria a representação ideal da existência humana, segundo o grupo dominante. No nível intelectual, é a dificuldade de se pensar a diferença; no nível afetivo, como sentimento de estranheza, medo e hostilidade.

4 – O que significa *interculturalidade*?

Significa a valorização, a interação e a comunicação recíprocas entre os diferentes sujeitos e grupos culturais. Tem por base o reconhecimento do direito à diferença e à luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. É tentar promover relações de diálogo e relações igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a culturas diferentes, sem perder de vista a crítica às relações desiguais de poder entre grupos e pessoas.

CAPÍTULO 7 – “A MATRIX ESTÁ EM TODA PARTE...”: IDEOLOGIA E VISÕES DE MUNDO

1 – Defina o conceito de *ideologia*.

Sintetizando a definição da filósofa Marilena Chauí (1980, p.113): é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo, de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador.

2 – Compare as definições de ideologia apresentadas por Marx, Lênin, Mannheim e Gramsci.

Para Karl Marx, a ideologia adquire um sentido como instrumento de dominação de uma classe sobre outra ou de um grupo social sobre outro. Ideologia seria também uma falsa consciência da realidade.

Lênin deu outro sentido ao termo: para ele, ideologia era qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses das classes sociais, ou seja, cada classe social teria a sua própria ideologia.

Segundo Gramsci, o conceito de ideologia significa também uma concepção de mundo, manifestando-se implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em

todas as manifestações da vida. E, de acordo com o pensador italiano, tal conceito tem por função conservar a unidade de toda a sociedade e dos grupos.

Por fim, o sociólogo alemão Karl Mannheim fez uma distinção entre os termos ideologia e utopia. Ideologia seria um conjunto de concepções, ideias e teorias que orientam os indivíduos para estabilizar, legitimar ou reproduzir a ordem das relações sociais dos homens. Ou seja, todas aquelas ideias, concepções ou teorias que têm um caráter de conservação da realidade social. Utopias seriam o contrário, ou seja, ideias, concepções ou teorias que aspiram a construção de outra realidade social, que ainda não existe.

3 – Como a ideologia se manifesta em sua escola? Dê exemplos.

Quando se afirma, por exemplo, que “a escola dá oportunidades a todos os alunos de aprenderem as coisas da vida”, tenta-se ocultar que a escola, com sua suposta aura democrática de ser igual para todos, estimula ainda mais as desigualdades na sociedade. Ao utilizar um padrão de linguagem e ensino mais próximo dos estudantes com maior acesso aos diversos bens culturais, fica evidente que a instituição escolar incentiva ainda mais o aprofundamento das desigualdades existentes na sociedade.

[O professor deve observar para a turma que esta resposta se refere ao papel da escola como instituição social, em geral, não se referindo a uma escola específica].

4 – Por que podemos afirmar que existe uma “Matrix nossa de cada dia”?

Apesar de sabermos que não vivemos em um mundo virtual, e que não há nenhuma grande máquina que nos controla, muitas vezes somos, sim, controlados por determinadas ideias que nos fazem pensar que o mundo “é assim” e que “sempre será assim”. Isso faz com que nos conformemos com o mundo que encontramos, para o qual não existiria qualquer alternativa de mudança, mas somente adaptação. Essa verdadeira “matrix”, que existe no nosso dia a dia, é a ideologia que serve de justificção para se manter tudo como está, em defesa das classes dominantes e em detrimento da maioria da população e de todos aqueles que sofrem algum tipo de discriminação na sociedade.

CAPÍTULO 8 – “GANHAVA A VIDA COM MUITO SUOR E MESMO ASSIM NÃO PODIA SER PIOR.” O TRABALHO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA HISTÓRIA DAS SOCIEDADES

1 – Compare as diversas sociedades no que diz respeito às relações de produção.

As relações de produção vão determinar, juntamente com as forças produtivas, a organização e o funcionamento da sociedade como um todo, estabelecendo as distinções entre os diferentes modos de produção que caracterizaram a humanidade – por exemplo as sociedades escravistas e

as sociedades feudais. Na primeira, as relações de produção são determinadas pela exploração do trabalho escravo por parte dos grandes proprietários de terras (relações de produção escravistas); na segunda, a base econômica da sociedade é sustentada pelo trabalho dos servos, nas terras de propriedade dos senhores feudais (relações de produção servis). [O professor pode aproveitar a questão para esclarecer a diferença entre servos e escravos].

2 – Quais são as diferenças existentes entre as sociedades “orientais” e escravistas?

Diferentemente do modo de produção escravista, nas sociedades “orientais” as terras pertenciam ao Estado, não sendo propriedade privada das classes sociais dominantes. O Estado era encarnado na pessoa do imperador e, em torno dele, formavam-se os grupos privilegiados parasitários – nobres, sacerdotes, funcionários e guerreiros –, que consumiam totalmente o excedente produzido por escravos e camponeses.

3 – O que significa *estratificação social*?

Estratificação social é o modo como as diversas sociedades estão organizadas em “estratos” ou “camadas” sociais. Em outras palavras, a forma como os indivíduos estão localizados numa determinada “posição” em uma sociedade – ou ainda os elementos de pertencimento a um dado “grupo social”. Esses elementos podem se basear em critérios econômicos, políticos, sociais e culturais.

4 – O que significa *mobilidade social* e como ela pode ser classificada no sistema de classes?

Mobilidade social significa a possibilidade que um indivíduo tem de mudar de posição social, de status ou de poder dentro da sociedade. Mesmo numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais, como é o caso do capitalismo, pode ocorrer de um indivíduo mudar de posição social. Há dois tipos de mobilidade social: a vertical e a horizontal. A primeira ocorre quando os indivíduos mudam sua posição social de forma ascendente ou descendente – por exemplo, ao ganhar alguma herança ou, ainda, quando adquirem status e prestígio, sua mobilidade social é ascendente. A descendente é exatamente o oposto. Já a mobilidade social horizontal ocorre, por exemplo, através do deslocamento geográfico ou pela mudança de posição dentro da mesma classe social, como acontece ao se cursar uma faculdade e adquirir uma formação profissional mais qualificada, implicando inclusive no seu nível de renda.

CAPÍTULO 9 – “TUDO QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR”: CAPITALISMO E BARBÁRIE

1– Quais as principais características do capitalismo?

São as relações assalariadas de produção (trabalho assalariado). Tais relações baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia. Como não são proprietários dos meios de produção, os trabalhadores são obrigados a trabalhar para a burguesia.

2 – De acordo com o texto, quais as consequências das crises econômicas no capitalismo?

Para Karl Marx, o capitalismo era irracional, entre outros motivos porque a concorrência entre empresas acabaria mergulhando a economia no caos. Para ele, volta e meia haveria terríveis crises econômicas, com falências, desemprego, aumento da miséria e da violência. O capitalismo se tornaria cada vez mais ineficiente, desperdiçando recursos, causando miséria e insegurança. Pois se, por um lado, com a crise de superprodução, as indústrias demitiam operários para baixar custos e prejuízos, por outro, piorava mais a situação dos operários que, na prática, eram os consumidores das mercadorias. É isto que Marx chama de irracionalidade econômica do capitalismo, já que não se produz mercadoria como valor de uso, mas como valor de troca. Ou seja, se não houver quem compre as mercadorias, estas perdem valor. Todas as crises econômicas do capitalismo, segundo Marx, são motivadas pela crise de superprodução de mercadorias. E a corda arrebenta sempre para o lado mais fraco: os operários e aqueles que vivem de salário.

3 – Descreva as críticas de Marx ao capitalismo.

Segundo Marx, o capitalismo era injusto porque só haveria um meio da burguesia lucrar: explorando a força de trabalho do proletariado. Ou seja, não há bons e maus patrões. No capitalismo, os patrões são obrigados a explorar seus empregados, caso contrário, não lucrariam e iriam à falência – logo, a exploração é inevitável. A única forma de acabar com a exploração seria eliminando o capitalismo. A burguesia, numericamente uma minoria, somente existe em função da submissão da maioria, o proletariado. Para Marx, o capitalismo também era irracional, devido à concorrência generalizada entre as empresas, resultando em crises econômicas violentas.

4 – Como Marx e Lênin entendiam o socialismo?

Para Marx, socialismo seria a primeira etapa de construção de uma nova sociedade, em que os operários, depois de derrubarem a burguesia, instalariam um novo Estado, chamado Estado Operário. Com o desenvolvimento desse Estado – baseado na ampliação da participação dos produtores de riqueza nas decisões econômicas e políticas da sociedade – aos poucos, os indivíduos perceberiam que este não seria mais necessário, evoluindo para uma sociedade comunista, onde todos desfrutariam das riquezas produzidas, extinguindo definitivamente as desigualdades e a exploração do homem pelo homem. Vladimir Lênin, líder da Revolução Russa, em 1917, escreveu que o socialismo só poderia ser realmente válido com um regime democrático, em que o poder fosse exercido pelos próprios trabalhadores. Afirmava que o Estado, após a revolução vitoriosa, se extinguiria paulatinamente, conforme defendia Marx. Lênin, na Rússia revolucionária, incumbia aos soviets (comitês de soldados, camponeses e operários), em caráter transitório, o exercício do poder de Estado, baseado na ampla democracia e participação operária e camponesa nas decisões econômicas do país. Isso até que se chegasse ao autogoverno dos trabalhadores – o comunismo – com o fim do Estado e de todas as formas de

opressão. Outra ideia fundamental de Marx e Lênin era que esse processo de mudanças revolucionárias deveria ser internacional e não restrito a um país ou grupos de países.

CAPÍTULO 10 – “TODO MUNDO COME NO McDONALD’S E COMPARTILHA NO FACEBOOK?” GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

1 – Defina *globalização* e *neoliberalismo*.

A palavra **globalização** tem sido utilizada para definir a imensa interligação comercial e cultural que vem ocorrendo de forma acelerada entre os países do planeta, determinada principalmente pela “terceira revolução tecnológica”: processamento, difusão e transmissão de informações e, inclusive, de bilhões de dólares em poucos segundos. Chamamos de **neoliberalismo** a ideologia que serve de suporte à expansão da atual globalização capitalista.

2 – O que significa “globalização da pobreza”, segundo Michel Chossudovsky?

Para esse economista, a “globalização da pobreza” é o resultado da ação das principais instituições financeiras internacionais – como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – sobre, principalmente, países do Terceiro Mundo e do Leste Europeu, forçando-os, em função do peso adquirido por suas dívidas externas, a aderir a um programa de “reformas” (ou “ajustes”) que se alimenta da destruição do meio ambiente, gera *apartheid* social, estimula o racismo e os conflitos étnicos e ataca os direitos conquistados pelas mulheres nas últimas décadas.

3 – Quais as consequências do neoliberalismo para os Estados nacionais?

O neoliberalismo resgata alguns elementos inspirados no liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, que limita a ação dos Estados em função do mercado. É o caso, por exemplo, das seguintes características: (a) Maior liberdade de comércio entre as nações; (b) Redução do aparato do Estado e da sua intervenção na atividade econômica; (c) Redução da autonomia e da soberania política e econômica dos países periféricos em detrimento dos países capitalistas centrais, das suas instituições políticas e econômicas, das grandes corporações multinacionais/transnacionais e do capital financeiro internacional.

4 – Cite e explique uma das políticas elaboradas no Consenso de Washington.

Citamos, como exemplo, a proposta de reforma trabalhista: que significaria reduzir a legislação que regula as relações capital X trabalho e protege os direitos conquistados pelos trabalhadores, tais como férias, décimo terceiro salário, licença-maternidade etc. Na visão neoliberal, defendida pelo Consenso de Washington, essa “proteção” não só é dispendiosa para o Estado, como também reduz os lucros auferidos pela

burguesia, desestimulando os seus investimentos na produção e, portanto, gerando menos empregos.

CAPÍTULO 11 – “UM NOVO *FAST FOOD* PARA VOCÊ”: O MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO

1 – Defina *reestruturação produtiva* e *desemprego estrutural*.

A reestruturação produtiva está relacionada ao avanço das tecnologias de computação e da robótica, possibilitando verdadeira revolução e reestruturação nas formas de gestão do trabalho, que permitiu o incremento das taxas de lucro, com a superexploração da força de trabalho. Relacionado a esse processo, houve o aumento do desemprego estrutural, isto é, o desaparecimento de profissões ou funções do mercado de trabalho, em decorrência do aumento da robotização e da automação no processo produtivo capitalista contemporâneo.

2 – Diferencie *fordismo* e *toyotismo*.

Fordismo: o norte-americano Henry Ford iniciou a fabricação industrial de automóveis populares em 1908. As características do processo de produção que ele implantou foram seguidas com sucesso, desde então, por diversas empresas, de distintos tipos de mercadorias. Algumas dessas características: a montagem em linha de produção padronizada, onde os defeitos do produto só seriam identificados ao final; as peças componentes eram fabricadas pela própria empresa; a preocupação de produzir todas as peças em grande quantidade, e o seu armazenamento em estoques; o operário-modelo era o que sempre obedecia as ordens dos superiores e as diretrizes da fábrica; o funcionário deveria se preocupar apenas com as suas próprias tarefas; a empresa executava os projetos de acordo com a determinação de seus administradores e/ou, se fosse o caso, dos seus engenheiros.

Toyotismo: tendo como referência a fábrica de automóveis japonesa Toyota, o modelo de produção flexível surge na década de 1950 e logo é reproduzido por outras empresas, de ramos diferentes. Algumas características, em comparação com o fordismo: os operários podem interromper a produção a qualquer momento, para consertar eventuais falhas; o estoque é mínimo, as peças componentes são produzidas por empresas fornecedoras e entregues de acordo com a demanda; o operário-modelo é aquele que identifica problemas e aponta soluções; o funcionário deverá se preocupar com a aplicação do produto após sua venda; segundo os ideólogos do toyotismo, a produção é planejada e os projetos da empresa são executados conforme os interesses dos seus clientes (o mercado consumidor).

3 – Quais as consequências sociais da flexibilização no mundo do trabalho?

(a) Na medida em que parte das mercadorias é produzida por fábricas diferentes, há uma diminuição do contingente de trabalhadores, processo esse possibilitado pela subcontratação e pela terceirização; (b) há uma intensificação da exploração

do trabalho devido à polivalência e à multifuncionalidade do trabalhador; (c) há um aumento da competitividade entre os trabalhadores empregados, pois agora eles recebem de acordo com sua produtividade; (d) com a intensa automação e com a robotização, contingentes cada vez maiores de trabalhadores não encontram mais empregos em suas antigas profissões.

4 – O que significa a ideia de empregabilidade?

Trata-se de uma ideia vinculada às mudanças no mundo do trabalho, relacionadas à crise estrutural do emprego formal. Nessa conjuntura de crise, já não se pensa em “formar para o posto de trabalho”, mas para a “empregabilidade”, ou seja, os cursos de qualificação profissional se preocuparão com a formação de futuros indivíduos “empregáveis”, teoricamente aptos a disputar os reduzidos postos de trabalho disponíveis no mercado.

CAPÍTULO 12 – “O MERCADO EXCLUI COMO O GÁS CARBÔNICO POLUI”: CAPITAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A QUESTÃO AMBIENTAL

1 – Defina o significado de *aquecimento global* e o diferencie de *efeito estufa*. O que é que a utilização de combustíveis derivados do petróleo tem a ver com isso?

Trata-se de dois fenômenos interligados: a Terra está esquentando por causa da intensificação do “efeito estufa”, que é um processo natural, importante para a vida no planeta, tornando-o mais quente e aconchegante. Explicando melhor: diversos gases presentes na atmosfera têm o papel de impedir que parte da radiação solar seja refletida de volta para o espaço, retendo o calor nas camadas mais baixas. Entre esses gases-estufa, destacam-se o dióxido de carbono, o óxido de nitrogênio, o metano e os CFCs (clorofluorcarbonos). O “aquecimento global” começa a ocorrer quando a maior parte do calor do Sol é refletida de volta para a Terra, por causa da formação de uma camada bem mais espessa de gases-estufa. Assim, na medida em que aumenta esse processo de emissão desses gases, a temperatura passa a aumentar de forma descontrolada. Por fim, para finalizar a resposta, os combustíveis fósseis são os principais responsáveis pelo aumento da emissão desses gases-estufa.

2 – O que é e como surgiu a Sociologia Ambiental? O que ela estuda?

Segundo os professores Lima e Portilho (2001), a Sociologia Ambiental surgiu nos anos 1970, “a reboque dos movimentos de contestação à depreciação dos recursos naturais e da constatação científica das consequências ambientais destrutivas resultantes dos processos de crescimento econômico, associados ao uso de tecnologias ambientalmente predatórias (urbanização caótica, crescimento demográfico exponencial, aprofundamento de desigualdades sociais e de estilos de vida, produção e consumo característicos do desenvolvimento industrial)”. A disciplina, portanto, preocupa-

se em estudar/refletir sobre a qualidade da vida de toda a população, que envolve a organização da cidade, o transporte, a saúde pública e a alimentação das famílias.

3 – Explique a frase a *poluição não é democrática*. Complemente sua resposta a essa questão, pesquisando e explicando o significado da expressão *Justiça Ambiental*.

Significa afirmar que a poluição não atinge a todas as pessoas da mesma forma: é exatamente a população de baixa renda a que mais é afetada pela exposição aos riscos ambientais. Vê-se isso, cotidianamente, nos bairros mais pobres e nas favelas, com moradias situadas nas encostas ou às margens de rios poluídos, com ventilação inadequada, sem água potável com o esgoto correndo a céu aberto. “Justiça ambiental” relaciona-se à desigual distribuição dos benefícios ou dos problemas ambientais, entre diferentes classes sociais. Assim, os mais pobres tornam-se os mais vulneráveis, pois são mais afetados desproporcionalmente por efeitos negativos da legislação ambiental, o que, teoricamente, confere-lhes o direito de pleitear na Justiça por medidas compensatórias por parte do Estado.

4 – Tomando como base seu entendimento sobre o texto, comente a seguinte manchete apresentada por um jornal brasileiro: “EUA rejeitam meta de redução de poluentes: cúpula do G-8 começa com divergência em discussões sobre aquecimento global” (*O Globo*, 07/06/2007, p. 31).

Considerando como corretas as reflexões apresentadas por Mészáros, pode-se concluir que a destruição do meio ambiente, causada pelo homem, poderia ser impedida pelo próprio homem, desde que se modifique radicalmente o modelo econômico que vem sendo imposto à sociedade nestes últimos dois séculos. Porém, se considerarmos a lógica presente na acumulação capitalista, não há como interromper a devastação do meio ambiente, porque isso significaria colocar freios à expansão do capital, provocando uma crise sem precedentes. A reação negativa dos EUA à redução de poluentes relaciona-se exatamente com essa questão, pois isso somente seria possível com o aumento considerável das despesas por parte das empresas, com a instalação de sistemas antipoluidores eficazes, ou uma redução considerável da produção – ambas as alternativas resultariam na queda acentuada das taxas de lucro.

CAPÍTULO 13 – “É DE PAPEL OU É PRA VALER?” CIDADANIA E DIREITOS NO MUNDO E NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

1 – Qual a definição e as características da *cidadania trabalhada* no texto?

Cidadania é definida como “qualidade de cidadão”, isto é, “aquele que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado”. O cidadão é aquele que possui e goza de determinados direitos. Ter direitos significa ter a capacidade e a autonomia para usufruir determinados benefícios legais garantidos pelo Estado aos seus habitantes.

2 – O que significam *direitos civis, políticos e sociais*?

Os direitos civis são relacionados à liberdade individual e às relações de trabalho. Os direitos políticos significam o direito de participar no exercício do poder político, geralmente através do voto. Os direitos sociais são relacionados ao acesso da população à distribuição da riqueza produzida no país, por meio das políticas sociais universais.

3 – O que é “*cidadania regulada*”?

Trata-se de uma definição criada pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1979) para se referir ao modelo de cidadania implantado no Brasil da Era Vargas. Nesse período, somente tinham acesso aos direitos sociais e previdenciários os trabalhadores urbanos vinculados a categorias reconhecidas oficialmente pelo Estado.

4 – Por que o texto afirma que a construção da cidadania no Brasil é uma “*corrida de obstáculos*”? Exemplifique com base na nossa História.

A cidadania no Brasil cumpriu um longo e tortuoso caminho, desde a Independência, em 1822, até os dias de hoje. Recorrendo à História, pode-se dizer que a cidadania sofreu duros revezes, por exemplo, em 1937 e em 1964, com a implantação de ditaduras que suprimiram os direitos civis e políticos que vinham sendo, até então, conquistados.

CAPÍTULO 14 – “O ESTADO SOU EU.”

ESTADO E DEMOCRACIA

1 – Explique as três funções do Estado e os seus “três poderes”.

O Estado compreende basicamente três funções: 1) elaborar leis; 2) administrar os serviços públicos e executar as leis; 3) julgar a aplicação das leis, quando estas não estiverem sendo devidamente cumpridas. Essas funções são cumpridas e/ou acompanhadas pelos chamados “três poderes”: Executivo, Legislativo e Judiciário.

2 – De que forma o sociólogo Max Weber entende o poder e a dominação? Quais seriam, para Weber, as três formas de dominação legítima? Explique-as.

Segundo Julien Freund (1980) – um estudioso das teorias de Max Weber –, “a dominação é a expressão prática e empírica do poder”, ou seja, é através da dominação que o poder, para Weber, é exercido de fato. O Estado representaria o uso legítimo do poder, através da dominação legal, isto é, a desobediência às leis por parte de um indivíduo ou de um grupo social significaria, como reação imediata, a autorização para o uso legítimo da força por parte do Estado. Além da dominação legal, Weber formula duas outras formas de dominação, tão legítimas quanto o poder do Estado: a dominação carismática e a dominação tradicional. A primeira se dá quando há uma obediência voluntária a uma personalidade reconhecida socialmente por todos. Essa personalidade, segundo Weber, deteria um “poder mágico”, entendido como uma característica dessa liderança carismática. Já a segunda pode ser entendida

como a que é exercida por uma liderança reconhecida historicamente pelos indivíduos de uma determinada ordem social. Trata-se de uma obediência dada pelo hábito, pela tradição – por exemplo, o poder exercido pela aristocracia europeia.

3 – Pode-se entender ex-presidentes da República como Getúlio Vargas, Fernando Henrique Cardoso e Lula como exemplos de lideranças carismáticas, segundo a definição de Weber? Por quê?

Sim. Getúlio Vargas pode ser entendido como um exemplo histórico de liderança carismática – apesar de representar também uma forma de dominação legal (segundo a definição de Weber) – porque, quando exerceu o cargo de presidente da República, havia por parte da população mais carente e de trabalhadores urbanos uma atitude de “obediência voluntária a uma personalidade reconhecida socialmente”. Era intitulado como “pai dos pobres” e seu suicídio, em 1954 – entendido como um ato político de desespero, em função das pressões políticas que sofria –, gerou comoção e revolta popular. Mesmo após sua morte, sua herança política marcou fortemente todo o período da chamada “República Populista”, que se encerrou somente com o Golpe de 1964. É reverenciado por políticos até os dias de hoje – muitos se referem ao ex-presidente Lula (2003-2010), por exemplo, como um “novo Getúlio”. Se concordarmos com essa análise, e levando-se em conta a ascendência exercida por Lula desde a época em que era a principal liderança sindical do país, com um discurso popular que envolvia milhares de trabalhadores, podemos também considerá-lo como um exemplo de liderança carismática, segundo a definição weberiana. Os três ex-presidentes podem ser considerados como exemplos de exercício da dominação legal; somente Fernando Henrique Cardoso não pode ser classificado, sob nenhum aspecto, como uma liderança carismática.

4 – O que é democracia? Defina também *democracia representativa* e *democracia participativa*.

A palavra “democracia”, que significa “governo do povo” (das palavras gregas: *demos* = povo + *kratein* = governar), foi utilizada pela primeira vez pelo historiador Heródoto, no século V a.C., para se referir a um tipo de experiência de exercício do poder que aconteceu durante um determinado período, na Grécia Antiga. A democracia representativa é uma característica das democracias liberais, em que os cidadãos têm o direito de eleger periodicamente, através do voto, seus representantes nos poderes Executivo e Legislativo. Já a democracia participativa seria caracterizada pela constituição de mecanismos baseados na ideia de democracia direta, recuperada do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, mas adaptada à realidade das sociedades atuais. Nesse novo modelo, a partir da implementação de uma série de dinâmicas e de regras decisórias, a população de uma cidade poderia ser convidada a debater os seus problemas concretos e mais imediatos, estabelecendo prioridades através do voto em assembleias e acompanhando a destinação das verbas públicas, com a criação de Conselhos.

CAPÍTULO 15 – “VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?” MOVIMENTOS SOCIAIS ONTEM E HOJE

1 – O que é um movimento social? Quais são as suas principais características?

Os movimentos sociais estiveram e estão presentes na história de todas as sociedades e precisam ser entendidos como fenômeno essencial, pois são resultados de um “conflito” que pode gerar, como consequência das suas ações, mudanças sociais. Essas transformações ocorrem porque sujeitos ou grupos que não concordam com determinada situação procuram formas para modificá-la, lutando pela conquista de direitos sociais, econômicos e políticos.

2 – Como se organizou e quais foram as principais reivindicações do movimento operário brasileiro no início do século XX?

O operariado brasileiro, mesmo quantitativamente reduzido até a industrialização incentivada pelo Estado após a Revolução de 1930, era composto, em sua grande maioria, por imigrantes europeus, entre eles alguns militantes anarcosindicalistas. O movimento protagonizou uma das maiores mobilizações de que se teve notícia em nossa História, com a organização e desencadeamento de grandes greves no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, entre 1880 e 1929. Suas principais reivindicações: jornada de oito horas diárias de trabalho; fim do trabalho de menores; segurança nos locais de trabalho; redução dos valores dos aluguéis; redução do custo dos alimentos; direito à sindicalização; libertação dos operários presos durante a greve e recontração dos grevistas demitidos.

3 – Por que a Sociologia passou a utilizar a denominação de *novos movimentos sociais*, a partir da década de 1960? Quais eram as suas diferenças em relação aos movimentos anteriores?

Significa a organização de movimentos sociais de um novo tipo que, apesar de também terem surgido como reação às opressões e contradições existentes, não tinham como projeto político principal – como defendia grande parte dos movimentos sociais anteriores – a destruição das relações de produção capitalistas e a construção de uma sociedade alternativa, mas a luta pela conquista de direitos específicos e/ou localizados.

4 – Quais são as principais características dos movimentos sociais neste século XXI?

Os movimentos sociais assumem características diferenciadas, de acordo com a realidade social, política, econômica e cultural do século. A cada dia surgem e surgirão mais movimentos sociais pois, numa sociedade com muitas desigualdades e com o Estado mostrando-se incapaz de satisfazer as necessidades dos diferentes grupos sociais, podemos afirmar que esses movimentos são quase que naturais “como a chuva” – para retomar a citação feita pelo professor Solon Viola (1999), no início do capítulo. São

centenas de grupos que persistem na luta cotidiana contra o preconceito, o racismo, o desemprego, a falta de moradia, os salários rebaixados, o autoritarismo, contra o descaso com o meio ambiente, com a criança, com o idoso, com a educação, com a saúde etc.

Devemos considerar que as necessidades humanas são praticamente infinitas e é por isso que existem os sem-terra, o movimento negro, o movimento de mulheres, os movimentos contra a discriminação de gays e lésbicas, os sindicatos, os grêmios estudantis, o movimento ecológico, o movimento pelos direitos humanos, os partidos de esquerda e algumas Organizações Não Governamentais – ONGs.

CAPÍTULO 16 – “NA TELINHA DA SUA CASA VOCÊ É CIDADÃO?” O PAPEL DA MÍDIA NO CAPITALISMO GLOBALIZADO

1 – Qual a importância dada por McLuhan ao papel dos meios de comunicação?

McLuhan (1971) afirmava: “o meio é a mensagem”. Ou seja, mais importante do que a análise do conteúdo de uma mensagem, seria a análise do seu veículo. Concluindo, daí, que um mesmo conteúdo exposto num livro, gibi, transmitido numa rádio ou na TV teria efeitos diferentes.

2 – O que se entende pela expressão “indústria cultural”?

Termo criado pelos sociólogos da Escola de Frankfurt se refere ao fato de que a cultura, em suas diversas manifestações, passou a ser produzida de forma padronizada e em grande escala, comercialmente, visando ao “consumo de massas”.

3 – Como Muniz Sodré vê o papel da televisão sobre a população em geral?

Muniz Sodré afirma que a TV é uma máquina de identidade coletiva, fazendo da informação massiva um puro efeito de gestão de consciências, uma forma disfarçada de governo. Para ele, a televisão oferece ao espectador um espaço e um tempo simulados. Ela cria o que chama de *telerealidade* ou *telepresença*, ou seja, o simples fato de estar ligado o aparelho receptor é o elemento capaz de ligar o telespectador, de amenizar a absurda solidão que possa sentir como indivíduo, na massa gigantesca da grande cidade.

4 – Por que os novos instrumentos de mídia, como a internet, podem ser considerados novos agentes de socialização?

Porque esses novos instrumentos, em alguns momentos, competem com as famílias e a escola ou as ajudam na formação de crianças e jovens. São os meios mais presentes, atualmente – ao lado da escola e da família – que promovem socialização, pois difundem opiniões e propõem concepções e modos de lidar com as pessoas e a realidade humana. Eles também passam informações, socializam experiências e formam novas mentes pensantes. Observa-se, ainda, que nem todos os velhos agentes de socialização – família, escola, igrejas, associações etc. – têm a capacidade de mobilização dos

novos meios de comunicação e informação, pois estes últimos conseguem penetrar no mais íntimo cotidiano das pessoas.

CAPÍTULO 17 – “ONDE VOCÊ ESCONDE SEU RACISMO?” DESNATURALIZAÇÃO AS DESIGUALDADES RACIAIS

1 – Defina preconceito, discriminação e racismo.

Preconceito: conceito ou opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; julgamento ou opinião formada sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se de um prejulgamento, isto é, algo já previamente julgado.

Discriminação: separar; distinguir; estabelecer diferenças. A discriminação racial, por exemplo, corresponde ao ato de apartar, separar, segregar pessoas consideradas racialmente diferentes, partindo do princípio de que existem raças “superiores” e “inferiores” – o que ficou definitivamente comprovado pela ciência que não existe.

Racismo: teoria que sustenta a superioridade de certas raças em relação a outras, preconizando ou não a segregação racial ou até mesmo a extinção de determinadas minorias.

2 – De que maneira podemos identificar o que intitulamos como “formas sutis” de racismo presentes no cotidiano?

O racismo hoje se manifesta também em formas sutilmente elaboradas. Teoricamente, é uma ideia ocidental (europeia) excludente, porque versa sobre a universalização do conceito de humanidade. O racismo, portanto, é o conceito universal de homem a partir de um centro europeu.

3 – Relacione as ideias que o texto apresenta a respeito das representações que temos da África. Podemos entender essas representações como manifestações de racismo? Por quê? Explique.

O continente africano foi palco de muitas histórias, inclusive considerado “berço” da humanidade. Em seu território surgiu o *Homo sapiens* forte, habilidoso, inteligente e com muitas capacidades técnicas e culturais – e que tinha a pele negra. Chegando na África, os europeus encontraram magníficas construções arquitetônicas, técnicas de metalurgia e de fundição de metais desenvolvidas, cálculos matemáticos e de engenharia, comércio internacional, navegação em alto mar, escrita, etc. Apagar, distorcer, esconder essa história de parte da humanidade é uma forma de construir a ideia da superioridade do homem branco. Essa é uma das características do racismo, ou seja, apagar histórias, negar ao outro uma identidade e uma raiz cultural e social milenar. As histórias da África e de nossos ancestrais não são contadas ou são ignoradas, e isto sugere uma visão de que os negros e seus ancestrais africanos são inferiores e sem cultura.

4 – Comente o resultado da pesquisa realizada pelo PNAD/IBGE de 1976 a respeito das cores do brasileiro.

[Resposta livre, a cargo do aluno. O professor pode estimular o debate resgatando a tabela, presente no texto, na

qual são identificadas 136 cores de pele do brasileiro, citadas de forma espontânea]

CAPÍTULO 18 – GÊNERO E SEXUALIDADE NO MUNDO DE HOJE

1 – Qual é a diferença que existe na utilização dos termos sexo e gênero?

Sabemos que há comportamentos e heranças genéticas que dizem, objetivamente, haver somente homens ou mulheres. Entretanto, segundo a socióloga americana Débora Blum (1997), não existe somente o fator biológico, mas também os sentimentos, atitudes e comportamentos que podem condicionar as orientações pelo masculino ou pelo feminino. Assim, deve-se distinguir o sexo – biológico – do gênero – sociológico. Gênero é a identificação ou o sentimento de pertencer ao sexo masculino ou feminino; a isto chamamos também de identidade de gênero. Quando alguém se comporta, com gestos ou atitudes, de acordo com as expectativas de outros indivíduos, para agir como homem ou mulher, está adotando um papel de gênero.

2 – O que significa feminismo?

O *feminismo* é um discurso intelectual, filosófico e político que tem como meta a conquista de direitos equânimes entre mulheres e homens. Envolve diversas ações, teorias e filosofias que defendem a igualdade para homens e mulheres e demais reivindicações dos movimentos de mulheres.

3 – Por que podemos falar em indivíduos transgêneros?

Os transgêneros são aqueles que romperam com as normas de identidade de gêneros dominantes. Eles acreditam que nasceram num corpo errado e se identificam e desejam viver como o sexo oposto.

4 – O que significa homofobia?

A *homofobia* é um termo utilizado para identificar a aversão ou a discriminação de uma pessoa contra homossexuais e, conseqüentemente, contra a homossexualidade. Pode significar também formas sutis de preconceito e discriminação contra homossexuais.

CAPÍTULO 19 – “A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA...” RELIGIOSIDADE E JUVENTUDE NO SÉCULO XXI

1 – Explique a importância da religião para Durkheim, Marx e Weber.

Para Durkheim, toda religião tem como característica separar o mundo em coisas profanas e sagradas. Nas coisas profanas os indivíduos têm atitudes utilitárias, ou seja, objetos, ideias e coisas, quando não servem mais, podem ser descartados, pois só têm valor na medida em que são úteis. Nas coisas sagradas ocorre o contrário, objetos, ideias e coisas assumem um valor superior ao dos indivíduos.

O sagrado é objeto de adoração, é superior ao homem, é reverenciado. O homem não é mais o centro do universo e nem a origem das coisas.

Para Marx, a religião não faz o homem, o homem é quem faz a religião. Ela é a expressão de um sofrimento real dos homens, ou seja, eles têm necessidade de acreditar em algo para aliviar seus sofrimentos, como o ópio. Por outro lado, segundo Marx, as classes dominantes utilizam-se da religião como ideologia para dominar os oprimidos e explorados. Portanto, a religião é vista como ilusão, ideologia que contribui para justificar uma dominação de classe. Weber defende que, na compreensão dos comportamentos religiosos, podemos entender melhor as atividades humanas, pois a religiosidade influencia outras atividades humanas como a ética, a economia, a política, as artes. Em seus estudos, tentou provar que houve uma mudança na concepção de trabalho a partir da ética protestante.

2 – Qual a importância do estudo das religiões para a Sociologia?

O estudo das religiões é importante para uma melhor compreensão de nossa sociedade pois, muitas vezes, as ações dos indivíduos não são inspiradas só por interesses econômicos ou políticos, mas também por questões religiosas.

3 – A religiosidade é um fator importante na vida dos jovens de hoje? Por quê?

Segundo pesquisa conduzida pela socióloga Regina Novaes, os *jovens estão à procura da religião*, pois estão preocupados com o futuro e querem uma explicação para o sentido da vida. Para a atual geração de jovens brasileiros, o futuro, o mercado de trabalho e as drogas são fatores de sofrimento. A religiosidade ajuda a tornar isto suportável. Diante da dura competição do mercado de trabalho, que cria muitas angústias, somente o acesso à informação tecnológica e científica não basta. As religiões incentivam a formação de grupos jovens, que têm o papel social de ser um lugar de trocas, onde o lazer se associa à religião.

4 – O desenvolvimento do mundo globalizado significa o fim das religiões? Por quê?

No início do século XX, o sociólogo Max Weber já afirmava que a ciência e as formas de pensamento racional substituiriam a autoridade religiosa. Essa é a tese da secularização – aceita pela maioria dos sociólogos – segundo a qual, as consciências e ações dos indivíduos em relação à religião, bem como suas instituições, não desapareceriam, porém, estariam em declínio no que diz respeito à sua autoridade em conduzir e influenciar decisivamente as pessoas. A maioria dos sociólogos começou a rever esta tese no final do século XX. Primeiro, porque dados estatísticos e diversas pesquisas qualitativas mostram que a presença das religiões na vida das pessoas não diminuiu; segundo, em razão do crescimento do fenômeno do fundamentalismo, que afeta todas as religiões.

CAPÍTULO 20 – “ESPAÇOS DE DOR E DE ESPERANÇA.” A QUESTÃO URBANA

1 – O que significa e quando ocorre o processo de urbanização dos seres humanos?

O termo *urbano* é derivado do latim *urbe*, que significa *cidade*. Podemos dizer que a urbanização – o processo de formação das cidades – nasce com a sedentarização do homem, quando se fixa em um determinado território e passa a se dedicar também à agricultura.

2 – Diferencie as cidades antigas, da Era Clássica, das cidades medievais.

Tomando Roma como exemplo da Era Clássica, a cidade apresentava-se “cosmopolita e urbanizada”, com casas divididas em vários pavimentos, lojas, mercados, restaurantes, casas de banho – um modelo que se expandiu pelo seu vasto império. Já as cidades da Europa medieval apresentavam diferenças substanciais com a cidade romana – a terra era o centro da produção de bens e de riquezas, sob o controle dos senhores feudais que tinham total autonomia em seus domínios. As cidades medievais eram constituídas por terras comunais, nas quais os moradores iam se instalando de forma irregular dentro das muralhas, com construções sinuosas e descontínuas – sempre em torno da Igreja, que a tudo controlava, e dos castelos dos senhores feudais.

3 – Quais são as principais características das cidades industriais?

Há um reordenamento do espaço urbano a partir da produção industrial. As cidades medievais, com seu desenho irregular e descontínuo, são substituídas por cidades geometricamente planejadas, que crescem, primeiro, em torno dos centros de comércio e do poder centralizado do Estado absolutista; depois, com a Revolução Industrial, em volta das fábricas, concentrando a população que migra em peso das áreas rurais – mais esvaziadas economicamente.

4 – O que é segregação socioespacial? Por que ela ocorre?

Pode-se dizer que é a principal marca das cidades da “Era do Capital”, significando um “movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano”, incrementado pela expansão do trabalho assalariado e marcado atualmente pela disseminação cada vez maior do trabalho precarizado. A cidade deve ser entendida também como mercadoria, dividida em regiões mais valorizadas pelo capital e pela especulação financeira e outras regiões abandonadas pelo poder público e ocupadas pela população mais pobre e marginalizada.

CAPÍTULO 21 – “CHEGOU O CAVEIRÃO! É AGORA?” VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES SOCIAIS

1 – Defina ou redefina a ideia de “exclusão”, tomando como referência a análise de Karl Marx, no texto.

Marx assinala que a transformação de uma parcela da classe trabalhadora em supérflua é parte inerente ao processo de produção do capital. Esses trabalhadores se transformam em definitivamente “excluídos”, com o destino traçado até para a morte física. Então, pode-se dizer que, apesar de se falar hoje frequentemente em “exclusão social”, ela não é exatamente um fenômeno “novo”, mas que já havia sido diagnosticado por Marx no século XIX.

2 – Relacione os principais problemas que o texto aponta a respeito do sistema prisional brasileiro.

Penitenciárias de São Paulo e do Rio de Janeiro são locais de concentração de organizações criminosas. Assaltantes de todo tipo: perigosos, traficantes pequenos e grandes, “ladrões de galinha”, juntos numa cela superlotada e insalubre, são tratados na base da tortura, da pancada. Comem mal, não recebem assistência médica ou psicológica. Muitos que, depois de soltos, foram considerados como líderes de organizações criminosas eram presos comuns, que deveriam estar fora do sistema carcerário em, no máximo, três anos. Eles se tornaram criminosos “pesados” dentro do sistema carcerário, sob a proteção do Estado. Este quadro se reflete por todo o sistema prisional brasileiro.

3 – O que significa *capitalismo de pilhagem*?

Essa expressão foi cunhada pelo sociólogo Löic Wacquant (1999) para identificar os altos lucros advindos de atividades criminosas, como o narcotráfico. Ou seja, um grande negócio capitalista internacional que se utiliza de mão de obra barata (jovens da periferia, na sua maioria negros), não institucionalizada oficialmente e que, por sua vez, traz consequências catastróficas para a população das grandes cidades (balas perdidas nas disputas entre bandos, insegurança nas ruas, morte de milhares de jovens antes de completarem os 18 anos, entre outras coisas).

4 – O que é a política da *tolerância zero*?

A política da “tolerância zero” originou-se na cidade de Nova York, EUA, nos anos 1990. Teve como essência a proposta de extirpar a “delinquência”, a “violência urbana”, as “incivilidades” que seriam, segundo seus formuladores, as causas e os resultados da violência, principalmente nas áreas ditas “sensíveis” – periferias, favelas, guetos negros, bairros pobres e “degradáveis” aos olhos dos não residentes nessas regiões. Entendia-se, também, como necessário, afastar das ruas, dos parques, dos trens, aquela parte da população vista como ameaçadora à ordem.

CAPÍTULO 22 – “OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR.” A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL

1 – Relacione a História do Brasil colonial com a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários.

Os primeiros grandes latifúndios da História do Brasil foram as Capitânicas Hereditárias. O Regimento de 1548 – que determinava as funções do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa – foi o responsável não só pela instituição do latifúndio, como também da monocultura, implantando um modelo de posse da terra que perdura até hoje. Essa norma recomendava que as terras apropriadas fossem doadas, livremente, para o cultivo de cana e para a fundação de engenhos, às pessoas com “possibilidades” de desenvolver a empresa. Essa decisão significava que os enormes latifúndios implantados pelas sesmarias seriam ocupados, segundo o Regimento, somente pela monocultura da cana-de-açúcar, impedindo a formação de pequenas propriedades. A concentração da terra permaneceu e se aprofundou durante todo o Período Colonial. Era um problema tão grave que, pouco antes da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva apresentou uma proposta de legislação que previa a possibilidade de redistribuição das terras improdutivas por parte do Estado, por impossibilitarem o desenvolvimento econômico da Colônia.

2 – Qual foi o significado da Lei de Terras, de 1850?

A realidade citada na resposta anterior ficou inalterada, até que, em 1850, já durante o Império, a Lei n. 601, conhecida como Lei de Terras, acabou com o sistema de posse, determinando que a terra só poderia ser adquirida através da compra. Essa Lei se caracterizava por elevar o preço das terras, obrigando o pagamento à vista. Dessa forma, a venda das terras públicas era dirigida a uma elite social e o dinheiro arrecadado seria aplicado na vinda de colonos europeus. A Lei de Terras visava não só a consolidar a posse da terra nas mãos de uma elite, como também preparar um novo tipo de mão de obra para a lavoura, em substituição ao trabalho escravo. Ela concentrou ainda mais o latifúndio, já que as terras públicas, ou seja, as que não estavam ocupadas pela monocultura (da cana-de-açúcar, do algodão, do café etc.), se tornaram muito mais caras do que as terras particulares, fazendo com que a sua aquisição fosse possível somente por parte das famílias mais ricas e poderosas, ou seja, as que já eram latifundiárias.

3 – De que forma podemos dizer que a Guerra de Canudos se relacionou com a questão da terra no Nordeste brasileiro?

A Guerra de Canudos (1896-1897), pode ser considerada como um emblema do drama e da luta dos sem-terra em nosso país. Deixando de lado o componente do fanatismo religioso que formou o Arraial de Canudos, a pregação mística do beato Antonio Conselheiro arrastou uma multidão que não tinha onde ficar nem para onde ir, em um Nordeste empobrecido enormemente pelo acelerado deslocamento dos investimentos econômicos para o Sul do país, iniciado pela expansão da lavoura cafeeira. O massacre militar de toda aquela população

de miseráveis foi a “solução natural” determinada pelo governo dos “coronéis” da República Velha, sob pressão dos latifundiários baianos, assustados que estavam com a possibilidade de que aquele movimento pudesse significar uma verdadeira reforma agrária na região, “na marra” e “de baixo para cima”.

4 – O que foram as Ligas Camponesas e o que é o MST? Apresente os objetivos desses dois movimentos sociais.

As Ligas Camponesas se organizaram como uma associação fundada por camponeses na cidade de Vitória de Santo Antão (PE), na década de 1950. Seu objetivo original era obter assistência jurídica, médica, educacional e funerária para a população rural, mas entrou em confronto aberto com os proprietários da região e conseguiu, em 1959, como resultado da sua luta e da sua organização, a desapropriação do engenho Galileia, que passou a ser administrado pelos próprios trabalhadores rurais. Esse movimento, sob a liderança do advogado Francisco Julião, espalhou-se por treze estados brasileiros, tornando-se uma referência nacional e internacional para a luta dos trabalhadores rurais do país pela realização de uma reforma agrária.

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra foi criado a partir da ação organizada da CPT – Comissão Pastoral da Terra, da Igreja católica, no Sul do Brasil, associando militantes católicos e luteranos, a partir das lideranças que se reuniam no acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná – MASTRO –, no final dos anos 1970. Esses movimentos localizados se articularam nacionalmente com outras lutas isoladas no campo, nas diferentes regiões do país – como a dos trabalhadores obrigados a desocupar suas terras em decorrência de projetos de construção de grandes hidrelétricas por parte do governo federal –, fornecendo o corpo e a estrutura que viriam a formar o MST. Após várias reuniões regionais, o Encontro Nacional, considerado o marco de fundação do movimento, ocorreu em janeiro de 1984, em Cascavel (PR). Seus participantes definiram, os seguintes objetivos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.

GABARITO DO VERIFICANDO O SEU CONHECIMENTO

	QUESTÃO	Resposta
CAPÍTULO 1	1	A
	2	E
CAPÍTULO 2	1	C
	2	A
CAPÍTULO 3	1	B / D
	2	A
CAPÍTULO 4	1	D
	2	E
CAPÍTULO 5	1	A
	2	E
CAPÍTULO 6	1	B
	2	E
CAPÍTULO 7	1	A
	2	D
CAPÍTULO 8	1	E
	2	D
CAPÍTULO 9	1	E
	2	C
CAPÍTULO 10	1	A
	2	B
CAPÍTULO 11	1	A
	2	D
CAPÍTULO 12	1	A
	2	C
CAPÍTULO 13	1	D
	2	E
CAPÍTULO 14	1	E
	2	B
CAPÍTULO 15	1	C
	2	A
CAPÍTULO 16	1	C
	2	B
CAPÍTULO 17	1	B
	2	C
CAPÍTULO 18	1	E
	2	D
CAPÍTULO 19	1	E
	2	B
CAPÍTULO 20	1	A
	2	D
CAPÍTULO 21	1	D
	2	C
CAPÍTULO 22	1	D
	2	C

X – REFERÊNCIAS DO MANUAL³

BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias*. V. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana Batista. Juventude e Escola: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no Ensino médio. In: *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 2007.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. Sociedade Brasileira de Sociologia. São Paulo, 1955, p. 89-115.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre: n. 5, 1992, p. 28-49.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. *Currículo e epistemologia*. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e interdisciplinaridade*. O currículo integrado. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no ensino médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.). *Sociologia e ensino em debate*. Ijuí: Ed. Inijui, 2004, p. 113-130.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. A Imaginação Sociológica: desenvolvendo o raciocínio sociológico nas aulas com jovens e adolescentes. (Experiências e Práticas de Ensino) *Roteiro* apresentado no minicurso do Simpósio Estadual de Sociologia, promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná, 20-22 de junho de 2005, em Curitiba-PR.

³ Relativas ao texto teórico que apresenta a proposta deste Manual do Professor.

HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada

Música: Francisco Manuel da Silva

Parte I

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Parte II

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra, mais garrida,
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!